ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 19

Brasília - DF, quinta-feira, 27 de janeiro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Ciência e Tecnologia 1
Ministério da Cultura 1
Ministério da Defesa 6
Ministério da Educação 8
Ministério da Fazenda 8
Ministério da Integração Nacional 18
Ministério da Justiça 19
Ministério da Previdência Social 38
Ministério da Saúde 50
Ministério das Cidades 77
Ministério das Comunicações 77
Ministério de Minas e Energia 95
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 102
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 102
Ministério do Esporte 103
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 104
Ministério do Trabalho e Emprego 104
Ministério dos Transportes 105
Conselho Nacional do Ministério Público 105
Ministério Público da União 106
Poder Legislativo 116
Poder Judiciário 117
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 158

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 12, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, 12 de abril de 1934, na Instrução Normativa nº 16, de 29 de dezembro de 1999, e o que consta do Processo n° 21000.002943/2000-55, resolve:

Art. 1º Cancelar o pedido, o credenciamento do Centro de Tecnologia Canavieira - CTC, CNPJ N° 06.981.381/0004-66, localizado no Sítio Barrocas S/Nº, Bairro Fau-Zona Rural de Miracatu/SP, e seu complexo laboratorial, CNPJ N° 06.981.381/0002-02, situado na Fazenda Santo Antonio S/Nº Caixa Postal 162, Bairro Santo Antonio, Piracicaba/SP, como Estação Quarentenária Nível 2, para os procedimentos legais exigidos na introdução de material propagativo da cultura da cana-de-açúcar no País.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 114, de 08 de maio de 2006.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

Ministério da Ciência e Tecnologia

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 10/PRE/AEB, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e tendo em vista a delegação de competência outorgada pela Portaria GM/MCT nº 473, de 28 de julho de 2008, e o que consta do Processo Administrativo nº 01350.000216/2010-48, resolve:

Art. 1º. Autorizar a descentralização de crédito e do repasse de recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, UG 240106, Gestão 00001, no valor de R$80.000,00(oitenta mil reais), na Ação 4934 - Desenvolvimento de Satélites Tecnológicos de pequeno Porte, segundo o que consta do Processo Administrativo supra versado.

Art. 2º. A Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento - DSAD, com o apoio da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração - DPOA, exercerão o acompanhamento da execução do objeto da presente descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º. O órgão executor beneficiário expressamente submeteu-se aos ditames normativos em vigor, e, em especial, ao teor da Portaria Normativa PRE/AEB nº 9, de 29 de janeiro de 2010 e deverá restituir à AEB, até o final do exercício de 2011, os créditos não empenhados e os saldos financeiros.

CARLOS GANEM

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, designado pela Portaria CNPq nº 125/2010, considerando o disposto na Portaria SLTI/MPOG nº 8, de 12 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de agosto de 2009, e a devida homologação pelo Presidente deste Conselho, estabelece que:

Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para os exercícios de 2011 e 2012.

Art. 2º O PDTI poderá ser revisto sempre que necessário a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 3º A versão resumida do PDTI 2011/2012, representada pelo Plano de Metas, bem como a versão integral do PDTI encontram-se disponíveis para consulta via internet no sitio do CNPq: http://www.cnpq.br/pdti_2011_12v8.pdf.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ERNESTO COSTA DE PAULA
Coordenador

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2 , DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Torna público o resultado da análise do pedido de reconsideração apresentado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) em face de decisão que a inabilitou para indicar membros para compor a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), para o biênio 2011/2012, de que trata o Edital de Convocação, de 7 de maio de 2010, alterado pelo Edital de Prorrogação de Prazo, de 2 de agosto de 2010.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no item 2.5.1 do Edital de Convocação de 7 de maio de 2010, alterado pelo Edital de Prorrogação de Prazo de 2 de agosto de 2010, e as razões constantes do Processo Administrativo nº 01400.012966/2010-20, resolve:

Art. 1º Reconsiderar o resultado da análise do recurso administrativo interposto contra decisão da Comissão Avaliadora pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e habilitá-la para participar do processo de indicação dos membros que comporão a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) na qualidade de representantes do empresariado nacional no biênio 2011/2012, uma vez comprovada a sua abrangência territorial em todas as regiões brasileiras.

Art. 2º A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) tomará as medidas necessárias para a recomposição de lista quíntupla com os nomes da representação do empresariado nacional que serão indicados para a escolha da Ministra de Estado da Cultura para a nova composição da CNIC, na forma do disposto no item 4.5 do Edital de Convocação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a decisão de inabilitação da CNF publicada na Portaria nº 118, de 7 de dezembro de 2010, mantidos os seus demais efeitos.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107



ATENÇÃO:

A partir de 1º de janeiro de 2011, as reclamações, sugestões, elogios ou denúncias deverão ser enviadas diretamente à Ouvidoria da Imprensa Nacional.
Informações gerais, solicitações e outras orientações sobre serviços deverão ser direcionadas à nossa Central de Atendimento.
Informações: 0800 725 6787.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 8, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0541- Meninos da Vila - a Magia do Santos
Processo: 01580.052011/2010-34
Proponente: Canal Azul Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.613.170/0001-04
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.647.590,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 965.210,50
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 13.689-1
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 382, realizada em 18/01/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
10-0525- Laços
Processo: 01580.049757/2010-61
Proponente: Adriano Carvalho Produções Artísticas Ltda. - ME
Cidade/UF: Saquarema/RJ
CNPJ: 08.574.779/0001-60
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.995.805,80
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.896.015,51
Banco: 001- agência: 2909-2 conta corrente: 35.886-x
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 382, realizada em 18/01/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos art. 1º e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0337- A Redação Proibida
Processo: 01580.032878/2010-73
Proponente: Ribossomo Entretenimento Ltda. ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.053.805/0001-42
Valor total do orçamento aprovado: R$ 840.000,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 130.000,00
Banco: 001- agência: 3548-3 conta corrente: 20.583-4
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001- agência: 3548-3 conta corrente: 20.585-0
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 68.000,00
Banco: 001- agência: 3548-3 conta corrente: 20.584-2
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 382, realizada em 18/01/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.
10-0507- Contar pra Viver
Processo: 01580.048018/2010-51
Proponente: Produção Digital Realizações Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.031.248/0001-70
Valor total do orçamento aprovado: R$ 5.370.551,05
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.102.023,49
Banco: 001- agência: 1855-4 conta corrente: 28.751-2
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1855-4 conta corrente: 28.753-9
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 1855-4 conta corrente: 28752-0
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 382, realizada em 18/01/2011.
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 9, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93.

06-0329 - Bonitinha, Mas Ordinária
Processo: 01580.038060/2006-88
Proponente: Diler & Associados Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.291.470/0001-51
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 4.395.771,40 para R$ 4.917.964,63
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 310.000,00 para R$ 309.650,00
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 376, realizada em 11/11/2010
Prazo de captação: encerrado em 31/12/2010.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 10, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0151 - Billi Pig
Processo: 01580.019570/2010-32
Proponente: Bananeira Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

DELIBERAÇÃO Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 101 de 17 de março de 2008 e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, e Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

10-0389 - Pessach - Sobreviventes do Holocausto
Processo: 01580.034152/2010-75
Proponente: D Sganzerla Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Caxias do Sul/RS
CNPJ: 09.588.353/0001-29
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0033 - Sobre Leite e Ferro
Processo: 01580.003944/2008-83
Proponente: Paleoteve Produção Cultural Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 67.619.171/0001-74
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0153 - Jardim Atlântico
Processo: 01580.014689/2008-02
Proponente: William Cubits Capela
Cidade/UF: Olinda/PE
CNPJ: 05.246.567/0001-66
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

10-0109 - Ronaldo Bôscoli - Se é Tarde, Me Perdoa
Processo: 01580.013856/2010-12
Proponente: Manjubinha Filmes Ltda. - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.719.793/0001-78
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0122 - Não Se Pode Viver Sem Amor - Distribuição
Processo: 01580.014612/2010-49
Proponente: Providence Distribuidora de Filmes Ltda. - EPP
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.656.129/0001-64
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0337 - Brincante
Processo: 01580.033618/2009-81
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0236 - A Coleção Invisível
Processo: 01580.022028/2008-42
Proponente: Santa Luzia Filmes Ltda.
Cidade/UF: Salvador/BA
CNPJ: 09.124.563/0001-66
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0287 - A Arte Déco e a Cidade Maravilhosa
Processo: 01580.027128/2009-46
Proponente: Parangolé Produções Ltda.
Cidade/UF: Petrópolis/RJ
CNPJ: 09.414.390/0001-10
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0448 - Paulo Moura - Imaginação e Estilo
Processo: 01580.043968/2008-75
Proponente: Cinefilmes Ltda. EPP
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 30.713.390/0001-08
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0445 - Extinções - "Onça-Pintada e os Corredores da Vida" & "Guepardo, Correndo Pela Vida"
Processo: 01580.043792/2009-32
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0156 - Babel
Processo: 01580.014985/2008-03
Proponente: Emvideo Eventos Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 07.071.805/0001-75
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0451 - Brasil Série C
Processo: 01580.044078/2008-81
Proponente: Emvideo Eventos Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 07.071.805/0001-75
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0514 - Cores
Processo: 01580.047516/2007-81
Proponente: Kinoosfera Filmes e Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.465.974/0001-52
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10-0238 - Sobre Futebol e Barreiras
Processo: 01580.025189/2010-11
Proponente: Olé Produções Ltda. - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.019.897/0001-70
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0307 - Viva a Pátria
Processo: 01580.032150/2010-41
Proponente: J. Sanz Produção Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 03.511.914/0001-05
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0086 - Mangueira do Amanhã Ontem e Hoje
Processo: 01580.011028/2010-31
Proponente: Nova Era Produções de Arte Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 29.415.130/0001-77
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0435 - O Outro Lado do Vento
Processo: 01580.042404/2009-04
Proponente: Cinelândia Brasil Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 04.864.145/0001-91
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0513 - Estrelas Caídas do Céu
Processo: 01580.047530/2008-66
Proponente: Quimera Filmes Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/BH
CNPJ: 22.331.409/0001-23
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0421 - Sala de Espera
Processo: 01580.042324/2008-60
Proponente: Taiga Filmes e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 73.947.392/0001-74
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0510 - Conexão Hip Hop
Processo: 01580.047346/2007-35
Proponente: Mattos Publicidades Produções e Editorações Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 06.029.956/0001-00
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
08-0206 - Menos que Nada
Processo: 01580.019433/2008-83
Proponente: Casa de Cinema de Porto Alegre Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 94.625.829/0001-23
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
07-0301 - Pelo Sertão
Processo: 01580.028474/2007-80
Proponente: Nofoco Filmes Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 08.184.185/0001-43
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 4º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93, e mediante patrocínios na forma prevista nos arts. 25 e 26 da Lei nº. 8.313/91.

08-0135 - Bidu Sayão
Processo: 01580.012983/2008-71
Proponente: Mapa Filmes do Brasil Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 5º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

09-0328 - O Banheiro
Processo: 01580.032189/2009-25
Proponente: O2 Cinema Ltda.
Cidade/UF: Cotia/SP
CNPJ: 02.525.725/0001-29
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
09-0448 - Os Amorosos
Processo: 01580.043775/2009-03
Proponente: Santa Fé 1900 Filmes Ltda.
Cidade/UF: Saquarema/RJ
CNPJ: 01.097.887/0001-40
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0219 - Casais Inteligentes Enriquecem Juntos
Processo: 01580.023368/2010-13
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 6º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685/93

10-0282 - Cilada.com
Processo: 01580.030286/2010-17
Proponente: Casé Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 09.558.964/0001-24
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 7º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0103 - A Glória e a Graça
Processo: 01580.013623/2010-10
Proponente: Tambellini Filmes e Produções Audiovisuais Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 29.269.719/0001-10
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0148 - Yaguar
Processo: 01580.016631/2010-18
Proponente: Diler & Associados Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.291.470/0001-51
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011
10-0030 - Serra Pelada
Processo: 01580.005056/2010-10
Proponente: Lynxfilm Produções Audio-Visuais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.383.022/0001-72
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 8º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0067 - O Tempo e o Vento
Processo: 01580.010014/2010-09
Proponente: Nexus Cinema e Vídeo Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 53.976.478/0001-18
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 9º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93, respectivamente e através do Art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01.

09-0460 - Histórias de Amor
Processo: 01580.043796/2009-11
Proponente: Gullane Entretenimento S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 10º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção e nos termos dos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

10-0435 - Uma Fantasia da Pesada
Processo: 01580.040998/2010-44
Proponente: Start Desenhos Animados Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 60.915.899/0001-02
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 11º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA DEL GIUDICE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 43, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 7516 - Combo
Boccanera Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 03.642.636/0001-25
Processo: 01400.015930/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 474.848,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto COMBO consiste na montagem e temporada de estréia, no Rio de Janeiro, do espetáculo homônimo que irá reunir artistas da nova geração carioca de comediantes.
10 5988 - O dia decisivo de nossas vidas
Andre Junqueira de Sousa
CNPJ/CPF: 830.811.351-68
Processo: 01400.013555/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 60.715,24
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem do espetáculo teatral O dia decisivo de nossas vidas, a ser realizado em um teatro do Rio de Janeiro durante uma temporada de dois meses.
10 8830 - Encenação do Abarebebê - O Padre Voador
Associação dos Artistas
CNPJ/CPF: 03.890.545/0001-09
Processo: 01400.018172/20-10
SP - São Vicente
Valor do Apoio R$: 933.632,55
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/05/2011
Resumo do Projeto:
A encenação busca resgatar na comunidade do litoral sul de São Paulo sua história e revelar a importância da região no início da colonização portuguesa no Brasil.
10 8692 - Páginas de Aventura
Fabrícia Viana Vivas
CNPJ/CPF: 651.915.285-49
Processo: 01400.017986/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 351.041,25
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:
Dar continuidade ao projeto Páginas de Aventura, que atua desde 2007 e será levado aos bairros das periferias se São Paulo com o objetivo de torná-lo acessível para crianças carentes. Serão 146 sessões ao longo de 73 dias.
10 5222 - Grito no Andaime
Tapume Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 36.232.882/0001-68
Processo: 01400.012166/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 113.175,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Montagem do espetáculo GRITO NO ANDAIME na zona oeste do Rio de Janeiro com 24 apesentações.Este projeto tem por objetivo promover o acesso ao teatro de camadas da população que não têm contato, em geral, com este tipo de arte.
10 8831 - As Ruas Sem Sol - Investigação e aprofundamento da linguagem do Grupontapé de Teatro
Troupe Produções Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 01.486.643/0001-50
Processo: 01400.018173/20-10
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 600.000,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Proporcionar a continuidade da investigação e aprofundamento da linguagem artística, estética e conceitual do Grupontapé de Teatro, por meio da pesquisa que culminará na produção e apresentação de um novo espetáculo, garantindo as condições mínimas e necessárias para o desenvolvimento das atividades regulares do Grupo.
10 3371 - VII MOSTRA DE DANÇA DE MATO GROSSO
Companhia de Dança - Ballet de Mato Grosso
CNPJ/CPF: 07.264.653/0001-27
Processo: 01400.008421/20-10
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 249.450,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a VII Mostra de Dança de Mato Grosso tendo a participação de artistas e grupos locais, regionais, nacionais e internacionais, com apresentações no Cine Teatro Cuiabá e em outros espaços alternativos (praças e centro culturais) da Capital, inserindo o Estado no contexto das Mostras Nacionais e Internacionais de Dança.
10 3366 - CANÇÃO DE CRISTAL â€" espetáculo teatral para Crianças
TEATRAFIA EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICO E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 64.057.219/0001-00
Processo: 01400.008415/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 411.482,50
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Montar o texto teatral A Canção do Cristal, de Orleyd Faya, com direção geral de Tanah Corrêa e Miguel Hernandez. O projeto criativo se baseia na investigação do universo infantil e particularmente nas crianças como atores e receptores do fenômeno teatral. Será realizada uma temporada de quatro meses em São Paulo. Compõe ainda a proposta a realização de três oficinas, duas dirigidas à interpretes adultos e crianças e uma dirigida à criação plástica que será utilizada no espetáculo.
10 1595 - Espetáculo Musical Dança dos Vampiros de Roman Polanski.
ARTIFACTS PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.537.757/0001-72
Processo: 01400.005073/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 5.581.402,87
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto visa produzir o espetáculo musical Dança dos Vampiros de Roman Polanski, em São Paulo, com temporada para 6 meses de quinta a domingo.
10 10408 - O TEMPO E A VIDA PARA ÁLVARO E LINDA
TARANTO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME
CNPJ/CPF: 68.574.300/0001-18
Processo: 01400.020775/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 206.400,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/07/2011
Resumo do Projeto:
Projeto para montagem e apresentação de um espetáculo de teatro, com texto inédito e direção de Gillray Coutinho, contando com atuação deste e apresentando a atriz curitibana Paula Tissot. O espetáculo deverá estrear cidade do Rio de Janeiro.Trata de questões relacionadas com o envolvimento homem x mulher, a partir das aventuras e desventuras de um casal com idades e perspectivas de vida diversos, dividido entre a compulsão amorosa e a necessidade de afirmação de suas próprias individualidades.
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 5944 - FAMÍLIA LIMA - RAÍZES
Edison Luis Campagna
CNPJ/CPF: 223.597.960-20
Processo: 01400.013521/20-10
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 346.123,25
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Visando divulgar e promover a musica instrumental em nosso meio, o projeto pretende fazer a gravação ao vivo de DVD com a releitura de musicas que marcaram a trajetória da musica gaúcha, contando com o talento de Lucas Lima, que fará os arranjos que serão interpretados pelo Grupo Familia Lima.
10 4250 - Nacha Písnia (Nossa Canção)
CORAL BENEFICIENTE DE CAMARA UCRANIANO DE MAFRA
CNPJ/CPF: 10.346.223/0001-69
Processo: 01400.010557/20-10
SC - Mafra
Valor do Apoio R$: 110.766,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Revitalizar e fortalecer a cultura ucraniana da cidade de Mafra e, por conseqüência, do planalto norte de Santa Catarina e sul do Paraná através incentivo ao Coral ucraniano da cidade, contratando regente e preparador vocal, confeccionando uniformes, adquirindo instrumentos musicais e gravando playback para as apresentações, além de pagamento de cachê para coralistas. As apresentações serão públicas e gratuitas para toda a região do planalto norte catarinense e suleste do Paraná.
10 10398 - CARTAS TERRESTRES: Música de Transgressão
Joaquim Carlos Pinto Nazario 98911988804
CNPJ/CPF: 11.946.026/0001-43
Processo: 01400.020758/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 162.140,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Reunir em CD repertório representativo e inédito de música contemporânea de um dos mais inventivos compositores brasileiros, Lelo Nazario, incluindo composições eletroacústicas e instrumentais compostas a partir de sons concretos do cotidiano das pessoas e das metrópoles. Prevê também realização de concerto, produção de site e publicação de partituras e gravações em formato eletrônico, promovendo a música contemporânea brasileira e contribuindo para aproximar o público da música de vanguarda.
10 8287 - Boas Festas e Sinfônica
Orquestra Sinfônica de Rio Claro
CNPJ/CPF: 52.151.438/0001-74
Processo: 01400.017225/20-10
SP - Rio Claro
Valor do Apoio R$: 132.040,10
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Um projeto de democratização cultural apoiado sobre os pilares da música instrumental, que tem por objetivo a realização de um grande concerto público, no Ginásio Municipal de Esportes de Rio Claro - SP e que visa a popularização da música clássica instrumental, a formação de novas platéias no interior do Estado de São Paulo, e a divugação da Escola de Música Fábio Marasca como uma real oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional gratuito.
10 8278 - VIVA OS MESTRES
Karmim Produção Ltda.
CNPJ/CPF: 22.612.592/0001-35
Processo: 01400.017202/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 921.474,40
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A proposta é realizar 12 concertos, com periodicidade mensal com um repertório variado, abrangendo obras orquestrais, Quintetos, Quartetos, Duos e também solos dos seguintes compositores: Johann Sebastian Bach; Ludwig Van Beethoven; Amadeus Wolfgang Mozart; Frederic Chopin; Claude Debussy; Franz Liszt Richard Strauss; Carlos Gomes; Chiquinha Gonzaga; Ernesto Nazareth; Radamés Gnattali e Heitor Villa-Lobos1887 1959
10 5643 - GOYAZ FESTIVAL – MOSTRA DE MÚSICA INSTRUMENTAL
Instituto Centro Brasileiro de Cultura
CNPJ/CPF: 05.619.125/0001-18
Processo: 01400.012926/20-10
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 272.749,50
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar, em 2011, o GOYAZ FESTIVAL - MOSTRA DE MÚSICA INSTRUMENTAL, possibilitando à cidade de Goiânia oferecer aos seus habitantes e turistas uma opção de lazer, cultura e entretenimento que se contraponha à dimensão em larga medida formatada dos eventos carnavalescos nacionais.Oferecer três dias de uma programação artística de alto nível e, ao mesmo tempo, popular em seu acesso, no TEATRO GOIÂNIA, dotado excelentes condições de sonorização e iluminação.
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 7471 - Livro Lila
Tix Edições e Arte Ltda
CNPJ/CPF: 10.891.115/0001-77
Processo: 01400.015843/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 160.766,25
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
O projeto Lila pretende narrar a trajetória de Liliana Syrkis, popularmente conhecida como "Dona Lila", uma das grandes estilistas cariocas, cuja história de vida esta intrinsecamente coligada à saga do povo judeu, à diáspora, à história dos deportados poloneses para a Sibéria e à emigração polonesa para o Brasil, no pós-guerra.
10 7194 - ARNALDO BATTAGLINI
ARNALDO BAPTISTA DE SOUSA BATTAGLINI
CNPJ/CPF: 033.260.618-03
Processo: 01400.015299/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 285.417,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Editar e publicar um livro de arte com fotografias do trabalho do escultor Arnaldo Battaglini.
10 10236 - Formação do Mato Grosso do Sul - da Estância Inglesa às estâncias atuais
Cezar Augusto Carneiro Benevides
CNPJ/CPF: 498.962.617-68
Processo: 01400.020449/20-10
MS - Campo Grande
Valor do Apoio R$: 74.938,25
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O presente projeto pretende viabilizar a publicação do livro fotográfico "Formação do Mato Grosso do Sul - da Estância Inglesa às estâncias atuais". O livro retrata através de imagem um importante capítulo da formação dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. As imagens mostram o papel da Miranda Estância, fundada por ingleses em 1912, e das demais que a sucederam no processo de colonização e na formação da cultura e da identidade dos dois estados.
10 10546 - Ler Viver Direitos Humanos
Imagem da Vida
CNPJ/CPF: 07.245.272/0001-09
Processo: 01400.020936/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 586.248,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Viabilizar a qualificação de 10 espaços culturais/educativos para jovens em contextos sociais diferentes através da ampliação do acesso ao conhecimento, estímulo à leitura e à troca de idéias, implementando nestes núcleos atividades de leitura, contação de histórias, reflexão sobre trajetórias de vida e cidadania para, com base nessas trocas de experiências, construir personagens que serão retratados em livro e site focando na cidadania e direitos humanos que será disponibilizado para escolas.
10 5063 - AVES DO BRASIL, UM GUIA INCLUSIVO PARA DEFICIENTES VISUAIS
Avis Brasilis Com. Artigos Ecológicos, Culturais e Editora Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 05.828.467/0001-48
Processo: 01400.011862/20-10
SP - Vinhedo
Valor do Apoio R$: 339.460,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto "AVES DO BRASIL, UM GUIA INCLUSIVO PARA DEFICIENTES VISUAIS" consiste em produzir 2000 livros no formato fechado de 21 x 28 cm com 60 páginas em "BRAILLE" para deficientes visuais totais e outras 60 páginas ilustradas para deficientes com baixa visão. Como material de apoio ao projeto serão produzidos 2000 "AUDIO LIVROS" em CD-ROM. Levará informações táteis, visuais e sonoras para o entendimento da importância e grandeza de nossas Aves, sua história natural, cantos e seu folclore.
10 8650 - Expresso Literário - Edição Praça de Leitura
Marco Túlio Morais
CNPJ/CPF: 881.002.436-20
Processo: 01400.017910/20-10
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 143.813,07
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/08/2011
Resumo do Projeto:
O projeto "Expresso Literário - Edição Praça de Leitura" realizará um Concurso Literário e uma Oficina de Haikai para escritores da cidade de Uberlândia, através dos quais selecionará 14 poetas para publicação em uma edição de Livro de Bolso, dividida em 02 volumes, com tiragem de 5.000 exemplares cada volume, que serão distribuídos gratuitamente à população de Uberlândia (MG) em uma praça central da cidade, junto com apresentações cênicas da Trupe de Truões criadas sobre poemas selecionados.
10 3385 - CABO FRIO E BÚZIOS: O DESEJO INTERNACIONAL
CARINGI Comunicação
CNPJ/CPF: 00.415.985/0001-16
Processo: 01400.008455/20-10
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 277.981,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 30/11/2011
Resumo do Projeto:
Cabo Frio é uma das cidades mais antigas do país. Cobiçada pela Europa, na região foi fundada a chamada França Antártica. È um livro de arte para contar a história e ao mesmo tempo mostrar com fotos artísticas o meio ambiente riquíssimo das cidades que guardam fatos relevantes da história do Brasil. O texto será da responsabilidade do premiado escritor Antônio Torres com fotos do príncipe D. João de Orleans e Bragança.
10 2959 - Alberto Santos Dumont -" O Padroeiro da Aviação
Incentivar Produções Culturais e Editora Ltda - EPP.
CNPJ/CPF: 09.314.456/0001-09
Processo: 01400.007409/20-10
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 349.976,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar a edição de livros de arte e exposição, intitulado Alberto Santos Dumont; O Padroeiro da Aviação. A obra destinada à leitura, será rica com fotografias, em uma edição bilíngue e com tiragem de 3.000 (três mil) exemplares. Haverá 3 exposições em espaços culturais fechados, abertas ao público num período de 60 dias em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com 20 fotos referentes ao tema Alberto Santos Dumont, imagens retiradas do mesmo livro possuindo legendas bilíngues.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
10 11048 - Verão Azul
CASA DA CULTURA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.233.344/0001-67
Processo: 01400.021686/20-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 2.540.080,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/05/2011
Resumo do Projeto:
Realizar durante dois meses e em todos os finais de semana shows gratuitos, com artistas de renome e artistas locais e regionais na Cidade de Bertioga, Estado de São Paulo.
10 2090 - Ontem e Hoje - 40 anos de Antônio Carlos & Jocafi
ShowSete Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 10.234.180/0001-20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 01400.005654/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 217.470,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Ontem e Hoje; 40 Anos de Antônio Carlos & Jocafi é um projeto em comemoração a longa carreira desta dupla da Música Popular Brasileira, que pretende a gravação de um novo Disco (em formato CD de Áudio e com o mesmo título do projeto), sua distribuição (e comercialização), bem como 2 Shows de lançamento. O Projeto deve ser realizado na cidade de São Paulo.
10 7532 - DÉCIMO SEXTO FECASTCHÊ - FESTIVAL CASCAVELENSE DE ARTE E TRADIÇÃO GAÚCHA
CTG Estância Colorada - Associação Atlética Comercial
CNPJ/CPF: 81.271.157/0001-53
Processo: 01400.015997/20-10
PR - Cascavel
Valor do Apoio R$: 102.747,40
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizar o maior festival tradicionalista da região oeste do Paraná, FECASTCHÊ - FESTIVAL CASCAVELENSE DE ARTE E TRADIÇÃO GAÚCHA. Na programação, apresentações de danças tradicionalistas, concurso de poesia campeira, concurso de peão e prenda com premiações em troféu.
ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 11230 - Biblioteca do CEMBRA- letras e artes
Arte 3, educação, cultura e comunicação
CNPJ/CPF: 08.464.798/0001-34
Processo: 01400.022112/20-10
RJ - Parati
Valor do Apoio R$: 242.770,00
Prazo de Captação: 27/01/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A Biblioteca do CEMBRA; letras e artes prevê programas de inclusão intelectual e formação de leitores autônomos e sensíveis às questões do patrimônio cultural local, com palestras, oficinas, exposição, atividades culturais e formação de mediadores de leitura para atuação na biblioteca e de formação de professores na área de literatura e artes.

PORTARIA Nº 44, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar a complementação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
0610649-Circuito de Visitação e Programa de Educação Patrimonial da Capela de São Miguel Arcanjo
Associação Cultural Beato José de Anchieta
CNPJ/CPF:06.075.379/0001-85
SP-São Paulo
Valor Complementar em R$:105.910,20

PORTARIA Nº 45, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
08 8846 - Trilogia - Faz e Conta
Ana Luisa de Mattos M. Lacombe Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 10.341.894/0001-37
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
08 4504 - Ópera O Grande Mentecapto A
Tropical Produções Ltda - ME
CNPJ/CPF: 31.361.256/0001-58
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
07 8411 - Retrato Emoldurado
Clovis Sampaio Torres - Firma Individual
CNPJ/CPF: 03.113.359/0001-63
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
10 1354 - IVANOV
Teatro Máquina
CNPJ/CPF: 10.292.616/0001-37
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 0327 - A Senhora De Dubuque - Circulação
Daltrozo Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 63.928.865/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 10/01/2011 a 31/10/2011
07 4563 - Projeto Arte Saúde & Cidadania na sua Cidade
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
06 9085 - Cia Experimental Dança Vida
Associação Dança Vida
CNPJ/CPF: 06.286.492/0001-00
SP - Ribeirão Preto
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
07 9596 - Ampliação Instrumental da Banda Marcial do Colégio Cristo Rei
Colégio Cristo Rei
CNPJ/CPF: 55.356.430/0001-32
SP - Presidente Prudente
Período de captação: 01/01/2011 a 30/11/2011
07 6413 - Circulação da Orquestra Sinfônica do Paraná
Centro Cultural Teatro Guaíra
CNPJ/CPF: 76.695.204/0001-56
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2011 a 31/07/2011
08 0194 - Festival de Corais de Blumenau
Valéria Rausch Felipe
CNPJ/CPF: 381.386.629-72
SC - Blumenau
Período de captação: 01/01/2011 a 30/04/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
10 3215 - ESPAÇO CULTURAL UNIFOR (ANEXO) - Circuito de Exposições 2010 - 2011
Fundação Edson Queiroz
CNPJ/CPF: 07.373.434/0001-86
CE - Fortaleza
Período de captação: 25/01/2011 a 31/12/2011
07 8584 - Caminho dos Direitos Humanos (O)
Instituto Brasil Leitor
CNPJ/CPF: 03.982.591/0001-38
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
07 10020 - Memórias de Pierre Verger
Fundação Pierre Verger
CNPJ/CPF: 16.301.202/0001-03
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 8249 - Cortejo de grupos de cultura popular de origem africana
Moreira Lima Comercial Ltda.
CNPJ/CPF: 65.182.388/0001-34
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2011 a 30/04/2011
07 3290 - Restauração do Palacete 10 de Julho de Pindamonhangaba-SP-2ª Fase
Companhia de Projeto Ltda.
CNPJ/CPF: 04.877.772/0001-67
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
09 4707 - Chorinho Brasileiro - Como tudo começou
DBA Dórea Books and Art Artes Gráficas Ltda.
CNPJ/CPF: 38.815.841/0001-20
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
07 5197 - Caatinga - Um Novo Olhar - Biodiversidade e Convivência Humana
Associação Caatinga
CNPJ/CPF: 02.885.544/0001-03
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
08 8882 - Livro "Festival de Arte Serrinha"
Marcelo Moreira Silveira - ME (Delduque Comunicação)
CNPJ/CPF: 09.592.972/0001-97
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
08 3717 - Quando os Meus Tomates Ficarão Maduros?
Associação Artístico-Cultural Agosto 17 - OSCIP
CNPJ/CPF: 03.328.294/0001-73
RS - Caxias do Sul
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
09 4963 - 2° Festival Internacional de Arte e Mídia
ISER Desenvolvimento de Recursos Humanos Ltda
CNPJ/CPF: 07.481.793/0001-57
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
07 12093 - Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa (II)
Instituto Empreender
CNPJ/CPF: 03.666.886/0001-03
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
09 0331 - ESPAÇO CULTURAL UNIFOR - CIRCUITO DE EXPOSIÇÕES
Fundação Edson Queiroz
CNPJ/CPF: 07.373.434/0001-86
CE - Fortaleza
Período de captação: 25/01/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
05 6351 - Memorial Unisc - Parte II
Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC
CNPJ/CPF: 95.438.412/0001-14
RS - Santa Cruz do Sul
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011

PORTARIA Nº 46, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO , no uso da delegação de competência estipulada na Portaria GM-MinC n. 165/2010, constante na seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de abril de 2007, Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério , conforme anexo abaixo:

Art.2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/MinC nº 03 de 30.12.10, publicada no Diário a Oficial União de 31.12.10, a saber: "Cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 25 da Instrução Normativa SRF nº 258, de 17 de dezembro de 2002."

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	Objeto	Área	Valor Proposto (R$)	Valor Aprovado (R$)	Valor Captado (R$)
07-7245	CD Tantinho Canta Padeirinho	José Constant Amorim Neto	Realizar a gravação de três mil cópias de um primeiro álbum dedicado exclusivamente à produção do compositor Osvaldo Vitalino de Oliveira e à difusão do trabalho por meios de três espetáculos na cidade do Rio de Janeiro.	Música	253.550,00	239.360,00	175.560,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
DIRETORIA

RESOLUÇÃO Nº 180, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre o modelo de regulação das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe conferem os arts. 8º, inciso XXV, e 34 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 4º, inciso XXVI, e 11, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006,

Considerando que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO administra aeroportos que processam cerca de 95% (noventa e cinco por cento) do tráfego de passageiros e cargas no Brasil, o que atesta sua representatividade e viabiliza a utilização de seus dados na definição e aplicação da metodologia desta Resolução;

Considerando a importância do estabelecimento de um arcabouço regulatório objetivo e transparente que incentive a busca de eficiência, qualidade de serviço e modicidade tarifária na prestação de serviços aeroportuários, e

Considerando a decisão prolatada na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Resolução e Anexos, o modelo de regulação das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos e internacionais, para os aeroportos públicos que não estejam sob condições tarifárias específicas definidas em ato de autorização ou contrato de concessão.

Parágrafo único. Os Anexos desta Resolução encontram-se publicados no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponíveis em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução e Anexos, aplicam-se as seguintes definições:

I - aeroportos públicos: são os aeroportos homologados e classificados pela ANAC;

II - atividades aeroportuárias (ou simplesmente atividades): são aquelas remuneradas pelas tarifas aeroportuárias, definidas, para os efeitos desta Resolução, como as atividades de embarque de passageiros e de pouso e permanência de aeronaves - cujas tarifas se encontram regulamentadas por esta Resolução - e as atividades de armazenagem e capatazia de carga, cujas tarifas se encontram definidas na regulamentação vigente;

III - atividades não reguladas: são as atividades para as quais não há regulação tarifária e que, portanto, geram receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, tais como aquelas provenientes da concessão de áreas para exploração comercial, ganhos financeiros, prestação dos demais serviços não regulados, etc;

IV - categorias aeroportuárias: correspondem às categorias definidas na regulamentação vigente, segundo as quais os aeroportos, para fins de cobrança de tarifas aeroportuárias, são classificados de acordo com as facilidades disponíveis;

V - custo: composto pelos custos operacionais, financeiros, administrativos, depreciação e remuneração dos bens da União e do administrador aeroportuário;

VI - fator X: é o componente que incidirá na fórmula do reajuste anual, com objetivo de repassar aos consumidores ganhos esperados de produtividade;

VII - funcionários orgânicos: são os funcionários contratados pela INFRAERO via concursos ou cargos comissionados ou, ainda, aqueles cedidos de outros órgãos, autarquias ou empresas públicas à Empresa;

VIII - funcionários terceirizados: são os funcionários de pessoas jurídicas contratadas pela INFRAERO para exercer, na Empresa, atividades específicas;

IX - índice de eficiência: corresponde à eficiência no uso dos recursos, medido pela razão entre o WLU do aeroporto e os custos registrados no mesmo;

X - índice de produtividade: corresponde à produtividade do trabalho, medido pela razão entre o WLU do aeroporto e o número de funcionários alocados no mesmo;

XI - preços de permanência: correspondem às tarifas domésticas e internacionais de permanência cobradas da aviação geral, conforme regulamentação vigente;

XII - preço unificado: correspondem às tarifas domésticas e internacionais de pouso e embarque cobradas da aviação geral, conforme regulamentação vigente;

XIII - PTAX: é a taxa de câmbio calculada ao final de cada dia pelo Banco Central do Brasil, com base na taxa média de todos os negócios com dólares americanos realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio, com liquidação em D2 (dia útil, mais dois dias úteis);

XIV - reajuste anual: é a atualização monetária das tarifas aeroportuárias, realizada por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ajustado pela dedução do fator X;

XV - revisão tarifária: é o processo periódico realizado pela ANAC com o objetivo de definir os novos tetos tarifários e os parâmetros que incidirão nos reajustes anuais e na revisão tarifária subsequentes;

XVI - tarifas reguladas: são aquelas sobre as quais se aplica o disposto nesta Resolução, quais sejam, as tarifas domésticas e internacionais de embarque de passageiros, pouso e permanência de aeronaves e os preços unificado e de permanência;

XVII - teto tarifário: são os valores máximos, estabelecidos pela ANAC, que poderão ser cobrados pelos aeroportos submetidos a esta Resolução;

XVIII - valor médio tarifário arrecadado: são os valores ponderados das tarifas praticadas, calculadas separadamente por tipo tarifário e por natureza do voo, se doméstico ou internacional;

XIX - WLU (work load unit): é uma medida de ponderação de passageiros e carga, calculada pela soma do volume de cargas processadas no Terminal de Cargas Aéreas, em quilos, dividido por 100 (cem), ao número de passageiros, embarcados, desembarcados e em trânsito, processados no aeroporto.

CAPÍTULO II

DA REGULAÇÃO TARIFÁRIA

Art. 3º A regulação das tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos e internacionais, será realizada por meio do estabelecimento de tetos tarifários, os quais sofrerão atualizações monetárias por meio de reajustes anuais e serão periodicamente redefinidos por meio de revisões tarifárias, ambos fundamentados em incentivos à eficiência.

§ 1º Poderão ser concedidos descontos aos usuários, baseados em critérios objetivos e não discriminatórios, tais como o horário, dia, temporada ou facilidades disponíveis.

§ 2º As tarifas estabelecidas poderão ser majoradas em até 20% (vinte por cento) acima do teto fixado, de acordo com critérios objetivos e não discriminatórios, desde que o valor médio tarifário arrecadado, calculado conforme metodologia estabelecida no Anexo III desta Resolução, não ultrapasse o valor máximo estabelecido pela ANAC.

§ 3º Os excedentes dos valores tarifários médios, se identificados, serão compensados no reajuste do ano subseqüente à realização da aferição do valor médio arrecadado, sem prejuízo de eventuais medidas administrativas cabíveis.

Art. 4º Os superávits decorrentes de atividades não reguladas serão computados no cálculo do teto tarifário, com vistas a favorecer a modicidade tarifária.

Seção I

Da Primeira Revisão Tarifária

Art. 5º Na primeira revisão tarifária, serão estabelecidos os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos e internacionais.

Art. 6º Os tetos tarifários serão estabelecidos por meio da metodologia descrita no Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único. As atividades identificadas como deficitárias terão suas tarifas recompostas, observados os parâmetros de produtividade estabelecidos, conforme metodologia descrita no Anexo II desta Resolução.

Art. 7º Na primeira revisão tarifária, serão estabelecidas as metas de eficiência cujo alcance será observado quando da segunda revisão tarifária, conforme metodologia descrita nos Anexos I e II desta Resolução.

Seção II

Da Segunda Revisão Tarifária

Art. 8º Na segunda revisão tarifária, serão redefinidos os tetos tarifários, conforme metodologia utilizada na primeira revisão, para a identificação dos resultados das atividades em cada categoria.

Art. 9º As metas de eficiência definidas na primeira revisão serão utilizadas como parâmetros para a recomposição dos déficits identificados nas atividades aeroportuárias.

Parágrafo único. A partir da revisão de que trata esta Seção:

I - os aeroportos constantes da categoria 01 terão recomposições tarifárias individuais, com base no alcance das metas de eficiência;

II - os aeroportos constantes das categorias 02, 03 e 04 terão recomposição com base na média de eficiência da categoria, calculada a partir do percentual de alcance das metas dos aeroportos classificados na respectiva categoria.

Art. 10. As metas de eficiência que serão observadas na revisão subsequente serão estabelecidas conforme metodologia descrita no Anexo II desta Resolução.

Art. 11. A ANAC estabelecerá a metodologia de avaliação da qualidade de serviço prestado aos usuários da infraestrutura aeroportuária.

Parágrafo único. A metodologia a que se refere o caput deste artigo definirá os procedimentos e os critérios a serem adotados para:

I - a obtenção e o tratamento dos dados necessários;

II - o estabelecimento de parâmetros de classificação de qualidade; e

III - a atribuição de responsabilidades aos entes regulados quanto à prestação das informações e aos estudos que se fizerem necessários.

Art. 12. A ANAC definirá as regras de transição no que se refere aos valores tarifários que serão assumidos pelos aeroportos que vierem a ser classificados na categoria 01.

Art. 13. A ANAC regulamentará, até a revisão de que trata esta Seção, o conteúdo do plano de contas e metodologia de rateio de custos e receitas a serem enviados periodicamente pelos administradores aeroportuários.

Seção III

Das Revisões Tarifárias Subsequentes

Art. 14. As revisões tarifárias subsequentes, com periodicidade quinquenal, terão por objetivo definir novos tetos tarifários, com base em metodologia e parâmetros objetivos definidos na revisão imediatamente anterior.

§ 1º As metas de eficiência definidas na revisão anterior incidirão no estabelecimento dos novos tetos tarifários.

§ 2º A avaliação da qualidade de serviço será considerada no cálculo da revisão tarifária e/ou na fórmula de reajuste dos anos subsequentes, conforme metodologia definida pela ANAC.

Art. 15. Em cada revisão tarifária, será estabelecido o fator X a ser considerado nos reajustes anuais subsequentes.

Seção IV

Dos Reajustes Anuais

Art. 16. Os reajustes dos tetos tarifários têm por objetivo atualizar monetariamente as tarifas, e serão realizados, anualmente, pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ajustado pela dedução do fator X, conforme a fórmula abaixo:

Tarifa t = Tarifa t-12 . (IPCA t-1 / IPCA t-13) . (1-X), onde:

Tarifa t = valor tarifário após o reajuste realizado no período t;

Tarifa t-12 = valor tarifário vigente antes do reajuste no período t;

IPCA t-1 = valor do IPCA no mês anterior ao reajuste no período t; e

IPCA t-13 = valor do IPCA no mês anterior ao reajuste realizado em t-12.

Parágrafo único. Será considerada a variação do IPCA referente ao período de 12 (doze) meses imediatamente anterior ao mês em que for realizado o cálculo do reajuste tarifário.

Art. 17. O fator X terá valor nulo nos reajustes realizados até o momento de definição de sua metodologia de cálculo, o que ocorrerá até a segunda revisão tarifária.

Art. 18. Nos anos em que forem realizadas revisões tarifárias, o reajuste será efetuado concomitantemente ao estabelecimento do novo teto tarifário.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A primeira revisão tarifária será referente ao ano calendário 2010, a segunda a 2013 e as subsequentes a períodos quinquenais, a partir desta última data.

Art. 20. O valor da tarifa de embarque, doméstica ou internacional, deve ser aquele estabelecido em tabela própria do administrador aeroportuário, na data da compra do bilhete de passagem, para a data e horário de embarque do passageiro.

§ 1º Em caso de remarcação da passagem, o passageiro deverá pagar ou receber a variação dessa tarifa, conforme o valor que constar da tabela vigente, à data da remarcação, para a data e horário de seu embarque.

§ 2º As tarifas de embarque serão arrecadadas pelas empresas aéreas e recolhidas ao administrador aeroportuário, sendo livre a negociação da remuneração do custo de arrecadação entre as partes.

§ 3º As empresas aéreas deverão fornecer ao administrador aeroportuário as informações necessárias para a verificação do valor da tarifa de embarque devida pelo passageiro.

Art. 21. O valor das tarifas de pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos ou internacionais, deve ser aquele vigente na data da prestação do serviço.

Art. 22. Os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos e internacionais, serão calculados conforme os critérios estabelecidos nesta Resolução, devendo ser fixados em moeda corrente nacional por meio de:

I - portaria da área técnica competente da ANAC, enquanto não definida a metodologia de cálculo do fator X nos termos do art. 17; e

II - resolução da Diretoria, após a definição da metodologia de cálculo do referido fator.

§ 1º Quando da realização de reajustes anuais ou de revisões tarifárias, o prazo mínimo para vigência dos novos tetos tarifários a serem observados pelos operadores aeroportuários será de 45 (quarenta e cinco) dias contados da publicação do ato que os fixar.

§ 2º A partir da vigência dos novos tetos tarifários, caberá aos operadores aeroportuários publicar os valores das tarifas a serem praticadas em tabela própria, que terão prazo mínimo para vigência de 30 (trinta) dias contados da sua publicação.

§ 3º O prazo mínimo para vigência previsto no parágrafo anterior também se aplica na situação de publicação de descontos e aumentos concedidos pelos operadores aeroportuários, nos termos do art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º, desta Resolução.

§ 4º As tabelas vigentes com os valores tarifários adotados pelo administrador aeroportuário deverão ser mantidas atualizadas e disponibilizadas nos aeroportos e em seu sítio eletrônico para fins de livre acesso e consulta pelo público em geral.

§ 5º As tabelas tarifárias utilizadas pelos administradores aeroportuários deverão ser mantidas, pelo período de dois anos, à disposição da ANAC, de outros órgãos públicos e demais interessados.

Art. 23. Os valores referentes ao estipulado na Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, são fixos, independentemente do valor da tarifa cobrada do usuário.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 24. Os valores referentes ao Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO de que trata a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, são variáveis, constituídos por um percentual da tarifa cobrada do usuário.

Art. 25. A ANAC publicará anualmente os resultados financeiros das atividades aeroportuárias e os índices de realização das metas de eficiência e da avaliação da qualidade de serviço dos aeroportos.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. A partir de 14 de março de 2011:

I - ficam revogados:

a)a Portaria nº 634/SOP, de 17 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de dezembro de 1993, Seção 1, páginas 20828 e 20829;

b)a Portaria nº 955/DGAC, de 15 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 17 de dezembro de 1997, Seção 1, página 30145;

c)os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 6º e 7º da Portaria nº 905/DGAC, de 2 de setembro de 2005, publicada no DOU de 5 de setembro de 2005, Seção 1, páginas 18 e 19;

d)a Resolução nº 103, de 26 de junho de 2009, publicada no DOU de 24 de junho de 2009, Seção 1, páginas 10 e 11; e

e)o art. 2º da Resolução nº 122, de 1º de dezembro de 2009, publicada no DOU de 2 de dezembro de 2009, Seção 1, página 33; e

II - nos termos do art. 47, inciso I, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, esta Resolução substituirá as disposições das Portarias nºs 552/GM-2, de 20 de agosto de 1997, publicada no DOU de 22 de agosto de 1997, Seção 1, página 18269, 861/GM-2, de 9 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 10 de dezembro de 1997, Seção 1, página 29310, 968/GC-5, de 29 de agosto de 2005, publicada no DOU de 31 de agosto de 2005, Seção 1, página 9, e 969/GC-5, de 29 de agosto de 2005, publicada no DOU de 31 de agosto de 2005, Seção 1, página 9.

SOLANGE PAIVA VIEIRA
Diretora-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 181, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Estabelece regras para designação dos aeroportos internacionais brasileiros.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelos arts. 8º, inciso XXI, e 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 22 da Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10 da Convenção de Aviação Civil Internacional, publicada pelo Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, e no Decreto nº 97.464, de 20 de janeiro de 1989, e considerando o deliberado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 25 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º Considera-se aeroporto internacional aquele designado pela ANAC como apto a atender às operações de tráfego aéreo internacional, assim entendido aquele em que são satisfeitas as formalidades de alfândega, de polícia de fronteira, de saúde pública, de vigilância agropecuária e os demais requisitos estabelecidos em regulamentos específicos.

§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se operação de tráfego aéreo internacional o primeiro pouso realizado por aeronave proveniente do exterior ou a última decolagem de aeronave destinada ao exterior.

§ 2º De acordo com a satisfação das formalidades referidas no caput, o aeroporto designado como internacional estará apto a atender às operações de tráfego aéreo internacional durante todo o seu período de funcionamento ou em períodos restritos.

§ 3º O período e as condições para atendimento às operações de tráfego aéreo internacional mencionados no § 2º devem ser especificados no ato de designação do aeroporto.

Art. 2º A designação de aeroporto como internacional é realizada pela ANAC, mediante requerimento do operador do aeroporto.

Art. 3º O requerimento para designação de aeroporto como internacional deve conter:

I - informações disponíveis sobre tipo de serviço, origem, destino, horário e frequência das operações pretendidas, e tipo e configuração das aeronaves a serem empregadas;

II - previsão das restrições de atendimento às operações de tráfego aéreo internacional, se for o caso, conforme disposto no art. 1º, § 2º;

III - decisão administrativa que ateste a capacidade de atendimento às operações de tráfego aéreo internacional no aeroporto e, se for o caso, que estabeleça condições ou restrições para o atendimento, emitida:

a)pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

b)pelo Departamento de Polícia Federal - DPF;

c)pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

d)pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

e)pelas demais autoridades estabelecidas em regulamentos específicos;

IV - declaração do operador do aeroporto que ateste:

a)o atendimento às condições exigidas pelas autoridades de controle de fronteira; e

b)o atendimento à regulamentação da ANAC referente à segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita.

Art. 4º O cancelamento da designação de aeroporto como internacional será realizado pela ANAC:

I - mediante requerimento do operador do aeroporto:

a) quando de seu interesse; ou

b) quando não puderem ser mantidas as condições especificadas nos documentos de que tratam os incisos III e IV do art. 3º;

II - de ofício:

a) quando verificada a não manutenção das condições especificadas nos documentos dos incisos III e IV do art. 3º, o que poderá ser originado por correspondência dos órgãos e entidades citados; ou

b) quando constatado interesse público.

Art. 5º A ANAC, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento de todos os documentos necessários à correspondente apreciação, emitirá decisão sobre os requerimentos protocolados pelo operador do aeroporto e, quando aplicável, solicitará à autoridade responsável pelo controle do espaço aéreo alterações na Documentação Integrada de Informação Aeronáutica.

Parágrafo único. A publicação na Documentação Integrada de Informação Aeronáutica é condição necessária para a realização de operações de tráfego aéreo internacional no aeroporto.

Art. 6º A ANAC publicará a lista dos aeroportos internacionais brasileiros e disponibilizá-la-á em seu sítio na rede mundial de computadores.

Art. 7º A ANAC informará à Organização de Aviação Civil Internacional os dados pertinentes sobre os aeroportos internacionais brasileiros.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos aeroportos designados como internacionais por tempo determinado.

Art. 8º Os operadores de aeroportos que atualmente atendam ao tráfego aéreo internacional terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Resolução para encaminhar requerimentos para a manutenção de sua condição como aeroporto internacional, de acordo com as regras estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo único. Expirado o prazo referido no caput, o aeroporto será fechado ao tráfego aéreo internacional.

Art. 9º A ANAC disponibilizará, em seu sítio na rede mundial de computadores, formulário padronizado a ser utilizado para apresentação dos requerimentos de que trata esta Resolução.

Art. 10. A designação, pela ANAC, de aeroporto como internacional não implica alteração em sua denominação.

Parágrafo único. A presença do termo "Internacional" na denominação de aeroporto sem que haja sua designação como tal pela ANAC não lhe confere a condição de internacional.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA
Diretora-Presidente

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 62/GC3, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Altera dispositivos na Portaria n° 763/GC3, de 14 de agosto de 2009, que dispõe sobre o apoio das diversas Organizações do Comando da Aeronáutica à Escola de Especialistas de Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo n° 67131.000688/2010-93, resolve:

Art. 1º Inserir a letra "c" ao inciso I do art. 2º da Portaria nº 763/GC3, de 14 de agosto de 2009, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 154, de 19 de agosto de 2009, com a redação abaixo.

"c) por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI):

- Especialidade: Sistemas de Informação (SIN) - ações discriminadas no art. 1°."

Art. 2º A letra "a" do inciso III do art. 2°, da Portaria nº 763/GC3, de 14 de agosto de 2009, que "Dispõe sobre o apoio das diversas Organizações do Comando da Aeronáutica à Escola de Especialistas de Aeronáutica, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) Especialidades: Cartografia (SCF), Comunicações (BCO), Controle de Tráfego Aéreo (BCT), Informações Aeronáuticas (SAI) e Meteorologia (BMT) - ações discriminadas no art. 1°; e" (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 63/GC3, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

(*)Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre Autorização de Voo no Espaço Aéreo Brasileiro e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 12 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 00800.072014/2010-90, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 55-36 "Autorização de Voo no Espaço Aéreo Brasileiro", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 686/GC3, de 24 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 185, de 27 de setembro de 2010, Seção I, página 18.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

(*) A Instrução de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 2/DPC, DE 10 DE JANEIRO DE 2010

Renova o Credenciamento da Escola de Mergulho do SENAI - DR/RJ Centro de Tecnologia de Solda para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da Escola de Mergulho do SENAI - DR/RJ Centro de Tecnologia de Solda para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, conforme estabelecido no capítulo 3 da NORMAM-15.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 22 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante_EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 13/DPC, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

Credencia a Empresa West Group Treinamentos Industriais Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa West Group Treinamentos Industriais Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), para Profissionais Não-Tripulantes (PNT) e Tripulantes Não-Aquaviários (TNA), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 - 1ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de agosto de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 16/DPC, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Renova o Credenciamento da Escola de Mergulho do "Divers University Esporte Aquático LTDA" para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da Escola de Mergulho "Divers University Esporte Aquático LTDA" para ministrar o Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, conforme estabelecido no capítulo 3 da NORMAM-15/DPC.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 25 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RETIFICAÇÕES

Na edição do Diário Oficial de União de nº 17, publicada em 25/01/2011, Seção 1, página 6, com referência ao número e data da Portaria, onde se lê: "PORTARIA Nº 35, DE 19 DE JANEIRO DE 2011", leia-se: "PORTARIA Nº 41, DE 24 DE JANEIRO DE 2011".

No artigo 1º da Portaria nº 39, de 19/01/2011, publicada no Diário Oficial da União de 24/01/2011 Seção 1, página 14, onde se lê: Rua das Esmeraldas nº 267, leia-se: Rua das Esmeraldas nº 67.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 07 /2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC
PROCESSO: 23000.008498/2009-09
INTERESSADOS: UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO
UF: RJ
EMENTA: Supervisão ordinária no corpo docente da Universidade Castelo Branco. Deferimento parcial do pleito da IES, suspendendo medida cautelar constante no art. 2 da Portaria nº 1.184, publicada no DOU de 27 de agosto de 2010.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, de acordo com Decreto 5.773/2006, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica nº 011/2011-MEC/SESu/DESUP/CGSUP, na qual consta a análise da defesa do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1.184, publicada no DOU de 27 de agosto de 2010, determina:

1. A revogação da medida cautelar administrativa constante do art. 2º da Portaria SESu nº 1.184, publicada no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2010 que suspendia a possibilidade de abertura de novos cursos e de ampliação do número de vagas.

2. A manutenção, pela Universidade Castelo Branco, dos dados de seu corpo docente atualizados no sistema e-MEC, devendo demonstrar o atendimento aos requisitos contidos no Art. 52 da LDB; e

3. Seja a IES notificada das determinações do presente Despacho.

Nº 08 /2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC
PROCESSO: 23000.011065/2010-66
INTERESSADOS: FACULDADES INTEGRADAS DO OESTE DE MINAS - FADOM
UF: MG
EMENTA: Supervisão ordinária nas Faculdades Integradas do Oeste de Minas - FADOM. Denúncia encaminhada pelo Diretório Acadêmico Francisco Campos. Prazo de 90 dias para implementação e comprovação das medidas de saneamento de deficiências, de acordo com os arts. 46, § 1º da LDB e 48 do Dec. 5.773/06. Prorrogar o prazo de saneamento até o dia 21 de fevereiro de 2011.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, nos termos do § 2º, art. 48 do Decreto 5.773/2006, e com base nos fundamentos expostos na Nota Técnica nº 010/2011-MEC/SESu/DESUP/CGSUP, determina que:

1. Seja prorrogado o prazo para saneamento, concedido no Despacho nº 91/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, até o dia 21 de fevereiro de 2011; e

2. Sejam as Faculdades Integradas do Oeste de Minas - FADOM notificadas das determinações deste Despacho.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 62, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Magnífico Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e competências que são conferidas pelas disposições legais e estatutárias, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do(s) processo(s) seletivo(s) simplificado(s) para contratação temporária de professor Substituto/Visitante, conforme o abaixo discriminado:

A- FACULDADE DE LETRAS

A.I- Edital nº. 046/2010 -GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto

Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas - Processo 23071.08386/2010-40

Classificação	Nome	Nota
1º	Rodrigo Tavares Zaidan	88

A.I.2- - Processo 23071.08479/2010-74

Classificação	Nome	Nota
1º	Gabriel da Cunha Pereira	88,5
2º	Roberto Perobelli de Oliveira	88,1

HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PORTARIA Nº 315, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor João Luiz Maurity Saboia, no uso de suas atribuições resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo para contratação de professor visitante referente ao Edital nº 20 de 14 de junho de 2010, publicado no D.O.U nº 112 DE 15/06/2010, para o programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do IE/UFRJ, que aprovou a candidata ELI ROQUE DINIZ.

JOÃO LUIZ MAURUTY SABOIA

PRÓ-REITORIA DE PESSOAL

PORTARIA Nº 358, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme categoria e Unidade, descritas abaixo. O número do edital do concurso é 26, de 18 de junho de 2010, publicado no DOU nº 118, de 23 de junho de 2010.

CATEGORIA ADJUNTO
Faculdade de Educação/Didática e Prática de Ensino de Português/Literaturas
1º- Ana Crelia Penha Dias
2º- Catia Valério Ferreira Barbosa
3º- André Luiz Dias Lima
4º- Lucelena Abrantes Ferreira
Pólo Universitário de Macaé/Fisiologia Humana
1º- Rosane Aparecida Ribeiro
2º- Josiane de Campos Cruz
CATEGORIA ASSISTENTE
Faculdade de Medicina/Fisioterapia Geral
1º- Thaís Pionório Omena
2º- Vagner Wilian Batista e Sá
Faculdade de Medicina/Terapia Ocupacional em Geriatria e Gerontologia
1º- Claudia Reinoso Araújo de Carvalho
2º- Lilian Dias Bernardo
Faculdade de Medicina/Fundamentos da Terapia Ocupacional
1º- Marcia Cabral da Costa
2º- Lisete Ribeiro Vaz
3º- Carolina Maria do Carmo Alonso

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

PORTARIA N° 359, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme categoria e Unidade, descritas abaixo. O número do edital do concurso é 27, de 24 de junho de 2010, publicado no DOU nº 120, de 25 de junho de 2010.

CATEGORIA ADJUNTO
Faculdade de Odontologia/Encerramento Progressivo e Oclusão
Kátia Rodrigues Reis
Faculdade de Odontologia/Prótese Removível
1º- Marcela Rodrigues Alves
2º- Kátia Rodrigues Reis
3º- Luciana Valadares Oliveira
Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano/Caracterização Espectroscópica
Alexandre Carneiro Silvino
Instituto de Matemática/Inteligência Artificial
1º- Carla Amor Divino Moreira Delgado
2º- Rodrigo Tosta Peres
3º- Aloísio Carlos de Pina
Instituto de Matemática/Matemática Aplicada
Alejandro Cabrera
Instituto de Matemática/Probabilidade e Estatística
1º- Thaís Cristina Oliveira da Fonseca
2º- Leonardo Soares Bastos
Museu Nacional/Petrografia
Eliane Guedes Ferreira
CATEGORIA ASSISTENTE
Faculdade de Medicina/Audiologia
1º- Cristiane Fregonesi Dutra Garcia
2º- Francisco José Vieira Osterne
3º- Henrique de Albuquerque Carvalho
Faculdade de Medicina/Fisioterapia Geral
Fernando Eduardo Zikan
Faculdade de Medicina/Motricidade Oro-facial
Mariana Pinheiro Brendim

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

PORTARIA N° 360, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Pró-reitor de Pessoal, no uso da competência delegada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 1.778, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, resolve:

Tornar público, em ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados, homologando o resultado dos Concursos Públicos de Provas e Títulos, conforme categoria e Unidade, descritas abaixo. O número do edital do concurso é 28, de 24 de junho de 2010, publicado no DOU nº 120, de 25 de junho de 2010.

CATEGORIA ASSISTENTE
Escola de Música/Piano
1º- Midori Maeshiro
2º- Ronal Xavier Silveira
3º- André Alves Carrara
Escola de Música/Composição
1º- Yahn Wagner Ferreira de Mello Pinto
2º- Luis Otávio Teixeira Passos
Faculdade de Educação/Didática e Prática de Ensino de Música
1º- Rodrigo Serapião Batalha
2º- João Miguel Bellard Freire
3º- Christiane Reis Dias Villela Assano
Faculdade de Educação/Didática e Prática de Ensino de Português/Italiano
1º- William Soares dos Santos
2º- Leandra Luciano Ferreira
Faculdade de Educação/Didática e Prática de Ensino de Artes Visuais
Wilson Cardoso Júnior

LUIZ AFONSO HENRIQUES MARIZ

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 25 de janeiro de 2011

Processo: 11893.000090/2006-41.
Interessados: HSBC CTVM S/A e outro (CNPJ 58.229.246/0001-10).
Assunto: Instrução CVM 301/99, Lei 9.613/98. Irregularidades cadastrais. Ausência de Comunicação de operações que podem configurar crimes de "lavagem" de capitais. Advertência e Multa.

Aprovo o PARECER PGFN/CAF/Nº 15/2011 e adoto os seus fundamentos para NÃO-CONHECER o recurso voluntário interposto nos autos do processo em epígrafe, porque intempestivo.

NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
Interino

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na lista de assinatura do Convênio ICMS 01/11, de 17 de janeiro de 2011, publicado no DOU de 18 de janeiro de 2011, Seção 1, página 17, onde se lê: "...Mato Grosso - Eder de Moraes Dias ...", leia-se: "...Mato Grosso - Edmilson José dos Santos...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa RFB nº 1.083, publicado no DOU de 09/11/2010, Seção. I, página. 10, art. 29-B, § 1º:

Onde se lê: "XI"

Leia-se: "X."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: RECEITA DE ALUGUEL. INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Até o dia 29/11/2009, dia anterior ao da publicação da Lei nº 12.101, de 2009, mesmo as entidades beneficentes de assistência social possuidoras do certificado de isenção estavam sujeitas ao recolhimento da Cofins sobre as receitas de aluguel auferidas, por não se tratarem de receitas derivadas das atividades próprias dessas entidades, a que se refere o inciso X do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001. A partir do dia 30/11/2009, data da publicação no Diário Oficial da União da Lei nº 12.101, as entidades beneficentes de assistência social que forem possuidoras do certificado de isenção das contribuições para a seguridade social estão isentas também do recolhimento da Cofins sobre as receitas de aluguel auferidas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: § 7º do art. 195 da CF/1988; inciso X do art. 14 da MP nº 2.158-35, de 2001; art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009; inciso II, do art. 46 do Decreto nº 4.524, de 2002; e arts 9º e 47 da IN SRF nº 247, de 2002.

JOÃO HAMILTON RECH
Resp. p/ Expediente

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 3, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: HIPÓTESES DE APURAÇÃO DE CRÉDITOS DA COFINS NO REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS EM RELAÇÃO A ENCARGOS DE EXAUSTÃO. A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Cofins não pode descontar créditos calculados em relação aos encargos de exaustão suportados, por falta de amparo legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, § 1º, inciso III.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: HIPÓTESES DE APURAÇÃO DE CRÉDITOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP NO REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS RELATIVOS A ENCARGOS DE EXAUSTÃO. A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep não pode descontar créditos calculados em relação aos encargos de exaustão suportados, por falta de amparo legal.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, § 1º, inciso III.

JOÃO HAMILTON RECH
Resp. p/ Expediente

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 125, de 4 de Março de 2009, e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, bem como no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18, inciso I, e §§ 1º e 4º e o art. 20 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, decide:

Art. 1º Conceder à UNIQUE BRASIL GRÁFICA E EDITORA LTDA ME - CNPJ nº 08.839.695/0001-01, situada ao SRTC, TRECHO 04, CONJUNTO G, LOTE 6, TÉRREO, GUARÁ, CEP: 71.225-540, BRASILIA/DF, Registro Especial nº GP-01101-00214, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN SRF nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, conforme requerido por meio do processo administrativo nº 10166.007742/2009-73.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN SRF nº 976, de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do registro especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MARIA ROCHA PICANÇO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 14 DE JANEIRO DE 2011

Declara nula, de ofício, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas.

O Delegado da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 280, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 125, de 04 de março de 2009, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 06 de Março de 2009, considerando o disposto no artigo 32 da Instrução Normativa RFB 1042/2010 e o contido no processo 14094.000001/2011-28

DECLARA NULA, DE OFÍCIO, a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do CPF número 729.796.821-87 em nome de MARCO ANTONIO PEREIRA DE SANT' ANA, por vício na inscrição.

RODOLFO COSTA MARQUES

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Autoriza o fornecimento dos selos que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 292 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, considerando o disposto no artigo 1º da Instrução Normativa SRF n.º 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no a DOU de 09 de fevereiro de 2005, e tendo em vista requerimento nº. 001/2011, 19 de janeiro de 2011, da empresa importadora considerando, declara:

Artigo Único. Fica autorizado o fornecimento de 8.640 selos de controle do tipo UÍSQUE AMARELO ao estabelecimento importador LD Licínio Dias Importações Ltda., inscrito no CNPJ sob n.º 04.401.145/0001-55, para selagem pelo fabricante, no exterior, de 8.640 garrafas, abaixo identificados:

MARA RÚBIA ALVES CORREIA

ANEXO ÚNICO

Requerimento	Capacidade	Quantidade	Marca Comercial
001/2011	1000 ml	8.640	GRAND MACNISH 8 ANOS asaanaANOS
	TOTAL	8.640	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Atualiza a relação dos produtos relativos ao Registro Especial Nº 04301/33.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 292 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, considerando o disposto no inciso II, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e demais informações constantes no processo nº 11618.002171/99-36, declara:

Art. 1.º O estabelecimento da empresa Engenho Imaculada Conceição Ltda., inscrito no CNPJ sob n° 02.229.685/0001-78, situado na Fazenda Imaculada Conceição, s/n, Zona Rural, Duas Estradas-PB, está inscrito no Registro Especial nº 04301/33.

Artº 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo de Recipiente	Capacidade do Recipiente
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	50ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	140ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	250ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	300ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	355ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	450ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	600ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	670ml
Aguardente de Cana	Serra Limpa	2208.40.00	não retornável	980ml

Art. 3º Fica cancelado a autorização de produto discriminado no ADE DRF/JPA Nº- 002, de 30 de julho de 1999.

Art. 4º A ocorrência de qualquer dos fatos constantes no art. 8º da IN SRF nº 504/2005 poderá ensejar o cancelamento deste Registro Especial.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MARA RÚBIA ALVES CORREIA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição de número 703.587.456-91, concedida em duplicidade para GERALDO LUZIA DE AMORIM PEREIRA, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 15504.018347/2010-95.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

Concede registro no Regime de Suspensão do IPI incidente sobre as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 29 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280, inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 125, de 04 de março de 2009, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 06 de março de 2009, tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e considerando o que ficou decidido no processo administrativo nº 15504.016631/2010-27, declara:

Art. 1º - Fica concedido à pessoa jurídica EMPEX EXPORT LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 41.909.573/0001-10, registro no Regime de Suspensão de IPI para fins de aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão do IPI, por se enquadrar no conceito de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme definido no artigo 14 da IN RFB nº 948/2009.

Art. 2º - Esta autorização, que se aplica a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, implica no cumprimento das obrigações contidas na IN RFB nº 948/2009, inclusive quanto ao disposto no seu artigo 19, podendo ser cancelada, nos termos do seu artigo 18.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a inscrição de número 162.281.386-34, concedida em duplicidade para GENTIL ALVES DE BARROS, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 15504.014288/2010-86.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Divulga reenquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM - MG, no uso da competência de que trata o artigo 5º, § 3º, da Instrução Normativa da RFB nº 866, de 06 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, pelo Decreto nº 6.501, de 02 de Julho de 2008, e pelo Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008, resolve declarar:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se aos produtos fabricados no País, exceto quanto aos produtos do código 2208.30 da Tabela de Incidência do IPI que observarem o disposto no § 2º do art. 152 do Ripi.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO DE PINHO TAVARES

ANEXO ÚNICO

Reenquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mili-litros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
10.526.732/0001-73	CACHAÇA IGUANA (RECIPIENTE NAO-RETORNAVEL)	De 376ml até 670ml	2208.40.00	D

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DRF/JFA/MG/nº 56, de 27 de dezembro de 2010, publicado na página 43 da Seção I do Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2010,

Onde se lê:

"Art. 2º Incluídas no Registro de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO:	NOME:	CPF:
6A/00.0841	Tatiana Ribeiro Mendes de Morais	062.134.846-55
6A/00.0842	Leonardo Pinto Enes	998.439.356-91
6A/00.0843	Karla Karoline Leite Espósito	016.232.486-39
6A/00.0844	Roberta Ferreira Brito	069.518.466-00

Leia-se:

"Art. 2º - Incluídas no Registro de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO:	NOME:	CPF:
6D/00.0841	Tatiana Ribeiro Mendes de Morais	062.134.846-55
6D/00.0842	Leonardo Pinto Enes	998.439.356-91
6D/00.0843	Karla Karoline Leite Espósito	016.232.486-39
6D/00.0844	Roberta Ferreira Brito	069.518.466-00

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Declara excluído do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) o contribuinte que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da competência que lhe confere o parágrafo 3.º do artigo 15 da Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, incluído pelo artigo 3.º da Lei n.º 9.732, de 11/12/1998, e tendo em vista o disposto nos artigos 9.º, 12, 14, inciso I, e 15 da Lei n.º 9.317/96, com suas alterações posteriores, declara:

Art. 1.º - Fica o contribuinte R. R. GONÇALENSE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PERFUMARIA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 07.382.071/0001-45, excluído do SIMPLES pela ocorrência das situações excludentes indicadas abaixo:

- Evento 304: Exclusão do SIMPLES por ultrapassar os limites de receita bruta.
- Data da ocorrência: 31/12/2006
- Data de opção pelo Simples: 13/05/2005
- Fundamentação legal: Lei n.º 9.317, de 05/12/1996: Art. 9.º, inciso II, art. 14, inciso I e art. 15, inciso IV da mesma lei, conforme apurado em procedimento de fiscalização externa e formalizado na Representação para Exclusão do Simples, devidamente acostada no processo administrativo-fiscal nº. 15540.000027/2011-23.

Art. 2.º - A exclusão do Simples surtirá os efeitos, a partir de 01 de janeiro de 2007, conforme previstos nos artigos 15 e 16 da Lei n.º 9.317, de 1996.

Art. 3.º - Poderá o contribuinte, dentro do prazo de trinta dias contados a partir da data da ciência deste Ato, manifestar sua inconformidade, por escrito, nos termos do Decreto n.º 70.235, de 7 de março de 1972, e suas alterações posteriores, relativamente à exclusão do Simples, à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

DIRCEU RESENDE PINHEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Autoriza fornecimento de selos de controle 9729-14, para Uísque Importação Amarelo.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005, e ainda, considerando o pedido da empresa PERNOD RICARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 33.856.394/0013-77, localizada à Rodovia Presidente Dutra, Km 298, Pólo Industrial, Resende-RJ, declara:

Art. 1°- Autoriza o fornecimento de 6.000 (SEIS MIL) selos de controle 9729.14-AMARELOS, para produtos estrangeiros a serem selados no exterior, código TIPI 2208.30.20, tipo uísque, conforme abaixo discriminado:

Marca Comercial	Característica do Produto	Quantidade de Caixas	Qauntidade de Unidades
JAMESON STD 12X1000ML	Caixas c/ 12 garrafas de 1000 ml (PROFORMA INVOICE 67802840)	500	6.000

YARA RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pela IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 292, de 28 de outubro de 2010, publicado no D.O.U. de 29 de outubro de 2010.

JOSÉ MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

Processo nº 10768.019306/00-68				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	No.CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Amazonas: BA-1 e 3 Ceará- Amazonas: BPOT-4, 10 (RNS-143) e 100 Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2 Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1 Espírito Santo: BT-ES-28, 29, 32, 34 e 35; BES-100, BC-60, BM-ES-26, 27, 31 e 38. Campos: BC-20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500 600; BM-C-3 e 6. Santos: BS-3, 400, 500,BM-S-3, 7, 8, 9, 10, 11; BM-S-46, 49, 50, 51, 52 e 53. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Área do SES-019, Atum, Badejo, Bagre, Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Barracuda, Bicudo, Biquara, Bonito, Cação, Caioba, Camorim, Canapu, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Caravela, Cavalo Marinho, Chachalote, Cherne, Cioba, Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão, Dom João Mar, Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Golfinho, Guaiuba, Guajá, Guaricema, Jubarte, Linguado, Malhado,Manati, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Merluza, Mexilhão, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada, Oeste de Urubarana, Pampo, Papa-Terra, Parati, Pargo, Paru, Peroá, Pescada,Piranema , Piraúna, Roncador, Salema Branca, Salgo, Serra, Siri, Tambaú, Trilha, Tubarão, Ubarana, Uruguá,Vermelho, Viola, Voador e Xaréu.	2050.0021987.06-2 2050.0021989.06-2 AHTS 7000 LILEN (nova denominação da embarcação SEACOR LILEN)	12.12.2011
			2050.0043077.08-2 2050.0043078.08-2 ROBALO 1	21.06.2010

Processo nº 10768.004393/2009-59				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		Bacias Sedimentares: Solimões: BT-SOL-3		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Amazonas: BA-1 e 3 Ceará- Potiguar: BPOT-4, RNS-143 (BPOT-10), BPOT-100 A , BM-POT-16 e 17 BT-POT-44,45,47,50,51,55,56,57,59 e 62 Sergipe-Alagoas: SEAL-30, BM-SEAL-4, BT-SEAL- 2,4,5,12,13 e 18 São Francisco: BT-SF-2 Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-5, BM-CAL-6, BM-CAL-11 e BM-CAL-12 Recôncavo: BT-REC-24 e 29 Jequitinhonha: BM-J-1 Espírito Santo: BES-100, BC-600, BM-ES-26, 27, 31 e 32, BT-ES-28, 29, 32, 34 e 35 Campos: BC- 2, 20, 30, 50, 60, 100, 200,400, 500 e 600, BM-C-3, 6,14, 34, 35 e 36 Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9,10 , 11, 40, 46, 49, 50, 51, 52 e 53 Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES - - 019, Atum, Badejo, Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Bagre, Barracuda Bicudo, Biquara, Bonito, Cação, Cachalote Caioba, Camarupim, Camorim, Canapu, Cangoá, Carapeba, Carapicu, Carapó Carataí, Caratinga, Caraúna, Caravela Catuá, Caxaréu, Cherne, Cioba, Congro, Corvina, Curimã, Dom João Mar, Dourado Enchova, Enchova Oeste, Espada, Garoupa, Garoupinha, Golfinho, Guaiuba Guaricema, Jubarte, Linguado, Malhado, Manati, Mangangá, Marimbá, Marlim, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado Oeste de Urubarana, Pampo, Papa-Terra, Parati, Pargo, Paru, Peroá, Pescada, Pirambu, Piranema, Piraúna, Roncador, Salema Branca, Salgo, Serra, Trilha, Ubarana, Vermelho, Viola, Voador, Xaréu e Xerelete.	2050.0049188.09.2 2050.0049189.09.2 NORMAND DROTT	25/08/2013

Processo nº 10768.007241/2009-16 e Processo 10768.100071/2010-73				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S.A. seja concessionária nos termos da Lei nº 9478/97	2050.0030633.07.2 afretamento 2050.0030634.07.2 serviços REM BALDER	11/03/2012
Processo no.10768.007435/2009-11				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 61/2009	2050.0052119.09.2 afretamento 2050.0052120.09.2 serviços UNIDADE HOS ST JAMES	05/01/2012
Processo no.10768.007436/2009-58				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 61/2009	2050.0052111.09.2 afretamento 2050.0052115.09.2 serviços UNIDADE HOS ST JOHN	05/01/2012
Processo nº 10768.008231/2009-90				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No.CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas de concessão de que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 178/2009	2050.0052122.09.2 2050.0052121.09.2 UNIDADE HOS HOPE	16/07/2011
Processo nº 10768.001129/2010-05				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A	Áreas em que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 178/2009	2050.0056014.09.2 HAVILA FAITH	10/01/2013
Processo nº 10768.001126/2010-63				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 178/2009	2050.0055790.09.2 NORMAN VIBRAN	05/01/2013
Processo nº 10768.001832/2010-13				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 178/2009	2050.0056386.10.2 HOS NAVEGANTE	28/04/2013
Processo nº 10768.004962/2010-08				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 178/2009	2050.0059457.10.2 HAVILA FAVOUR	14/07/2014

Processo nº 10768.003018/2010-08				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRAS S/A seja concessionária de acordo com a ADE 178/2009	2050.0057429.10.2 NOR SUN	18/06/2013

Processo nº 10768.003229/2010-68				
CNPJ Nº	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	CONTRATO Nº	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S/A	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478, de 1997, e de acordo com o ADE SRRF07 nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0052123.09.2 2050.0052126.09.2 HOS NORTH	17/07/2011 Suspenso de 23/12/2009 a 15/05/2010.
Obs.: A suspensão se refere ao período em que os direitos e obrigações dos citados contratos estiveram cedidos por meio de aditivo.				
Processo nº.10768.001828/2010-47				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. do CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0056516.10.2 HOS GEMSTONE	28/04/2013
Processo nº.10768.001831/2010-61				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. do CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0056389.10.2 HOS BLUEWATER	28/04/2013
Processo nº.10768.001829/2010-91				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. do CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0056383.10.2 HOS GREYSTONE	28/04/2013
Processo nº.10768.001127/2010-16				
CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO	No. do CONTRATO	TERMO FINAL
42.487.983/0001-82 42.487.983/0006-97 42.487.983/0008-59	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas marítimas em que a PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0055789-09.2 HAVILA PRINCESS	28/04/2013

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 311, de 18 de novembro de 2010, publicado no DOU, em 19 de novembro de 2010.

JOSE MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

Processo nº 10768.000393/2002-11				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3 Ceará- Amazonas: BPOT-4, Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2 Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1 Espírito Santo: BES-3, 100 e 200. Campos: BC- 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600, BM-C-3 e 6 Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9,10 e 11. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Atum, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Biquara (RNS-134), Bonito, Caioba, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Cherne, Cioba(RNS-035), Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão (RNS-035), Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Guaiuba (RNS-128), Guaricema, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia,		
			Proc. 10768.000288/2010-84 2050.0030637.07-2 2050.0030638.07-2 AHTS 1800 TS CE Laborde JR	16.01.2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada (RNS- 033), Pampo, Parati, Parati, Pargo, Peroá, Pescada, Piraúna, Roncador, Serra (RNS-128), Trilha, Ubarana, Vermelho, Viola, Voador e Xaréu.		

Processo nº 10768.002939/2009-37				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3 Ceará- Amazonas: BPOT-4, Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2 Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1 Espírito Santo: BES-3, 100 e 200. Campos: BC- 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600, BM-C-3 e 6 Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9,10 e 11. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Atum, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Biquara (RNS-134), Bonito, Caioba, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Cherne, Cioba(RNS-035), Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão (RNS-035), Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Guaiuba (RNS-128), Guaricema, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada (RNS- 033), Pampo, Parati, Parati, Pargo, Peroá, Pescada, Piraúna, Roncador, Serra (RNS-128), Trilha, Ubarana, Vermelho, Viola, Voador e Xaréu.	2050.0049558.09.2 2050.0049559.09.2 Embarcação Marathon Tunner II	01.04.2012
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3 Ceará- Amazonas: BPOT-4, BPOT - 10 (RNS-143) e 100 Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2 Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL-1 Espírito Santo: BES-3, 100 e 200. Campos: BC- 20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600, BM-C-3 e 6 Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9,10 e 11. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área do CES-066, Atum, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Biquara (RNS-134), Bonito, Caioba, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Cherne, Cioba(RNS-035), Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão (RNS-035), Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Guaiuba (RNS-128), Guaricema, Linguado, Malhado, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada (RNS- 033), Pampo, Parati, Parati, Pargo, Peroá, Pescada, Piraúna, Roncador, Serra (RNS-128), Trilha, Ubarana, Vermelho, Viola, Voador e Xaréu.	Processo nº 10768.007063/2009-15 2050.0052533.09.2 2050.0052534.09.2 Hebert Tide PSV 1500 Processo nº 10768.007064/2009-60 2050.0052522.09.2 2050.0052523.09.2 Cabiness Tide PSV 1500	09.08.2011 09.08.2011
Processo nº 10768.007620/2009-06				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0050399.09-2 2050.0050401.09-2 AHTS 1000-OIL VIBRANT	11.10.2013
Processo nº 10768.006127/2010-02				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0039003.08.2 2050.0039005.08.2 Embarcação Kehoe Tide	22/12/2010
Processo nº 10768.001245/2010-16				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0055754.09.2 Embarcação Davidson Tide	01/02/2013
Processo nº 10768.001246/2010-61				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0055755.09.2 Embarcação Luanda Tide	01/02/2013
Processo nº 10768.007065/2010-48				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0061914.10.2 Embarcação ED KYLE	10/10/2014
Processo nº 10768.007116/2010-31				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0054417.09.2 Embarcação AMADON TIDE II	16/11/2014
Processo nº 10768.006300/2010-64				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
03.863.340/0001-34	Petróleo Brasileiro S.A	Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98	2050.0031379.07.2 2050.0031381.07.2 Embarcação OIL TRACER	18/09/2011

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FINARGE APOIO MARÍTIMO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art.5° Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 317, de 23 de novembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2010.

JOSE MAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

Processo nº 10768.001003/2009-99 [1]Processo nº 10768.000124/2010-57 [3]Processo nº 10768.007516/2009-11 [4]Processo nº 10768.003697/2010-32 [5]Processo nº 10768.003696/2010-98				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A.	BCE-6, BCE-1, BPOT-7, BCE-4, SEAL-30, SEAL-100, SEAL-200, SEAL-400, SEAL-8, BES-2, BES-100, BES-200, BC-5, BC-6, BC-13, BC-20, BC-30, BC-50, BC-60, BC-70, BC-100, BC-200, BC-300, BC-400, BC-500, BC-600, BC-700, BS-400, BS-500 Area RNS-035, Area RNS-093, Area RNS-128, Area RNS-134, Atum, Curimã, Espada, Xeréu, Agulha, Aratum, Caioba, Camorim Dourado, Guaricema, Paru, Salgo, Aguilhada, Caioba, Camorim, Dourado Guaricema, Paru, Salgo, Aguilhada, Angelim, Aruari, Atalaia Sul, Brejo Grande Carmópolis, Castanhal, Furado, Sirizinho Caravela, Merluza, Frade, Espadarte, Marlim Leste, Roncador, Cangoá, Peroá, Pescada, Arabaiana, Coral, Estrela do Mar Tubarão, Albacora, Voador, Badejo, Linguado, Pampo, Trilha, Bijupira, Salema Carapeba, Pargo, Vermelho, Congro, Corvina, Malhado, Bicudo, Bonito, Enchova, Enchova Oeste, Garoupa, Garoupinha, Marlim, Marlim Sul, Moréia, Bagre, Cherne, Namorado, Nordeste de Namorado, Anequim, Parati, Marimba,, Pirauna, Viola, Albacora Leste, Barracuda, Caratinga, Cação, BM-S-3, BM-C-3, BM-C-6, BM-CAL-1, BM-FZA-1, BM-S-10 BM-S-11, BM-S-7, BM-S-8, BM-S-9, BM-J-1, BM-CE-1, BM-S-17, BM-S-21 BM-C-2, BM-CAL-5, BM-ES-5, BM-J-3	2050.0048004.08.2 2050.0048008.08.2 Embarcação A.H Camogli	20/01/2013

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		BM-S-12, BM-BAR-1, BM-S-24, BM-C-16 BM-CAL-6, BM-C-25, BM-POT-11, BM-POT-13, BM-SEAL-9 BM-BAR-4 (BAR-M-355, BAR-M-376, BAR-M-377, BAR-M-378 e BAR-M-399) BM-C-26 (C-M-58, C-M-78 e C-M-98) BM-C-27 (C-M-119, C-M-1230, C-M-121, C-M-122, C-M-145, C-M-146, C-M-95, C-M-96 e C-M-97) BM-C-28 (C-M-231, C-M-265, C-M-298, C-M-299, C-M-332, C-M-333 e C-M-334) BM-FZA-4(FZA-M-183, FZA-M-216, FZA-M-217, FZA-M-251, FZA-M-252, FZA-M-253, FZA-M-254, FZA-M-286, FZA-M-287, FZA-M-288 e FZA-M-320) BM-FZA-5 (FZA-M-321) BM-J-4 (J-M-115, J-M-165, J-M-3, J-M-5 e J-M-63) BM-S-36 (S-M-499, S-M-500, S-M-501, S-M-502, S-M-554, S-M-555, S-M-556, S-M-577, S-M-558 e S-M-612) BM-S-40 (S-M-1288, S-M-1289, S-M-1351, S-M-1410, S-M-1411, S-M-1414, S-M-1472, S-M-1473, S-M-1477, S-M-1533, S-M-1534, S-M-1538, S-M-1593, S-M-1594, S-M-1649, S-M-1650, S-M-1705 e S-M-1706), BM-S-41 (S-M-1352, S-M-1354, S-M-1356, S-M-1358, S-M-1478, S-M-1480 e S-M-1482) BM-S-42 (S-M-239, S-M-324, S-M-415) BM-SEAL-11 (SEAL-M-349) BM-BAR-5 (BAR-M-175) BM-CAL-7 (CAL-M-120 e CAL-M-16) BM-CAL-9 (CAL-M-188) BM-CAL-11 (CAL-M-248) BM-CAL-12 (CAL-M-312 e CAL-M-372) BM-ES-21 (ES-M-414) BM-ES-22 (ES-M-466, ES-M-468, ES-M-523 e ES-M-527), BM-ES-23 (ES-M-525) BM-ES-24 (ES-M-588, ES-M-661 e ES-M-663), BM-ES-25 (ES-M-590) BM-FZA-6 (FZA-M-533, FZA-M-534, FZA-M-569, FZA-M-570, FZA-M-571, FZA-M-605, FZA-M-606, FZA-M-607 e FZA-M-608), BM-J-5 (J-M-59 e J-M-61) BM-PAMA-8 (PAMA-M-135, PAMA-M-192, PAMA-M-194), BM-S-43 (S-M-170) BM-P-2 (P-M-1267, P-M-1269, P-M-1271, P-M-1349, P-M-1351 e P-M-1353) BM-S-44 (S-M-172 e S-M-330) BM-S-45 (S-M-320 e S-M-322) BM-SEAL-10 (SEAL-M-347, SEAL-M-424, SEAL-M-495 e SEAL-M-499) BM-C-34 (C-M-471 e C-M-473) BM-C-35 (C-M-535) BM-C-36 (C-M-401 e C-M-403) BM-ES-26 (ES-M-413) BM-ES-27 (ES-M-411, ES-M436 e ES-M-437), BM-ES-31 (ES-M-592) BM-ES-32 (ES-M-594), BM-POT-16 (POT-M-760 e POT-M-663) BM-POT-17 (POT-M-665, POT-M-853 e POT-M-855), BM-S-49 (S-M-1226) BM-S-46 (S-M-729 e S-M-790) BM-S-50 (S-M-623), BM-S-51 (S-M-619) BM-S-52 (S-M-508), BM-S-53 (S-M-405)		
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A.	BC-400 BM-S-10, BM-S-11, BM-S-8, BM-S-9 Atum, Espada, Agulha, Espadarte, Marlim Leste, Roncador, Arabaiana, Albacora, Badejo, Linguado, Carapeba, Pargo, Vermelho, Congro, Corvina, Malhado, Bicudo, Bonito, Enchova, Enchova Oeste, Garoupa Garoupinha, Marlim, Marlim Sul, Moréia	[1] [4] 2050.0033861.07-2 A.H. Liguria	15.11.2010
		Bagre, Cherne, Namorado, Nordeste de Namorado, Anequim, Parati, Marimba Albacora Leste, Barracuda, Biquara (RNS-134) Cioba (RNS-035) Oeste de Urubarana (RNS-071) Pescada, Ubarana, Xaréu	[3] [5] 2050.0037305.07-2 2050.0037306.07-2 A.H. Genova	22.11.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.002865/2010-72				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A	Campos em Exploração: Bacia Sed. de Campos: BC-400 Bacia Sed. de Santos: BM-S-8, BM-S-9, BM-S-10 e BM-S-11 Campos em Produção: Bacia Sed. de Campos: Albacora Leste, Anequim, Badejo, Bagre, Barracuda, Bicudo, Bonito, Carapeba, Cherne, Congro, Corvina, Enchova, Enchova Oeste, Espadarte, Garoupa, Garoupinha, Malhado, Marimba, Marlim Leste, Marlim Sul, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Parati, Pargo, Roncador e Vermelho. Bacia Sed. de Ceará-Potiguar: Agulha, Arabaiana, Atum, Biquara (RNS-134), Cioba (RNS-035), Espada, Oeste de Urubarana (RNS-071), Pescada, Ubarana e Xaréu.	2050.0057860.10.2 Embarcação A.H. PARAGGI	28.07.2012

Processo nº 10768.006797/2010-11				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0059279.10.2 Afretamento AH Valletta	24/08/2014

Processo nº 10768.006848/2010-12				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0059814.10.2 Afretamento AH Porto Santo	01/08/2012

Processo nº 10768.004006/2010-18				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0037303.07.2 Afretamento AH Porto Santo	12/11/2010

Processo nº 10768.007475/2010-99				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
10.383.827/0001-85	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/98 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009.	2050.0033861.07-2 A.H. Liguria	26.10.2014

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso V do art. 4º da Portaria SRRF07 nº 306, de 24 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, atendendo ao previsto no art. 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089 de novembro de 2010, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 5º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 no 001, de 03 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 05 de janeiro de 2011.

JOSÉ AMAURO SANTOS FRANCO

ANEXO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.018255/00-93				
[1] Processo nº 10768.001633/2009-63		[2] Processo nº 10768.007221/2009-37		
[3] Processo nº 10768.100223/2010-38		[4] Processo nº 10768.001848/2010-18		
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº NO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
	Campos em Exploração: Bacias sedimentares: Amazonas: BA-1 e 3. Ceará-Potiguar: BPOT-4, 10 (RNS-143) e 100.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39	2050.0037282.07-2	25.11.2010

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Sergipe-Alagoas: BM-SEAL-4, SEAL-30 e 100, BT-SEAL-2. Camamu-Almada: BCAM-40 e BM-CAL -1 Espírito Santo: BES-100, BC-60, BM-ES-26, 27, 31 e 38; BT-ES-28, 29, 32, 34 e 35. Campos: BC-20, 30, 50, 60, 100, 200, 400, 500, 600; BM-C-3 e 6. Santos: BS-3, 400, 500, BM-S-3, 7, 8, 9, 10 e 11; BM-S-46, 49, 50, 51, 52 e 53. Campos em Produção: Agulha, Albacora, Albacora Leste, Anequim, Arabaiana, Aratum, Área CES-066, Área SES-019, Atum, Badejo, Bagre, Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Barracuda, Bicudo, Biquara, Bonito, Cação, Caioba, Camorim, Canapu, Cangoá, Carapeba, Caratinga, Caraúna, Caravela, Cavalo Marinho, Chachalote, Cherne, Cioba, Congro, Coral, Corvina, Curimã, Dentão, Dom João Mar, Dourado, Enchova, Enchova Oeste, Espada, Espadarte, Estrela do Mar, Garoupa, Garoupinha, Golfinho, Guaiuba, Guajá, Guaricema, Jubarte, Linguado, Malhado, Manati, Marimbá, Marlim, Marlim Leste, Marlim Sul, Merluza, Mexilhão, Moréia, Namorado, Nordeste de Namorado, Norte de Pescada, Oeste de Urubarana, Pampo, Papa -Terra, Parati, Pargo, Paru, Peroá, Pescada, Piranema, Piraúna, Roncador, Salema Branca, Salgo, Serra, Tambaú, Siri, Trilha, Tubarão, Ubarana, Uruguá, Vermelho, Viola,Voador e Xaréu.	32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0018-91		
			2050.0039746.08-2	29.01.2012
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10	2050.0026463.06-2	22.03.2011
		32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91	2050.0039350.08-2	20.02.2011
			2050.0041018.08-2	22.04.2012
		[3] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	2050.0034714.07-2	30.07.2011
			[1] Termo Cooperação 0020.0023587.06-4 Ferramentas	26.07.2010
Devon Energy do Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Campos: BM-C-8 (Polvo)	[4] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	[2] WORK ORDER CWO-DVN-REG-001-C 2007	20.12.2010
	Campos em Exploração: Bacias sedimentares: Barreirinhas: BM-BAR-3 Campos: BMC-32 e 34	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05	WORK ORDER WO-08DWD05-01 WORK ORDER WO-08DWD06-01 WORK ORDER WO-08DWD08-01	14.12.2010
Repsol YPF Brasil S.A.	Campos em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-48 e 55. Bacia Sed. de Campos: BM-C-33. Bacia Sed. do Esp. Santo: BM-ES-29.	32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91	s/nº de 21.01.2008 (MAS de 27.11.2007)	19.01.2012
Shell Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BC-10		SBEP-UC-1-16.20/06 Wireline SBEP-UC-1-16.21/06 Perfuração direcional SBEP-UC-1-16.23/06 Cimentação	25.01.2011
Chevron Brasil Ltda.	Campo em Produção: Frade	[3] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	Service Order 10005-OK-B (nº IMA/001) Service Order 10006-OK-B (nº IMA/001) Service Order 10056-OK-C (nº IMA/001) Service Order CW614840 (nº IMA/001)	31.12.2011 31.12.2011 31.08.2011 02.08.2011
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sed. de Santos: BM-S-22		A2128327 (C-57383)	02.10.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004638/2009-48

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
		32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05		

Star Fish Oil & Gás S.A.	Campos em Exploração: Bacias Sedimentares: Sergipe-Alagoas: BT-SEAL-18	32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	Aditivo nº 03 de 16.06.2008	16.06.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.003266/2009-32

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S. A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS seja concessionária nos termos da Lei nº 9.478, de 1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	2050.0031773.07.2 (Aditivo nº 4, de 17.04.2009)	23.04.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004373/2009-88

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Eni Oil do Brasil S.A.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMS-4 : Poço Belmonte 3	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91	0340SCH09	20.05.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000095/2010-23

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-30	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-09-AEPL-BMC-30-0039	31.12.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000094/2010-89

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-30	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-09-AEPL-BMC-30-0038	31.12.2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

		32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000919/2010-65				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei nº 9478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0018-91 32.319.931/0022-78	2050.0029703.07.2 Anexo 03	19.02.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005547/2009-20				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63	BGEP/2006/015 (Aditivo nº 03, de 22.06.2009) serviço de cimentação	30.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000624/2010-99				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS	Áreas em que a PETROBRAS for concessionária nos Termos da Lei nº 9478, de 06/08/1997.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0008-10 32.319.931/0010-34 32.319.931/0018-91 32.319.931/0025-10	2050.0056081.09.2 Anexo 02 perfilagem a poço aberto e revestido, e canhoneio	10.01.2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.001035/2010-28				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-C-30	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-09-AEPL-BMC-30-0071 Estimulação de poço	31.12.2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005545/2009-31				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97	BGEP/2006/007 (Aditivo nº 03, de 22.06.2009) serviço de perfuração	30.06.2012

		32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63		

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005548/2009-74				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
BG E&P Brasil Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BM-S-13, BM-S-47 e BM-S-52	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0028-63 32.319.931/0032-40	BG 103784 (Aditivos nº 02, de 22.06.2009, nº 03, de 26/08/2009 e nº 04, de 15/01/2010) serviço de perfilagem (Wireline)	28.06.2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004544/2010-11				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: Bloco BM-C-29	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-10-AEPL-BMC-29-0035	14.05.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004546/2010-00				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: Bloco BM-C-29	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-10-AEPL-BM-C-29-0048	14.06.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004414/2009-36				
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: C-M-466, C-M-499, C-M-592, C-M-620 e C-M-621. Bacia Sedimentar de Santos: S-M-226, S-M-268, S-M-270 e	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09	OGXLT/2008/115 E & F, de 19.02.2009.	30.06.2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	S-M-314. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA-M-407, PAMA-M-408, PAMA-M-443, PAMA-M-591 e PAMA-M-624.	32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0021-97	OGXLT/2008/115 H & I, de 14.04.2009.	30.06.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.000824/2009-16

[3] Processo nº 10768.100223/2010-38		[4] 10768.006591/2010-91		
CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
Esso Exploração Santos Brasileira Ltda.	Campos em Exploração: BM-S-22	[3] 32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0014-68 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0028-63	Acessório A2149613 [4] - ALTERAÇÃO N° 3 (Contrato de Bens e Serviços C-57383) Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008 incluídos pela IN RFB nº 1.089/2010	[4] 30.09.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.004545/2010-57

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº CNPJ	Nº CONTRATO	TERMO FINAL
Anadarko Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Campo em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: Bloco BM-C-29	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	CONTRATOS S/Nº ORDEM DE TRABALHO Nº C-10-AEPL-BM-C-29-0047	31.05.2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005190/2010-13

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 L & M, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115	12.01.2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10768.005189/2010-99

CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CNPJ	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
OGX Petróleo e Gás Ltda.	Campos em Exploração: Bacia Sedimentar de Campos: BMC39, BMC40, BMC41, BMC42, BMC43. Bacia Sedimentar de Santos: BMS56, BMS57, BMS58, BMS59. Bacia Sedimentar Pará-Maranhão: PAMA13, PAMA14, PAMA15, PAMA16 e PAMA17.	32.319.931/0001-43 32.319.931/0002-24 32.319.931/0003-05 32.319.931/0005-77 32.319.931/0007-39 32.319.931/0008-10 32.319.931/0009-09 32.319.931/0010-34 32.319.931/0011-15 32.319.931/0013-87 32.319.931/0014-68 32.319.931/0015-49 32.319.931/0016-20 32.319.931/0018-91 32.319.931/0020-06 32.319.931/0021-97 32.319.931/0022-78 32.319.931/0024-30 32.319.931/0025-10 32.319.931/0026-00 32.319.931/0027-82 32.319.931/0028-63 32.319.931/0029-44	ORDEM DE SERVIÇO N° OGXLTD/2008/115 J & K, vinculada ao CONTRATO MESTRE DE SERVIÇOS (MSA) n° OGXLTD/2008/115 Obs.: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB 1.089/2010	30.06.2013

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais, com a competência conferida pelo art. 25 da Portaria RFB nº 2.438, de 21 de dezembro de 2010, c/c art. 9º da Instrução Normativa SRF nº 241, de 06 de novembro de 2002, nos termos e condições estabelecidas pelas retro referidas normas c/c Instrução Normativa SRF nº 106, de 24 de novembro de 2000, e à vista do que consta no processo nº 11128.002551/00-61, declara:

1. ALFANDEGADOS, a título permanente, até 17/01/2021, os 84 (oitenta e quatro) tanques de nºs 01 a 43, 47 a 68 e 73 a 91, instalados no Terminal de Líquidos a Granel - TERLIG, de uso público, de propriedade da empresa STOLTHAVEN SANTOS LTDA., situado em área contígua ao Porto Organizado de Santos, na Rua Augusto Scaraboto, 215 - Bairro Alemoa - município de Santos/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.979.359/0001-93, com capacidade total de armazenagem de, aproximadamente, 133.843 m³ e que estão interligados ao porto pela rede de tubulações instalada na área de servidão de passagem instituída pelo contrato firmado entre a requerente e a CODESP em 21 de junho de 1990 e cuja utilização operacional é regida pelo contrato DP/02.2001, firmado em 17 de janeiro de 2001, e seu Primeiro Instrumento de Retificação, Ratificação e Aditamento firmado em 29 de outubro de 2010, destinados a operações de importação e exportação de produtos químicos.

2. O recinto ora alfandegado está sob jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

3. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75, de acordo com o "caput" do art. 4º do Decreto nº 1.912/96, adotando-se, para esse fim, a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 48/96.

4. Permanece atribuído ao Terminal em questão o código 8.93.22.08-8.

5. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas.

6. O Terminal assim alfandegado segue CREDENCIADO, a título precário, a operar o regime especial de entreposto aduaneiro de granéis líquidos, credenciamento este que, sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, poderá ser suspenso por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser cancelado a qualquer tempo, inclusive em razão de requisição fundamentada de autoridade competente em matéria de segurança ou meio ambiente.

7. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2011.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Registro Especial obrigatório ao qual estão sujeitos os estabelecimentos importadores de bebidas alcoólicas nos termos da IN SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005.

Pelo presente ADE, o DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FRANCA-SP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do artigo 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. de 06 de março de 2009, considerando o disposto no art. 336 - Parágrafo único, do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010 (Regulamento do IPI - RIPI/2010), considerando o que determina a IN SRF nº 504, de 03/02/2005, e suas alterações e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13855.003737/2010-55:

Art. 1º Declara INSCRITA, sob o nº 08123/012, no Registro Especial obrigatório ao qual estão sujeitos os estabelecimentos importadores de bebidas alcoólicas nos termos da IN SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, o seguinte estabelecimento comercial:

JOSÉ PILOTO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ Nº 10.675.220/0001-79

AV. FRANCISCO DE PAULA QUINTANILHA RIBEIRO, Nº 315 - PARQUE FRANCAL - FRANCA/SP - CEP.: 14.403-125

ATIVIDADE: IMPORTADOR, nos termos da IN nº 504/2005 e alterações, artº 2º, §1º, inciso IV.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

CANCELA registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP , no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 295, inciso VII e art. 296 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 14 da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, declara:

Art. 1º - Cancelada a inscrição no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP), de acordo com o art. 14, § 2º, da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, o estabelecimento a seguir identificado:

Número de Inscrição cancelada: GP-08104/00134
ADE: 0134/2002 - Publicação: 02/05/2002
GRAFICA E EDITORA SAVACINI LTDA. - ME
CNPJ n.º 67904102000102

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP , no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 295, inciso VII e art. 296 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o n.º 13840.00004/2002-18, declara:

Art. 1º - Inscrito no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP), observados os dispositivos da Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso V, da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, o estabelecimento a seguir identificado:

Número de Inscrição: GP-08112/00059
GRÁFICA E EDITORA SAVACINI LTDA. - ME
CNPJ n.º 67.904.102/0001-02
Rua João Teixeira nº 17 - Bairro Capela
CEP 13.840-086 - MOGI GUAÇÚ - SP

Art. 2º - O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ DALLE VÊDOVE BARBOSA

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

Concede, à empresa que especifica, inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, sob os números 09204/0029 e 09204/0030 - de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM BLUMENAU, usando da atribuição que lhe confere o artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 13971.005633/2010-59 declara:

Artigo 1º - A empresa VINÍCOLA NEOTRENTINA LTDA EPP CNPJ 00.799.565/0001-80, localizada na Rua Madre Paulina 2021, Bairro Vígolo, Cep: 88270-000, em Nova Trento/SC, está inscrita no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtos, nas atividades de PRODUTOR e ENGARRAFADOR sob os números 09204/0029 e 09204/0030 respectivamente - de que trata a Instrução Normativa nº 504, de 03 de fevereiro de 2005.

Artigo 2º - Constatando-se, em procedimento de fiscalização, que o contribuinte não preenchia à época da expedição deste Ato Declaratório Executivo (ADE) ou que deixou de preencher as condições previstas para obtenção do registro, serão suspensos os efeitos do ADE e aplicada as penalidades cabíveis.

Artigo 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO SUEKI SONOMURA

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

Declara inscrição no registro especial dos estabelecimentos que realizam operações com papel imune.

A Delegada Substituta da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º da Instrução Normativa SRF nº. 976, de 7 de dezembro de 2009, e em conformidade com o que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001,art. 32, § 6º, Lei nº 11.945, de 4 de julho de 2009, art. 1º, e os arts. 18, §§ 1º e 4º e 19, do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Artigo único. A empresa Print Press Formulários Ltda, com endereço na Rua Gaspar Martins nº 292, Pavilhões 284, 286 e 304, - Bairro Floresta - Porto Alegre - RS., CNPJ nº 94.990.835/0001-80, pelo processo nº 11080.000050/2011-21, requereu inscrição no Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, na atividade específica de Gráfica, sendo-lhe concedida a inscrição nº GP-10101/463.

MAGDALA FÁTIMA VITÓRIA SELBACH

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA MARIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Maria - RS, Claudir Luis Ruedell, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002, com a redação dada pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e das que lhe foram delegadas pelo artigo 6º, inciso III, da Portaria DRF/STM nº 22, de 12 de junho de 2009, e com base no artigo 80, §1º, inciso I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e do artigo 28, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, decide baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades infrarrelacionadas:

NOME EMPRESARIAL	CNPJ Nº	PROCESSO Nº
Agromas Ltda	05.469.255/0001-11	11060.003682/2010-02
Gabriel Refraschini	07.665.413/0001-34	11060.003683/2010-49
Golden Group Sup. de Inf. Ltda	07.567.932/0001-60	11060.003685/2010-38
H.R.F.R. & Cia Ltda	07.004.490/0001-43	11060.003680/2010-13
Rosendo Rojas & Cia Ltda	05.756.224/0001-41	11060.003684/2010-93
South Traiding Company Ltda S/C	02.966.944/0001-43	11060.003681/2010-50

A presente declaração de baixa fundamenta-se nas razões constantes nos processos administrativos supra, em relação aos quais as empresas individuais foram intimadas a manifestar-se, conforme o Edital DRF/STM nº 115, de 07 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União nº 234, de 08 de dezembro de 2010, pág. 234, Seção 3. Portanto, transcorrido o prazo de 30 dias sem que estas tenham apresentado contrarrazões, caracterizou-se a inexistência de fato destas entidades.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIR LUÍS RUEDELL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.388	Leandro Pereira Xavier	997.992.350-49
10A.04.389	Eduardo Pereira da Silva	831.529.030-49
10A.04.397	Daniela Regina Francisco Bicca	003.346.230-57

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

1. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.006	Tieli Lain	010.196.720-99
10D.02.007	Alex Sandro Rodrigues Viana	631.019.800-97

2. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.885	Tieli Lain	010.196.720-99
10A.03.591	Alex Sandro Rodrigues Viana	631.019.800-97

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 54, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de janeiro de 2011, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar no 115, de 2002.

R$ 1,00

UF	COEF.(%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,6788	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,2875	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º, serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.518, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 05/01/2011, em virtude da incorporação por outra empresa, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
BAKER TILLY BRASIL MG AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 02.766.482/0001-10

ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.519, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
BAKER TILLY BRASIL MG AUDITORES INDEPENDENTES
CNPJ: 26.230.862/0001-02

ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 538, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Divulga versão atualizada do manual operacional do Agente Operador do FGTS.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei nº 8.036, de 11.05.90, artigo 67, inciso II do Decreto nº 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 23.06.95, e em cumprimento às disposições das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nºs 460, de 14.12.04, 537, de 01.08.07, 649, de 14.12.10 e Portaria da Controladoria Geral da União nº 516, de 15.03.10, resolve:

1Divulgar versão atualizada do Manual abaixo relacionado, que consolida as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, tendo como objetivo a racionalização dos procedimentos operacionais a serem observados pelas Securizadoras e demais Agentes interessados na aquisição de CRI lastreados com recursos do FGTS:

1.1Manual de Fomento Aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI.

2A versão do Manual, ora divulgada, consolida as alterações ocorridas nos procedimentos operacionais para Aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, no período de 21.07.10 a 19.01.11, com destaque em negrito no texto.

2.1Esse Manual está disponível a todos os participantes dos Programas de Aplicações do FGTS, por intermédio das Superintendências Regionais e das Regionais de Sustentação ao Negócio Administrar FGTS da Caixa Econômica Federal, em todo o território nacional e no sítio da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, Item FGTS e subitem Manuais de Fomento.

3Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular CAIXA no 520, de 20.07.10.

ROBERTO DERZIÊ DE SANT'ANNA
Vice-Presidente
Em Exercício

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 54 , DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Autoriza a transferência de recursos para ações de defesa civil, no Estado do Rio Grande do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de recursos para a execução de ações de defesa civil, configuradas no requerimento constante no Processo n° 59050.000088/2011-88, necessárias ao retorno da normalidade no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Considerando a natureza das ações e a intensidade dos efeitos de desastres na área afetada, o prazo de execução é de 365 dias, a contar da liberação dos recursos.

Art. 3° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 4° Os recursos financeiros relativos ao presente exercício, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Notas de Empenho nº2011NE000012 e 2011NE000011, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Naturezas da Despesa, respectivamente: 33.4041 e 33.3041, Fonte 100, na UG 530012.

Art. 5° O Repasse dos valores referidos não está condicionado à apresentação de contrapartida, por tratar-se de transferência obrigatória de recursos.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DGFI, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, e nos termos do art. 7º do Anexo I do Decreto Presidencial nº 7.226, de 1° de julho de 2010; do art. 59 do Anexo II da Portaria nº 436, de 28 de fevereiro de 2007, e do art. 1o, inciso II, da Portaria nº 515, de 07 de março de 2007, todas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa FAZENDA LAGOA ENCANTADA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.617.597/0001-80, teve seu projeto aprovado com o objetivo de implantar um empreendimento voltado à bovinocultura, com produção de novilhos e novilhas precoces para o abate, com aporte de recursos dos Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que não houve qualquer liberação de recursos do Finam em favor da beneficiária; e

Considerando a manifestação da empresa à folha 249 do processo nº 03020.002611/98, na qual desiste de prosseguir com a implantação do projeto aprovado, resolve:

1. CANCELAR, de fato e de direito, sem desvio de recursos, os incentivos do Finam aprovados em favor da empresa FAZENDA LAGOA ENCANTADA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 01.617.597/0001-80, com fulcro no inciso IV do § 4º do art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991.

JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DGFI, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, e nos termos do art. 7º do Anexo I do Decreto Presidencial nº 7.226, de 1° de julho de 2010; do art. 59 do Anexo II da Portaria nº 436, de 28 de fevereiro de 2007; e do art. 1o, inciso II, da Portaria nº 515, de 7 de março de 2007, todas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa FRANGO MODELO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.686.176/0001-74, teve seu projeto aprovado com o objetivo de implantar um empreendimento avícola de corte, compreendendo a produção de pintos a partir da incubação de ovos férteis, criação, abate, frigorificação e industrialização de frangos, bem como a fabricação e comercialização de ração, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto foi verificada a sua paralisação total, a não apresentação da documentação contábil e financeira, a não observância da aplicação das especificidades técnicas do projeto, normas, tabelas, manuais de instalações, padrões e demais procedimentos usuais da boa engenharia, aplicados a legislação em vigor, e a liberação de 100% dos recursos do Finam, sem implantação total do projeto;

Considerando que a empresa infringiu o caput do artigo 12 da Lei n° 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, no § 7º, e no art. 16, inciso I, todos dispositivos da referida Lei, e, ainda, descumpriu o art. 44, § 1º, enquadrando-se no art. 44, § 2º, ambos do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a empresa teve sua defesa escrita indeferida, bem como foi negado o provimento do seu recurso administrativo pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, conforme Despacho nº 50, de 19 de novembro de 2010, publicado no DOU nº 222, Seção 1, p. 48, em 22 de novembro de 2010.

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59000.001525/2006-17, restou demonstrado que a conduta da empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos do Finam concedidos à Empresa FRANGO MODELO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.686.176/0001-74.

JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DGFI, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, e nos termos do art. 7o do Anexo I do Decreto Presidencial nº 7.226, de 1º de julho de 2010; do art. 59 do Anexo II da Portaria nº 436, de 28 de fevereiro de 2007; e do art. 1o, inciso II, da Portaria nº 515, de 7 de março de 2007, todas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa CIPAC - CIA PARAENSE DE ARTEFATOS DE CONCRETO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.704.557/0001-64, teve seu projeto aprovado por intermédio da Resolução Condel/Sudam nº 5.441, de 29 de março de 1983, e posteriormente enquadrado na sistemática instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por meio da Resolução Condel/Sudam nº 7.674, de 15 de dezembro de 1992, com o objetivo de implantar um empreendimento voltado para a produção de pré-moldados de concreto no Município de Ananindeua/PA, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando a inviabilidade técnica, econômica, financeira e legal do empreendimento, conforme atesta o Parecer nº 56, de 16 de setembro de 2010, da Unidade Técnica da Gerência Regional de Belém - GRB, ratificado pelo Despacho nº 115, de 23 de setembro de 2010, da Gerente Regional de Belém;

Considerando que a Empresa deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar o projeto de reformulação de seu empreendimento; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000019/2006-72, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores não configurou desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, sem desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa CIPAC - CIA PARAENSE DE ARTEFATOS DE CONCRETO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.704.557/0001-64, com fulcro no art. 12, § 4o, inciso III, da Lei nº 8.167/1999.

JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS - DGFI, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, e nos termos do art. 7o do Anexo I do Decreto Presidencial nº 7.226, de 1o de julho de 2010; do art. 59 do Anexo II da Portaria nº 436, de 28 de fevereiro de 2007; e do art. 1o, inciso II, da Portaria nº 515, de 7 de março de 2007, todas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa PROMASA - PRODUTOS MÉDICOS DE ARACAJÚ S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.401.622/0001-90, teve seu projeto de implantação aprovado por meio da Resolução Condel/Sudene n° 10.887, de 3 de setembro de 1993, objetivando a exploração industrial e comercial de produtos médicos, especialmente de seringas plásticas descartáveis, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se que a Empresa não regularizou a propriedade do terreno destinado ao empreendimento, extraviou inversões físicas, inadimpliu-se quanto à apresentação de licenças ambientais, assim como de relatórios semestrais, e paralisou as atividades de implantação;

Considerando que a Empresa infringiu o caput do art. 12 e o art. 16, inciso I, ambos da Lei n° 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, § 4º, inciso II, e § 7º da referida Lei, e, ainda, descumpriram o art. 65, o art. 76, incisos IX e XIV, e o caput do art. 135, enquadrando-se no art. 135, § 2º, todos estes da Consolidação das Disposições sobre os Incentivos da Redução e Isenção do Imposto de Renda, do Reinvestimento e do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, Portaria nº 855, da extinta Sudene, de 15 de dezembro de 1994 (com alterações posteriores);

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita indeferida e seu recurso administrativo improvido; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 28110.FO.0132/88-6, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou desvio na aplicação de recursos do Finor, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos do Finor concedidos à Empresa PROMASA - PRODUTOS MÉDICOS DE ARACAJÚ S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.401.622/0001-90.

JOSÉ WELLINGTON DOS SANTOS

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 70, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Espírito Santo, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE. HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 8.015/2010, de 30 de dezembro de 2010, de Alegre; nº 260, de 31 de dezembro de 2010, de Barra de São Francisco; nº 6.612/2010, de 29 de dezembro de 2010, de Itaguaçu e nº 277/11, de 04 de janeiro de 2011, de Vila Valério, e demais informações constantes nos processos nº 59050.000079/2011-97; nº 59050.000082/2011-19; nº 59050.000077/2011-06 e nº 59050.000071/2011-21, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução n° 42, de 29/12/2010, publicada no DOU nº 251, de 31/12/2010, seção 1, pág. 75 e 76, onde se lê: "...empresa HONDA DA AMAZÔNIA LTDA...", leia-se: "...empresa MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA...".

Na Resolução n° 43, de 29/12/2010, publicada no DOU nº 251, de 31/12/2010, seção 1, pág. 76, onde se lê: "...empresa HONDA DA AMAZÔNIA LTDA...", leia-se: "...empresa MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA...".

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA ORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO Nº 621 REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2011

Hora: 10h

Presidente Substituto: Vinícius Marques de Carvalho

Secretário do Plenário: Clovis Manzoni dos Santos Lores

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos do art. 54 da lei n. 8.884/94.

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:

Ato de Concentração nº 08012.000247/2011-60

Requerentes: Fundo de Investimento Imobiliário Caixa Desenvolvimento Imobiliário, Karagounis Participações S.A.

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Helena de Sá, Ana Thaís Muniz Magalhães

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.000263/2011-52

Requerentes: CWA Consultores & Serviços de Petróleo Ltda., Weatherford Indústria e Comércio Ltda.

Advogado(s): Natália de Lima Figueiredo, Adriana Franco Giannini, Francisco Ribeiro Todorov

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.000267/2011-31

Requerentes: BHG S.A. - Brazil Hospitality Group, Brascan Imobiliária Hotelaria e Turismo S.A.

Advogado(s): Joyce Midori Honda, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Lara Gaillard

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.000293/2011-69

Requerentes: Ecopart Investimentos S.A., Omega Energia Renovável S.A.

Advogado(s): Ricardo Lara Gaillard, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.000300/2011-22

Requerentes: Battistella Administração e Participações S.A. - APABA, Pyatov Participações Ltda., Tangará Participações Ltda.

Advogado(s): Ricardo Ferreira Pastore, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Isabela Braga Pompilho, Cláudio Coelho de Souza Timm

Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan

Ato de Concentração nº 08012.000307/2011-44

Requerentes: EnergyWorks do Brasil Ltda., Neoenergia S.A.

Advogado(s): Plinio Pinheiro Guimarães Neto, Renê Mostardeiro Brunet

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.000325/2011-26

Requerentes: João Alves de Queiroz Filho, Portugal Telecom SGPS S.A.

Advogado(s): Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Lara Gaillard, Joyce Midori Honda

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.000328/2011-60

Requerentes: IEG Erste Vermögensverwaltungs GmbH & Co. Objekt Rockenhausen KG, IEG Erste Vermögensverwaltungs GmbH & Co. Objekt Technisches Zentrum KG, Johnson Controls, Inc., Keiper Beteiligungs-GmbH, Keiper GmbH & Co. Kg., Keiper Verwaltungs-GmbH, Putsch GmbH & Co. KG, Recaro Automotive Beteiligungs GmbH, Recaro Automotive GmbH & Co. KG

Advogado(s): Jose Inácio F. de Almeida Prado Filho, Fabricio Antonio Cardim de Almeida, Barbara Rosenberg, Renê Guilherme da Silva Medrado

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.000332/2011-28

Requerentes: Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal

Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira

Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan

Ato de Concentração nº 08012.000359/2011-11

Requerentes: Conexel Conexões Elétricas Ltda., Ivan Ochsenhofer e Elli Margaritte Betty Ochsenhofer, José Correzola Júnior e Maria José Correzola, Weidmuller do Brasil Ltda., Weidmuller Holding AG & Co. KG

Advogado(s): Vinicius Fonseca Soares, Nilson Lautenschleger Jr.

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.000384/2011-02

Requerentes: Cymi Holding S.A., Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - Elos

Advogado(s): Antonio Wladir Vituri, Eurides Luiz Mescolotto, Nelson Antonio Vieira de Andrade, Rafaella Ferraz

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.000386/2011-93

Requerentes: Banco Santander S.A., Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A.

Advogado(s): Tercio Sampaio Ferraz Junior, Thiago Francisco da Silva Brito, Luciano Inácio de Souza, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Murilo Machado Sampaio Ferraz

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Ato de Concentração nº 08012.000412/2011-83

Requerentes: Brasterápica Indústria Farmacêutica S/E Ltda., Nycomed Pharma Ltda.

Advogado(s): Carlos Magno Nogueira Rodrigues

Relator: Conselheiro Ricardo Machado Ruiz

Ato de Concentração nº 08012.000416/2011-61

Requerentes: Gens Tecnologia e Informática Ltda., Totvs S.A.

Advogado(s): Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Stefanie Schmitt, Paula S.J.A. Amaral Salles

Relator: Conselheiro Fernando de Magalhães Furlan

Ato de Concentração nº 08012.000418/2011-51

Requerentes: American Airlines Inc., Japan Airlines International Co. Ltd.

Advogado(s): Guilherme Favaro Corvo Ribas, Lidiane Neiva Martins Lago

Relator: Conselheiro Olavo Zago Chinaglia

Ato de Concentração nº 08012.000845/2011-39

Requerentes: Galderma Pharma S.A., Q-Med AB

Advogado(s): Juliana Oliveira Domingues, Silvia Bueno de Miranda

Relator: Conselheiro Vinícius Marques de Carvalho

Ato de Concentração nº 08012.000850/2011-41

Requerentes: HSBC Bank Brasil S.A.-Banco Múltiplo, Itaú Unibanco S.A.

Advogado(s): Tito Amaral de Andrade, Érica Sumie Yamashita, Ana Thaís Muniz Magalhães, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Caio de Queiroz, Lidiane Neiva Martins Lago

Relator: Conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Substituto

CLOVIS MANZONI DOS SANTOS LORES
Secretário do Plenário

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

PORTARIA Nº 4.219, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.031667/2010-06 - SR/DPF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 641, de 03/05/1996, publicada no D.O.U. de 08/05/1996, à empresa PAPA ECO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº 00.746.855/0001-66, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.115, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/7574/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0054-47, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3059 (três mil e cinquenta e nove) Cartuchos de Munição calibre 38,

139 (cento e trinta e nove) Cartuchos de Munição calibre .380,

3355 (três mil, trezentos e cinquenta e cinco) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 10.133, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2010/7005/DPF/LDA/PR, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GESEG GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA S/S LTDA ME, CNPJ nº 12.512.290/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no PARANA, com Certificado de Segurança nº 000110, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RODRIGO DE ANDRADE OLIVEIRA

PORTARIAS DE 18 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, substituindo o senhor DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, nos termos do artigo 1º § 2º da portaria MJ 2494 de 03 de setembro de 2004, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto Nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, considerando o disposto na ata da 88ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2010, da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, instituída pela Portaria MJ Nº 1.545 de 08 de dezembro de 1995, resolve:

Nº 4.458 - aplicar a pena de equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - ASS S O ED CUL UNIVERSO, CNPJ/MF nº:60.746.948/0668-06, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.045348/2008-55;

Nº 4.459 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - PAB PACO MUNICIPAL, CNPJ/MF nº:90.400.888/0471-06, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e §§1 e 2, c/c 63, 'caput', e § único, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.000799/2008-22;

Nº 4.460 - ARQUIVAR o Processo nº: 08420.007199/2009-12, em detrimento à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB SECRET. DE EDUCACAO, CNPJ/MF nº:00.000.000/5130-67, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.461 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira HSBC BANK BRASIL S/A - AG. RIO BRANCO, CNPJ/MF nº:01.701.201/0772-11, sediada no estado do ACRE, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08220.009573/2008-81;

Nº 4.462 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL- PAB TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CNPJ/MF nº:00.000.000/5689-88, sediada no estado de ALAGOAS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08230.004950/2008-77;

Nº 4.463 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.667 (onze mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PARQUE DEZ - URB, CNPJ/MF nº:60.746.948/3188-05, sediada no estado do AMAZONAS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e parágrafo 1, 2, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08240.009135/2009-66;

Nº 4.464 - ARQUIVAR o Processo nº: 08240.009136/2009-19, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PARQUE DEZ - URB, CNPJ/MF nº:60.746.948/3188-05, sediada no estado do AMAZONAS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.465 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - RAIZ, CNPJ/MF nº:00.360.305/2987-66, sediada no estado do AMAZONAS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08240.012322/2009-27;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.466 - ARQUIVAR o Processo nº: 08240.012325/2009-61, em detrimento à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - RAIZ, CNPJ/MF nº:00.360.305/2987-66, sediada no estado do AMAZONAS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.467 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. SÃO JOSE, CNPJ/MF nº:60.701.190/2801-15, sediada no estado do AMAZONAS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08240.013589/2008-51;

Nº 4.468 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.334 (treze mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - PAB PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA, CNPJ/MF nº:60.701.190/0576-37, sediada no estado do AMAZONAS, por praticar a conduta tipificada no art. 133, II, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08240.026347/2008-27;

Nº 4.469 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. SÃO JOSE, CNPJ/MF nº:00.360.305/2807-19, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.007146/2008-54;

Nº 4.470 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. SÃO JOSE, CNPJ/MF nº:00.360.305/2807-19, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.007771/2008-04;

Nº 4.471 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira HSBC BANK BRASIL S/A - AG. MACAPA, CNPJ/MF nº:01.701.201/0903-15, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.007289/2008-66;

Nº 4.472 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. LEOPLODO MACHADO, CNPJ/MF nº:60.701.190/3233-70, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.008691/2008-68;

Nº 4.473 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - AG. MACAPA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1042-74, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.001229/2008-30;

Nº 4.474 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa NORSERGEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A, CNPJ/MF nº:06.272.413/0009-69, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, IX, c/c 138, §2º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, III, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08361.000700/2010-97;

Nº 4.475 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa A.G DE ALBUQUERQUE, CNPJ/MF nº:04.377.456/0001-26, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.005845/2008-60;

Nº 4.476 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa L. M. S. VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº:08.531.731/0001-75, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, XVIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.006593/2008-96;

Nº 4.477 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.166 (um mil, cento e sessenta e seis) UFIR à empresa SERPOL - SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº:03.612.361/0001-87, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, I, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.006556/2008-88;

Nº 4.478 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 584 (quinhentos e oitenta e quatro) UFIR à empresa FIEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:07.930.100/0002-47, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, VII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.005844/2008-15;

Nº 4.479 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.875 (um mil, oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa P INACIO FILHO, CNPJ/MF nº:02.947.181/0001-93, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.006591/2008-05;

Nº 4.480 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:00.865.761/0002-97, sediada no estado do AMAPÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08361.005955/2010-46;

Nº 4.481 - ARQUIVAR o Processo nº: 08256.000953/2008-43, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - PAB 04 CIRETRAN, CNPJ/MF nº:60.746.948/3022-08, sediada no estado da BAHIA, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.482 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB TRT ILHEUS, CNPJ/MF nº:00.000.000/0019-10, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08256.000942/2008-63;

Nº 4.483 - ARQUIVAR o Processo nº: 08256.000937/2008-51 em detrimento à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - FORUM EPAMINONDAS, CNPJ/MF nº:00.000.000/0019-10, sediada no estado da BAHIA, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.484 - ARQUIVAR o Processo nº: 08256.000941/2008-19 em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - ITABUNA, CNPJ/MF nº:60.746.948/0111-57, sediada no estado da BAHIA, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.485 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A- AG. ITAGI, CNPJ/MF nº:00.000.000/2334-55, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08256.004359/2008-21;

Nº 4.486 - ARQUIVAR o Processo nº: 08256.004351/2008-65 em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO - AG. ITAJUIPE, CNPJ/MF nº:60.746.948/0577-34, sediada no estado da BAHIA, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.487 - aplicar a pena de ADVERTÊNCIA à empresa MAXSEG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:02.539.931/0001-98, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08255.009229/2008-95;

Nº 4.488 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa MAXSEG - SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:02.539.931/0001-98, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08255.009227/2008-04;

Nº 4.489 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa MAX FORTE SERVICO DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:03.195.862/0001-05, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08255.018495/2008-17;

Nº 4.490 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa MAX FORTE SERVICO DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:03.195.862/0001-05, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, II, c/c 138, §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08255.010868/2008-01;

Nº 4.491 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - PAB SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/3036-03, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08711.004095/2009-72;

Nº 4.492 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa PROFEDERAL VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.130.578/0001-13, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08255.010871/2008-17;

Nº 4.493 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa PROFEDERAL VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.130.578/0001-13, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08255.010872/2008-61;

Nº 4.494 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.333 (onze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO HSBC S/A - AG. VITORIA DA CONQUISTA, CNPJ/MF nº:01.701.201/0298-37, sediada no estado da BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08256.000958/2008-76;

Nº 4.495 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa ORGANIZA SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:03.093.670/0001-98, sediada no estado do CEARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08270.013724/2010-25;

Nº 4.496 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa COLOMBO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.257.126/0001-05, sediada no estado do CEARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08270.011527/2008-57;

Nº 4.497 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa SNIPER SERVICOS E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.978.925/0001-62, sediada no estado do CEARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08270.013871/2010-03;

Nº 4.498 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. ICO, CNPJ/MF nº:00.000.000/0547-98, sediada no estado do CEARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08057.000245/2008-59;

Nº 4.499 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. PERSONNALITE SUDOESTE, CNPJ/MF nº:62.224.134/0141-01, sediada no DISTRITO FEDERAL, por praticar a conduta tipificada no e artigo 133, II, e parágrafo 1, 2, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08280.007462/2008-26;

Nº 4.500 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.667 (onze mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. PLANALTINA, CNPJ/MF nº:00.360.305/0973-53, sediada no DISTRITO FEDERAL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08280.000271/2008-33;

Nº 4.501 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.500 (cinco mil e quinhentos) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO - AG. CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM, CNPJ/MF nº:60.746.948/0662-10, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 131, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.018009/2008-03;

Nº 4.502 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO - AG. COLATINA, CNPJ/MF nº:60.746.948/0663-00, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.015713/2008-04;

Nº 4.503 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU - AG. COLATINA, CNPJ/MF nº:60.701.190/0686-71, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.010813/2008-36;

Nº 4.504 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0008-01, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08285.011931/2008-61;

Nº 4.505 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0008-01, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.022607/2008-79;

Nº 4.506 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa VIGSERV SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:36.040.947/0001-73, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.012232/2008-39;

Nº 4.507 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa PROSEGUR BRASIL S/A - TRANSP DE VAL E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0008-01, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.012452/2008-62;

Nº 4.508 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. GLORIA, CNPJ/MF nº:00.000.000/3827-01, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, 'caput', e §§ 1º e 2º, c/c 67, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.012455/2008-04;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 4.509 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU - AG. AV. VITORIA, CNPJ/MF nº:60.701.190/3021-00, sediada no estado do ESPÍRITO SANTO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08285.019287/2008-70;

Nº 4.510 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.417 (três mil, quatrocentos e dezessete) UFIR à empresa VIP VIGILANCIA INTENSIVA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:01.160.949/0001-11, sediada no estado de GOIÁS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 125, XXIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08295.017174/2008-11;

Nº 4.511 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa PIRES SERVICOS DE SEG. E TRANS. DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:60.409.877/0015-68, sediada no estado de GOIÁS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, IV, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08295.016262/2010-10;

Nº 4.512 - ARQUIVAR o Processo nº: 08295.011606/2008-80, em detrimento à empresa TOTAL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº:06.088.000/0001-71, sediada no estado de GOIÁS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.513 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.917 (dois mil, novecentos e dezessete) UFIR à empresa PORTAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº:08.598.502/0001-78, sediada no estado de GOIÁS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, e §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08295.019479/2010-81;

Nº 4.514 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa orgânica SHOPING CENTER BOUGAINVILLE, CNPJ/MF nº:26.678.185/0001-81, sediada no estado de GOIÁS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08295.016265/2010-53;

Nº 4.515 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.750 (três mil, setecentos e cinquenta) UFIR à empresa PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ/MF nº:00.116.506/0001-60, sediada no estado de GOIÁS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, IV, c/c artigo 4º, V, "a", da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08295.018193/2010-89;

Nº 4.516 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa POI EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:06.049.365/0001-97, sediada no estado do MARANHÃO, por praticar a conduta tipificada conforme artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08310.003844/2008-86;

Nº 4.517 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa PACIFIC SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ/MF nº:08.070.938/0001-90, sediada no estado do MARANHÃO, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, IV, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08310.011515/2010-23;

Nº 4.518 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TIMON), CNPJ/MF nº:00.360.305/2442-40, sediada no estado do MARANHÃO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08086.000862/2008-15;

Nº 4.519 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A, CNPJ/MF nº:33.700.394/0557-18, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08353.000293/2008-01;

Nº 4.520 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.011248/2009-84, em detrimento à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. PERSONNALITE SAVASSI MG, CNPJ/MF nº:60.701.190/3232-99, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.521 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.012288/2007-81, em detrimento à instituição financeira SANTANDER BANESPA S/A - AG. 2085 SAVASSI, CNPJ/MF nº:61.472.676/0085-80, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.522 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 666 (seiscentos e sessenta e seis) UFIR à empresa CURSO PREPARATORIO DE VIGILANTES POSTULADO LTDA, CNPJ/MF nº:21.700.570/0001-64, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, IX, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II , da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08350.021686/2008-7 0;

Nº 4.523 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.002996/2010-18, em detrimento à empresa EMBRAFORTE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:05.444.648/0001-70, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.524 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.003033/2010-23, em detrimento à empresa RODOBAN SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:23.245.012/0001-81, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.525 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:19.009.885/0002-07, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027048/2008-62;

Nº 4.526 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:19.009.885/0002-07, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027094/2008-61;

Nº 4.527 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa PROTEGIDO EMPRESA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:25.677.493/0001-20, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08350.014228/2008-84;

Nº 4.528 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.010164/2008-42, em detrimento à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. ABC, CNPJ/MF nº:00.360.305/2255-30, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.529 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.004995/2008-85, em detrimento à instituição financeira BANCO HSBC BANK BRASIL - AG. ASSEMBLEIA , CNPJ/MF nº:01.701.201/1750-60, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.530 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB GONTIJO, CNPJ/MF nº:00.000.000/5147-05, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 138, §3º, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014246/2008-66;

Nº 4.531 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. EMPRESARIAL VILA RICA, CNPJ/MF nº:00.000.000/5040-76, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 137, I, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014211/2008-27;

Nº 4.532 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. RAJA GABAGLIA BH, CNPJ/MF nº:00.000.000/4002-97, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 139, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027300/2008-33;

Nº 4.533 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB ASSEMBLEIA, CNPJ/MF nº:00.000.000/3578-55, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 137, I, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027317/2008-91;

Nº 4.534 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - PAB 40 STOLA DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF nº:60.746.948/0461-04, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 137, III, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.007053/2008-59;

Nº 4.535 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.667 (onze mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PAB TRT BH (SOBRELOJA), CNPJ/MF nº:00.360.305/0620-53, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.013582/2008-91;

Nº 4.536 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PAB DEP. DE POLICIA FEDERAL, CNPJ/MF nº:00.360.305/2323-15, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014026/2008-32;

Nº 4.537 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. 3117 RUA PARAÍBA MG, CNPJ/MF nº:60.701.190/1789-30, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.001731/2009-51;

Nº 4.538 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. 2249 RUA DA BAHIA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1063-07, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.009908/2008-86;

Nº 4.539 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. 2249 RUA DA BAHIA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1063-07, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.024173/2008-11;

Nº 4.540 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER BRASIL S/A - AG. LOURDES BH, CNPJ/MF nº:61.472.676/0091-29, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.009909/2008-21;

Nº 4.541 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER BRASIL - 2048 AFONSO PENA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1058-31, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.009910/2008-55;

Nº 4.542 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - PAB HOSP UNIV RISOLETA TOLEN, CNPJ/MF nº:90.400.888/1060-56, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018312/2008-77;

Nº 4.543 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 17.500 (dezessete mil e quinhentos) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. AMAZONAS, CNPJ/MF nº:33.700.394/0570-95, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.007028/2008-75;

Nº 4.544 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.007057/2008-37, em detrimento à empresa BH FORTE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:07.430.373/0001-41, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.545 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.018267/2008-51, em detrimento à empresa SUDOESTE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.134.002/0001-24, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.546 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR à empresa FIDELYS VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:08.819.936/0001-50, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, V, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018223/2008-21;

Nº 4.547 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa FORTEBANCO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:86.644.697/0001-59, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, II, c/c 138, §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018453/2008-90;

Nº 4.548 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa ARIZONA - SERVIÇOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:00.243.299/0001-05, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.009100/2008-07;

Nº 4.549 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa MINAS FORTE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.399.198/0001-89, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.024145/2010-18;

Nº 4.550 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa PLANTAO SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:25.183.468/0001-90, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, X, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014082/2008-77;

Nº 4.551 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa QUALITY VIGILANCIA E SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF nº:04.377.193/0001-55, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018213/2008-95;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.552 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 583 (quinhentos e oitenta e três) UFIR à empresa SUDOESTE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.134.002/0001-24, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, XX, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018265/2008-61;

Nº 4.553 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa SUDOESTE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:04.134.002/0001-24, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018266/2008-14;

Nº 4.554 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:00.215.978/0001-70, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.008935/2008-31;

Nº 4.555 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:00.215.978/0001-70, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, VIII, c/c 138, §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018303/2008-86;

Nº 4.556 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB CACHOEIRA ESCURA, CNPJ/MF nº:00.000.000/5605-70, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 137, I, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027318/2008-35;

Nº 4.557 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa CJF DE VIGILANCIA LTDA BIMT 3, CNPJ/MF nº:19.009.885/0006-22, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, X, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08351.000995/2008-04;

Nº 4.558 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/1077-74, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, em conformidade com artigo 1º, c/c art. 7º, II, da Lei nº7102/83, conforme consta no processo 08353.005521/2008-21;

Nº 4.559 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S.A - AG. CARANGOLA, CNPJ/MF nº:00.000.000/0026-40, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 137, I, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027320/2008-12;

Nº 4.560 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.334 (treze mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. CARANGOLA, CNPJ/MF nº:60.746.948/1438-19, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.009080/2008-66;

Nº 4.561 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA - AG. CARMO DO PARANAIBA, CNPJ/MF nº:00.360.305/1900-51, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.002765/2008-54;

Nº 4.562 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.018090/2008-92, em detrimento à instituição financeira BRADESCO - PAB 1392 PREFEITURA CONSELHEIRO LAFAIETE, CNPJ/MF nº:60.746.948/1224-98, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.563 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. CONSELHEIRO PENA MG, CNPJ/MF nº:00.360.305/0706-68, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08351.001748/2008-17;

Nº 4.564 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. 7771 RESSACA CONTAGEM, CNPJ/MF nº:60.701.190/3143-89, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018299/2008-56;

Nº 4.565 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. 6 DELEGACIA REG. DE CONTAGEM, CNPJ/MF nº:60.701.190/1839-34, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.006401/2009-51;

Nº 4.566 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.029414/2010-32, em detrimento à empresa CONCRETA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:00.617.236/0001-71, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.567 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. DIVINO, CNPJ/MF nº:00.000.000/2330-21, sediada no estado no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014208/2008-11;

Nº 4.568 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa PROVIR VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:05.648.394/0001-02, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, IV , da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08350.008333/2009-65;

Nº 4.569 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A - AG. 0028 GOVERNADO, CNPJ/MF nº:17.184.037/0028-30, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08351.001368/2008-82;

Nº 4.570 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa RODOBAN SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:23.245.012/0004-24, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.013921/2008-30;

Nº 4.571 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB PREF. IPATINGA, CNPJ/MF nº:00.000.000/1086-34, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014243/2008-22;

Nº 4.572 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. ITAOBIM MG, CNPJ/MF nº:60.701.190/2171-89, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08351.002943/2008-64;

Nº 4.573 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR instituição financeira BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/0584-63, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08353.002510/2003-84;

Nº 4.574 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa MAGNUS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:23.942.915/0001-11, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXVII, c/c 138, §1º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.018283/2008-43;

Nº 4.575 - ARQUIVAR o Processo nº: 08350.026909/2008-95, em detrimento à instituição financeira BANCO HSBC BANK BRASIL S/A, CNPJ/MF nº:01.701.201/1098-65, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.576 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. MONTES CLAROS, CNPJ/MF nº:00.360.305/0132-73, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08708.000721/2008-20;

Nº 4.577 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. NOVA LIMA, CNPJ/MF nº:00.000.000/2803-72, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 139, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.014088/2008-44;

Nº 4.578 - aplicar a pena de cancelamento da autorização para funcionamento à empresa ROCHA & SANTOS CURSOS DE FORMACAO DE VIG. LTDA, CNPJ/MF nº:04.533.317/0001-44, sediada no estado de MINAS G ERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, IV , da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08350.024144/2010-73;

Nº 4.579 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER BRASIL - PAB SANTA CASA MISERIC., CNPJ/MF nº:90.400.888/1215-27, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.024235/2008-94;

Nº 4.580 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB FORUM OLYMPIO BORGES, CNPJ/MF nº:00.000.000/0190-20, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.009954/2008-85;

Nº 4.581 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. PONTE, CNPJ/MF nº:00.000.000/3094-51, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08351.000274/2008-96;

Nº 4.582 - ARQUIVAR o Processo nº: 08701.002397/2008-44, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/2678-95, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.583 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/2678-95, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 138, § 3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.001399/2008-16;

Nº 4.584 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - SAO JOAO DO ORIENTE/MG, CNPJ/MF nº:00.000.000/2782-03, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 136, III, c/c 137, I, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.027303/2008-77;

Nº 4.585 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa SAMSEG SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:06.335.565/0001-06, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, c/c 138, §1º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08350.017832/2008-62;

Nº 4.586 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.666 (um mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0019-64, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08351.003439/2008-81;

Nº 4.587 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa CANNES SERVICOS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ/MF nº:07.556.666/0001-70, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.009508/2010-68;

Nº 4.588 - ARQUIVAR o Processo nº: 08701.001575/2008-10, em detrimento à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. TRIANGULO, CNPJ/MF nº:33.700.394/1280-22, sediada no estado de MINAS GERAIS, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.589 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. TUBAL VILELA, CNPJ/MF nº:00.360.305/0162-99, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.001420/2008-83;

Nº 4.590 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CNPJ/MF nº:00.360.305/1537-92, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.001085/2008-13;

Nº 4.591 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A , CNPJ/MF nº:17.184.037/0068-27, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.001480/2008-04;

Nº 4.592 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0005-69, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, VIII, c/c 138, §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.002133/2008-91;

Nº 4.593 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa orgânica PRAIA CLUBE, CNPJ/MF nº:25.762.741/0001-30, sediada no estado de MINAS GERAIS, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08701.008813/2010-32;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 4.594 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa LUGER VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:00.092.284/0001-93, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08335.003665/2010-85;

Nº 4.595 - ARQUIVAR o Processo nº: 08337.000089/2008-80, em detrimento à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. MARCELINO PIRES, CNPJ/MF nº:60.701.190/3156-01, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.596 - ARQUIVAR o Processo nº: 08337.000094/2008-92, em detrimento à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. MARCELINO PIRES, CNPJ/MF nº:60.701.190/3156-01, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.597 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. MARCELINO PIRES, CNPJ/MF nº:60.701.190/3156-01, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e §§1º e 2º, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08337.000095/2008-37;

Nº 4.598 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. DOURADOS, CNPJ/MF nº:60.701.190/0473-21, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08337.001029/2008-84;

Nº 4.599 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa GASPEM SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:01.869.515/0001-95, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08338.002596/2008-48;

Nº 4.600 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa GASPEM SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:01.869.515/0001-95, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08338.002733/2008-44;

Nº 4.601 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa GASPEM SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:01.869.515/0001-95, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XX, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08338.003236/2008-63;

Nº 4.602 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil, cento e sessenta e sete) UFIR à empresa GASPEM SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:01.869.515/0001-95, sediada no estado do MATO GROSSO DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, III, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08338.003235/2008-19;

Nº 4.603 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/3761-63, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.003480/2008-15;

Nº 4.604 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa INTEGRAL - SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:33.719.626/0001-01, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.007109/2007-41;

Nº 4.605 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa INTEGRAL - SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:33.719.626/0001-01, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.007111/2007-11;

Nº 4.606 - ARQUIVAR o Processo nº: 08320.007122/2007-09, em detrimento à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0029-36, sediada no estado do MATO GROSSO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.607 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 584 (quinhentos e oitenta e quatro) UFIR à instituição financeira TRANSAMERICA SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LT, CNPJ/MF nº:07.293.694/0001-41, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, V, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.012198/2008-29;

Nº 4.608 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PAB JUSTIÇA FEDERAL, CNPJ/MF nº:00.360.305/2317-77, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e parágrafo 1, 2, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.000861/2008-42;

Nº 4.609 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A, CNPJ/MF nº:60.701.190/0376-01, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.003485/2008-48;

Nº 4.610 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - CUIABA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1204-74, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.004962/2008-92;

Nº 4.611 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - CUIABA, CNPJ/MF nº:33.700.394/0328-58, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.004963/2008-37;

Nº 4.612 - ARQUIVAR o Processo nº: 08320.010600/2008-31, em detrimento à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:06.236.934/0001-03, sediada no estado do MATO GROSSO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.613 - ARQUIVAR o Processo nº: 08320.010597/2008-55, em detrimento à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:06.236.934/0001-03, sediada no estado do MATO GROSSO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.614 - ARQUIVAR o Processo nº: 08320.010594/2008-11, em detrimento à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:06.236.934/0001-03, sediada no estado do MATO GROSSO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.615 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF nº:03.218.765/0001-90, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXI, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.004972/2008-28;

Nº 4.616 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa MJB VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA , CNPJ/MF nº:06.236.934/0001-03, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VIII, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.003490/2008-51;

Nº 4.617 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa EUBANK CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA , CNPJ/MF nº:07.079.091/0001-41, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08320.004967/2008-15;

Nº 4.618 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa EUBANK CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES, CNPJ/MF nº:07.079.091/0001-41, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.004969/2008-12;

Nº 4.619 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/4329-26, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II e parágrafo 1º e 2º, c/c artigo 61, caput, ambos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.000866/2008-75;

Nº 4.620 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa COBRASEG SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA S/C LTDA, CNPJ/MF nº:01.065.675/0002-62, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, c/c 138, §§1º e 3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.014684/2008-81;

Nº 4.621 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. SANTA CARMEM/MT, CNPJ/MF nº:60.746.948/1560-40, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.000879/2008-44;

Nº 4.622 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa INVIOSEG SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ/MF nº:06.145.774/0001-97, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.000804/2008-63;

Nº 4.623 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A, CNPJ/MF nº:60.701.190/2802-04, sediada no estado do MATO GROSSO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08320.000859/2008-73;

Nº 4.624 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.335 (três mil, trezentos e trinta e cinco) UFIR à empresa NORSERGEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A, CNPJ/MF nº:06.272.413/0007-05, sediada no estado do PARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, c/c 137, III, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08360.002327/2008-02;

Nº 4.625 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa MARVIL - MARABA VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:01.824.918/0001-18, sediada no estado do PARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08072.001606/2008-96;

Nº 4.626 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa MARVIL - MARABA VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:01.824.918/0001-18, sediada no estado do PARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08072.001607/2008-31;

Nº 4.627 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa MARVIL - MARABA VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:01.824.918/0001-18, sediada no estado do PARÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08072.001608/2008-85;

Nº 4.628 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa PRESERVE/PB SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:08.787.673/0002-26, sediada no estado da PARAÍBA, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08375.007057/2008-59;

Nº 4.629 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. ARCOVERDE, CNPJ/MF nº:00.000.000/0068-07, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.003353/2008-84;

Nº 4.630 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. CAPITAL DO FORRO, CNPJ/MF nº:00.360.305/3016-51, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-G/DPF, conforme consta no processo 08065.003620/2008-13;

Nº 4.631 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. CARUARU, CNPJ/MF nº:60.701.190/0424-43, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.002624/2008-84;

Nº 4.632 - ARQUIVAR o Processo nº: 08400.010021/2008-06, em detrimento à empresa SOSERVI VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:11.572.781/0001-05, sediada no estado de PERNAMBUCO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.633 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. CUMARU, CNPJ/MF nº:00.000.000/2212-87, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.002970/2008-62;

Nº 4.634 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. GARANHUS, CNPJ/MF nº:00.000.000/0067-18, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.004445/2008-81;

Nº 4.635 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. GARANHUNS, CNPJ/MF nº:60.701.190/2743-01, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.003514/2008-30;

Nº 4.636 - ARQUIVAR o Processo nº: 08400.020186/2008-88, em detrimento à empresa E & S SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:04.896.282/0001-08, sediada no estado de PERNAMBUCO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.637 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa NORDESTE TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:05.194.878/0001-29, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XVIII, c/c 137, I e II da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08400.018260/2008-04;

Nº 4.638 - ARQUIVAR o Processo nº: 08400.021923/2008-60, em detrimento à empresa NORDESTE TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:05.194.878/0001-29, sediada no estado de PERNAMBUCO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.639 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. PESQUEIRA, CNPJ/MF nº:00.360.305/0775-90, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.003827/2008-98;

Nº 4.640 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.000 (um mil) UFIR à instituição financeira TRANSVAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:05.061.216/0001-80, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 112, IV, c/c 129, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08400.032782/2006-49;

Nº 4.641 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à instituição financeira TRANSVAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:05.061.216/0001-80, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XX, c/c 127, VIII, E §§1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08400.036654/2006-74;

Nº 4.642 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A, CNPJ/MF nº:33.700.394/0440-07, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, §§1º e 2º, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08400.024366/2008-39;

Nº 4.643 - ARQUIVAR o Processo nº: 08400.019357/2008-26, em detrimento à instituição financeira ATENTO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:06.514.695/0002-97, sediada no estado de PERNAMBUCO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.644 - ARQUIVAR o Processo nº: 08400.021217/2008-18, em detrimento à instituição financeira ATENTO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:06.514.695/0002-97, sediada no estado de PERNAMBUCO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.645 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à instituição financeira ATENTO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:06.514.695/0002-97, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 110, §7º, c/c 124, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08400.019356/2008-81;

Nº 4.646 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. SURUBIM, CNPJ/MF nº:00.000.000/0582-70, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.003008/2008-41;

Nº 4.647 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. TUPANATINGA, CNPJ/MF nº:00.000.000/1368-40, sediada no estado de PERNAMBUCO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08065.003359/2008-51;

Nº 4.648 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PAB BOM JESUS/PI, CNPJ/MF nº:00.360.305/2780-64, sediada no estado de PIAUÍ, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I e II, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08410.013456/2008-85;

Nº 4.649 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PARNAIBA, CNPJ/MF nº:60.746.948/1773-90, sediada no estado de PIAUÍ, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08410.005474/2008-93;

Nº 4.650 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa NORDESTE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES PIAUI LTDA, CNPJ/MF nº:05.160.112/0001-23, sediada no estado de PIAUÍ, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, V, c/c 138, §2º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08410.013714/2008-23;

Nº 4.651 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:02.426.907/0001-42, sediada no estado do PARANÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08389.013289/2008-97;

Nº 4.652 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:02.426.907/0001-42, sediada no estado do PARANÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, II, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08389.013300/2008-19;

Nº 4.653 - ARQUIVAR o Processo nº: 08389.027205/2008-01, em detrimento à empresa SUDARIO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:06.882.073/0001-30, sediada no estado do PARANÁ, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.654 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa SUDARIO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:06.882.073/0001-30, sediada no estado do PARANÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, III, c/c 136, III, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08389.027204/2008-58;

Nº 4.655 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa SUDARIO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:06.882.073/0001-30, sediada no estado do PARANÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08389.027207/2008-91;

Nº 4.656 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa ALERTA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:79.318.911/0001-11, sediada no estado do PARANÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08388.002922/2008-21;

Nº 4.657 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa ALERTA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:79.318.911/0001-11, sediada no estado do PARANÁ, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, I, c/c 125, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08388.002921/2008-87;

Nº 4.658 - ARQUIVAR o Processo nº: 08389.004837/2008-98, em detrimento à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR, CNPJ/MF nº:60.701.190/1012-02, sediada no estado do PARANÁ, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.659 - ARQUIVAR o Processo nº: 08389.004836/2008-43, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - AG. SAO MIGUEL DO IGUACU, CNPJ/MF nº:60.701.190/0580-13, sediada no estado do PARANÁ, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.660 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.667 (onze mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB 1708-6 S. JOAO PARAISO, CNPJ/MF nº:00.000.000/2468-67, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, 'caput', e §§ 1º e 2º, c/c art. 137, I, ambos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.000911/2008-25;

Nº 4.661 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira MERCANTIL DO BRASIL S/A - 0150-6 CAMPOS DO GOYT, CNPJ/MF nº:17.184.037/0150-60, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.002133/2008-17;

Nº 4.662 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - PB 6186 UENF CAMPOS DO GOYTA, CNPJ/MF nº:60.701.190/2601-90, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.000917/2008-01;

Nº 4.663 - ARQUIVAR o Processo nº: 08461.000097/2008-09, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/2285-63, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.664 - ARQUIVAR o Processo nº: 08461.000085/2008-76, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/2285-63, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.665 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ/MF nº:00.000.000/2585-20, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08461.000083/2008-87;

Nº 4.666 - aplicar a pena de ADVERTÊNCIA à empresa BRINKS SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:60.860.087/0011-70, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, VI, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.001664/2008-84;

Nº 4.667 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. 2164-4 ITAOCARA, CNPJ/MF nº:00.000.000/1881-31, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.001906/2008-30;

Nº 4.668 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - MIGUEL PEREIRA, CNPJ/MF nº:60.701.190/2112-29, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08457.000986/2008-27;

Nº 4.669 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - PETROPOLIS, CNPJ/MF nº:60.701.190/2580-20, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08457.000987/2008-71;

Nº 4.670 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.667 (três mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CNPJ/MF nº:00.360.305/0656-64, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 131, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.000546/2008-59;

Nº 4.671 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ABN AMRO S/A - AG. 01361 PORTO REAL, CNPJ/MF nº:90.400.888/2203-47, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, no artigo 7, II, da Lei nº7102/83, conforme consta no processo 08070.004370/2009-41;

Nº 4.672 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.047872/2008-61, em detrimento à instituição financeira CITIBANK S/A, CNPJ/MF nº:33.479.023/0175-89, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.673 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.016919/2008-44, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - RIO VILA ISABEL, CNPJ/MF nº:60.701.190/1008-26, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.674 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.050640/2008-90, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - PB PNEUMATICOS MICHELIN LTDA, CNPJ/MF nº:60.701.190/1468-18, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.675 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.079739/2008-73, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - RIO JARDIM OCEANICO, CNPJ/MF nº:60.701.190/2619-19, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.676 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.043989/2008-75, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - IPANEMA, CNPJ/MF nº:60.701.190/0343-43, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.677 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - RUA DA PASSAGEM, CNPJ/MF nº:00.360.305/3106-42, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.043018/2008-25;

Nº 4.678 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira ITAU S/A - PAB TRANSROLL, CNPJ/MF nº:60.701.190/0036-26, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.061457/2008-10;

Nº 4.679 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ/MF nº:64.545.866/0005-94, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 100, XVI, da Portaria nº992/95-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08455.052997/2007-21;

Nº 4.680 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa PLESVI PLANEJAMENTO E EXECUCAO DE SEGURANCA E VIGILANCIA INTERNAS S/A, CNPJ/MF nº:62.304.860/0001-76, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, X, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.032379/2007-65;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 4.681 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa PLESVI PLANEJAMENTO E EXECUCAO DE SEGURANCA E VIGILANCIA INTERNAS S/A, CNPJ/MF nº:62.304.860/0001-76, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08793.002281/2007-42;

Nº 4.682 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.044211/2008-83, em detrimento à instituição financeira BANCO ABN AMRO REAL S/A, CNPJ/MF nº:33.066.408/1011-40, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.683 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.074973/2008-12, em detrimento à instituição financeira BANCO ABN AMRO REAL S/A, CNPJ/MF nº:33.066.408/0204-93, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.684 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.001855/2008-87, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME VILA MARIANA, CNPJ/MF nº:60.746.948/4188-50, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.685 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.038669/2008-01, em detrimento à instituição financeira BRADESCO S/A - AG. PRAIA DE BOTAFOGO, CNPJ/MF nº:60.746.948/1883-24, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.686 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.002073/2008-65, em detrimento à instituição financeira DO BRASIL SA -ESTILO TIJUCA RJ, CNPJ/MF nº:00.000.000/4190-44, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.687 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.012438/2008-60, em detrimento à instituição financeira DO BRASIL SA - GONCALVES DIAS, CNPJ/MF nº:00.000.000/3844-02, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.688 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.012439/2008-12, em detrimento à instituição financeira DO BRASIL S/A - PB PALACIO DA JUSTICA, CNPJ/MF nº:00.000.000/3847-47, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.689 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.038169/2008-61, em detrimento à instituição financeira DO BRASIL SA - TIJUCA, CNPJ/MF nº:00.000.000/0288-78, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.690 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.050638/2008-11, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - PAB APOLO PROD DE ACO, CNPJ/MF nº:60.701.190/1132-19, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.691 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.038387/2008-04, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - SÃO CONRADO, CNPJ/MF nº:60.701.190/2095-93, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.692 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040821/2008-16, em detrimento à instituição financeira SANTANDER BANESPA S/A, CNPJ/MF nº:61.472.676/0103-05, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.693 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000448/2008-52, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. ATAULFO DE PAIVA CAP RJ, CNPJ/MF nº:90.400.888/1250-00, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.694 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.012442/2008-28, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A -AG. IPANEMA RJ, CNPJ/MF nº:90.400.888/1131-84, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.695 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040827/2008-85, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG NORTE SHOPPING, CNPJ/MF nº:90.400.888/0042-10, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.696 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.037659/2008-41, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. FREGUESIA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1112-11, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.697 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.025519/2008-20, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S.A - AG.RUA DA ASSEMBLEIA, CNPJ/MF nº:61.411.633/0126-06, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.698 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000450/2008-21, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. NORTE SHOPPING, CNPJ/MF nº:90.400.888/0042-10, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.699 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000445/2008-19, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG SAENS PENA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0334-07, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.700 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040826/2008-31, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. EDGARD ROMERO, CNPJ/MF nº:90.400.888/0024-39, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.701 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040992/2008-37, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. IPANEMA RJ, CNPJ/MF nº:90.400.888/1131-84, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.702 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040817/2008-40, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A -PAB GUARDA MUNICIPAL, CNPJ/MF nº:61.472.676/0032-79, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.703 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.045293/2008-83, em detrimento à instituição financeira BRADESCO S/A - LARGO SO BICAO, CNPJ/MF nº:60.746.948/2674-61, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.704 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000449/2008-05, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG LEBLON, CNPJ/MF nº:61.472.676/0103-05, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.705 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040830/2008-07, em detrimento à instituição financeira UNIBANCO S/A, CNPJ/MF nº:33.700.394/0008-16, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.706 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.083773/2007-61, em detrimento à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. QUINTA DA BOA VISTA, CNPJ/MF nº:33.700.394/0386-27, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.707 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.062786/2008-88, em detrimento à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. AFONSO CAVALCANTI, CNPJ/MF nº:33.700.394/1552-67, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.708 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BRADESCO S/A - PRCA SECA, CNPJ/MF nº:60.746.948/2867-68, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.021046/2008-91;

Nº 4.709 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.001 (quinze mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - ELETROBRAS RIO, CNPJ/MF nº:00.000.000/2158-05, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, e §§ 1º e 2º, c/c 61, c/c 62, c/c 68, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.012441/2008-83;

Nº 4.710 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - PRACA DAS NACOES, CNPJ/MF nº:00.000.000/4944-10, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, §§ 1º e 2º, c/c 61, c/c 62, c/c 68, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.012443/2008-72;

Nº 4.711 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB BASC, CNPJ/MF nº:00.000.000/1139-80, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, e §§ 1º e 2º, c/c 61, c/c 62, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.017171/2008-05;

Nº 4.712 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. CANDELARIA, CNPJ/MF nº:00.000.000/1051-04, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, e §§ 1º e 2º, c/c 61, c/c 62, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.038171/2008-31;

Nº 4.713 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - HADDOCK LOBO, CNPJ/MF nº:33.700.394/1410-45, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.012447/2008-51;

Nº 4.714 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - HADDOK LOBO, CNPJ/MF nº:60.746.948/0448-37, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.037167/2008-55;

Nº 4.715 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BRADESCO S/A - AG. PRIME SÃO CRISTOVAO, CNPJ/MF nº:60.746.948/3449-89, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.069319/2008-89;

Nº 4.716 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BRADESCO S/A - PRAIA DE BOTAFOGO, CNPJ/MF nº:60.746.948/1883-24, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.038672/2008-17;

Nº 4.717 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.055734/2008-55, em detrimento à instituição financeira BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/0213-81, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.718 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BRADESCO S/A - VILA ISABEL, CNPJ/MF nº:60.746.948/1649-05, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.012038/2008-54;

Nº 4.719 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BRADESCO S/ - FREGUESIA, CNPJ/MF nº:60.746.948/2039-00, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.012037/2008-18;

Nº 4.720 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - INHAUMA, CNPJ/MF nº:00.360.305/1095-48, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.043992/2008-99;

Nº 4.721 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. BARRA DA TIJUCA, CNPJ/MF nº:00.360.305/1344-96, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.043993/2008-33;

Nº 4.722 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. IPANEMA, CNPJ/MF nº:00.360.305/0588-89, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.052889/2008-30;

Nº 4.723 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CNPJ/MF nº:00.360.305/2912-49, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.050643/2008-23;

Nº 4.724 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. PARADA DE LUCAS, CNPJ/MF nº:00.360.305/1330-90, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.051538/2008-10;

Nº 4.725 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. CATETE, CNPJ/MF nº:00.360.305/1327-95, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.050646/2008-67;

Nº 4.726 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. AEROPORTO, CNPJ/MF nº:00.360.305/1379-16, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.019422/2008-88;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.727 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PAB CAV COB/RJ, CNPJ/MF nº:00.360.305/4044-69, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.021042/2008-11;

Nº 4728 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - JUSTICA DO TRABALHO, CNPJ/MF nº:00.360.305/2890-07, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 68, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.033856/2008-91;

Nº 4.729 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. PRAIA DE BOTAFOGO, CNPJ/MF nº:00.360.305/3307-59, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.033853/2008-57;

Nº 4.730 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira ITAU S/A - RIO IRAJA RJ, CNPJ/MF nº:60.701.190/2545-48, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.016921/2008-13;

Nº 4.731 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.016920/2008-79, em detrimento à instituição financeira ITAU S/A - RIO SAARA RJ, CNPJ/MF nº:60.701.190/0565-84, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.732 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ITAU S/A - PB CARIOCA ENG, CNPJ/MF nº:60.701.190/1666-81, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.072627/2008-91;

Nº 4.733 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ITAU S/A - PERS AV. CHILE RJ, CNPJ/MF nº:60.701.190/2640-04, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.037166/2008-19;

Nº 4.734 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ABN AMRO REAL S/A - PAB CELSO LISBOA, CNPJ/MF nº:33.066.408/0448-30, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.074984/2008-94;

Nº 4.735 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ABN AMRO REAL S/A, CNPJ/MF nº:33.066.408/0388-64, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.074978/2008-37;

Nº 4.736 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ABN AMRO REAL S/A - RUA DIAS DA ROCHA RJ, CNPJ/MF nº:33.066.408/0454-88, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, em conformidade com artigo 7, II, da Lei nº7102/83, conforme consta no processo 08455.074971/2008-15;

Nº 4.737 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ABN AMRO REAL S/A, CNPJ/MF nº:33.066.408/0048-89, sediada no estado no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.074974/2008-59;

Nº 4.738 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ABN AMRO REAL S/A - PAB CENPES PETROBRAS, CNPJ/MF nº:33.066.408/0096-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.017175/2008-85;

Nº 4.739 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ABN AMRO REAL S/A - GRACA ARANHA, CNPJ/MF nº:33.066.408/0140-94, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.074975/2008-01;

Nº 4.740 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira MERIDIONAL DO BRASIL SA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0318-89, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.039783/2008-41;

Nº 4.741 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.334 (treze mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à instituição financeira SANTANDER S/A - PAB EDIOURO, CNPJ/MF nº:90.400.888/1118-07, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.012440/2008-39;

Nº 4.742 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. CARIOCA, CNPJ/MF nº:33.700.394/0962-36, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.062699/2008-21;

Nº 4.743 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - ERASMO BRAGA, CNPJ/MF nº:33.700.394/1130-09, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.062785/2008-33;

Nº 4.744 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. PRACA XV, CNPJ/MF nº:33.700.394/1209-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.062697/2008-31;

Nº 4.745 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000444/2008-74, em detrimento à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.746 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000443/2008-20, em detrimento à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.747 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000442/2008-85, em detrimento à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.748 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000441/2008-31, em detrimento à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.749 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.000440/2008-96, em detrimento à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.750 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.018932/2008-38, em detrimento à empresa BRAGIL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:06.539.772/0001-82, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.751 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.030195/2008-41, em detrimento à empresa CJF DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:19.009.885/0003-80, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.752 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.030194/2008-05, em detrimento à empresa SOLIDEZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:02.992.301/0001-74, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.753 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.017697/2008-87, em detrimento à empresa TRANSEGUR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:31.376.361/0001-60, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.754 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.004225/2008-64, em detrimento à empresa SENOPEL DO BRASIL SEGUIRANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:04.896.176/0001-24, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.755 - aplicar a pena de ADVERTÊNCIA à empresa PLESVI - PLANEJAMENTO E EXECUCAO DE SEGURANCA E VIGILANCIA, CNPJ/MF nº:62.304.860/0001-76, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, VIII, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme conforme consta no processo 08793.001663/2008-30;

Nº 4.756 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066381/2007-38;

Nº 4.757 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066350/2007-87;

Nº 4.758 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066393/2007-62;

Nº 4.759 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066392/2007-18;

Nº 4.760 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066391/2007-73;

Nº 4.761 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066389/2007-02;

Nº 4.762 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066388/2007-50;

Nº 4.763 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066387/2007-13;

Nº 4.764 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066386/2007-61;

Nº 4.765 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066385/2007-16;

Nº 4.766 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066384/2007-71;

Nº 4.767 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066390/2007-29;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 4.768 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066383/2007-27;

Nº 4.769 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066382/2007-82;

Nº 4.770 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066380/2007-93;

Nº 4.771 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066379/2007-69;

Nº 4.772 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066352/2007-76;

Nº 4.773 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066351/2007-21;

Nº 4.774 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066348/2007-16;

Nº 4.775 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066346/2007-19;

Nº 4.776 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066345/2007-74;

Nº 4.777 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 8455.066344/2007-20;

Nº 4.778 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066331/2007-51;

Nº 4.779 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066330/2007-14;

Nº 4.780 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:01.850.645/0001-86, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XXII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.066394/2007-15;

Nº 4.781 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.023009/2008-18, em detrimento à empresa EDSONSERV VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº:07.872.373/0001-00, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.782 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.166 (um mil, cento e sessenta e seis) UFIR à empresa PROBAN SEGURANCA E PROTECAO BANCARIA LTDA, CNPJ/MF nº:34.294.280/0001-00, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, V, c/c 138, §3º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.011514/2008-10;

Nº 4.783 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA, CNPJ/MF nº:17.428.731/0054-47, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, VIII, c/c 138, §2º da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.001662/2008-95;

Nº 4.784 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.666 (três mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à empresa TRANSEXPERT VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:04.086.371/0001-99, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 120, c/c 129, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.003876/2008-95;

Nº 4.785 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira ABN AMRO REAL S/A - POSTO COPA 3 RJ, CNPJ/MF nº:33.066.408/1088-20, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.074981/2008-51;

Nº 4.786 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - SANTO ANTONIO DE PADUA, CNPJ/MF nº:00.360.305/0191-23, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08793.001667/2008-18;

Nº 4.787 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A -SÃO J MERITI PAB PREFEITURA, CNPJ/MF nº:00.000.000/0751-08, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08457.006317/2008-69;

Nº 4.788 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. 00535 VALENCA, CNPJ/MF nº:90.400.888/2196-83, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, IV, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08070.003885/2009-23;

Nº 4.789 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa FOCUS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:03.457.699/0004-54, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08070.001208/2008-90;

Nº 4.790 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. CAICO/RN, CNPJ/MF nº:00.000.000/0128-74, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08420.005905/2008-01;

Nº 4.791 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.666 (três mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. CURRAIS NOVOS/RN, CNPJ/MF nº:00.000.000/0361-10, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, por praticar a conduta tipificada no artigo 131, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08420.013255/2008-69;

Nº 4.792 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.667 (três mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. GOIANINHA/RN, CNPJ/MF nº:00.360.305/1101-20, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, por praticar a conduta tipificada no artigo 131, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08420.001486/2008-20;

Nº 4.793 - ARQUIVAR o Processo nº: 08420.002713/2008-34, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. NATAL CENTRO/RN, CNPJ/MF nº:60.746.948/0321-54, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.794 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira UNIBANCO - AGENCIA CANDELARIA NATAL, CNPJ/MF nº:33.700.394/7199-00, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08420.004472/2009-49;

Nº 4.795 - ARQUIVAR o Processo nº: 08420.009459/2008-03, em detrimento à empresa URBANO SEGURANCA DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:04.562.527/0001-60, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.796 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa URBANO SEGURANCA DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:04.562.527/0001-60, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08420.021099/2010-24;

Nº 4.797 - ARQUIVAR o Processo nº: 08420.001848/2008-82, em detrimento à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. SANTA CRUZ/RN, CNPJ/MF nº:00.360.305/0806-20, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.798 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU S/A - AG. SÃO GONCALO DO AMARANTE/RN, CNPJ/MF nº:60.701.190/2860-75, sediada no estado do RIO GRANDE DO NORTE, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08420.001979/2008-60;

Nº 4.799 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa TRANSNORTE ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF nº:08.322.127/0001-39, sediada no estado de RONDONIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, IV, c/c 138, §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08478.000984/2008-90;

Nº 4.800 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER - AGENCIA CACHOEIRINHA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0462-15, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, c/c 68, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.017781/2008-89;

Nº 4.801 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.020114/2008-83, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG ESTEIO, CNPJ/MF nº:90.400.888/0090-18, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.802 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 875 (oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:02.817.114/0002-35, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, V, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.001180/2008-54;

Nº 4.803 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.334 (treze mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG. OSORIO, CNPJ/MF nº:90.400.888/0137-16, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, III, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.012871/2008-83;

Nº 4.804 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. PASSO DO SOBRADO, CNPJ/MF nº:00.000.000/4237-42, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no e artigo 133, caput, §§1º e 2º, c/c 137, I, c/c 61, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08089.002384/2008-40;

Nº 4.805 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.013061/2008-44, em detrimento à instituição financeira BANCO ITAU - AG CRISTOVAO COLOMBO, CNPJ/MF nº:60.701.190/1372-31, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.806 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.021082/2008-33, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG AZENHA, CNPJ/MF nº:61.472.676/0124-21, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.807 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.012370/2008-05, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG AZENHA, CNPJ/MF nº:61.472.676/0124-21, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.808 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430. /2008-72, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG MINUANO, CNPJ/MF nº:90.400.888/0029-43, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.809 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.018373/2008-44, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG NAVEGANTES, CNPJ/MF nº:90.400.888/0026-09, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.810 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO CITIBANK - AG. 7 DE SETEMBRO, CNPJ/MF nº:33.479.023/0026-38, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.006356/2008-64;

Nº 4.811 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 15.000 (quinze mil) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU - AG BARAO DO AMAZONAS, CNPJ/MF nº:60.701.190/2573-00, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, §§1º e 2º, c/c 137, I, c/c 62, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.008468/2008-50;

Nº 4.812 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU - AG. PERSONNALITE, CNPJ/MF nº:60.701.190/1697-88, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.035777/2008-01;

Nº 4.813 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.008466/2008-61, em detrimento à instituição financeira BANCO ITAU AG. JARDIM LINDOIA, CNPJ/MF nº:60.701.190/3038-59, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.814 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG. PARTENON, CNPJ/MF nº:90.400.888/0028-62, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I e III, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.012870/2008-39;

Nº 4.815 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG. BENJAMIN COSTANT, CNPJ/MF nº:90.400.888/0011-14, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.026951/2008-16;

Nº 4.816 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG. PASSO DAREIA, CNPJ/MF nº:90.400.888/1159-85, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, I, c/c 138, §2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.026950/2008-71;

Nº 4.817 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.025521/2008-07, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. VILA VALQUEIRE, CNPJ/MF nº:90.400.888/0021-96, sediada no estado do RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.818 - ARQUIVAR o Processo nº: 08430.012369/2008-72, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. SAPIRANGA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0198-38, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.819 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER - AG. SAPUCAIA DO SUL , CNPJ/MF nº:90.400.888/0343-90, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 138, §2 º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.006460/2008-59;

Nº 4.820 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.334 (treze mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO - AG. TAPES, CNPJ/MF nº:60.746.948/1223-07, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, e §§ 1º e 2º, c/c 137, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.020115/2008-28;

Nº 4.821 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO ITAU - TAQUARA, CNPJ/MF nº:60.701.190/3113-63, sediada no estado do RIO GRANDE DO SUL, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, caput, §§ 1º e 2º, c/c 137, I, c/c 67, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08430.012367/2008-83;

Nº 4.822 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.666 (três mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. ITOUPAVA NORTE, CNPJ/MF nº:33.700.394/0787-69, sediada no estado de SANTA CATARINA, por praticar a conduta tipificada no artigo 131, III, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08492.010141/2008-13;

Nº 4.823 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.343 (dois mil, trezentos e quarenta e três) UFIR à empresa ORSEG ORGANIZACAO DE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ/MF nº:83.495.127/0001-56, sediada no estado de SANTA CATARINA, no artigo 100, X, c/c 103, III, da Portaria nº992/95-DG/DPF, conforme consta no processo 08200.018800/2006-36;

Nº 4.824 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ/MF nº:92.653.666/0002-48, sediada no estado de SANTA CATARINA, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, II, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08490.013956/2009-55;

Nº 4.825 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - ITAIOPOLIS/BESC, CNPJ/MF nº:00.000.000/6149-20, sediada no estado de SANTA CATARINA, por praticar a conduta tipificada no artigo 5 da Lei nº7102/83, conforme consta no processo 08494.007518/2007-56;

Nº 4.826 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:87.134.086/0002-04, sediada no estado de SANTA CATARINA, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XVII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08492.005426/2008-32;

Nº 4.827 - ARQUIVAR o Processo nº: 08520.006605/2008-11, em detrimento à instituição financeira UNIBANCO S/A - AG. PRAIA 13 DE JULHO, CNPJ/MF nº:33.700.394/0571-76, sediada no estado do SERGIPE, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.828 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - PAB UNIMED HOSPITAL SP, CNPJ/MF nº:90.400.888/0099-56, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e parágrafo 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08105.000659/2010-80;

Nº 4.829 - ARQUIVAR o Processo nº: 08707.004315/2008-46, em detrimento à instituição financeira USINA ACUCAR E ALCOOL LTDA, CNPJ/MF nº:43.960.335/0001-64, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.830 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO AG. ARUJA, CNPJ/MF nº:01.701.201/1241-55, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e parágrafo 1º e 2º, c/c 138, parágrafo 3º, c/c 62, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.012595/2007-62;

Nº 4.831 - ARQUIVAR o Processo nº: 08514.000416/2009-96, em detrimento à instituição financeira SANTANDER - AG. 0016 CACAPAVA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0645-40, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.832 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. CENTRAL ATENDIMENTO PAB, CNPJ/MF nº:00.000.000/0717-06, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 67, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.003508/2008-67;

Nº 4.833 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. TRT, CNPJ/MF nº:00.000.000/0717-06, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 67, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.004135/2008-41;

Nº 4.834 - ARQUIVAR o Processo nº: 08514.000808/2008-74, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - PAB, CNPJ/MF nº:90.400.888/1326-42, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.835 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG MAUA, CNPJ/MF nº:00.000.000/0681-52, sediada no estado de SÃO PA ULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 67, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08500.013472/2008-69;

Nº 4.836 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME MOGI DAS CRUZES, CNPJ/MF nº:60.746.948/3484-61, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e parágrafo 1º e 2º, c/c artigo 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.012141/2009-53;

Nº 4.837 - aplicar a pena de INTERDIÇÃO à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. MORRO AGUDO, CNPJ/MF nº:00.000.000/2433-37, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e parágrafo 1º e 2º, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08508.002400/2009-05;

Nº 4.838 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A, CNPJ/MF nº:90.400.888/0593-84, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, parágrafo 1, 2, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08503.003514/2007-42;

Nº 4.839 - ARQUIVAR o Processo nº: 08503.005790/2009-15, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A, CNPJ/MF nº:60.746.948/2666-51, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.840 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.334 (três mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à empresa GS ACADEMIA DE FORMACAO PROFISSIONAL LTDA, CNPJ/MF nº:07.970.040/0001-05, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, IV, e §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08503.000031/2009-58;

Nº 4.841 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. 0767 IPIRANGA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0705-15, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, c/c 61, 'caput', da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08508.002374/2009-15;

Nº 4.842 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO UNIBANCO S/A - PAB LEAO LEAO, CNPJ/MF nº:33.700.394/0179-72, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no e artigo 133, II, e parágrafo 1, 2, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08508.004745/2007-23;

Nº 4.843 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.667 (três mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL SA - AG. SANTA ISABEL, CNPJ/MF nº:00.000.000/1860-07, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 131, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.012848/2008-89;

Nº 4.844 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ/MF nº:64.545.866/0001-60, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II, da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08512.012497/2008-14;

Nº 4.845 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira SANTANDER - PAB 3225 EUGENIO DE MELO, CNPJ/MF nº:90.400.888/1710-36, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.000811/2008-98;

Nº 4.846 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 11.666 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. HORTO FLORESTAL, CNPJ/MF nº:61.411.633/0651-22, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e parágrafo 1º e 2º c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.005748/2007-15;

Nº 4.847 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.009497/2008-29, em detrimento à instituição financeira BRADESCO S/A - PAB UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, CNPJ/MF nº:60.746.948/3768-30, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.848 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011569/2009-89, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME PAMPLONA, CNPJ/MF nº:60.746.948/3477-32, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.849 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011577/2009-25, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME AVENIDA JUSCELINO K, CNPJ/MF nº:60.746.948/3231-24, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.850 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011579/2009-14, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME RUA BOA VISTA, CNPJ/MF nº:60.746.948/3611-31, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 4.851 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011596/2009-51, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME JARDIM AMERICA, CNPJ/MF nº:60.746.948/3603-21, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.852 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011604/2009-60, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME ALFONSO BOVERO, CNPJ/MF nº:60.746.948/3823-09, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.853 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011607/2009-01, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME PENHA, CNPJ/MF nº:60.746.948/3934-16, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.854 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME PRACA OSVALDO CRUZ, CNPJ/MF nº:60.746.948/3576-14, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e parágrafo 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.011608/2009-48;

Nº 4.855 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.011612/2009-14, em detrimento à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME VILA MARIANA, CNPJ/MF nº:60.746.948/4954-13, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.856 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME LAPA, CNPJ/MF nº:60.746.948/3938-40, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e parágrafo 1 e 2, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.012115/2009-25;

Nº 4.857 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME CARDOSO DE ALMEIDA, CNPJ/MF nº:60.746.948/3485-42, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e parágrafo 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.012126/2009-13;

Nº 4.858 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO BRADESCO S/A - AG. PRIME AVENIDA BRASIL, CNPJ/MF nº:60.746.948/4444-28, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, II, e parágrafo 1º e 2º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.012128/2009-02;

Nº 4.859 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.334 (treze mil, trezentos e trinta e quatro) UFIR à instituição financeira BANCO UNIBANCO -PAB COMANDO MILITAR SE, CNPJ/MF nº:33.700.394/0085-58, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, parágrafo 1, 2, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.015321/2008-14;

Nº 4.860 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa IDEAL CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E APERFEICOAMENTO EM SEG PRIVADA, CNPJ/MF nº:00.934.005/0001-91, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, XII, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II , da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08512.006466/2008-16;

Nº 4.861 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa IDEAL CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E APERFEICOAMENTO EM SEG PRIVADA, CNPJ/MF nº:00.934.005/0001-91, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, XII, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II , da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08512.006467/2008-61;

Nº 4.862 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR à empresa IDEAL CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E APERFEICOAMENTO EM SEG PRIVADA, CNPJ/MF nº:00.934.005/0001-91, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, XII, c/c 139, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II , da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08512.006468/2008-13;

Nº 4.863 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa ALERTA SERVICOS DE SEGURANCA S/C LTDA, CNPJ/MF nº:62.802.285/0003-01, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, X, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.005827/2008-15;

Nº 4.864 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa BLUE ANGELS SEGURANCA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ/MF nº:01.566.128/0001-80, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, XXI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, II , da Lei nº7.102/83, conforme consta no processo 08512.010097/2008-66;

Nº 4.865 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.005318/2008-84, em detrimento à empresa MANHATTANS SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº:38.879.979/0001-92, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.866 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.501 (dois mil, quinhentos e um) UFIR à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:02.426.907/0004-95, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 125, X, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, III, da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08508.003361/2010-99;

Nº 4.867 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.025520/2008-54, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S/A - AG. BARRA DA TIJUCA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0001-42, sediada no estado de RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.868 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - PAB HOSPITAL DO CAMPO LIMPO, CNPJ/MF nº:00.000.000/3942-03, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, I, §§ 1º e 2º, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.000429/2008-02;

Nº 4.869 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL S/A - AG. BATANTA, CNPJ/MF nº:00.000.000/3540-82, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.010460/2008-43;

Nº 4.870 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO DO BRASIL - AG. BOULEVARD SÃO JOAO, CNPJ/MF nº:00.000.000/4830-52, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, e §§ 1º e 2º, c/c 62, c/c 61, todos da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.010459/2008-19;

Nº 4.871 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. SHOPPING LAPA, CNPJ/MF nº:00.360.305/0257-94, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.001185/2008-77;

Nº 4.872 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. VILA SONIA, CNPJ/MF nº:00.360.305/4076-46, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.001186/2008-11;

Nº 4.873 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO CAIXA ECON FEDERAL - AG. ESTADOS UNIDOS, CNPJ/MF nº:00.360.305/2887-01, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.003742/2008-94;

Nº 4.874 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. AUTODROMO, CNPJ/MF nº:00.360.305/3216-87, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.004133/2008-52;

Nº 4.875 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira UNIBANCO S/A - CIDADE UNIVERSITARIA, CNPJ/MF nº:33.700.394/0061-80, sediada no estado de RIO DE JANEIRO, por praticar a conduta tipificada no artigo 132, V, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.087600/2008-01;

Nº 4.876 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.007812/2008-83, em detrimento à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE, CNPJ/MF nº:03.492.494/0001-67, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.877 - ARQUIVAR o Processo nº: 08512.007212/2008-15, em detrimento à empresa IDEAL CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E APERFEICOAMENTO, CNPJ/MF nº:00.934.005/0001-91, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.878 - ARQUIVAR o Processo nº: 08514.001356/2008-48, em detrimento à empresa PAPA ECO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:00.746.855/0002-47, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.879 - ARQUIVAR o Processo nº: 08514.001354/2008-59, em detrimento à empresa PAPA ECO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:00.746.855/0002-47, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.880 - ARQUIVAR o Processo nº: 08514.000857/2008-15, em detrimento à empresa PREVENSEG SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:03.954.313/0001-77, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.881 - aplicar a pena de advertência à empresa PAPA ECO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:00.746.855/0002-47, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 122, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme artigo 23, I , da Lei nº7.102/83 conforme consta no processo 08514.001355/2008-01;

Nº 4.882 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.875 (um mil, oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa ESSE ELLE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL S/S LTDA, CNPJ/MF nº:07.839.915/0001-34, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.002721/2008-31;

Nº 4.883 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 2.750 (dois mil, setecentos e cinquenta) UFIR à empresa ESSE ELLE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL S/S LTDA, CNPJ/MF nº:07.839.915/0001-34, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 120, c/c 129, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.002737/2008-44;

Nº 4.884 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.875 (um mil, oitocentos e setenta e cinco) UFIR à empresa ESSE ELLE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL S/S LTDA, CNPJ/MF nº:07.839.915/0001-34, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, XIX, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.002720/2008-97;

Nº 4.885 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa ESSE ELLE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL S/S LTDA, CNPJ/MF nº:07.839.915/0001-34, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.002739/2008-33;

Nº 4.886 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.667 (um mil, seiscentos e sessenta e sete) UFIR à empresa ESSE ELLE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL S/S LTDA, CNPJ/MF nº:07.839.915/0001-34, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, II, c/c 136, III, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.002722/2008-86;

Nº 4.887 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR à empresa F MOREIRA - EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:49.516.248/0001-07, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo art. 122, c/c 125, X, c/c 138, §1º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08503.006213/2007-71;

Nº 4.888 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.168 (um mil, cento e sessenta e oito) UFIR à empresa IDEAL CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES E APERFEICOAMENTO, CNPJ/MF nº:00.934.005/0001-91, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, IX e XII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.007218/2008-92;

Nº 4.889 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.333 (três mil, trezentos e trinta e três) UFIR à empresa NOBRE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº:06.923.017/0001-05, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.005157/2008-29;

Nº 4.890 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa PREVENSEG SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ/MF nº:03.954.313/0001-77, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 124, VI, c/c 137, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.001296/2008-63;

Nº 4.891 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.251 (um mil, duzentos e cinquenta e um) UFIR à empresa TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL, CNPJ/MF nº:02.445.414/0001-50, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 123, caput, I, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08455.030531/2008-56;

Nº 4.892 - aplicar a pena de CANCELAMENTO da autorização para funcionamento à empresa orgânica EMPRESA DE ONIBUS PASSARO MARROM LTDA, CNPJ/MF nº:61.563.557/0001-25, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08083.002286/2010-87;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 4.893 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 10.001 (dez mil e um) UFIR à instituição financeira BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG. SHOPPING SUZANO, CNPJ/MF nº:00.360.305/3005-07, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08512.003069/2008-92;

Nº 4.894 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 (treze mil, trezentos e trinta e três) UFIR à instituição financeira BANCO SANTANDER, CNPJ/MF nº:61.411.633/0444-78, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, parágrafo 1, 2, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08503.006209/2007-11;

Nº 4.895 - ARQUIVAR o Processo nº: 08514.002753/2008-37, em detrimento à empresa SEGMASTER ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ/MF nº:02.331.019/0001-46, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.896 - ARQUIVAR o Processo nº: 08508.004765/2007-02, em detrimento à instituição financeira BANCO SANTANDER S/A - AG. 0450 TERRA ROXA, CNPJ/MF nº:90.400.888/0926-75, sediada no estado de SÃO PAULO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

Nº 4.897 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 3.333 (três mil, trezentos e trinta e três) UFIR à empresa orgânica CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL, CNPJ/MF nº:51.616.589/0001-98, sediada no estado de SÃO PAULO, por praticar a conduta tipificada no artigo 127, VIII, c/c 137, I, c/c 138, §3º, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08514.004690/2010-78;

Nº 52 - aplicar a pena de MULTA equivalente a 13.333 UFIR à instituição financeira CAIXA ECONOMICA - AG. IPIAU, CNPJ/MF nº:00.360.305/0636-10, sediada no estado de BAHIA, por praticar a conduta tipificada no artigo 133, III, §§1º e 2º, c/c 61, caput, da Portaria nº387/2006-DG/DPF, conforme consta no processo 08256.004354/2008-07;

Nº 53 - ARQUIVAR o Processo nº: 08455.040823/2008-05, em detrimento à instituição financeira SANTANDER S.A - AG. JOSE HIGINO CAP RJ, CNPJ/MF nº:90.400.888/1252-71, sediada no estado de RIO DE JANEIRO, em razão de decisão exarada pela CCASP, quando do seu julgamento;

ADELAR ANDERLE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 26 de janeiro de 2011

Nº 5 -O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/0704/1995, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga Marlinda Melo Patricio, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:
Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena MARACAXI de ocupação do grupo indigena Tembé, localizada no município de Aurora do Para, Estado do Para.

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MARACAXI

Terra Indígena: Maracaxi. Localização - Município: Aurora do Pará. Estado: Pará. Superfície: 720 ha aproximadamente. Perímetro: 13 km aproximadamente. Sociedade Indígena: Tembé. Família lingüística: Tupi-Guarani. População: 36 pessoas (em 2007). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico constituído pela Portaria Presidencial n° 821/PRES, de 21 de agosto de 2007, coordenado pela Antropóloga Marlinda Melo Patrício.

I-DADOS GERAIS

A família Tupi-Guarani destaca-se em meio a outras famílias linguísticas existentes na América do Sul pela sua abrangência territorial. No século XVI, Rodrigues (1986:32) informa que, as línguas dessa família eram faladas em praticamente toda a extensão do litoral oriental do Brasil e na bacia do Paraná. Hoje, fala-se no Pará, Maranhão, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. É encontrada em países como Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina.

No Pará a língua Tenetehara vem da Família Tupi-Guarani, originada do Troco Tupi, com dialeto homônimo falado pelos Tembé e Guajajara. Os Tembé, do Alto Rio Guamá são falantes da língua, resultado de investimento que fizeram para a recuperação do dialeto, com o apoio do CIMI Norte II-PA, contudo a língua portuguesa é de uso corrente. Na educação dos impúberes, na comunicação entre o grupo durante as reuniões com instituições públicas é comum utilizarem o dialeto. Tembé é o nome que se deu aos Tenetehara, que por volta de 1850 migraram do alto rio Pindaré, localizado no estado do Maranhão, em direção aos rios Guamá, Capim e Alto Gurupi no estado do Pará.

Os Tembé da Área Indígena, denominada Maracaxi, são falantes do português regional, mas conhecem poucas palavras da língua Tenetehara, o que não é suficiente para haver uma comunicação interna, como ocorre com os parentes étnicos mencionados acima.

Tembé ou Timbé é a denominação usada para os Tenetehara desde que se tem notícia deles. Os Tenetehara são divididos em (Tembé e Guajajara) e significam "gente", (Boudin:1966:258). Originários da região do Alto rio Pindaré, Mearim e Grajaú no estado do Maranhão, os Tembé migraram por volta de 1845 em direção aos rios Gurupi, Guamá, Capim e seus afluentes no estado do Pará onde também se encontravam Guajá, Kaapó, Turiwara, Amanajé e negros quilombolas. Os Guajajara permaneceram na mesma localidade onde habitavam. As informações históricas de cronistas e exploradores dos séculos XVII e XVIII deixam ver que essa região do Maranhão era o território que os Tembé ocupavam (Wagley & Galvão, 1961:22).Os séculos XVII, XVIII e XIX ficaram marcados na história Tembé.

Os Tembé saíram da região noroeste do Maranhão (rios Mearim, Pindaré, Carú margem direita do Gurupi) para a região nordeste do Pará (margem esquerda do rio Gurupi, rio Guamá e seus afluentes e rio Capim e seus afluentes) o que possivelmente ocorreu por volta do século XIX, entre os anos 1845/50, quando ocorreram as primeiras levas migratórias. O Mapa Etno-Histórico do Brasil (1944) adaptado do Mapa de Curt Nimuendaju mostra a migração Tembé em quatro períodos durante o século XIX: a) entre os anos de 1862-1872 é mencionada a presença de grupos no rio Capim, junto aos Tembé Turiwara; b) em 1872, foram vistos nos rios Itinga e Gurupi próximo aos Amanayé; c) em 1883, no rio Gurupi-Una, afluente da margem direita do rio Gurupi e no rio Uraim, afluente da margem esquerda, próximo aos Timbira, d) ainda nesta data tem-se registro no rio Guamá e em seu afluente da margem esquerda, rio Maracanã e, e) em1914, no rio Gurupi e em seu afluente da margem esquerda, rio Surubiuna.

Desses períodos e localizações, as que oferecem indícios geográficos e históricos das populações Tembé, para orientação deste resumo histórico, são duas: as dos anos de 1862-1872, quando na bacia do rio Capim e seus afluentes Candiru-açu, igarapé Poteritá e Miriquitá-grande se aldearam algumas famílias Tembé e Turiwara, onde o governo da época instituiu uma colônia. A história contada pelos mais velhos do Maracaxi - Brasilino (83), Maria dos Anjos (62) e Benedito dos Anjos Costa (64) - deixam evidenciar a existência de mais famílias Tembé que se deslocaram do rio Gurupi para o rio Capim, e se instalaram em seu afluente da margem esquerda, o rio Maracaxi. Neste local se organizaram em pequenos grupos, onde fizeram aliança com os regionais. Disseram, ainda, que esses Tembé chegaram à região no final do século XIX e início do século XX liderados por Pedro Costa e Maria Lauriana Pereira, indígenas que vieram do rio Gurupi para se instalar no rio Maracaxi. "Eu moro aqui desde quando eu nasci em 1924 na beira do rio Maracaxi. Meus pais já morreram. Tinha a casa, a casa do meu pai Eremídio Antônio dos Anjos e Maria Justa de Oliveira. A mãe de Maria dos Anjos era minha irmã. Augusta era índia pura". (Brasilino Costa). O tio materno do cacique e seus irmãos possuem a lembrança mais remota da história destas famílias às margens do rio Maracaxi. Esta informação também vai ao encontro dos dados histórico/geográficos apresentados no Mapa Etno-Histórico (1944) sobre as migrações realizadas por esses Tembé.

Em 1911, os registros do SPI na região do rio Capim mostram 106 Tembé envolvidos com o corte de madeira em situação de muita exploração (CEDI, 1985). Não se encontrou dados populacionais sobre famílias Tembé vivendo na região do rio Maracaxi. É possível que esses estivessem sendo computados pelos censos junto com os regionais não-indígenas. No ano de 2000, foi realizado pela FUNASA/Distrito Sanitário Especial Indígena/Guamá Tocantins a contagem da população Tembé, os quais são atendidos pelo Polo-Base de Capitão Poço e Tomé-Açu o total foi de 1.390 indivíduos. A atualização da população foi realizada pelo censo 2007, que está sendo disponibilizado de dezembro de 2007 a junho de 2008. O censo demográfico realizado pelo Polo-Base de Tomé-Açu, o qual atende as famílias Tembé do Maracaxi foi concretizado primeiramente em 2004 e atualizado em 2007. O Grupo Técnico realizou também o levantamento quando se iniciaram os estudos para a identificação e delimitação da terra, contagem que se comparou com o levantamento do Polo-Base apresentando pequena diferença para mais indivíduos. Os dados obtidos apresentaram uma população constituída de 07 famílias com 36 indivíduos.

O território passou por diferentes momentos de ocupação ao longo do século XX. Primeiro, foi ocupado e organizado para abrigar a família de Sístero Cândido, quando se uniu a Augusta dos Anjos no início daquele século. Segundo, na década de 1970 com a divisão da terra feita pelo INCRA entre os irmãos. Terceiro, atualmente, século XXI, a transição para a Terra Indígena. Os três momentos têm em comum a relação dessas famílias com a terra e a dependência do meio ambiente no qual estão inseridos. Conforme relatou Brasilino, a ocupação da área em que estão inseridos ocorreu desde o início do século XX. Ele e seus sobrinhos afirmaram haver nascido no Tucumandeua e vivido somente nesse local. Segundo a história que contaram, Sístero Cândido e seus pais - Pedro Costa e Lauriana - eram do rio Capim e "abriram" a área no início daquele século, que ficou para Sistero quando esse casou com Augusta dos Anjos. Na época da "abertura" não havia moradores no lugar, relataram que os pais de Sistero foram os primeiros a chegar. Toda a área foi ocupada há mais de 80 anos, conforme lembra Sr. Brasilino, irmão de Augusta - a matriarca desse pequeno grupo. O esteio do que sobrou da antiga casa e do retiro utilizado por Sístero e Augusta ainda está no meio do pouco de floresta que lhes restou. Próximo ao rio Maracaxi existem árvores que foram plantadas por eles, como cupuaçu, açaí, coqueiro. Para reafirmar o relato da ocupação do local por seus pais e avós, Maria dos Anjos Costa (62) e Benedito dos Anjos Costa (64), relembram que a chegada deles ocorreu no final do século XIX e início do século XX. "Os que vieram com eles para o Maracaxi foram liderados por Pedro Costa e Maria Lauriana Pereira, indígenas oriundos do rio Gurupi, nossos avós" (Dos Anjos, entrevista oferecida em set/2007).

Ao que se observou os indivíduos no grupo se relacionam relativamente bem, não se registrou desordens, brigas, como resultado de envolvimento com vícios. As discussões existentes estão mais direcionadas as divisões de opinião no que se refere a política interna do grupo. Os que compartilham das opiniões do cacique Manuel são formado por seu pequeno grupo familiar - mulher e filhos - e os que concordam com as opiniões de seu sobrinho, vice-cacique Jorge, são compostos pelos demais familiares. Quer-se dizer que não separaram o grupo e nem abriram novos espaços de morada por este motivo, pois consideram que o grupo é pequeno e as relações entre os parentes são fortes.

II-HABITAÇÃO PERMANENTE

A Área Maracaxi situa-se à margem esquerda da bacia do rio Capim, entre o rio Maracaxi e os igarapés Ipitinga, Pedras e Cachoeirinha. Grande parte da Área Indígena está inserida na Gleba Concórdia, que é arrecadada com matrícula sob a jurisdição do INCRA. Outra parte da Área - em menor proporção - está localizada na área jurisdicionada ao Instituto de Terras do Pará-ITERPA, denominada Gleba Tuirio, arrecadada e matriculada pelo Estado do Pará, conforme será visto ao longo deste documento. As casas nesta localidade estão organizadas em dois espaços, denominados de Maracaxi, e Tucumandeua ou "Morada Velha", onde viveu Sístero Cândido, sua mulher Augusta dos Anjos e seus 07 filhos Benedito, Maria dos Anjos, Osvaldo, Manoel, João, Daniel, Eduarda e Paula dos Anjos (já falecida). Por toda a área existem também os retiros, que são casas onde fazem a farinha e estão próximas às suas roças. Todos os retiros e as roças ficam as proximidades do rio Maracaxi, igarapé das Pedras igarapé Cachoeirinha e igarapé Ipitinga. Ao longo do rio e igarapés Ipitinga e das Pedras, nos caminhos próximos às roças ficam as áreas de caça, paralelas a esses veios d'água. O primeiro espaço, Tucumandeua ou "Morada Velha" fica perto do rio Maracaxi, no local existem árvores que foram plantadas por Sistero Cândido, como cupuaçu, açaí, coqueiro. Na área não existe cemitério, a relação com as vilas mais próximas faz com que levem seus mortos para serem enterrados na vila do Itabocal. O segundo espaço denominado Maracaxi, localizado na confluência do igarapé Cachoeirinha e igarapé das Pedras, é onde está o maior número de casas. Para este lugar as famílias se mudaram faz 11 anos, pois viram que o local tem solo fértil para o plantio e é o caminho mais fácil para se chegar ao ramal Itabocal. Este ramal dá acesso à estrada PA-451e em seguida ao município de Tomé-Açu, onde fazem a venda de seus produtos. Essas duas localidades estão dispostas nos pontos extremos norte e sul da área.

As duas áreas - Tucumandeua e Maracaxi - são contiguas e têm 07 casas, 03 retiros, uma escola em construção, uma casa aberta dos lados, que serve para reunião e onde atualmente está funcionando a escola provisória. Existe também a casa da professora, uma enfermaria, que também serve de morada para a técnica em enfermagem responsável pelos cuidados da saúde das famílias e a casa onde fica o gerador de energia que "alimenta" a bomba d'água. O gerador assegura energia nas noites em que houver reunião ou outra atividade. Existem também, as pequenas casas com fossa a céu aberto, que foram providenciadas pela Fundação Nacional de Saúde/DSEI Guamá Tocantins (GUATOC). O Polo-Base, que fica em Tomé-Açu tem a gerência da infraestrutura sanitária local e o atendimento da saúde da população.

A primeira morada - "Morada Velha" - é do início do século XX, a conjunção de água e solo fértil para o plantio das roças e o fácil acesso do deslocamento pelo rio Maracaxi foi fator preponderante para a escolha do local. A segunda morada, Maracaxi, foi erguida em 1996. De acordo com as primeiras informações foi escolhida devido o esgotamento do solo na "Morada Velha". Inicialmente foi explorado para a construção de um retiro, muito usado por alguns. Com o decorrer dos anos as famílias viram a necessidade de ocuparem o local com suas residências, de abrir uma saída que fosse mais próxima para se chegar ao ramal Itabocal, visto que as mesmas aumentaram. Uma justificativa para a criação da segunda morada, que não foi mencionado pelo Tembé foi o recebimento de lotes doados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1970. Isso significou que na década de 1970, conforme se detectou, a Área foi dividida entre os familiares indígenas pelo INCRA, que expediu títulos para três dos filhos de Sístero Cândido – Manuel, Benedito e Eduarda -, contudo os mesmos informaram não ter recebido esses documentos. O levantamento preliminar realizado no escritório do INCRA/U.A Tomé-Açú apontou dados que confirmaram as informações dos indígenas, e ainda, que a Área foi inserida na Gleba Concórdia, os lotes foram demarcados e registrados no INCRA, em nome dos seguintes familiares: Manoel Justo de Oliveira (lote 1138 - 324,6512 hectares) marido não-indígena de Eduarda Anjo da Costa, e de seus irmãos Benedito Anjo da Costa (lote 1139 - 34,3155 hectares) e Manoel Anjo Costa (lote 1140 - 96,3729 hectares). A partir do ano de 2003 as reivindicações para que a Área se tornasse terra indígena se deu início por meio de comunicações feitas ao Ministério Público Federal em Belém e, posteriormente a FUNAI.

III-ATIVIDADES PRODUTIVAS

A Área pretendida pelos Tembé ocupa aproximadamente um espaço correspondente a 719,40 hectares, que faz parte do município de Aurora do Pará, contudo os Tembé têm maior relação com o município de Tomé-Açu, visto ser o mais próximo. As atividades econômicas Tembé não destoam do que é a economia regional. Há uma relação de troca comercial entre os produtos vindos de suas roças, como a farinha de mandioca, e os produtos industrializados, que compram nas cidades desse município, assim como, o açúcar, o óleo, o querosene, o diesel dentre outros, dos quais os coloca como parcela social dessa região diferenciando-se pela origem Etno-Histórico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O sistema de produção encontrado na Área Maracaxi foram: sistema extrativista vegetal e animal - coleta e caça -; sistema de pesca; sistema de cultivo em nível de subsistência e sistema de comércio de gêneros alimentícios. Os sistemas extrativistas e de pesca tem sido prejudicado pelo desmatamento desenfreado na região e o consequente assoreamento das margens dos rios e igarapés. No que se refere ao trabalho para a produção é comum uma família ajudar a outra no preparo da roça, tanto os homens quanto as mulheres realizam esta atividade. Geralmente o marido, a mulher e o filho mais velho trabalham juntos, onde esse último aprende na prática a rotina desta função. A caça é uma atividade, entre tantas, que desenvolvem durante o ano e é realizada exclusivamente pelos homens. Diferente da pesca que pode ser realizada tanto pelas mulheres quanto pelas crianças. As trocas de alimento são comuns e ocorrem quando um ou outro não tem mais, neste momento a unidade do grupo é fortalecida pela reciprocidade, ou seja, a eficácia da rede de parentesco pode ser vista quando acionam o sistema de trocas de alimentos, então é possível perceber que a reciprocidade funciona.

IV-MEIO AMBIENTE

A área do Maracaxi faz parte da região da Costa Atlântica do Nordeste do Pará, na Sub-região do Guamá - Mojú. Essa região destaca-se pela presença de quatro importantes bacias que compõe o cenário urbano do norte-nordeste paraense: Guamá, Capim, Mojú e Acará. O principal acidente geográfico da região é o rio Guamá seus afluentes mais importantes pela margem esquerda são os rios: Capim, Acará e Mojú. O rio Capim nasce no município de Rondom do Pará, atravessa os municípios de Goianésia e Aurora do Pará.

O Solo predominante na região é do tipo Latossolo Amarelo, textura média é argilosa e Concessionários Lateríticos nas porções mais elevadas. Nas áreas inundáveis atestam-se a presença de solos Aluviais e Hidromórficos indiscriminados

A região apresenta clima equatorial amazônico, com temperaturas relativamente elevadas e media em torno de 24º C e 27º C. As temperaturas máximas oscilam em torno de 34º C e 40º C e as mínimas entre 20º C e 22º C. A amplitude térmica é mínima. A precipitação é relativamente elevada nos meses de janeiro a junho e o período menos chuvoso corresponde aos meses de julho a dezembro. A precipitação media anual varia em torno de 2300 a 2500 mm. A umidade relativa do ar se encontra por volta de 75 a 95 %.

Essa região sofreu e continua sofrendo intensas investidas por parte de madeireiras e fazendeiros, seja para a exploração madeireira, bem como para a formação de pastagens, provocando grandes desmatamentos e desta forma afetando a preservação de muitas espécies da fauna silvestre.

V-REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

As aldeias (taw) Tembé são constituídas pela junção de várias famílias e suas casas (tapiy) são organizadas por parentesco. Em cada casa vive uma família nuclear e pode ocorrer do grupo doméstico morar junto. A preferência de união é entre primos cruzados de segundo grau. A regra de residência é uxorilocal. No Maracaxi existem 05 uniões conjugais 04 delas são com não-indígenas e somente 01 entre esses Tembé, que são primos cruzados. Ao contrário dessa situação, a carência de parceiros possíveis tem levado a um número considerável de indivíduos solteiros - 11 homens e 02 mulheres, alguns em idade favorável para constituir família e gerar filhos - ao celibato. As uniões, quando ocorrem, não são realizadas pelo pajé - visto que não existe na Área - ou pelo cacique, apenas os casais comunicaram sua decisão à família extensa.

No Maracaxi não se encontrou cerimônias de iniciação de jovens e nem casas cerimoniais. Estes rituais são praticados entre os Tembé do Tekoraw na TI Alto Turiaçu - rio Gurupi -, onde a casa cerimonial (tapuizuhú), em que realizam as celebrações de iniciação dos jovens (wirahawo), é um espaço que centraliza a dinâmica da vida social. No caso do grupo Tembé da Área Maracaxi a informação que se obteve é que estas cerimônias nunca foram realizadas, contudo a casa de torrar farinha é o espaço que se reúnem as famílias e o outro local são os "Retiros".

Quanto à estrutura política e social Tembé, de forma geral não há obstáculo formal que impeça o acesso de um membro do grupo às categorias de líder político (cacique) ou religioso (pajé). O cacique é escolhido pela população indígena local e pode ser avaliado pelo número de indivíduos ligados a ele, por meio de obrigações e relações de parentesco.

VI- LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

A primeira ocupação está na faixa noroeste dos limites da terra, mais precisamente na margem direita do igarapé Ipitinga, no qual se detectou uma área de pastagem com cerca de 70 hectares de ocupação do Sr. Adilson Rodrigues, que reside em Paragominas (PA). Os 70 hectares fazem parte do lote nº1138, conforme distribuição feita pelo INCRA. A ocupação está dentro da jurisdição do INCRA. A segunda ocupação está no limite oeste da terra na margem direita do igarapé Cachoeirinha, de ocupação do Sr. Manuel Ludovino conhecido como Praxedes, dentro dos limites pretendidos pelos Tembé. A área está jurisdicionada ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA). A terceira ocupação está no limite sul, do Sr. Manuel Nunes Ferreira (Tiopu). A área utilizada por Manuel Nunes Ferreira, fica na faixa do ITERPA, onde se detectou a derrubada da área. A partir disso, cruzando informações, observou-se a sobreposição de áreas de colonização com a área pretendida pelos Tembé. Ao longo dos anos as terras foram inseridas a fazenda Santa Maria do Pará, titulada pelo INCRA. Existe um processo no INCRA/P, sobre a a fazenda Santa Maria, pois a mesma foi declarada de interesse social, ou seja, deverá ser loteada para assentamento de colonos.

VII- CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

Os Tembé reivindicam a regularização fundiária da TI. Maracaxi com 720 hectares, e o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação é o resultado dessa reivindicação e dos trabalhos de agrimensura, técnicos fundiários, ambientais e antropológicos que comprovaram ser a mesma de uso e ocupação tradicional.

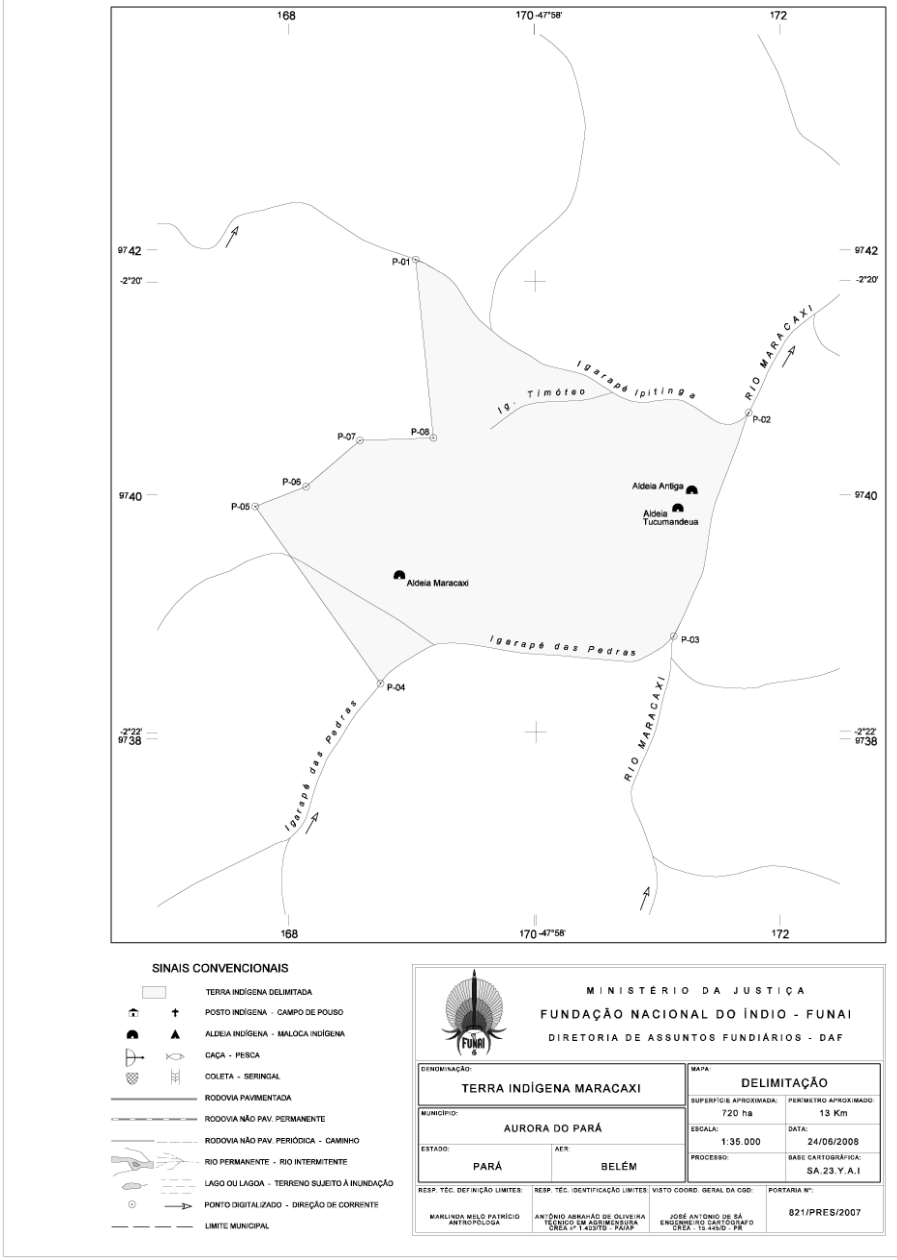
A identificação desta terra, como primeiro passo na regularização da TI Maracaxi, seguiu o que preconiza o Decreto 1775/96 e a Portaria MJ 014/96. Soma-se a estas referências, a Constituição Federal de 1988, que em seu Capitulo VII, Artigo 231 reconhece "aos índios a organização social, costumes línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

Do exposto, concluímos pela necessidade da demarcação dos limites definidos, conforme memorial descritivo em anexo, e pela regularização fundiária da terra Indígena Maracaxi para usufruto exclusivo do povo Tembé.

Marlinda Melo Patrício
Antropóloga/Consultora

MEMORIAL DESCRITIVO

Partindo do ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 02º19'54,2"S e 47º58'31,4"WGr, localizado na margem direita do Igarapé Ipitinga, local onde já existe um marco de concreto, segue pela referida margem do igarapé, a jusante, até o ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 02º20'35,1"S e 47º57'03,8"WGr, localizado na confluência do Igarapé Ipitinga com o Rio Maracaxi, daí segue pela margem esquerda do citado rio, a montante, até o ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 02º21'34,5"S e 47º57'23,6"WGr, localizado na confluência do Igarapé das Pedras; daí, segue pela margem esquerda do citado igarapé, a montante, até o ponto P-04, de coordenadas geográficas aproximadas 02º21'47,0"S e 47º58'40,8"WGr; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-05, de coordenadas geográficas aproximadas 02º20'59,8"S e 47º59'13,7"WGr, no local onde existe um marco de concreto com a marcação "M-08"; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-06, de coordenadas geográficas aproximadas 02º20'54,6"S e 47º59'00,3"WGr; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-07, de coordenadas geográficas aproximadas 02º20'42,3"S e 47º58'46,1"WGr; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-08, de coordenadas geográficas aproximadas 02º20'41,7"S e 47º58'26,8"WGr; daí, segue por uma linha reta até o ponto P-01, inicial desta descrição perimétrica. Obs.: 1- Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SA.23-Y-A-I - MI-0488 - Escala 1:100.000 - DSG - Ano 1985. 2- As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69. Responsável Técnico pela Identificação dos Limites: Antônio Abrahão de Oliveira, Técnico em Agrimensur, CREA nº 1.403/TD - PA/AP.



Nº 6 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/0704/1995, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga Sheila Maria Guimarães de Sá, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena IRAPUÁ de ocupação do grupo indigena Guarani Mbyá, localizada no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA IRAPUÁ

Referência: Processos FUNAI/BSB nº 0704/1995, 1º e 2º vol., 0708/1995 e 1019/1995; Memorando nº 957/CGID/FUNAI/BSB de 28/11/2007; Decreto nº 1775/1996; Portaria nº 14/1996 do M.J. Denominação: Terra Indígena Irapuá. Localização: Município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Superfície: 222 ha (duzentos e vinte e dois hectares), aproximadamente. Perímetro: 8 km (oito quilômetros), aproximadamente. Sociedade Indígena: Guarani Mbyá. População: 16 famílias, num total de 57 pessoas (dezesseis famílias, cinqüenta e sete pessoas) (2006). Identificação e Delimitação: - Grupos Técnicos constituídos pelas Portarias PRES. FUNAI nº 011/1999 e nº 1342/2006 (Adequação), coordenados respectivamente pelos antropólogos Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos e Sheila Maria Guimarães de Sá.

INTRODUÇÃO

Os trabalhos de campo junto aos índios Guarani Mbyá ocorreram em três diferentes tempos: 1º) Grupo de Trabalho Portaria FUNAI nº 1.136/1993; 2º) Port. FUNAI nº 011/1999 e 3º) Proposto pela Port. FUNAI nº 1342/2006, quando me desloquei para a área visando dar continuidade aos procedimentos administrativos de identificação e delimitação da T.I. Irapuá.

Na perspectiva de compreender suas demandas territoriais os acompanhamos aos locais mais significativos para caracterizar o seu modo de vida, tendo em vista o fato de não habitarem dentro do perímetro da área reivindicada, encontrando-se na situação de moradores de beira de estrada da União, na região do rio Irapuá.

Em cumprimento as determinações legais a nós atribuídas, tendo como referência o Decreto nº 1775/96 e a Portaria nº 14/96/MJ, não houve como ignorar os estudos e a identificação realizada anteriormente: 1º) Porque a história e a memória do povo Guarani se articulavam em torno das narrativas de dor de seus antepassados e das longas caminhadas em busca dos territórios descritos e reconhecidos como tradicionais Guarani, presentes nos estudos anteriores, na historiografia e na literatura antropológica. 2º) Porque os dados etnográficos, históricos e ambientais que davam suporte à proposta anterior continuavam vigentes na proposta articulada então com os Guarani. 3º) Porque a continuidade

EXEMPLAR DE ASSINANTE D

da dilapidação dos recursos naturais necessários ao bem-estar Guarani por terceiros, no interior da área originalmente identificada, os colocava em alerta em busca de uma possível solução positiva, pois embora estivessem acampados fora dos limites propostos, continuavam a ocupar a região do rio Irapuá e a reafirmar a reivindicação da demarcação da área.

A Terra Indígena Irapuá encontra-se localizada na antiga Sesmaria da Palma, no lugar denominado Irapuá ou Invernada, onde no passado estabeleceram-se os chamados "homens pretos", cujos descendentes hoje reivindicam o reconhecimento do Quilombo Cambará (em estudo, 2008), sendo portanto parte do mesmo complexo territorial objeto do esbulho de terras realizado desde o período colonial. Irapuá é parte de uma área de proteção ambiental da mata ciliar do rio Irapuá, ameaçada constantemente pelas fazendas da região.

I - DADOS GERAIS

As pesquisas arqueológicas e etnohistóricas das diferentes situações, pré e pós contatos, vividas pelos Guarani, bem como pesquisas etnográficas atuais, apontam para uma uniformidade presente, no tempo e no espaço, entre os Guarani de séculos anteriores à conquista e seus descendentes vivos nos dias de hoje. Demonstram ainda que os Guarani são conhecidos no Rio Grande do Sul desde 475 D.C., quando apareceram suas primeiras aldeias no alto Jacuí, Essas pesquisas atestam a imemorialidade da ocupação Guarani na bacia do rio Jacuí, que tem o rio Irapuá como seu afluente.

No Rio Grande do Sul (antigo Tapes) até o começo do século XVIII, a língua Tupi-Guarani era dominante. Analistas da língua Guarani, afirmam que esta língua vem da família Tupi-Guarani, originária do Tronco Tupi, com características próprias que a distingue de outros conjuntos, dos quais fazem parte o Guarani Antigo, o Mbyá, e algumas outras línguas. A língua é um importante fator de etnicidade e preservação da cultura Guarani Mbyá. No cotidiano costumam expressar-se somente em Guarani, e ao dirigirem-se aos não-indígenas o fazem em português.

As migrações (Oguatá) constituem uma das características do modo de ser específico Guarani. O entendimento dessas migrações é crucial para se compreender o ethos cultural Guarani. Elas são caracterizadas por avanços descontínuos, tanto locais como temporais, e estão relacionadas não só com o processo histórico de desterritorialização, desencadeado pelos conquistadores nos séculos XVI e XVII, mas também com os Guarani anteriores à conquista colonial, que buscavam conscientemente seu tekoa (local em que viveriam segundo seus costumes), impulsionados por pajés que orientavam as andanças. Consta na literatura que o principal motivo que teria levado os pajés ao profetismo das andanças, seria um iminente e terrível apocalipse de que somente se salvariam caso trilhassem o caminho da Terra sem Mal (Yvy Marã Ey) situada no além-mar do nascente.

Os três subgrupos em que os Guarani se divide no Brasil - Mbyá, Nhandéva e os Kaiwá -, sem perder a identidade enquanto etnia, apresentam modos de ser específico. Hoje, somente os Mbyá têm as Oguatá, ainda como sua característica.

Alguns autores consideram que na atualidade a procura Guarani por terras volta-se, talvez prioritariamente, para áreas efetivamente "terrestres" reais, concretas e economicamente produtivas. Consideram que a procura de uma terra "sem estragos", chegou a se identificar provavelmente com a procura de terra "sem mal", tendo ai economia e mito se desdobrado em dois momentos separados, mas se confundindo em um só movimento. É o Yvy marãñe'y , significante polissêmico na etnohistória Guarani. Assim podemos afirmar que fatores concretos e objetivos provocaram as migrações e translados, e que os fatores subjetivos, do âmbito da cosmologia e da lógica religiosa, têm uma importância crucial nessas andanças. Meliá (1981:11) (Garlet, 1997). A ideologia de vida desses índios se baseia no princípio da terra nova, fresca e boa, ou seja, a Terra sem Mal.

Resumo Histórico - Os Guarani no Estado do Rio Grande do Sul e a Região do Rio Irapuá

Nem todos os Guarani foram submetidos ao sistema colonial e à catequese jesuítica. Aqueles que fugiram ao contato com os europeus mantendo-se arredios nas matas e reproduzindo o seu modo de vida tradicional, foram conhecidos desde o século XVIII como Ka'yguá ou Cainguás (Métraux 1948:70). Os Ka'yguá (habitantes da selva), são reconhecidos hoje como ancestrais do subgrupo Mbyá, que mantém na memória reminiscências de como fugiram dos espanhóis e portugueses quando da invasão de seu território (Cadogan: 1950). Nas matas conseguiram uma "invisibilidade" com relação à população não índia circundante.

Derrotados na "Guerra Guaranítica", famílias indígenas acompanham Gomes Freire de Andrade - governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais e chefe das tropas do exército e da comissão de limites, se distribuindo pelo território riograndense. Muitos se estabelecem à margem esquerda do rio Jacuí, nas imediações da atual cidade de Cachoeira do Sul (Porto, 1954: 414 -418). A aldeia de Cachoeira é então levantada sob as ordens do governador da Província, em 1769. Cachoeira logo se tornou ponto de passagem de tropas para o interior, e continuou recebendo índios fugidos das Missões. Em fins do sec. XVIII a capela levantada pelos índios na aldeia é elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira. Consta que Caçapava do Sul, vizinha de Cachoeira, teria nascido de um aldeamento indígena Tupi-Guarani cujo significado do nome seria "clareira na mata" (IBGE, 1959; 69).

Entre os sesmeiros povoadores das terras ao Sul do Rio Jacuí, estava Manoel Gomes Porto, que em 1784 recebeu a sesmaria denominada Palmas, na qual se estabeleceu com sua família, seus gados e escravos, localizada entre os arroios Irapuá e Palmas. A terra que havia recebido por sua participação como Alferes de uma Companhia de Cavalaria na tomada do Forte do Continente de São Pedro seria dividida entre seus herdeiros após sua morte.(Porto, 1929)

Freire (1994) informa que somente na década de 40, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) começou a administrar alguns toldos indígenas do Rio Grande do Sul. Os relatórios anuais do SPI entre as décadas de 40 e 60, citam ainda que os Guarani Mbyá habitavam áreas reduzidas das reservas indígenas dos Kaingang.

A reforma agrária feita em terras indígenas e a expansão colonizadora nas terras dos Mbyá na Argentina e no Paraguai na década de 60, fizeram com que se intensificasse a mobilidade Mbyá. Segundo Venzon (1993:171) os índios dirigiram-se para vários locais da Lagoa dos Patos e regiões do litoral do Rio Grande do Sul, tais como: Itapoã, Barra do Ribeiro, Camaquã, Osório e outros. Inúmeras famílias que realizaram esta mobilidade passaram pelo acampamento do Irapuá, BR 290, local de extrema importância para as oguatá Mbyá.

Uma breve cronologia da ocupação dos índios Guarani Mbyá no Irapuá nos últimos 30 anos, nos indicam que o aumento ou a diminuição da população num acampamento Mbyá depende de vários fatores, e comprovam que o acampamento no Irapuá está permanentemente habitado, sendo variável o número de pessoas.

"1974, vindo da aldeia de Salto do Jacuí, chega ao Irapuá Benito Oliveira e sua família, fixando moradia às margens da rodovia BR 290, antes da primeira ponte, no sentido Porto Alegre - Uruguaiana;(...) 1980, Benito e família partem para a aldeia de Pacheca. Permanece no Irapuá Lourenço Oliveira, dividindo a área com a família extensa de Antônio Gimenez, aí estabelecida a partir desse ano;(...);1983, Benito Oliveira e família voltam ao Irapuá. Há uma grande concentração de índios na região. Além do acampamento existente, é criado um novo acampamento às margens de um afluente do Irapuá, o arroio Pedro Paulo (Garlet, 1994: 6);1984 - 1990, a partir desse ano, até 1990, as famílias de Benito Oliveira e do seu irmão Juacinto Oliveira, além de Antônio Gimenez, deslocam-se para a região de Osório (Barra do Ouro, Três Forquilhas). Juacinto Oliveira, conhecido karaí-opyguá, vinha de São Francisco de Assis (na fronteira), em busca de um tekoa no litoral do Rio Grande do Sul. Um número indeterminado de famílias nucleares permanece no Irapuá, sem deixar de realizar oguatá até Salto do Jacuí, Tapes e Camaquã. Entre elas, as famílias de Naldo Gonçalves e Carlito Pereira, que o nosso GT encontrou residindo em Salto do Jacuí (Garlet, 1994: 6);1991 - 1992, Juacinto Oliveira e família retornam a Irapuá. Saindo de Barra do Ouro, Juancito aglutina algumas famílias sob sua liderança, cerca de 22 índios (Correio do Povo, 20/07/92). Permanecerá acampado na área de servidão da BR 290 até 1993, quando deslocase, com sua família, para Santa Maria. Seu irmão, Benito Oliveira, havia migrado com a família de Barra do Ouro para Santa Catarina;1993, o GT encontra morando no Irapuá as famílias nucleares de Hélio Gimenez e Loureço Benitez, que não acompanharam o deslocamento de Juancito para a fronteira. O filho deste, Candido Oliveira, há poucos meses viajara para Salto Grande do Jacuí, vindo a residir com o genro Carlito Pereira." (Proc. FUNAI nº 0704/95, fls. 22-23). De 1993 até hoje várias famílias Mbyá ali habitam, sendo que a área do acampamento é muito reduzida e a terra para plantar, insuficiente.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE

A visão que os Guaraní têm de seu território e as bases que foram fundadas para que tal terra fosse por eles identificada, perpassa pela tradição, construída pelas histórias de origem deste grupo, que narram precisamente de onde vieram os primeiros ancestrais, suas viagens e aldeamentos subseqüentes. Assim, não é apenas um meio de subsistência. Representa também o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos. É com base nessas tradições que os índios podem afirmar quais são os lugares em que podem construir seus tekoa.

A ordenação dos grupos Guaraní ao longo dos rios e dos litorais remonta à suas crenças no cataclismo que acabará com o mundo. Estando nesses lugares de ocupação histórica Guaraní, eles estão mais perto de Nhanderú (deus). Quando chegar o dia do cataclismo, ou seja, quando as águas invadirem a terra, os Guaraní seguirão os passos do pajé mítico que ultrapassou o mar e foi morar com Nhanderú. A Terra Indígena Irapuá segue exatamente os preceitos míticos, religiosos e sociоculturais, que são um dos suportes do modo de ser Guaraní (teko). Se não existirem locais adequados (tekoa) - que reúnam condições físicas e estratégicas que permitam a sobrevivência de uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social baseado na prática religiosa e na agricultura de subsistência - o Guarani não pode sobreviver. "Sem tekoa não há teko".

O lugar escolhido pelos Guaraní não é único e nem definitivo. Não é único porque os Mbyá reconhecem todo o território que foi ocupado por seus antepassados, envolvendo uma imensa área que atravessa o Paraguai, norte da Argentina, Uruguai e regiões Sul e Sudeste do Brasil como território Guaraní (Freire: 1994 26). Não é definitivo, visto que os Mbyá se mudam para outros tekoa, a partir de um leque de motivações tais como: cisões políticas, religiosas, vontade em aproximar-se de um grupo familiar mais amplo, busca de melhores condições de sobrevivência, pressões exercidas por regionais e principalmente a noção de terra boa ou má. Em território brasileiro os Guarani somam aproximadamente trinta mil pessoas.

Outra característica dos Guaraní Mbyá é a reocupação de áreas que foram, por algum motivo, abandonadas em um dado momento. Estas mesmas áreas são passíveis de reocupação no futuro pelo mesmo grupo familiar ou por outros grupos familiares pertencentes à mesma etnia. "Há que se considerar que os Guarani tem ocupado seu território e suas áreas através de dinâmicas tradicionais, 'segundo seus usos e costumes', de acordo com as reais possibilidades de exercê-los. A sua tradicionalidade, não sendo totalmente traduzível, é explicitada também, e mais visivelmente, pela negação em assimilar o modelo econômico de produção do branco, apesar de todas as dificuldades em que se encontram." (Ladeira, 2001;106)

Acampamento dos Mbyá no Irapuá

Podemos recuperar os quatro momentos de relatos mais recentes nos quais os Mbyá estão inseridos vivendo em situação de acampados no Irapuá.

1º) Nos anos 1970, quando segundo a história oral dos atuais protagonistas indígenas Mbyá, Virgílio Benitez, líder de seu grupo familiar (família extensa), junto com outras famílias "abriu" a área da região do rio Irapuá. Com 72 anos (em 2006), narrou que realizou várias andanças e retornou à região do Irapuá no início dos anos 1980 permanecendo lá até então;

2º) Em 1993, quando o GT Portaria nº 1136/93, encontrou-os localizados na área de servidão da BR 290, a um quilômetro das quatro pontes sobre o rio Irapuá. (Proc. FUNAI nº 0704/95, fls. 30-33). Existiam então duas casas, habitadas por uma família extensa - a família de Lourenço Benitez - e um casal Mbyá - Albino Cesário e Anita Benitez. "Em meados de 1992, moravam no Irapuá 22 índios, distribuídos em cinco famílias (Correio do Povo, 20/07/92). Esse lugar correspondia à quarta localização perto do rio Irapuá, sendo que as três anteriores eram às margens do rio: duas ao lado e/ou embaixo das pontes da BR 290, e a terceira, dois quilômetros rio acima, quando na década de 70 estabeleceram a única aldeia do Irapuá, num terreno cedido por um fazendeiro. Era uma ocupação numa área de 30 X 100 m., escolhida por ter uma pequena mata, não muito longe do rio onde obtinham parte de seu sustento. Plantavam então um pequeno roçado de milho, em torno de 15 m², e áreas ainda menores de batata doce, feijão e melancia;

3º) Em 1999, o GT Portaria nº 011/99 encontrou-os acampados próximo ao rio Irapuá, existindo 3 casas e 1 rancho. As casas (Oo) seguiam o padrão Mbyá, são pequenas construções de duas águas (duas superfícies planas que constituem um telhado, formando um V invertido), feitas com troncos (cortados a machado de forma longitudinal) ou bambu fincados no chão, amarrados a uma travessa, no sentido horizontal, com cipó guaembé. O teto das habitações é feito com travessas de bambu ou finos barrotes de madeira cobertos com folhas de pindó (pindovy), palmeira que tem referências mitológicas para os Mbyá (v. Cadogan: 1959, 28-37) ou capim kapii ou o guaricanga, material muito utilizado nas construções Guarani. As paredes são trançadas de vara e, em geral, são revestidas de lona plástica para impedir a entrada do vento frio. As lonas pretas também são utilizadas no telhado, na falta dos materiais citados.

Com base nas informações colhidas no relatório do primeiro GT (1993), e nas dos índios, o segundo GT (1999) juntamente com as lideranças indígenas do Irapuá, concluiu que a delimitação deveria não só abarcar parte da mata ciliar do rio Irapuá como também duas nascentes, objetivando a não poluição do arroio existente na área.

O território reconhecido pelos Guarani tem uma perspectiva sócio-regional que ultrapassa seus limites territoriais e é revelada pela categoria guará, expressão que significa um conjunto de aldeias unidas por laços de parentesco e reciprocidade (Susnil, 1983; Almeida, 1985). Desta forma, um tekoa faz parte "de um complexo geográfico que compreende outras aldeias Guarani Mbyá, onde cada uma delas é fundamental para manutenção de reciprocidade e organização social e política do grupo" (Ladeira,1994:4).

4º) Em 2006, o GT Portaria nº 1342/2006 estivemos no acampamento Mbyá referenciado a T.I. Irapuá, localizado então, na fronteira dos municípios Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul. Encontramos 16 (dezesseis famílias) morando na área de "servidão" da BR 290, km 298, num total de 57 (cinquenta e sete) pessoas, sendo 29 adultos e 28 jovens e crianças. Segundo Silvino Verá da Silva, 41 anos, atual líder político em Irapuá, são 37 jovens e crianças, pois alguns jovens encontram-se em visita a parentes em outras áreas no RS e SC. Silvino chegou no Brasil há vinte anos, vindo da Argentina, onde seus oito irmãos residem, e esta vivendo no Irapuá há oito anos. Silvino informou que Marcelina Esquivel, 79 anos, é uma kunhã karai/líder religiosa, e que havia chegado no Irapuá com seu grupo familiar, num total de seis famílias nucleares, há apenas três meses, vindos do Salto do Jacuí. Marcelina nos informou ainda que mais oito pessoas de sua família iriam chegar no Irapuá até dezembro de 2006. Estariam apenas aguardando a venda de sua produção de artesanato para conseguir recursos para realizar o deslocamento. Segundo Marcelina sua família vinha em busca de segurança alimentar, pois no Irapuá há fatura de peixe e mel, ambos parte da dieta tradicional guarani, e de matéria prima para confecção do artesanato. Marcelina Esquivel reafirma assim a visão do pajé Juancito Oliveira de que o Irapuá era uma terra guarani antiga, um "lugar bom", cheio de recursos naturais, faltando somente um lugar para a aldeia, os roçados e a construção de uma casa de reza (Opy).

A Terra Indígena Irapuá foi identificada e delimitada com duzentos e vinte e dois hectares com aproximadamente oito quilômetros de perímetro e corresponde a reivindicação territorial atual dos Guarani Mbyá acampados na região do rio Irapuá (local de moradia) e que se utilizam de sua mata ciliar de modo tradicional. As dezesseis famílias acampadas aguardam a definição da área para ocupá-la fisicamente como local de moradia e área de uso, visando à constituição futura de um tekoa Mbya.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS

A economia doméstica dessas famílias está baseada no cultivo de pequenas lavouras, na caça e na coleta de frutas nas matas ciliares do rio Irapuá e na pesca. A venda de artesanato adquiriu hoje papel importante nessa economia haja vista a falta de terras para a lavoura e o fato da facilidade de sua venda no acostamento da estrada e na sede do município de Cachoeira do Sul, que dista aproximadamente cinquenta quilômetros do acampamento. Os balaios ou cestos (ajaka) são o produto de maior aceitação pelos turistas argentinos que se deslocam na estrada a procura das praias do litoral catarinense durante o verão. Os balaios coloridos são mais trabalhosos, porém vendem mais. Nesse período é grande a movimentação na estrada e também as vendas de artesanato. Os "bichinhos" - esculturas de animais da fauna da área: cobra, coruja, tatu, etc. -, confeccionadas em madeira (corticeira), exclusivamente pelos arte-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

sões do sexo masculino, encontram boa saída dependendo da qualidade do produto. Dependendo da perícia do artesão podem ser mais ou menos elaborados, ou mais bem acabados, alcançando melhor aceitação e melhores preços. Os Mbyá também trabalham por curtos períodos para os fazendeiros vizinhos e por diárias.

Para confecção de suas cestas utilizam a taquara, um bambu pequeno, que é encontrado na mata perto do rio Irapuá. Para a fabricação de arcos utilizam-se da parte central da palmeira (pindó) e da fibra de cipó guaembé. O chocalho, mbaracá mirim, é usado durante a reza e como os arcos e flechas para além do objetivo original sua fabricação também assumiu um objetivo comercial. A confecção do artesanato é tradicionalmente tarefa feminina mas, atualmente, alguns homens também a executam. A coleta da taquara e da envira para decoração é tarefa masculina. A venda do artesanato é atribuição daquele que confeccionou as peças ou de seu grupo familiar. Parte da renda obtida com a venda do artesanato é convertida em bens alimentares destinados ao consumo doméstico, para a compra de sabão, sal e, ainda, para a aquisição de roupas, ferramentas, pilhas e para a realização de viagens.

Embora a mata existente na T. I. Irapuá, em seus limites oeste, norte, e parte da região central, apresente pequenas dimensões, sua composição florística é bastante diversificada. Tal fato, que aliado ao pleno domínio que os Guaraní Mbyá detêm das espécies existentes em sua área, permite o aproveitamento econômico de grande parte dos recursos florestais para a produção de artesanato, consumo alimentar, fins medicinais e rituais, colocando as atividades de coleta como a principal dentro do contexto sócio-econômico indígena. Comum a quase todas as comunidades indígenas, é de se ressaltar o conhecimento que os Guaraní Mbyá dispõe sobre o uso medicinal, sob diversas formas, de várias espécies vegetais. O conhecimento da mata e seus recursos, bem como sua forma de manejo tradicional é uma característica cultural dos Mbyá.

A pequena mata ainda preservada, tem uma grande importância no contexto ambiental e fundiário sulriograndense, visto que se constitui em um dos últimos refúgios de espécies ameaçadas de extinção.

Para caçar pássaros como nhambu e jacu, na mata ciliar do rio Irapuá, os índios realizam a caça de espera, quando utilizam-se do conhecimento que dispõe sobre a inter-relação destas espécimes com árvores e plantações. Os pássaros são pegos em arapucas ou abatidos por estilingue. A distribuição dos animais abatidos, realizada por quem os matou, beneficia todas as famílias da comunidade. A reciprocidade é o princípio que rege a distribuição interna na sociedade Guaraní.

Predominantemente masculina, com eventual contribuição das mulheres nas tarefas mais leves, a agricultura é uma atividade na qual os indígenas despendem boa parte de seu tempo, trabalhando nos tratos culturais de formação e manutenção de suas roças. Estas por sua vez, situam-se próximas às casas, permitindo maior facilidade de acesso e fiscalização da produção. As roças são voltadas basicamente à subsistência do grupo, caracterizando-se como 'roça de toco', onde a vegetação nativa é derrubada e posteriormente queimada para a implantação de novas áreas de cultivos. Utilizadas por 2 ou 3 anos consecutivos, são deixadas em pousio, a fim de evitar o esgotamento do solo e permitir a recomposição de parte de sua fertilidade natural. Suas roças geralmente apresentam dimensões aproximadas de cerca de 2ha e, embora pequenas, apresentam uma boa produtividade. Os Guarani cultivam diferentes variedades de milho, principalmente o "milho Guaraní", milho tradicional (Avatchi paraii). O "milho dos brancos" também é plantado. O ciclo do milho estabelece o calendário social e religioso dos Guarani. E engloba várias família de um, ou de vários tekoa. Quando colhem os produtos agrícolas, os Mbyá invocam Pa'í Reté Kuaray (divindade fundadora da ciência médica, também considerado o Pai dos Guaraní Mbyá).

IV - MEIO AMBIENTE

Localização

A Terra Indígena Irapuá situa-se na porção sudeste do Rio Grande do Sul, na região ecoclimática definida como Depressão Central do estado, pertencente à microrregião do Vale do Jacuí, localizada no município de Caçapava do Sul, à margem esquerda do rio Irapuá, que divide aquele município com o de Cachoeira do Sul, distando-se à aproximadamente 200 km à oeste de Porto Alegre, pela BR-290 que liga esta capital à Argentina.

Os trabalhos realizados delimitaram-na com uma superfície aproximada de 222 ha, cujos pontos extremos estão referenciados pelas seguintes coordenadas geográficas aproximadas: Norte, 30º19'46"S e 53º11'20"WGr; Leste, 30º20'28"S e 53º10'59"WGr; Sul, 30º20'49" e 53º12'39"WGr; Oeste, 30º20'38"S e 53º12'47"WGr.. A área situa-se à 235m de altitude com relação ao nível do mar.

A facilidade que se tem de ingresso à área, percorrendo cerca de 3km por uma estrada de terra à partir da BR 290, e sua proximidade com centros urbanos como os de Porto Alegre, Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul e, principalmente, por sua localização privilegiada próximo à BR-290, onde se localiza o ponto de venda de seus artesanatos, possibilitará aos Mbyá condições satisfatórias ao escoamento e comercialização de sua produção artesanal e dos possíveis excedentes agrícolas, além de permitir, entre outras oportunidades, o acesso à saúde, à educação, à obtenção de insumos e bens de consumo, quando necessários.

Clima

A Terra Indígena Irapuá encontra-se inserida na região ecoclimática pertencente ao clima temperado do tipo mesotérmico brando, de características super úmido, apresentando uma temperatura média anual em torno de 18,5º C, umidade relativa variando entre 1.400mm e 1.800 mm, com cerca de 110 a 120 dias de chuva, uniformemente distribuídas ao longo do ano, não se verificando a existência de uma estação seca bem definida. Por localizar-se abaixo do Tópico de Capricórnio, inserida em latitudes subtropicais, está sujeita à ação de frentes frias, de origem polar, responsáveis por invernos rigorosos, sendo que em julho, ocorrem as temperaturas anuais mais baixas. Na primavera/verão, encontramos uma maior intensidade das atividades sócio-econômicas praticadas pelo grupo, devido às condições climáticas amenas, favorecendo sobremaneira o incremento das atividades agrícolas, caça, pesca e coleta, devido a uma maior oferta de espécies animais e vegetais neste período.

No verão, a temperatura situa-se em torno de 23º a 26º C., e os Mbyá dedicam a maior parte de seu tempo à produção e venda de artesanato principalmente nas praias gaúchas, ou na BR-290.

Relevo, Pedologia e Vegetação

Face às suas inerentes características pedológicas podemos classificar os solos existentes na T.I. Irapuá como pertencentes a 3 tipos: aluviais; planossolos hidromórficos e Podzólicos Vermelho/Amarelo.

No limite leste, verificamos solos aluviais, sendo também encontrados, restritos a uma estreita faixa de terras marginais situadas ao longo dos cursos d'água presente em seus limites nordeste, sudeste, sudoeste e por toda a porção central do território. O seu aproveitamento deverá se dar pela manutenção da cobertura de mata ciliar, que lhes permitirá o desenvolvimento das atividades de caça e coleta. No limite centro-leste e em parte do centro-oeste, a T.I. Irapuá apresenta predominância de terreno de topografia plana. E a ocorrência de planossolos hidromórficos ocupando as regiões de depressões do terreno em áreas sujeitas à inundações periódicas ou mesmo de caráter permanente. O aproveitamento econômico destes solos deverá ser pela manutenção da vegetação nativa, nas matas ou nos campos, permitindo as atividades de caça, coleta e criação de animais. No limite norte (as matas), oeste e em pequena parcela da porção sul (os campos), verifica-se em menor proporção o terreno suave ondulado. E a ocorrência de solo podzólicos vermelho/amarelo, típicos de regiões florestais de clima úmido. Estes solos ocupam as regiões de maior altitude desta área apresentando como uma de suas características principais, uma boa drenagem, dificilmente sujeito ao encharcamento, salvo em algumas depressão do terreno. Apresentam condições adequadas à implantação das casas dos índios Guarani Mbyá, e para a atividade agrícola e criação de animais. Servindo de forma secundária a prática da caça e coleta nos locais revestidos pela cobertura florestal.

Os solos existentes na T.I. Irapuá possuem algumas restrições: 1) apresentam-se ainda rasos e com nítida deficiência de drenagem; 2) constatação de sua baixa fertilidade natural e de sua acidez elevada. Visando a melhoria das condições produtivas, torna-se necessário realizar a correção tanto da acidez quanto da fertilidade dos solos existentes nesta terra indígena.

No limite norte e em uma pequena parcela do limite sul da área eleita verifica-se a ocorrência da floresta estacional decidual, caracterizada por apresentar um estrato arbóreo emergente onde predomina o angico, associada à outras espécies como a grápia o angico emergente, a cabriuva e louro e umbu. No território delimitado predominam gramineas geófitas dos gêneros Paspalum e grama-jesuita, a primeira na região sudeste-nordeste do território e a segunda nas regiões de coxilhas situadas em seu limite sudoeste e oeste. Nesta área também é verificada a ocorrência da estepe gramineo-lenhosa.

É importante observar que a hidrografia da área e as matas ciliares do rio Irapuá são referências antropogeográficas e ambientais que definem o desenho da Terra Indígena Irapuá.

Hidrografia

A Terra Indígena Irapuá insere-se na sub-bacia hidrográfica do rio Irapuá, a qual se constitui parte da sub-bacia hidrográfica do rio Jacuí, e ambas pertencentes à bacia hidrográfica do rio Guaíba, que por sua vez desemboca na lagoa dos Patos, próximo a Porto Alegre, na região centro-leste do estado. Verifica-se no interior desta terra indígena, a formação de uma micro bacia hidrográfica pertencente a um arroio, cuja denominação não foi possível de ser identificada em campo, que corre, desde sua nascente principal situada no limite sudoeste da terra delimitada, cerca de 2,5 km, no sentido oeste-leste, até desaguar na margem esquerda no rio Irapuá, que por sua vez, representa um dos principais afluentes da margem direita do rio Jacuí. Além deste, verifica-se no interior da T. I. Irapuá a ocorrência de outro arroio, também desconhecido, afluente da margem direita do primeiro, cuja nascente localiza-se à cerca de 500 m fora do limite sul estabelecido, e também de uma sanga (que apresenta dimensões um pouco maior que a de um arroio), não identificada, a qual se constitui parte do limite nordeste do território indígena delimitado e que também deságua na margem esquerda do rio Irapuá.

O rio Irapuá se constitui no limite a leste da terra indígena delimitada. O Irapuá por ser o principal curso d'água deverá ser utilizado pelo grupo da mesma forma como hoje vem sendo, ou seja, na atividade de pesca. Outra possível forma de uso deste rio seria para a navegação com canoas, permitindo aos Guarani Mbyá um rápido acesso ao local onde vendem seus artesanatos, localizado às margens da BR-290, próximo à ponte sobre o arroio Pedro Paulo, afluente da margem esquerda do rio Irapuá.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

Aspectos da Cosmologia Guarani

Em todas as etnias existem maneiras de ver o mundo, o homem e as coisas (as cosmologias). Assim os mitos de origem, construção e do fim da sociedade Guarani são fundamentais para o conhecimento de algumas regras que definem os conceitos desses índios sobre "mundo" (terra).

No plano terrestre o mundo Mbyá é formado pela dimensão do seu território tradicional e pelos tekoa (aldeias), fragmentos da terra, que, através de sua distribuição ordenada no mapa "original", representam os suportes e estruturas desse mundo (Ladeira, 1992)

Segundo a mitologia Guarani ocorreu um Incêndio Universal e um Dilúvio Universal, que teria destruído uma Terra anterior. Há também a crença numa destruição do mundo no futuro, porém, em sua forma atual, o mundo encerra elementos do mundo que existirá no futuro. Portanto, Os Guarani Mbyá acreditam num Dilúvio iminente, num Incêndio Universal ou, ainda, numa prolongada escuridão. Percebemos que na atualidade a representação do paraíso aparece em estreita ligação com a cataclismologia. Antes que sobrevenha a inelutável catástrofe é necessário alcançar a Terra sem Males ("yvy marãey"), o lugar em que seus moradores estão livres, sobretudo das doenças e da morte.

Para alcançar esta Terra, os Guarani necessitam de fé, de um bom pajé (líder religioso) e estar no litoral perto da "Terra sem Males", pois no plano simbólico, consideram que o "criador" originou a construção do mundo Mbyá em alguns lugares do litoral. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbyá, apresentam elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, formações rochosas e mesmo ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição. Os Mbyá são extremamente tradicionais do ponto de vista da religião e procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com as matas a qual, simbólica e praticamente, condicionam sua sobrevivência. Formar aldeias nesses lugares "eleitos", como é o caso da Terra Indígena Irapuá, significa estar mais perto do mundo celestial, pois para muitos, é a partir desses locais que o acesso a "yvy marãey" ("Terra sem Males") - objeto histórico perpetuado pelos Mbyá por meio de seus mitos - é facilitado.

Nos lugares "eleitos" os Mbyá constroem também, a casa sagrada (Opy) onde praticam suas cerimônias e rituais religiosos. Este é o local onde são ouvidas as belas palavras (porahei) proferidas pelos xamãs e são realizados os rituais como o batismo do milho (ritual de nomeação das crianças, quando recebem o seu nome Mbyá sonhado pelo pajé), funerais, rituais de cura, casamentos, etc). A opy tem também função social na comunidade, pois em seu interior toda problemática é discutida nas reuniões. Diariamente os Guarani realizam seus rituais, que tem início no final da tarde e podem durar horas ou mesmo a noite inteira. Para eles, somente as rezas entoadas coletivamente possuem força para alcançar o local onde moram as divindades. No entanto, as rezas cantadas individualmente são consideradas importantes para a formação do Guarani. As rezas são sempre cantadas e acompanhadas pela dança praticada por homens e mulheres em uma coreografia simples. O violão manuseado pelos homens, o bastão-rítmico de taquara, utilizado pelas mulheres, e o cachimbo (petynguá), cada adulto tem o seu, são utensílios importantes para o ritual. A fumaça "abre o caminho para a reza", e "no entendimento da reza" por parte das divindades. O cumprimento das normas de conduta assegura à comunidade a comunicação com o sobrenatural. E é o compromisso da comunidade com seu nadereko que propicia a eficácia de seus pajés.

Para a concretização do nandereko é fundamental que a comunidade se assente sobre um lugar que reúna condições básicas Para que existam condições necessárias à fixação de um tekoa é preciso que haja mata, que seja distante do branco e que não haja conflitos. O tekoa não é apenas uma terra. A ele estão associados a casa, as relações de parentesco, o lugar onde rezam, e enterram seus mortos, e o direito divino de fazer suas roças de milho. As matas ciliares, as nascentes, o córrego, os locais para fazerem suas roças de milho, a construção da Opy (casa de reza) constituem, entre outros, a base da existência dos Guarani Mbyá neste mundo. A Terra Indígena Irapuá reúne todos estes elementos importantes para a reprodução física e cultura dos Mbyá.

Organização Social Guarani

A organização social Guarani baseia-se na família extensa, ou seja, família composta do pai/sogro, filhos solteiros, filhas casadas e genros. Os Mbyá casam-se muito jovens, as mulheres entre a primeira e a segunda menstruação, por volta dos 13, 14 anos, e os rapazes quando apresentam razoável controle sobre as técnicas de cultivo e de construção de armadilhas para a caça. No acampamento do Irapuá, a modalidade de residência é matrilocal, podendo o homem construir sua residência ao lado da casa da família da esposa (ou então passa a morar, temporariamente, com os pais de sua mulher). Neste tipo de modalidade, é comum exigir-se do marido que trabalhe para os sogros, caçando, pescando ou cuidando da roça durante certo período de tempo; é o chamado "serviço da noiva".

O pajé e o cacique são as únicas autoridades que podem desfazer e celebrar um casamento. O casamento pode ser um fator de estabelecimento de alianças entre comunidades Guarani, ou apenas uma ligação entre famílias. Os casamentos também geram uma grande mobilidade espacial e social, pois os homens solteiros realizam constantes viagens sobre o território em busca de esposas, além dos frequentes rearranjos das famílias extensas a partir dos casamentos e da dissolução deles. A separação é algo normal, pois consideram que se duas pessoas brigam muito não é bom para o espírito delas que continuem juntas. Neste caso, os filhos tendem a ficar com a mãe, principalmente quando muito pequenos. A infância é uma fase do aprendizado social e as crianças são totalmente integradas na vida comunitária, sendo sua socialização de responsabilidade da comunidade e não exclusivamente de seus pais. Não há lugar nem contexto onde uma criança não possa ser admitida, nem há recintos nem assuntos "impróprios para menores". Os brinquedos infantis são miniaturas dos instrumentos usados pelos adultos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após a morte é costume dispor sobre a sepultura alguns objetos pessoais do morto. Também são colocados galhos de árvore, cuja finalidade é possibilitar aos espíritos andarem pela mata. Junto a cada sepultura também é colocada uma vasilha com água, objetivando reter os espíritos maus, evitando que eles causem atropelos ou "encarnem" nos vivos. Após a morte de um membro da aldeia os Mbyá reúnem-se por três dias na Opy, onde cantam, dançam e rezam para que a alma do morto possa seguir seu destino. Nesses rituais, o uso do cachimbo petynguá é essencial, pois por meio da fumaça o Pajé limpa o corpo do morto e todo o ambiente.

Dado ao fato de que as condições de sobrevivência nos acampamentos são muito penosas, algumas famílias não residem neles por muito tempo. Segundo o indigenista Francisco Witt entre janeiro e setembro de 2007 Lourenço Benitez, Naldo Gonçalves e Silvino Benitez empreenderam com suas famílias novas oguatá (andanças) de acordo com seu modo tradicional de viver. As demais famílias permaneceram no Irapuá aguardando a demarcação da Terra Indígena Irapuá.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Este estudo iniciado em 2006 encerra uma sequência de trabalhos realizados desde a década anterior e reafirma o levantamento fundiário realizado em abril de 1999 e a proposta de demarcação da Terra Indígena Irapuá com aproximadamente duzentos e vinte e dois hectares de superfície e o perímetro aproximado de oito quilômetros.

Atualmente os Guaraní Mbyá estão morando numa faixa de servidão da estrada federal BR 290, esperando a demarcação de suas terras por parte do governo federal, para depois entrarem na área por eles reivindicada, ou seja, os 222 hectares delimitados.

A Terra Indígena Irapuá, localiza-se na antiga Sesmaria das Palmas, no lugar denominado Irapuá ou Invernada. Incide totalmente na propriedade do Senhor Herocil Correa da Silva, segundo as matrículas de nº 9349, 580 e 581, expedidas pelo Ofício dos Registros Públicos da Comarca de Caçapava do Sul/RS.

Dentro da área identificada não existe moradores ou mesmo residências que indiquem qualquer tipo de habitação. Quanto ao valor econômico da benfeitoria é zero, haja vista que não existem benfeitorias na área delimitada.

Cabe informar que o valor médio do hectare, para fins de avaliação de áreas rurais dentro do município de Caçapava do Sul, varia por regiões assim avaliadas: terras inferiores R$ 280,00 (Duzentos e oitenta reais) por hectares; terras intermediárias R$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais) por hectares; terras próprias para plantio de arroz R$ 620,00 (Seiscentos e vinte reais) por hectares. Os dados acima são da Divisão de Terras Públicas da Secretaria da Agricultura e Abastecimento para o ano 2000.

Administrativamente, a Terra Indígena Irapuá situa-se na área de abrangência da Coordenação Regional /FUNAI de Passo Fundo (2010).

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A partir da reconstituição da história Guarani, verificamos que os índios possuíam um "Território Guarani" definido em uma região específica, hoje inserida no Paraguai, norte da Argentina, parte do Uruguai e parte do Brasil. Neste Território, a sociedade Guaraní se organiza a partir de grupos de parentesco e afins, em torno de uma liderança religiosa e/ou política. Com a desterritorialização advinda do processo de colonização, houve uma fragmentação do território Guaraní, levando-os a uma depopulação claramente notada naquelas regiões. O território Guaraní hoje é descontínuo e fragmentado, mas é ainda reconhecido pelos Guaraní por meio de uma reatualização do herói Pa`i Rete Kuaray (o pajé mítico) que, em suas perambulações pelo mundo, marcou os lugares adequados aos Guaraní. Lugares esses que devem ser respeitados e priorizados na organização dos espaços de uso e locais de moradia.

As narrativas míticas e os depoimentos dos informantes dispostos neste trabalho são uma confirmação de que Irapuá representa uma parte do "mundo Guarani", cercado de significantes e significados da cultura Guaraní Mbyá. Os tekoa Guaraní são fundamentais para a reprodução física e cultural da sociedade Guaraní, o tekoa Irapuá proporcionará os recursos ambientais imprescindíveis à realização de suas atividades produtivas principais e a necessária privacidade para a construção da casa ritual (opy), onde se desenvolvem as cerimônias religiosas do grupo. Entendemos ainda que a área delimitada, possui uma dimensão espacial e uma configuração ambiental que garante na atualidade o mínimo de condições adequadas de vida à comunidade indígena Guaraní Mbyá, e que estas condições de vida não devem ser contempladas sob o ponto de vista meramente econômico, devendo consistir, também e necessariamente, em condições viáveis para a livre manifestação das tradições sócio-culturais dessa comunidade indígena.

A partir das reuniões realizadas com os Guaraní Mbyá durante os trabalhos do Grupo Técnico e pesquisas feitas com os índios em todos os limites desta Terra Indígena, elaborou-se a proposta de criação da Terra Indígena Irapuá. Os trabalhos de identificação e delimitação foram feitos com base nos estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, bem como no levantamento fundiário realizado no local e nos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca Caçapava do Sul. Essa proposta contou com o acolhimento da comunidade indígena Mbyá bem como dos participantes do referido Grupo Técnico. A proposta de criação da Terra Indígena Irapuá ora apresentada com base nos trabalhos realizados pelo Grupo Técnico Portaria/FUNAI/PRES. nsº 011/99 e 1342/2006, atende aos requisitos estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/1996, e pela Portaria nº 14/1996. A Terra Indígena Irapuá contém as áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e à reprodução física e cultural dos Guarani Mbyá segundo seus usos, costumes e tradições.

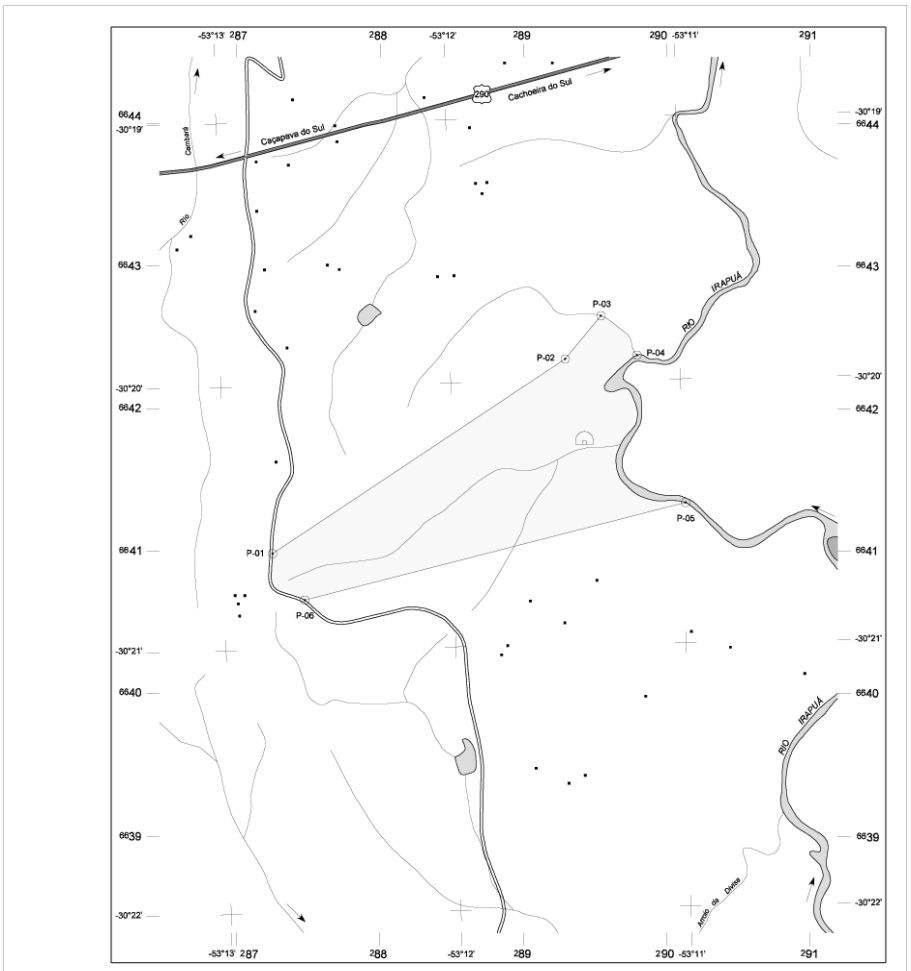
Pelo exposto e com base no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto nº 1.775/96, propomos a criação da Terra Indígena Irapuá e que esta seja delimitada e demarcada com uma superfície aproximada de 222 hectares e perímetro aproximado de 8 km, conforme Mapa e Memorial Descritivo de Delimitação anexos.

SHEILA MARIA GUIMARÃES DE SÁ

Antropóloga-coordenadora do GT - Portaria nº 1342/PRES.FUNAI/2006 (Adequação)

MEMORIAL DESCRITIVO

Partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 30°20'38"S e 53°12'47"WGr, localizado à margem de uma estrada existente, segue por uma linha reta até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 30°19'55"S e 53°11'30"WGr; daí segue por uma linha reta, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 30°19'46"S e 53°11'20"WGr, localizado à margem direita de uma sanga sem denominação; daí segue pela referida sanga, a jusante, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 30°19'54"S e 53°11'13"WGr, localizado na sua confluência com o Rio Irapuá; daí segue pelo referido rio, a montante, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 30°20'28"S e 53°10'59"WGr; daí segue por uma linha reta, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 30°20'49"S e 53°12'39"WGr, localizado à margem de uma estrada existente; daí segue pela referida estrada, sentido BR-290, acompanhando a cerca existente, até o Ponto 01, início desta descrição. Obs.: 1- Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SH.22-Y-A-II-4 - Escala 1:50.000 - DSG - Ano 1979. 2- As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal Córrego Alegre. Responsável Técnico pela Identificação dos limites: Sandra Barcelos Coelho Engª Agrimensora, CREA 66.724/D - MG.



SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

Em 26 de janeiro de 2011

A SECRETÁRIA DE DIREITO ECONÔMICO INTERINA, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei Nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 82. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.012637/2010-00 em que são Requerentes: Basf S/A e Iharabras S/A Indústrias Químicas Advs.: Onofre Carlos de Arruda Sampaio e outros.

Nº 83. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.000052/2011-10 em que são Requerentes: Mexichem Compuestos S/A de C.V. e Alphagary Inc. Advs.: Ubiratan Mattos e outros.

Nº 84. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.000109/2011-81 em que são Requerentes: Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S/A e Zylpin Participações Ltda. Advs.: Barbara Rosenberg e outros.

Nº 85. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.000146/2011-99 em que são Requerentes: Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A; Engesa Engenharia S/A e Hap Engenharia Ltda. Advs.: Marcos Augusto Perez e outros.

Nº 86. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.000176/2011-03 em que são Requerentes: Inbrands Estilo Participações S/A; AH Confecções S/A e AH Consultoria de Moda Ltda. Advs.: Sérgio Varella Bruna e Natalia S. Pinheiro da Silveira.

Nº 87 - Ato de Concentração Nº 08012.012026/2010-53. Requerentes: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e DNP Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. Advs.: Carlos Francisco de Magalhães e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei Nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ Nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei Nº 8.884/94.

ANA MARIA MELO NETTO

Interina

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS DE REFUGIADOS
COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 26 de janeiro de 2011

O Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE notifica o cidadão estrangeiro, abaixo relacionado, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Nº 9.474 de 22 de julho de 1997, que o CONARE, na reunião ordinária realizada em 17 de dezembro de 2010, decidiu pela perda da condição de refugiado do mesmo.

Processo nº. 08018.001456/2011-71. GRABRIEL ONYX O´KEKE, nacional de Serra Leoa, por estar incurso no disposto no inciso II, do art. 39, da Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

RENATO ZERBINI RIBEIRO LEÃO

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa Nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ Nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.001111/2008-40 - Blas Sajardo Lopez

Processo Nº 08295.009832/2010-15 - Abraham Laime Ticona

Processo Nº 08390.000789/2010-44 - Hussein Hachem e Samira Al Husseini

Processo Nº 08420.000304/2009-84 - Dorothea Schipper Hörnke

Processo Nº 08458.002258/2010-64 - Manuel Jesus Rodriguez Yauri

Processo Nº 08460.007822/2010-96 - Riccardo Amadio

Processo Nº 08460.016232/2009-11 - Margarida da Conceição Pinto Leitão

Processo Nº 08505.068923/2009-36 - Jinliang Yang e Fanglan Wei

Processo Nº 08709.023011/2009-49 - Sofia Galarza Miers e Sol Abigail Galarza Miers

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.001531/2010-41 - Ramón López López

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.005608/2005-94 - Takako Suga Sadoyama

Processo Nº 08460.009856/2008-09 - William Antonio Guerra

Processo Nº 08505.015876/2009-28 - Exalto Apaza Alejo, Jonatan Apaza Alcala, Tania Apaza Alcala e Wilma Alcala de Apaza

Nos termos do Parecer CJ Nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, do(s) pedido(s) abaixo relacionado(s), para que surta(m) seus jurídicos e legais efeitos .

Processo Nº 08420.015741/2007-31 - Carl Joakim Lundgren

Processo Nº 08505.071071/2009-64 - Rodrigo Benavidez Mamani

Processo Nº 08391.001711/2010-37 - Andreas Koller

Processo Nº 08280.001964/2010-68 - Raul Ernesto Larrosa Ballesta

Processo Nº 08505.088685/2009-85 - Imane Saouli Daoui

Processo Nº 08505.004863/2010-67 - Evita Graudina Almeida da Silva

Processo Nº 08505.097957/2009-38 - Carlo Alberto Zappia

Processo Nº 08505.008231/2010-72 - Adriana Grasso

Processo Nº 08505.009814/2010-11 - Sayori Hirata

Processo Nº 08444.000898/2009-55 - Xavier Pierre-Marie Jacky Yann Fabre

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do prazo que alude o art. 2º, da Portaria Nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08260.003590/2007-58 - Manuel Ferreira Simões

Torno insubsistente o despacho concessório de permanência, publicado no Diário Oficial da União de 14/01/2004, tendo em vista que o Estrangeiro não se enquadra mais no art. 75, II, ``a`` da Lei 6.815/80. Processo N° 08377.000604/2003-41 - Sergio Carlos Marinuchi

Torno insubsistente o despacho concessório de permanência, publicado no Diário Oficial da União de 16/05/2008, tendo em vista que o Estrangeiro não se enquadra mais no art. 75, II, ``a`` da Lei 6.815/80. Processo N° 08520.005368/2007-81 - Sergio Duiz

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.007431/2010-89 - Efrat Dor, até 22/07/2011

Processo Nº 08376.005212/2010-15 - Ajey Kumar, até 11/01/2013

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08270.027554/2010-66 - Aquilino Sá, até 11/03/2012

Processo Nº 08270.028746/2010-90 - Djamila Ailene Lopes Brito, até 17/02/2012

Processo Nº 08270.028788/2010-21 - Eder Elvis Miranda Santos, até 01/02/2012

Processo Nº 08270.028805/2010-20 - Tambem Indi, até 17/01/2012

Processo Nº 08270.028825/2010-09 - Ronnie Antonio dos Santos Lima, até 15/01/2012

Processo Nº 08270.028834/2010-91 - Alexandre Patrick Soares Carvalho Fernandes, até 10/02/2012

Processo Nº 08270.028837/2010-25 - David Jose dos Santos Alfama Tavares, até 09/02/2012

Processo Nº 08270.028844/2010-27 - Debora Solange dos Santos da Luz, até 08/02/2012

Processo Nº 08270.028846/2010-16 - Stiven Patric Santos Gomes, até 15/02/2012

Processo Nº 08270.028856/2010-51 - Renato Xavier Calvinho Viegas, até 14/01/2012

Processo Nº 08270.028858/2010-41 - Fredi Lopes Roque, até 22/03/2012

Processo Nº 08270.028862/2010-17 - Zinaida Mane, até 18/02/2012

Processo Nº 08270.028866/2010-97 - Helena Patricia Gomes Barbosa, até 18/01/2012

Processo Nº 08270.028873/2010-99 - Sebastião Ribeiro D`alva Teixeira, até 10/02/2012

Processo Nº 08270.028885/2010-13 - Helio Delgado Assunção, até 12/02/2012

Processo Nº 08270.028900/2010-23 - Raul Fernandes Diniz Estrela, até 04/03/2012

Processo Nº 08280.001844/2010-61 - Dekker Antonio Jordão Felipe Baptista, até 01/03/2011

Processo Nº 08354.007422/2010-98 - Honorio Leonardo Simao Gonga, até 28/01/2012

Processo Nº 08354.007451/2010-50 - Jesly Nicole Maldonado Melchiade, até 11/02/2012

Processo Nº 08364.001335/2010-16 - Jose Julian Orjuela Sepulveda, até 08/02/2012

Processo Nº 08364.001338/2010-41 - Claudia da Ressurreição Gonçalves Ribeiro, até 26/01/2012

Processo Nº 08364.001340/2010-11 - Altevina Maria Fernandes Gomes, até 08/03/2012

Processo Nº 08364.001342/2010-18 - Euritse Tiziana Gomes Monteiro, até 01/02/2012

Processo Nº 08364.001354/2010-34 - Claudia Ximena Bobadilla Chavez, até 21/02/2012

Processo Nº 08375.002563/2010-76 - Laura Sofia Hidalgo Arroyo, até 29/01/2012

Processo Nº 08375.002588/2010-70 - Serge Katembera Rhukuzage, até 12/02/2012

Processo Nº 08375.016853/2010-05 - Bubacar Embalo, até 08/02/2012

Processo Nº 08376.005598/2010-57 - Herve Luna Nkumu, até 01/03/2012

Processo Nº 08376.005600/2010-98 - Silvana Rocha Monteiro, até 08/03/2012

Processo Nº 08376.005696/2010-94 - Benedita Alberto Nhaga, até 24/03/2012

Processo Nº 08376.005793/2010-87 - Emmanuel Benoit Jean Baptiste Dupouy, até 28/01/2012

Processo Nº 08444.006114/2010-36 - Isa de Fatima Brito Delgado, até 26/02/2012

Processo Nº 08504.007816/2010-85 - Ricardo Chali do Ceu Alfredo, até 28/01/2012

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.005171/2010-17 - Felipe Coll Torres, até 09/05/2012

Processo Nº 08000.006462/2010-22 - Alf Henrik Gistren, Jasmine Simone Gistren, Michelle Joslin Gistren e Samantha Tia Gistren, até 29/07/2012

Processo Nº 08000.008414/2010-79 - Esteban Arroyave Trujillo e Juliana Maria Sierra Angulo, até 27/07/2012

Processo Nº 08000.008640/2010-50 - Gordon Robert Watkins, até 22/08/2011

Processo Nº 08000.008877/2010-31 - Sophie Marie Nicole Robert, até 29/07/2012

Processo Nº 08000.008913/2010-66 - Dmitry Tomilov, até 03/08/2012

Processo Nº 08000.008975/2010-78 - Glenn Roy Sergeant, até 03/08/2011

Processo Nº 08000.008982/2010-70 - Masaya Shimokubo, até 02/03/2013

Processo Nº 08000.009054/2010-22 - Francesco Astarita, até 03/05/2012

Processo Nº 08000.009102/2010-82 - Hideaki Kanayama, até 02/02/2013

Processo Nº 08000.009105/2010-16 - Thierry Fabrice Dougerolles, até 02/08/2012

Processo Nº 08000.009140/2010-35 - Henry Lawrence Shores Jr, até 14/07/2011

Processo Nº 08000.009185/2010-18 - Joaquim Manuel Peres do Monte, até 10/08/2011

Processo Nº 08000.009206/2010-97 - Andrzej Dariusz Wojtczak, até 18/06/2012

Processo Nº 08000.009207/2010-31 - Melquiades Lajara Valencia, até 18/06/2012

Processo Nº 08000.009210/2010-55 - Joy Sanchez Dolendo, até 18/06/2012

Processo Nº 08000.009222/2010-80 - Marcus Peter Sloan, até 13/08/2012

Processo Nº 08000.009623/2010-30 - Fabrizio Luri, até 01/10/2011

Processo Nº 08000.009889/2010-82 - Per Tang Kristensen, até 16/09/2011

Processo Nº 08000.009971/2010-15 - Samuel Antonio Sosa Perez, até 01/09/2011

Processo Nº 08000.010023/2010-14 - Tomoki Suzuki e Mari Suzuki, até 04/12/2012

Processo Nº 08000.010067/2010-44 - Mark Archibald, até 31/12/2011

Processo Nº 08000.010262/2010-74 - Julian Arsenio Aleman Pech, até 13/08/2011

Processo Nº 08000.010337/2010-17 - Kenneth John Andrews Jr, até 15/09/2011

Processo Nº 08000.010378/2010-11 - Kenneth George Findlay, até 03/08/2011

Processo Nº 08000.010576/2010-77 - Danilo Cruz Zamora, até 01/11/2011

Processo Nº 08000.010678/2010-92 - John Bjorn Klepsvik, até 29/05/2011

Processo Nº 08000.010695/2010-20 - Roberto Villanueva Ramirez, Christian Michael Villanueva Gutierrez, Joshua Emmanuel Villanueva Gutierrez e Ma Mercedes Gutierrez de Villanueva, até 19/11/2012

Processo Nº 08000.010960/2010-70 - Thomas Nicolas Vasseneix, até 27/10/2012

Processo Nº 08000.011075/2010-16 - Paul Christopher Bird, até 29/05/2011

Processo Nº 08000.011114/2010-77 - Marcus Norman Holcomb Jr, até 11/08/2012

Processo Nº 08000.011497/2010-83 - Gijsbert Johannes Meesters, até 06/10/2012

Processo Nº 08458.001440/2010-06 - Richard Matthew Watts, até 14/02/2011

Processo Nº 08505.072801/2009-44 - Dong You, até 09/12/2011

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.009952/2010-81 - Koh Weng Choong

Processo N° 08000.008222/2010-62 - Jon Walter Pryor

Processo N°08000.002850/2010-34 - Arturo Dabon Cabatingan

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.005795/2010-34 - Zhenyu Tang

Processo Nº 08000.006072/2010-52 - Davor Spanovic

Processo Nº 08000.006818/2010-28 - David Brian Ball

Processo Nº 08000.008626/2010-56 - Ian Heddle

Processo Nº 08018.017491/2009-97 - Yogendrasingh Sadarsingh Negi

Processo Nº 08018.022438/2009-16 - Binod Kumar Karan

Processo Nº 08351.001301/2010-62 - Li Shukuan

Determino o arquivamento do(s) pedido(s) de prorrogação, temporário item V, abaixo relacionado(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.008798/2010-20 - Jorge Manuel Gerez Duarte

Processo Nº 08000.010929/2010-39 - Guizhen He

Processo Nº 08018.015872/2009-31 - Daniel Arthur Walker

Processo Nº 08460.023221/2010-21 - Nicholas Peter Ripley

Processo Nº 08461.002623/2006-03 - Czeslaw Walerian Deja

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, abaixo relacionado(s), por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho.

Processo Nº 08000.000058/2010-45 - Abhishek Soreng

Processo Nº 08000.006511/2010-27 - Robert Owen Chaplin

Processo Nº 08000.006522/2010-15 - Piotr Rafal Szepke

Processo Nº 08000.006525/2010-41 - Wessel Johannes Hendrik Wessels

Processo Nº 08000.006526/2010-95 - James Thompson

Processo Nº 08000.006602/2010-62 - Miroslaw Bosy

Processo Nº 08000.006603/2010-15 - Gary Gordon Wilson

Processo Nº 08000.006604/2010-51 - Miroslaw Michal Wozniak

Processo Nº 08000.006609/2010-84 - Vinko Drazic

Processo Nº 08000.006612/2010-06 - Michal Tadeusz Kosmowski

Processo Nº 08000.007079/2010-91 - Kevin John Hughes

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/06/2010, Seção I, pág. 48, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.015699/2009-71 - Amy Alexandra Sime

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/07/2010, Seção I, pág. 33, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.012867/2009-77 - Iain Donald Barnetson

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/09/2010, Seção I, pág. 62, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.010285/2009-56 - Petri Juha Palonen

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 23/02/2010, Seção I, pág. 25, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.013155/2009-75 - Martin Nelson Cordoba Gómez

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 30/04/2010, Seção I, pág. 84, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.012218/2009-76 - Rohin Narendrakant Vadera

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 11/01/2011, Seção I, pág. 50, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.022638/2009-61 - James Johnston Logan

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/07/2010, Seção I, pág. 877, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.022165/2009-00 - Warren Preston

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 11/01/2011, Seção I, pág. 50, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.008220/2010-73 - Sigbjorn Stangeland, Hildegunn Aarsland Stangeland e Mari Stangeland

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08260.005931/2010-25 - Raoul Poleggi, até 11/01/2012

Processo Nº 08505.067541/2010-29 - Carlos Ramon Pantaleon Dionisio, até 22/12/2011.

Processo Nº 08495.003123/2010-70 - Roddy Alexander Romero Antayhua, até 02/09/2011.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08102.010295/2010-76 - Gavriel Biton, até 13/01/2012

Processo Nº 08212.004623/2010-58 - Rodrigo Maximo Sanchez Roman, Alba Maria Guadalupe Orellana Gonzalez e Alejandro Manuel Sanchez Orellana, até 18/07/2011.

Processo Nº 08212.011530/2010-80 - Castelo Pedro Vemba Cidade, até 30/01/2012.

Processo Nº 08352.004257/2010-32 - Jorge Armando Prada Luengas, até 24/02/2012.

Processo Nº 08353.003202/2010-03 - Henry Luis Suarez Ferreira, até 26/04/2011.

Processo Nº 08390.002095/2010-41 - Aderito Sebastião Agostinho Antonio, até 21/04/2011.

Processo Nº 08460.052686/2010-99 - Marisa Ferreira Martins Pina Neto, até 14/03/2012.

Processo Nº 08492.019267/2010-78 - Zhelmy Del Rocio Martin Quintal, até 27/01/2012.

Processo Nº 08495.005159/2010-98 - Loic Pierre Louis Le Penven, até 07/08/2011.

Processo Nº 08501.022870/2010-81 - Selavia Patricia Mateus Alfico, até 30/03/2012.

Processo Nº 08501.022871/2010-25 - Juislene da Conceição Mateus Antonio, até 30/03/2012.

Processo Nº 08501.022874/2010-69 - Paula Antonio Manuel Jose, até 30/03/2012.

Processo Nº 08501.022875/2010-11 - Joaquim Campos Carlos, até 30/03/2012.

Processo Nº 08796.003464/2010-51 - Cesar Augusto Penuela Meneses, Daniel Penuela Ocampo, Natalia Penuela Rivera, Paula Andrea Rivera Perez e Sebastian Penuela Rivera, até 02/09/2011.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VI, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.054305/2010-14 - Philip de Wit, Annamaria Bakx e Ines de Wit, até 23/01/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08320.023871/2010-71 - Jeremy Michael Lockhart, Aleithia Joy Lockhart, Bethany Noelle Lockhart, Esther Hope Lockhart e Judah Michael Lockhart, até 26/01/2012.

Processo Nº 08390.005949/2010-41 - Antonio Gorriceta Santos e Teresa Estrabillo Santos, até 28/01/2012.

Processo Nº 08458.006888/2010-16 - Wesley Albert Beckner, Aaron Zechariah Beck, Isaiah Daniel Beckner e Joshua Elias Beckner, até 08/07/2011.

Processo Nº 08485.022466/2010-52 - Marnecio Coralde Cuarteros, até 14/02/2012.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial União de 02/09/2010, seção 1, página 70, para arquivar o pedido de prorrogação tendo em vista o término do curso.Processo N° 08505.004794/2010-91 - Alberto Oliveira Lopes

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 19, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ Nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve classificar:

Filme: RATÃO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Renato Marques
Diretor(es): Santiago Dellape
Distribuidor(es): Sem Distribuidor
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Linguagem Chula
Tema: Solidariedade
Processo: 08017.000070/2011-51
Requerente: Santiago Machado Dellape

Programa: SE ELA DANÇA, EU DANÇO (Brasil - 2010)
Produtor(es): Elaine Nogueira
Diretor(es): Ricardo Montoanelli
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical/Variedades
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Competição de Dança
Processo: 08017.003982/2010-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: RELÓGIO DA AVENTURA (Brasil - 2010)
Episódio(s): 01 ao 05
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Márcio Trigo
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Fantasia
Processo: 08017.007294/2010-11
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Filme: UM NATAL MILIONÁRIO (CHRISTMAS IN WONDERLAND, Canadá - 2007)
Produtor(es): Henry Boger
Diretor(es): James Orr
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Natal
Processo: 08017.007367/2010-67
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Filme: CARMO (Brasil / Espanha / Polônia - 2008)
Produtor(es): Elisa Alvares/Roberto D`Avila/Xavier Granada/Murray Lipnik/Grzegorz Hajdacowiczz
Diretor(es): Murilo Pasta
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama/Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Sexo , Consumo de Drogas Lícitas e Assassinato
Tema: Experiência de Vida
Processo: 08017.007874/2010-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE ROAD AHEAD (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 01
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Depreciativa e Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007880/2010-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BREAKING THE NEWS (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 02
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo moderado de droga lícita
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007881/2010-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ALMOST NORMAL (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 03
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007882/2010-47
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FROM FRANCE WITH LOVE (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 04
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Exposição de Cadáver e Presença de sangue
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007883/2010-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: LAST TANGO IN PASADENA (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 05
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Insinuação Sexual e Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007884/2010-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ZEN & ART OF MOLE MAKING (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 06
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007885/2010-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE WIG PARTY (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 07
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007886/2010-25
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE WINE FESTIVAL (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 08
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Bu
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007887/2010-70
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: PREGNANT PAUSE (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 09
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007888/2010-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: NEARLYWEDS (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 10
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Lesão corporal
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007889/2010-69
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A BONE TO PICK (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 11
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Bu
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Agressão Física e Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007890/2010-93
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE SCIENCE FAIR (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 12
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007891/2010-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: RUN BABY RUN (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 13
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007892/2010-82
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: THE PASADENA PRIMARY (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 14
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Insinuação Sexual e Preconceito
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007893/2010-27
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A VALUED FAMILY (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 15
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007894/2010-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ Nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve classificar:

Episódio: LEAP OF FAITH (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 16
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Nudez Velada e Insinuação Sexual
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007895/2010-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: FREELUC.COM (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 17
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007896/2010-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: TIME AFTER TIME - PART 1 (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 18
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas e Agressão Física
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007897/2010-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: TIME AFTER TIME - PART 2 (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 19
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Insinuação Sexual e Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007898/2010-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: IF YOU BAKE IT HE WILL COME (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 20
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo de Drogas Lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007899/2010-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Episódio: WHERE THERE`S SMOKE (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 21
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007900/2010-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: LOVE ALL (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 22
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007901/2010-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: LIGHTS OUT (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 23
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Consumo moderado de drogas lícitas
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007902/2010-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ON THE ROAD AGAIN (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 24
Título da Série: BROTHERS AND SISTERS - 4ª TEMPORADA COMPLETA
Produtor(es): ABC Studios
Diretor(es): Ken Olin
Distribuidor(es): Sonopress - Rimo da Amazônia Indústria e Comércio Fonográfica Ltda./Buena Vista Home Entertainment, Inc
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Lesão corporal , Insinuação Sexual e Presença de sangue
Tema: Cotidiano Familiar
Processo: 08017.007903/2010-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 18 de janeiro de 2011

Considerando o disposto na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto Nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria Nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO o pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público da entidade a seguir relacionada, em razão de que a mesma não atendeu ao disposto no art. 6º, § 3º,II, da Lei Nº 9.790:

I. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL "MANÁ DO CÉU PARA OS POVOS", com sede na cidade de CAMPO GRANDE, Estado de Mato Grosso do Sul - CGC/CNPJ Nº 11.067.031/0001-86 - (Processo MJ Nº 08071.022222/2010-31).

Considerando o disposto na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto Nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria Nº 361, de 27 de julho de 1999, INDEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas não atenderam ao disposto no art. 6º, § 3º,III, da Lei Nº 9.790:

I. "INSTITUTO APOIO AO TRABALHO, UNIÃO NACIONAL, APRENDIZAGEM COLETVA, RECURSOS HUMANOS" - "INSTITUTO ATUAR", com sede na cidade de SANTOS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 11.543.927/0001-94 - (Processo MJ Nº 08071.022226/2010-10);

II. "INSTITUTO COLÔNIA DO BEM" - ICBEM, com sede na cidade de VÁRZEA GRANDE, Estado de Mato Grosso - CGC/CNPJ Nº 12.163.092/0001-00 - (Processo MJ Nº 08071.022237/2010-08);

III. ACOLHER - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO, com sede na cidade de PORTO ALEGRE, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ Nº 09.225.443/0001-55 - (Processo MJ Nº 08071.022232/2010-77);

IV. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CIDADANIA CATARINENSE - AACC, com sede na cidade de SÃO JOSÉ, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ Nº 04.383.438/0001-57 - (Processo MJ Nº 08071.016417/2010-42);

V. ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL COMUNITÁRIA VENEZIANA - "AACV", com sede na cidade de NOVA VENEZA, Estado de Goiás - CGC/CNPJ Nº 11.366.658/0001-38 - (Processo MJ Nº 08071.021743/2010-71);

VI. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL, DESPORTIVA E ECOLÓGICA DE LOURDES (ACCDEL), com sede na cidade de ITAÚNA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ Nº 20.949.186/0001-37 - (Processo MJ Nº 08071.021720/2010-67);

VII. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS - AME, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ Nº 06.281.555/0001-35 - (Processo MJ Nº 08071.016482/2010-78);

VIII. ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SEROPÉDICA - SEROPÉDICA FUTEBOL CLUBE, com sede na cidade de SEROPÉDICA, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ Nº 08.695.509/0001-08 - (Processo MJ Nº 08071.021417/2010-64);

IX. ASSOCIAÇÃO NOSSO SONHO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - "ASSOCIAÇÃO", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 08.799.999/0001-92 - (Processo MJ Nº 08071.022228/2010-17);

X. ASSOCIAÇÃO PORTO DA ESPERANÇA - "APE", com sede na cidade de SUZANO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 08.435.263/0001-35 - (Processo MJ Nº 08071.018051/2010-46);

XI. ASSOCIAÇÃO TOQUE NO CORAÇÃO, com sede na cidade de COTIA, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 05.752.757/0001-55 - (Processo MJ Nº 08071.016514/2010-35);

XII. BANCO DE ALIMENTOS DE CRUZ ALTA, com sede na cidade de CRUZ ALTA, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ Nº 11.388.505/0001-91 - (Processo MJ Nº 08071.021737/2010-14);

XIII. CENTRO GESTOR DE INOVAÇÃO MOVELEIRO - CGI-MÓVEIS, com sede na cidade de BENTO GONÇALVES, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ Nº 09.515.626/0001-05 - (Processo MJ Nº 08071.021738/2010-69);

XIV. CIDHFOR - CENTRO INTEGRADO DE DIABÉTICOS E HIPERTENSOS DE FORTALEZA, com sede na cidade de FORTALEZA, Estado do Ceará - CGC/CNPJ Nº 09.433.841/0001-67 - (Processo MJ Nº 08071.021734/2010-81);

XV. CURSO PRÉ-VESTIBULAR DA FACULDADE DE ENGENHARIA DE GUARATINGUETÁ - CURSINHO DA FEG, com sede na cidade de GUARATINGUETÁ, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 08.712.060/0001-49 - (Processo MJ Nº 08071.022239/2010-99);

XVI. FUNDAÇÃO DE AMPARO À NEFROLOGIA PEDIÁTRICA - FANEPE, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ Nº 05.349.321/0001-10 - (Processo MJ Nº 08071.021420/2010-88);

XVII. FUNDAÇÃO WILSON BARBOSA, com sede na cidade de GOIATUBA, Estado de Goiás - CGC/CNPJ Nº 05.026.484/0001-61 - (Processo MJ Nº 08071.016502/2010-19);

XVIII. GRUPO DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS - GAPIN, com sede na cidade de SANTA MARIA, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ Nº 12.447.426/0001-77 - (Processo MJ Nº 08071.021731/2010-47);

XIX. INASP - INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PSÍQUICA, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ Nº 07.754.022/0001-96 - (Processo MJ Nº 08071.016448/2010-01);

XX. INSTITUTO BENEFICENTE BOM PASTOR - IBBP, com sede na cidade de MIMOSO DO SUL, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ Nº 05.197.669/0001-39 - (Processo MJ Nº 08071.021739/2010-11);

XXI. INSTITUTO CIDADÃO, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ Nº 00.462.500/0001-45 - (Processo MJ Nº 08071.022243/2010-57);

XXII. INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA BRASIL MELHOR - IEP - BRASIL MELHOR, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ Nº 08.383.579/0001-20 - (Processo MJ Nº 08071.022213/2010-41);

XXIII. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO AMBIENTAL - IPGA, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ Nº 12.035.116/0001-45 - (Processo MJ Nº 08071.016491/2010-69);

XXIV. ORGANIZAÇÃO SOCIAL VIDA PLENA - OSVP, com sede na cidade de UBERLÂNDIA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ Nº 12.134.197/0001-30 - (Processo MJ Nº 08071.016451/2010-17).

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 47, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 7.078, de 26 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Previdência Social - MPS, na forma dos Anexos I a V desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MPS/GM nº 173, de 2 de junho de 2008.

GARIBALDI ALVES FILHO

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento de projetos de interesse do Ministério em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento das consultas e dos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;

V - planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de comunicação social do Ministério;

VI - coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas ao cerimonial do Ministério;

VII - planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de Ouvidoria da Previdência Social; e

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Coordenação de Cerimonial - CERIM
2. Serviço de Secretaria da Chefia de Gabinete - SESCG
3. Coordenação-Geral do Gabinete - CGGAB
3.1. Coordenação de Apoio Técnico e Suporte Administrativo - COTSA
3.1.1. Divisão de Controle da Formação da Documentação - DCDOC
3.1.2. Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD
3.1.3. Serviço de Atividades Auxiliares - SAAUX
4. Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OGPS
4.1. Divisão de Análise e Processamento - DIVAP
4.2. Divisão de Interação com o Cidadão - DICID
4.3. Divisão de Gestão da Informação - DIGIN;
5. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
5.1. Coordenação de Comunicação Social - CCOMS
6. Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR
6.1. Coordenação de Análise Legislativa - CALEG
6.2. Divisão de Análise e Registro Parlamentar - DIARP
6.3. Divisão de Acompanhamento de Processo Legislativo - DIAPL.

Art. 3º O Gabinete será dirigido por Chefe de Gabinete; as Assessorias por Chefe de Assessoria; a Ouvidoria-Geral por Ouvidor-Geral; a Coordenação-Geral por Coordenador-Geral; as Coordenações por Coordenador; e as Divisões e Serviços por Chefe.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, os titulares das unidades de que trata o caput contarão com Assessores Técnicos, Assistentes e Assistentes Técnicos, de acordo com a Estrutura Regimental do Ministério.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no caput do artigo anterior serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por servidores previamente designados, na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação de Cerimonial - CERIM compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades de cerimonial;

II - organizar, orientar e acompanhar as solenidades, recepções e eventos oficiais do Ministério, visitas de personalidades civis e militares, nacionais ou estrangeiras e dar apoio às viagens do Ministro de Estado; e

III - manter cadastro atualizado de autoridades civis, militares e eclesiásticas, para fins de correspondência protocolar.

Art. 6º Ao Serviço de Secretaria da Chefia de Gabinete - SESCG compete:

I - prestar apoio ao Chefe de Gabinete na recepção e controle dos documentos destinados à Chefia de Gabinete do Ministro;

II - organizar a agenda de despachos e audiências;

III - prover a Chefia de Gabinete de material necessário para o seu funcionamento; e

IV - executar atividades determinadas pelo Chefe de Gabinete.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 7º À Coordenação-Geral do Gabinete - CGGAB compete:

I - supervisionar, coordenar e orientar as atividades de apoio técnico e controlar a execução de serviços de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais do Gabinete em conformidade com as unidades competentes;

II - executar as atividades de redação, revisão e controle de expedientes sujeitos a despachos do Chefe de Gabinete e do Ministro de Estado;

III - providenciar, junto à Imprensa Nacional, a publicação dos atos oficiais;

IV - pesquisar e acompanhar a tramitação de processos de interesse do Gabinete; e

V - atender e prestar informações às unidades do Ministério, no que se refere à elaboração de expedientes e atos normativos nos padrões oficiais.

Art. 8º À Coordenação de Apoio Técnico e Suporte Administrativo - COTSA compete:

I - monitorar as atividades relacionadas com a programação orçamentária e a execução de suprimentos de fundos no âmbito do Gabinete;

II - apoiar as atividades relacionadas à administração de material, patrimônio e serviços gerais no âmbito do Gabinete em conformidade com as unidades competentes; e

III - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal dos servidores em exercício no Gabinete do Ministro.

Art. 9º À Divisão de Controle da Formação da Documentação - DCDOC compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas à gestão de documentos, tais como recepção, instrução, registro, tramitação e arquivo, em conformidade com as unidades competentes; e

II - acompanhar e controlar as atividades de comunicação administrativa e publicação de atos administrativos do Gabinete.

Art. 10. À Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD compete executar e controlar as atividades relacionadas à administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes.

Art. 11. Ao Serviço de Atividades Auxiliares - SAAUX compete executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, de concessão de passagens aéreas e diárias no âmbito do Gabinete e de transporte, em conformidade com as unidades competentes.

Art. 12. À Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OGPS compete:

I - defender os interesses dos cidadãos, que buscam os serviços da Previdência Social e das entidades a ela vinculadas;

II - atuar como ouvidoria interna da Previdência Social e das entidades a ela vinculadas;

III - apresentar diagnósticos, relatórios gerenciais e informações para subsidiar ações de melhoria dos serviços prestados pela Previdência Social;

IV - receber, encaminhar e responder as reclamações, denúncias, sugestões e elogios relativos aos serviços oferecidos pela Previdência Social e adotar os procedimentos necessários;

V - manter o sigilo das manifestações de acordo com a legislação vigente;

VI - elaborar estudos e realizar pesquisas para aferição da satisfação dos usuários dos serviços prestados pelo Ministério e suas entidades vinculadas; e

VII - difundir normas da Previdência Social em conformidade com as áreas competentes;

VIII - classificar como confidencial os documentos recebidos.

Art. 13. À Divisão de Análise e Processamento - DIVAP compete:

I - receber, analisar e classificar as manifestações eletrônicas, encaminhar às áreas competentes e responder aos cidadãos e aos servidores da Previdência Social e entidades a ela vinculadas;

II - acompanhar, controlar e avaliar as respostas dadas pelas áreas competentes às manifestações recebidas; e

III - elaborar e atualizar os manuais internos da Ouvidoria e os modelos de respostas da Ouvidoria-Geral.

Art. 14. À Divisão de Interação com o Cidadão - DICID compete:

I - orientar ao cidadão na busca de solução de seus pleitos junto à Previdência Social;

II - registrar, encaminhar, monitorar as demandas dos que comparecem pessoalmente a Ouvidoria-Geral, daqueles que enviam carta e as oriundas de órgãos Públicos, até o seu encerramento; e

III - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes; e

IV - revisar as manifestações que necessitem de envio às áreas competentes e as respostas aos demandantes.

Art. 15. À Divisão de Gestão da Informação - DIGIN compete:

I - produzir informações estratégicas e gerenciais, relatórios, estudos e diagnósticos a partir das manifestações recebidas pela Ouvidoria-Geral;

II - acompanhar, orientar e avaliar o desempenho das áreas solucionadoras quanto a qualidade e tempestividade nas respostas à Ouvidoria-Geral;

III - gerir os sistemas da Ouvidoria-Geral; e

IV- subsidiar a manutenção da página eletrônica da Ouvidoria-Geral.

Art. 16. À Assessoria de Comunicação Social - ASCOM compete:

I - definir, planejar e orientar as atividades de Comunicação Social do Ministério, em consonância com as diretrizes definidas pelo órgão central do Sistema de Comunicação do Poder Executivo Federal - SICOM;

II - formular políticas de Comunicação Social para a Previdência Social em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM/PR;

III - elaborar diretrizes, planos, programas, projetos de Comunicação Social e de publicidade institucional e de utilidade pública do Ministério e entidades vinculadas, bem como aprovar produtos, projetos e planos elaborados por elas;

IV - difundir a missão e os serviços do Ministério e de suas entidades vinculadas;

V - pesquisar, selecionar e distribuir, para os canais internos competentes, as informações e as notícias veiculadas nos diversos meios de comunicação que sejam de interesse do Ministério e entidades vinculadas;

VI - coordenar os projetos de relações públicas, internos e externos, de caráter informativo e educativo;

VII - difundir o uso adequado da logomarca institucional e a identidade visual do Ministério e entidades vinculadas para as áreas competentes;

VIII - criar, produzir, fazer a editoração eletrônica e gráfica, reproduzir e distribuir material de divulgação, publicações, periódicos e informativos institucionais, entre outros;

IX - promover ações para facilitar o acesso aos produtos previdenciários por meio da internet e materiais de divulgação;

X - gerenciar os sítios eletrônicos internos e externos do Ministério e entidades vinculadas, no que tange a adequação do conteúdo e do padrão visual e de navegação;

XI - coordenar a publicidade interna e externa do Ministério e entidades vinculadas; e

XII - subsidiar o Ministro de Estado na supervisão e integração das atividades de comunicação social da Previdência Social e de seus órgãos e entidades vinculadas.

Art. 17. À Coordenação de Comunicação Social - CCOMS compete:

I - executar projetos de relações públicas, internos e externos, de caráter informativo e educativo, visando à maior integração e cooperação entre os servidores do Ministério e entidades vinculadas, assim como entre a Previdência Social e o cidadão;

II - responder às demandas do cidadão relativas à legislação, por meio da Central de Cartas;

III - divulgar as ações do Ministério e entidades vinculadas por meio de canais de comunicação internos; e

IV - supervisionar o uso adequado da logomarca institucional e a padronização da identidade visual do Ministério e entidades vinculadas.

Art. 18. À Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR compete:

I - supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério no Congresso Nacional;

II - acompanhar e assistir o Ministro de Estado e demais unidades do Ministério e entidades vinculadas no relacionamento com o Legislativo;

III - desenvolver junto ao Poder Legislativo dos entes federativos os assuntos de interesse do Ministério;

IV - acompanhar, analisar, informar e elaborar respostas a parlamentares; e

V - controlar o atendimento às solicitações oriundas do Poder Legislativo e da Assessoria Parlamentar da Presidência da República, em articulação com as demais áreas do Ministério e entidades vinculadas.

Art. 19. À Coordenação de Análise Legislativa - CALEG compete:

I - coordenar, orientar e organizar o acervo de informações legislativas no âmbito da Assessoria e manter atualizado o sistema informatizado de acompanhamento de proposições legislativas e de requerimento de informações;

II - executar as atividades de redação, revisão e controle de expedientes para despachos do Chefe da Assessoria; e

III - acompanhar a tramitação de processos de interesse parlamentar junto às áreas técnicas do Ministério e entidades vinculadas.

Art. 20. À Divisão de Análise e Registro Parlamentar - DIARP compete:

I - receber, controlar, encaminhar e responder os pleitos dos membros do Congresso Nacional, com apoio das áreas técnicas do Ministério e entidades vinculadas;

II - manter atualizadas as informações sobre as correspondências e pleitos de parlamentares; e

III - manter atualizado o sistema de cadastro e o banco de dados sobre parlamentares.

Art. 21. À Divisão de Acompanhamento de Processo Legislativo - DIAPL compete:

I - identificar e acompanhar o andamento dos Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Propostas de Emendas à Constituição e proposições de interesse do Ministério junto às Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e

II - acompanhar as Sessões Plenárias das Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, Senado Federal e do Congresso Nacional, e das Comissões Mistas, elaborar boletins informativos e relatórios com os pronunciamentos e as proposições apresentadas pelos Parlamentares, relacionados ao Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 22. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - orientar e coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes da estrutura do Gabinete;

II - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social;

III - coordenar a pauta de trabalho do Ministro de Estado e prestar assistência em seus despachos; e

IV - analisar e articular, com as demais unidades do Ministério, o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos ao Ministro de Estado.

Art. 23. Aos Chefes de Assessoria, ao Ouvidor-Geral, ao Coordenador-Geral, aos Coordenadores, aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria-Executiva - SE compete:

I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades de organização e inovação institucional, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de recursos humanos, de administração de recursos de informação e informática, de documentação e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

III - acompanhar e avaliar a gestão de programas e o gerenciamento de projetos de natureza estratégica da Previdência Social;

IV - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

V - definir políticas, metodologias, controles e normas de segurança e coordenar esforços para o gerenciamento de riscos de fraudes;

VI - supervisionar e coordenar os programas e atividades de combate à fraude ou quaisquer atos lesivos à previdência social, mediante ações e procedimentos técnicos de inteligência;

VII - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas aos cadastros corporativos da Previdência Social;

VIII - gerenciar o relacionamento e a afiliação do Ministério junto aos organismos internacionais;

IX - aprovar a política, planos e programas estratégicos de educação continuada dos servidores e empregados do sistema previdenciário, e àquelas que visem favorecer o desenvolvimento de competências necessárias ao cumprimento da missão institucional do Ministério;

X - aprovar a política, planos e programas estratégicos de tecnologia e informação, bem como estabelecer normas e diretrizes gerais para a adoção de novos recursos tecnológicos em informática e telecomunicação no âmbito da Previdência Social;

XI - analisar e acompanhar as negociações com governos e entidades internacionais;

XII - promover a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares; e

XIII - julgar os servidores do Ministério em sindicância e processos administrativos disciplinares, quando a penalidade proposta for de advertência ou de suspensão.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Gestão de Documentos de Arquivo, de Serviços Gerais.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva - SE, tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Gabinete - GABIN

1.1. Coordenação Técnico-Administrativa - COTAD

1.1.2. Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD

1.2. Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar - COPAD

2. Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos - APEGR

2.1. Coordenação Operacional - COAPE

2.1.1. Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD

2.2. Coordenação de Tratamento, Análise e Proteção da Informação - CTAPI

2.2.1. Divisão de Apoio Técnico - DIATE

2.3. Núcleos Estaduais - NUCLE

3. Assessoria de Cadastros Corporativos - ASCAD

4. Assessoria de Assuntos Internacionais - AAINT

4.1. Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais - CAINT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.1.1. Divisão de Acordos Internacionais - DAINT
4.2. Coordenação de Cooperação e Organismos Internacionais - CCINT
4.2.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD
5. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
5.1. Divisão de Apoio Técnico - DIATE
5.2. Coordenação de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira - COPAG
5.2.1. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira de Logística - DEOFI
5.2.2. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - DEFIP
5.3. Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais - COEPI
5.3.1. Serviço de Contratos e Aquisições - SECON
5.4. Coordenação Administrativa - COADM
5.5. Coordenação-Geral de Planejamento Setorial - CGPLA
5.5.1. Coordenação de Planejamento - CPLAN
5.5.1.1. Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DIACA
5.5.1.2. Divisão de Gerenciamento da Informação - DIGIN
5.5.1.3. Divisão de Métodos e Procedimentos - DIMEP
5.5.1.4. Divisão de Desenvolvimento Operacional - DIORG
5.6. Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGLSG
5.6.1. Coordenação de Licitação e Contratos - COLIC
5.6.1.1. Divisão de Licitação - DILIC
5.6.1.2. Divisão de Contratos - DICON
5.6.2. Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços - CAPSE
5.6.2.1. Divisão de Manutenção Predial, Obras e Instalações - DIMPO
5.6.2.2. Divisão de Administração de Edifícios e Serviços Auxiliares - DAESA
5.6.2.2.1. Serviço de Protocolo e Arquivo - SEDOC
5.6.2.2.2. Serviço de Biblioteca - SEBIB
5.6.2.2.3. Serviço de Transporte - STRAN
5.6.2.2.4. Serviço de Segurança - SESEG
5.6.3. Coordenação de Administração de Material e Patrimônio - COAMP
5.6.3.1. Divisão de Compras - DICOM
5.6.3.1.2. Serviço de Almoxarifado Central - SEALC
5.6.3.2. Divisão de Administração do Patrimônio - DIPAT
5.7. Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGERH
5.7.1. Coordenação de Administração de Recursos Humanos - COARH
5.7.1.1. Divisão de Cadastro de Ativos - DICAT
5.7.1.2. Divisão de Cadastro de Aposentados e Pensionistas - DICAP
5.7.1.3. Divisão de Elaboração da Folha de Pagamento - DIEFP
5.7.2. Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP
5.7.2.1. Divisão de Educação Corporativa - DEDUC
5.7.2.2. Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Desempenho - DAADE
5.7.2.3. Divisão de Prevenção e Promoção da Saúde - DIPPS
5.7.3. Coordenação de Legislação Aplicada - COLAP
5.7.3.1. Divisão de Legislação Aplicada - DILAP
5.7.3.2. Divisão de Gerenciamento das Informações - DIGEI
5.7.4. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD
5.8. Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC
5.8.1. Coordenação de Orçamento - COORC
5.8.1.1. Divisão de Programação Orçamentária - DIPRO
5.8.1.2. Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Execução e Programação Orçamentária - DAEPO
5.8.1.2.1. Serviço de Certificação de Disponibilidade Orçamentária - SECDO
5.8.2. Coordenação de Finanças - COFIN
5.8.2.1. Divisão de Programação e Controle Financeiro - DIPCF
5.8.2.1.1. Serviço de Execução da Programação Financeira - SEEPF
5.8.3. Coordenação de Contabilidade - CCONT
5.8.3.1. Divisão de Programação Contábil - DIPRC
5.9. Coordenação-Geral de Informática - CGTIC
5.9.1. Coordenação de Projetos e Soluções - COPSO
5.9.1.1. Divisão de Desenvolvimento de Sistemas - DIDES
5.9.1.2. Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DIAAV
5.9.1.3. Divisão de Suporte ao Usuário - DISUS
5.9.1.4. Divisão de Suporte à Rede de Comunicação e Banco de Dados - DISUR.

Art. 3º A Secretaria-Executiva será dirigida por Secretário-Executivo; o Gabinete por Chefe de Gabinete; a Subsecretaria por Subsecretário; as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral; as Coordenações por Coordenador; as Divisões e os Serviços por Chefe.

§ 1º Para o desempenho de suas funções, os titulares das unidades de que trata o caput contarão com os cargos de Assessor, Assessor Técnico, Assistente e Assistente Técnico de acordo com a Estrutura Regimental do Ministério.

§ 2º Os ocupantes das funções previstas no caput serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por servidores previamente designados.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 4º Ao Gabinete - GABIN compete:

I - assistir o Secretário-Executivo em sua representação política e social, bem como na supervisão e coordenação de suas atividades;

II - preparar os despachos e controlar o expediente do Secretário-Executivo;

III - promover a articulação entre as diferentes unidades supervisionadas pela Secretaria-Executiva; e

IV - supervisionar a execução das atividades de apoio administrativo do Gabinete.

Art. 5º À Coordenação Técnico-Administrativa - COTAD compete:

I - coordenar e orientar as atividades de apoio técnico e monitorar a execução de serviços concernentes à programação orçamentária, administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito da Secretaria-Executiva, em conformidade com as unidades competentes;

II - executar as atividades de redação, revisão e controle de expedientes sujeitos a despachos do Secretário-Executivo, Chefe de Gabinete e Secretário-Executivo Adjunto;

III - ordenar e controlar o registro eletrônico da documentação oficial assim como providenciar junto à Imprensa Nacional, a publicação de atos oficiais;

IV - coordenar e orientar a classificação e organização das informações, para fins de pesquisa e recuperação assim como acompanhar a tramitação de processos de interesse da Secretaria-Executiva; e

V - acompanhar a prestação de serviços de terceiros, no âmbito da Secretaria-Executiva, em articulação com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art.6º À Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD compete executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes.

Art. 7º À Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar - COPAD compete:

I - analisar a pertinência de denúncias relativas à atuação dos dirigentes e servidores do Ministério;

II - propor ao Secretário-Executivo a instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar e demais procedimentos correcionais;

III - instruir sindicâncias, processo administrativo disciplinar e demais procedimentos correcionais disciplinares com vistas ao julgamento da autoridade superior;

IV - convocar servidores para a composição de comissões de sindicância, processo administrativo disciplinar e demais procedimentos correcionais;

V - propor à área competente, instauração de tomada de contas especial, observados os critérios da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

VI - propor, em articulação com a Assessoria de Pesquisa Estratégica, ações integradas com outros órgãos para o combate à fraude e de Gerenciamento de Risco do Ministério;

VII - requisitar diligências, informações, processos e documentos necessários ao desempenho de suas atividades;

VIII - planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades das comissões disciplinares e sindicâncias; e

IX - propor medidas que visem o aprimoramento, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais pertinentes à atividade de correição.

Art. 8º À Assessoria de Pesquisa Estratégica e de Gerenciamento de Riscos - APEGR compete:

I - planejar e coordenar as ações orientadas à produção de informações estratégicas de inteligência para assessorar as autoridades da Previdência Social no processo decisório;

II - produzir conhecimento estratégico voltado ao combate de ilícitos e à gestão de riscos;

III - planejar e coordenar o exercício sistemático e permanente de suas ações especializadas, orientadas à produção e salvaguarda do conhecimento estratégico, bem como dos grupos de trabalho integrantes das forças-tarefas previdenciárias voltadas ao combate aos ilícitos organizados contra a Previdência Social, articulando-se com o Departamento de Polícia Federal, Ministério Público Federal e Agência Brasileira de Inteligência;

IV - representar a Secretaria-Executiva perante o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, nos assuntos relacionados às atividades estratégicas de inteligência e à gestão da segurança organizacional; e

V - instituir, com anuência do Secretário-Executivo, representações estaduais da APEGR com competências de:

a) realizar ações especializadas, orientadas à produção de conhecimento estratégico;

b) desenvolver atividades de produção de conhecimento estratégico, voltadas ao combate de ilícitos e à gestão de riscos, nos respectivos Estados;

c) apoiar e subsidiar os trabalhos realizados pelos grupos de trabalho integrantes das forças-tarefas previdenciárias;

d) manter intercâmbio com órgãos do poder público e organismos de inteligência locais; e

e) participar de ações conjuntas com outros órgãos governamentais.

Art. 9º À Coordenação Operacional - COAPE compete:

I - receber, controlar, analisar e encaminhar as denúncias relacionadas a eventuais ilícitos organizados no âmbito da Previdência Social;

II - coordenar as atividades de pesquisas e de investigações no âmbito da APEGR, bem como dos grupos de trabalho que integram as forças-tarefas previdenciárias; e

III - coordenar estudos com vistas ao aperfeiçoamento das técnicas de prevenção dos ilícitos incluindo critérios e efetividade dos métodos e dos procedimentos de pesquisa e de investigação.

Art. 10. À Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD compete executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes.

Art. 11. À Coordenação de Tratamento, Análise e Proteção da Informação - CTAPI compete:

I - coordenar estudos com base no tratamento e na análise das bases de dados da Previdência Social;

II - subsidiar ações de combate à fraude e de gestão de riscos institucionais, a partir da análise de padrões de dados indicativos de ilícitos praticados contra a Previdência Social com foco em vulnerabilidades de processos, de pessoas e de sistemas informatizados;

III - propor procedimentos e ações que visem a fortalecer as políticas de segurança institucional e de gestão de riscos;

IV - colaborar com a disseminação da cultura de segurança institucional e de controle no âmbito da Previdência Social; e

V - propor e coordenar os projetos de prospecção tecnológica e de desenvolvimento de sistemas informatizados que subsidiam as atividades estratégicas de inteligência da Previdência Social.

Art. 12. Aos Núcleos Estaduais - NUCLE compete:

I - realizar, quando autorizados pelo Chefe da APEGR, ações especializadas, orientadas à produção de conhecimento estratégico;

II - desenvolver atividades de produção de conhecimento estratégico, voltadas ao combate de ilícitos e à gestão de riscos, nos respectivos Estados;

III - apoiar e subsidiar os trabalhos realizados pelos grupos de trabalho integrantes das forças-tarefas previdenciárias;

IV - manter intercâmbio com órgãos do poder público e organismos de inteligência locais; e

V - participar de ações conjuntas com outros órgãos governamentais.

Art. 13. À Divisão de Apoio Técnico - DIATE compete supervisionar e executar as atividades de planejamento, pagamento e execução orçamentária e financeira da APEGR e de servidores dos grupos de trabalho das forças-tarefas previdenciárias.

Art. 14. À Assessoria de Cadastros Corporativos - ASCAD compete:

I - definir e disseminar a Política de Gerenciamento de Cadastros Corporativos;

II - supervisionar e avaliar a gestão de dados e informações constantes dos cadastros corporativos, bem como seus aplicativos de consulta, respeitando a política de gestão e segurança da informação;

III - assessorar e subsidiar a Secretaria-Executiva na representação junto aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério que possuam cadastros contendo informações para a Previdência Social e Complementar, no intuito de integrar as informações;

IV - coordenar e gerenciar o intercâmbio de informações entre os órgãos internos e externos ao Ministério da Previdência Social;

V - propor, acompanhar e avaliar medidas de ampliação, integração, melhoria da qualidade ou modernização dos cadastros corporativos;

VI - promover a integração dos cadastros corporativos sociais do governo brasileiro, organismos internacionais e estrangeiros com atuação no âmbito previdenciário, assim como participar das negociações; e

VII - coordenar a incorporação aos cadastros corporativos de outras informações disponíveis no âmbito do Governo Federal, promovendo sua divulgação e disponibilização para uso de cunho técnico-cientifico.

Art. 15. À Assessoria de Assuntos Internacionais - AAINT compete:

I - assessorar os dirigentes do Ministério e entidades vinculadas, na interlocução de assuntos internacionais junto a governos estrangeiros e entidades internacionais; e

II - acompanhar a celebração e execução dos acordos internacionais de Previdência Social no âmbito de sua competência.

Art. 16. Coordenação de Gestão de Acordos Internacionais - CAINT compete Coordenar e supervisionar as atividades relativas à celebração e execução dos acordos internacionais de Previdência Social, no âmbito de sua competência.

Art. 17. Divisão de Acordos Internacionais - DAINT compete realizar as atividades relacionadas à celebração e execução dos acordos internacionais de Previdência Social no âmbito do Ministério.

Art. 18. Coordenação de Cooperação e Organismos Internacionais - CCINT compete:

I - articular-se com entidades governamentais e organismos nacionais, internacionais com atuação no campo econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

II - gerenciar o relacionamento e a afiliação do Ministério junto aos organismos internacionais de sua área de competência; e

III - planejar, coordenar, operacionalizar, supervisionar e avaliar a execução dos programas e projetos financiados por organismos internacionais, em conformidade com as áreas competentes.

Art. 19. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD compete:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes; e

II - instruir processos de afastamento do País de servidores do Ministério e órgãos vinculados.

Art. 20. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, de serviços gerais, de planejamento e de orçamento, de contabilidade e de administração financeira, no âmbito do MPS;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do MPS quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas com recursos materiais e patrimoniais, convênios, licitações, contratos, serviços gerais, documentação e arquivos;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e submetê-los à decisão superior;

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades, no âmbito de sua competência;

VI - promover as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério;

VII - planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de administração dos recursos de informação e informática;

VIII - planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de administração e desenvolvimento de pessoal, no âmbito do Ministério;

IX - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao Erário;

X - promover o registro, o tratamento e o controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis das atividades do Sistema de Contabilidade Federal;

XI - subsidiar a supervisão e a coordenação das atividades das secretarias e das entidades vinculadas ao Ministério; e

XII - subsidiar o acompanhamento e a avaliação de programas e o gerenciamento de projetos de natureza estratégica da Previdência Social.

Art. 21. À Divisão de Apoio Técnico - DIATE compete:

I - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes, no âmbito da SPOA;

II - levantar e sistematizar informações que permitam subsidiar a SPOA nas deliberações de assuntos da sua área de competência;

III - preparar as pautas e assessorar as reuniões do Gabinete da SPOA, bem como de suas comissões ou grupos de trabalho;

IV - subsidiar as comissões ou grupos de trabalhos criados no âmbito da SPOA; e

V - apoiar tecnicamente o Subsecretário, por meio da produção periódica de estudos, notas técnicas, dados estatísticos, elaboração e acompanhamento de indicadores.

Art. 22. À Coordenação de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira - COPAG compete:

I - coordenar e orientar a execução orçamentária e financeira previamente ordenada dos créditos e recursos consignados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos e à Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais;

II - coordenar, orientar e acompanhar as atividades de execução orçamentária e financeira previamente ordenada de custeio e das despesas com pessoal ativo, aposentado e beneficiário de pensão; e

III - coordenar as atividades relacionadas à operação do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e Subsistema de Pessoal do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR.

Art. 23. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira de Logística - DEOFI compete:

I - executar, controlar e acompanhar as atividades orçamentárias e financeiras dos créditos orçamentários descentralizados para a Unidade Gestora responsável pela execução das despesas de logística, previamente ordenadas;

II - executar e controlar a utilização de gastos autorizados de suprimentos de fundos relativos ao Cartão de Pagamento do Governo Federal;

III - executar, controlar e acompanhar nos sistemas informatizados específicos, os recursos orçamentários e financeiros referentes à Unidade Gestora responsável pela execução das despesas de logística;

IV - manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesa e co-responsáveis, junto ao sistema bancário, SIAFI e SIASG; e

V - solicitar a descentralização de créditos orçamentários e financeiros destinados à Unidade Gestora responsável pela execução das despesas de logística, para liquidar os gastos de custeio previamente ordenados.

Art. 24. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - DEFIP compete:

I - solicitar a descentralização de créditos orçamentários e financeiros para a Unidade Gestora responsável pela execução das despesas de pessoal, para liquidar os gastos, previamente autorizados, das ações de recursos humanos;

II - executar, controlar e acompanhar nos sistemas informatizados específicos, os recursos orçamentários e financeiros referentes à Unidade Gestora responsável pelas despesas de pessoal;

III - manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesa e co-responsáveis, junto ao sistema bancário, SIAFI e SIASG;

IV - inserir informações referentes a despesas e encargos sociais com pessoal no sistema informatizado; e

V - controlar e manter atualizada a conta de pessoal no âmbito das atividades da Unidade Gestora responsável pela execução das despesas de pessoal.

Art. 25. À Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais - COEPI compete:

I - supervisionar e acompanhar a execução dos acordos internacionais com os organismos internacionais financiadores e de cooperação técnica dos projetos de interesse do Ministério, em conformidade com legislação;

II - supervisionar e orientar as atividades técnicas dos projetos de acordos internacionais junto às unidades de execução local do Ministério;

III - subsidiar nos trâmites necessários à modelagem de projetos, negociação, ajuste ou repactuação de acordo de empréstimo com os organismos internacionais financiadores dos projetos de interesse do Ministério;

IV - executar as contratações e aquisições, de acordo com o disposto nas normas, diretrizes e procedimentos da legislação oriundos dos acordos internacionais;

IV - monitorar e avaliar o cumprimento das metas e indicadores dos projetos, propondo à área responsável ações de melhoria, se necessário;

V - consolidar, dados e informações referentes à programação, execução e avaliação dos projetos;

VI - elaborar relatórios de gestão, de progresso, de acompanhamento, operacional e de prestação de contas para submeter aos organismos internacionais financiadores e de cooperação técnica, às autoridades do Ministério e aos órgãos de controle interno e externo; e

VII - assessorar ao Subsecretario de Planejamento, Orçamento e Administração nos assuntos afetos aos acordos internacionais.

Art. 26. Ao Serviço de Contratos e Aquisições - SECON compete:

I - zelar pelos registros eletrônicos dos processos de contratação, bem como pelo arquivamento físico de tais processos;

II - acompanhar os cronogramas de execução dos contratos, bem como seus prazos de vencimento, informando as ocorrências ao Coordenador de Contratos e Aquisições;

III - preparar relatórios periódicos sobre o andamento dos contratos em execução, bem como do andamento do processo de contratações, tendo como base os planos de aquisições; e

IV - acompanhar os trâmites dos processos de contratação e de aditamentos contratuais.

Art. 27. À Coordenação Administrativa - COADM compete:

I - coordenar e executar atividades de apoio técnico e administrativo da Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais;

II - acompanhar a alocação do patrimônio adquirido com recursos dos programas financiados por organismos internacionais, bem como zelar pelo seu bom uso e guarda;

III - zelar pelos arquivos da Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais; e

IV - prover os registros contábeis e patrimoniais das atividades sob responsabilidade da Coordenação de Execução e Acompanhamento de Projetos Internacionais.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Planejamento Setorial - CGPLA compete:

I - planejar, supervisionar, coordenar e avaliar a execução das atividades relacionadas à elaboração, acompanhamento e avaliação de planos e programas, observando as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento Federal;

II - definir metodologias e procedimentos relativos ao acompanhamento da execução e avaliação dos resultados dos programas e ações do Ministério e entidades vinculadas;

III - participar da elaboração da proposta orçamentária do Ministério, e entidades vinculadas;

IV - promover a articulação entre os órgãos do Ministério, unidades descentralizadas e entidades vinculadas, com vistas a assegurar a integração das ações do processo de planejamento;

V - orientar a elaboração de projetos de interesse do Ministério que visem melhoria de fluxos de processos de trabalho e de modernização;

VI - coordenar e orientar a organização da estrutura organizacional, bem como os processos de elaboração, revisão e atualização de regimentos internos, no âmbito do Ministério; e

VII - orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão.

Art. 29. À Coordenação de Planejamento - CPLAN compete:

I - coordenar e orientar o processo de elaboração e revisão dos programas e ações do Ministério e entidades vinculadas;

II - prestar orientação técnica às unidades do Ministério e entidades vinculadas, nas diversas fases do ciclo de gestão do plano plurianual;

III - supervisionar o monitoramento dos programas e ações do Ministério e entidades vinculadas;

IV - orientar e coordenar o processo de avaliação dos programas e ações do Ministério e entidades vinculadas;

V - subsidiar e acompanhar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Lei do Plano Plurianual;

VI - coordenar a definição, coleta, processamento, sistematização e divulgação das informações necessárias aos processos de planejamento e tomada de decisão;

VII - coordenar e acompanhar projetos relativos ao desenvolvimento institucional, organização, qualidade, produtividade, normatização e racionalização de instrumentos, métodos e procedimentos de trabalho;

VIII - propor diretrizes, indicadores, metas, procedimentos e padrões para a gestão dos planos, programas e projetos voltados à organização e modernização administrativa;

IX - desenvolver, implementar e avaliar projetos voltados à melhoria de processos de trabalho;

X - acompanhar e avaliar em parceria com as unidades do Ministério o desenvolvimento dos estudos e projetos de modernização quanto à sua operacionalização e viabilidade técnica;

XI - coordenar a elaboração de propostas de alteração de estrutura regimental, bem como a elaboração, revisão e atualização dos regimentos internos; e

XII - propor, coordenar e acompanhar planos, programas, projetos e atividades relacionados à racionalização administrativa, redesenho e melhoria de processos de trabalho.

Art. 30. À Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DIACA compete:

I - monitorar a execução dos programas e ações do Ministério e entidades vinculadas, verificando o cumprimento das metas físicas e financeiras;

II - orientar as unidades e entidades vinculadas do Ministério quanto à definição dos atributos e demais informações pertinentes aos programas e ações do Plano Plurianual, bem como analisar e prover os sistemas com as propostas apresentadas;

III - orientar, elaborar instruções e prestar assistência técnica-operacional às unidades do Ministério e entidades vinculadas nas diversas fases do ciclo de gestão do Plano Plurianual;

IV - analisar a compatibilidade físico-financeira das ações do Ministério e entidades vinculadas, quando da formulação e revisão do Plano Plurianual; e

V - manter atualizado o cadastro de gerentes e gerentes-executivos dos programas e coordenadores das ações do Ministério e entidades vinculadas.

Art. 31. À Divisão de Gerenciamento da Informação - DIGIN compete:

I - proceder a levantamentos específicos, construir e manter banco de dados com as informações necessárias para subsidiar a gestão dos programas e ações do Plano Plurianual do Ministério e entidades vinculadas;

II - elaborar estatísticas e apresentar cenários alternativos para subsidiar a gestão dos programas;

III - acompanhar, avaliar e propor melhorias dos indicadores dos programas do Plano Plurianual do Ministério;

IV - produzir e disponibilizar informações gerenciais referentes aos resultados da execução e da avaliação anual do Plano Plurianual; e

V - produzir informações gerenciais, mediante tratamento dos dados fornecidos pelos sistemas de informações SIDOR, SIAFI e SIGPlan.

Art. 32. À Divisão de Métodos e Procedimentos - DIMEP compete:

I - acompanhar e orientar as unidades do Ministério no desenvolvimento de atividades que visem à simplificação, automação e racionalização de procedimentos, métodos e fluxos de trabalho;

II - elaborar, em parceria com as unidades do Ministério, normas, descrição de rotinas, manuais de procedimentos administrativos, instruções e demais instrumentos de racionalização administrativa, visando a otimização de processos de trabalho;

III - acompanhar as atividades de análise e elaboração de propostas de estruturação e de reestruturação regimental, bem como a elaboração, revisão e atualização das propostas de regimentos internos;

IV - organizar, consolidar e divulgar informações sobre a estrutura organizacional e regimento interno do Ministério; e

V - elaborar e manter organizados e atualizados arquivos de organogramas e personogramas do Ministério.

Art. 33. À Divisão de Desenvolvimento Operacional - DIORG compete:

I - realizar estudos sobre o desenvolvimento organizacional e a modernização administrativa do Ministério, acompanhando a reformulação de suas estruturas, normas, sistemas e métodos em consonância com as orientações do órgão central de modernização administrativa;

II - acompanhar, orientar e avaliar os projetos de interesse do Ministério que visem à melhoria dos fluxos e rotinas de trabalho com definição clara de seus objetivos e controle dos resultados institucionais; e

III - realizar estudos prospectivos, pesquisas na área de gestão, propondo ações e sugerindo prioridades nas atividades de organização e de modernização administrativa.

Art. 34. À Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGLSG compete planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades relativas à gestão patrimonial e de serviços gerais, bem como supervisionar a execução dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades e dos contratos deles oriundos, em conformidade com as diretrizes emanadas do órgão central do SIASG e especificamente:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - gerir e supervisionar a execução dos contratos e convênios relacionados a bens e serviços de responsabilidade da SPOA;

II - supervisionar comissões permanentes e especiais de licitação;

III - supervisionar atividades relacionadas aos pregoeiros e equipes de apoio;

IV - submeter os projetos básicos e termos de referência a aprovação da autoridade competente;

V - manifestar-se em primeira instância sobre recursos interpostos e sugerir a aplicação de penalidades aos contratados ou fornecedores;

VI - monitorar as atividades dos fiscais dos contratos nos termos da lei;

VII - executar os procedimentos relativos à aquisição de materiais e equipamentos, contratação de serviços e execução do desfazimento de materiais ociosos ou inservíveis para a Administração na forma da Lei;

VIII - propor a instituição de comissão de inventário físico e financeiro anual dos bens patrimoniais e comissão de inventário do almoxarifado do Ministério; e

IX - propor a dispensa de licitação ou sua inexigibilidade.

Art. 35. À Coordenação de Licitação e Contratos - COLIC compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar os processos licitatórios para a aquisição de materiais, bens, contratação de serviços, obras e serviços de engenharia, bem como as atividades relativas à administração de contratos;

II - submeter ao Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais a indicação de pregoeiro, equipe de apoio e membros da comissão permanente de licitação;

III - propor a abertura, a revogação e anulação de licitações;

IV - instruir os processos licitatórios e submeter à autoridade competente para homologação e adjudicação;

V - elaborar as portarias de designação de fiscais de contratos, com anuência dos titulares das unidades do Ministério, aos quais estejam subordinados;

VI - gerar os cronogramas contendo as parcelas dos contratos e convênios, providenciando as alterações subseqüentes;

VII - apoiar os fiscais dos contratos celebrados quanto à prorrogação da vigência ou alterações contratuais; e

VIII - consultar, por solicitação do fiscal, a empresa sobre a prorrogação da vigência do contrato.

Art. 36. À Divisão de Licitação - DILIC compete:

I - elaborar editais de licitações, minutas de contratos e demais documentos, visando a instrução dos processos licitatórios;

II - requerer das unidades demandantes a apresentação de termo de referência ou projeto básico para elaboração do edital;

III - processar as aquisições e contratações enquadradas no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de cotação eletrônica no Sistema Comprasnet;

IV - providenciar divulgação dos avisos de licitação e demais atos relativos à licitação, no Diário Oficial da União, em jornais de grande circulação e no Sítio do Comprasnet;

V - elaborar laudos de julgamento de impugnações e de recursos administrativos; e

VI - adotar as providências necessárias à conclusão dos processos licitatórios, propondo, se for o caso, a realização de diligências objetivando o esclarecimento de fatos.

Art. 37. À Divisão de Contratos - DICON compete:

I - elaborar, analisar, instruir e acompanhar os instrumentos de contrato, de convênio, termos aditivos e congêneres;

II - atualizar demonstrativos dos contratos, convênios e termos aditivos firmados;

III - providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, dos extratos dos contratos, convênios e termos aditivos;

IV - analisar os pedidos de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

V - elaborar planilhas demonstrativas do custo para as contratações de bens e serviços;

VI - solicitar às unidades demandantes a indicação de fiscais dos contratos e convênios;

VII - vincular os fiscais aos respectivos cronogramas dos contratos e convênios no SIASG;

VIII - consultar, por solicitação do fiscal, a empresa sobre a prorrogação da vigência do contrato;

IX - verificar a regularidade fiscal das empresas, previamente à assinatura dos contratos, convênios, termos aditivos e demais ajustes;

X - encaminhar os contratos, convênios e termos aditivos às partes, para assinatura; e

XI - elaborar os atestados de capacidade técnica, ouvido o fiscal do contrato.

Art. 38. À Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços - CAPSE compete:

I - coordenar, supervisionar, orientar e promover a manutenção preventiva e corretiva da infra-estrutura predial, bem como as atividades relativas aos serviços de transporte, vigilância, zeladoria, copeiragem e outros pertinentes a sua área de atuação;

II - coordenar e supervisionar a execução de obras e serviços;

III - elaborar planos, projetos, especificações e orçamentos de obras, reformas, instalações e equipamentos; e

IV - acompanhar e controlar a atividade do Serviço de Protocolo Central e Arquivo.

Art. 39. À Divisão de Manutenção Predial, Obras e Instalações - DIMPO compete:

I - acompanhar, fiscalizar, orientar e promover a execução dos contratos inerentes aos serviços de manutenção predial, obras e instalações;

II - analisar orçamentos, bem como elaborar estudos preliminares, laudos e projetos necessários ao planejamento técnico dos serviços de manutenção, obras, instalações e adequação de espaços físicos;

III - emitir ordens de serviços, visando atender as solicitações feitas pelas unidades, solicitados pelos setores;

IV - acompanhar a fiscalização da execução de obras e reformas e verificar as instalações prediais visando a segurança e manutenção dos edifícios sede e anexos;

V - manter acervo documental compreendendo as plantas e projetos das instalações e elementos estruturais dos edifícios sede e anexos; e

VI - elaborar projetos básicos e termos de referência, pertinentes a sua área de atuação.

Art. 40. À Divisão de Administração de Edifícios e Serviços Auxiliares - DAESA compete:

I - fiscalizar, orientar e atestar a execução dos contratos inerentes aos serviços auxiliares;

II - controlar e orientar a entrada e a saída de pessoas, bens e veículos, nas dependências dos edifícios sede e anexos;

III - acompanhar os serviços decorrentes da concessão de uso para exploração de restaurante, lanchonete, postos bancários e outros;

IV - controlar o agendamento de utilização do auditório;

V - elaborar projetos básicos e termos de referência, pertinentes a sua área de atuação;

VI - controlar o suprimento dos materiais de consumo utilizados pelas copas; e

VII - acompanhar e controlar os serviços de transporte e segurança.

Art. 41. Ao Serviço de Protocolo Central e Arquivo - SEDOC compete:

I - receber, numerar, registrar, classificar e distribuir as correspondências e malotes expedidos e recebidos;

II - autuar processos e controlar os serviços de reprografia;

III - receber e distribuir o Diário Oficial da União, da Justiça e outras publicações;

IV - encaminhar para publicação no Diário Oficial da União, as matérias do âmbito da Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais;

V - acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Arquivo-Geral e pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; e

VI - controlar e atestar a execução dos serviços pertinentes à sua área.

Art. 42. Ao Serviço de Biblioteca - SEBIB compete:

I - executar o planejamento, seleção, aquisição e avaliação do acervo bibliográfico no âmbito do Ministério;

II - promover a catalogação, classificação, registro e a indexação de livros e periódicos;

III - organizar e manter atualizado o acervo técnico-jurídico e literário, bem como o acervo referente à legislação e jurisprudência previdenciária;

IV - atender às solicitações de pesquisa dos usuários;

V - manter rigoroso controle de empréstimo e devolução de livros e periódicos retirados por usuários cadastrados;

VI - requerer aos usuários a reposição das obras extraviadas para compor o levantamento anual de patrimônio;

VII - executar as atividades de inventário, conservação, destinação e distribuição do material bibliográfico e de multimeios; e

VIII - informatizar e tornar o acervo acessível para consultas on-line.

Art. 43. Ao Serviço de Transporte - STRAN compete:

I - realizar e fiscalizar os serviços de transporte mantendo a frota de veículos em perfeitas condições de uso;

II - promover e acompanhar o registro, o licenciamento e o emplacamento dos veículos oficiais;

III - fiscalizar e controlar o consumo de combustíveis, óleos lubrificantes e demais insumos utilizados pela frota;

IV - acompanhar e controlar o atendimento das solicitações de transportes, das diversas unidades do Ministério; e

V - controlar as faturas dos contratos de serviços pertinentes ao setor.

Art. 44. Ao Serviço de Segurança - SESEG compete:

I - acompanhar as atividades de vigilância armada e desarmada e a segurança eletrônica dos edifícios sede e anexos;

II - acompanhar e controlar o acesso de servidores, prestadores de serviços e visitantes, acesso de veículos nas garagens bem como a entrada e saída de materiais nas dependências dos edifícios sede e anexos;

III - controlar a execução dos serviços pertinentes a sua área; e

IV - acompanhar e efetuar o hasteamento da Bandeira Nacional e das bandeiras representativas.

Art. 45. À Coordenação de Administração de Material e Patrimônio - COAMP compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades na área de material e patrimônio;

II - acompanhar a realização do inventário anual de material de consumo, de bens móveis e imóveis;

III - manter atualizado o cadastro e controle dos bens móveis e imóveis; e

IV - acompanhar os processos de aquisição do material de consumo e permanente e as contratações de serviços.

Art. 46. À Divisão de Compras - DICOM compete:

I - autuar, instruir e acompanhar os processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços;

II - realizar as pesquisas de mercado e junto aos demais órgãos da Administração Pública;

III - acompanhar e avaliar a evolução das despesas com a aquisição de materiais e contratação de serviços;

IV - promover o registro e a atualização de dados cadastrais de fornecedores, prestando-lhes orientação sobre as exigências para inscrição no SICAF;

V - encaminhar as notas de empenho aos fornecedores, para confirmação da aquisição de materiais e contratação de serviços, observado o prazo de entrega;

VI - providenciar a catalogação de materiais de consumo, bens patrimoniais e a contratação de serviços no sistema SIASG;

VII - propor a aplicação das penalidades às empresas inadimplentes;

VIII - elaborar, mensalmente, o relatório das aquisições e contratações de serviços, para divulgação; e

IX - instruir processos de dispensas e de inexigibilidades de licitação.

Art. 47. Ao Serviço de Almoxarifado Central - SEALC compete:

I - receber, conferir, atestar o recebimento e distribuir o material adquirido;

II - fornecer às unidades solicitantes os materiais requisitados;

III - entregar às unidades solicitantes o material classificado para consumo imediato;

IV - auxiliar na execução dos trabalhos da comissão designada para a elaboração do inventário físico-financeiro anual;

V - operacionalizar o sistema informatizado, e cadastrar os usuários do sistema de almoxarifado;

VI - acompanhar o prazo de validade e zelar pela conservação, armazenamento, organização, distribuição, segurança e preservação do material estocado;

VII - fazer apropriação de despesas no sistema SIAFI;

VIII - manter controle físico, contábil e financeiro dos materiais e estabelecer cronogramas de distribuição;

IX - elaborar e encaminhar o Relatório Mensal de Movimentação do Almoxarifado - RMA, para formalização de tomada de contas;

X - propor a baixa de materiais de consumo de uso descontinuado; e

XI - elaborar termos de referência ou projetos básicos para reposição de materiais.

Art. 48. À Divisão de Administração do Patrimônio - DIPAT compete:

I - acompanhar e orientar a execução das atividades da área de patrimônio;

II - classificar, registrar, cadastrar e tombar os bens patrimoniais, emitindo os respectivos termos de responsabilidade;

III - propor a aquisição, recuperação e desfazimento de bens patrimoniais;

IV - organizar, distribuir, remanejar e manter atualizado o cadastro para controle da movimentação dos bens patrimoniais;

V - acompanhar o inventário físico-financeiro, anual dos bens patrimoniais;

VI - elaborar e encaminhar o Relatório Mensal de Bens Patrimoniais - RMB, para formalização de tomada de contas; e

VII - elaborar termos de referência ou projetos básicos, relativos à aquisição de materiais permanentes.

Art. 49. À Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGERH compete:

I - planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades de administração, desenvolvimento, recrutamento e seleção, prevenção e promoção da saúde e aplicação das normas de recursos humanos;

II - aplicar as normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil, assim como orientar e fiscalizar o seu cumprimento;

III - subsidiar as autoridades competentes nos atos de provimento, vacância de cargos públicos e de progressão funcional dos servidores;

IV - emitir atos, certidões e declarações relativas aos servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão;

V - realizar estudos e propor diretrizes gerais para o desenvolvimento de planos e estruturação de carreiras e avaliação de desempenho; e

VI - realizar estudos e apresentar propostas de ações de capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores.

Art. 50. À Coordenação de Administração de Recursos Humanos - COARH compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de administração de recursos humanos relativas ao cadastro e pagamento de pessoal ativo, aposentados, beneficiários de pensão, contratos temporários e estagiários; e

II - subsidiar o Coordenador Geral nas matérias relativas à administração de recursos humanos.

Art. 51. À Divisão de Cadastro de Ativos - DICAT compete:

I - executar as atividades concernentes às informações cadastrais previstas nos sistemas específicos de administração de recursos humanos dos servidores ativos, contratos temporários e dos estagiários;

II - emitir e manter controle de carteiras funcionais e crachás dos servidores ativos;

III - instruir processos administrativos e judiciais relativos às matérias da área de cadastro de servidores ativos;

IV - atender diligências e executar e manter atualizados os registros de admissão e desligamento no Sistema do Órgão de Controle Externo:

V - manter controle dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança do Ministério; e

VI - controlar o quadro e a lotação de pessoal, com vistas a subsidiar a tomada de decisão quanto à distribuição da força de trabalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

Art. 52. À Divisão de Cadastro de Aposentados e Pensionistas - DICAP compete:

I - executar as atividades concernentes às informações cadastrais previstas nos sistemas específicos de administração de recursos humanos dos servidores aposentados e beneficiários de pensão;

II - instruir processos administrativos e judiciais relativos às matérias da área de cadastro de aposentados e beneficiários de pensão; e

III - executar e manter atualizados os registros de concessões de aposentadorias e pensões no sistema do Tribunal de Contas da União.

Art. 53. À Divisão de Elaboração da Folha de Pagamento - DIEFP compete:

I - executar as atividades necessárias à elaboração da folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados, beneficiários de pensão, contratos temporários e estagiários;

II - formalizar os processos referentes aos pagamentos de exercícios anteriores e a inclusão no sistema informatizado de administração de recursos humanos; e

III - elaborar e controlar pedidos de reversão de crédito.

Art. 54. À Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar planos e ações voltadas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoas;

II - coordenar as atividades de organização de carreiras e cargos para fins de avaliação de desempenho, promoção, progressão funcional, estágio probatório e concurso público;

III - coordenar o programa de estágio e de responsabilidade sócio ambiental;

IV - propor parcerias para realizar ações voltadas à sua área de atuação; e

V - coordenar as ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Art. 55. À Divisão de Educação Corporativa - DEDUC compete:

I - realizar análise de contexto, nas unidades do Ministério, com vistas à elaboração do Plano Anual de Capacitação;

II - elaborar, em parceria com as unidades do Ministério, projetos de treinamento que atendam às necessidades identificadas na análise de contexto, priorizando as escolas de governo;

III - implementar planos e programas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e valorização de pessoas; e

IV - realizar e acompanhar as ações de educação corporativa e avaliar seus resultados.

Art. 56. À Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Desempenho - DAADE compete:

I - propor instrumentos de avaliação de desempenho;

II - supervisionar e executar as atividades relativas ao sistema de avaliação de desempenho;

III - executar atividades relacionadas ao planejamento e à realização de concursos públicos;

IV - acompanhar e executar os processos relacionados à criação e reestruturação das carreiras do Ministério; e

Art. 57. À Divisão de Prevenção e Promoção da Saúde - DIPPS compete:

I - realizar pronto-atendimento médico, psicológico e social e estudos com fins estatísticos e epidemiológicos;

II - orientar e acompanhar o servidor, em razão de problemas psicossociais ou disciplinares;

III - homologar licenças médicas no âmbito do Ministério;

IV - instruir processos sobre as matérias que requeiram emissão de parecer médico e psicossocial específico;

V - executar as atividades relativas à Junta Médica Oficial e Multiprofissional;

VI - realizar visitas domiciliares para acompanhamento médico e psicossocial;

VII - controlar o suprimento de medicamentos emergenciais e adotar providências para sua aquisição no âmbito do Ministério;

VIII - propor, executar e acompanhar as ações de promoção à saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida dos servidores do Ministério; e

IX - propor parcerias para realizar ações voltadas à sua área de atuação.

Art. 58. À Coordenação de Legislação Aplicada - COLAP compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar a aplicação da legislação de recursos humanos;

II - coordenar e acompanhar os processos relativos a concessões de direitos, vantagens e benefícios de servidores, aposentados e beneficiários de pensão;

III - orientar e uniformizar os procedimentos relativos à matéria de recursos humanos, seguindo diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil; e

IV - examinar ordens e decisões judiciais, e fornecer os subsídios necessários à defesa da União, quando requeridos pelos Órgãos da Advocacia-Geral da União.

Art. 59. À Divisão de Legislação Aplicada - DILAP compete:

I - emitir pronunciamento sobre matérias relacionadas à aplicação da legislação de recursos humanos;

II - analisar processos de reconhecimento de dívidas para pagamento de exercícios anteriores;

III - cadastrar as ações judiciais em sistema específico;

IV - analisar processos referentes a concessões de direitos, vantagens e benefícios de servidores, aposentados e beneficiários de pensão;

V - atender diligências judiciais requeridas pelos Órgãos da Advocacia-Geral da União; e

VI - elaborar propostas de atos normativos de matéria de pessoal.

Art. 60. À Divisão de Gerenciamento das Informações - DIGEI compete:

I - sistematizar e difundir, por meio eletrônico, os dispositivos legais, normas, decisões superiores, jurisprudências, direitos e deveres dos servidores;

II - executar as atividades de informatização de procedimentos de recursos humanos;

III - produzir relatórios gerenciais inerentes a recursos humanos; e

IV - realizar estudos e pesquisas na sua área de atuação.

Art. 61. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD compete executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes.

Art. 62. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC compete planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar, orientar, avaliar a execução das ações relacionadas ao orçamento, à programação financeira e à contabilidade no âmbito do Ministério e entidades vinculadas, observando as diretrizes emanadas dos órgãos centrais dos sistemas federais de orçamento, de administração financeira e de contabilidade e especificamente:

I - orientar e supervisionar o processo de elaboração da proposta orçamentária anual e das solicitações de créditos adicionais do Ministério e entidades vinculadas;

II - analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO;

III - coordenar e supervisionar o processo contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do Ministério e entidades vinculadas; e

IV - definir as instruções e normas de procedimentos a serem observados durante o processo de elaboração da proposta orçamentária.

Art. 63. À Coordenação de Orçamento - COORC compete:

I - orientar e coordenar a elaboração e consolidação das propostas orçamentárias do Ministério e entidades vinculadas, em conformidade com as políticas e metas estabelecidas;

II - apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos: legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações;

III - analisar, acompanhar e avaliar o fluxo da receita e o desempenho das despesas das unidades gestoras do Ministério e entidades vinculadas;

IV - acompanhar e atualizar a legislação orçamentária;

V - acompanhar o processo orçamentário junto ao Congresso Nacional, em articulação com a Assessoria de Assuntos Parlamentares e atender aos esclarecimentos solicitados;

VI - analisar as solicitações de créditos adicionais das unidades gestoras;

VII - estabelecer as diretrizes setoriais para elaboração da proposta orçamentária;

VIII - avaliar a adequação da estrutura programática e mapeamento das alterações necessárias;

IX - coordenar o processo de elaboração da proposta orçamentária;

X - analisar e validar as propostas orçamentárias provenientes das unidades orçamentárias; e

XI - consolidar e formalizar a proposta orçamentária.

Art. 64. À Divisão de Programação Orçamentária - DIPRO compete:

I - analisar e consolidar a proposta de programação orçamentária das unidades gestoras;

II - analisar e avaliar as solicitações de descentralização, movimentação de créditos e de disponibilidade orçamentária;

III - avaliar e acompanhar a execução dos créditos orçamentários;

IV - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

V - atualizar o registro de normas, regulamentos e outros atos que disciplinam as suas atividades;

VI - acompanhar e analisar a execução orçamentária de despesas com pessoal e encargos sociais, bem como da força de trabalho do Ministério e entidades vinculadas;

VII - elaborar projeções referentes a despesas com pessoal e encargos sociais, visando detectar possíveis necessidades ou excessos de dotações orçamentárias;

VIII - alimentar, mensalmente, o Subsistema de Pessoal do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR;

IX - elaborar, analisar e registrar no SIDOR as solicitações de créditos adicionais referentes a despesas com pessoal e encargos sociais do Ministério e entidades vinculadas;

X - analisar e emitir pareceres sobre a disponibilidade orçamentária nos processos de sentenças judiciais relativos à pessoal e encargos sociais; e

XI - acompanhar, analisar e consolidar a elaboração da proposta orçamentária referente a despesas com pessoal e encargos sociais do Ministério e entidades vinculadas.

Art. 65. À Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Execução e Programação Orçamentária - DAEPO compete:

I - acompanhar e avaliar a programação orçamentária das unidades gestoras, indicando insuficiências e disponibilidades orçamentárias de curto e médio prazo;

II - elaborar e disponibilizar informações gerenciais sobre o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária das unidades gestoras;

III - proceder à distribuição e transferência dos limites para movimentação e empenho, acompanhar e avaliar a sua execução orçamentária;

IV - orientar as unidades gestoras quanto à utilização de recursos públicos e sua aplicação;

V - subsidiar a elaboração da pré-proposta orçamentária; e

VI - acompanhar as atividades inerentes ao processo de programação orçamentária das entidades vinculadas.

Art. 66. Ao Serviço de Certificação de Disponibilidade Orçamentária - SECDO compete:

I - analisar as solicitações de certificação de disponibilidade orçamentária enviadas pelas unidades gestoras;

II - elaborar quadros de controle orçamentário para os exercícios abrangidos pelas certificações de disponibilidade orçamentária; e

III - elaborar nota técnica sobre disponibilidade orçamentária.

Art. 67. À Coordenação de Finanças - COFIN compete:

I - coordenar e supervisionar o processo de programação e execução financeira setorial;

II - manter articulação com o órgão normativo da área de programação financeira, para melhor orientar as unidades gestoras;

III - coordenar e orientar a elaboração e a consolidação das propostas de programação financeira das unidades gestoras;

IV - orientar as unidades orçamentárias quanto à aplicação de normas e instruções de administração financeira;

V - acompanhar a programação financeira e o desembolso de recursos;

VI - avaliar o desempenho da execução financeira por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e promover a articulação com as unidades orçamentárias setoriais;

VII - compatibilizar os documentos de autorização orçamentária publicados com os registros no SIAFI;

VIII - analisar a programação financeira e as solicitações de recursos financeiros com vistas a propor a movimentação financeira interna; e

IX - gerir fluxo de caixa e controlar os limites de saques periódicos contra a conta do Tesouro Nacional.

Art. 68. À Divisão de Programação e Controle Financeiro - DIPCF compete:

I - compatibilizar os recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional com a efetiva necessidade de desembolso das unidades gestoras;

II - elaborar, periodicamente, relatórios gerenciais de suporte à decisão da execução financeira, dos desembolsos e pagamentos efetuados, das disponibilidades financeiras e das fontes diretamente arrecadadas;

III - propor alterações na programação financeira, mediante a análise e avaliação do fluxo de recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional;

IV - atualizar as informações sobre o comportamento das receitas e despesas no que se refere à arrecadação, à liberação de cotas do Tesouro Nacional e sub-repasse às entidades vinculadas do Ministério; e

V - elaborar relatórios gerenciais que orientem a tomada de decisão.

Art. 69. Ao Serviço de Execução da Programação Financeira - SEEPF compete:

I - orientar e acompanhar a elaboração das Propostas de Programação Financeira - PPF dos órgãos da administração direta e indireta, assim como atualizá-las, periodicamente, junto à Secretaria do Tesouro Nacional;

II - providenciar os repasses e sub-repasses, bem como as descentralizações internas e externas relativas à gestão financeira das unidades da administração direta e indireta;

III - acompanhar e controlar o fluxo de caixa, observando os limites estabelecidos pelo decreto de programação financeira;

IV - acompanhar, pelo SIAFI, as contas representativas de gestão financeira, de modo a promover as regularizações necessárias junto à Coordenação de Contabilidade; e

V - dar conformidade diária e documental no SIAFI.

Art. 70. À Coordenação de Contabilidade - CCONT compete:

I - orientar e supervisionar as atividades inerentes à contabilidade analítica das unidades gestoras do Ministério e entidades vinculadas;

II - orientar os ordenadores de despesas e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda;

III - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras do Ministério e entidades vinculadas, determinando a regularização de eventuais inconsistências;

IV - realizar a conformidade contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

V - efetuar registros contábeis nos órgãos e entidades vinculadas;

VI - integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais que ainda não se encontrem em linha com o SIAFI;

VII - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais; e

VIII - impugnar e representar, para apuração de responsabilidade, qualquer ato praticado em desacordo com lei, comunicando o fato à autoridade responsável e ao órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 71. À Divisão de Programação Contábil - DIPRC compete:

I - prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda;

II - verificar a conformidade de suporte documental efetuada pelas unidades gestoras vinculadas;

III - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras vinculadas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - realizar a conformidade dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens e valores públicos, à vista das normas, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade documental das unidades gestoras vinculadas;

V - realizar tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao Erário; e

VI - acompanhar a legislação relativa à Contabilidade Pública e demais assuntos relacionados à área.

Art. 72. À Coordenação-Geral de Informática - CGTIC compete normatizar, planejar, coordenar, orientar, executar e avaliar o desenvolvimento de planos e programas referentes às ações de tecnologia da informação e comunicações, e especificamente:

I - coordenar e desenvolver planos, programas, projetos e atividades de tecnologia da informação e comunicações;

II - propor, coordenar e acompanhar os planos estratégicos de tecnologia da informação e comunicações;

III - orientar o processo de alocação de recursos, aquisição de hardware e software e contratação de prestação de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicações;

IV - administrar a infra-estrutura de tecnologia da informação e comunicações e propor a sua padronização;

V - co-gerenciar tecnicamente contratos e convênios relativos à tecnologia da informação e comunicações;

VI - acompanhar o desenvolvimento de sistemas informatizados contratados de terceiros;

VII - desenvolver e implantar sistemas informatizados;

VIII - propor, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento Finanças e Contabilidade, a elaboração da proposta orçamentária dos recursos de tecnologia da informação e comunicações;

IX - propor, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos em tecnologia da informação e comunicações;

X - coordenar os serviços de atendimento a usuários e de suporte às redes de comunicação de dados e bancos de dados; e

XI - interagir com os demais órgãos governamentais no sentido de promover o intercâmbio de conhecimento e tecnologia.

Art. 73. À Coordenação de Projetos e Soluções - COPSO compete:

I - planejar, controlar e acompanhar os planos, programas e projetos de tecnologia da informação e comunicações;

II - identificar demandas e necessidades de inovações tecnológicas, e propor soluções sistematizadas com base no uso de modernos recursos metodológicos e tecnológicos;

III - coordenar e empreender estudos e levantamentos que busquem promover o desenvolvimento e o aprimoramento dos recursos tecnológicos utilizados;

IV - analisar a viabilidade técnica da automação dos processos e procedimentos administrativos utilizados;

V - sistematizar e promover a documentação e o armazenamento de sistemas próprios ou desenvolvidos por terceiros; e

VI - acompanhar a priorização, desenvolvimento de sistemas, definição de metodologia de desenvolvimento e mapeamento de processos, buscando soluções tecnologicamente fundamentadas para atender as necessidades do Ministério.

Art.74. À Divisão de Desenvolvimento de Sistemas - DIDES compete:

I - analisar, modelar e desenvolver sistemas informatizados;

II - coordenar, orientar e controlar o processo de especificação e construção de modelos lógicos e físicos de armazenamento de informações;

III - orientar o processo de levantamento de requisitos, desenvolvimento e implantação de sistemas contratados de terceiros;

IV - efetuar controle de qualidade de software dos sistemas em desenvolvimento;

V - acompanhar a execução de contratos de serviços de tecnologia da informação;

VI - emitir parecer sobre a aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação relativos; e

VII - prestar suporte a metodologia de métricas para dimensionamento e quantificação no desenvolvimento de sistemas.

Art. 75. À Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DIAAV compete:

I - monitorar e avaliar indicadores de controle de atendimento da Coordenação-Geral;

II - propor normas, medidas e procedimentos que promovam o aperfeiçoamento e a integração das ações da Coordenação-Geral;

III - acompanhar a legislação e diretrizes governamentais com vistas a subsidiar a gestão das aquisições de equipamentos, aplicativos, e contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicações;

IV - elaborar e acompanhar o plano de compras para aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicações, assim como acompanhar os processos licitatórios;

V - acompanhar a execução de contratos e convênios de serviços especializados em tecnologia da informação e comunicações;

VI - elaborar e acompanhar, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, a proposta orçamentária de tecnologia da informação e comunicações do Ministério;

VII - coordenar a execução das atividades de administração de material, patrimônio e serviços gerais;

VIII - orientar a utilização dos equipamentos de telecomunicações e propor normas que regulamentem seu adequado uso; e

IX - acompanhar e gerir os contratos de prestação de serviços relativos a telecomunicações no que se referem a faturas, pagamentos e correspondências internas e externas.

Art. 76. À Divisão de Suporte ao Usuário - DISUS compete:

I - gerenciar e executar os serviços de atendimento aos usuários no que diz respeito à instalação e manutenção de hardware e software, bem como serviços de telefonia fixa e móvel;

II - instalar, remover e adequar os equipamentos dos usuários, assim como os seus pontos de acesso à rede física de comunicação de dados e de telefonia fixa;

III - acompanhar e avaliar a execução das atividades de atendimento aos usuários;

IV - administrar a rede física de comunicação de dados e de telefonia fixa interna;

V - propor e acompanhar, em articulação com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, as adequações das instalações físicas para utilização de equipamentos de tecnologia da informação e comunicações;

VI - acompanhar a movimentação patrimonial dos recursos de tecnologia da informação e comunicações existentes no Ministério, em articulação com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais;

VII - acompanhar a execução de contratos de serviços de tecnologia da informação e comunicações da sua área de atuação;

VIII - emitir parecer sobre aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicações;

IX - controlar e manter em funcionamento a central do PABX e as redes de voz;

X - promover, orientar e controlar a execução das atividades relativas à manutenção técnica do sistema de telefonia; e

XI - controlar e acompanhar o uso e a distribuição de linhas, ramais telefônicos e telefonia móvel.

Art. 77. À Divisão de Suporte à Rede de Comunicação e Banco de Dados - DISUR compete:

I - administrar a rede lógica de comunicação de dados, interna;

II - manter a integração e a conectividade de equipamentos para possibilitar acesso aos serviços disponíveis nas redes de comunicação de dados, interna e externa;

III - administrar as bases de dados existentes e zelar pela sua integridade;

IV - manter a disponibilidade dos serviços de processamento de dados e de rede de comunicação de dados interna;

V - avaliar os sistemas a serem implantados quanto ao seu desempenho, segurança e compatibilidade com a infra-estrutura disponível na Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações;

VI - acompanhar a execução de contratos de serviços de tecnologia da informação e comunicações da sua área de atuação;

VII - propor e acompanhar, em articulação com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais, as adequações das instalações físicas para utilização de equipamentos de tecnologia da informação e comunicações;

VIII - emitir parecer sobre a aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicações;

IX - garantir a segurança das informações trafegadas e armazenadas no ambiente de redes do Ministério;

X - dar suporte ao desenvolvimento de sistemas; e

XI - realizar a prospecção de novas tecnologias a fim de promover o contínuo desenvolvimento tecnológico.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 78. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 79. Ao Subsecretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de suas respectivas unidades e praticar os demais atos necessários à gestão da Subsecretaria, e assistir o Secretário-Executivo no desempenho de suas atribuições.

Art. 80. Aos Chefes de Assessoria, aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefe de Gabinete, Chefes de Divisão e de Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, e assistir o superior imediato no desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo do Ministério.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Previdência Social, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, compete, especialmente:

I - assessorar o Ministro da Previdência Social em assuntos de natureza jurídica;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em sua área de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Ministro;

IV - assistir o Ministro e as demais autoridades do Ministério no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por eles praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgãos e entidades sob sua coordenação jurídica;

V - examinar, prévia e conclusivamente:

a) os textos de edital de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem celebrados e publicados;

b) os atos relativos ao reconhecimento de inexigibilidade ou dispensa de licitação; e

c) os textos dos convênios, acordos, ajustes e instrumentos a serem firmados;

VI - analisar os projetos de atos normativos a serem publicados pelos órgãos que integram a estrutura do Ministério, no que tange à sua constitucionalidade, juridicidade, fundamentos e forma;

VII - orientar, quando for o caso, quanto à forma pela qual devam ser prestadas informações e cumpridas decisões judiciais que as unidades da Procuradoria-Geral da União entendam prontamente exeqüíveis, observados os normativos que regem a matéria;

VIII - prestar subsídios com elementos de fato e de direito necessários à atuação judicial dos membros da Advocacia-Geral da União nas questões relacionadas às competências do Ministério, observados os normativos que regem a matéria;

IX - atuar em conjunto com os representantes judiciais da União, especialmente quanto ao preparo de teses jurídicas em ações judiciais;

X - examinar processos administrativos disciplinares, recursos, pedidos de reconsideração, de revisão e outros processos pertinentes à área disciplinar, relativos ao Ministério;

XI - fornecer subsídios para a atuação da Consultoria-Geral da União em assuntos de sua competência;

XII - promover o intercâmbio de dados e informações com outras unidades da Advocacia-Geral da União e com unidades jurídicas de entidades e instituições da Administração Pública e dos demais Poderes;

XIII - informar a Procuradoria-Geral da União acerca da presença de indícios de atos de improbidade administrativa detectados no exercício de suas funções;

XIV - realizar atividades conciliatórias quando determinado pelo Consultor-Geral da União;

XV - zelar pelo cumprimento e observância das orientações emanadas dos órgãos de direção da Advocacia-Geral da União; e

XVI - exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos órgãos autônomos e das entidades vinculadas ao Ministério.

Parágrafo único. A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Previdência Social é subordinada administrativamente ao Ministro de Estado da Previdência Social, sem prejuízo das atribuições institucionais, subordinação técnica, coordenação, orientação, supervisão e fiscalização da Advocacia-Geral da União.

Art. 2º As controvérsias de interpretação entre as Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, entre elas e os Núcleos de Assessoramento Jurídico ou órgãos equivalentes, ou entre elas e as demais unidades da Advocacia-Geral da União, deverão ser encaminhadas ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos - DECOR, da Consultoria-Geral da União.

Parágrafo único. Outras questões jurídicas controvertidas e relevantes, ainda que circunscritas a uma única Consultoria Jurídica, poderão ser encaminhadas ao DECOR.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA

Art. 3º A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Previdência Social tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete do Consultor Jurídico - GCJ

1.1.Assessoria Técnica

1.2. Divisão de Apoio Administrativo

1.2.1. Serviço de Apoio Administrativo

2. Coordenação-Geral de Direito Previdenciário - CGDP

2.1. Coordenação de Estudos sobre Legislação Previdenciária

2.2. Coordenação de Consultas e Procedimentos Judiciais

3. Coordenação-Geral de Direito Administrativo - CGDA

3.1. Coordenação de Licitações, Contratos e Pessoal

4. Coordenação-Geral de Processo Administrativo Disciplinar - CGPAD

4.1. Coordenação de Procedimentos Disciplinares

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

DO GABINETE DO CONSULTOR JURÍDICO

Art. 4º À Assessoria Técnica do Consultor Jurídico compete:

I - auxiliar direta e imediatamente o Consultor Jurídico, inclusive na coordenação administrativa;

II - coordenar as atividades de recebimento, codificação, análise, seleção, movimentação, expedição e arquivo de documentação;

III - propor a otimização das rotinas, da organização das agendas de compromissos e atualização de banco de dados atinentes aos contatos profissionais;

IV - elaborar, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Consultor Jurídico, o plano de ação da Consultoria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - elaborar relatórios de produtividade e de fluxo de processos sobre as atividades da Consultoria Jurídica;

VI - acompanhar a política de capacitação dos servidores em exercício na Consultoria Jurídica, bem como propiciar os meios de treinamento necessários; e

VII - consolidar e difundir informativos que possam contribuir para a atualização técnica dos servidores.

Art. 5º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - organizar o serviço de protocolo;

II - receber, registrar e acompanhar o trâmite dos processos submetidos à análise da Consultoria Jurídica;

III - fotocopiar, digitalizar, expedir e arquivar documentos;

IV - organizar e preservar o acervo documental da Consultoria Jurídica; e

V - realizar as atividades de controle patrimonial e funcional.

Parágrafo único. A Divisão de Apoio Administrativo, sob orientação e coordenação da Assessoria Técnica, deverá manter controle estatístico do fluxo de processos e de manifestações jurídicas produzidas, inclusive por meio de gráficos, por mês, ano e nome de advogado, espécies de manifestação, valor discutido nos processos e outros dados, a fim de municiar o Consultor Jurídico na decisão sobre a orientação e distribuição dos trabalhos internos, bem como para o envio mensal de relatórios de produção à Consultoria-Geral da União e outros órgãos.

SEÇÃO II

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Art. 6º À Coordenação-Geral de Direito Previdenciário - CGDP compete:

I - assessorar o Consultor Jurídico na orientação dos dirigentes dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas, em questões jurídicas de natureza previdenciária;

II - coordenar, orientar e revisar a emissão de pareceres em matéria previdenciária, a serem submetidos à aprovação do Consultor Jurídico;

III - examinar Projetos de Lei, de Medida Provisória, de Decreto e outros atos normativos que envolvam matéria previdenciária, inclusive no que se refere a convenções, tratados e demais atos normativos internacionais;

IV - coordenar e orientar a preparação de informações a serem prestadas em Juízo ou à Advocacia-Geral da União para defesa da União, em sua área de competência; e

V - elaborar estudos sobre normas previdenciárias, por solicitação do Consultor Jurídico.

Art. 7º À Coordenação de Estudos sobre Legislação Previdenciária compete:

I - elaborar ou examinar projetos de atos normativos relativos à matéria previdenciária, por solicitação do Consultor Jurídico; e

II - desenvolver estudos em matéria de legislação previdenciária com os seguintes objetivos:

a) desburocratizar e aperfeiçoar a legislação, tornando-a mais acessível aos participantes e beneficiários dos sistemas de previdência social;

b) prevenir litígios e facilitar o reconhecimento de direitos, em conformidade com os critérios legais; e

c) subsidiar, do ponto de vista jurídico, a decisão sobre políticas públicas em matéria previdenciária.

Art. 8º À Coordenação de Consultas e Procedimentos Judiciais compete:

I - coordenar a emissão de pareceres em consultas jurídicas de natureza previdenciária para solução de controvérsias entre órgãos do Ministério ou entidades vinculadas;

II - coordenar os trabalhos relativos à elaboração de informações em processos judiciais a serem prestadas em Juízo ou à Advocacia-Geral da União, na área previdenciária; e

III - examinar ordens e sentenças judiciais em sua área de competência, orientando quanto ao seu exato cumprimento.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Art. 9º À Coordenação-Geral de Direito Administrativo - CGDA compete:

I - assessorar o Consultor Jurídico na orientação dos dirigentes dos órgãos do MPS e das entidades a ele vinculadas em questões jurídicas de legislação de pessoal, licitações, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres;

II - coordenar e orientar a preparação de informações a serem prestadas à Advocacia-Geral da União e ao Poder Judiciário para defesa da União, em sua área de competência;

III - coordenar a emissão de pareceres em matéria administrativa, a serem submetidos à aprovação do Consultor Jurídico;

IV - examinar Projetos de Lei, de Medida Provisória, de Decreto e outros atos normativos que envolvam matéria previdenciária, inclusive no que se refere a convenções, tratados e demais atos normativos internacionais;

V - manifestar-se sobre a legalidade das justificativas para os casos de dispensa e para as situações de inexigibilidade de licitação; e

VI - elaborar estudos sobre temas de direito administrativo, por solicitação do Consultor Jurídico.

Art. 10. À Coordenação de Licitações, Contratos e Pessoal compete:

I - coordenar a emissão de pareceres em consultas relativas a questões jurídicas de legislação de pessoal, licitações, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres;

II - coordenar a emissão de pareceres nos casos de dispensa e nas situações de inexigibilidade de licitação;

III - examinar ordens e sentenças judiciais em sua área de competência, orientando quanto ao seu exato cumprimento; e

IV - examinar os projetos de atos normativos relativos à sua área de competência.

SEÇÃO IV

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 11. À Coordenação-Geral de Processo Administrativo Disciplinar - CGPAD compete:

I - assessorar o Consultor Jurídico na orientação dos dirigentes dos órgãos do Ministério e das entidades a ele vinculadas em questões jurídicas de natureza disciplinar;

II - coordenar, orientar e revisar a emissão de pareceres e de informações em matéria disciplinar a serem submetidos à aprovação do Consultor Jurídico;

III - pronunciar-se sobre a legalidade de procedimentos administrativos disciplinares e de sindicância, pedidos de reconsideração e revisão, recursos hierárquicos e outros atos administrativos disciplinares a serem julgados pelo Ministro da Previdência Social;

IV - coordenar e orientar a preparação de informações a serem prestadas à Advocacia-Geral da União e ao Poder Judiciário para defesa da União, em sua área de competência;

V - examinar ordens e sentenças judiciais relativas à matéria disciplinar e orientar quanto ao seu exato cumprimento;

VI - elaborar e examinar portarias e outros atos que tratem de matéria disciplinar, a serem assinados pelo Ministro; e

VII - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Consultor Jurídico.

Art. 12. À Coordenação de Procedimentos Disciplinares compete:

I - coordenar a emissão de pareceres em procedimentos administrativos disciplinares;

II - examinar ordens e sentenças judiciais em sua área de competência, orientando quanto ao seu exato cumprimento; e

III - examinar os projetos de atos normativos relativos à sua área de competência.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 13. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico, direto e imediato, ao Ministro de Estado;

II - zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas, firmadas pela Advocacia-Geral da União;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, desde que aprovado o entendimento pelo Ministro de Estado e quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - promover o atendimento aos pedidos de informações, formulados pelas autoridades da Advocacia-Geral da União;

V - apreciar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria Jurídica;

VI - planejar, dirigir, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Consultoria Jurídica;

VII - distribuir internamente os servidores em exercício na Consultoria Jurídica necessários ao seu regular funcionamento;

VIII - atuar na uniformização das manifestações jurídicas produzidas internamente;

IX - identificar teses jurídicas sobre determinada matéria, elaboradas no âmbito da Consultoria Jurídica, que estão em divergência com as produzidas por outro órgão da Advocacia-Geral da União, adotando as medidas pertinentes à uniformização de entendimento;

X - encaminhar ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos - DECOR, da Consultoria-Geral da União, as controvérsias jurídicas estabelecida entre a Consultoria Jurídica e as demais unidades da Advocacia-Geral da União;

XI - informar ao Consultor-Geral da União a existência de processos relevantes sob análise da Consultoria Jurídica;

XII - prestar informações para a defesa da União em juízo e orientar as autoridades do Ministério a respeito do exato cumprimento de decisões judiciais, quando for o caso;

XIII - propor aos órgãos assessorados as alterações legislativas necessárias ao aprimoramento das políticas públicas em curso;

XIV - formalizar recomendações jurídicas de consultoria a serem dirigidas aos órgãos do Ministério;

XV - autorizar, nos termos da legislação vigente, interrupção de férias de servidores que lhe sejam subordinados;

XVI - indicar membros e servidores em exercício na Consultoria Jurídica para representá-lo em reuniões;

XVII - indicar servidores em exercício na Consultoria Jurídica para participação em programas e cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

XVIII - dirigir-se diretamente aos titulares dos órgãos do Ministério, alertando quanto ao prazo para o cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de procedimentos administrativos ou processos judiciais submetidos à sua apreciação;

XIX - atribuir encargos e atividades às unidades técnicas e aos servidores sob sua supervisão, bem como redistribuir trabalhos, de modo a evitar o acúmulo de serviço ou a perda de prazos;

XX - zelar pela distribuição proporcional e equilibrada de trabalhos entre os servidores sob sua supervisão de forma transparente e com base em critérios objetivos;

XXI - indicar conciliador para atuar em processos encaminhados pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal;

XXII - encaminhar à Consultoria-Geral da União propostas de edição ou atualização de minutas-padrão de editais e contratos; e

XXIII - desenvolver outras atividades jurídicas que lhes sejam atribuídas pelo Consultor-Geral da União ou pelo Ministro de Estado.

Art. 14. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - dirigir as atividades do órgão de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Consultor Jurídico e praticar os atos relativos à coordenação das atividades administrativas, no seu âmbito de competência;

II - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação;

III - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades, especialmente o controle e o cumprimento de prazos para manifestação pela Consultoria Jurídica; e

IV - zelar, conjuntamente com o Consultor Jurídico, pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da Consultoria Jurídica.

Art. 15. Aos Coordenadores incumbe:

I - programar, orientar e controlar a execução das atividades a cargo de suas unidades; e

II - examinar as manifestações elaboradas pela equipe de advogados e submetê-las ao Coordenador-Geral respectivo.

Art. 16. Ao Assessor Técnico incumbe:

I - auxiliar direta e imediatamente o Consultor Jurídico, inclusive na coordenação administrativa;

II - propor a otimização das rotinas administrativas do gabinete e dos demais setores da Consultoria Jurídica;

III - organizar as agendas de compromissos do Consultor Jurídico e das Coordenações;

IV - atualizar os bancos de dados atinentes aos contatos profissionais;

V - coordenar a elaboração de relatórios sobre as atividades da Consultoria Jurídica;

VI - manter cadastro, em condições de pronta consulta, do quadro de advogados públicos em exercício na Consultoria Jurídica, preparando os atos de encaminhamento à Advocacia-Geral da União, referentes a freqüências, licenças, comunicações de férias, alteração de exercício e outros pertinentes;

VII - acompanhar a política de capacitação dos servidores em exercício na Consultoria Jurídica, bem como propiciar os meios de treinamento necessários;

VIII - instituir, sob orientação do Consultor Jurídico, critérios, procedimentos e modelos para:

a) conservação, controle e atualização do acervo documental da Consultoria Jurídica;

b) cadastro, sistematização organização e atualização da coletânea de doutrina, jurisprudência, legislação e atos normativos de autoria ou interesse específico à atuação dos advogados; e

c) digitalização de documentos para arquivo em meio eletrônico;

IX - consolidar e difundir informativos que possam contribuir para a atualização dos servidores; e

X - executar outras atividades que lhe tiverem sido atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 17. Ao Chefe da Divisão de Apoio Administrativo incumbe:

I - dirigir as atividades do órgão de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Consultor Jurídico e praticar os atos relativos à coordenação das atividades administrativas, no seu âmbito de competência;

II - coordenar e controlar o expediente de tramitação interna e externa de processos e documentos;

III - auxiliar os Coordenadores-Gerais na tarefa de controle e cumprimento de prazos para manifestação jurídica;

IV - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação; e

V - planejar, elaborar, orientar e praticar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 18. Ao Chefe de Serviço de Apoio Administrativo incumbe:

I - zelar pela integridade e regularidade formal dos processos e demais expedientes sob análise da Consultoria Jurídica, apontando eventuais falhas verificadas;

II - orientar e executar o cadastro de informações processuais nos sistemas informatizados de uso obrigatório pela Consultoria Jurídica;

III - supervisionar e controlar solicitações de suprimentos e de material para uso por parte da Consultoria Jurídica, a fim de evitar desperdícios; e

IV - planejar, elaborar, orientar e praticar outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe de Divisão de Apoio Administrativo.

Art. 19. O Consultor Jurídico e os demais ocupantes de cargos de chefia terão substitutos, designados na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. Aos substitutos incumbe:

I - substituir os titulares no exercício de suas atribuições, nas hipóteses legais de ausência, afastamento ou impedimento; e

II- realizar outras atividades que forem determinadas pela chefia imediata.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Os expedientes e as consultas serão encaminhados ao Consultor Jurídico pelo Ministro de Estado, Secretário-Executivo, Secretários e Chefe do Gabinete do Ministro ou seus substitutos eventuais.

§ 1º Os expedientes e consultas, inclusive os oriundos dos órgãos e entidades subordinados ou vinculados ao Ministério, deverão ser autuados em processo administrativo, devidamente instruído com os seguintes elementos, além de outros documentos previstos na legislação pertinente:

I - identificação do órgão responsável pela elaboração da consulta;

II - exposição clara do assunto, manifestação conclusiva da área técnica responsável e descrição sucinta do objeto de indagação jurídica;

III - justificativa da necessidade de solução da questão e, quando couber, a indicação do ato normativo que ampare o entendimento do órgão ou entidade;

IV - quando se tratar de pedido de análise de projeto de ato normativo, de acordo internacional de previdência social e atos congêneres, a área técnica responsável deverá justificar a redação de cada um dos dispositivos constantes da proposta, devendo evidenciar sua viabilidade técnica; e

V - quando o pronunciamento for originário de órgão subordinado, a aprovação expressa da autoridade responsável.

§ 2º Os processos que envolvam a gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento do órgão técnico, deverão estar instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, contendo, obrigatoriamente, dentre outros aspectos pertinentes, a indicação funcional-programática dos recursos financeiros por onde correrão as despesas.

§ 3º A Consultoria Jurídica poderá restituir à origem, para completar a instrução, na forma deste artigo, os processos insuficientemente preparados pelo órgão responsável pela elaboração da consulta.

Art. 21. O parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pelo Ministro de Estado, obrigatoriamente vincula o entendimento jurídico no âmbito do Ministério, bem assim dos órgãos subordinados e das entidades vinculadas.

Art. 22. O Consultor Jurídico poderá expedir instruções complementares a este Regimento, estabelecendo normas operacionais para a execução de serviços afetos à Consultoria Jurídica.

Art. 23. Na distribuição dos processos e das consultas serão observados o volume de serviço e sua complexidade, bem como as competências das Coordenações-Gerais, dos membros da Advocacia-Geral da União e dos demais integrantes do respectivo quadro suplementar.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS compete:

I - assistir o Ministro de Estado na formulação, acompanhamento e coordenação das políticas de previdência social e na supervisão dos programas e atividades das entidades vinculadas;

II - assistir o Ministro de Estado na proposição de normas gerais para a organização e manutenção dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - elaborar e promover, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o aperfeiçoamento da legislação e a atualização e a revisão dos planos de custeio e de benefícios da Previdência Social;

IV - orientar, acompanhar, normatizar e supervisionar as ações da previdência social na área de benefícios e, em coordenação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, as ações de arrecadação;

V - exercer as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social;

VI - realizar estudos e subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e parâmetros gerais do sistema de Previdência Social;

VII - acompanhar e avaliar as ações estratégicas de sua área de competência;

VIII - promover ações de desregulamentação voltadas para a racionalização e a simplificação do ordenamento normativo e institucional da Previdência Social;

IX - orientar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações da Previdência Social, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social;

X - orientar, acompanhar e supervisionar os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XI - articular-se com entidades governamentais e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros com atuação no campo econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XII - avaliar as propostas de alteração da legislação previdenciária e seus impactos sobre os regimes de previdência;

XIII - acompanhar a política externa do Governo Federal, no que se refere à Previdência Social;

XIV - promover o desenvolvimento harmônico e integrado dos regimes próprios de previdência e a permanente articulação entre o Ministério e os órgãos ou entidades gestoras desses regimes, fomentando o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais;

XV - coordenar e promover a disseminação das políticas de previdência social no âmbito do Regime Geral, dos regimes próprios de previdência social e de saúde e segurança ocupacional; e

XVI - definir diretrizes relativas à ampliação da cobertura previdenciária mediante programas de educação previdenciária.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Gabinete - GABIN
1.1. Serviço de Apoio Técnico - SEATE
1.2. Coordenação de Apoio Administrativo - COAAD
1.2.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD
1.2.2. Serviço de Apoio Técnico - SEATE
1.3. Coordenação de Diálogo Social - CODIS
1.3.1. Serviço de Apoio do Diálogo Social - SEADS
2. Departamento do Regime Geral de Previdência Social - DRGPS
2.1. Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários - CGEPR
2.1.1. Coordenação de Políticas Previdenciárias - CPREV
2.1.2. Coordenação de Análise de Conjuntura - COANC
2.1.3. Coordenação de Pesquisas Previdenciárias - COPEP
2.2. Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária - CGEDA
2.2.1. Coordenação de Estatística - COEST
2.2.2. Coordenação de Atuária - COATU
2.2.3. Coordenação de Acompanhamento, Análise e Avaliação - COAVA
2.3. Coordenação-Geral de Legislação e Normas - CGLEN
2.3.1. Coordenação de Legislação - COLEG
2.3.2. Coordenação de Regulamentação - COREG
3. Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP
3.1. Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais - CGEEI
3.1.1. Coordenação de Estudos Técnicos - COETE
3.1.2. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD
3.1.3. Serviço de Apoio Técnico - SEATE
3.2. Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI
3.2.1. Coordenação de Auditoria - COAUD
3.2.2. Coordenação de Contabilidade e Atuária - CCOAT
3.2.3. Coordenação de Investimentos - COINV
3.3. Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal - CGNAL
3.3.1. Coordenação de Normatização - CONOR
3.3.2. Coordenação de Acompanhamento Legal de Municípios - COALM
3.3.3. Coordenação de Acompanhamento Legal de Estados - COALE
3.3.4. Coordenação de Repasse e Compensação Previdenciária - CORCP
4. Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO
4.1. Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT
4.1.1. Coordenação de Prevenção de Acidentes do Trabalho - COPAT
4.1.2. Serviço de Apoio Técnico - SEATE
4.2. Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade - CGMBI
4.2.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD.

Art. 3º A Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS será dirigida por Secretário; os Departamentos, por Diretor; as Coordenações-Gerais, por Coordenador-Geral; as Coordenações, por Coordenador; o Gabinete e os Serviços, por Chefe.

§ 1º Para o desempenho de suas funções, os titulares das unidades de que trata o caput contarão com os cargos de Assistente e Assistente Técnico de acordo com a Estrutura Regimental do Ministério.

§ 2º Os ocupantes das funções de que trata o caput serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por servidores e previamente designados, na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 4º Ao Gabinete - GABIN compete:

I - coordenar a pauta de trabalho e assistir o Secretário em seus despachos;

II - promover a execução dos trabalhos do Gabinete;

III - proceder ao exame de processos e demais expedientes submetidos à deliberação do Secretário;

IV - responder às solicitações ou pedidos de informação, oriundos das unidades integrantes da estrutura do Ministério e do público externo;

V - articular os meios e as condições para a execução das ações afetas à Secretaria;

VI - coordenar a elaboração de relatórios e de outras atividades a cargo da Secretaria;

VII - coordenar, orientar e supervisionar as atividades referentes a planejamento, orçamento, recursos humanos, serviços gerais e de modernização e informática, segundo as normas emanadas do órgão setorial dos sistemas;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas ao diálogo social e à organização e disseminação do acervo documental da Secretaria;

IX - coordenar a articulação da Secretaria de Políticas de Previdência Social com entidades governamentais e organismos nacionais, com atuação no campo econômico-previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes; e

X - planejar, coordenar, operacionalizar, supervisionar e avaliar a execução dos programas e projetos financiados por organismos internacionais, em conformidade com as áreas competentes.

Art. 5º À Coordenação de Apoio Administrativo - COAAD compete:

I - solicitar e monitorar a execução das atividades de apoio administrativo, pessoal, material, patrimônio e serviços gerais;

II - auxiliar o Gabinete na elaboração da proposta de orçamento da Secretaria de Políticas de Previdência Social;

III - emitir e controlar requisições de passagens e de concessão de diárias a servidores da unidade;

IV - organizar e manter atualizados os dados cadastrais dos servidores da unidade, fornecendo à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério elementos necessários à gestão de pessoal;

V - colaborar no processo de levantamento de necessidade de capacitação de pessoal;

VI - fornecer dados para aquisição, instalação, conservação e reparo de bens;

VII - solicitar, receber, conferir e atestar o recebimento de materiais permanentes e de expediente e administrar sua guarda, registro, distribuição e consumo;

VIII - receber, expedir, controlar, ordenar e registrar documentos, processos e correspondências internas e externas, no âmbito do Gabinete; e

IX - catalogar e classificar material bibliográfico e outros de interesse do Gabinete.

Art. 6º À Coordenação de Diálogo Social - CODIS compete:

I - exercer o papel de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social;

II - articular, planejar, coordenar e executar as atividades técnico-administrativas e de assessoria de conselhos nacionais, fóruns e demais instrumentos pelo diálogo social no âmbito da Previdência Social;

III - articular-se com os coordenadores de comissões ou grupos de trabalhos criados no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Social;

IV - preparar as pautas e secretariar as reuniões dos conselhos, fóruns e demais instrumentos de dialogo social no âmbito da Previdência Social;

V - atender e prestar informações aos membros dos Conselhos e às partes interessadas;

VI - proceder à análise curricular dos representantes da sociedade civil indicados para compor os Conselhos de Previdência Social;

VII - acompanhar e avaliar as ações estratégicas de sua área de competência;

VIII - levantar e sistematizar informações que permitam subsidiar o Conselho Nacional de Previdência Social nas deliberações de assuntos da sua área de competência;

IX - articular-se com os órgãos e entidades do Ministério, com vistas a identificar disfunções e pontos críticos na consecução de programas, projetos e outras ações de modernização do Sistema de Previdência;

X - elaborar o relatório de gestão quadripartite que permite o acompanhamento da execução físico-financeira e consolidar relatórios de avaliação e de desempenho dos planos, programas, projetos e atividades;

XI - assessorar o Secretário de Políticas de Previdência Social e os Diretores do Regime Próprio de Previdência Social e do Regime de Previdência no Serviço Público e também o Chefe de Gabinete;

XII - executar projetos especiais propostos pela Secretaria de Políticas de Previdência Social;

XIII - coordenar as ações da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV; e

XIV - articular, planejar, organizar e coordenar os projetos especiais promovidos pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, com recursos do orçamento da Secretaria.

Art. 7º Ao Serviço de Apoio do Diálogo Social - SEADS compete:

I - promover o registro e o encaminhamento das correspondências e documentos dirigidos à Secretaria-Executiva dos Conselhos, fóruns e demais instrumentos de diálogo social no âmbito da Previdência Social ou destes emanados;

II - preparar e controlar a publicação, no Diário Oficial da União, das resoluções adotadas pelo Conselho Nacional de Previdência Social;

III - promover as medidas necessárias à realização e ao registro das reuniões dos conselhos, fóruns e demais instrumentos de diálogo social no âmbito da Previdência Social e de suas comissões ou grupos de trabalho;

IV - manter atualizados os registros e arquivos pertinentes ao Conselho Nacional de Previdência Social, conselhos descentralizados de Previdência Social, comissões ou grupos de trabalho, bem como dos demais conselhos, fóruns e demais instrumentos de diálogo social no âmbito da Previdência Social;

V - preparar os atos de nomeação, exoneração, recondução ou substituição dos membros do Conselho Nacional de Previdência Social, para assinatura das autoridades competentes; e

VI - manter arquivo sobre o processo de recondução, nomeação, exoneração substituição dos membros do Conselho Nacional de Previdência Social.

Art. 8º Ao Departamento do Regime Geral de Previdência Social - DRGPS compete:

I - coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social nas áreas de benefícios e custeio;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - coordenar, acompanhar e supervisionar a atualização e a revisão dos planos de custeio e de benefícios do Regime Geral de Previdência Social em articulação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - desenvolver projetos de racionalização e simplificação do ordenamento normativo e institucional da Previdência Social;

IV - elaborar projeções e simulações das receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social;

V - coletar e sistematizar informações previdenciárias, acidentárias, sócio-econômicas e demográficas; e

VI - realizar estudos visando ao aprimoramento do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários - CGEPR compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e diretrizes para o funcionamento do Regime Geral da Previdência Social, em consonância com a política sócio-econômica do Governo Federal;

II - realizar estudos sobre os objetivos e a atuação do Regime Geral da Previdência Social no contexto da seguridade social, considerando a implementação das políticas sócio-econômicas;

III - analisar indicadores sócio-econômicos e previdenciários, coordenar, elaborar e divulgar informações e estudos que possibilitem avaliar o desempenho e as perspectivas de comportamento das receitas e despesas da Previdência Social, bem como os impactos decorrentes de eventuais mudanças na legislação previdenciária; e

IV - coordenar os convênios e contratos firmados com instituições de ensino e pesquisa, visando à realização de estudos de interesse da Previdência Social.

Art. 10. À Coordenação de Políticas Previdenciárias - CPREV compete:

I - desenvolver pesquisas voltadas para a análise comparativa de planos de seguro social;

II - analisar os reflexos das políticas sócio-econômicas, em estudo e adotadas, sobre a Previdência Social, no contexto nacional;

III - definir indicadores sócio-econômicos que possibilitem avaliar o desempenho e as perspectivas de comportamento da Previdência Social e da seguridade social; e

IV - coordenar as publicações de conteúdo previdenciário e temas afins.

Art. 11. À Coordenação de Análise de Conjuntura - COANC compete:

I - coordenar a implantação de sistemas de análise conjuntural de indicadores previdenciários e das variáveis sócio-econômicas com eles relacionadas;

II - analisar indicadores sócio-econômicos e previdenciários, tendo em vista o desempenho e as perspectivas da Previdência Social e da seguridade social; e

III - elaborar boletins para a divulgação de análises e dados sobre o desempenho econômico-financeiro da Previdência Social e da seguridade social.

Art. 12. À Coordenação de Pesquisas Previdenciárias - COPEP compete:

I - realizar estudos sobre os objetivos, a atuação e o desempenho das políticas previdenciárias vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social;

II - elaborar, com base em estudos e pesquisas na área da Previdência Social, recomendações para o aperfeiçoamento das políticas previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social; e

III - avaliar a qualidade técnica de estudos previdenciários resultantes de convênios e contratos com instituições de ensino e pesquisa.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária - CGEDA compete:

I - conceituar, definir e organizar informações necessárias à elaboração de análises estatísticas, para subsidiar a tomada de decisão, quando da elaboração dos planos de custeio e de benefícios, tomando como princípio o equilíbrio econômico-financeiro da Previdência Social;

II - subsidiar a formulação de propostas de alteração nas políticas e diretrizes do Sistema do Regime Geral da Previdência Social, considerando aspectos atuariais, demográficos e estatísticos;

III - subsidiar as demais áreas da Secretaria no que diz respeito à produção de informações estatísticas e atuariais;

IV - elaborar e publicar os anuários estatísticos da Previdência Social e de acidentes do trabalho, consolidando e atualizando as informações trienais sobre a Previdência Social e os acidentes do trabalho; e

V - apurar índices e dados necessários à operação do Sistema do Regime Geral de Previdência Social, mantendo as séries históricas dos mesmos.

Art. 14. À Coordenação de Estatística - COEST compete:

I - definir conceitos relativos às informações estatísticas e realizar estudos estatísticos para o Sistema do Regime Geral da Previdência Social;

II - organizar e manter atualizadas bases de dados estatísticos de natureza previdenciária e sócio-econômica;

III - apurar índices e dados necessários à avaliação do Sistema do Regime Geral da Previdência Social;

IV - elaborar e publicar os anuários estatísticos da Previdência Social e de acidentes do trabalho; e

V - fornecer subsídios para a realização de estudos sócio-econômicos relacionados à Previdência Social.

Art. 15. À Coordenação de Atuária - COATU compete:

I - realizar avaliações atuariais dos planos de benefícios;

II - propor e desenvolver modelos para estimativa das receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social;

III - estabelecer e implementar plano para publicação periódica de informações estratégicas para Previdência Social, tais como: projeções de beneficiários e segurados e projeções de custos do sistema; e

IV - estabelecer articulação com outros órgãos vinculados ao Ministério e entidades externas afetas às suas áreas de competência, visando o aprimoramento das atividades acima especificadas.

Art. 16. À Coordenação de Acompanhamento, Análise e Avaliação - COAVA compete:

I - elaborar, publicar e avaliar as estatísticas básicas mensais relativas à Previdência Social;

II - acompanhar e avaliar os conceitos, métodos e procedimentos estatísticos utilizados nos sistemas de informação do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e propor alterações visando à unificação de padrões; e

III - estabelecer articulação com o INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, visando à integração das ações de produção de dados e estatísticas.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Legislação e Normas - CGLEN compete:

I - propor e elaborar projetos de regulamentação da legislação aplicável à concessão e manutenção de benefícios e arrecadação e fiscalização das contribuições sociais no âmbito do Regime Geral de Previdência Social;

II - propor e elaborar projetos de lei de atualização dos Planos de Benefícios e de Custeio do Regime Geral de Previdência Social;

III - acompanhar o desempenho dos órgãos de execução do Regime Geral de Previdência Social, visando avaliar e orientar o cumprimento da legislação;

IV - realizar estudos objetivando a formulação ou reformulação das diretrizes para o Regime Geral de Previdência Social, visando a sua adequação ao contexto sócio-econômico e seu aperfeiçoamento e racionalização;

V - participar da elaboração de anteprojeto e da manifestação técnica sobre projeto de lei ou medida provisória relativos ao Regime Geral de Previdência Social;

VI - preparar manifestação técnica e acompanhar a tramitação de projetos de lei, decretos e demais atos normativos que envolvam matéria de interesse do Regime Geral de Previdência Social e preparar respostas a expedientes e pleitos relacionados à Previdência Social;

VII - subsidiar a elaboração e a implementação das reformas previdenciárias no âmbito do Regime Geral de Previdência Social; e

VIII - oferecer subsídios para a solução de controvérsias entre órgãos do sistema em relação à aplicação da legislação previdenciária.

Art. 18. À Coordenação de Legislação - COLEG compete:

I - realizar estudos sobre a legislação aplicada ao Regime Geral de Previdência Social e apresentar propostas de aprimoramento da legislação da Previdência Social;

II - detalhar, acompanhar e controlar a legislação do Regime Geral de Previdência Social, objetivando facilitar sua aplicabilidade técnico-operacional;

III - analisar propostas de ajustes legais, tendo em vista a melhoria dos níveis de qualidade e produtividade do Regime Geral de Previdência Social;

IV - analisar tecnicamente controvérsias entre órgãos do sistema em relação à aplicação da legislação previdenciária;

V - promover meios e condições para a efetiva aplicabilidade dos dispositivos legais inerentes ao Regime Geral de Previdência Social;

VI - elaborar pareceres técnicos sobre propostas e projetos de alteração das leis referentes ao Regime Geral de Previdência Social;

VII - elaborar pareceres técnicos em processos encaminhados à apreciação do Ministério, como forma de uniformização de entendimentos;

VIII - manter atualizados os textos consolidados da legislação do Regime Geral de Previdência Social; e

IX - elaborar anteprojetos de lei relacionados ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 19. À Coordenação de Regulamentação - COREG compete:

I - realizar estudos sobre o regulamento da legislação aplicada ao Regime Geral de Previdência Social e apresentar propostas de aprimoramento da regulamentação;

II - detalhar, acompanhar e controlar a legislação do Regime Geral de Previdência Social, objetivando facilitar sua aplicabilidade técnico-operacional;

III - analisar propostas de ajustes na regulamentação da legislação, tendo em vista a melhoria dos níveis de qualidade e produtividade do Regime Geral de Previdência Social;

IV - analisar tecnicamente controvérsias entre órgãos do sistema em relação à aplicação da legislação previdenciária;

V - elaborar pareceres técnicos sobre propostas e projetos de alteração de atos normativos e em questionamentos referentes ao Regime Geral de Previdência Social;

VI - analisar, acompanhar e instruir os processos relacionados com projetos de decretos e demais atos normativos, bem como outros questionamentos referentes ao Regime Geral de Previdência Social;

VII - elaborar pareceres técnicos em processos encaminhados à apreciação do Ministério como forma de uniformização de entendimentos;

VIII - manter atualizados os textos consolidados da regulamentação do Regime Geral de Previdência Social; e

IX - elaborar anteprojetos de decretos e propor demais atos normativos relacionados ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 20. Ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP compete:

I - coordenar, acompanhar, supervisionar e auditar os regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - realizar estudos técnicos necessários ao aprimoramento dos regimes de previdência no serviço público;

III - elaborar e assessorar a confecção de projeções e simulações das receitas e despesas dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - prestar assistência técnica com vistas ao aprimoramento das bases de dados previdenciárias, à realização de diagnósticos e à elaboração de propostas de reformas dos sistemas previdenciários no serviço público;

V - emitir pareceres para acompanhamento dos resultados apresentados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na organização dos seus regimes de previdência;

VI - administrar o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, bem como o Processo Administrativo Previdenciário - PAP;

VII - normatizar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o Sistema Integrado de Dados e Remunerações, Proventos e Pensões dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VIII - fomentar a articulação institucional entre as esferas de governo em matéria de sua competência;

IX - coletar e sistematizar informações dos regimes de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

X - fiscalizar as entidades e fundos dos regimes próprios de previdência social e suas operações, com vistas ao cumprimento da legislação, assim como lavrar os respectivos autos de infração.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais - CGEEI compete:

I - estruturar, disponibilizar e manter o Sistema Integrado de Dados e Remunerações, Proventos e Pensões dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - supervisionar as atividades de manutenção dos sistemas de informação responsáveis pela emissão do CRP;

III - planejar, formular e coordenar estudos técnicos e diagnósticos sobre o desempenho dos Regimes de Previdência no Serviço Público e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e a sua divulgação;

IV - estruturar e manter as informações constantes da página eletrônica do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, vinculada ao sítio do Ministério;

V - prestar suporte técnico aos entes federados em relação aos aplicativos informatizados disponibilizados pelo DRPSP;

VI - propor e implementar melhorias corretivas e evolutivas nos sistemas de informações de responsabilidade do DRPSP; e

VII - propor a celebração de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de informações sobre os Regimes de Previdência no Serviço Público.

Art. 22. À Coordenação de Estudos Técnicos - COETE compete:

I - definir e homologar produtos para sistematização relativos aos Regimes de Previdência no Serviço Público;

II - homologar e manter a documentação dos sistemas relativos aos Regimes de Previdência no Serviço Público;

III - manter o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV para fins de emissão do CRP e o Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV;

IV - criar e manter uma base de dados central com informações relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para subsidiar o DRPSP nas suas atribuições;

V - prestar suporte técnico aos entes federados em relação aos aplicativos informatizados disponibilizados;

VI - promover a integração e disponibilização de dados corporativos de interesse estratégico-institucional para formulação de políticas dos Regimes Próprios de Previdência;

VII - propiciar aos Estados, Distrito Federal e Municípios acesso aos sistemas relativos aos Regimes de Previdência no Serviço Público;

VIII - apoiar, de modo estratégico, o controle da regularidade dos pagamentos de benefícios previdenciários em execução, mediante cruzamento de informações;

IX - gerenciar e captar informações, internas e externas, estratégicas para apoio institucional do gerenciamento e administração de serviços previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social;

X - promover a integração de dados no ambiente da Secretaria de Políticas de Previdência Social visando à construção de bases de informações consolidadas para tomada de decisões e efetivação de cálculos, simulações e auditorias, visando ao equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social; e

XI - divulgar as informações de domínio público.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI compete:

I - orientar, acompanhar e controlar o planejamento, a execução e o controle das ações de auditoria fiscal direta nos regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quanto ao cumprimento da legislação de caráter normativo geral;

II - instaurar, analisar, decidir, acompanhar, instruir e controlar o Processo Administrativo Previdenciário;

III - coordenar e supervisionar as ações do Contencioso Administrativo Previdenciário, zelando pela uniformidade das decisões;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - acompanhar e orientar as políticas de investimentos dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social;

V - acompanhar e orientar os Regimes Próprios de Previdência Social, quanto aos parâmetros atuariais;

VI - acompanhar, supervisionar e controlar a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social;

VII - propor a formulação de normas gerais e de controle dos regimes próprios nas áreas de auditoria, atuária, contabilidade e investimentos;

VIII - monitorar e acompanhar o desenvolvimento, a manutenção e o aperfeiçoamento de aplicativos de suporte às atividades afetas às suas áreas de atuação;

IX - subsidiar o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das áreas de sua atuação;

X - emitir parecer técnico segundo as suas áreas de atuação;

XI - orientar os Regimes de Previdência no Serviço Público acerca dos procedimentos contábeis; e

XII - desenvolver, sistematizar e supervisionar planos de contas dos Regimes de Previdência no Serviço Público.

Art. 24. À Coordenação de Auditoria - COAUD compete:

I - planejar, acompanhar, orientar e controlar a execução das ações de auditoria fiscal direta junto aos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - elaborar propostas de manuais de procedimentos relativos às ações de auditoria fiscal direta; e

III - propor o desenvolvimento e adequação dos sistemas de controle das ações de auditoria fiscal direta.

Art. 25. À Coordenação de Contabilidade e Atuária - CCOAT compete:

I - orientar, acompanhar e supervisionar os Regimes Próprios de Previdência Social acerca dos procedimentos atuariais, inclusive quanto às implementações dos planos de custeio e benefícios apresentados;

II - avaliar e emitir parecer técnico sobre os cálculos atuariais apresentados pelos Regimes Próprios de Previdência Social; e

III - propor o desenvolvimento e adequação de aplicativos de controle e de simulação atuarial sobre Regimes Próprios de Previdência Social.

Art. 26. À Coordenação de Investimentos - COINV compete:

I - orientar, acompanhar e supervisionar os Regimes Próprios de Previdência Social nas operações de investimentos dos seus recursos previdenciários, consoante diretrizes emanadas do Conselho Monetário Nacional;

II - propor a formulação de normas referentes às aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social;

III - analisar processos, relatórios, demonstrativos e demais informações quantitativas e qualitativas prestadas pelos Regimes Próprios de Previdência Social, no que diz respeito aos seus investimentos;

IV - emitir parecer técnico sobre matérias relativas aos investimentos dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social; e

V - propor o desenvolvimento e adequação de aplicativos de controle dos investimentos dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Art. 27. À Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal - CGNAL compete:

I - desenvolver ações relativas à previdência no serviço público no que se refere à interpretação, aplicação e alteração da legislação;

II - promover meios para a implementação dos dispositivos legais inerentes à previdência no serviço público;

III - alimentar o Sistema CADPREV quanto aos critérios relacionados à legislação dos entes federativos e o repasse de valores de contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social;

IV - emprestar apoio a outras áreas da Previdência Social nos questionamentos internos e externos relativos aos regimes próprios; e

V - elaborar acordo de cooperação técnica para a formalização da compensação financeira entre regimes de previdência social, no que compete à Secretaria de Políticas de Previdência Social.

Art. 28. À Coordenação de Normatização - CONOR compete:

I - elaborar e apreciar propostas de regulamentação das normas constitucionais e infraconstitucionais da Previdência Social no serviço público;

II - elaborar pareceres técnicos em processos de consultas formuladas pelos regimes previdenciários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios quanto às matérias de competência da Coordenação-Geral e preparar nota técnica visando à uniformização da interpretação da legislação previdenciária relacionada aos regimes de previdência do serviço público;

III - pronunciar-se em propostas e projetos de atos normativos referentes à previdência social no serviço público em tramitação nos diversos entes;

IV - acompanhar os projetos de normas em discussão no âmbito do Poder Executivo e no Congresso Nacional e a jurisprudência dos tribunais superiores nas matérias relativas à previdência no serviço público;

V - elaborar normas internas e manuais de orientação à análise da legislação e acompanhamento dos regimes próprios;

VI - promover a divulgação da legislação sobre previdência no serviço público na página da Previdência Social na internet;

VII - viabilizar a cooperação técnica com órgãos afins por meio de convênios, eventos e troca de informações;

VIII - orientar e propor a capacitação dos analistas internos; e

IX - preparar informações em processos judiciais acerca do Certificado de Regularidade Previdenciária para assegurar a defesa da União.

Art. 29. À Coordenação de Acompanhamento Legal de Municípios - COALM compete:

I - acompanhar, orientar e supervisionar os municípios quanto ao cumprimento da legislação e normas de previdência social, com vistas à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária;

II - efetuar análise prévia da documentação e legislação recebida para verificação da regularidade dos requisitos de análise efetuando a distribuição interna ou retorno aos entes federativos;

III - analisar a legislação previdenciária dos municípios quanto à aderência às normas gerais de instituição, organização e funcionamento dos regimes de previdência no serviço público, efetuando registro no Sistema CADPREV;

IV - promover a capacitação e orientação aos analistas internos;

V - elaborar relatórios gerenciais sobre a regularidade da legislação dos entes federativos quanto ao regime de previdência;

VI - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação do sistema de cadastro dos entes federativos quanto ao regime previdenciário;

VII - responder consultas e questionamentos dos municípios acerca do resultado da análise da legislação recebida;

VIII - elaborar e encaminhar as notificações de irregularidades da legislação dos municípios; e

IX - analisar a legislação e informações prestadas pelos entes federativos para a definição do regime previdenciário.

Art. 30. À Coordenação de Acompanhamento Legal de Estados - COALE compete:

I - acompanhar, orientar e supervisionar os Estados quanto ao cumprimento da legislação e normas de previdência social, com vistas à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária;

II - analisar a legislação previdenciária dos Estados quanto à aderência às normas gerais de instituição, organização e funcionamento dos regimes de previdência no serviço público;

III - propor a capacitação e promover a orientação aos analistas internos;

IV - elaborar relatórios gerenciais sobre a regularidade da legislação dos entes federativos quanto ao regime de previdência;

V - fornecer suporte ao desenvolvimento e adequação do sistema de cadastro dos entes federativos quanto ao regime previdenciário;

VI - responder consultas e questionamentos dos Estados acerca do resultado da análise da legislação e efetuar a distribuição e controle das respostas das consultas e processos recebidos;

VII - elaborar e encaminhar as notificações de irregularidades da legislação dos Estados; e

VIII - acompanhar o cumprimento das notificações de regularidade previdenciária encaminhadas a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 31. À Coordenação de Repasse e Compensação Previdenciária - CORCP compete:

I - promover o controle do caráter contributivo dos regimes próprios de previdência quanto ao repasse das contribuições previdenciárias dos entes federados às respectivas unidades gestoras, efetuando o registro correspondente no Sistema CADPREV;

II - adotar os procedimentos necessários à celebração de acordo de cooperação técnica entre o Ministério e os entes públicos para efetivação da compensação previdenciária;

III - elaborar relatórios gerenciais para acompanhamento do repasse e da compensação previdenciária por meio dos dados disponíveis nos sistemas;

IV - definir a vigência e abrangência de cada regime próprio para registro no Sistema CADPREV e no Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV;

V - orientar os entes quanto às matérias de sua competência; e

VI - fornecer suporte ao desenvolvimento dos sistemas de controle de repasse e compensação previdenciária.

Art. 32. Ao Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional - DPSSO compete:

I - subsidiar a formulação e a proposição de diretrizes e normas relativas à interseção entre as ações de segurança e saúde no trabalho e as ações de fiscalização e reconhecimento dos benefícios previdenciários decorrentes dos riscos ambientais do trabalho;

II - coordenar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações do Regime Geral de Previdência Social, bem como a política direcionada aos regimes próprios de previdência social, nas áreas que guardem inter-relação com a segurança e saúde dos trabalhadores;

III - coordenar, acompanhar e supervisionar a atualização e a revisão dos planos de custeio e de benefícios, em conjunto com o Departamento do Regime Geral de Previdência Social, relativamente a temas de sua área de competência;

IV - desenvolver projetos de racionalização e simplificação do ordenamento normativo e institucional do Regime Geral de Previdência Social, nas áreas de sua competência;

V - realizar estudos, pesquisas e propor ações formativas visando ao aprimoramento da legislação e das ações do Regime Geral de Previdência Social e dos regimes próprios de previdência social, no âmbito de sua competência;

VI - propor, no âmbito da Previdência Social e em articulação com os demais órgãos envolvidos, políticas voltadas para a saúde e segurança dos trabalhadores, com ênfase na proteção e prevenção; e

VII - assessorar a Secretaria de Políticas de Previdência Social nos assuntos relativos à área de sua competência.

Art. 33. À Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional - CGSAT compete:

I - acompanhar e avaliar a implementação do Fator Acidentário Previdenciário;

II - acompanhar e avaliar a implementação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário em conjunto com a Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade;

III - realizar estudos que visem à formulação ou reformulação das diretrizes para o Regime Geral de Previdência Social, visando à melhoria dos ambientes do trabalho e a redução dos agravos à saúde do trabalhador;

IV - elaborar proposta de aprimoramento da legislação da previdência social relativamente aos impactos no Regime Geral de Previdência Social decorrentes do gerenciamento dos riscos ambientais do trabalho;

V - propor e elaborar projetos de regulamentação da legislação aplicável à arrecadação e fiscalização das contribuições sociais decorrentes dos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho;

VI - elaborar e propor programas, projetos, metas e estratégias para o desenvolvimento de ações na área de segurança e saúde no trabalho, integradas com demais órgãos do Governo;

VII - detalhar, acompanhar e controlar o cumprimento da legislação do Regime Geral de Previdência Social pertinentes aos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho, objetivando facilitar sua aplicabilidade técnico-operacional;

VIII - acompanhar e participar da atualização da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho;

IX - acompanhar a organização e a atualização dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e de outros cadastros que subsidiam as decisões no âmbito da Previdência Social, relativamente a riscos ocupacionais;

X - acompanhar a implementação e manutenção de bases de dados sobre segurança e saúde do trabalhador;

XI - acompanhar a utilização dos sistemas de informações gerenciais, visando ao acompanhamento e controle epidemiológico das doenças ocupacionais;

XII - emitir pareceres técnicos acerca de proposições legislativas que versem sobre matérias da área de segurança e saúde no trabalho; e

XIII - preparar respostas a expedientes e pleitos originários dos órgãos vinculados ao Ministério, de segurados e contribuintes relacionados ao Regime Geral de Previdência Social, relativamente a riscos ocupacionais.

Art. 34. À Coordenação de Prevenção de Acidentes do Trabalho - COPAT compete:

I - estudar e avaliar a legislação aplicável à arrecadação e fiscalização das contribuições sociais decorrentes dos riscos ambientais presentes no ambiente de trabalho e elaborar propostas de aprimoramento da legislação pertinente;

II - elaborar e sugerir programas, projetos e estratégias visando à otimização da fiscalização das ações do Regime Geral de Previdência Social, relacionadas à área de segurança e saúde no trabalho;

III - estabelecer articulação com órgãos de educação e entidades privadas visando à inclusão de conhecimentos básicos em matéria de segurança e saúde no trabalho no currículo do ensino fundamental, médio e superior, em especial nos cursos de formação profissional;

IV - participar da atualização da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho;

V - acompanhar a implementação e manutenção de bases de dados sobre segurança e saúde do trabalhador;

VI - preparar pareceres técnicos acerca de proposições legislativas que versem sobre matérias da área de segurança e saúde no trabalho; e

VII - preparar respostas a expedientes e pleitos originários dos órgãos vinculados ao Ministério, de segurados e contribuintes relacionados ao Regime Geral de Previdência Social, relativamente a riscos ocupacionais.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade - CGMBI compete:

I - participar da formulação da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador;

II - propor diretrizes gerais para o desenvolvimento de planos, programas e metas das atividades da perícia médica e reabilitação profissional no âmbito do Regime Geral de Previdência Social;

III - sugerir mecanismos de articulação e integração institucional, em relação aos diversos órgãos do Governo com atuação na área de segurança e saúde no trabalho, visando à integração das ações e produção de informações;

IV - participar de estudos e pesquisas em matéria de segurança e saúde no trabalho, visando constituir uma rede de colaboradores para o desenvolvimento técnico-científico na área;

V - propor estudos e buscar subsídios junto aos segmentos interessados, visando à elaboração e à instituição de programas e mecanismos de prevenção e proteção em segurança e saúde no trabalho;

VI - acompanhar e avaliar a implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário e suas repercussões sobre os benefícios por incapacidade;

VII - supervisionar e avaliar as atividades de concessão de benefícios vinculados ao gerenciamento de riscos ocupacionais e suas inter-relações com aplicação do Fator Acidentário de Prevenção e o Nexo Técnico Epidemiológico;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - desenvolver análises e pesquisas sobre séries históricas e a tendência de comportamento de benefícios por incapacidade;

IX - planejar a especialização de ações para a melhoria da qualidade, correção e aprimoramento das ações do INSS no âmbito dos benefícios por incapacidade;

X - propor e acompanhar a revisão periódica dos manuais de procedimentos técnico-operacionais da perícia médica do INSS;

XI - elaborar, desenvolver e acompanhar projetos relativos aos benefícios por incapacidade;

XII - acompanhar e avaliar a aplicação da lei no que concerne às ações regressivas; e

XIII - preparar respostas a expedientes e pleitos originários dos órgãos vinculados ao Ministério, de segurados e contribuintes relacionados a benefícios por incapacidade.

Art. 36. Aos Serviços de Apoio Administrativo - SEAAD da Secretaria de Políticas de Previdência Social compete executar e controlar as atividades relacionadas à administração de pessoal, gestão de documentos, comunicação administrativa, publicação, administração de material, informática, patrimônio e serviços gerais, em conformidade com as unidades competentes.

Art. 37. Aos Serviços de Apoio Técnico - SEATE da Secretaria de Políticas de Previdência Social compete:

I - instruir e preparar estudos e despachos de natureza técnica, para deliberação da chefia imediata; e

II - prestar apoio e assistência técnica às áreas específicas.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 38. Ao Secretário de Políticas de Previdência Social incumbe:

I - orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da Secretaria;

II - apoiar o Ministro de Estado na supervisão ministerial às entidades vinculadas e nos demais assuntos relativos à Secretaria;

III - assistir o Ministro de Estado na formulação das Políticas de Previdência Social;

IV - gerir os recursos orçamentários e financeiros a cargo da Secretaria; e

V - assistir o Secretário-Executivo no desempenho de suas atribuições.

Art. 39. Aos Diretores, Chefe de Gabinete, Gerente de Projeto, Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Divisão e de Serviço, incumbe planejar, dirigir, coordenar, e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas e assistir o superior imediato no desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Políticas de Previdência Social.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, órgão específico singular do Ministério da Previdência Social, compete:

I - assistir o Ministro de Estado na formulação e no acompanhamento das políticas e diretrizes do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar;

II - assistir o Ministro de Estado na supervisão das atividades da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, inclusive quanto ao acompanhamento das metas de gestão e desempenho da autarquia;

III - subsidiar o Ministro de Estado na celebração de acordo de metas de gestão e desempenho com a Diretoria Colegiada da PREVIC;

IV - propor ao Conselho Nacional de Previdência Complementar a edição de normas relativas ao regime de previdência complementar;

V - avaliar as propostas de alteração da legislação e seus possíveis impactos sobre o regime de previdência complementar e sobre as atividades das entidades fechadas de previdência complementar;

VI - promover o desenvolvimento harmônico do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas, fomentando o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais;

VII - exercer as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Complementar e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar; e

VIII - coordenar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o processo de negociação e estabelecimento de metas de gestão e desempenho para a PREVIC.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Gabinete - GABIN

1.1. Serviço de Suporte Administrativo e de Relações Institucionais - SSARI

2. Departamento de Políticas e Diretrizes de Previdência Complementar - DEPOD

2.1. Coordenação de Estudos Técnicos e Informações - COETI

2.1.2. Serviço de Estatística e Informações - SEINF

2.2. Coordenação de Acompanhamento Regulatório e Governança - COARG

2.2.1. Serviço de Secretaria-Executiva de Órgãos Colegiados - SSEOC.

Art. 3º A Secretaria de Políticas de Previdência Complementar será dirigida por Secretário; o Gabinete por Chefe; o Departamento de Políticas e Diretrizes de Previdência Complementar por Diretor e os Serviços por Chefe:

§ 1º Para o desempenho de suas funções, os titulares das unidades de que trata o caput contarão com os cargos de Assessor, Assistente e Assistente Técnico de acordo com a Estrutura Regimental do Ministério.

§ 2º Os ocupantes das funções de que trata o caput serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos, por servidores previamente designados, na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 4º Ao Gabinete do Secretário de Políticas de Previdência Complementar - GABIN compete:

I - auxiliar e assistir o Secretário de Políticas de Previdência Complementar no desempenho de suas tarefas rotineiras e em outras que lhe forem cometidas;

II - expedir documentos oficiais da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar de responsabilidade do Secretário ou do próprio Gabinete;

III - articular os meios e as condições para a execução das ações afetas à Secretaria;

IV - coordenar a agenda e a pauta de trabalho do Secretário;

V - coordenar a elaboração de relatórios a cargo da Secretaria, controlando os prazos e observando os ritos formais de encaminhamento dos documentos; e

VI - responder às solicitações ou pedidos de informação oriundos das unidades integrantes da estrutura do Ministério e de outros órgãos públicos, após parecer das áreas técnicas, quando for o caso.

Art. 5º Ao Serviço de Suporte Administrativo e de Relações Institucionais - SSARI compete:

I - supervisionar as atividades administrativas da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar;

II - monitorar a execução das atividades de apoio técnico e controlar a execução de serviços concernentes à programação orçamentária, administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais;

III - encaminhar para publicação no Diário Oficial da União, quando for o caso, os atos produzidos no âmbito da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar;

IV - prestar informações acerca do andamento de processos e tramitação de documentos;

V - coordenar atividades de formalização de processos, bem como as de expedição de ofícios, memorandos e outros documentos;

VI - controlar e executar atividades de gestão documental;

VII - elaborar plano de trabalho e executar as atividades relacionadas ao desenvolvimento organizacional e à gestão de recursos humanos e materiais, no âmbito de competência da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar;

VIII - conduzir projetos e demandas para melhoria e integração do ambiente informacional da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar;

IX - prestar apoio ao Secretário de Políticas de Previdência Complementar na articulação com entidades governamentais e organismos nacionais e estrangeiros para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

X - acompanhar as ações decorrentes da celebração de convênios com outros órgãos públicos e entidades privadas; e

XI - acompanhar, em conjunto com a Assessoria de Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro de Estado da Previdência Social, o trâmite, no Congresso Nacional, de questões que envolvem a previdência complementar.

Art. 6º Ao Departamento de Políticas e Diretrizes de Previdência Complementar - DEPOD compete:

I - realizar estudos técnicos e preparar os subsídios necessários ao estabelecimento das políticas e diretrizes para o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar;

II - elaborar projetos de racionalização e simplificação do ordenamento normativo da previdência complementar fechada;

III - organizar e sistematizar dados e informações gerais sobre o regime de previdência complementar e as atividades e operações das entidades fechadas de previdência complementar;

IV - realizar estudos e subsidiar a atividade de regulação e normatização da previdência complementar fechada;

V - assistir o Secretário de Políticas de Previdência Complementar na análise das propostas de alteração da legislação e seus possíveis impactos sobre o regime de previdência complementar e sobre as atividades das entidades fechadas de previdência complementar;

VI - realizar estudos técnicos e preparar os documentos necessários à celebração do acordo de metas de gestão e desempenho entre o Ministério e a Diretoria Colegiada da PREVIC;

VII - coordenar a elaboração dos atos necessários à supervisão e ao acompanhamento da atuação institucional da PREVIC; e

VIII - prestar apoio administrativo ao Conselho Nacional de Previdência Complementar e à Câmara de Recursos da Previdência Complementar.

Art. 7º À Coordenação de Estudos Técnicos e Informações - COETI compete:

I - coordenar a realização de estudos técnicos com vistas ao desenvolvimento do regime de previdência complementar;

II - emitir pronunciamento sobre as propostas técnicas de regulação e seus impactos sobre o regime de previdência complementar;

III - promover a obtenção e tratamento de dados e informações relativas ao regime de previdência complementar, com vistas à realização de estudos técnicos e a divulgação de informações gerais sobre o regime;

IV - acompanhar a evolução técnica do regime de previdência complementar em âmbito internacional; e

V - propor a celebração de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de informações sobre o regime de previdência complementar.

Art. 8º Ao Serviço de Estatística e Informações - SEINF compete:

I - manter atualizada as informações constantes na página eletrônica da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar;

II - desenvolver as atividades de captação, armazenamento, tratamento e divulgação de dados e informações relativas ao regime de previdência complementar;

III - organizar e sistematizar dados e informações com vistas à promoção de estudos técnicos relativos ao regime de previdência complementar; e

IV - desenvolver atividades com vistas à publicação de estudos técnicos e coletânea de normas.

Art. 9º À Coordenação de Acompanhamento Regulatório e Governança - COARG compete:

I - coordenar a realização de estudos para regulação, a racionalização e simplificação do ordenamento normativo do regime de previdência complementar;

II - promover estudos técnicos necessários à supervisão e ao acompanhamento da atuação institucional da PREVIC com base no acordo de metas de gestão celebrado entre o Ministério e a autarquia;

III - emitir pronunciamento sobre propostas de alteração da legislação e seus impactos sobre o regime de previdência complementar;

IV - manter atualizada a legislação sobre o regime de previdência complementar; e

V - acompanhar a evolução dos assuntos referentes à regulação do regime de previdência complementar em âmbito internacional.

Art. 10. Ao Serviço de Secretaria-Executiva de Órgãos Colegiados - SSEOC compete:

I - supervisionar as atividades de caráter técnico e administrativo necessárias ao exercício das competências tanto do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC quanto da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC;

II - secretariar as reuniões do CNPC e da CRPC e promover as medidas destinadas ao cumprimento de suas decisões;

III - fazer publicar, no Diário Oficial da União, a pauta de julgamentos dos recursos a serem objeto de apreciação nas sessões da CRPC, com antecedência de dez dias úteis de sua realização;

IV - fazer publicar, no Diário Oficial da União, as decisões da CRPC, com menção ao resultado do julgamento e aos votos, o texto integral das resoluções e das recomendações adotadas pelo CNPC e os demais atos dos mencionados colegiados, na forma da legislação; e

V - elaborar relatório anual das atividades do CNPC e da CRPC.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 11. Ao Secretário de Políticas de Previdência Complementar incumbe:

I - orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da Secretaria;

II - representar a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, nos termos da lei;

III - definir diretrizes para o planejamento das ações orçamentárias vinculadas à Unidade Gestora da Secretaria de Previdência Complementar;

IV - orientar, coordenar e avaliar a execução das atividades desenvolvidas na Secretaria;

V - instaurar inquérito administrativo e julgar seu relatório conclusivo, bem como julgar auto de infração;

VI - assistir o Ministro de Estado nos assuntos relativos às atividades da Secretaria;

VII - propor ao Ministro de Estado as metas anuais da Secretaria;

VIII - coordenar e orientar a elaboração e consolidação do relatório anual de atividades; e

IX - assistir o Secretário-Executivo no desempenho de suas atribuições.

Art. 12. Ao Diretor, ao Chefe de Gabinete, aos Coordenadores, aos Chefes de Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar e avaliar a execução das atividades a cargo das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, bem como assistir o superior imediato no desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Políticas de Previdência Complementar.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301860/79, sob o comando nº 338604561 e juntadas nº 339298108, 341691603, 342687702 e 344321018, resolve:

Nº 44 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos 2º, 3º, 7º, 15, 23, 39, 41, 48, 62, 67 e 78 do Regulamento do Plano A/B - CNPB nº 1974.0004-19, administrado pela Fundação de Seguridade Social Braslight.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPS nº 301852/79, sob o comando nº 342473717 e juntada nº 344342827, resolve:

Nº 45 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos 11; 12; 18; 20; 21; 24; 35; 40; 41; 44; 46; 47; 49 a 51; 56; 63 a 65; 77, 78; 84 e 90, do Regulamento do Plano de Previdência Cachoeira Dourada - CNPB nº 2000.0059-18, administrado pela PETROS - Fundação Petrobras de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 302551/79, às fls sob o comando nº 341119237 e juntada nº 344240090, resolve:

Nº 46 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os artigos 28 e 31, inclusões do artigo 60 e definições dos Institutos no Glossário, do Regulamento do Plano de Benefícios Definido Cifrão - CNPB nº 1979.0039-47, administrado pela CIFRÃO - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MTPS nº 24000.006308/92, sob o comando nº 342575447 e juntada nº 344371293, resolve:

Nº 47 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para os itens 6.1.2; 6.4.2; 6.5; 6.8 e 8.2.8, inclusão dos itens 2.25; 8.2.1 a 8.2.1.3; 8.2.8.1 e 8.2.8.2 e à exclusão dos itens 6.1.3; 6.2.3; 6.4.3 e 6.4.2.1, dentre outros, do Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - CNPB nº 1992.0007-19, administrado pela Seguridade - Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 003017/6919-79, sob o comando nº 342753186 e juntada nº 344363405, resolve:

Nº 48 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o caput do art. 1º e § 17 do art. 19, do Regulamento do Plano de Benefícios Fugro - CNPB nº 2008.0028-29, administrado pela PREVHAB Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.005536/86, sob o comando nº 341684309 e juntada nº 344424244, resolve:

Nº 49 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas aos itens 2.25; 6.9; 6.10; 6.14; 6.14.1 a 6.14.5; 6.15; alínea II do item 7.1.2, inclusão dos itens 15.55 a 15.61 e seus subitens, dentre outros, do Plano de Benefícios Syngenta - CNPB nº 2006.0009-11, administrado pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 301830/79, sob o comando nº 343592839 e juntada nº 344442741, resolve:

Nº 50 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao parágrafo único do art. 7º, aos §§ 1º; 2º e 3º do art. 53 e inclusão dos §§ 5º e 6º no mesmo artigo, do Plano de Benefício Definido - PBD - CNPB nº 1988.0011-29, administrado pela TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 51, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 e o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alíneas "a" e "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 30000.001505/88-40, comando nº 344479808 e juntada nº 344785487, resolve:

Art. 1º Autorizar a aplicação do Regulamento do Plano Acricel de Aposentadoria - ACRICELPREV, administrado pelo HSBC - Instituidor Fundo Múltiplo.

Art. 2º Inscrever no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios o Plano Acricel de Aposentadoria - ACRICELPREV, sob o nº 2011.004-83.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o HSBC - Instituidor Fundo Múltiplo e a Associação Cultural, Recreativa e Social da Indústria de Madeira, Celulose, Química e Serviços Portuários no Estado do Espírito Santo - ACRICEL, na condição de instituidora do Plano Acricel de Aposentadoria.

Art. 4º. Fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para início de funcionamento do Plano Acricel de Aposentadoria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DESPACHOS DO CHEFE

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.006079/2010-52

Ao ex-sócio da Operadora AMIC Nordeste Assistência Médica e Odontológica, Antônio Wanberg Pedreira da Rocha, inscrito sob o CPF sob nº 040.467.318-34, com último endereço conhecido na ANS no Cond. Colina Azul, BL 242 D, Apt 301 - Pau Lima, Salvador- Ba , da lavratura do Auto de Infração nº 35690, na data de 15/10/2010, pela constatação da conduta: prevista no Parágrafo n.º 6º do artigo 24 A c/c com o Art. 24 D e Art. 26 da Lei 9.656/98, por administrar a Operadora AMIC Nordeste, atualmente em liquidação extrajudicial, sem observar os preceitos legais e instruções expedidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 10 da RDC/ANS/00 ao Autuado é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS Bahia, situado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.006086/2010-54

À ex-sócia da Operadora AMIC Nordeste Assistência Médica e Odontológica, Luana Mayara Barreto da Costa, inscrita sob o CPF sob nº 80.3.775.135-04, sem endereço conhecido pela ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 35692, na data de 18/10/2010, pela constatação da conduta: prevista no Parágrafo n.º 6º do artigo 24 A c/c com o Art. 24 D e Art. 26 da Lei 9.656/98 , ao administrar a Operadora AMIC Nordeste, atualmente em liquidação extrajudicial, sem observar os preceitos legais e instruções expedidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 10 da RDC/ANS/00 ao Autuado é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS Bahia, situado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.006085/2010-18

Ao ex-sócio da Operadora AMIC Nordeste Assistência Médica e Odontológica, Carlos Jesus da Silva, inscrito sob o CPF sob nº 073.737.696-16, sem endereço conhecido pela ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 35693, na data de 19/10/2010, pela constatação da conduta: prevista no Parágrafo n.º 6º do artigo 24 A c/c com o Art. 24 D e Art. 26 da Lei 9.656/98, ao administrar a Operadora AMIC Nordeste, atualmente em liquidação extrajudicial, sem observar os preceitos legais e instruções expedidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 10 da RDC/ANS/00 ao Autuado é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS Bahia, situado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.006084/2010-65

À ex-sócia da Operadora AMIC Nordeste Assistência Médica e Odontológica, Maria das Dores de Jesus Paulo, inscrita sob o CPF sob nº 031.296.006-98, sem endereço conhecido pela ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 35694, na data de 19/10/2010, pela constatação da conduta: prevista no Parágrafo n.º 6º do artigo 24 A c/c com o Art. 24 D e Art. 26 da Lei 9.656/98, por administrar a Operadora AMIC Nordeste, atualmente em liquidação extrajudicial, sem observar os preceitos legais e instruções expedidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 10 da RDC/ANS/00 ao Autuado é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS Bahia, situado na Avenida Antonio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.006078/2010-16

Ao ex-sócio da Operadora AMIC Nordeste Assistência Médica e Odontológica, Ariovaldo Prata Neto, inscrito sob o CPF sob nº 060.459.365-15, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Gonçalo Rolemberg, N.º 1.960, Apt.º 402, Bairro Suissa., Aracajú - SE , da lavratura do Auto de Infração nº 35696, na data de 19/10/2010, pela constatação da conduta: prevista no Parágrafo n.º 6º do artigo 24 A c/c com o Art. 24 D e Art. 26 da Lei 9.656/98 , ao administrar a Operadora AMIC Nordeste, atualmente em liquidação extrajudicial, sem observar os preceitos legais e instruções expedidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 10 da RDC/ANS/00 ao Autuado é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS Bahia, situado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.006080/2010-87

Ao ex-sócio da Operadora AMIC Nordeste Assistência Médica e Odontológica, Márcio José Gonçalves, inscrito sob o CPF sob nº 888.686.058-72, com último endereço conhecido na ANS na Rua Ivo Prado, 226, Centro., Aracajú - SE , da lavratura do Auto de Infração nº 35688, na data de 15/10/2010, pela constatação da conduta: prevista no Parágrafo n.º 6º do artigo 24 A c/c com o Art. 24 D e Art. 26 da Lei 9.656/98, ao administrar a Operadora AMIC Nordeste, atualmente em liquidação extrajudicial, sem observar os preceitos legais e instruções expedidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 10 da RDC/ANS/00 ao Autuado é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS Bahia, situado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.002059/2010-11

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35627, na data de 28/07/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao negar cobertura para o procedimento duplex scan venoso, previsto em lei, conforme solicitação médica de Dra. Hamicar Apolônio (CRM 1552) em 16/12/2009, à beneficiária Maria das Graças dos Santos Andrade, contrato individual familiar firmado em 16/06/2009, matrícula nº 30206000, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12, I da Lei Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.001448/2010-11

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35628, na data de 28/07/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir à beneficiária Solange Peixoto Campos contrato individual firmado em 07/08/2007, proposta de adesão nº 16522, matrícula nº 0165220, beneficio de cobertura previsto em lei, no que se refere aos procedimentos de consulta com ortopedista e consulta com angiologista,com solicitação de agendamento desde janeiro de 2010, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,I da Lei Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.008135/2009-50

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35614, na data de 29/07/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir benefício de cobertura para o procedimento de consulta em mastologia, previsto em lei, solicitado em 01/09/2009, para a beneficiária Ana Rita Rodrigues Vilela, contrato individual familiar, proposta de adesão nº 51913 firmada em 31/10/2006, matrícula nº 05191300-, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,I da LEI Nº 9656/98. A Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.008987/2009-47

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35644, na data de 20/08/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 79 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir ao João Vitor Aragão Almeida, contrato individual fimado em 30/07/2009, matrícula 31728001, produto nº 701.820/99-7, beneficio de cobertura exigida em lei, com negativa de cobertura para atendimeto em Urgência e Emergência em 28/10/2009, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 35C DA LEI Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.005221/2009-19

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35612, na data de 28/07/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir benefício de cobertura para os procedimentos de colposcopia, citologia e microflora, previstos em lei, solicitados em julho de 2009, pela Dra. Maria Perpetuo Socorro P. Carneiro para a beneficiária Lucia Regina Pereira dos Satnso, contrato individual familiar, proposta de adesão nº 13753 firmada em 05/09/2007, matrícula n] 01375300, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,I da LEI Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.005193/2009-21

Ao representante legal da operadora ORTOCLÍNICA DE SERGIPE, inscrita no CNPJ sob o nº 13.366.406/0001-34, com último endereço conhecido na ANS na Pastor Euclides Arlindo, nº 576, Pereira Lobo, Aracaju- Sergipe, CEP 49057580, da lavratura do Auto de Infração nº 35667, na data de 10/09/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 18 da RN nº 124/2006, ao exercer atividade de operadora de plano privado de assistência à saúde sem autorização da ANS, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 8º da Lei nº 9656/98, c/c art. 2º, da RN nº 85/04, alterada pela RN nº 100/05. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.005092/2009-51

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35633, na data de 16/08/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir beneficio de cobertura para os procedimentos ecocardiograma, teste ergométrico, que foram solicitada por Dr. José Magalhães Filho, CRM 9454, em 05/05/2009, fisioterapia solicitada em 17/06/2009, por seu médico Ortopedista Dr. Marzio Nunes, CRM 14642 e consulta com otorrinolaringologista com Dr. Ricardo Simas, CRM 15369, para 22/06/2009, previstos em lei, para beneficiária Geralda Fernandes Nascimento, contrato individual familiar produto nº 701.820/99-7, proposta de adesão nº 18074, firmada em 06/11/2007, matrícula nº 01807400 , infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,I da Lei Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.001896/2009-81

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35640, na data de 19/08/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir benefício de ocbertura obrigatória do procedimento de varizes, previsto em lei solicitado por Dr. Fernando ª S. Leal -CRM- 8866 EM 21/01/209, ao negar o procedimento no mesmo dia, do beneficiário Dionísio Peixoto Campos, contrato individual firmado em 30/11/2006, produto nº 701.820/99-7, proposta de adesão nº 53912, matrícula nº 05391201, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,II da Lei Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO 25772.000001/2009-91

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35711, na data de 11/01/2011, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir à beneficiária Elena Rita Silva Santos, matrícula nº 03248200, plano de saúde individual, cobertura previstos em lei, no que se refere aos procedimentos de ressonância magnética de joelho direito e coluna lombo-sacra em 03/12/2008, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,I da LEI Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.005939/2008-16

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35647, na data de 25/08/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 79 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir à beneficiária Maria Cristina Alves, contrato individual firmado em 25/08/2010, matrícula 03212100, produto nº701.820/99-7, beneficio de cobertura exigida em lei, com negativa de cobertura para atendimento em Urgência e Emergência em 02/11/2008, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 35C DA LEI Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.002251/2006-12

Ao representante legal da operadora PREVINA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 326.384.88/000173, com último endereço conhecido na ANS na Rua Raimundo Tabireza, nº 47, Centro, Dias D´Avila-BA, CEP 42850000, da lavratura do Auto de Infração nº 35660, na data de 08/09/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 88 da RN nº 124/2006, ao redimensionar rede hospitalar, por redução, refernete aos prestadores Hospital Agenor Paiva- SEMEC, CNPJ nº194.004/0001-25, Hospital Sagrada Familia , CNPJ 15.233.646/0014-00, Hospital Jaar Andrade CNPJ 97.397.848/0001-38 e Hospital Espanhol- Real Sociedade Espanhola Beneficente, CNPJ 15.113.103/0001-35, sem autorização da ANS, no produto nº 705485998 do beneficiário Humberto Rafael B. de Lima, Código 97840780004009, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 17, § 4º da Lei Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.007228/2009-67

Ao representante legal da operadora MILMED ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 96.828.751/0001-70, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Antônio Carlos Magalhães, Edf. Bahia CE, nº 2671, Pituba, Salvador Bahia, CEP 40.286-900, da lavratura do Auto de Infração nº 35683, na data de 01/10/2010, pela constatação das condutas: previstas nos artigos 77 e 20 da RN nº 124/2006, ao a) deixar de garantir cobertura assistencial obrigatória para o procedimento de consulta com clínico geral em 18/09/2009, da beneficiária ABGAIL DE SOUZA, do produto nº 458964085 e b) comercializar esse produto de modo diverso do registrado na ANS, com a inclusão do Hospital Centro de Medicina Humana- UMI-CMH, CNPJ nº 02106150000614, CNES 3791130, na rede referenciada desse plano, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12, I da Lei nº 9656/98 pela primeira infração e, no artigo 8º, da Lei nº 9.656/98, c/c Art.13, anexo II, item 6, da RN nº 85/2004, pela segunda,. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS de Bahia, situado na Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 771, Edifício Torre do Parque, salas 1.601 a 1.604 e 1.607 a 1.610. Bairro Itaigara - Salvador - Bahia. CEP 41.825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.005610/2008-55

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35633, na data de 16/08/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 79 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir à beneficiária Simone Gonçalves da Silva Ladislau Real, contrato individual fimado em 23/11/2007, matrícula 015578.00, beneficio de ocbertura exigida em lei, nos casos de urgência e emergênvia para atendimento solicitado em 04/05/2009, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 35C DA LEI Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

O Chefe do Núcleo da ANS da Bahia, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através das Portarias nºs 16/2008 e 48/2008 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. art.15, inc. V, da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

PROCESSO 25772.002065/2010-60

Ao representante legal da operadora AMED-ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 00.637.500/0001-39, com último endereço conhecido na ANS na Avenida Estados Unidos, Edf. Cidade de Aracajú, nº 412, Comércio, Salvador-BA CEP 40010-020, da lavratura do Auto de Infração nº 35642, na data de 20/08/2010, pela constatação da conduta: prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, ao deixar de garantir beneficio de cobertura para procedimento de consulta em ginecologia em fev/2010, previsto em lei, para a beneficiária Neirizane Santos Barreto, contrato individual familiar firmado em 28/05/2009, matrícula nº 02996500, produto nº 701.820/99-7, infringindo os seguintes dispositivos legais: artigo 12,I da LEI Nº 9656/98. À Autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa ao referido Auto, por escrito, no seguinte endereço, Núcleo da ANS da Bahia, situado na Av Antônio Carlos Magalhães, nº 771, Edf. Torre do Parque, salas 1601/1604 e 1607/1610, Itaigara, CEP 41825-000. Havendo outorga para defesa, necessário se torna comprovar que o outorgado possui instrumento de procuração para agir em nome da Operadora e que o outorgante possui poderes para tanto.

LUIZ PAULO C. FAGGIONI

NÚCLEO NO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar no Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 42/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de setembro de 2008, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 78, I da Resolução Normativa - RN nº 197/2009 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 23/09/2003, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

DESPACHO Nº 181/NUCLEO-DF/SEGER, de 9/8/2010

PROCESSO 33903.005230/2007-25

Ao representante legal da empresa UNISAÚD ADM.DE SERVIÇOS E PLANOS E ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.714.262/0001-06, registrada na ANS sob nº 413917, com último endereço conhecido na ANS à SCLRN - Quadra 703, Nº 63 Bloco G - Asa Norte - Brasília-DF, da lavratura do auto de infração nº 31255 na data de 9/7/2010, pela constatação da conduta prevista no art. 77 da RN 124/2006 ao deixar de garantir cobertura obrigatória a beneficiário, de acordo com os termos do expediente administrativo nº 33903.005230/2007-25, infringindo o art. 19, § 3º da Lei 9656/98, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada no Núcleo da Agência Nacional de Saúde Suplementar no Distrito Federal, situado na SAS - Quadra 1, Lote 2, Bloco N, 1º andar, Ed. Terra Brasilis, Brasília-DF.

CLAUDIA MARIA RESTUM CORRÊA DE SÁ

NÚCLEO NO PARÁ

RETIFICAÇÃO

No D.O.U de 23 de dezembro de 2010, seção 1, página 105, processo: 25773.007231/2009-71 da operadora Unimed de Fortaleza Coop. Trab. Médico:

Onde consta Núcleo da ANS Pernambuco. Leia-se Núcleo da ANS Pará.

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DESPACHO DO CHEFE

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio desta DAR CIÊNCIA:

DESPACHO Nº 1220/NÚCLEO.SP/DIFIS, de 16/11/2010

PROCESSO 33902.177940/2004-13

Intima-se a operadora INTERCLINICAS PLANOS DE SAÚDE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 60.680.865/0001-78, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 46.827 na data de 14/12/2010, pela constatação da infração ao artigo 5.°, IV, da RDC 24/2000, modificada pela RDC 55/01, "por deixar de cumprir as normas relativas a adoção e mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde, ao deixar de oferecer o 3.o avaliador para definição do impasse na indicação da cirurgia sob o código AMB 45040052, solicitada pelo Dr. Edward Bedetti Filho - CRM 47475 em 27/01/2004, à usuária ..." À autuada é concedido um prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar defesa no referido Auto, por escrito, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
R. Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jd. Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo / SP

JOSÉ ESTEVAM LOPES CORTEZ DA SILVA FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 242, DE 20 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir inclusão de nova concentração no país, renovação de registro de concentração nova no país, registro de medicamento novo, suspensão temporária de fabricação, cancelamento de registro do medicamento, inclusão de indicação terapêutica nova no país e renovação de registro de medicamento novo conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA 1.00553-1

DIVALPROATO DE SÓDIO - MEDICAMENTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL

ANTICONVULSIVANTES

DEPAKOTE 25000.020447/91-09 09/2015

COMERCIAL 1.0553.0203.033-9 24 Meses

250 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 6

DEPAKOTE ER

1645 INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO NO PAÍS

COMERCIAL 1.0553.0203.034-7 24 Meses

250 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 10

DEPAKOTE ER

1645 INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO NO PAÍS

COMERCIAL 1.0553.0203.035-5 24 Meses

250 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 20

DEPAKOTE ER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1645 INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO NO PAÍS
COMERCIAL 1.0553.0203.036-3 24 Meses
250 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS INC X 30
DEPAKOTE ER
1645 INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO NO PAÍS
ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. 1.00573-9
GUAIFENESINA
EXPECTORANTES BALSAMICOS E MUCOLITICO
TRANSPULMIN XAROPE INFANTIL 25351.136928/2005-95 03/2015
COMERCIAL 1.0573.0354.001-9 24 Meses
6,667 MG/ML XPE INF FR PLAS INC X 150 ML + CP MED PP 15 ML
Não informado
1462 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE CONCENTRAÇÃO NOVA NO PAÍS
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.03764-8
ALOPURINOL
ANTIGOTOSOS
ZYLORIC 25351.676821/2009-93 01/2016
COMERCIAL 1.3764.0122.001-4 60 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.3764.0122.002-2 60 Meses
300 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
BL INDÚSTRIA OTICA LTDA 1.01961-5
cloridrato de besifloxacino
ANTINFECCIOSOS TOPICOS PARA USO OFTALMICO
BESIVANCE 25351.578808/2009-65 01/2016
COMERCIAL 1.1961.0017.001-1 24 Meses
0,6 % SUS OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5 ML
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA S.A. 1.00180-0
PROPATILNITRATO
NITRITOS NITRATOS E SEMELHANTES
SUSTRATE 25992.011001/65 06/2011
COMERCIAL 1.0180.0130.003-5 24 Meses
10MG COM CT BL AL PLAS INC X 50
Não informado
1490 MEDICAMENTO NOVO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
COMERCIAL 1.0180.0130.004-9 24 Meses
10MG COM CT BL AL PLAS INC X 12
Não informado
1490 MEDICAMENTO NOVO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE FABRICAÇÃO
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 1.00107-1
ALOPURINOL
ANTIGOTOSOS
ZYLORIC 25351.008142/2004-06 10/2014
COMERCIAL 1.0107.0204.001-3 60 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1445 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
COMERCIAL 1.0107.0204.002-1 36 Meses
300 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30
Não informado
1445 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO
LABORATÓRIOS FERRING LTDA 1.02876-9
degarelix
OUTROS HORMONIOS MEDIADORES E PRODUTOS EQUIVALENTES
FIRMAGON 25351.586922/2009-34 01/2016
COMERCIAL 1.2876.0017.001-6 24 Meses
80 MG PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 DIL 6 ML + 1SER + 1 AGU + 2 ADAP
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.2876.0017.002-4 24 Meses
120 MG PO LIOF INJ CT 2 FA VD INC + 2 DIL 6 ML + 2 SER + 2 AGU + 4 ADAP
Não informado
1458 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
LABORATORIOS PFIZER LTDA. 1.00216-6
ZIPRASIDONA - MEDICAMENTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL
NEUROLEPTICOS
GEODON 25000.026764/97-61 02/2013
COMERCIAL 1.0216.0066.001-8 48 Meses
20 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 14
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.002-6 48 Meses
20 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 20
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.003-4 48 Meses
20 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 30
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.004-2 48 Meses
20 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 50
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.005-0 48 Meses
40 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 14
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.006-9 48 Meses
40 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 20
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.007-7 48 Meses
40 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 30
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.008-5 48 Meses
40 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 50
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.009-3 48 Meses
60 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 14
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.010-7 48 Meses
60 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 20
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.011-5 48 Meses
60 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 30
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.012-3 48 Meses
60 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 50
GEODON
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.013-1 48 Meses
80 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 14
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.014-1 48 Meses
80 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 20
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.015-8 48 Meses
80 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 30
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
COMERCIAL 1.0216.0066.016-6 48 Meses
80 MG CAP GEL DURA CT BL AL/AL X 50
Não informado
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 1.00100-4
CEFTRIAXONA DISSÓDICA HEMIEPTAIDRATADA
CEFALOSPORINAS
ROCEFIN 25001.010523/82 04/2014
COMERCIAL 1.0100.0132.041-9 36 Meses
250 MG IM PO ESTÉRIL CT FA VD INC + AMP DIL X 2 ML
Não informado
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0100.0132.042-7 36 Meses
500 MG IM PO ESTÉRIL CT FA VD INC + AMP DIL X 2 ML
Não informado
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0100.0132.043-5 36 Meses
1 G IM PO ESTÉRIL CT FA VD INC + AMP DIL X 3,5 ML
Não informado
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0100.0132.044-3 36 Meses
500 MG IV PO ESTÉRIL CT FA VD INC + AMP DIL X 5,0 ML
ROCEFIN
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0100.0132.046-1 36 Meses
1 G IV PO ESTÉRIL CT FA VD INC + AMP DIL X 10 ML
ROCEFIN
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.00171-1
TIBOLONA
OUTROS PRODUTOS PARA USO EM GINECOLOGIA E OBSTETRICIA
LIVIAL 25001.017008/85 12/2014
COMERCIAL 1.0171.0072.001-3 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PLAS INC X 28
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0171.0072.002-1 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PLAS INC X 84
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0171.0072.005-6 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PVDC INC X 28
Não informado
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO
COMERCIAL 1.0171.0072.006-4 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PVDC INC X 84
Não informado
1464 MEDICAMENTO NOVO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO

DESPACHO DO DIRETOR- PRESIDENTE
Em 25 de janeiro de 2011

Nº 8 - O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria-MS nº 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto nos incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999 e a Portaria n.º 29 de 11 de Janeiro de 2011, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com art. 61 da Lei No- 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e com o art. 7º da Lei Nº- 6.360, de 23 de setembro de 1976, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento da análise para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: ANIMA MEDICA COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 0205.059.358/0001-03
Processo nº: 25351-331778/2010-34
Expediente Recurso nº: 764690/10-9
Expediente Indeferido n.º: 431703/10-3
Empresa: VR MEDICAL IMPORTAÇÃO E DIST. DE PRODUTOS MEDICOS LTDA EPP
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo nº: 25351-012218/2010-50
Expediente Recurso nº: 721485/10-5
Expediente Indeferido n.º: 016293/10-1
Empresa: ORTHOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 01.192.177/0001-08
Processo nº: 25351-333040/2010-05
Expediente Recurso nº: 722110/10-0
Expediente Indeferido n.º: 433334/10-9 e 604251/10-1
Empresa: ORTHOMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 01.192.177/0001-08
Processo nº: 25351-331195/2010-33
Expediente Recurso nº: 721934/10-2
Expediente Indeferido n.º: 430963/10-4 e 604270/10-8

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 187, DE 20 DE JANEIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.072.393/0001-33 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.02.110-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Pfizer Canada Inc.
ENDEREÇO: 1025 Marcel-Laurin Boulevard, St. Laurent, Québec
PAÍS: Canadá
Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção / Formas Farmacêuticas:
Sólidos: Comprimidos revestidos. **Semi-sólidos:** Cremes.

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 16, de 24-1-2011, Seção 1, pág. 54, e suplemento, pág. 30, com incorreção no original.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 283, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

EMPRESA: CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ESTAÇÃO, Nº 2786
BAIRRO: ZONA ARMAZÉM CEP: 87503020 - UMUARAMA/PR
CNPJ: 08.219.262/0001-53
PROCESSO: 25023.122254/2006-44
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indefiro a petição com base nos artigos 6º e 11 da RDC nº 204/05 (a empresa não cumpriu com a exigência formulada).

EMPRESA: FHAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ENDEREÇO: AV MAURO MORI 780
BAIRRO: JARDIM LINDÓIA CEP: 87360000 - GOIOERÊ/PR
CNPJ: 04.980.424/0001-10
PROCESSO: 25351.191664/2002-90
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indefiro a petição tendo em vista que o horário de prestação da assistência farmacêutica é incompatível com o horário de funcionamento da empresa, contrariando, dessa forma, a legislação sanitária vigente (§1º do Art.15 da Lei 5991/73, com a alteração dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001).

EMPRESA: DISTRIBUIDORA DISMILL LTDA.
ENDEREÇO: RUA JOAQUIM NABUCO, 2709
BAIRRO: OLARIA CEP: 78915355 - PORTO VELHO/RO
CNPJ: 02.331.851/0001-42
PROCESSO: 25008.000349/99-51
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Indefiro a petição com base nos artigos 6º e 11 da RDC nº 204/05 (a empresa não cumpriu com a exigência formulada). O horário de prestação da assistência técnica é incompatível com o horário de funcionamento da empresa.

EMPRESA: AMERICAN FARMA DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA JOÃO BRAGA 202
BAIRRO: IMBIRIBEIRA CEP: 51170580 - RECIFE/PE
CNPJ: 03.551.937/0001-43
PROCESSO: 25000.001184/00-39
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: Indefiro a petição de Autorização de Funcionamento - AFE da empresa, tendo em vista que a mesma esta em desacordo com o horário de trabalho do RT, onde o mesmo precisa estar em período integral durante o funcionamento da empresa.

A guia de recolhimento da união - GRU, encontra-se em aberto, pois a empresa acima citada, teve reconhecido o direito de não realizar o pagamento da sob força de um mandado de segurança coletivo nº. 2000.34.00.026973-5, procedente da 3ª vara da seção judiciária do distrito federal, impetrada pela associação brasileira do atacado farmacêutico - ABAFARMA, aguardando o resultado do recurso impetrado pela ANVISA.

RESOLUÇÃO - RE Nº 325, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Retificação da Renovação da Autorização Especial para a Empresa de Medicamento, abaixo citada, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 09 de dezembro de 2010, página 76.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

RESOLUÇÃO - RE Nº 326, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Renovação da Autorização Especial para a Empresa de Medicamento, abaixo citada, publicada pela Resolução - RE nº 661, de 19 de fevereiro de 2010, no Diário Oficial da União nº 34, de 22 de fevereiro de 2010, Seção 1, página 43 e em suplemento da seção 1, página 54.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

EMPRESA: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA
ENDEREÇO: AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - TERMINAL CARGA
BAIRRO: LAGO SUL CEP: 71608900 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 24.893.687/0001-08
PROCESSO: 25351.046198/2004-51 AUTORIZ/MS: 1.21453.5
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 327, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

ANEXO

EMPRESA: VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA
ENDEREÇO: AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - TERMINAL DE CARGA AÉREA
BAIRRO: AEROPORTO/LAGO SUL CEP: 71608900 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 24.893.687/0001-08
PROCESSO: 25351.046198/2004-51 AUTORIZ/MS: 1.21453.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 26 de janeiro de 2011

A Gerente-Geral Substituta da Gerência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, incluída pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009 - publicada no Diário Oficial da União de 14.07.2009, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 11.12.2000 constante do processo nº 25724.001976/00-48 (folha 09 Expediente 83779/02-2 SINPAS/SIVS - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA CARGONAVE LTDA - publicada na seção I, pág. 39 DOU nº 240-E, de 14.12.2000) que inflige penalidade de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 144/2000-PPP/CVS/PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datado de 14.01.2011.

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 15.08.2000 constante do processo nº 25724.000197/99-19 (folha 14 Expediente 082074-1 SINPAS/SIVS - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA CARGONAVE LTDA - publicada na seção I, pág. 42, DOU nº 161-E, de 21.08.2000), que inflige penalidade de R$ 2.000,00 (dois mil reais), em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 217/1999-SVS//PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datada de 14.01.2011.

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 31.01.2001 constante do processo nº 25724.001587/2000 (folha 10 Expediente 41572-3 SINPAS/SVS - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA CARGONAVE LTDA - publicada na seção I, pág. 58, DOU nº 23-E, de 01.02.2001), que inflige penalidade de R$ 6.000,00 (seis mil reais) em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 69/2000-SVS/PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datada de 14.01.2011.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 28.02.2001 constante do processo nº 25724.001441/2000 (folha 14 Expediente 28118-2 SINPAS/SIVS - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA CARGONAVE LTDA - publicada na seção I, pág. 79 DOU nº 53-E, de 16.03.2001) que inflige penalidade de R$ 6.000,00 (seis mil reais), em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 26/2000-SVS/PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datada de 14.01.2011.

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 04.05.2000 constante do processo nº 25724.000012/1999-13 (folha 36 Expediente 352712/05-3 SINPAS/SIVS - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA), que inflige penalidade de advertência, em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 21/1999-CVPAF/PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datada de 14.01.2011.

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 05.09.2000 constante do processo nº 25724.000032/1999-94 (folha 07 Expediente 63644-4 SINPAS/SIVS - empresa AGÊNCIA MARÍTIMA ORION LTDA), que inflige penalidade de advertência, em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 54/99-SVS//PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datada de 14.01.2011.

TORNAR SEM EFEITO a Decisão sem número datada de 09.11.2000 constante do processo nº 25724.002051/2000-40 (folha 08 Expediente 92559/0-4 SINPAS/SIVS - empresa MARCON SERVIÇOS DE DESPACHOS EM GERAL LTDA - publicada na seção I, pág. 36 DOU nº 219-E, de 14.11.2000), que inflige penalidade de R$ 2.000,00 (dois mil reais), em cumprimento a determinação do Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 971.829/PR, que impõe a nulidade do Auto de Infração Sanitária nº 158/00-CVS/PR, conforme disposto no Memorando nº 053/2011/AGU/PGF/ANVISA/PROCR/CAJUD datada de 14.01.2011.

IVETE FASSHEBER
Substituta

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº.204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, por meio do Ofício GS/CIB-RJ nº0 1/2011, de 06 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º - O total de recurso financeiro anual do estado do Rio de Janeiro, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$2.266.808.829,12, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	434.599.084,25	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.753.447.519,24	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	78.762.225,63	Anexo III

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.022.400,00e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 35.226.000,00;

§ 3º - O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0033 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
SECRETÁRIO

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	268.375.044,91
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	166.224.039,34
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	434.599.084,25

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO/2011

VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (VALORES ANUAIS)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferênciasrealizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
330010	ANGRA DOS REIS	11.207.533,44	1.622.595,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.830.129,17
330015	APERIBE	845.279,80	113.206,52	0,00	0,00	0,00	958.486,32	0,00	0,00	0,00
330020	ARARUAMA	5.871.952,15	997.418,34	0,00	0,00	0,00	6.869.370,49	0,00	0,00	0,00
330022	AREAL	709.021,74	93.131,00	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	907.752,74
330023	ARMACAO DE BUZIOS	1.295.827,19	13.858,56	0,00	0,00	0,00	1.309.685,75	0,00	0,00	0,00
330025	ARRAIAL DO CABO	1.200.159,18	698.318,27	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.004.077,45
330030	BARRA DO PIRAI	6.976.152,44	1.082.046,70	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.163.799,14
330040	BARRA MANSA	14.135.724,15	7.577.818,31	290.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003.942,46
330045	BELFORD ROXO	24.653.082,43	6.170.371,68	841.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.664.654,11
330050	BOM JARDIM	1.852.614,70	187.767,99	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.119.582,69
330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	6.562.263,41	4.417.273,67	105.600,00	0,00	0,00	10.979.537,08	0,00	0,00	105.600,00
330070	CABO FRIO	18.682.202,96	8.639.199,01	0,00	0,00	0,00	27.321.401,97	0,00	0,00	0,00
330080	CACHOEIRAS DE MACACU	3.406.724,12	784.369,28	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.296.693,40
330090	CAMBUCI	1.348.660,57	174.816,30	0,00	0,00	0,00	1.523.476,87	0,00	0,00	0,00
330093	CARAPEBUS	538.219,08	6.023,61	0,00	0,00	0,00	544.242,69	0,00	0,00	0,00
330095	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	658.460,91	209.267,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	867.728,80
330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	51.719.610,21	16.342.575,16	1.800.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.262.185,37
330110	CANTAGALO	1.523.485,56	389.117,09	0,00	0,00	0,00	1.912.602,65	0,00	0,00	0,00
330115	CARDOSO MOREIRA	743.421,37	36.658,71	0,00	0,00	0,00	780.080,08	0,00	0,00	0,00
330120	CARMO	3.034.119,95	699.806,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.733.925,96
330130	CASIMIRO DE ABREU	3.037.839,51	413.586,52	79.200,00	0,00	0,00	3.451.426,03	0,00	0,00	79.200,00
330140	CONCEICAO DE MACABU	1.177.545,07	334.229,79	0,00	0,00	0,00	1.511.774,86	0,00	0,00	0,00
330150	CORDEIRO	1.487.217,56	624.417,49	0,00	0,00	0,00	2.111.635,05	0,00	0,00	0,00
330160	DUAS BARRAS	704.188,80	86.056,79	0,00	0,00	0,00	790.245,59	0,00	0,00	0,00
330170	DUQUE DE CAXIAS	48.865.269,29	18.340.111,06	2.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.329.380,35
330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	1.698.210,13	756.205,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.454.415,88
330185	GUAPIMIRIM	2.198.278,13	312.225,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.510.503,56
330187	IGUABA GRANDE	1.102.967,89	61.725,54	0,00	0,00	0,00	1.164.693,43	0,00	0,00	0,00
330190	ITABORAI	14.983.987,64	2.855.569,81	480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.319.557,45
330200	ITAGUAI	9.143.874,02	1.409.269,32	585.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.138.743,34
330205	ITALVA	1.244.465,56	968.415,14	0,00	0,00	0,00	2.212.880,69	0,00	0,00	0,01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

330210	ITAOCARA	2.118.491,89	727.877,81	0,00	0,00	0,00	2.846.369,70	0,00	0,00	0,00
330220	ITAPERUNA	21.769.654,52	28.595.123,57	184.800,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.585.578,09
330225	ITATIAIA	1.896.798,27	396.261,58	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.398.659,85
330227	JAPERI	5.433.711,31	2.034.147,53	585.600,00	0,00	0,00	7.467.858,84	0,00	0,00	585.600,00
330230	LAJE DO MURIAE	536.549,57	129.716,11	0,00	0,00	0,00	666.265,68	0,00	0,00	0,00
330240	MACAE	8.519.084,82	1.853.340,18	0,00	0,00	0,00	10.372.425,00	0,00	0,00	0,00
330245	MACUCO	348.929,76	31.180,64	0,00	0,00	0,00	380.110,40	0,00	0,00	0,00
330250	MAGE	10.503.567,06	2.171.711,47	894.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.569.278,53
330260	MANGARATIBA	1.917.625,83	149.346,65	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.172.572,48
330270	MARICA	4.954.650,07	1.082.553,35	559.200,00	0,00	0,00	6.037.203,42	0,00	0,00	559.200,00
330280	MENDES	1.483.207,13	137.257,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.620.465,04
330285	MESQUITA	9.386.355,37	786.221,70	735.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.908.177,07
330290	MIGUEL PEREIRA	1.791.782,34	733.107,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.889,64
330300	MIRACEMA	2.564.509,45	472.078,27	0,00	0,00	0,00	3.036.587,72	0,00	0,00	0,00
330310	NATIVIDADE	1.818.026,93	1.914.204,02	105.600,00	38.835,72	0,00	0,00	0,00	0,00	3.876.666,67
330320	NILOPOLIS	10.239.428,83	817.904,35	810.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.867.333,18
330330	NITEROI	66.394.836,07	29.698.378,80	4.389.387,84	0,00	0,00	0,00	20.438.158,52	0,00	80.044.444,19
330340	NOVA FRIBURGO	19.575.782,86	6.367.852,32	0,00	2.161.969,60	0,00	0,00	0,00	0,00	28.105.604,78
330350	NOVA IGUACU	96.355.011,15	19.202.282,30	2.272.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.830.093,45
330360	PARACAMBI	6.026.754,44	15.480.571,30	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.657.325,74
330370	PARAIBA DO SUL	3.075.497,12	756.697,12	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.911.394,24
330380	PARATI	1.725.294,48	338.742,49	105.600,00	0,00	0,00	2.064.036,97	0,00	0,00	105.600,00
330385	PATY DO ALFERES	1.644.350,91	111.088,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.755.438,98
330390	PETROPOLIS	41.188.285,75	16.168.998,60	211.200,00	4.818.773,70	0,00	0,00	0,00	0,00	62.387.258,05
330395	PINHEIRAL	1.649.057,36	329.391,42	79.200,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.093.648,78
330400	PIRAI	1.665.467,26	775.427,38	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.520.094,64
330410	PORCIUNCULA	1.343.631,75	352.779,29	105.600,00	0,00	0,00	1.696.411,04	0,00	0,00	105.600,00
330411	PORTO REAL	773.967,47	286.406,89	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.165.974,36
330412	QUATIS	2.348.996,31	2.107.507,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.456.504,25
330414	QUEIMADOS	7.718.872,55	2.123.530,17	300.000,00	0,00	0,00	9.842.402,72	0,00	0,00	300.000,00
330415	QUISSAMA	905.307,26	310.555,44	0,00	0,00	0,00	1.215.862,70	0,00	0,00	0,00
330420	RESENDE	11.506.437,45	1.448.034,32	105.600,00	29.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.089.711,77
330430	RIO BONITO	9.302.026,64	4.526.684,06	585.600,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.450.310,70
330440	RIO CLARO	1.093.101,61	129.108,83	79.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.301.410,44
330450	RIO DAS FLORES	468.595,84	105.100,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.696,00
330452	RIO DAS OSTRAS	2.631.241,21	15.412,71	0,00	0,00	0,00	2.646.653,92	0,00	0,00	0,00
330455	RIO DE JANEIRO	561.376.028,28	297.824.033,57	42.669.523,20	0,00	0,00	21.000.000,00	58.324.067,11	0,00	822.545.517,94
330460	SANTA MARIA MADALENA	960.049,09	79.488,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.537,17
330470	SANTO ANTONIO DE PADUA	3.408.340,55	676.357,50	79.200,00	0,00	0,00	4.084.698,05	0,00	0,00	79.200,00
330475	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	2.482.924,45	509.444,24	0,00	0,00	0,00	2.992.368,69	0,00	0,00	0,00
330480	SAO FIDELIS	3.480.438,32	644.966,39	0,00	0,00	0,00	4.125.404,71	0,00	0,00	0,00
330490	SAO GONCALO	61.267.221,07	4.644.269,06	1.560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.471.490,13
330500	SAO JOAO DA BARRA	1.714.739,18	183.108,69	0,00	0,00	0,00	1.897.847,87	0,00	0,00	0,00
330510	SAO JOAO DE MERITI	27.518.986,94	5.210.857,02	1.185.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.915.443,96
330513	SAO JOSE DE UBA	380.604,74	27.905,60	0,00	0,00	0,00	408.510,34	0,00	0,00	0,00
330515	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	1.438.353,74	205.681,46	105.600,00	0,00	0,00	1.644.035,20	0,00	0,00	105.600,00
330520	SAO PEDRO DA ALDEIA	4.727.018,97	1.003.584,82	105.600,00	0,00	0,00	5.730.603,79	0,00	0,00	105.600,00
330530	SAO SEBASTIAO DO ALTO	1.193.544,58	542.019,96	0,00	0,00	0,00	1.735.564,54	0,00	0,00	0,00
330540	SAPUCAIA	559.112,68	49.085,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608.197,86
330550	SAQUAREMA	4.310.965,27	574.121,40	105.600,00	0,00	0,00	4.885.086,67	0,00	0,00	105.600,00
330555	SEROPEDICA	4.682.389,13	687.338,53	405.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.775.327,66
330560	SILVA JARDIM	1.228.228,33	318.058,43	150.000,00	0,00	0,00	1.546.286,76	0,00	0,00	150.000,00
330570	SUMIDOURO	1.188.437,19	42.316,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.230.753,19
330575	TANGUA	3.521.685,37	310.924,48	150.000,00	0,00	0,00	3.832.609,85	0,00	0,00	150.000,00
330580	TERESOPOLIS	15.950.671,44	7.823.778,81	0,00	1.981.204,19	0,00	0,00	0,00	0,00	25.755.654,44
330590	TRAJANO DE MORAIS	780.172,38	79.928,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860.101,01
330600	TRES RIOS	10.714.264,88	2.054.798,65	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.874.663,53
330610	VALENCA	6.555.212,88	1.210.838,48	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.950.851,36
330615	VARRE-SAI	593.576,72	33.718,49	0,00	0,00	0,00	627.295,21	0,00	0,00	0,00
330620	VASSOURAS	7.274.667,63	6.502.461,29	1.980.048,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.757.176,92
330630	VOLTA REDONDA	25.973.270,22	9.254.331,05	316.800,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.652.401,27
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.753.447.519,24

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO RIO DE JANEIRO - JANEIRO/2011

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	330330 - NITEROI	Hospital Universitário Antônio Pedro/UFF	12505	30	05-01-2005	20.438.158,52
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Escola São Francisco de Assis	2270668	000	01-01-1900	10.311,45
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Maternidade Escola da UFRJ	2270021	1892	13-10-2005	7.624.633,84
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	2280167	2726	28-12-2004	32.087.517,50
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Gaffree Guinle/UNIRIO	2295415	1888	13-10-2005	8.499.698,38
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Hospital Universitário Martagão Gesteira/UFRJ	2296616	144	13-10-2005	4.751.776,58
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de doenças do Tórax	5358833	000	01-01-1900	20.622,90
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Ginecologia da UFRJ	2296594	000	01-01-1900	10.998,88
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	2708361	000	01-01-1900	105.176,81
Municipal	330455 - RIO DE JANEIRO	Instituto de Psiquiatria da UFRJ	2269430	1891	13-10-2005	5.213.330,77
TOTAL						78.762.225,63

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, por meio do Ofício nº 2.331/2010/GS/SES, de 27 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º - O total de recurso financeiro anual do estado do Maranhão, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 712.950.512,73, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	182.464.508,63	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	487.459.370,40	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	43.026.633,70	Anexo III

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 2.613.600,00, e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 12.822.000,00;

§ 3º - O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0021 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	81.270.192,08
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	101.194.316,55
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	182.464.508,63

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferências-realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidos-no FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
210005	ACAILANDIA	3.682.496,52	1.308.612,67	0,00	1.963.520,99	0,00	0,00	0,00	0,00	6.954.630,18
210010	AFONSO CUNHA	208.682,18	0,00	0,00	0,00	0,00	208.682,18	0,00	0,00	0,00
210015	AGUA DOCE DO MARANHAO	436.859,01	0,00	0,00	0,00	0,00	436.859,01	0,00	0,00	0,00
210020	ALCANTARA	1.021.031,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021.031,13	0,00	0,00	0,00
210030	ALDEIAS ALTAS	798.672,56	0,00	0,00	0,00	0,00	798.672,56	0,00	0,00	0,00
210040	ALTAMIRA DO MARANHAO	272.102,39	0,00	0,00	0,00	0,00	272.102,39	0,00	0,00	0,00
210043	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	811.120,52	0,00	0,00	0,00	0,00	811.120,52	0,00	0,00	0,00
210047	ALTO ALEGRE DO PINDARE	1.440.448,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440.448,35	0,00	0,00	0,00
210050	ALTO PARNAIBA	379.376,62	0,00	0,00	0,00	0,00	379.376,62	0,00	0,00	0,00
210055	AMAPA DO MARANHAO	227.532,97	0,00	0,00	0,00	0,00	227.532,97	0,00	0,00	0,00
210060	AMARANTE DO MARANHAO	1.318.124,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318.124,50	0,00	0,00	0,00
210070	ANAJATUBA	883.340,15	0,00	0,00	0,00	0,00	883.340,15	0,00	0,00	0,00
210080	ANAPURUS	464.652,30	0,00	0,00	0,00	0,00	464.652,30	0,00	0,00	0,00
210083	APICUM-ACU	487.938,57	0,00	0,00	0,00	0,00	487.938,57	0,00	0,00	0,00
210087	ARAGUANA	365.605,17	0,00	0,00	0,00	0,00	365.605,17	0,00	0,00	0,00
210090	ARAIOSES	1.387.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.387.876,00	0,00	0,00	0,00
210095	ARAME	1.000.379,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.379,59	0,00	0,00	0,00
210100	ARARI	1.029.878,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.029.878,91
210110	AXIXA	527.357,11	0,00	0,00	0,00	0,00	527.357,11	0,00	0,00	0,00
210120	BACABAL	3.698.470,76	2.485.857,66	1.338.000,00	5.029.526,19	0,00	0,00	0,00	0,00	12.551.854,61
210125	BACABEIRA	540.663,55	0,00	0,00	0,00	0,00	540.663,55	0,00	0,00	0,00
210130	BACURI	590.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590.205,00	0,00	0,00	0,00
210135	BACURITUBA	200.204,69	0,00	0,00	0,00	0,00	200.204,69	0,00	0,00	0,00
210140	BALSAS	3.061.513,17	1.816.198,70	173.210,65	3.158.107,98	0,00	0,00	0,00	0,00	8.209.030,50
210150	BARAO DE GRAJAU	610.558,13	0,00	0,00	0,00	0,00	610.558,13	0,00	0,00	0,00
210160	BARRA DO CORDA	3.168.943,19	739.369,12	858.000,00	3.261.880,20	0,00	0,00	0,00	0,00	8.028.192,51
210170	BARREIRINHAS	1.741.458,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.741.458,94
210173	BELAGUA	210.756,84	0,00	0,00	0,00	0,00	210.756,84	0,00	0,00	0,00
210177	BELA VISTA DO MARANHAO	316.564,50	0,00	0,00	0,00	0,00	316.564,50	0,00	0,00	0,00
210180	BENEDITO LEITE	198.344,65	0,00	0,00	0,00	0,00	198.344,65	0,00	0,00	0,00
210190	BEQUIMAO	763.904,12	0,00	0,00	0,00	0,00	763.904,12	0,00	0,00	0,00
210193	BERNARDO DO MEARIM	220.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	220.343,20	0,00	0,00	0,00
210197	BOA VISTA DO GURUPI	273.390,11	0,00	0,00	0,00	0,00	273.390,11	0,00	0,00	0,00
210200	BOM JARDIM	1.649.989,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.649.989,01	0,00	0,00	0,00
210203	BOM JESUS DAS SELVAS	882.123,97	0,00	0,00	0,00	0,00	882.123,97	0,00	0,00	0,00
210207	BOM LUGAR	472.950,94	0,00	0,00	0,00	0,00	472.950,94	0,00	0,00	0,00
210210	BREJO	1.145.283,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.145.283,86	0,00	0,00	0,00
210215	BREJO DE AREIA	210.899,92	0,00	0,00	0,00	0,00	210.899,92	0,00	0,00	0,00
210220	BURITI	931.057,33	0,00	0,00	0,00	0,00	931.057,33	0,00	0,00	0,00
210230	BURITI BRAVO	820.599,57	0,00	0,00	0,00	0,00	820.599,57	0,00	0,00	0,00
210232	BURITICUPU	2.218.920,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.218.920,88
210235	BURITIRANA	537.515,79	0,00	0,00	0,00	0,00	537.515,79	0,00	0,00	0,00
210237	CACHOEIRA GRANDE	326.079,32	0,00	0,00	0,00	0,00	326.079,32	0,00	0,00	0,00
210240	CAJAPIO	367.679,83	0,00	0,00	0,00	0,00	367.679,83	0,00	0,00	0,00
210250	CAJARI	472.271,31	0,00	0,00	0,00	0,00	472.271,31	0,00	0,00	0,00
210255	CAMPESTRE DO MARANHAO	451.238,55	0,00	0,00	0,00	0,00	451.238,55	0,00	0,00	0,00
210260	CANDIDO MENDES	694.259,93	0,00	0,00	0,00	0,00	694.259,93	0,00	0,00	0,00
210270	CANTANHEDE	693.794,92	0,00	0,00	0,00	0,00	693.794,92	0,00	0,00	0,00
210275	CAPINZAL DO NORTE	382.130,91	0,00	0,00	0,00	0,00	382.130,91	0,00	0,00	0,00
210280	CAROLINA	880.933,42	52.933,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	933.866,86
210290	CARUTAPERA	574.241,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574.241,73
210300	CAXIAS	9.919.263,50	3.425.554,42	858.000,00	19.673.822,72	0,00	0,00	0,00	0,00	33.876.640,64
210310	CEDRAL	362.242,79	0,00	0,00	0,00	0,00	362.242,79	0,00	0,00	0,00
210312	CENTRAL DO MARANHAO	324.147,74	0,00	0,00	0,00	0,00	324.147,74	0,00	0,00	0,00
210315	CENTRO DO GUILHERME	261.764,86	0,00	0,00	0,00	0,00	261.764,86	0,00	0,00	0,00
210317	CENTRO NOVO DO MARANHAO	557.189,29	0,00	0,00	0,00	0,00	557.189,29	0,00	0,00	0,00
210320	CHAPADINHA	3.873.375,74	4.110.174,50	0,00	3.844.127,36	0,00	0,00	0,00	0,00	11.827.677,60
210325	CIDELANDIA	457.069,06	0,00	0,00	0,00	0,00	457.069,06	0,00	0,00	0,00
210330	CODO	4.356.128,85	0,00	858.000,00	4.222.989,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.437.117,85
210340	COELHO NETO	2.087.485,15	562.988,54	150.000,00	3.670.664,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6.471.138,07
210350	COLINAS	1.456.376,61	2.595.898,63	0,00	2.455.491,68	0,00	530.939,16	0,00	0,00	5.976.827,76
210355	CONCEICAO DO LAGO-ACU	519.916,95	0,00	0,00	0,00	0,00	519.916,95	0,00	0,00	0,00
210360	COROATA	2.286.847,70	2.259.434,45	858.000,00	3.267.228,89	0,00	0,00	0,00	0,00	8.671.511,04
210370	CURURUPU	1.367.739,84	2.176.983,96	413.946,96	140.343,85	0,00	2.673.007,24	0,00	0,00	1.426.007,37
210375	DAVINOPOLIS	433.460,86	0,00	0,00	0,00	0,00	433.460,86	0,00	0,00	0,00
210380	DOM PEDRO	1.421.909,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.342.709,88	0,00	0,00	79.200,00
210390	DUQUE BACELAR	382.882,08	0,00	0,00	0,00	0,00	382.882,08	0,00	0,00	0,00
210400	ESPERANTINOPOLIS	1.284.980,21	182.844,95	0,00	131.008,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1.598.834,15
210405	ESTREITO	997.472,00	0,00	0,00	118.346,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115.818,47
210407	FEIRA NOVA DO MARANHAO	281.581,44	0,00	0,00	0,00	0,00	281.581,44	0,00	0,00	0,00
210408	FERNANDO FALCAO	300.611,08	0,00	0,00	0,00	0,00	300.611,08	0,00	0,00	0,00
210409	FORMOSA DA SERRA NEGRA	623.542,64	0,00	0,00	0,00	0,00	623.542,64	0,00	0,00	0,00
210410	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	426.342,63	0,00	0,00	0,00	0,00	426.342,63	0,00	0,00	0,00
210420	FORTUNA	533.080,31	0,00	0,00	0,00	0,00	533.080,31	0,00	0,00	0,00
210430	GODOFREDO VIANA	395.039,50	30.118,50	0,00	101.096,61	0,00	526.254,61	0,00	0,00	0,00
210440	GONCALVES DIAS	605.013,78	0,00	0,00	0,00	0,00	605.013,78	0,00	0,00	0,00
210450	GOVERNADOR ARCHER	365.712,48	0,00	0,00	0,00	0,00	365.712,48	0,00	0,00	0,00
210455	GOVERNADOR EDISON LOBAO	520.703,89	0,00	0,00	0,00	0,00	520.703,89	0,00	0,00	0,00
210460	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	584.517,57	0,00	0,00	0,00	0,00	584.517,57	0,00	0,00	0,00
210462	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	253.645,07	0,00	0,00	0,00	0,00	253.645,07	0,00	0,00	0,00
210465	GOVERNADOR NEWTON BELLO	417.292,82	0,00	0,00	0,00	0,00	417.292,82	0,00	0,00	0,00
210467	GOVERNADOR NUNES FREIRE	900.885,92	2.650.716,06	0,00	1.701.114,87	0,00	0,00	0,00	0,00	5.252.716,85
210470	GRACA ARANHA	230.323,03	0,00	0,00	0,00	0,00	230.323,03	0,00	0,00	0,00
210480	GRAJAU	2.007.214,68	1.188.694,56	251.667,95	2.021.694,59	0,00	0,00	0,00	0,00	5.469.271,78

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

210490	GUIMARAES	717.393,57	0,00	0,00	0,00	0,00	717.393,57	0,00	0,00	0,00
210500	HUMBERTO DE CAMPOS	895.573,49	0,00	0,00	0,00	0,00	895.573,49	0,00	0,00	0,00
210510	ICATU	1.162.980,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.162.980,46	0,00	0,00	0,00
210515	IGARAPE DO MEIO	431.851,21	0,00	0,00	0,00	0,00	431.851,21	0,00	0,00	0,00
210520	IGARAPE GRANDE	393.577,31	0,00	0,00	0,00	0,00	393.577,31	0,00	0,00	0,00
210530	IMPERATRIZ	10.236.873,00	9.187.061,64	1.008.000,00	34.976.335,74	0,00	2.873.962,68	0,00	0,00	52.534.307,70
210535	ITAIPAVA DO GRAJAU	487.759,72	0,00	0,00	0,00	0,00	487.759,72	0,00	0,00	0,00
210540	ITAPECURU MIRIM	2.052.796,50	105.088,03	0,00	1.477.368,95	0,00	0,00	0,00	0,00	3.635.253,48
210542	ITINGA DO MARANHAO	925.226,82	0,00	0,00	0,00	0,00	925.226,82	0,00	0,00	0,00
210545	JATOBA	306.083,89	0,00	0,00	0,00	0,00	306.083,89	0,00	0,00	0,00
210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	546.207,90	0,00	0,00	0,00	0,00	546.207,90	0,00	0,00	0,00
210550	JOAO LISBOA	1.264.501,26	0,00	0,00	652.678,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.917.179,86
210560	JOSELANDIA	574.251,58	0,00	0,00	0,00	0,00	574.251,58	0,00	0,00	0,00
210565	JUNCO DO MARANHAO	146.692,77	0,00	0,00	0,00	0,00	146.692,77	0,00	0,00	0,00
210570	LAGO DA PEDRA	1.605.511,69	1.441.701,16	0,00	995.432,78	0,00	0,00	0,00	0,00	4.042.645,63
210580	LAGO DO JUNCO	353.765,30	0,00	0,00	0,00	0,00	353.765,30	0,00	0,00	0,00
210590	LAGO VERDE	537.050,78	0,00	0,00	0,00	0,00	537.050,78	0,00	0,00	0,00
210592	LAGOA DO MATO	376.872,72	0,00	0,00	0,00	0,00	376.872,72	0,00	0,00	0,00
210594	LAGO DOS RODRIGUES	285.909,61	0,00	0,00	0,00	0,00	285.909,61	0,00	0,00	0,00
210596	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	332.195,99	0,00	0,00	0,00	0,00	332.195,99	0,00	0,00	0,00
210598	LAJEADO NOVO	244.273,33	0,00	0,00	0,00	0,00	244.273,33	0,00	0,00	0,00
210600	LIMA CAMPOS	418.723,62	0,00	0,00	0,00	0,00	418.723,62	0,00	0,00	0,00
210610	LORETO	380.807,42	0,00	0,00	0,00	0,00	380.807,42	0,00	0,00	0,00
210620	LUIS DOMINGUES	246.240,68	0,00	0,00	0,00	0,00	246.240,68	0,00	0,00	0,00
210630	MAGALHAES DE ALMEIDA	524.137,81	0,00	0,00	0,00	0,00	524.137,81	0,00	0,00	0,00
210632	MARACACUME	647.365,46	0,00	0,00	0,00	0,00	647.365,46	0,00	0,00	0,00
210635	MARAJA DO SENA	249.638,83	0,00	0,00	0,00	0,00	249.638,83	0,00	0,00	0,00
210637	MARANHAOZINHO	439.935,23	0,00	0,00	0,00	0,00	439.935,23	0,00	0,00	0,00
210640	MATA ROMA	509.794,04	0,00	0,00	0,00	0,00	509.794,04	0,00	0,00	0,00
210650	MATINHA	1.014.141,49	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.141,49	0,00	0,00	0,00
210660	MATOES	1.042.123,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1.042.123,18	0,00	0,00	0,00
210663	MATOES DO NORTE	391.466,88	0,00	0,00	0,00	0,00	391.466,88	0,00	0,00	0,00
210667	MILAGRES DO MARANHAO	280.365,26	0,00	0,00	0,00	0,00	280.365,26	0,00	0,00	0,00
210670	MIRADOR	715.364,23	0,00	0,00	0,00	0,00	715.364,23	0,00	0,00	0,00
210675	MIRANDA DO NORTE	641.078,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641.078,52
210680	MIRINZAL	769.617,77	0,00	0,00	0,00	0,00	769.617,77	0,00	0,00	0,00
210690	MONCAO	1.015.367,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015.367,22	0,00	0,00	0,00
210700	MONTES ALTOS	323.897,35	0,00	0,00	0,00	0,00	323.897,35	0,00	0,00	0,00
210710	MORROS	630.267,40	0,00	0,00	0,00	0,00	630.267,40	0,00	0,00	0,00
210720	NINA RODRIGUES	369.361,02	0,00	0,00	0,00	0,00	369.361,02	0,00	0,00	0,00
210725	NOVA COLINAS	178.384,99	0,00	0,00	0,00	0,00	178.384,99	0,00	0,00	0,00
210730	NOVA IORQUE	180.316,57	0,00	0,00	0,00	0,00	180.316,57	0,00	0,00	0,00
210735	NOVA OLINDA DO MARANHAO	631.197,42	0,00	0,00	0,00	0,00	631.197,42	0,00	0,00	0,00
210740	OLHO D'AGUA DAS CUNHAS	639.138,36	0,00	0,00	0,00	0,00	639.138,36	0,00	0,00	0,00
210745	OLINDA NOVA DO MARANHAO	445.551,12	0,00	0,00	0,00	0,00	445.551,12	0,00	0,00	0,00
210750	PACO DO LUMIAR	3.405.158,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.405.158,51
210760	PALMEIRANDIA	928.615,42	0,00	0,00	0,00	0,00	928.615,42	0,00	0,00	0,00
210770	PARAIBANO	702.909,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.909,80
210780	PARNARAMA	1.434.620,94	29.801,86	0,00	1.172.265,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.636.688,53
210790	PASSAGEM FRANCA	630.446,25	0,00	0,00	0,00	0,00	630.446,25	0,00	0,00	0,00
210800	PASTOS BONS	659.007,50	0,00	0,00	14.032,16	0,00	673.039,66	0,00	0,00	0,00
210805	PAULINO NEVES	471.985,15	0,00	0,00	0,00	0,00	471.985,15	0,00	0,00	0,00
210810	PAULO RAMOS	591.421,18	0,00	0,00	0,00	0,00	591.421,18	0,00	0,00	0,00
210820	PEDREIRAS	1.584.545,95	1.128.926,41	0,00	3.549.461,17	0,00	0,00	0,00	0,00	6.262.933,53
210825	PEDRO DO ROSARIO	801.856,09	0,00	0,00	0,00	0,00	801.856,09	0,00	0,00	0,00
210830	PENALVA	977.032,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	977.032,39
210840	PERI MIRIM	449.128,12	0,00	0,00	0,00	0,00	449.128,12	0,00	0,00	0,00
210845	PERITORO	701.127,77	0,00	150.000,00	0,00	0,00	701.127,77	0,00	0,00	150.000,00
210850	PINDARE MIRIM	1.140.311,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.311,83	0,00	0,00	0,00
210860	PINHEIRO	3.053.698,67	3.188.637,52	0,00	3.227.066,86	0,00	0,00	0,00	0,00	9.469.403,05
210870	PIO XII	779.026,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	779.026,00
210880	PIRAPEMAS	553.612,29	0,00	0,00	0,00	0,00	553.612,29	0,00	0,00	0,00
210890	POCAO DE PEDRAS	820.944,42	0,00	0,00	1.132.959,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.953.903,83
210900	PORTO FRANCO	1.119.323,38	782.757,53	1.140.000,00	1.061.964,76	0,00	0,00	0,00	0,00	4.104.045,67
210905	PORTO RICO DO MARANHAO	254.324,70	0,00	0,00	0,00	0,00	254.324,70	0,00	0,00	0,00
210910	PRESIDENTE DUTRA	1.612.075,71	197.991,55	0,00	1.889.426,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.699.493,26
210920	PRESIDENTE JUSCELINO	432.602,38	0,00	0,00	0,00	0,00	432.602,38	0,00	0,00	0,00
210923	PRESIDENTE MEDICI	223.634,04	0,00	0,00	0,00	0,00	223.634,04	0,00	0,00	0,00
210927	PRESIDENTE SARNEY	575.718,15	0,00	0,00	0,00	0,00	575.718,15	0,00	0,00	0,00
210930	PRESIDENTE VARGAS	361.133,92	0,00	0,00	0,00	0,00	361.133,92	0,00	0,00	0,00
210940	PRIMEIRA CRUZ	442.331,82	0,00	0,00	0,00	0,00	442.331,82	0,00	0,00	0,00
210945	RAPOSA	1.157.400,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1.157.400,34	0,00	0,00	0,00
210950	RIACHAO	773.562,02	0,00	0,00	0,00	0,00	773.562,02	0,00	0,00	0,00
210955	RIBAMAR FIQUENE	264.376,07	0,00	0,00	0,00	0,00	264.376,07	0,00	0,00	0,00
210960	ROSARIO	1.398.714,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1.398.714,31	0,00	0,00	0,00
210970	SAMBAIBA	213.582,67	0,00	0,00	0,00	0,00	213.582,67	0,00	0,00	0,00
210975	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	203.996,31	0,00	0,00	0,00	0,00	203.996,31	0,00	0,00	0,00
210980	SANTA HELENA	1.316.548,37	0,00	0,00	334.928,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.651.477,20
210990	SANTA INES	3.278.894,02	2.045.890,30	0,00	5.678.391,40	0,00	0,00	0,00	0,00	11.003.175,72
211000	SANTA LUZIA	2.603.486,89	285.841,53	0,00	1.772.240,29	0,00	0,00	0,00	0,00	4.661.568,71
211003	SANTA LUZIA DO PARUA	737.081,00	0,00	0,00	65.556,60	0,00	802.637,60	0,00	0,00	0,00
211010	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	1.045.020,55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.045.020,55	0,00	0,00	0,00
211020	SANTA RITA	1.119.643,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.643,92
211023	SANTANA DO MARANHAO	389.535,30	0,00	0,00	0,00	0,00	389.535,30	0,00	0,00	0,00
211027	SANTO AMARO DO MARANHAO	411.676,93	0,00	0,00	0,00	0,00	411.676,93	0,00	0,00	0,00
211030	SANTO ANTONIO DOS LOPES	785.213,49	0,00	0,00	0,00	0,00	785.213,49	0,00	0,00	0,00
211040	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	633.272,08	0,00	0,00	0,00	0,00	633.272,08	0,00	0,00	0,00
211050	SAO BENTO	1.367.037,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.367.037,32
211060	SAO BERNARDO	939.785,21	0,00	0,00	0,00	0,00	939.785,21	0,00	0,00	0,00
211065	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	256.399,36	0,00	0,00	0,00	0,00	256.399,36	0,00	0,00	0,00
211070	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	1.197.973,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.197.973,07	0,00	0,00	0,00
211080	SAO FELIX DE BALSAS	161.358,47	0,00	0,00	0,00	0,00	161.358,47	0,00	0,00	0,00
211085	SAO FRANCISCO DO BREJAO	311.270,54	0,00	0,00	0,00	0,00	311.270,54	0,00	0,00	0,00
211090	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	523.386,64	0,00	0,00	0,00	0,00	523.386,64	0,00	0,00	0,00
211100	SAO JOAO BATISTA	927.578,09	0,00	0,00	0,00	0,00	927.578,09	0,00	0,00	0,00
211102	SAO JOAO DO CARU	451.167,01	0,00	0,00	0,00	0,00	451.167,01	0,00	0,00	0,00
211105	SAO JOAO DO PARAISO	415.325,47	0,00	0,00	0,00	0,00	415.325,47	0,00	0,00	0,00
211107	SAO JOAO DO SOTER	647.953,16	0,00	0,00	0,00	0,00	647.953,16	0,00	0,00	0,00
211110	SAO JOAO DOS PATOS	922.114,45	139.077,08	0,00	1.143.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.204.385,53
211120	SAO JOSE DE RIBAMAR	4.906.619,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.906.619,41
211125	SAO JOSE DOS BASILIOS	267.917,30	0,00	0,00	0,00	0,00	267.917,30	0,00	0,00	0,00
211130	SAO LUIS	60.099.018,77	72.515.265,15	22.345.520,15	75.678.116,06	0,00	2.464.778,40	36.199.077,83	0,00	191.974.063,90
211140	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	824.718,51	0,00	0,00	0,00	0,00	719.118,51	0,00	0,00	105.600,00
211150	SAO MATEUS DO MARANHAO	1.709.739,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.709.739,70
211153	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	409.173,03	0,00	0,00	0,00	0,00	409.173,03	0,00	0,00	0,00
211157	SAO PEDRO DOS CRENTES	147.944,72	0,00	0,00	0,00	0,00	147.944,72	0,00	0,00	0,00
211160	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	588.309,19	0,00	0,00	0,00	0,00	588.309,19	0,00	0,00	0,00
211163	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	164.184,30	0,00	0,00	0,00	0,00	164.184,30	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

211167	SAO ROBERTO	184.036,65	0,00	0,00	0,00	0,00	184.036,65	0,00	0,00	0,00
211170	SAO VICENTE FERRER	756.044,92	853.896,99	0,00	137.585,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.747.526,93
211172	SATUBINHA	309.446,27	0,00	0,00	0,00	0,00	309.446,27	0,00	0,00	0,00
211174	SENADOR ALEXANDRE COSTA	334.199,11	0,00	0,00	0,00	0,00	334.199,11	0,00	0,00	0,00
211176	SENADOR LA ROCQUE	691.362,56	0,00	0,00	0,00	0,00	691.362,56	0,00	0,00	0,00
211178	SERRANO DO MARANHAO	390.286,47	0,00	0,00	0,00	0,00	390.286,47	0,00	0,00	0,00
211180	SITIO NOVO	572.641,93	0,00	0,00	0,00	0,00	572.641,93	0,00	0,00	0,00
211190	SUCUPIRA DO NORTE	376.622,33	0,00	0,00	0,00	0,00	376.622,33	0,00	0,00	0,00
211195	SUCUPIRA DO RIACHAO	172.339,86	0,00	0,00	0,00	0,00	172.339,86	0,00	0,00	0,00
211200	TASSO FRAGOSO	245.024,50	0,00	0,00	0,00	0,00	245.024,50	0,00	0,00	0,00
211210	TIMBIRAS	961.640,68	0,00	150.000,00	261.648,00	0,00	1.223.288,68	0,00	0,00	150.000,00
211220	TIMON	5.592.988,23	0,00	1.158.000,00	7.009.181,70	0,00	0,00	0,00	0,00	13.760.169,93
211223	TRIZIDELA DO VALE	674.872,59	0,00	0,00	0,00	0,00	674.872,59	0,00	0,00	0,00
211227	TUFILANDIA	203.066,29	0,00	0,00	0,00	0,00	203.066,29	0,00	0,00	0,00
211230	TUNTUM	992.031,99	2.497.589,85	1.008.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.497.621,84
211240	TURIACU	1.196.721,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.196.721,12	0,00	0,00	0,00
211245	TURILANDIA	742.513,66	0,00	0,00	0,00	0,00	742.513,66	0,00	0,00	0,00
211250	TUTOIA	1.707.409,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.707.409,41	0,00	0,00	0,00
211260	URBANO SANTOS	803.358,43	0,00	0,00	0,00	0,00	803.358,43	0,00	0,00	0,00
211270	VARGEM GRANDE	1.629.652,00	164.009,71	0,00	115.694,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.909.355,99
211280	VIANA	2.283.743,30	850.356,93	0,00	1.035.812,71	0,00	0,00	0,00	0,00	4.169.912,94
211285	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	320.534,97	0,00	0,00	0,00	0,00	320.534,97	0,00	0,00	0,00
211290	VITORIA DO MEARIM	1.237.946,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237.946,51
211300	VITORINO FREIRE	1.242.951,22	115.005,61	0,00	1.403.451,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2.761.408,16
211400	ZE DOCA	1.690.505,30	720.221,71	0,00	316.552,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.727.279,19
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										487.459.370,40

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (VALORES ANUAIS)						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	211130 - SAO LUIS	Hospital Universitário - HU-UFMA	2726653	12	02-12-2004	43.026.633,70
TOTAL						43.026.633,70

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, por meio do Ofício nº 4050, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Publicar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado no Anexo II.

§ 1º - O total de recurso financeiro anual do estado de Sergipe, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 289.190.148,19, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	139.271.921,92	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	144.727.617,99	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	5.190.608,28	Anexo III

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 1.768.800,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 12.828.000,00.

§ 3º - O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que a publicação dos recursos estabelecidos por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0028 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	55.076.526,09
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	59.916.305,94
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	24.279.089,89
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	139.271.921,92

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)										
IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
280010	AMPARO DE SAO FRANCISCO	13.249,80	0,00	0,00	0,00	0,00	13.249,80	0,00	0,00	0,00
280020	AQUIDABA	468.162,93	638.841,99	0,00	0,00	0,00	1.107.004,92	0,00	0,00	0,00
280030	ARACAJU	50.441.938,16	89.214.081,94	13.012.800,00	0,00	24.279.089,89	11.040.000,00	5.190.608,28	0,00	112.159.121,93
280040	ARAUA	43.821,72	0,00	88.380,00	0,00	0,00	132.201,72	0,00	0,00	0,00
280050	AREIA BRANCA	52.418,28	0,00	0,00	0,00	0,00	52.418,28	0,00	0,00	0,00
280060	BARRA DOS COQUEIROS	570.964,08	0,00	159.084,00	0,00	0,00	730.048,08	0,00	0,00	0,00
280067	BOQUIM	1.820.458,91	223.790,47	1.276.911,53	0,00	0,00	3.321.160,91	0,00	0,00	0,00
280070	BREJO GRANDE	26.701,32	0,00	0,00	0,00	0,00	26.701,32	0,00	0,00	0,00
280100	CAMPO DO BRITO	563.463,60	0,00	12.823,47	0,00	0,00	576.287,07	0,00	0,00	0,00
280110	CANHOBA	23.778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.778,00	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

280120	CANINDE DE SAO FRANCISCO	1.253.010,00	0,00	105.600,00	0,00	0,00	1.253.010,00	0,00	0,00	105.600,00
280130	CAPELA	1.917.083,76	3.462.592,92	0,00	0,00	0,00	5.379.676,68	0,00	0,00	0,00
280140	CARIRA	512.882,40	0,00	75.126,24	0,00	0,00	588.008,64	0,00	0,00	0,00
280150	CARMOPOLIS	229.610,52	0,00	23.481,83	0,00	0,00	253.092,35	0,00	0,00	0,00
280160	CEDRO DE SAO JOAO	44.096,64	0,00	0,00	0,00	0,00	44.096,64	0,00	0,00	0,00
280170	CRISTINAPOLIS	90.293,88	0,00	0,00	0,00	0,00	90.293,88	0,00	0,00	0,00
280190	CUMBE	1.692,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.692,00	0,00	0,00	0,00
280200	DIVINA PASTORA	1.810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.810,00	0,00	0,00	0,00
280210	ESTANCIA	2.656.533,09	4.997.336,65	184.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.838.669,74
280220	FEIRA NOVA	6.682,80	0,00	0,00	0,00	0,00	6.682,80	0,00	0,00	0,00
280230	FREI PAULO	7.200,00	0,00	97.218,00	0,00	0,00	104.418,00	0,00	0,00	0,00
280240	GARARU	12.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.840,00	0,00	0,00	0,00
280250	GENERAL MAYNARD	1.215,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.215,00	0,00	0,00	0,00
280260	GRACHO CARDOSO	35.835,84	0,00	0,00	0,00	0,00	35.835,84	0,00	0,00	0,00
280270	ILHA DAS FLORES	29.904,84	0,00	0,00	0,00	0,00	29.904,84	0,00	0,00	0,00
280280	INDIAROBA	467.665,92	0,00	106.056,00	0,00	0,00	573.721,92	0,00	0,00	0,00
280290	ITABAIANA	3.191.661,82	5.508.886,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.700.548,00
280300	ITABAIANINHA	1.523.488,92	0,00	216.559,20	0,00	0,00	1.740.048,12	0,00	0,00	0,00
280310	ITABI	2.223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.223,00	0,00	0,00	0,00
280320	ITAPORANGA D'AJUDA	1.540.247,88	0,00	165.617,73	0,00	0,00	1.705.865,61	0,00	0,00	0,00
280330	JAPARATUBA	272.563,92	0,00	47.873,56	0,00	0,00	320.437,48	0,00	0,00	0,00
280340	JAPOATA	792.048,44	56.200,00	0,00	0,00	0,00	848.248,44	0,00	0,00	0,00
280350	LAGARTO	3.946.097,22	5.761.940,22	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.813.637,44
280360	LARANJEIRAS	629.688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	629.688,00	0,00	0,00	0,00
280370	MACAMBIRA	6.853,20	0,00	0,00	0,00	0,00	6.853,20	0,00	0,00	0,00
280380	MALHADA DOS BOIS	21.341,40	0,00	0,00	0,00	0,00	21.341,40	0,00	0,00	0,00
280390	MALHADOR	5.385,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.385,00	0,00	0,00	0,00
280400	MARUIM	252.697,26	303.067,74	123.732,00	0,00	0,00	679.497,00	0,00	0,00	0,00
280410	MOITA BONITA	60.589,80	0,00	0,00	0,00	0,00	60.589,80	0,00	0,00	0,00
280420	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	118.639,08	0,00	97.218,00	0,00	0,00	215.857,08	0,00	0,00	0,00
280430	MURIBECA	31.916,52	0,00	0,00	0,00	0,00	31.916,52	0,00	0,00	0,00
280440	NEOPOLIS	651.747,30	1.219.125,74	0,00	0,00	0,00	1.870.873,04	0,00	0,00	0,00
280445	NOSSA SENHORA APARECIDA	3.713,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.713,00	0,00	0,00	0,00
280450	NOSSA SENHORA DA GLORIA	1.903.116,26	2.484.714,16	0,00	0,00	0,00	4.387.830,42	0,00	0,00	0,00
280460	NOSSA SENHORA DAS DORES	604.833,72	596.042,88	59.305,97	0,00	0,00	1.260.182,57	0,00	0,00	0,00
280470	NOSSA SENHORA DE LOURDES	2.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.970,00	0,00	0,00	0,00
280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	2.277.005,77	3.727.435,11	105.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.110.040,88
280490	PACATUBA	53.352,48	0,00	0,00	0,00	0,00	53.352,48	0,00	0,00	0,00
280500	PEDRA MOLE	1.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.290,00	0,00	0,00	0,00
280510	PEDRINHAS	3.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00
280520	PINHAO	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00
280530	PIRAMBU	51.619,92	0,00	0,00	0,00	0,00	51.619,92	0,00	0,00	0,00
280540	POCO REDONDO	919.622,28	0,00	1.353.453,05	0,00	0,00	2.273.075,33	0,00	0,00	0,00
280550	POCO VERDE	756.694,56	0,00	77.473,71	0,00	0,00	834.168,27	0,00	0,00	0,00
280560	PORTO DA FOLHA	959.083,58	0,00	1.307.046,04	0,00	0,00	2.266.129,62	0,00	0,00	0,00
280570	PROPRIA	2.142.628,42	2.714.995,57	0,00	0,00	0,00	4.857.623,99	0,00	0,00	0,00
280580	RIACHAO DO DANTAS	932.141,76	0,00	159.084,00	0,00	0,00	1.091.225,76	0,00	0,00	0,00
280590	RIACHUELO	511.100,02	194.825,55	11.773,07	0,00	0,00	717.698,64	0,00	0,00	0,00
280600	RIBEIROPOLIS	299.270,37	0,00	0,00	0,00	0,00	299.270,37	0,00	0,00	0,00
280610	ROSARIO DO CATETE	123.732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.732,00	0,00	0,00	0,00
280620	SALGADO	204.034,32	0,00	0,00	0,00	0,00	204.034,32	0,00	0,00	0,00
280630	SANTA LUZIA DO ITANHY	104.920,56	0,00	0,00	0,00	0,00	104.920,56	0,00	0,00	0,00
280640	SANTANA DO SAO FRANCISCO	17.961,96	0,00	0,00	0,00	0,00	17.961,96	0,00	0,00	0,00
280650	SANTA ROSA DE LIMA	30.387,12	0,00	0,00	0,00	0,00	30.387,12	0,00	0,00	0,00
280660	SANTO AMARO DAS BROTAS	39.359,40	0,00	0,00	0,00	0,00	39.359,40	0,00	0,00	0,00
280670	SAO CRISTOVAO	3.144.404,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.144.404,40	0,00	0,00	0,00
280680	SAO DOMINGOS	451.693,92	0,00	0,00	0,00	0,00	451.693,92	0,00	0,00	0,00
280690	SAO FRANCISCO	1.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.265,00	0,00	0,00	0,00
280700	SAO MIGUEL DO ALEIXO	1.645,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.645,00	0,00	0,00	0,00
280710	SIMAO DIAS	915.938,78	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	2.115.938,78	0,00	0,00	0,00
280720	SIRIRI	27.878,40	0,00	0,00	0,00	0,00	27.878,40	0,00	0,00	0,00
280730	TELHA	48.273,36	0,00	0,00	0,00	0,00	48.273,36	0,00	0,00	0,00
280740	TOBIAS BARRETO	1.400.171,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400.171,77	0,00	0,00	0,00
280750	TOMAR DO GERU	41.397,16	0,00	101.947,24	0,00	0,00	143.344,40	0,00	0,00	0,00
280760	UMBAUBA	257.788,80	0,00	159.084,00	0,00	0,00	416.872,80	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										144.727.617,99

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	280030 - ARACAJU	Hospital Universitário da Universidade Federal de	2534	80	16-01-2006	5.190.608,28
TOTAL						5.190.608,28

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE - JANEIRO/2011

DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais)

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qualserão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
280030 - ARACAJU	HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO	2816210	01/2010	10-12-2010	FES	17.790.817,33
280030 - ARACAJU	MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES	5714397	01/2010	10-12-2010	FES	6.488.272,56
TOTAL						24.279.089,89

PORTARIA Nº 26, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por meio do Ofício nº 132/2010 - SPLAN/SES, de 03 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II e III.

§ 1º - O total de recurso financeiro anual do estado de Goiás, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 735.704.445,44, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	49.800.250,34	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	658.069.754,15	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	27.834.440,95	Anexo III

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 3.247.200,00e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 25.908.000,00;

§ 3º - O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0052 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	10.945.491,50
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	38.854.758,84
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	0,00
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	49.800.250,34

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE - (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferênciasrealizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras Ufs	Total
		Próprio	Referenciado							
520005	ABADIA DE GOIAS	62.112,41	0,00	0,00	62.775,41	0,00	0,00	0,00	0,00	124.887,82
520010	ABADIANIA	137.553,31	0,00	150.000,00	49.073,04	0,00	0,00	0,00	0,00	336.626,35
520013	ACREUNA	522.656,59	0,00	0,00	255.888,18	0,00	0,00	0,00	0,00	778.544,77
520015	ADELANDIA	9.682,21	0,00	0,00	12.176,22	0,00	0,00	0,00	0,00	21.858,43
520017	AGUA FRIA DE GOIAS	113.962,12	2.751,48	0,00	24.963,97	0,00	0,00	0,00	0,00	141.677,57
520020	AGUA LIMPA	18.273,73	0,00	0,00	6.381,56	0,00	0,00	0,00	0,00	24.655,29
520025	AGUAS LINDAS DE GOIAS	5.181.197,68	47.058,76	480.000,00	1.735.144,79	0,00	6.963.401,23	0,00	0,00	480.000,00
520030	ALEXANIA	590.234,39	0,00	0,00	276.089,28	0,00	0,00	0,00	0,00	866.323,67
520050	ALOANDIA	30.200,73	0,00	0,00	17.368,75	0,00	0,00	0,00	0,00	47.569,48
520055	ALTO HORIZONTE	20.029,90	0,00	0,00	11.525,87	0,00	0,00	0,00	0,00	31.555,77
520060	ALTO PARAISO DE GOIAS	216.251,14	0,00	79.200,00	45.767,16	0,00	0,00	0,00	0,00	341.218,30
520080	ALVORADA DO NORTE	269.424,86	121.490,50	150.000,00	662.128,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1.203.043,51
520082	AMARALINA	7.761,91	0,00	0,00	10.710,15	0,00	0,00	0,00	0,00	18.472,06
520085	AMERICANO DO BRASIL	129.143,08	0,00	0,00	73.681,82	0,00	0,00	0,00	0,00	202.824,90
520090	AMORINOPOLIS	112.533,99	0,00	0,00	43.219,58	0,00	0,00	0,00	0,00	155.753,57
520110	ANAPOLIS	18.051.861,93	10.121.316,56	3.093.255,66	35.332.286,66	0,00	184.800,00	0,00	0,00	66.413.920,81
520120	ANHANGUERA	45,91	0,00	0,00	2.089,52	0,00	2.135,43	0,00	0,00	0,00
520130	ANICUNS	499.473,94	56.045,49	0,00	311.971,61	0,00	0,00	0,00	0,00	867.491,04
520140	APARECIDA DE GOIANIA	19.067.913,48	2.185.551,49	2.808.000,00	33.326.934,48	0,00	0,00	0,00	0,00	57.388.399,45
520145	APARECIDA DO RIO DOCE	22.812,47	0,00	0,00	8.444,30	0,00	0,00	0,00	0,00	31.256,77
520150	APORE	92.215,49	0,00	0,00	36.821,22	0,00	0,00	0,00	0,00	129.036,71
520160	ARACU	72.590,88	0,00	0,00	57.541,30	0,00	0,00	0,00	0,00	130.132,18
520170	ARAGARCAS	667.381,87	24.472,61	0,00	502.689,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.194.543,49
520180	ARAGOIANIA	180.991,58	0,00	0,00	98.451,79	0,00	279.443,37	0,00	0,00	0,00
520215	ARAGUAPAZ	226.001,27	0,00	0,00	90.686,03	0,00	0,00	0,00	0,00	316.687,30
520235	ARENOPOLIS	114.534,24	0,00	0,00	47.932,34	0,00	0,00	0,00	0,00	162.466,58
520250	ARUANA	147.513,27	0,00	0,00	66.893,34	0,00	214.406,61	0,00	0,00	0,00
520260	AURILANDIA	4.563,74	0,00	0,00	11.114,01	0,00	0,00	0,00	0,00	15.677,75
520280	AVELINOPOLIS	20.976,59	0,00	0,00	37.168,74	0,00	0,00	0,00	0,00	58.145,33
520310	BALIZA	328,44	0,00	0,00	9.931,85	0,00	10.260,29	0,00	0,00	0,00
520320	BARRO ALTO	116.835,55	7.525,95	0,00	84.367,85	0,00	0,00	0,00	0,00	208.729,35
520330	BELA VISTA DE GOIAS	517.094,21	0,00	150.000,00	261.572,74	0,00	0,00	0,00	0,00	928.666,95
520340	BOM JARDIM DE GOIAS	264.325,49	6.058,60	0,00	114.179,35	0,00	0,00	0,00	0,00	384.563,44
520350	BOM JESUS DE GOIAS	470.098,01	183,36	150.000,00	288.090,34	0,00	0,00	0,00	0,00	908.371,71
520355	BONFINOPOLIS	156.905,20	0,00	0,00	102.310,02	0,00	0,00	0,00	0,00	259.215,22
520357	BONOPOLIS	16.064,61	0,00	0,00	10.280,88	0,00	26.345,49	0,00	0,00	0,00
520360	BRAZABRANTES	5.231,79	0,00	0,00	13.288,95	0,00	18.520,74	0,00	0,00	0,00
520380	BRITANIA	169.504,98	0,00	0,00	78.839,78	0,00	0,00	0,00	0,00	248.344,76
520390	BURITI ALEGRE	229.383,26	0,00	0,00	127.273,54	0,00	356.656,80	0,00	0,00	0,00
520393	BURITI DE GOIAS	84.881,36	0,00	150.000,00	33.242,35	0,00	0,00	0,00	0,00	268.123,71
520396	BURITINOPOLIS	40.234,63	0,00	0,00	14.157,67	0,00	0,00	0,00	0,00	54.392,30
520400	CABECEIRAS	226.402,31	0,00	0,00	81.861,03	0,00	0,00	0,00	0,00	308.263,34
520410	CACHOEIRA ALTA	188.036,30	0,00	0,00	37.187,50	0,00	0,00	0,00	0,00	225.223,80
520420	CACHOEIRA DE GOIAS	5.122,11	0,00	0,00	4.257,82	0,00	9.379,93	0,00	0,00	0,00
520425	CACHOEIRA DOURADA	215.000,65	0,00	0,00	117.100,99	0,00	0,00	0,00	0,00	332.101,64
520430	CACU	319.853,41	157,84	0,00	268.214,25	0,00	588.225,50	0,00	0,00	0,00
520440	CAIAPONIA	464.679,45	0,00	0,00	616.112,92	0,00	1.080.792,37	0,00	0,00	0,00
520450	CALDAS NOVAS	2.332.472,77	133.018,97	1.320.000,00	2.074.597,02	0,00	0,00	0,00	0,00	5.860.088,76
520455	CALDAZINHA	9.023,61	0,00	0,00	10.075,71	0,00	19.099,32	0,00	0,00	0,00
520460	CAMPESTRE DE GOIAS	16.173,73	0,00	0,00	13.997,50	0,00	30.171,23	0,00	0,00	0,00
520465	CAMPINACU	35.237,66	0,00	0,00	26.119,69	0,00	0,00	0,00	0,00	61.357,35
520470	CAMPINORTE	231.851,59	2.489,26	0,00	99.145,22	0,00	0,00	0,00	0,00	333.486,07
520480	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	101.979,86	0,00	0,00	43.915,08	0,00	0,00	0,00	0,00	145.894,94
520485	CAMPO LIMPO DE GOIAS	19.876,35	0,00	0,00	18.655,23	0,00	38.531,58	0,00	0,00	0,00
520490	CAMPOS BELOS	641.633,95	273.782,50	150.000,00	899.291,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.964.707,84
520495	CAMPOS VERDES	70.618,18	0,00	0,00	79.164,63	0,00	0,00	0,00	0,00	149.782,81
520500	CARMO DO RIO VERDE	155.022,25	0,00	0,00	92.639,58	0,00	0,00	0,00	0,00	247.661,83
520505	CASTELANDIA	76.504,46	0,00	0,00	54.381,77	0,00	0,00	0,00	0,00	130.886,23
520510	CATALAO	2.564.006,03	512.728,99	246.949,78	5.089.609,79	0,00	0,00	0,00	0,00	8.413.294,58
520520	CATURAI	107.984,48	0,00	0,00	20.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.749,48
520530	CAVALCANTE	286.160,64	48.042,14	0,00	139.545,97	0,00	0,00	0,00	0,00	473.748,75
520540	CERES	688.143,00	1.951.067,42	1.190.033,74	5.736.190,17	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565.434,33
520545	CEZARINA	167.430,77	0,00	0,00	72.947,09	0,00	0,00	0,00	0,00	240.377,86
520547	CHAPADAO DO CEU	125.255,23	0,00	0,00	73.784,40	0,00	0,00	0,00	0,00	199.039,63
520549	CIDADE OCIDENTAL	1.585.701,19	463.258,07	150.000,00	709.312,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.908.272,23
520551	COCALZINHO DE GOIAS	525.643,32	0,00	0,00	214.285,18	0,00	0,00	0,00	0,00	739.928,50
520552	COLINAS DO SUL	67.557,03	0,00	0,00	59.160,75	0,00	0,00	0,00	0,00	126.717,78
520570	CORREGO DO OURO	66.962,15	0,00	0,00	27.543,76	0,00	0,00	0,00	0,00	94.505,91
520580	CORUMBA DE GOIAS	128.116,58	0,00	0,00	82.285,03	0,00	210.401,61	0,00	0,00	0,00
520590	CORUMBAIBA	150.800,49	0,00	150.000,00	62.055,23	0,00	0,00	0,00	0,00	362.855,72
520620	CRISTALINA	1.154.912,64	15.007,25	255.600,00	412.344,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.837.864,77

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

520630	CRISTIANOPOLIS	67.267,54	0,00	0,00	39.677,54	0,00	106.945,08	0,00	0,00	0,00
520640	CRIXAS	346.336,54	16.710,87	150.000,00	622.067,44	0,00	985.114,85	0,00	0,00	150.000,00
520650	CROMINIA	65.293,37	0,00	0,00	24.038,80	0,00	0,00	0,00	0,00	89.332,17
520660	CUMARI	30.527,99	0,00	0,00	25.025,84	0,00	0,00	0,00	0,00	55.553,83
520670	DAMIANOPOLIS	87.091,32	26.908,17	0,00	47.085,41	0,00	0,00	0,00	0,00	161.084,90
520680	DAMOLANDIA	62.738,86	0,00	0,00	24.785,17	0,00	87.524,03	0,00	0,00	0,00
520690	DAVINOPOLIS	221,53	0,00	0,00	6.120,73	0,00	6.342,26	0,00	0,00	0,00
520710	DIORAMA	75.003,19	0,00	0,00	19.861,45	0,00	0,00	0,00	0,00	94.864,64
520725	DOVERLANDIA	215.845,19	7.361,54	0,00	179.106,62	0,00	0,00	0,00	0,00	402.313,35
520735	EDEALINA	24.596,53	0,00	0,00	17.347,36	0,00	0,00	0,00	0,00	41.943,89
520740	EDEIA	281.244,22	0,00	0,00	177.147,34	0,00	0,00	0,00	0,00	458.391,56
520750	ESTRELA DO NORTE	84.402,68	0,00	0,00	43.803,75	0,00	128.206,43	0,00	0,00	0,00
520753	FAINA	197.932,40	0,00	0,00	96.782,13	0,00	0,00	0,00	0,00	294.714,53
520760	FAZENDA NOVA	193.005,15	0,00	0,00	66.297,17	0,00	0,00	0,00	0,00	259.302,32
520780	FIRMINOPOLIS	284.233,49	107.826,81	0,00	148.952,26	0,00	0,00	0,00	0,00	541.012,56
520790	FLORES DE GOIAS	268.844,37	11.524,92	0,00	97.894,88	0,00	0,00	0,00	0,00	378.264,17
520800	FORMOSA	3.707.840,20	549.201,14	1.545.017,77	2.965.103,46	0,00	0,00	0,00	0,00	8.767.162,57
520810	FORMOSO	152.054,81	5.337,70	0,00	71.726,30	0,00	229.118,81	0,00	0,00	0,00
520815	GAMELEIRA DO GOIAS	367,59	0,00	0,00	11.819,85	0,00	12.187,44	0,00	0,00	0,00
520830	DIVINOPOLIS DE GOIAS	112.881,26	0,00	0,00	70.396,89	0,00	0,00	0,00	0,00	183.278,15
520840	GOIANAPOLIS	264.985,34	0,00	0,00	185.633,82	0,00	0,00	0,00	0,00	450.619,16
520850	GOIANDIRA	97.295,99	13.726,09	0,00	507.372,91	0,00	618.394,99	0,00	0,00	0,00
520860	GOIANESIA	1.725.262,61	163.709,32	150.000,00	1.628.466,67	0,00	0,00	0,00	0,00	3.667.438,60
520870	GOIANIA	73.122.537,42	69.410.116,79	19.856.825,63	179.412.855,27	0,00	184.800,00	27.834.440,95	0,00	313.783.094,16

520880	GOIANIRA	514.586,61	31.310,13	0,00	333.322,49	0,00	0,00	0,00	0,00	879.219,23
520890	GOIAS	934.362,67	148.570,97	708.000,00	2.054.259,03	0,00	0,00	0,00	0,00	3.845.192,67
520910	GOIATUBA	1.165.170,85	218.248,42	255.600,00	1.367.791,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.006.810,53
520915	GOUVELANDIA	17.016,27	0,00	0,00	19.848,46	0,00	36.864,73	0,00	0,00	0,00
520920	GUAPO	144.389,91	0,00	0,00	506.223,25	0,00	650.613,16	0,00	0,00	0,00
520929	GUARAITA	23.222,02	0,00	0,00	7.353,68	0,00	0,00	0,00	0,00	30.575,70
520940	GUARANI DE GOIAS	44.906,63	0,00	0,00	15.160,27	0,00	0,00	0,00	0,00	60.066,90
520945	GUARINOS	7.207,09	0,00	0,00	7.948,81	0,00	15.155,90	0,00	0,00	0,00
520960	HEITORAI	85.141,26	0,00	0,00	51.559,40	0,00	0,00	0,00	0,00	136.700,66
520970	HIDROLANDIA	348.434,75	0,00	150.000,00	228.853,53	0,00	0,00	0,00	0,00	727.288,28
520980	HIDROLINA	65.601,65	0,00	0,00	38.953,77	0,00	104.555,42	0,00	0,00	0,00
520990	IACIARA	374.673,37	40.305,16	0,00	166.581,49	0,00	581.560,02	0,00	0,00	0,00
520993	INACIOLANDIA	97.262,47	0,00	0,00	55.695,06	0,00	0,00	0,00	0,00	152.957,53
520995	INDIARA	337.879,27	0,00	150.000,00	201.497,35	0,00	539.376,62	0,00	0,00	150.000,00
521000	INHUMAS	1.639.985,68	86.062,13	150.000,00	2.357.077,49	0,00	0,00	0,00	0,00	4.233.125,30
521010	IPAMERI	767.418,07	8.562,11	150.000,00	337.870,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.263.850,42
521015	IPIRANGA DE GOIAS	1.167,58	0,00	0,00	8.721,90	0,00	9.889,48	0,00	0,00	0,00
521020	IPORA	1.338.005,45	250.118,11	945.600,00	935.169,76	0,00	0,00	0,00	0,00	3.468.893,32
521030	ISRAELANDIA	76.941,36	0,00	0,00	36.009,84	0,00	0,00	0,00	0,00	112.951,20
521040	ITABERAI	932.860,40	74.071,39	150.000,00	413.757,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.570.689,30
521056	ITAGUARI	30.923,75	0,00	0,00	13.053,77	0,00	43.977,52	0,00	0,00	0,00
521060	ITAGUARU	140.039,53	0,00	0,00	70.805,54	0,00	0,00	0,00	0,00	210.845,07
521080	ITAJA	161.842,65	14.373,15	0,00	79.342,81	0,00	0,00	0,00	0,00	255.558,61
521090	ITAPACI	473.531,61	78.683,68	150.000,00	766.938,05	0,00	1.319.153,34	0,00	0,00	150.000,00
521100	ITAPIRAPUA	484.563,62	0,00	0,00	119.827,39	0,00	0,00	0,00	0,00	604.391,01
521120	ITAPURANGA	795.100,76	42.293,11	184.712,80	888.755,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.910.862,65
521130	ITARUMA	150.523,21	0,00	0,00	64.568,31	0,00	215.091,52	0,00	0,00	0,00
521140	ITAUCU	220.535,67	2.651,84	0,00	134.836,05	0,00	0,00	0,00	0,00	358.023,56
521150	ITUMBIARA	3.220.306,89	531.302,96	1.362.798,26	4.648.891,69	0,00	0,00	0,00	0,00	9.763.299,81
521160	IVOLANDIA	81.374,63	7.868,72	0,00	47.477,32	0,00	136.720,67	0,00	0,00	0,00
521170	JANDAIA	179.888,73	0,00	0,00	88.709,78	0,00	0,00	0,00	0,00	268.598,51
521180	JARAGUA	1.029.584,47	97.953,86	150.000,00	1.107.638,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.385.177,09
521190	JATAI	3.159.946,50	453.756,23	782.043,58	4.911.399,58	0,00	0,00	0,00	0,00	9.307.145,89
521200	JAUPACI	75.434,90	0,00	0,00	39.037,53	0,00	0,00	0,00	0,00	114.472,43
521205	JESUPOLIS	4.617,35	377,50	0,00	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	13.810,47
521210	JOVIANIA	153.807,17	0,00	0,00	66.832,50	0,00	0,00	0,00	0,00	220.639,67
521220	JUSSARA	563.203,69	716,11	150.000,00	671.702,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.385.622,27
521225	LAGOA SANTA	31,43	0,00	0,00	3.811,11	0,00	3.842,54	0,00	0,00	0,00
521230	LEOPOLDO DE BULHOES	236.913,00	0,00	0,00	119.157,99	0,00	356.070,99	0,00	0,00	0,00
521250	LUZIANIA	6.735.428,78	481.472,84	963.600,00	2.912.722,15	0,00	0,00	0,00	0,00	11.093.223,77
521260	MAIRIPOTABA	54.541,22	0,00	0,00	30.488,20	0,00	85.029,42	0,00	0,00	0,00
521270	MAMBAI	156.466,56	0,00	0,00	74.069,83	0,00	0,00	0,00	0,00	230.536,39
521280	MARA ROSA	280.267,64	12.113,72	0,00	134.621,85	0,00	0,00	0,00	0,00	427.003,21
521290	MARZAGAO	39.046,35	0,00	0,00	33.759,27	0,00	72.805,62	0,00	0,00	0,00
521295	MATRINCHA	120.237,44	0,00	0,00	63.525,37	0,00	0,00	0,00	0,00	183.762,81
521300	MAURILANDIA	128.759,85	0,00	0,00	77.826,59	0,00	206.586,44	0,00	0,00	0,00
521305	MIMOSO DE GOIAS	755,00	0,00	0,00	8.419,61	0,00	9.174,61	0,00	0,00	0,00
521308	MINACU	1.105.463,67	69.821,24	150.000,00	847.860,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2.173.145,07
521310	MINEIROS	1.416.099,70	60.276,56	255.600,00	1.603.503,84	0,00	0,00	0,00	0,00	3.335.480,10
521340	MOIPORA	7.559,61	0,00	0,00	6.389,95	0,00	0,00	0,00	0,00	13.949,56
521350	MONTE ALEGRE DE GOIAS	70.650,03	0,00	0,00	79.429,44	0,00	0,00	0,00	0,00	150.079,47
521370	MONTES CLAROS DE GOIAS	197.120,59	0,00	150.000,00	117.568,04	0,00	0,00	0,00	0,00	464.688,63
521375	MONTIVIDIU	231.162,59	0,00	0,00	79.843,82	0,00	311.006,41	0,00	0,00	0,00
521377	MONTIVIDIU DO NORTE	9.803,56	0,00	0,00	16.592,72	0,00	0,00	0,00	0,00	26.396,28
521380	MORRINHOS	1.376.657,75	38.225,27	150.000,00	1.320.188,41	0,00	0,00	0,00	0,00	2.885.071,43
521385	MORRO AGUDO DE GOIAS	50.732,25	0,00	0,00	31.741,64	0,00	82.473,89	0,00	0,00	0,00
521390	MOSSAMEDES	128.867,45	0,00	0,00	72.650,49	0,00	0,00	0,00	0,00	201.517,94
521400	MOZARLANDIA	318.518,78	0,00	150.000,00	149.256,28	0,00	0,00	0,00	0,00	617.775,06
521405	MUNDO NOVO	303.746,82	3.865,98	0,00	93.313,83	0,00	400.926,63	0,00	0,00	0,00
521410	MUTUNOPOLIS	90.468,46	0,00	0,00	46.738,89	0,00	137.207,35	0,00	0,00	0,00
521440	NAZARIO	169.289,33	0,00	0,00	88.944,14	0,00	0,00	0,00	0,00	258.233,47
521450	NEROPOLIS	866.287,45	336.327,33	150.000,00	3.191.268,54	0,00	0,00	0,00	0,00	4.543.883,32
521460	NIQUELANDIA	1.307.431,62	46.148,31	334.800,00	1.190.670,65	0,00	0,00	0,00	0,00	2.879.050,58
521470	NOVA AMERICA	8.831,27	0,00	0,00	7.626,73	0,00	16.458,00	0,00	0,00	0,00
521480	NOVA AURORA	1.905,86	0,00	0,00	7.269,00	0,00	9.174,86	0,00	0,00	0,00
521483	NOVA CRIXAS	316.211,21	0,00	150.000,00	154.518,43	0,00	0,00	0,00	0,00	620.729,64
521486	NOVA GLORIA	22.057,66	0,00	0,00	70.980,98	0,00	93.038,64	0,00	0,00	0,00
521487	NOVA IGUACU DE GOIAS	0,00	0,00	0,00	7.792,98	0,00	7.792,98	0,00	0,00	0,00
521490	NOVA ROMA	29.005,16	0,00	0,00	14.374,33	0,00	43.379,49	0,00	0,00	0,00
521500	NOVA VENEZA	134.163,17	0,00	0,00	51.626,16	0,00	0,00	0,00	0,00	185.789,33
521520	NOVO BRASIL	93.003,47	0,00	0,00	52.936,63	0,00	0,00	0,00	0,00	145.940,10
521523	NOVO GAMA	1.018.337,49	14.444,00	150.000,00	706.856,65	0,00	0,00	0,00	0,00	1.889.638,14
521525	NOVO PLANALTO	25.182,63	0,00	0,00	12.841,93	0,00	38.024,56	0,00	0,00	0,00
521530	ORIZONA	352.993,34	0,00	150.000,00	201.914,17	0,00	0,00	0,00	0,00	704.907,51
521540	OURO VERDE DE GOIAS	18.953,76	0,00	0,00	13.219,80	0,00	32.173,56	0,00	0,00	0,00
521550	OUVIDOR	109.877,53	1.893,85	0,00	44.711,55	0,00	0,00	0,00	0,00	156.482,93
521560	PADRE BERNARDO	727.190,86	76.978,47	150.000,00	1.177.006,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.131.175,77
521565	PALESTINA DE GOIAS	110.931,36	0,00	0,00	39.566,86	0,00	0,00	0,00	0,00	150.498,22
521570	PALMEIRAS DE GOIAS	521.740,23	0,00	0,00	264.970,27	0,00	0,00	0,00	0,00	786.710,50
521580	PALMELO	49.996,94	429,16	0,00	531.237,90	0,00	0,00	0,00	0,00	581.664,00
521590	PALMINOPOLIS	84.132,59	0,00	0,00	52.059,69	0,00	0,00	0,00	0,00	136.192,28
521600	PANAMA	28.957,89	0,00	0,00	7.942,39	0,00	36.900,28	0,00	0,00	0,00
521630	PARANAIGUARA	199.731,88	0,00	0,00	99.253,76	0,00	0,00	0,00	0,00	298.985,64

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

521640	PARAUNA	362.944,13	2.991,66	0,00	127.747,65	0,00	0,00	0,00	0,00	493.683,44
521645	PEROLANDIA	12.277,89	0,00	0,00	9.593,39	0,00	21.871,28	0,00	0,00	0,00
521680	PETROLINA DE GOIAS	210.483,89	6.629,60	0,00	149.374,15	0,00	0,00	0,00	0,00	366.487,64
521690	PILAR DE GOIAS	3.998,48	0,00	0,00	8.273,26	0,00	12.271,74	0,00	0,00	0,00
521710	PIRACANJUBA	730.589,93	25.589,97	172.825,16	360.696,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.289.701,82
521720	PIRANHAS	361.124,63	0,00	0,00	167.630,95	0,00	0,00	0,00	0,00	528.755,58
521730	PIRENOPOLIS	212.826,58	9.866,68	0,00	519.789,28	0,00	742.482,54	0,00	0,00	0,00
521740	PIRES DO RIO	914.517,59	74.477,61	150.000,00	931.653,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.070.649,17
521760	PLANALTINA	3.885.601,46	30.351,88	414.000,00	1.798.787,97	0,00	0,00	0,00	0,00	6.128.741,31
521770	PONTALINA	509.455,75	68.385,73	150.000,00	292.822,11	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020.663,59
521800	PORANGATU	1.338.255,80	247.400,51	937.200,00	1.926.523,24	0,00	0,00	0,00	0,00	4.449.379,56
521805	PORTEIRAO	7.958,25	0,00	0,00	12.841,34	0,00	20.799,59	0,00	0,00	0,00
521810	PORTELANDIA	118.351,55	0,00	0,00	50.143,37	0,00	0,00	0,00	0,00	168.494,92
521830	POSSE	968.092,24	155.592,32	480.000,00	1.195.982,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.799.666,81
521839	PROFESSOR JAMIL	2.025,65	0,00	0,00	12.820,84	0,00	0,00	0,00	0,00	14.846,49
521850	QUIRINOPOLIS	1.315.581,31	91.789,37	229.200,00	1.112.780,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2.749.351,32
521860	RIALMA	303.986,37	12.626,90	0,00	164.098,60	0,00	0,00	0,00	0,00	480.711,87
521870	RIANAPOLIS	10.264,31	0,00	0,00	13.127,29	0,00	23.391,60	0,00	0,00	0,00
521878	RIO QUENTE	20.822,58	0,00	0,00	11.628,76	0,00	0,00	0,00	0,00	32.451,34
521880	RIO VERDE	5.186.534,92	722.330,39	1.615.761,97	4.646.814,22	0,00	0,00	0,00	0,00	12.171.441,50
521890	RUBIATABA	465.640,68	1.403,52	150.000,00	330.311,19	0,00	0,00	0,00	0,00	947.355,39
521900	SANCLERLANDIA	213.184,43	0,00	0,00	55.277,56	0,00	0,00	0,00	0,00	268.461,99
521910	SANTA BARBARA DE GOIAS	99.408,35	0,00	0,00	86.428,87	0,00	0,00	0,00	0,00	185.837,22
521920	SANTA CRUZ DE GOIAS	85.135,49	0,00	0,00	50.045,58	0,00	0,00	0,00	0,00	135.181,07
521925	SANTA FE DE GOIAS	137.701,30	0,00	0,00	62.328,18	0,00	200.029,48	0,00	0,00	0,00
521930	SANTA HELENA DE GOIAS	1.023.670,90	0,00	150.000,00	915.330,18	0,00	0,00	0,00	0,00	2.089.001,08
521935	SANTA ISABEL	3.848,49	0,00	0,00	12.701,06	0,00	16.549,55	0,00	0,00	0,00
521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	32.572,29	0,00	0,00	18.294,92	0,00	50.867,21	0,00	0,00	0,00
521945	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	2.457,60	0,00	0,00	11.572,60	0,00	14.030,20	0,00	0,00	0,00
521950	SANTA ROSA DE GOIAS	85.485,97	0,00	0,00	46.270,91	0,00	0,00	0,00	0,00	131.756,88
521960	SANTA TEREZA DE GOIAS	113.476,67	0,00	0,00	51.327,93	0,00	164.804,60	0,00	0,00	0,00
521970	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	251.470,78	8.223,67	0,00	146.757,98	0,00	406.452,43	0,00	0,00	0,00
521971	SANTO ANTONIO DA BARRA	12.050,04	0,00	0,00	14.871,83	0,00	0,00	0,00	0,00	26.921,87
521973	SANTO ANTONIO DE GOIAS	67.545,54	0,00	0,00	37.937,75	0,00	0,00	0,00	0,00	105.483,29
521975	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	2.232.745,77	0,00	255.600,00	650.988,43	0,00	2.883.734,20	0,00	0,00	255.600,00
521980	SAO DOMINGOS	208.966,59	0,00	0,00	118.672,53	0,00	0,00	0,00	0,00	327.639,12
521990	SAO FRANCISCO DE GOIAS	49.451,39	7.290,47	0,00	27.108,22	0,00	0,00	0,00	0,00	83.850,08
522000	SAO JOAO D'ALIANCA	264.388,18	15.053,15	0,00	112.474,61	0,00	0,00	0,00	0,00	391.915,94
522005	SAO JOAO DA PARAUNA	11.052,00	0,00	0,00	8.189,24	0,00	0,00	0,00	0,00	19.241,24
522010	SAO LUIS DE MONTES BELOS	926.665,49	104.039,86	255.600,00	1.002.193,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.288.498,75
522015	SAO LUIZ DO NORTE	27.455,44	0,00	0,00	14.465,84	0,00	0,00	0,00	0,00	41.921,28
522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	789.184,28	50.827,53	150.000,00	769.933,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.759.945,05
522026	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	70.954,30	0,00	0,00	39.807,59	0,00	110.761,89	0,00	0,00	0,00
522028	SAO PATRICIO	13.486,05	0,00	0,00	6.208,19	0,00	19.694,24	0,00	0,00	0,00
522040	SAO SIMAO	478.666,25	7.144,22	150.000,00	285.131,03	0,00	0,00	0,00	0,00	920.941,50
522045	SENADOR CANEDO	2.347.242,76	216.836,00	255.600,00	8.927.061,99	0,00	0,00	0,00	0,00	11.746.740,75
522050	SERRANOPOLIS	102.979,15	0,00	0,00	75.353,80	0,00	0,00	0,00	0,00	178.332,95
522060	SILVANIA	538.322,18	45.923,46	150.000,00	816.140,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550.386,41
522068	SIMOLANDIA	191.229,00	0,00	0,00	75.551,40	0,00	0,00	0,00	0,00	266.780,40
522070	SITIO D'ABADIA	10.486,80	0,00	0,00	21.149,34	0,00	31.636,14	0,00	0,00	0,00
522100	TAQUARAL DE GOIAS	71.975,19	0,00	0,00	26.522,15	0,00	0,00	0,00	0,00	98.497,34
522108	TERESINA DE GOIAS	9.744,20	0,00	0,00	8.683,80	0,00	18.428,00	0,00	0,00	0,00
522119	TEREZOPOLIS DE GOIAS	59.407,37	0,00	0,00	18.181,19	0,00	77.588,56	0,00	0,00	0,00
522130	TRES RANCHOS	2.793,92	0,00	0,00	8.815,16	0,00	0,00	0,00	0,00	11.609,08
522140	TRINDADE	2.779.115,75	142.856,74	1.457.887,30	17.946.383,65	0,00	15.134.872,48	0,00	0,00	7.191.370,96
522145	TROMBAS	43.229,83	0,00	0,00	39.450,79	0,00	0,00	0,00	0,00	82.680,62
522150	TURVANIA	141.180,32	0,00	0,00	66.945,58	0,00	0,00	0,00	0,00	208.125,90
522155	TURVELANDIA	97.144,04	0,00	0,00	38.754,91	0,00	0,00	0,00	0,00	135.898,95
522157	UIRAPURU	25.395,58	0,00	0,00	10.349,80	0,00	35.745,38	0,00	0,00	0,00
522160	URUACU	1.117.295,85	198.907,58	255.600,00	1.242.986,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.814.789,64
522170	URUANA	280.208,30	0,00	0,00	172.724,38	0,00	0,00	0,00	0,00	452.932,68
522180	URUTAI	23.421,28	785,28	0,00	9.931,11	0,00	0,00	0,00	0,00	34.137,67
522185	VALPARAISO DE GOIAS	3.211.766,85	115.310,47	255.600,00	1.494.866,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.077.543,37
522190	VARJAO	10.520,84	0,00	0,00	15.189,28	0,00	25.710,12	0,00	0,00	0,00
522200	VIANOPOLIS	382.048,97	0,00	0,00	275.741,14	0,00	657.790,11	0,00	0,00	0,00
522205	VICENTINOPOLIS	126.555,43	0,00	0,00	72.462,03	0,00	199.017,46	0,00	0,00	0,00
522220	VILA BOA	109.635,16	19.288,80	0,00	88.585,30	0,00	0,00	0,00	0,00	217.509,26
522230	VILA PROPICIO	9.132,73	0,00	0,00	17.637,05	0,00	0,00	0,00	0,00	26.769,78
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										658.069.754,15

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES						
Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	520870 - GOIANIA	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERS FEDERAL DE GOIÁS	520870	123	01-01-2007	27.834.440,95
TOTAL						27.834.440,95

PORTARIA Nº 27, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, por meio do Ofício GASEC nº 01, de 03 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º O total de recurso financeiro anual do estado da BAHIA, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 1.994.691.395,67, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	959.340.042,01	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	948.907.960,93	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	86.443.392,73	Anexo III

§ 2° - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.497.600,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 35.010.000,00;

§ 3° - O Estado e os municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2° - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3° - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1° de janeiro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	164.795.534,68
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	460.830.373,92
Valores a receber referentes a PCEP com transferências diretas ao FES	333.714.133,41
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	959.340.042,01

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de PCEPcom transferênciasrealizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
290010	ABAIRA	13.116,12	170,00	0,00	30.340,21	0,00	43.626,33	0,00	0,00	0,00
290020	ABARE	199.522,83	19.983,25	0,00	281.139,13	0,00	500.645,21	0,00	0,00	0,00
290030	ACAJUTIBA	111.828,63	0,00	0,00	42.217,04	0,00	154.045,67	0,00	0,00	0,00
290035	ADUSTINA	39.258,21	0,00	0,00	49.885,53	0,00	89.143,74	0,00	0,00	0,00
290040	AGUA FRIA	218.818,89	0,00	52.067,30	244.911,02	0,00	515.797,21	0,00	0,00	0,00
290050	ERICO CARDOSO	50.820,29	0,00	0,00	43.626,46	0,00	94.446,75	0,00	0,00	0,00
290060	AIQUARA	43.622,90	0,00	0,00	110.105,61	0,00	153.728,51	0,00	0,00	0,00
290070	ALAGOINHAS	6.631.577,47	6.313.650,21	1.069.200,00	2.554.058,78	6.979.680,00	0,00	0,00	0,00	9.588.806,46
290080	ALCOBACA	612.244,09	17.008,03	79.200,00	278.849,83	0,00	908.101,95	0,00	0,00	79.200,00
290090	ALMADINA	665,46	0,00	0,00	18.124,59	0,00	18.790,05	0,00	0,00	0,00
290100	AMARGOSA	1.548.552,13	306.944,87	79.200,00	693.617,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.628.314,85
290110	AMELIA RODRIGUES	418.867,69	0,00	194.436,00	741.255,23	0,00	1.354.558,92	0,00	0,00	0,00
290115	AMERICA DOURADA	301.448,46	7.256,52	0,00	229.521,86	0,00	538.226,84	0,00	0,00	0,00
290120	ANAGE	521.043,94	42.853,93	0,00	421.722,83	0,00	985.620,70	0,00	0,00	0,00
290130	ANDARAI	351.905,02	0,00	0,00	255.081,10	0,00	606.986,12	0,00	0,00	0,00
290135	ANDORINHA	6.779,32	0,00	0,00	48.047,73	0,00	54.827,05	0,00	0,00	0,00
290140	ANGICAL	8.829,67	0,00	0,00	42.371,56	0,00	51.201,23	0,00	0,00	0,00
290150	ANGUERA	45.630,19	0,00	0,00	228.802,48	0,00	274.432,67	0,00	0,00	0,00
290160	ANTAS	288.041,17	1.800.701,55	289.060,31	1.808.781,84	0,00	4.186.584,87	0,00	0,00	0,00
290170	ANTONIO CARDOSO	43.824,49	0,00	0,00	16.990,42	0,00	60.814,91	0,00	0,00	0,00
290180	ANTONIO GONCALVES	55.343,06	0,00	0,00	34.286,33	0,00	89.629,39	0,00	0,00	0,00
290190	APORA	185.045,21	0,00	0,00	164.887,35	0,00	349.932,56	0,00	0,00	0,00
290195	APUAREMA	3.105,76	0,00	0,00	20.734,99	0,00	23.840,75	0,00	0,00	0,00
290200	ARACATU	409.327,95	61.783,55	0,00	339.680,41	0,00	810.791,91	0,00	0,00	0,00
290205	ARACAS	247.362,75	5.788,73	0,00	212.428,76	0,00	465.580,24	0,00	0,00	0,00
290210	ARACI	1.670.977,20	106.229,25	0,00	1.055.076,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2.832.283,09
290220	ARAMARI	34.184,38	0,00	0,00	22.987,50	0,00	57.171,88	0,00	0,00	0,00
290225	ARATACA	20.659,81	0,00	0,00	29.008,37	0,00	49.668,18	0,00	0,00	0,00
290230	ARATUIPE	5.383,23	0,00	0,00	22.289,35	0,00	27.672,58	0,00	0,00	0,00
290240	AURELINO LEAL	388.333,63	97.973,72	0,00	552.740,11	0,00	1.039.047,46	0,00	0,00	0,00
290250	BAIANOPOLIS	292.741,13	33.788,86	0,00	236.132,29	0,00	562.662,28	0,00	0,00	0,00
290260	BAIXA GRANDE	405.942,06	0,00	0,00	319.594,41	0,00	725.536,47	0,00	0,00	0,00
290265	BANZAE	40.383,00	0,00	0,00	69.189,83	0,00	109.572,83	0,00	0,00	0,00
290270	BARRA	2.103.272,85	1.414.094,96	0,00	365.096,48	0,00	3.882.464,29	0,00	0,00	0,00
290280	BARRA DA ESTIVA	452.054,46	468.619,11	0,00	872.728,58	0,00	1.793.402,15	0,00	0,00	0,00
290290	BARRA DO CHOCA	1.150.992,36	42.928,76	105.600,00	1.596.910,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.896.431,13
290300	BARRA DO MENDES	312.344,02	12.385,21	0,00	185.698,15	0,00	510.427,38	0,00	0,00	0,00
290310	BARRA DO ROCHA	27.027,06	0,00	0,00	156.856,71	0,00	183.883,77	0,00	0,00	0,00
290320	BARREIRAS	8.173.013,68	19.930.985,93	1.218.000,00	36.487.680,36	16.237.957,71	2.361.992,86	0,00	0,00	47.209.729,40
290323	BARRO ALTO	182.705,55	6.712,69	0,00	220.583,00	0,00	410.001,24	0,00	0,00	0,00
290327	BARROCAS	295.482,35	9.664,67	0,00	183.569,24	0,00	488.716,26	0,00	0,00	0,00
290330	BARRO PRETO	126.964,47	0,00	15.885,38	165.090,36	0,00	307.940,21	0,00	0,00	0,00
290340	BELMONTE	741.310,87	84.117,32	0,00	642.986,51	0,00	1.468.414,70	0,00	0,00	0,00
290350	BELO CAMPO	376.139,71	25.049,35	0,00	1.430.202,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.831.391,56
290360	BIRITINGA	263.023,51	0,00	53.704,94	144.875,85	0,00	461.604,30	0,00	0,00	0,00
290370	BOA NOVA	11.538,11	0,00	0,00	46.587,44	0,00	58.125,55	0,00	0,00	0,00
290380	BOA VISTA DO TUPIM	378.792,47	1.312,80	154.836,92	258.801,11	0,00	714.543,30	0,00	0,00	79.200,00
290390	BOM JESUS DA LAPA	2.720.595,11	566.399,75	813.600,00	2.039.485,82	0,00	0,00	0,00	0,00	6.140.080,68
290395	BOM JESUS DA SERRA	252.066,78	251.669,90	0,00	27.931,33	0,00	531.668,01	0,00	0,00	0,00
290400	BONINAL	274.465,19	15.991,99	7.690,62	183.340,77	0,00	481.488,57	0,00	0,00	0,00
290405	BONITO	274.147,10	0,00	114.894,00	173.830,11	0,00	562.871,21	0,00	0,00	0,00
290410	BOQUIRA	610.851,61	7.122,28	0,00	505.177,17	0,00	1.123.151,06	0,00	0,00	0,00
290420	BOTUPORA	235.088,16	160.646,32	0,00	905.351,03	0,00	1.301.085,51	0,00	0,00	0,00
290430	BREJOES	239.824,23	38.023,59	0,00	238.687,58	0,00	516.535,40	0,00	0,00	0,00
290440	BREJOLANDIA	25.255,78	0,00	0,00	30.003,14	0,00	55.258,92	0,00	0,00	0,00
290450	BROTAS DE MACAUBAS	37.415,70	0,00	0,00	121.791,75	0,00	159.207,45	0,00	0,00	0,00
290460	BRUMADO	3.150.285,49	2.654.535,43	843.600,00	730.414,41	0,00	0,00	0,00	0,00	7.378.835,33
290470	BUERAREMA	172.285,09	9.240,00	0,00	401.036,47	0,00	582.561,56	0,00	0,00	0,00
290475	BURITIRAMA	4.208,09	0,00	0,00	63.616,96	0,00	67.825,05	0,00	0,00	0,00
290480	CAATIBA	247.683,90	1.525,73	0,00	107.969,08	0,00	357.178,71	0,00	0,00	0,00
290485	CABACEIRAS DO PARAGUACU	6.466,61	62,80	0,00	50.722,07	0,00	57.251,48	0,00	0,00	0,00
290490	CACHOEIRA	805.956,88	408.996,80	393.086,16	1.298.546,40	0,00	2.906.586,24	0,00	0,00	0,00
290500	CACULE	797.309,73	130.485,50	79.200,00	601.235,98	0,00	1.529.031,21	0,00	0,00	79.200,00
290510	CAEM	354.480,26	47.225,02	0,00	291.239,05	0,00	692.944,33	0,00	0,00	0,00
290515	CAETANOS	60.991,30	0,00	0,00	32.899,69	0,00	93.890,99	0,00	0,00	0,00
290520	CAETITE	2.218.342,24	441.520,70	150.000,00	3.616.800,23	0,00	6.276.663,17	0,00	0,00	150.000,00
290530	CAFARNAUM	665.322,04	28.306,21	0,00	139.892,40	0,00	833.520,65	0,00	0,00	0,00
290540	CAIRU	37.895,63	0,00	0,00	42.027,57	0,00	79.923,20	0,00	0,00	0,00
290550	CALDEIRAO GRANDE	535.544,55	26.253,77	0,00	132.515,77	0,00	694.314,09	0,00	0,00	0,00
290560	CAMACAN	1.210.525,42	1.360.670,22	0,00	1.307.610,00	0,00	3.878.805,64	0,00	0,00	0,00
290570	CAMACARI	11.660.379,27	3.581.374,72	1.338.000,00	1.753.216,27	2.556.056,00	179.531,30	0,00	0,00	15.597.382,96
290580	CAMAMU	318.053,41	55.976,41	0,00	88.565,45	0,00	462.595,27	0,00	0,00	0,00
290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	597.681,99	72.696,24	0,00	609.729,29	0,00	1.280.107,52	0,00	0,00	0,00
290600	CAMPO FORMOSO	2.462.430,32	355.285,66	406.733,08	1.059.257,29	0,00	4.283.706,35	0,00	0,00	0,00
290610	CANAPOLIS	384.333,74	1.250,61	105.600,00	174.522,11	0,00	560.106,46	0,00	0,00	105.600,00
290620	CANARANA	729.305,61	13.104,28	0,00	218.515,84	0,00	960.925,73	0,00	0,00	0,00
290630	CANAVIEIRAS	1.787.414,27	56.989,30	0,00	592.783,40	0,00	2.437.186,97	0,00	0,00	0,00
290640	CANDEAL	4.034,21	0,00	0,00	225.409,38	0,00	229.443,59	0,00	0,00	0,00
290650	CANDEIAS	3.154.904,52	133.270,77	735.600,00	436.401,75	0,00	0,00	0,00	0,00	4.460.177,04
290660	CANDIBA	178.842,46	0,00	150.000,00	179.842,73	0,00	358.685,19	0,00	0,00	150.000,00
290670	CANDIDO SALES	806.399,45	30.213,01	79.200,00	1.022.213,71	0,00	1.858.826,17	0,00	0,00	79.200,00
290680	CANSANCAO	723.994,08	174,67	0,00	495.694,07	0,00	1.219.862,82	0,00	0,00	0,00
290682	CANUDOS	424.266,13	61.592,12	0,00	347.043,03	0,00	832.901,28	0,00	0,00	0,00
290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	198.662,15	2.412,85	0,00	241.926,78	0,00	443.001,78	0,00	0,00	0,00
290687	CAPIM GROSSO	870.372,81	543.556,16	0,00	975.325,84	0,00	0,00	0,00	0,00	2.389.254,81

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

290689	CARAIBAS	49.285,21	0,00	0,00	28.547,00	0,00	77.832,21	0,00	0,00	0,00
290690	CARAVELAS	536.721,58	6.100,24	0,00	822.999,08	0,00	1.365.820,90	0,00	0,00	0,00
290700	CARDEAL DA SILVA	45.315,74	0,00	0,00	24.178,81	0,00	69.494,55	0,00	0,00	0,00
290710	CARINHANHA	1.020.109,41	48.815,48	0,00	114.910,83	0,00	1.183.835,72	0,00	0,00	0,00
290720	CASA NOVA	1.168.602,46	0,00	0,00	530.296,73	0,00	1.698.899,19	0,00	0,00	0,00
290730	CASTRO ALVES	781.279,56	166.119,16	64.574,21	491.598,16	0,00	1.503.571,09	0,00	0,00	0,00
290740	CATOLANDIA	11.142,09	0,00	0,00	10.956,24	0,00	22.098,33	0,00	0,00	0,00
290750	CATU	1.598.158,63	13.190,37	105.600,00	2.165.489,26	0,00	0,00	0,00	0,00	3.882.438,26
290755	CATURAMA	109.902,63	1.599,67	70.704,00	94.235,35	0,00	276.441,65	0,00	0,00	0,00
290760	CENTRAL	612.048,10	554,69	0,00	232.193,16	0,00	844.795,95	0,00	0,00	0,00
290770	CHORROCHO	2.901,35	0,00	0,00	36.428,65	0,00	39.330,00	0,00	0,00	0,00
290780	CICERO DANTAS	773.338,73	808.873,63	0,00	597.927,25	0,00	2.180.139,61	0,00	0,00	0,00
290790	CIPO	341.904,43	11.519,45	0,00	458.175,22	0,00	811.599,10	0,00	0,00	0,00
290800	COARACI	368.449,06	34.589,62	0,00	1.876.993,77	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280.032,45
290810	COCOS	526.314,22	116.379,72	0,00	96.749,73	0,00	739.443,67	0,00	0,00	0,00
290820	CONCEICAO DA FEIRA	94.467,31	0,00	150.246,00	565.482,92	0,00	810.196,23	0,00	0,00	0,00
290830	CONCEICAO DO ALMEIDA	552.209,24	118.448,84	0,00	652.642,87	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323.300,95
290840	CONCEICAO DO COITE	2.404.433,00	254.757,05	183.155,72	686.484,53	0,00	3.449.630,30	0,00	0,00	79.200,00
290850	CONCEICAO DO JACUIPE	741.026,19	6.175,46	0,00	844.106,34	0,00	1.591.307,99	0,00	0,00	0,00
290860	CONDE	526.431,27	2.600,87	326.760,00	269.948,66	0,00	975.740,80	0,00	0,00	150.000,00
290870	CONDEUBA	115.967,91	0,00	0,00	46.404,40	0,00	162.372,31	0,00	0,00	0,00
290880	CONTENDAS DO SINCORA	1.798,56	0,00	0,00	11.210,14	0,00	13.008,70	0,00	0,00	0,00
290890	CORACAO DE MARIA	319.588,61	2.781,85	0,00	749.164,18	0,00	1.071.534,64	0,00	0,00	0,00
290900	CORDEIROS	39.566,42	0,00	0,00	220.365,82	0,00	259.932,24	0,00	0,00	0,00
290910	CORIBE	359.921,19	27.015,01	0,00	280.016,59	0,00	666.952,79	0,00	0,00	0,00
290920	CORONEL JOAO SA	101.695,71	270,40	0,00	334.709,91	0,00	436.676,02	0,00	0,00	0,00
290930	CORRENTINA	1.004.892,56	43.034,19	105.600,00	106.907,24	0,00	1.154.833,99	0,00	0,00	105.600,00
290940	COTEGIPE	3.916,67	0,00	0,00	43.974,08	0,00	47.890,75	0,00	0,00	0,00
290950	CRAVOLANDIA	139.668,04	554,69	0,00	181.211,08	0,00	321.433,81	0,00	0,00	0,00
290960	CRISOPOLIS	388.629,97	0,00	0,00	463.665,08	0,00	0,00	0,00	0,00	852.295,05
290970	CRISTOPOLIS	4.938,94	0,00	0,00	43.760,87	0,00	48.699,81	0,00	0,00	0,00
290980	CRUZ DAS ALMAS	3.097.965,53	2.107.676,31	280.931,50	913.437,90	0,00	0,00	0,00	0,00	6.400.011,24
290990	CURACA	578.669,81	441,91	0,00	447.107,14	0,00	1.026.218,86	0,00	0,00	0,00
291000	DARIO MEIRA	47.755,09	0,00	0,00	45.504,20	0,00	93.259,29	0,00	0,00	0,00
291005	DIAS D'AVILA	2.227.767,25	9.005,39	229.200,00	2.414.868,76	0,00	0,00	0,00	0,00	4.880.841,40
291010	DOM BASILIO	115.735,76	0,00	27.947,87	213.868,00	0,00	357.551,63	0,00	0,00	0,00
291020	DOM MACEDO COSTA	2.412,85	0,00	0,00	9.955,21	0,00	12.368,06	0,00	0,00	0,00
291030	ELISIO MEDRADO	233.095,42	0,00	0,00	118.105,94	0,00	351.201,36	0,00	0,00	0,00
291040	ENCRUZILHADA	529.102,23	37.993,42	0,00	1.273.389,61	0,00	1.840.485,26	0,00	0,00	0,00
291050	ENTRE RIOS	937.371,18	110.322,22	0,00	94.171,15	0,00	1.141.864,55	0,00	0,00	0,00
291060	ESPLANADA	807.053,97	418.031,45	293.138,00	846.304,68	0,00	2.364.528,10	0,00	0,00	0,00
291070	EUCLIDES DA CUNHA	2.152.964,22	239.530,11	0,00	1.029.318,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3.421.812,68
291072	EUNAPOLIS	5.049.243,43	2.401.692,27	813.600,00	5.141.656,15	0,00	565.305,84	0,00	0,00	12.840.886,01
291075	FATIMA	80.011,48	2.993,88	150.246,00	501.407,12	0,00	734.658,48	0,00	0,00	0,00
291077	FEIRA DA MATA	8.655,56	0,00	0,00	22.248,49	0,00	30.904,05	0,00	0,00	0,00
291080	FEIRA DE SANTANA	36.278.896,51	36.174.590,03	1.990.171,76	9.227.412,37	18.945.630,12	1.267.180,46	0,00	0,00	63.458.260,09
291085	FILADELFIA	488.043,17	21.898,30	0,00	182.398,93	0,00	692.340,40	0,00	0,00	0,00
291090	FIRMINO ALVES	2.793,53	0,00	0,00	17.116,35	0,00	19.909,88	0,00	0,00	0,00
291100	FLORESTA AZUL	40.707,77	2,96	0,00	350.508,19	0,00	391.218,92	0,00	0,00	0,00
291110	FORMOSA DO RIO PRETO	544.753,14	15.931,19	0,00	226.570,22	0,00	787.254,55	0,00	0,00	0,00
291120	GANDU	1.445.043,62	748.917,16	0,00	895.968,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.089.929,71
291125	GAVIAO	957,46	0,00	0,00	12.050,52	0,00	13.007,98	0,00	0,00	0,00
291130	GENTIO DO OURO	214.742,52	3.327,03	0,00	164.560,34	0,00	382.629,89	0,00	0,00	0,00
291140	GLORIA	14.799,39	0,00	150.000,00	68.654,16	0,00	83.453,55	0,00	0,00	150.000,00
291150	GONGOGI	71.101,89	1.024,69	88.380,00	58.557,05	0,00	219.063,63	0,00	0,00	0,00
291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	46.188,82	0,00	0,00	239.697,26	0,00	285.886,08	0,00	0,00	0,00
291165	GUAJERU	3.692,36	0,00	0,00	21.612,10	0,00	25.304,46	0,00	0,00	0,00
291170	GUANAMBI	4.437.528,85	8.079.284,29	813.600,00	890.509,00	4.525.883,56	0,00	0,00	0,00	9.695.038,58
291180	GUARATINGA	747.796,85	28.694,85	0,00	271.927,19	0,00	1.048.418,89	0,00	0,00	0,00
291185	HELIOPOLIS	43.919,77	0,00	0,00	47.155,07	0,00	91.074,84	0,00	0,00	0,00
291190	IACU	1.269.736,65	17.358,96	79.200,00	404.558,03	0,00	1.691.653,64	0,00	0,00	79.200,00
291200	IBIASSUCE	370.914,52	720.383,60	0,00	161.894,88	0,00	1.253.193,00	0,00	0,00	0,00
291210	IBICARAI	794.226,85	95.420,55	0,00	918.356,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.808.003,91
291220	IBICOARA	12.024,87	0,00	0,00	46.188,92	0,00	58.213,79	0,00	0,00	0,00
291230	IBICUI	468.345,23	55.338,95	0,00	158.121,03	0,00	681.805,21	0,00	0,00	0,00
291240	IBIPEBA	188.577,98	8.642,28	0,00	429.320,81	0,00	626.541,07	0,00	0,00	0,00
291250	IBIPITANGA	132.021,05	0,00	0,00	46.543,23	0,00	178.564,28	0,00	0,00	0,00
291260	IBIQUERA	12.163,99	0,00	0,00	17.660,56	0,00	29.824,55	0,00	0,00	0,00
291270	IBIRAPITANGA	396.526,10	22.625,93	0,00	784.281,56	0,00	1.203.433,59	0,00	0,00	0,00
291280	IBIRAPUA	25.098,02	0,00	150.000,00	21.571,72	0,00	46.669,74	0,00	0,00	150.000,00
291290	IBIRATAIA	666.505,16	100.285,62	0,00	1.941.882,33	0,00	2.708.673,11	0,00	0,00	0,00
291300	IBITIARA	392.334,76	331.837,02	0,00	385.680,31	0,00	1.109.852,09	0,00	0,00	0,00
291310	IBITITA	433.447,27	735,11	0,00	206.919,92	0,00	641.102,30	0,00	0,00	0,00
291320	IBOTIRAMA	821.954,09	1.040.531,94	79.200,00	1.692.373,71	0,00	3.554.859,74	0,00	0,00	79.200,00
291330	ICHU	113.989,27	13.409,25	0,00	143.227,47	0,00	270.625,99	0,00	0,00	0,00
291340	IGAPORA	536.970,23	32.152,23	0,00	230.011,92	0,00	799.134,38	0,00	0,00	0,00
291345	IGRAPIUNA	8.909,39	0,00	0,00	330.585,75	0,00	339.495,14	0,00	0,00	0,00
291350	IGUAI	884.437,33	29.495,63	136.573,31	1.193.331,49	0,00	2.243.837,76	0,00	0,00	0,00
291360	ILHEUS	14.761.501,59	8.120.106,55	1.976.464,51	7.108.072,29	5.225.604,46	3.785.319,41	0,00	0,00	22.955.221,07
291370	INHAMBUPE	1.152.657,27	75.799,78	107.739,16	663.026,78	0,00	0,00	0,00	0,00	1.999.222,99
291380	IPECAETA	6.318,59	0,00	0,00	428.056,96	0,00	434.375,55	0,00	0,00	0,00
291390	IPIAU	1.632.743,83	947.237,03	105.600,00	382.428,72	0,00	2.962.409,58	0,00	0,00	105.600,00
291400	IPIRA	2.226.913,96	370.379,96	105.600,00	1.624.936,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327.830,08
291410	IPUPIARA	137.012,66	32.109,10	480.000,00	149.760,24	0,00	318.882,00	0,00	0,00	480.000,00
291420	IRAJUBA	134.446,95	18.146,85	0,00	810.076,58	0,00	962.670,38	0,00	0,00	0,00
291430	IRAMAIA	333.624,69	480,73	0,00	380.106,90	0,00	714.212,32	0,00	0,00	0,00
291440	IRAQUARA	841.881,75	572.982,06	105.600,00	376.428,78	0,00	1.791.292,59	0,00	0,00	105.600,00
291450	IRARA	423.994,96	13.794,29	0,00	1.027.806,55	0,00	1.465.595,80	0,00	0,00	0,00
291460	IRECE	3.897.973,86	8.981.549,53	105.600,00	19.191.074,25	0,00	71.411,35	0,00	0,00	32.104.786,29
291465	ITABELA	869.293,50	60.048,98	79.200,00	1.265.379,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.273.921,93
291470	ITABERABA	2.972.559,51	2.418.428,60	105.600,00	4.366.543,76	0,00	480.000,00	0,00	0,00	9.383.131,87
291480	ITABUNA	15.689.376,73	36.855.249,05	3.385.592,86	20.644.310,90	0,00	75.531.729,54	0,00	0,00	1.042.800,00
291490	ITACARE	699.149,96	3.621,93	0,00	189.209,71	0,00	891.981,60	0,00	0,00	0,00
291500	ITAETE	280.800,06	8.793,50	211.656,00	176.520,42	0,00	572.169,98	0,00	0,00	105.600,00
291510	ITAGI	204.013,96	0,00	0,00	379.062,45	0,00	583.076,41	0,00	0,00	0,00
291520	ITAGIBA	385.739,35	205.019,85	0,00	381.288,95	0,00	972.048,15	0,00	0,00	0,00
291530	ITAGIMIRIM	67.573,79	0,00	61.866,00	211.516,81	0,00	340.956,60	0,00	0,00	0,00
291535	ITAGUACU DA BAHIA	274.985,66	729,91	0,00	266.874,24	0,00	542.589,81	0,00	0,00	0,00
291540	ITAJU DO COLONIA	101.520,42	327,41	0,00	287.988,74	0,00	389.836,57	0,00	0,00	0,00
291550	ITAJUIPE	446.735,76	133.191,75	105.600,00	374.080,17	0,00	954.007,68	0,00	0,00	105.600,00
291560	ITAMARAJU	2.507.446,80	205.357,52	105.600,00	6.069.150,65	0,00	0,00	0,00	0,00	8.887.554,97
291570	ITAMARI	132.024,32	61.483,30	0,00	359.785,83	0,00	553.293,45	0,00	0,00	0,00
291580	ITAMBE	751.084,35	142.056,99	142.759,32	1.044.950,15	0,00	2.080.850,81	0,00	0,00	0,00
291590	ITANAGRA	15.134,49	0,00	150.000,00	17.918,51	0,00	33.053,00	0,00	0,00	150.000,00
291600	ITANHEM	521.183,69	61.485,90	79.200,00	934.816,19	0,00	1.517.485,78	0,00	0,00	79.200,00
291610	ITAPARICA	604.695,63	301.606,16	0,00	406.512,25	0,00	1.312.814,04	0,00	0,00	0,00
291620	ITAPE	124.265,46	0,00	0,00	161.534,84	0,00	285.800,30	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

291630	ITAPEBI	15.739,51	8,00	0,00	33.571,36	0,00	49.318,87	0,00	0,00	0,00
291640	ITAPETINGA	2.587.568,77	755.137,99	105.600,00	3.346.988,68	0,00	6.689.695,44	0,00	0,00	105.600,00
291650	ITAPICURU	735.814,65	88.936,79	0,00	612.128,72	0,00	1.436.880,16	0,00	0,00	0,00
291660	ITAPITANGA	106.280,65	4.588,48	0,00	187.409,62	0,00	298.278,75	0,00	0,00	0,00
291670	ITAQUARA	225.285,14	2.204,00	0,00	128.156,11	0,00	355.645,25	0,00	0,00	0,00
291680	ITARANTIM	542.030,74	28.222,00	0,00	161.309,00	0,00	731.561,74	0,00	0,00	0,00
291685	ITATIM	199.588,24	1.313,53	20.050,42	250.452,56	0,00	471.404,75	0,00	0,00	0,00
291690	ITIRUCU	456.000,48	57.256,99	0,00	349.282,04	0,00	862.539,51	0,00	0,00	0,00
291700	ITIUBA	1.430.941,84	60.131,72	0,00	712.672,91	0,00	2.203.746,47	0,00	0,00	0,00
291710	ITORORO	489.429,33	228.978,53	0,00	391.227,45	0,00	1.109.635,31	0,00	0,00	0,00
291720	ITUACU	391.557,80	7.367,13	36.047,78	307.064,05	0,00	742.036,76	0,00	0,00	0,00
291730	ITUBERA	787.227,25	422.185,59	0,00	431.047,49	0,00	1.640.460,33	0,00	0,00	0,00
291733	IUIU	103.418,25	0,00	150.000,00	40.298,20	0,00	143.716,45	0,00	0,00	150.000,00
291735	JABORANDI	295.166,43	62.863,67	0,00	101.221,40	0,00	459.251,50	0,00	0,00	0,00
291740	JACARACI	297.952,93	33.495,00	0,00	345.756,45	0,00	677.204,38	0,00	0,00	0,00
291750	JACOBINA	3.842.122,39	3.026.832,32	79.200,00	2.884.643,90	0,00	0,00	0,00	0,00	9.832.798,61
291760	JAGUAQUARA	1.909.435,14	216.994,23	312.392,52	983.268,35	0,00	3.316.490,24	0,00	0,00	105.600,00
291770	JAGUARARI	659.952,71	5.555,43	0,00	715.873,06	0,00	1.381.381,20	0,00	0,00	0,00
291780	JAGUARIPE	6.595,96	0,00	0,00	47.348,09	0,00	53.944,05	0,00	0,00	0,00
291790	JANDAIRA	64.182,07	0,00	0,00	28.496,25	0,00	92.678,32	0,00	0,00	0,00
291800	JEQUIE	9.252.418,56	9.408.045,47	892.800,00	2.128.805,65	3.485.444,18	0,00	0,00	0,00	18.196.625,50
291810	JEREMOABO	828.026,50	112.141,96	0,00	382.218,15	0,00	1.322.386,61	0,00	0,00	0,00
291820	JIQUIRICA	401.306,03	0,00	0,00	195.032,64	0,00	596.338,67	0,00	0,00	0,00
291830	JITAUNA	120.239,34	0,00	0,00	42.463,05	0,00	162.702,39	0,00	0,00	0,00
291835	JOAO DOURADO	475.281,41	913,92	0,00	259.223,06	0,00	735.418,39	0,00	0,00	0,00
291840	JUAZEIRO	13.628.000,19	17.996.779,31	1.448.400,00	25.932.228,49	17.829.793,79	2.581.657,00	0,00	0,00	38.593.957,20
291845	JUCURUCU	32.410,81	0,00	0,00	253.346,80	0,00	285.757,61	0,00	0,00	0,00
291850	JUSSARA	387.687,58	4.037,22	0,00	197.574,17	0,00	589.298,97	0,00	0,00	0,00
291855	JUSSARI	112.376,71	2.692,65	0,00	99.100,15	0,00	214.169,51	0,00	0,00	0,00
291860	JUSSIAPE	226.959,20	657,28	27.491,80	261.063,02	0,00	516.171,30	0,00	0,00	0,00
291870	LAFAIETE COUTINHO	1.625,33	0,00	0,00	8.850,26	0,00	10.475,59	0,00	0,00	0,00
291875	LAGOA REAL	62.213,95	0,00	0,00	42.282,68	0,00	104.496,63	0,00	0,00	0,00
291880	LAJE	998.781,32	317.142,19	0,00	1.200.045,71	0,00	0,00	0,00	0,00	2.515.969,22
291890	LAJEDAO	1.710,36	0,00	0,00	9.574,44	0,00	11.284,80	0,00	0,00	0,00
291900	LAJEDINHO	5.669,07	0,00	0,00	13.279,10	0,00	18.948,17	0,00	0,00	0,00
291905	LAJEDO DO TABOCAL	222.979,81	940,65	0,00	278.128,44	0,00	502.048,90	0,00	0,00	0,00
291910	LAMARAO	4.983,08	0,00	0,00	38.219,78	0,00	43.202,86	0,00	0,00	0,00
291915	LAPAO	702.465,05	4.332,36	0,00	225.963,78	0,00	932.761,19	0,00	0,00	0,00
291920	LAURO DE FREITAS	5.564.526,34	2.093.262,62	585.600,00	2.942.218,55	2.970.783,36	0,00	0,00	0,00	8.214.824,15
291930	LENCOIS	223.399,03	0,00	0,00	172.492,39	0,00	395.891,42	0,00	0,00	0,00
291940	LICINIO DE ALMEIDA	395.658,20	6.156,58	0,00	102.625,83	0,00	504.440,61	0,00	0,00	0,00
291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2.106.782,18	588.656,79	105.600,00	548.690,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.349.729,68
291955	LUIS EDUARDO MAGALHAES	1.370.590,46	14.152,00	559.200,00	184.388,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.128.330,88
291960	MACAJUBA	333.443,16	5.736,37	0,00	147.603,41	0,00	486.782,94	0,00	0,00	0,00
291970	MACARANI	600.923,67	9.409,49	0,00	469.849,81	0,00	1.080.182,97	0,00	0,00	0,00
291980	MACAUBAS	1.766.519,68	350.594,11	0,00	3.557.323,71	0,00	0,00	0,00	0,00	5.674.437,50
291990	MACURURE	6.837,36	0,00	0,00	25.666,51	0,00	32.503,87	0,00	0,00	0,00
291992	MADRE DE DEUS	624.952,61	758.231,74	559.200,00	1.166.628,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.109.012,86
291995	MAETINGA	170.397,71	20.176,48	0,00	89.135,70	0,00	0,00	0,00	0,00	279.709,89
292000	MAIQUINIQUE	181.342,07	0,00	0,00	96.861,92	0,00	278.203,99	0,00	0,00	0,00
292010	MAIRI	855.888,07	400.279,97	79.200,00	353.575,22	0,00	1.609.743,26	0,00	0,00	79.200,00
292020	MALHADA	355.212,27	9.001,61	150.000,00	275.480,25	0,00	639.694,13	0,00	0,00	150.000,00
292030	MALHADA DE PEDRAS	10.358,07	0,00	0,00	19.901,79	0,00	30.259,86	0,00	0,00	0,00
292040	MANOEL VITORINO	5.928,02	0,00	0,00	37.134,62	0,00	43.062,64	0,00	0,00	0,00
292045	MANSIDAO	31.919,94	0,00	0,00	41.121,98	0,00	73.041,92	0,00	0,00	0,00
292050	MARACAS	1.138.724,87	173.725,32	0,00	506.519,28	0,00	1.818.969,47	0,00	0,00	0,00
292060	MARAGOGIPE	365.454,80	0,00	0,00	407.413,70	0,00	772.868,50	0,00	0,00	0,00
292070	MARAU	57.408,12	0,00	0,00	46.205,17	0,00	103.613,29	0,00	0,00	0,00
292080	MARCIONILIO SOUZA	239.535,90	5.421,40	0,00	142.250,23	0,00	387.207,53	0,00	0,00	0,00
292090	MASCOTE	17.217,71	0,00	0,00	42.148,70	0,00	59.366,41	0,00	0,00	0,00
292100	MATA DE SAO JOAO	1.530.259,35	78.018,67	150.000,00	513.438,36	0,00	0,00	0,00	0,00	2.271.716,38
292105	MATINA	296.024,07	1.937,68	150.000,00	157.669,40	0,00	455.631,15	0,00	0,00	150.000,00
292110	MEDEIROS NETO	1.053.531,03	201.066,34	79.200,00	823.690,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.157.487,63
292120	MIGUEL CALMON	999.327,36	141.447,87	0,00	994.439,63	0,00	2.135.214,86	0,00	0,00	0,00
292130	MILAGRES	447.598,45	57.731,88	0,00	80.100,48	0,00	585.430,81	0,00	0,00	0,00
292140	MIRANGABA	112.213,96	0,00	0,00	50.925,65	0,00	163.139,61	0,00	0,00	0,00
292145	MIRANTE	29.351,92	0,00	0,00	24.820,44	0,00	54.172,36	0,00	0,00	0,00
292150	MONTE SANTO	1.966.588,72	229.514,94	0,00	442.154,77	0,00	2.638.258,43	0,00	0,00	0,00
292160	MORPARA	29.185,19	0,00	0,00	227.427,70	0,00	256.612,89	0,00	0,00	0,00
292170	MORRO DO CHAPEU	1.332.455,89	394.230,54	105.600,00	2.062.438,60	0,00	0,00	0,00	0,00	3.894.725,03
292180	MORTUGABA	370.941,15	50.127,12	0,00	212.920,96	0,00	633.989,23	0,00	0,00	0,00
292190	MUCUGE	584.869,10	354.419,50	0,00	128.488,69	0,00	1.067.777,29	0,00	0,00	0,00
292200	MUCURI	1.038.547,48	1.499,15	0,00	310.467,13	0,00	1.350.513,76	0,00	0,00	0,00
292205	MULUNGU DO MORRO	374.273,93	1.109,38	0,00	242.925,83	0,00	618.309,14	0,00	0,00	0,00
292210	MUNDO NOVO	665.860,55	34.896,53	0,00	318.053,69	0,00	1.018.810,77	0,00	0,00	0,00
292220	MUNIZ FERREIRA	9.734,52	0,00	0,00	18.284,27	0,00	28.018,79	0,00	0,00	0,00
292225	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	24.288,41	0,00	0,00	36.121,06	0,00	60.409,47	0,00	0,00	0,00
292230	MURITIBA	635.697,43	616.378,03	0,00	558.107,12	0,00	1.810.182,58	0,00	0,00	0,00
292240	MUTUIPE	721.686,56	57.906,90	0,00	877.216,16	0,00	1.656.809,62	0,00	0,00	0,00
292250	NAZARE	1.152.263,30	692.295,75	548.462,28	1.205.985,70	0,00	3.599.007,03	0,00	0,00	0,00
292260	NILO PECANHA	26.251,39	0,00	0,00	38.398,79	0,00	64.650,18	0,00	0,00	0,00
292265	NORDESTINA	154.219,02	0,00	106.056,00	121.651,97	0,00	381.926,99	0,00	0,00	0,00
292270	NOVA CANAA	569.839,18	12.253,08	105.600,00	195.534,85	0,00	777.627,11	0,00	0,00	105.600,00
292273	NOVA FATIMA	3.411,29	8.683,59	0,00	20.792,64	0,00	32.887,52	0,00	0,00	0,00
292275	NOVA IBIA	17.880,24	0,00	0,00	57.039,27	0,00	74.919,51	0,00	0,00	0,00
292280	NOVA ITARANA	2.753,04	0,00	0,00	23.870,13	0,00	26.623,17	0,00	0,00	0,00
292285	NOVA REDENCAO	5.702,41	0,00	0,00	31.142,80	0,00	36.845,21	0,00	0,00	0,00
292290	NOVA SOURE	426.298,84	0,00	0,00	407.036,07	0,00	833.334,91	0,00	0,00	0,00
292300	NOVA VICOSA	1.255.616,88	6.760,79	0,00	398.740,95	0,00	1.661.118,62	0,00	0,00	0,00
292303	NOVO HORIZONTE	42.517,87	0,00	0,00	35.907,66	0,00	78.425,53	0,00	0,00	0,00
292305	NOVO TRIUNFO	6.205,21	0,00	0,00	47.597,18	0,00	53.802,39	0,00	0,00	0,00
292310	OLINDINA	393.597,50	11.293,22	0,00	839.721,76	0,00	1.244.612,48	0,00	0,00	0,00
292320	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	188.696,25	0,00	0,00	603.457,33	0,00	792.153,58	0,00	0,00	0,00
292330	OURICANGAS	164.346,50	0,00	4.593,15	138.764,88	0,00	307.704,53	0,00	0,00	0,00
292335	OUROLANDIA	82.127,73	1.895,90	0,00	50.972,17	0,00	134.995,80	0,00	0,00	0,00
292340	PALMAS DE MONTE ALTO	579.416,80	35.626,71	150.000,00	280.414,92	0,00	895.458,43	0,00	0,00	150.000,00
292350	PALMEIRAS	17.636,92	0,00	0,00	28.247,46	0,00	45.884,38	0,00	0,00	0,00
292360	PARAMIRIM	1.031.884,14	1.311.612,59	0,00	4.202.921,82	0,00	1.554.667,40	0,00	0,00	4.991.751,15
292370	PARATINGA	920.829,03	64.134,53	0,00	548.092,13	0,00	1.533.055,69	0,00	0,00	0,00
292380	PARIPIRANGA	363.357,54	0,00	0,00	356.990,08	0,00	720.347,62	0,00	0,00	0,00
292390	PAU BRASIL	169.448,81	8.968,44	0,00	233.343,13	0,00	411.760,38	0,00	0,00	0,00
292400	PAULO AFONSO	5.078.260,00	4.259.848,43	963.600,00	6.109.211,96	0,00	0,00	0,00	0,00	16.410.920,39
292405	PE DE SERRA	66.033,61	4.676,20	0,00	307.087,60	0,00	377.797,41	0,00	0,00	0,00
292410	PEDRAO	108.333,05	0,00	0,00	17.459,59	0,00	125.792,64	0,00	0,00	0,00
292420	PEDRO ALEXANDRE	9.503,18	0,00	0,00	54.986,82	0,00	64.490,00	0,00	0,00	0,00
292430	PIATA	694.372,46	123.083,13	0,00	175.728,85	0,00	993.184,44	0,00	0,00	0,00
292440	PILAO ARCADO	437.901,31	0,00	0,00	92.584,96	0,00	530.486,27	0,00	0,00	0,00
292450	PINDAI	291.516,52	43.228,46	150.000,00	115.751,00	0,00	450.495,98	0,00	0,00	150.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

292460	PINDOBACU	687.677,80	73.211,10	0,00	918.242,97	0,00	1.679.131,87	0,00	0,00	0,00
292465	PINTADAS	173.447,02	0,00	81.757,46	251.334,68	0,00	427.339,16	0,00	0,00	79.200,00
292467	PIRAI DO NORTE	5.138,76	0,00	0,00	27.228,48	0,00	32.367,24	0,00	0,00	0,00
292470	PIRIPA	47.512,11	0,00	0,00	36.580,09	0,00	84.092,20	0,00	0,00	0,00
292480	PIRITIBA	799.987,02	104.958,60	0,00	81.866,46	0,00	986.812,08	0,00	0,00	0,00
292490	PLANALTINO	155.514,39	28,91	0,00	312.447,97	0,00	467.991,27	0,00	0,00	0,00
292500	PLANALTO	557.914,52	3.044,10	0,00	259.713,83	0,00	820.672,45	0,00	0,00	0,00
292510	POCOES	1.491.797,19	391.040,29	320.836,50	1.319.589,29	0,00	3.523.263,27	0,00	0,00	0,00
292520	POJUCA	1.228.653,42	292.559,03	581.475,76	933.003,69	0,00	0,00	0,00	0,00	3.035.691,90
292525	PONTO NOVO	347.585,46	3.266,51	0,00	201.639,03	0,00	552.491,00	0,00	0,00	0,00
292530	PORTO SEGURO	6.879.307,47	2.291.302,72	858.000,00	10.318.207,27	9.386.657,83	173,72	0,00	0,00	10.959.985,91
292540	POTIRAGUA	96.211,91	0,00	56.759,59	137.633,82	0,00	290.605,32	0,00	0,00	0,00
292550	PRADO	1.042.995,69	17.756,39	79.200,00	639.438,82	0,00	0,00	0,00	0,00	1.779.390,90
292560	PRESIDENTE DUTRA	465.754,22	554,91	0,00	156.869,15	0,00	623.178,28	0,00	0,00	0,00
292570	PRESIDENTE JANIO QUADROS	98.905,02	0,00	0,00	40.032,52	0,00	0,00	0,00	0,00	138.937,54
292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	536.844,72	490,47	24.058,88	376.542,60	0,00	937.936,67	0,00	0,00	0,00
292580	QUEIMADAS	770.339,18	79.650,96	0,00	667.383,10	0,00	1.517.373,24	0,00	0,00	0,00
292590	QUIJINGUE	374.061,04	0,00	67.110,88	863.958,55	0,00	1.305.130,47	0,00	0,00	0,00
292593	QUIXABEIRA	53.016,28	0,00	0,00	26.267,88	0,00	79.284,16	0,00	0,00	0,00
292595	RAFAEL JAMBEIRO	341.467,22	0,00	46.346,43	757.826,88	0,00	1.145.640,53	0,00	0,00	0,00
292600	REMANSO	1.103.600,29	803.497,18	79.200,00	1.168.221,50	0,00	3.075.318,97	0,00	0,00	79.200,00
292610	RETIROLANDIA	414.825,72	12.677,84	0,00	157.797,52	0,00	585.301,08	0,00	0,00	0,00
292620	RIACHAO DAS NEVES	274.362,82	0,00	0,00	384.085,41	0,00	658.448,23	0,00	0,00	0,00
292630	RIACHAO DO JACUIPE	1.217.354,61	559.376,46	115.910,00	868.580,21	0,00	2.761.221,28	0,00	0,00	0,00
292640	RIACHO DE SANTANA	1.102.441,12	3.590,00	0,00	493.348,58	0,00	1.599.379,70	0,00	0,00	0,00
292650	RIBEIRA DO AMPARO	80.050,14	1.424,80	106.056,00	189.762,19	0,00	377.293,13	0,00	0,00	0,00
292660	RIBEIRA DO POMBAL	1.729.023,34	4.153.517,31	0,00	163.629,76	0,00	6.046.170,41	0,00	0,00	0,00
292665	RIBEIRAO DO LARGO	56.884,27	0,00	0,00	38.769,57	0,00	95.653,84	0,00	0,00	0,00
292670	RIO DE CONTAS	104.611,18	0,00	106.056,00	191.666,89	0,00	402.334,07	0,00	0,00	0,00
292680	RIO DO ANTONIO	3.512,01	0,00	0,00	46.259,68	0,00	49.771,69	0,00	0,00	0,00
292690	RIO DO PIRES	274.838,37	69.315,50	0,00	250.828,52	0,00	594.982,39	0,00	0,00	0,00
292700	RIO REAL	1.428.416,88	280.671,39	0,00	587.798,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.296.887,06
292710	RODELAS	3.073,36	0,00	0,00	36.667,51	0,00	39.740,87	0,00	0,00	0,00
292720	RUY BARBOSA	1.295.332,92	1.111.366,59	696.530,82	1.513.617,26	0,00	4.537.647,59	0,00	0,00	79.200,00
292730	SALINAS DA MARGARIDA	156.847,43	3.722,58	88.380,00	191.705,16	0,00	440.655,17	0,00	0,00	0,00
292740	SALVADOR	244.420.994,56	208.207.318,91	53.731.516,16	188.753.692,11	235.349.341,55	17.307.361,39	86.443.392,73	0,00	356.013.426,07
292750	SANTA BARBARA	395.595,34	33.965,16	0,00	277.540,73	0,00	707.101,23	0,00	0,00	0,00
292760	SANTA BRIGIDA	17.170,13	1.275,12	0,00	49.784,63	0,00	68.229,88	0,00	0,00	0,00
292770	SANTA CRUZ CABRALIA	922.739,16	23.241,66	0,00	941.608,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1.887.589,07
292780	SANTA CRUZ DA VITORIA	4.823,87	0,00	0,00	17.313,86	0,00	22.137,73	0,00	0,00	0,00
292790	SANTA INES	269.502,78	4.070,39	0,00	261.215,23	0,00	534.788,40	0,00	0,00	0,00
292800	SANTALUZ	1.157.400,66	76.617,79	0,00	1.276.640,63	0,00	2.510.659,08	0,00	0,00	0,00
292805	SANTA LUZIA	51.186,96	0,00	0,00	42.457,35	0,00	93.644,31	0,00	0,00	0,00
292810	SANTA MARIA DA VITORIA	1.616.982,19	774.551,29	585.600,00	2.502.185,02	0,00	4.893.718,50	0,00	0,00	585.600,00
292820	SANTANA	864.173,99	15.267,61	0,00	606.228,30	0,00	1.485.669,90	0,00	0,00	0,00
292830	SANTANOPOLIS	159.441,94	0,00	0,00	159.175,40	0,00	318.617,34	0,00	0,00	0,00
292840	SANTA RITA DE CASSIA	648.635,97	105.901,57	559.200,00	380.066,06	0,00	1.134.603,60	0,00	0,00	559.200,00
292850	SANTA TERESINHA	259.820,21	0,00	0,00	205.554,21	0,00	465.374,42	0,00	0,00	0,00
292860	SANTO AMARO	1.863.059,61	420.601,56	586.304,42	1.786.648,74	0,00	4.656.614,33	0,00	0,00	0,00
292870	SANTO ANTONIO DE JESUS	4.585.991,65	4.582.668,54	1.089.275,70	31.256.813,36	0,00	30.194.168,52	0,00	0,00	11.320.580,73
292880	SANTO ESTEVAO	1.238.175,58	314.180,77	0,00	749.450,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.301.806,64
292890	SAO DESIDERIO	423.474,51	3.122,64	79.200,00	326.326,58	0,00	752.923,73	0,00	0,00	79.200,00
292895	SAO DOMINGOS	169.296,86	7.494,93	0,00	757.371,34	0,00	934.163,13	0,00	0,00	0,00
292900	SAO FELIX	971.107,24	6.352.398,91	660.459,73	150.889,90	0,00	0,00	0,00	0,00	8.134.855,78
292905	SAO FELIX DO CORIBE	300.919,81	62.121,14	105.600,00	300.906,09	0,00	663.947,04	0,00	0,00	105.600,00
292910	SAO FELIPE	495.517,52	26.968,14	89.097,91	756.714,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.368.297,94
292920	SAO FRANCISCO DO CONDE	384.027,91	7.466,08	480.000,00	654.552,52	0,00	1.046.046,51	0,00	0,00	480.000,00
292925	SAO GABRIEL	713.796,21	8.514,53	0,00	250.331,06	0,00	972.641,80	0,00	0,00	0,00
292930	SAO GONCALO DOS CAMPOS	968.104,92	265.386,37	0,00	945.110,48	0,00	2.178.601,77	0,00	0,00	0,00
292935	SAO JOSE DA VITORIA	1.086,66	0,00	0,00	6.155,95	0,00	7.242,61	0,00	0,00	0,00
292937	SAO JOSE DO JACUIPE	23.853,03	2.574,10	0,00	258.824,81	0,00	285.251,94	0,00	0,00	0,00
292940	SAO MIGUEL DAS MATAS	179.378,38	61.584,73	0,00	343.865,33	0,00	584.828,44	0,00	0,00	0,00
292950	SAO SEBASTIAO DO PASSE	1.574.528,74	25.134,39	229.200,00	1.626.614,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3.455.477,32
292960	SAPEACU	413.235,94	237.843,56	0,00	1.359.348,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010.427,73
292970	SATIRO DIAS	561.954,14	68.749,01	0,00	302.685,03	0,00	0,00	0,00	0,00	933.388,18
292975	SAUBARA	126.606,85	0,00	0,00	251.945,84	0,00	378.552,69	0,00	0,00	0,00
292980	SAUDE	393.651,68	97.992,34	0,00	389.351,00	0,00	880.995,02	0,00	0,00	0,00
292990	SEABRA	1.762.487,22	1.213.402,32	0,00	1.205.424,09	0,00	4.181.313,63	0,00	0,00	0,00
293000	SEBASTIAO LARANJEIRAS	286.883,80	519,67	0,00	165.140,22	0,00	452.543,69	0,00	0,00	0,00
293010	SENHOR DO BONFIM	3.749.851,49	3.152.189,61	937.200,00	1.549.711,18	0,00	0,00	0,00	0,00	9.388.952,28
293015	SERRA DO RAMALHO	1.022.786,44	12.977,72	150.000,00	659.949,51	0,00	1.695.713,67	0,00	0,00	150.000,00
293020	SENTO SE	1.327.805,78	0,00	0,00	379.113,42	0,00	1.706.919,20	0,00	0,00	0,00
293030	SERRA DOURADA	425.203,24	77.444,42	0,00	831.767,62	0,00	1.334.415,28	0,00	0,00	0,00
293040	SERRA PRETA	184.963,32	0,00	114.894,00	224.669,93	0,00	524.527,25	0,00	0,00	0,00
293050	SERRINHA	3.071.763,82	1.358.483,64	402.519,60	3.319.992,90	0,00	0,00	0,00	0,00	8.152.759,96
293060	SERROLANDIA	386.572,43	22.234,76	0,00	126.022,80	0,00	534.829,99	0,00	0,00	0,00
293070	SIMOES FILHO	3.789.763,01	39.948,37	630.000,00	38.864,25	0,00	3.868.575,63	0,00	0,00	630.000,00
293075	SITIO DO MATO	104.476,65	1.712,08	205.397,15	180.222,60	0,00	341.808,48	0,00	0,00	150.000,00
293076	SITIO DO QUINTO	10.499,72	0,00	0,00	47.281,69	0,00	57.781,41	0,00	0,00	0,00
293077	SOBRADINHO	106.301,84	0,00	0,00	811.809,81	0,00	918.111,65	0,00	0,00	0,00
293080	SOUTO SOARES	724.077,84	81.344,35	0,00	189.849,65	0,00	995.271,84	0,00	0,00	0,00
293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	243.085,55	52.884,49	0,00	107.018,87	0,00	402.988,91	0,00	0,00	0,00
293100	TANHACU	196.949,43	0,00	0,00	927.785,31	0,00	1.124.734,74	0,00	0,00	0,00
293105	TANQUE NOVO	478.982,06	10.943,10	0,00	244.607,81	0,00	734.532,97	0,00	0,00	0,00
293110	TANQUINHO	143.918,08	71.406,99	0,00	123.758,22	0,00	339.083,29	0,00	0,00	0,00
293120	TAPEROA	327.227,39	503,72	0,00	262.821,14	0,00	590.552,25	0,00	0,00	0,00
293130	TAPIRAMUTA	382.462,15	16.248,62	0,00	174.963,84	0,00	573.674,61	0,00	0,00	0,00
293135	TEIXEIRA DE FREITAS	8.284.005,71	9.606.886,78	693.600,00	9.212.944,63	0,00	192.956,04	0,00	0,00	27.604.481,08
293140	TEODORO SAMPAIO	7.690,06	0,00	0,00	35.026,80	0,00	42.716,86	0,00	0,00	0,00
293150	TEOFILANDIA	141.472,57	241,60	0,00	313.253,15	0,00	454.967,32	0,00	0,00	0,00
293160	TEOLANDIA	305.522,71	26.921,12	0,00	216.239,82	0,00	548.683,65	0,00	0,00	0,00
293170	TERRA NOVA	33.728,24	0,00	0,00	32.645,00	0,00	66.373,24	0,00	0,00	0,00
293180	TREMEDAL	450.982,46	43.582,67	0,00	776.879,04	0,00	1.271.444,17	0,00	0,00	0,00
293190	TUCANO	1.463.476,77	119.043,25	0,00	685.133,48	0,00	2.267.653,50	0,00	0,00	0,00
293200	UAUA	795.793,66	27.654,51	0,00	520.293,21	0,00	1.343.741,38	0,00	0,00	0,00
293210	UBAIRA	951.621,09	276.107,74	340.703,12	626.028,74	0,00	2.194.460,69	0,00	0,00	0,00
293220	UBAITABA	466.177,14	539.516,78	0,00	1.206.423,05	0,00	2.212.116,97	0,00	0,00	0,00
293230	UBATA	503.764,75	82.057,73	0,00	772.143,67	0,00	1.357.966,15	0,00	0,00	0,00
293240	UIBAI	425.367,90	1.420,30	0,00	178.500,05	0,00	605.288,25	0,00	0,00	0,00
293245	UMBURANAS	96.047,36	0,00	0,00	46.862,32	0,00	142.909,68	0,00	0,00	0,00
293250	UNA	841.022,86	30.814,83	79.200,00	627.662,95	0,00	1.499.500,64	0,00	0,00	79.200,00
293260	URANDI	457.468,23	0,00	150.000,00	161.892,25	0,00	619.360,48	0,00	0,00	150.000,00
293270	URUCUCA	331.172,30	0,00	0,00	294.722,94	0,00	625.895,24	0,00	0,00	0,00
293280	UTINGA	526.385,84	0,00	105.600,00	47.382,69	0,00	573.768,53	0,00	0,00	105.600,00
293290	VALENCA	4.593.725,95	3.846.523,32	1.628.874,88	2.274.884,33	0,00	12.344.008,48	0,00	0,00	0,00
293300	VALENTE	846.793,09	258.683,88	0,00	499.748,12	0,00	1.605.225,09	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

293305	VARZEA DA ROCA	374.611,75	0,00	0,00	271.126,94	0,00	645.738,69	0,00	0,00	0,00
293310	VARZEA DO POCO	246.379,28	45.848,70	0,00	245.720,22	0,00	537.948,20	0,00	0,00	0,00
293315	VARZEA NOVA	376.903,70	9.018,46	0,00	275.114,23	0,00	661.036,39	0,00	0,00	0,00
293317	VARZEDO	19.074,97	0,00	0,00	22.725,54	0,00	41.800,51	0,00	0,00	0,00
293320	VERA CRUZ	531.921,84	44.323,55	935.814,28	3.259.088,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4.771.147,85
293325	VEREDA	158.618,67	20.050,79	0,00	80.031,71	0,00	258.701,17	0,00	0,00	0,00
293330	VITORIA DA CONQUISTA	20.699.454,27	27.670.230,40	2.513.396,28	24.970.379,25	10.221.300,85	944.685,27	0,00	0,00	64.687.474,08
293340	WAGNER	198.992,02	212.707,01	0,00	788.464,43	0,00	1.200.163,46	0,00	0,00	0,00
293345	WANDERLEY	191.001,40	15.990,24	0,00	254.271,17	0,00	461.262,81	0,00	0,00	0,00
293350	WENCESLAU GUIMARAES	915.754,65	236.234,07	79.200,00	617.131,55	0,00	1.769.120,27	0,00	0,00	79.200,00
293360	XIQUE-XIQUE	2.264.483,07	751.068,47	0,00	2.069.721,67	0,00	5.085.273,21	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										948.907.960,93

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	292740 - SALVADOR	HOSPITAL ANA NERY	387	0000000	01-11-2007	50.399.296,56
Municipal	292740 - SALVADOR	MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA	431	000000	13-08-2007	4.850.195,26
Municipal	292740 - SALVADOR	HOSPITAL PROFESSOR EDGAR SANTOS	3816	000000	01-11-2006	31.193.900,91
TOTAL						86.443.392,73

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA BAHIA - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE PCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais)

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qual serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
290070 - ALAGOINHAS	HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIÃO	248743	02/2010	23-05-2010	FES	6.979.680,00
290320 - BARREIRAS	HOSPITAL DO OESTE	397292	03/2010	23-05-2010	FES	16.237.957,71
290570 - CAMAÇARI	HOSPITAL REGIONAL DE CAMAÇARI	238805	04/2010	23-05-2010	FES	2.556.056,00
291080 - FEIRA DE SANTANA	HOSPITAL ESPECIALIZADO LOPES RODRIGUES	260306	05/2010	23-05-2010	FES	3.768.780,54
291080 - FEIRA DE SANTANA	HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE	279975	05/2010	23-05-2010	FES	15.176.849,58
291170 - GUANAMBI	HOSPITAL REGIONAL DE GUANAMBI	280403	06/2010	20-05-2010	FES	4.525.883,56
291360 - ILHEUS	HOSPITAL GERAL LUIS VIANA FILHO	241584	07/2010	23-05-2010	FES	5.225.604,46
291800 - JEQUIE	HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES	240069	08/2010	25-05-2010	FES	3.485.444,18
291840 - JUAZEIRO	HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO	402815	01/2010	23-05-2010	FES	17.829.793,79
291920 - LAURO DE FREITAS	HOSPITAL GERAL MENANDRO DE FARIAS	280202	09/2010	23-05-2010	FES	2.970.783,36
292530 - PORTO SEGURO	HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO LUIS EDUARDO MAGALHÃES	280209	10/2010	25-05-2010	FES	9.386.657,83
292740 - SALVADOR	HOSPITAL SÃO JORGE	3778	11/2010	26-05-2010	FES	3.060.542,11
292740 - SALVADOR	IPERBA - INSTITUTO DE PERINATOLOGIA DA BAHIA	3794	11/2010	26-05-2010	FES	11.596.876,40
292740 - SALVADOR	MATERNIDADE ALBERT SABIN	3840	11/2010	26-05-2010	FES	5.980.953,25
292740 - SALVADOR	HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS	3859	11/2010	26-05-2010	FES	53.469.867,36
292740 - SALVADOR	UNIDADE DE EMERGÊNCIA GERCINO COELHO	3913	11/2010	26-05-2010	FES	283.926,79
292740 - SALVADOR	CICAN - CENTRO ESTADUAL DE ONCOLOGIA	3921	11/2010	26-05-2010	FES	11.107.760,76
292740 - SALVADOR	UNIDADE DE EMERGÊNCIA DE PLATAFORMA	3972	11/2010	26-05-2010	FES	456.726,24
292740 - SALVADOR	HOSPITAL ELADIO LASSERRE	3980	11/2010	26-05-2010	FES	2.172.449,43
292740 - SALVADOR	HOSPITAL GERAL ERNESTO SIMÕES FILHO	4073	11/2010	26-05-2010	FES	16.237.943,62
292740 - SALVADOR	HOSPITAL GERAL JOÃO BATISTA CARIBÉ	4081	11/2010	26-05-2010	FES	5.843.144,42
292740 - SALVADOR	MATERNIDADE TSYLLA BALBINO	4170	11/2010	26-05-2010	FES	10.699.108,90
292740 - SALVADOR	HOSPITAL JULIANO MOREIRA	4286	11/2010	26-05-2010	FES	5.124.280,65
292740 - SALVADOR	HOSPITAL GERAL DO ESTADO	4294	11/2010	26-05-2010	FES	39.783.526,40
292740 - SALVADOR	UNIDADE DE EMERGÊNCIA PROFESSOR HOSANAH OLIVEIRA	4456	11/2010	26-05-2010	FES	1.153.679,85
292740 - SALVADOR	HOSPITAL ESPECIALIZADO OCTAVIO MANGABEIRA	4865	11/2010	26-05-2010	FES	12.101.084,13
292740 - SALVADOR	HOSPITAL PROFESSOR CARVALHO LUZ	4987	11/2010	26-05-2010	FES	2.687.753,53
292740 - SALVADOR	CENTRO DE SAUDE SIGFRIED S. SCHINDLER 8º	5363	11/2010	26-05-2010	FES	1.173.521,75
292740 - SALVADOR	CREASI - CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL DE ATENÇÃO A SAUDE DO IDOSO	5398	11/2010	26-05-2010	FES	447.330,81
292740 - SALVADOR	HOSPITAL COUTO MAIA	5428	11/2010	26-05-2010	FES	6.352.216,24
292740 - SALVADOR	HOSPITAL ESPECIALIZADO MARIO LEAL	5436	11/2010	26-05-2010	FES	853.248,07
292740 - SALVADOR	HEMOBA - FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DA BAHIA	6149	11/2010	26-05-2010	FES	1.730.286,46
292740 - SALVADOR	UNIDADE DE EMERGÊNCIA DO CURUZU	7587	11/2010	26-05-2010	FES	1.199.418,87
292740 - SALVADOR	CEPRED - CENTRO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS	2385236	11/2010	26-05-2010	FES	7.513.517,62
292740 - SALVADOR	CIAVE - CENTRO DE INFORMAÇÃO ANTI VENENO	2470845	11/2010	26-05-2010	FES	118.947,79
292740 - SALVADOR	HOSPITAL GERAL MANOEL VICTORINO	2493845	11/2010	26-05-2010	FES	11.359.303,92
292740 - SALVADOR	CEDEBA - CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL PARA ASSISTÊNCIA A DIABETES E ENDOCRINOLOGIA DA BAHIA	2498049	11/2010	26-05-2010	FES	1.093.174,62
292740 - SALVADOR	CESAT - CENTRO DE ESTUDOS DA SAUDE DO TRABALHADOR	2557894	11/2010	26-05-2010	FES	1.191.494,26
292740 - SALVADOR	HOSPITAL ESPECIALIZADO DOM RODRIGO DE MENEZES	2799073	11/2010	26-05-2010	FES	6.497.229,77
292740 - SALVADOR	MATERNIDADE REFERÊNCIA PROFESSOR JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES NETO	3956369	11/2010	26-05-2010	FES	12.767.783,46
292740 - SALVADOR	CEDAP - CENTRO ESTADUAL ESPEC EM DIAG ASSIST E PESQUISA	4031415	11/2010	26-05-2010	FES	1.292.244,07
293330 - VITORIA DA CONQUISTA	HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	240207	13/2010	23-05-2010	FES	9.744.223,09
293330 - VITORIA DA CONQUISTA	HOSPITAL AFRÂNIO PEIXOTO	240722	13/2010	23-05-2010	FES	477.077,76
TOTAL						333.714.133,41

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 28, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.097/GM/MS, de 22 de maio de 2006, que define a Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento; e

Considerando as planilhas encaminhadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, por meio do Ofício Sec. nº. 02, de 22 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Remanejar o limite financeiro anual referente à assistência de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial sob gestão estadual, conforme descrito no Anexo I desta Portaria, e sob gestão dos municípios habilitados à Gestão Plena do Sistema Municipal e aderidos ao Pacto pela Saúde 2006, conforme detalhado nos Anexos II, III e IV.

§ 1º - O total de recurso financeiro anual do estado de Minas Gerais, referente ao bloco de financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, corresponde a R$ 2.587.287.400,62, assim distribuído:

Destino	Valor Anual	Detalhamento
Total dos recursos transferidos ao Fundo Estadual de Saúde - FES	736.904.111,34	Anexo I
Total dos recursos transferidos aos Fundos Municipais de Saúde - FMS	1.739.843.114,48	Anexo II
Total dos recursos retidos no Fundo Nacional de Saúde	110.540.174,80	Anexo III

§ 2º - Estão inclusos neste bloco de financiamento os valores referentes aos incentivos do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, no valor de R$ 7.603.200,00 e do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU, no valor de R$ 27.210.000,00;

§ 3º - O Estado e os Municípios farão jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores descritos nos Anexos desta Portaria.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarrete impacto no teto financeiro global do Estado.

Art. 3º - Estabelecer que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para o Fundo Estadual de Saúde e Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de janeiro de 2011.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE (valores anuais)	
ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Limites Referentes aos recursos programados na SES	111.781.425,19
Valores a receber referentes a estabelecimentos sob gestão estadual	604.511.350,91
Valores a receber referentes a TCEP com transferências diretas ao FES	20.611.335,24
Valores a serem RETIRADOS pelo FNS e transferidos diretamente às unidades prestadoras universitárias federais (-)	0,00
VALORES TRANSFERIDOS AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	736.904.111,34

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - VALORES DE REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (valores anuais)

IBGE	Município	Assistência Ambulatorial e Hospitalar		Incentivospermanentesde custeio *	Ajustes	Valores de TCEPcom transferências realizadas ao FES	Valores de Estabelecimentossob gestãoestadual	Valores retidosno FundoNacional de Saúde	Valores recebidosde outras UFs	Total
		Próprio	Referenciado							
310010	ABADIA DOS DOURADOS	222.034,14	70.081,54	0,00	16.331,88	0,00	308.447,56	0,00	0,00	0,00
310020	ABAETE	745.097,67	123.636,64	0,00	49.421,32	0,00	918.155,63	0,00	0,00	0,00
310030	ABRE CAMPO	406.348,23	169.615,68	0,00	45.878,36	0,00	621.842,27	0,00	0,00	0,00
310040	ACAIACA	25.436,19	0,00	0,00	119,66	0,00	25.555,85	0,00	0,00	0,00
310050	ACUCENA	15.972,98	17,38	0,00	0,00	0,00	15.990,36	0,00	0,00	0,00
310060	AGUA BOA	586.783,76	36.018,07	0,00	49.773,29	0,00	672.575,12	0,00	0,00	0,00
310070	AGUA COMPRIDA	7.651,41	180,00	0,00	0,00	0,00	7.831,41	0,00	0,00	0,00
310080	AGUANIL	7.994,86	0,00	0,00	0,00	0,00	7.994,86	0,00	0,00	0,00
310090	AGUAS FORMOSAS	683.183,68	515.742,28	293.575,37	67.930,91	0,00	1.454.832,24	0,00	0,00	105.600,00
310100	AGUAS VERMELHAS	468.416,12	71.629,03	0,00	37.307,70	0,00	577.352,85	0,00	0,00	0,00
310110	AIMORES	893.324,45	24.110,49	0,00	42.718,10	0,00	960.153,04	0,00	0,00	0,00
310120	AIURUOCA	288.083,21	283.391,65	0,00	29.394,80	0,00	600.869,66	0,00	0,00	0,00
310130	ALAGOA	69.412,92	0,00	0,00	2.390,04	0,00	71.802,96	0,00	0,00	0,00
310140	ALBERTINA	5.491,26	0,00	0,00	129,76	0,00	5.621,02	0,00	0,00	0,00
310150	ALEM PARAIBA	1.498.802,35	1.316.629,96	544.202,02	406.388,88	0,00	3.660.423,21	0,00	0,00	105.600,00
310160	ALFENAS	4.303.248,54	19.460.749,74	1.882.421,17	1.533.757,27	0,00	0,00	0,00	0,00	27.180.176,72
310163	ALFREDO VASCONCELOS	7.323,36	0,00	0,00	331,10	0,00	7.654,46	0,00	0,00	0,00
310170	ALMENARA	1.676.657,77	934.611,02	328.284,12	452.840,12	0,00	3.392.393,03	0,00	0,00	0,00
310180	ALPERCATA	7.858,08	0,00	0,00	0,00	0,00	7.858,08	0,00	0,00	0,00
310190	ALPINOPOLIS	668.931,29	25.070,75	0,00	37.641,01	0,00	731.643,05	0,00	0,00	0,00
310200	ALTEROSA	343.040,92	18,06	0,00	20.527,23	0,00	363.586,21	0,00	0,00	0,00
310205	ALTO CAPARAO	39.811,38	0,00	0,00	394,02	0,00	40.205,40	0,00	0,00	0,00
310210	ALTO RIO DOCE	287.812,97	65.454,10	0,00	17.402,49	0,00	370.669,56	0,00	0,00	0,00
310220	ALVARENGA	16.552,08	252,00	0,00	90,66	0,00	16.894,74	0,00	0,00	0,00
310230	ALVINOPOLIS	535.182,69	32.107,79	0,00	37.896,33	0,00	605.186,81	0,00	0,00	0,00
310240	ALVORADA DE MINAS	10.932,18	0,00	0,00	716,37	0,00	11.648,55	0,00	0,00	0,00
310250	AMPARO DO SERRA	7.358,87	0,00	0,00	0,00	0,00	7.358,87	0,00	0,00	0,00
310260	ANDRADAS	1.393.209,87	456.958,08	175.749,01	367.117,17	0,00	2.393.034,13	0,00	0,00	0,00
310270	CACHOEIRA DE PAJEU	243.105,92	16.097,31	0,00	12.774,30	0,00	271.977,53	0,00	0,00	0,00
310280	ANDRELANDIA	359.142,77	39.536,46	0,00	15.910,42	0,00	414.589,65	0,00	0,00	0,00
310285	ANGELANDIA	63.667,25	491,40	0,00	0,00	0,00	64.158,65	0,00	0,00	0,00
310290	ANTONIO CARLOS	214.899,94	6.033,00	0,00	5.430,92	0,00	226.363,86	0,00	0,00	0,00
310300	ANTONIO DIAS	83.940,68	223,60	0,00	1.092,72	0,00	85.257,00	0,00	0,00	0,00
310310	ANTONIO PRADO DE MINAS	3.848,46	0,00	0,00	160,44	0,00	4.008,90	0,00	0,00	0,00
310320	ARACAI	2.963,24	0,00	0,00	192,27	0,00	3.155,51	0,00	0,00	0,00
310330	ARACITABA	9.188,08	3.662,40	0,00	60,30	0,00	12.910,78	0,00	0,00	0,00
310340	ARACUAI	1.437.960,29	779.718,96	335.456,41	548.176,17	0,00	3.101.311,83	0,00	0,00	0,00
310350	ARAGUARI	5.194.717,29	3.860.972,41	0,00	578.925,50	0,00	0,00	0,00	0,00	9.634.615,20
310360	ARANTINA	5.765,02	0,00	0,00	180,84	0,00	5.945,86	0,00	0,00	0,00
310370	ARAPONGA	31.858,07	0,00	0,00	0,00	0,00	31.858,07	0,00	0,00	0,00
310375	ARAPORA	208.407,16	100,80	0,00	18.055,48	0,00	226.563,44	0,00	0,00	0,00
310380	ARAPUA	24.608,98	0,00	0,00	0,00	0,00	24.608,98	0,00	0,00	0,00
310390	ARAUJOS	112.444,13	0,00	0,00	866,82	0,00	113.310,95	0,00	0,00	0,00
310400	ARAXA	4.591.156,88	4.415.721,88	733.651,15	398.582,13	0,00	10.033.512,04	0,00	0,00	105.600,00
310410	ARCEBURGO	101.722,61	26,51	0,00	332,14	0,00	102.081,26	0,00	0,00	0,00
310420	ARCOS	1.155.095,90	25.512,14	61.813,86	358.264,53	0,00	1.600.686,43	0,00	0,00	0,00
310430	AREADO	329.217,12	0,00	0,00	11.577,81	0,00	340.794,93	0,00	0,00	0,00
310440	ARGIRITA	20.965,95	0,00	0,00	47,82	0,00	21.013,77	0,00	0,00	0,00
310445	ARICANDUVA	40.926,17	0,00	0,00	0,00	0,00	40.926,17	0,00	0,00	0,00
310450	ARINOS	683.715,64	310.030,13	0,00	56.525,09	0,00	1.050.270,86	0,00	0,00	0,00
310460	ASTOLFO DUTRA	397.361,21	74.139,01	0,00	23.643,06	0,00	495.143,28	0,00	0,00	0,00
310470	ATALEIA	429.461,21	102.386,19	0,00	34.970,98	0,00	566.818,38	0,00	0,00	0,00
310480	AUGUSTO DE LIMA	35.532,64	0,00	0,00	310,84	0,00	35.843,48	0,00	0,00	0,00
310490	BAEPENDI	693.371,31	1.588.450,04	0,00	61.035,86	0,00	2.342.857,21	0,00	0,00	0,00
310500	BALDIM	42.034,32	113,40	0,00	971,85	0,00	43.119,57	0,00	0,00	0,00
310510	BAMBUI	1.131.210,26	2.949.818,71	0,00	201.230,41	0,00	4.282.259,38	0,00	0,00	0,00
310520	BANDEIRA	47.917,70	0,00	0,00	0,00	0,00	47.917,70	0,00	0,00	0,00
310530	BANDEIRA DO SUL	67.131,47	0,00	0,00	0,00	0,00	67.131,47	0,00	0,00	0,00
310540	BARAO DE COCAIS	943.644,46	45.208,09	0,00	61.677,59	0,00	1.050.530,14	0,00	0,00	0,00
310550	BARAO DE MONTE ALTO	15.580,72	77,64	0,00	0,00	0,00	15.658,36	0,00	0,00	0,00
310560	BARBACENA	6.871.942,96	26.133.390,22	2.200.624,66	3.868.372,47	6.116.194,80	0,00	0,00	0,00	32.958.135,51
310570	BARRA LONGA	60.490,28	0,00	0,00	115,54	0,00	60.605,82	0,00	0,00	0,00
310590	BARROSO	798.785,80	596.031,82	0,00	55.234,58	0,00	1.450.052,20	0,00	0,00	0,00
310600	BELA VISTA DE MINAS	65.015,31	0,00	0,00	1.139,59	0,00	66.154,90	0,00	0,00	0,00
310610	BELMIRO BRAGA	6.052,31	0,00	0,00	0,00	0,00	6.052,31	0,00	0,00	0,00
310620	BELO HORIZONTE	148.155.189,45	362.849.501,40	88.288.603,85	122.892.607,29	0,00	0,00	42.363.842,56	0,00	679.822.059,43
310630	BELO ORIENTE	355.071,92	214.052,15	0,00	264.285,68	0,00	833.409,75	0,00	0,00	0,00
310640	BELO VALE	197.188,38	74.724,85	0,00	16.437,20	0,00	288.350,43	0,00	0,00	0,00
310650	BERILO	445.194,61	128.242,97	0,00	37.756,59	0,00	611.194,17	0,00	0,00	0,00
310660	BERTOPOLIS	5.191,45	0,00	0,00	79,90	0,00	5.271,35	0,00	0,00	0,00
310665	BERIZAL	37.757,09	0,00	0,00	391,06	0,00	38.148,15	0,00	0,00	0,00
310670	BETIM	22.214.224,03	16.299.084,91	1.113.600,00	443.796,74	0,00	0,00	0,00	0,00	40.070.705,68
310680	BIAS FORTES	23.610,31	0,00	0,00	0,00	0,00	23.610,31	0,00	0,00	0,00
310690	BICAS	440.020,47	354.407,24	0,00	287.637,23	0,00	1.082.064,94	0,00	0,00	0,00
310700	BIQUINHAS	26.609,81	4.806,87	0,00	40,20	0,00	31.456,88	0,00	0,00	0,00
310710	BOA ESPERANCA	1.262.028,48	247.427,17	0,00	346.552,23	0,00	1.856.007,88	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

310720	BOCAINA DE MINAS	10.227,98	0,00	0,00	514,99	0,00	10.742,97	0,00	0,00	0,00
310730	BOCAIUVA	1.645.784,89	554.757,11	0,00	771.577,54	0,00	2.972.119,54	0,00	0,00	0,00
310740	BOM DESPACHO	1.759.284,31	556.038,36	135.194,44	374.774,63	0,00	2.825.291,74	0,00	0,00	0,00
310750	BOM JARDIM DE MINAS	190.101,15	187.581,16	0,00	8.449,84	0,00	386.132,15	0,00	0,00	0,00
310760	BOM JESUS DA PENHA	93.436,74	793,80	0,00	4.655,38	0,00	98.885,92	0,00	0,00	0,00
310770	BOM JESUS DO AMPARO	26.621,76	0,00	0,00	36,74	0,00	26.658,50	0,00	0,00	0,00
310780	BOM JESUS DO GALHO	516.366,89	209.160,19	0,00	45.291,18	0,00	770.818,26	0,00	0,00	0,00
310790	BOM REPOUSO	109.760,27	0,00	0,00	888,13	0,00	110.648,40	0,00	0,00	0,00
310800	BOM SUCESSO	647.974,91	83.525,30	0,00	32.421,80	0,00	763.922,01	0,00	0,00	0,00
310810	BONFIM	62.839,04	11.931,27	0,00	1.498,86	0,00	76.269,17	0,00	0,00	0,00
310820	BONFINOPOLIS DE MINAS	77.992,93	0,00	0,00	0,00	0,00	77.992,93	0,00	0,00	0,00
310825	BONITO DE MINAS	25.593,52	3,51	0,00	1.501,68	0,00	27.098,71	0,00	0,00	0,00
310830	BORDA DA MATA	448.221,71	511.667,91	0,00	48.462,24	0,00	1.008.351,86	0,00	0,00	0,00
310840	BOTELHOS	334.479,04	1.597,42	0,00	277.325,19	0,00	613.401,65	0,00	0,00	0,00
310850	BOTUMIRIM	26.121,25	0,00	0,00	426,32	0,00	26.547,57	0,00	0,00	0,00
310855	BRASILANDIA DE MINAS	191.113,54	0,00	0,00	3,20	0,00	191.116,74	0,00	0,00	0,00
310860	BRASILIA DE MINAS	1.370.318,61	4.378.834,35	105.600,00	573.077,99	0,00	6.322.230,95	0,00	0,00	105.600,00
310870	BRAS PIRES	29.680,89	0,00	0,00	0,00	0,00	29.680,89	0,00	0,00	0,00
310880	BRAUNAS	41.968,70	12,60	0,00	1.215,20	0,00	43.196,50	0,00	0,00	0,00
310890	BRASOPOLIS	430.610,31	108,68	0,00	28.717,40	0,00	459.436,39	0,00	0,00	0,00
310900	BRUMADINHO	1.182.273,34	155.518,85	79.200,00	318.978,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.735.970,72
310910	BUENO BRANDAO	309.000,54	129.684,22	0,00	37.164,68	0,00	475.849,44	0,00	0,00	0,00
310920	BUENOPOLIS	68.968,36	0,00	0,00	659,47	0,00	69.627,83	0,00	0,00	0,00
310925	BUGRE	14.366,45	0,00	0,00	0,00	0,00	14.366,45	0,00	0,00	0,00
310930	BURITIS	869.745,99	285.000,71	0,00	70.288,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.225.034,84
310940	BURITIZEIRO	980.163,11	50.419,69	79.200,00	356.949,07	0,00	1.387.531,87	0,00	0,00	79.200,00
310945	CABECEIRA GRANDE	51.620,50	3,51	0,00	0,00	0,00	51.624,01	0,00	0,00	0,00
310950	CABO VERDE	400.503,72	68.445,81	0,00	23.186,48	0,00	492.136,01	0,00	0,00	0,00
310960	CACHOEIRA DA PRATA	33.326,87	0,00	0,00	1.197,63	0,00	34.524,50	0,00	0,00	0,00
310970	CACHOEIRA DE MINAS	49.577,43	822,00	0,00	222.559,86	0,00	272.959,29	0,00	0,00	0,00
310980	CACHOEIRA DOURADA	37.152,34	0,00	0,00	834,76	0,00	37.987,10	0,00	0,00	0,00
310990	CAETANOPOLIS	282.640,80	115.683,04	0,00	43.213,47	0,00	441.537,31	0,00	0,00	0,00
311000	CAETE	1.333.680,03	121.823,58	195.169,56	67.603,14	0,00	1.718.276,31	0,00	0,00	0,00
311010	CAIANA	41.548,94	0,00	0,00	13,04	0,00	41.561,98	0,00	0,00	0,00
311020	CAJURI	13.346,71	0,00	0,00	0,00	0,00	13.346,71	0,00	0,00	0,00
311030	CALDAS	510.869,54	44.852,13	0,00	32.777,98	0,00	588.499,65	0,00	0,00	0,00
311040	CAMACHO	6.199,68	0,00	0,00	202,88	0,00	6.402,56	0,00	0,00	0,00
311050	CAMANDUCAIA	765.342,38	66.580,50	0,00	50.163,67	0,00	882.086,55	0,00	0,00	0,00
311060	CAMBUI	1.088.740,19	447.742,97	253.732,13	76.494,66	0,00	1.866.709,95	0,00	0,00	0,00
311070	CAMBUQUIRA	489.931,71	201.536,59	0,00	36.901,59	0,00	728.369,89	0,00	0,00	0,00
311080	CAMPANARIO	7.474,55	201,60	0,00	415,71	0,00	8.091,86	0,00	0,00	0,00
311090	CAMPANHA	531.760,45	132.134,34	0,00	44.861,00	0,00	708.755,79	0,00	0,00	0,00
311100	CAMPESTRE	741.468,93	26.613,80	0,00	52.445,91	0,00	820.528,64	0,00	0,00	0,00
311110	CAMPINA VERDE	766.613,66	166,84	0,00	38.571,24	0,00	805.351,74	0,00	0,00	0,00
311115	CAMPO AZUL	8.023,36	0,00	0,00	373,76	0,00	8.397,12	0,00	0,00	0,00
311120	CAMPO BELO	2.319.622,31	1.582.121,13	259.088,45	401.756,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4.562.588,05
311130	CAMPO DO MEIO	242.298,37	0,00	0,00	18.240,20	0,00	260.538,57	0,00	0,00	0,00
311140	CAMPO FLORIDO	27.547,47	210,00	0,00	0,00	0,00	27.757,47	0,00	0,00	0,00
311150	CAMPOS ALTOS	377.497,99	37.851,15	0,00	33.166,76	0,00	0,00	0,00	0,00	448.515,90
311160	CAMPOS GERAIS	959.019,88	81.280,47	130.133,17	343.655,33	0,00	1.514.088,85	0,00	0,00	0,00
311170	CANAA	26.126,33	0,00	0,00	0,00	0,00	26.126,33	0,00	0,00	0,00
311180	CANAPOLIS	388.703,78	62,23	0,00	26.812,94	0,00	415.578,95	0,00	0,00	0,00
311190	CANA VERDE	28.812,10	0,00	0,00	0,00	0,00	28.812,10	0,00	0,00	0,00
311200	CANDEIAS	456.119,85	10.749,40	0,00	449.075,70	0,00	915.944,95	0,00	0,00	0,00
311205	CANTAGALO	4.442,23	0,00	0,00	0,00	0,00	4.442,23	0,00	0,00	0,00
311210	CAPARAO	38.128,70	0,00	0,00	413,81	0,00	38.542,51	0,00	0,00	0,00
311220	CAPELA NOVA	33.465,64	0,00	0,00	719,14	0,00	34.184,78	0,00	0,00	0,00
311230	CAPELINHA	1.497.216,17	328.108,72	0,00	104.018,77	0,00	1.929.343,66	0,00	0,00	0,00
311240	CAPETINGA	171.747,86	87,00	0,00	1.884,53	0,00	173.719,39	0,00	0,00	0,00
311250	CAPIM BRANCO	153.160,54	113,40	0,00	4.732,51	0,00	158.006,45	0,00	0,00	0,00
311260	CAPINOPOLIS	516.429,73	25.759,36	0,00	25.891,17	0,00	568.080,26	0,00	0,00	0,00
311265	CAPITAO ANDRADE	5.825,26	425,10	0,00	0,00	0,00	6.250,36	0,00	0,00	0,00
311270	CAPITAO ENEAS	435.025,37	1.952,86	0,00	278.773,33	0,00	715.751,56	0,00	0,00	0,00
311280	CAPITOLIO	237.274,98	134,87	0,00	16.628,76	0,00	254.038,61	0,00	0,00	0,00
311290	CAPUTIRA	78.810,18	2.730,00	0,00	184,15	0,00	81.724,33	0,00	0,00	0,00
311300	CARAI	654.078,76	9.584,96	0,00	37.361,54	0,00	701.025,26	0,00	0,00	0,00
311310	CARANAIBA	19.448,83	0,00	0,00	0,00	0,00	19.448,83	0,00	0,00	0,00
311320	CARANDAI	746.834,77	158.133,88	0,00	52.425,41	0,00	957.394,06	0,00	0,00	0,00
311330	CARANGOLA	1.779.261,60	6.036.414,22	1.961.277,44	943.541,67	0,00	10.720.494,93	0,00	0,00	0,00
311340	CARATINGA	3.986.066,81	5.447.607,84	603.882,43	1.227.407,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.264.964,82
311350	CARBONITA	201.125,91	0,00	0,00	9.765,97	0,00	210.891,88	0,00	0,00	0,00
311360	CAREACU	197.873,04	76.138,03	0,00	12.183,72	0,00	286.194,79	0,00	0,00	0,00
311370	CARLOS CHAGAS	663.942,60	49.206,72	0,00	54.528,43	0,00	767.677,75	0,00	0,00	0,00
311380	CARMESIA	11.921,17	0,00	0,00	101,08	0,00	12.022,25	0,00	0,00	0,00
311390	CARMO DA CACHOEIRA	385.778,08	9.505,77	0,00	22.919,18	0,00	418.203,03	0,00	0,00	0,00
311400	CARMO DA MATA	243.120,68	0,00	0,00	15.359,51	0,00	258.480,19	0,00	0,00	0,00
311410	CARMO DE MINAS	283.947,17	260.389,87	0,00	39.509,44	0,00	583.846,48	0,00	0,00	0,00
311420	CARMO DO CAJURU	232.206,01	0,00	0,00	1.280,02	0,00	233.486,03	0,00	0,00	0,00
311430	CARMO DO PARANAIBA	1.006.742,61	291.557,56	0,00	340.835,44	0,00	1.639.135,61	0,00	0,00	0,00
311440	CARMO DO RIO CLARO	705.829,01	1.504,01	0,00	352.455,99	0,00	1.059.789,01	0,00	0,00	0,00
311450	CARMOPOLIS DE MINAS	384.070,60	34.169,99	0,00	28.225,48	0,00	446.466,07	0,00	0,00	0,00
311455	CARNEIRINHO	155.588,33	0,00	0,00	8.440,33	0,00	164.028,66	0,00	0,00	0,00
311460	CARRANCAS	116.140,72	0,00	0,00	3.810,47	0,00	119.951,19	0,00	0,00	0,00
311470	CARVALHOPOLIS	3.884,90	0,00	0,00	0,00	0,00	3.884,90	0,00	0,00	0,00
311480	CARVALHOS	123.923,89	2.724,95	0,00	7.469,37	0,00	134.118,21	0,00	0,00	0,00
311490	CASA GRANDE	597,25	0,00	0,00	0,00	0,00	597,25	0,00	0,00	0,00
311500	CASCALHO RICO	5.995,14	0,00	0,00	84,73	0,00	6.079,87	0,00	0,00	0,00
311510	CASSIA	743.374,77	327.499,11	131.741,75	333.347,78	0,00	1.535.963,41	0,00	0,00	0,00
311520	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	29.955,54	0,00	0,00	549,62	0,00	30.505,16	0,00	0,00	0,00
311530	CATAGUASES	3.813.408,92	5.890.736,46	472.834,15	715.829,12	0,00	0,00	0,00	0,00	10.892.808,65
311535	CATAS ALTAS	58.642,28	264,52	0,00	986,28	0,00	59.893,08	0,00	0,00	0,00
311540	CATAS ALTAS DA NORUEGA	10.881,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10.881,80	0,00	0,00	0,00
311545	CATUJI	18.271,54	415,80	0,00	0,00	0,00	18.687,34	0,00	0,00	0,00
311547	CATUTI	10.073,46	550,00	0,00	430,17	0,00	11.053,63	0,00	0,00	0,00
311550	CAXAMBU	830.275,91	321.800,20	115.297,33	58.039,33	0,00	1.325.412,77	0,00	0,00	0,00
311560	CEDRO DO ABAETE	13.746,04	0,00	0,00	96,05	0,00	13.842,09	0,00	0,00	0,00
311570	CENTRAL DE MINAS	192.684,13	45.968,61	0,00	13.978,64	0,00	252.631,38	0,00	0,00	0,00
311580	CENTRALINA	148.845,48	67.461,20	0,00	1.064,41	0,00	217.371,09	0,00	0,00	0,00
311590	CHACARA	7.067,69	0,00	0,00	0,00	0,00	7.067,69	0,00	0,00	0,00
311600	CHALE	22.265,00	0,00	0,00	53,80	0,00	22.318,80	0,00	0,00	0,00
311610	CHAPADA DO NORTE	164.390,52	113,40	0,00	431,47	0,00	164.935,39	0,00	0,00	0,00
311615	CHAPADA GAUCHA	92.845,40	8.965,95	0,00	37,02	0,00	101.848,37	0,00	0,00	0,00
311620	CHIADOR	6.336,01	0,00	0,00	0,00	0,00	6.336,01	0,00	0,00	0,00
311630	CIPOTANEA	155.739,60	323,90	0,00	4.468,68	0,00	160.532,18	0,00	0,00	0,00
311640	CLARAVAL	81.293,76	53,67	0,00	1.412,15	0,00	82.759,58	0,00	0,00	0,00
311650	CLARO DOS POCOES	21.658,08	31,28	0,00	363,54	0,00	22.052,90	0,00	0,00	0,00
311660	CLAUDIO	915.421,56	527,86	0,00	59.606,92	0,00	975.556,34	0,00	0,00	0,00
311670	COIMBRA	20.055,00	92,00	0,00	92,72	0,00	20.239,72	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

311680	COLUNA	365.399,12	57.702,10	0,00	20.992,08	0,00	444.093,30	0,00	0,00	0,00
311690	COMENDADOR GOMES	6.460,71	0,00	0,00	221,84	0,00	6.682,55	0,00	0,00	0,00
311700	COMERCINHO	63.206,01	3.514,27	0,00	615,92	0,00	67.336,20	0,00	0,00	0,00
311710	CONCEICAO DA APARECIDA	291.923,70	40,00	0,00	14.772,55	0,00	306.736,25	0,00	0,00	0,00
311720	CONCEICAO DAS PEDRAS	18.681,39	0,00	0,00	0,00	0,00	18.681,39	0,00	0,00	0,00
311730	CONCEICAO DAS ALAGOAS	834.168,00	151.635,40	0,00	79.901,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1.065.704,53
311740	CONCEICAO DE IPANEMA	87.172,48	42.513,32	0,00	8.614,55	0,00	138.300,35	0,00	0,00	0,00
311750	CONCEICAO DO MATO DENTRO	502.562,40	14.924,74	0,00	23.475,10	0,00	540.962,24	0,00	0,00	0,00
311760	CONCEICAO DO PARA	26.527,65	0,00	0,00	426,29	0,00	26.953,94	0,00	0,00	0,00
311770	CONCEICAO DO RIO VERDE	468.897,07	0,00	0,00	22.790,21	0,00	491.687,28	0,00	0,00	0,00
311780	CONCEICAO DOS OUROS	79.573,62	5.085,80	0,00	192,33	0,00	84.851,75	0,00	0,00	0,00
311783	CONEGO MARINHO	8.375,63	0,00	0,00	3,56	0,00	8.379,19	0,00	0,00	0,00
311787	CONFINS	33.050,65	315,00	0,00	339,66	0,00	33.705,31	0,00	0,00	0,00
311790	CONGONHAL	83.764,93	0,00	0,00	27,08	0,00	83.792,01	0,00	0,00	0,00
311800	CONGONHAS	2.061.982,36	181.667,04	202.587,95	531.260,12	0,00	0,00	0,00	0,00	2.977.497,47
311810	CONGONHAS DO NORTE	26.553,13	0,00	0,00	0,00	0,00	26.553,13	0,00	0,00	0,00
311820	CONQUISTA	119.531,50	0,00	0,00	6.966,00	0,00	126.497,50	0,00	0,00	0,00
311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	5.914.535,65	3.723.999,58	105.600,00	1.238.836,88	0,00	0,00	0,00	0,00	10.982.972,11
311840	CONSELHEIRO PENA	619.728,78	18.553,45	0,00	23.912,74	0,00	662.194,97	0,00	0,00	0,00
311850	CONSOLACAO	1.752,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,80	0,00	0,00	0,00
311860	CONTAGEM	23.700.599,23	10.460.388,27	2.043.600,00	2.570.217,67	0,00	0,00	0,00	0,00	38.774.805,17
311870	COQUEIRAL	140.056,77	1.123,07	0,00	254.811,11	0,00	395.990,95	0,00	0,00	0,00
311880	CORACAO DE JESUS	1.103.669,74	647.324,23	105.600,00	156.732,29	0,00	0,00	0,00	0,00	2.013.326,26
311890	CORDISBURGO	86.977,51	0,00	0,00	3.804,27	0,00	90.781,78	0,00	0,00	0,00
311900	CORDISLANDIA	8.384,89	46,78	0,00	181,84	0,00	8.613,51	0,00	0,00	0,00
311910	CORINTO	226.565,20	31.273,24	0,00	247,46	0,00	258.085,90	0,00	0,00	0,00
311920	COROACI	87.931,91	0,00	0,00	15.177,70	0,00	103.109,61	0,00	0,00	0,00
311930	COROMANDEL	976.961,56	6.677,53	0,00	459.459,27	0,00	0,00	0,00	0,00	1.443.098,36
311940	CORONEL FABRICIANO	3.195.148,07	2.645.063,11	105.600,00	673.973,07	0,00	6.514.184,25	0,00	0,00	105.600,00
311950	CORONEL MURTA	68.566,78	0,00	0,00	1.911,30	0,00	70.478,08	0,00	0,00	0,00
311960	CORONEL PACHECO	2.101,10	0,00	0,00	67,01	0,00	2.168,11	0,00	0,00	0,00
311970	CORONEL XAVIER CHAVES	27.313,17	0,00	0,00	29,60	0,00	27.342,77	0,00	0,00	0,00
311980	CORREGO DANTA	31.692,42	0,00	0,00	0,00	0,00	31.692,42	0,00	0,00	0,00
311990	CORREGO DO BOM JESUS	7.064,91	0,00	0,00	375,54	0,00	7.440,45	0,00	0,00	0,00
311995	CORREGO FUNDO	11.452,90	0,00	0,00	0,00	0,00	11.452,90	0,00	0,00	0,00
312000	CORREGO NOVO	5.993,23	0,00	0,00	0,00	0,00	5.993,23	0,00	0,00	0,00
312010	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	29.266,31	0,00	0,00	0,00	0,00	29.266,31	0,00	0,00	0,00
312015	CRISOLITA	10.819,67	0,00	0,00	101,38	0,00	10.921,05	0,00	0,00	0,00
312020	CRISTAIS	357.121,52	213.633,49	0,00	23.582,82	0,00	594.337,83	0,00	0,00	0,00
312030	CRISTALIA	28.212,59	0,00	0,00	830,35	0,00	29.042,94	0,00	0,00	0,00
312040	CRISTIANO OTONI	17.922,82	0,00	0,00	407,06	0,00	18.329,88	0,00	0,00	0,00
312050	CRISTINA	515.332,16	4.187,82	0,00	26.056,84	0,00	545.576,82	0,00	0,00	0,00
312060	CRUCILANDIA	31.014,55	0,00	0,00	2.957,72	0,00	33.972,27	0,00	0,00	0,00
312070	CRUZEIRO DA FORTALEZA	19.054,66	0,00	0,00	29,80	0,00	19.084,46	0,00	0,00	0,00
312080	CRUZILIA	550.158,52	28.449,76	0,00	123.610,43	0,00	702.218,71	0,00	0,00	0,00
312083	CUPARAQUE	28.843,46	0,00	0,00	0,00	0,00	28.843,46	0,00	0,00	0,00
312087	CURRAL DE DENTRO	67.295,61	0,00	0,00	1.129,93	0,00	68.425,54	0,00	0,00	0,00
312090	CURVELO	2.847.869,23	3.963.992,91	813.043,26	795.319,43	0,00	8.420.224,83	0,00	0,00	0,00
312100	DATAS	95.020,16	213,23	0,00	4.819,80	0,00	100.053,19	0,00	0,00	0,00
312110	DELFIM MOREIRA	14.493,40	0,00	0,00	61,38	0,00	14.554,78	0,00	0,00	0,00
312120	DELFINOPOLIS	256.881,19	64,17	0,00	16.826,45	0,00	273.771,81	0,00	0,00	0,00
312125	DELTA	83.293,16	577,57	0,00	3.095,69	0,00	86.966,42	0,00	0,00	0,00
312130	DESCOBERTO	9.999,22	0,00	0,00	3.680,66	0,00	13.679,88	0,00	0,00	0,00
312140	DESTERRO DE ENTRE RIOS	59.858,11	0,00	0,00	0,00	0,00	59.858,11	0,00	0,00	0,00
312150	DESTERRO DO MELO	26.768,93	0,00	0,00	153,49	0,00	26.922,42	0,00	0,00	0,00
312160	DIAMANTINA	2.030.533,14	6.611.644,83	750.760,16	1.062.691,82	0,00	10.350.029,95	0,00	0,00	105.600,00
312170	DIOGO DE VASCONCELOS	14.426,88	0,00	0,00	0,00	0,00	14.426,88	0,00	0,00	0,00
312180	DIONISIO	169.214,57	0,00	0,00	7.825,30	0,00	177.039,87	0,00	0,00	0,00
312190	DIVINESIA	8.128,17	0,00	0,00	0,00	0,00	8.128,17	0,00	0,00	0,00
312200	DIVINO	749.217,52	231.977,50	0,00	307.984,63	0,00	1.289.179,65	0,00	0,00	0,00
312210	DIVINO DAS LARANJEIRAS	146.583,48	40,84	0,00	6.635,86	0,00	153.260,18	0,00	0,00	0,00
312220	DIVINOLANDIA DE MINAS	40.697,52	201,60	0,00	175,27	0,00	41.074,39	0,00	0,00	0,00
312230	DIVINOPOLIS	11.013.214,48	24.815.825,65	3.100.064,22	2.775.032,46	0,00	0,00	0,00	0,00	41.704.136,81
312235	DIVISA ALEGRE	53.351,09	26,27	0,00	0,00	0,00	53.377,36	0,00	0,00	0,00
312240	DIVISA NOVA	28.957,69	50,40	0,00	0,00	0,00	29.008,09	0,00	0,00	0,00
312245	DIVISOPOLIS	252.568,49	50.906,76	0,00	49.656,12	0,00	353.131,37	0,00	0,00	0,00
312247	DOM BOSCO	35.132,01	107,01	0,00	0,00	0,00	35.239,02	0,00	0,00	0,00
312250	DOM CAVATI	8.178,56	0,00	0,00	297,96	0,00	8.476,52	0,00	0,00	0,00
312260	DOM JOAQUIM	125.961,59	14.410,13	0,00	8.118,98	0,00	148.490,70	0,00	0,00	0,00
312270	DOM SILVERIO	166.435,82	78.303,83	0,00	19.428,32	0,00	264.167,97	0,00	0,00	0,00
312280	DOM VICOSO	29.404,99	0,00	0,00	630,38	0,00	30.035,37	0,00	0,00	0,00
312290	DONA EUZEBIA	11.010,98	0,00	0,00	1.038,12	0,00	12.049,10	0,00	0,00	0,00
312300	DORES DE CAMPOS	87.222,36	0,00	0,00	81,32	0,00	87.303,68	0,00	0,00	0,00
312310	DORES DE GUANHAES	29.328,86	3,51	0,00	51,85	0,00	29.384,22	0,00	0,00	0,00
312320	DORES DO INDAIA	408.169,14	35.425,54	0,00	31.794,78	0,00	475.389,46	0,00	0,00	0,00
312330	DORES DO TURVO	25.817,87	0,00	0,00	0,00	0,00	25.817,87	0,00	0,00	0,00
312340	DORESOPOLIS	8.017,38	0,00	0,00	0,00	0,00	8.017,38	0,00	0,00	0,00
312350	DOURADOQUARA	8.166,08	0,00	0,00	52,08	0,00	8.218,16	0,00	0,00	0,00
312352	DURANDE	13.835,30	0,00	0,00	0,00	0,00	13.835,30	0,00	0,00	0,00
312360	ELOI MENDES	910.277,58	179.009,71	0,00	50.305,26	0,00	1.139.592,55	0,00	0,00	0,00
312370	ENGENHEIRO CALDAS	78.585,20	44.379,16	0,00	520,41	0,00	123.484,77	0,00	0,00	0,00
312380	ENGENHEIRO NAVARRO	70.379,80	44,11	0,00	260,71	0,00	70.684,62	0,00	0,00	0,00
312385	ENTRE FOLHAS	14.632,17	0,00	0,00	754,19	0,00	15.386,36	0,00	0,00	0,00
312390	ENTRE RIOS DE MINAS	481.991,71	235.342,27	0,00	50.357,87	0,00	767.691,85	0,00	0,00	0,00
312400	ERVALIA	442.732,82	15.822,65	0,00	18.638,28	0,00	477.193,75	0,00	0,00	0,00
312410	ESMERALDAS	1.754.721,76	19.396,05	79.200,00	317.698,27	0,00	2.091.816,08	0,00	0,00	79.200,00
312420	ESPERA FELIZ	684.925,42	196.824,51	0,00	305.084,68	0,00	1.186.834,61	0,00	0,00	0,00
312430	ESPINOSA	1.144.912,51	65.710,63	150.000,00	68.517,82	0,00	1.279.140,96	0,00	0,00	150.000,00
312440	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	14.204,59	0,00	0,00	382,65	0,00	14.587,24	0,00	0,00	0,00
312450	ESTIVA	314.513,82	3.179,00	0,00	8.822,22	0,00	326.515,04	0,00	0,00	0,00
312460	ESTRELA DALVA	31.282,40	3,51	0,00	1.371,65	0,00	32.657,56	0,00	0,00	0,00
312470	ESTRELA DO INDAIA	119.809,53	45.196,78	0,00	10.645,23	0,00	175.651,54	0,00	0,00	0,00
312480	ESTRELA DO SUL	119.280,86	25,20	0,00	4.905,84	0,00	124.211,90	0,00	0,00	0,00
312490	EUGENOPOLIS	405.512,45	19.227,91	0,00	24.110,08	0,00	448.850,44	0,00	0,00	0,00
312500	EWBANK DA CAMARA	4.655,52	0,00	0,00	0,00	0,00	4.655,52	0,00	0,00	0,00
312510	EXTREMA	1.122.634,51	324.786,78	0,00	340.452,61	0,00	1.787.873,90	0,00	0,00	0,00
312520	FAMA	2.644,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.644,08	0,00	0,00	0,00
312530	FARIA LEMOS	17.250,34	0,00	0,00	548,46	0,00	17.798,80	0,00	0,00	0,00
312540	FELICIO DOS SANTOS	33.548,05	0,00	0,00	0,00	0,00	33.548,05	0,00	0,00	0,00
312550	SAO GONCALO DO RIO PRETO	22.943,93	0,00	0,00	48,14	0,00	22.992,07	0,00	0,00	0,00
312560	FELISBURGO	258.914,93	251.957,73	0,00	40.303,22	0,00	551.175,88	0,00	0,00	0,00
312570	FELIXLANDIA	144.229,98	101.030,57	0,00	5.271,38	0,00	250.531,93	0,00	0,00	0,00
312580	FERNANDES TOURINHO	4.309,50	0,00	0,00	0,00	0,00	4.309,50	0,00	0,00	0,00
312590	FERROS	264.247,64	25.562,11	0,00	12.979,69	0,00	302.789,44	0,00	0,00	0,00
312595	FERVEDOURO	222.680,38	6.945,92	0,00	16.033,22	0,00	245.659,52	0,00	0,00	0,00
312600	FLORESTAL	66.774,29	309,06	0,00	673,69	0,00	67.757,04	0,00	0,00	0,00
312610	FORMIGA	2.600.424,24	1.739.648,64	427.482,04	841.655,79	0,00	5.503.610,71	0,00	0,00	105.600,00
312620	FORMOSO	76.241,52	0,00	0,00	0,00	0,00	76.241,52	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

312630	FORTALEZA DE MINAS	60.282,63	3,51	0,00	1.565,82	0,00	61.851,96	0,00	0,00	0,00
312640	FORTUNA DE MINAS	6.243,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.243,26	0,00	0,00	0,00
312650	FRANCISCO BADARO	87.289,69	503,80	0,00	1.018,06	0,00	88.811,55	0,00	0,00	0,00
312660	FRANCISCO DUMONT	21.214,30	0,00	0,00	729,98	0,00	21.944,28	0,00	0,00	0,00
312670	FRANCISCO SA	943.962,78	367.348,95	0,00	76.382,74	0,00	1.387.694,47	0,00	0,00	0,00
312675	FRANCISCOPOLIS	32.712,94	0,00	0,00	0,00	0,00	32.712,94	0,00	0,00	0,00
312680	FREI GASPAR	43.901,96	604,80	0,00	4,30	0,00	44.511,06	0,00	0,00	0,00
312690	FREI INOCENCIO	248.299,13	88.440,02	0,00	11.122,93	0,00	347.862,08	0,00	0,00	0,00
312695	FREI LAGONEGRO	5.546,23	22,50	0,00	0,00	0,00	5.568,73	0,00	0,00	0,00
312700	FRONTEIRA	215.048,95	0,00	0,00	548,38	0,00	215.597,33	0,00	0,00	0,00
312705	FRONTEIRA DOS VALES	5.762,82	0,00	0,00	7,73	0,00	5.770,55	0,00	0,00	0,00
312707	FRUTA DE LEITE	39.653,94	0,00	0,00	629,49	0,00	40.283,43	0,00	0,00	0,00
312710	FRUTAL	2.241.277,43	1.298.481,60	79.200,00	542.887,14	0,00	0,00	0,00	0,00	4.161.846,17
312720	FUNILANDIA	15.969,38	88,20	0,00	531,19	0,00	16.588,77	0,00	0,00	0,00
312730	GALILEIA	205.514,45	5.337,58	0,00	11.662,87	0,00	222.514,90	0,00	0,00	0,00
312733	GAMELEIRAS	14.955,68	0,00	0,00	546,78	0,00	15.502,46	0,00	0,00	0,00
312735	GLAUCILANDIA	4.721,99	0,00	0,00	58,66	0,00	4.780,65	0,00	0,00	0,00
312737	GOIABEIRA	3.629,17	0,00	0,00	0,00	0,00	3.629,17	0,00	0,00	0,00
312738	GOIANA	7.344,24	0,00	0,00	0,00	0,00	7.344,24	0,00	0,00	0,00
312740	GONCALVES	7.841,36	0,00	0,00	0,00	0,00	7.841,36	0,00	0,00	0,00
312750	GONZAGA	7.462,68	0,00	0,00	115,90	0,00	7.578,58	0,00	0,00	0,00
312760	GOUVEA	342.728,85	117.077,41	0,00	24.118,67	0,00	483.924,93	0,00	0,00	0,00
312770	GOVERNADOR VALADARES	15.099.707,64	20.133.880,35	1.262.136,34	3.602.785,34	0,00	0,00	0,00	0,00	40.098.509,67
312780	GRAO MOGOL	461.598,33	272.195,15	256.048,58	311.906,65	0,00	1.222.548,71	0,00	0,00	79.200,00
312790	GRUPIARA	11.020,37	0,00	0,00	0,00	0,00	11.020,37	0,00	0,00	0,00
312800	GUANHAES	1.200.263,26	1.557.918,20	421.168,28	157.072,37	0,00	3.336.422,11	0,00	0,00	0,00
312810	GUAPE	425.687,27	161,89	0,00	20.979,32	0,00	446.828,48	0,00	0,00	0,00
312820	GUARACIABA	282.742,00	33.832,78	0,00	27.909,59	0,00	344.484,37	0,00	0,00	0,00
312825	GUARACIAMA	9.214,55	0,00	0,00	67,19	0,00	9.281,74	0,00	0,00	0,00
312830	GUARANESIA	588.785,64	250.601,44	0,00	32.929,77	0,00	872.316,85	0,00	0,00	0,00
312840	GUARANI	311.747,62	58.664,13	0,00	25.689,97	0,00	396.101,72	0,00	0,00	0,00
312850	GUARARA	7.685,72	0,00	0,00	0,00	0,00	7.685,72	0,00	0,00	0,00
312860	GUARDA-MOR	165.708,34	0,00	0,00	11.344,36	0,00	177.052,70	0,00	0,00	0,00
312870	GUAXUPE	1.972.784,91	1.442.201,08	317.079,25	206.211,60	0,00	3.938.276,84	0,00	0,00	0,00
312880	GUIDOVAL	59.438,99	0,00	0,00	38.069,25	0,00	97.508,24	0,00	0,00	0,00
312890	GUIMARANIA	55.589,08	0,00	0,00	0,00	0,00	55.589,08	0,00	0,00	0,00
312900	GUIRICEMA	94.462,27	534,43	0,00	5.140,69	0,00	100.137,39	0,00	0,00	0,00
312910	GURINHATA	197.078,66	63,00	0,00	6.887,40	0,00	204.029,06	0,00	0,00	0,00
312920	HELIODORA	52.332,02	0,00	0,00	263,97	0,00	52.595,99	0,00	0,00	0,00
312930	IAPU	90.188,24	21.966,67	0,00	1.892,80	0,00	114.047,71	0,00	0,00	0,00
312940	IBERTIOGA	206.098,35	368.699,50	98.225,68	70.208,22	0,00	0,00	0,00	0,00	743.231,75
312950	IBIA	858.355,65	225.741,32	0,00	49.618,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.133.715,47
312960	IBIAI	42.769,88	0,00	0,00	36.641,22	0,00	79.411,10	0,00	0,00	0,00
312965	IBIRACATU	17.885,32	0,00	0,00	130,35	0,00	18.015,67	0,00	0,00	0,00
312970	IBIRACI	339.628,72	890,18	0,00	17.356,48	0,00	357.875,38	0,00	0,00	0,00
312980	IBIRITE	3.791.032,00	231.670,53	79.200,00	618.506,65	0,00	0,00	0,00	0,00	4.720.409,18
312990	IBITIURA DE MINAS	2.165,70	9,08	0,00	11,44	0,00	2.186,22	0,00	0,00	0,00
313000	IBITURUNA	3.377,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.377,71	0,00	0,00	0,00
313005	ICARAI DE MINAS	19.395,36	3.934,71	0,00	1.785,85	0,00	25.115,92	0,00	0,00	0,00
313010	IGARAPE	403.335,21	1.469,59	0,00	264.905,34	0,00	669.710,14	0,00	0,00	0,00
313020	IGARATINGA	98.702,86	27,02	0,00	0,00	0,00	98.729,88	0,00	0,00	0,00
313030	IGUATAMA	278.013,56	95.881,49	0,00	10.555,09	0,00	384.450,14	0,00	0,00	0,00
313040	IJACI	6.812,63	0,00	0,00	431,35	0,00	7.243,98	0,00	0,00	0,00
313050	ILICINEA	279.973,37	160,05	0,00	16.971,80	0,00	297.105,22	0,00	0,00	0,00
313055	IMBE DE MINAS	22.729,24	0,00	0,00	244,77	0,00	22.974,01	0,00	0,00	0,00
313060	INCONFIDENTES	19.572,80	0,00	0,00	0,00	0,00	19.572,80	0,00	0,00	0,00
313065	INDAIABIRA	67.899,25	0,00	0,00	293,30	0,00	68.192,55	0,00	0,00	0,00
313070	INDIANOPOLIS	46.255,19	25,20	0,00	0,00	0,00	46.280,39	0,00	0,00	0,00
313080	INGAI	13.395,20	0,00	0,00	0,00	0,00	13.395,20	0,00	0,00	0,00
313090	INHAPIM	393.990,47	919.722,33	0,00	368.470,78	0,00	1.682.183,58	0,00	0,00	0,00
313100	INHAUMA	46.239,83	8.520,60	0,00	896,39	0,00	55.656,82	0,00	0,00	0,00
313110	INIMUTABA	56.592,32	0,00	0,00	39,76	0,00	56.632,08	0,00	0,00	0,00
313115	IPABA	150.326,27	10,65	0,00	1.223,37	0,00	151.560,29	0,00	0,00	0,00
313120	IPANEMA	684.334,66	183.457,56	0,00	321.585,77	0,00	1.189.377,99	0,00	0,00	0,00
313130	IPATINGA	13.763.874,71	28.604.936,18	5.712.792,84	3.387.899,60	0,00	0,00	0,00	0,00	51.469.503,33
313140	IPIACU	147.084,31	415,80	0,00	5.296,33	0,00	152.796,44	0,00	0,00	0,00
313150	IPUIUNA	118.376,26	69.734,36	0,00	7.766,75	0,00	195.877,37	0,00	0,00	0,00
313160	IRAI DE MINAS	54.406,15	161.625,10	0,00	897,37	0,00	216.928,62	0,00	0,00	0,00
313170	ITABIRA	5.278.753,19	3.534.694,84	1.473.501,16	1.162.456,13	0,00	0,00	0,00	0,00	11.449.405,32
313180	ITABIRINHA DE MANTENA	387.498,08	124.402,68	0,00	30.746,12	0,00	542.646,88	0,00	0,00	0,00
313190	ITABIRITO	1.551.021,39	75.458,32	260.753,51	340.023,80	0,00	2.121.657,02	0,00	0,00	105.600,00
313200	ITACAMBIRA	13.950,05	3.996,86	0,00	0,00	0,00	17.946,91	0,00	0,00	0,00
313210	ITACARAMBI	657.226,92	125.970,30	105.600,00	331.509,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.220.306,85
313220	ITAGUARA	381.941,70	149.621,44	0,00	37.971,23	0,00	569.534,37	0,00	0,00	0,00
313230	ITAIPE	304.561,61	1.240,16	0,00	17.867,96	0,00	323.669,73	0,00	0,00	0,00
313240	ITAJUBA	4.453.947,66	5.358.873,92	882.646,28	508.431,76	0,00	11.203.899,62	0,00	0,00	0,00
313250	ITAMARANDIBA	1.411.431,95	142.400,89	0,00	94.753,54	0,00	1.648.586,38	0,00	0,00	0,00
313260	ITAMARATI DE MINAS	27.415,28	0,00	0,00	0,00	0,00	27.415,28	0,00	0,00	0,00
313270	ITAMBACURI	977.671,82	730.928,72	147.199,75	237.185,55	0,00	0,00	0,00	0,00	2.092.985,84
313280	ITAMBE DO MATO DENTRO	14.287,49	0,00	0,00	260,68	0,00	14.548,17	0,00	0,00	0,00
313290	ITAMOGI	365.057,38	353,73	0,00	23.920,65	0,00	389.331,76	0,00	0,00	0,00
313300	ITAMONTE	577.451,73	176.541,71	79.200,00	48.576,73	0,00	802.570,17	0,00	0,00	79.200,00
313310	ITANHANDU	653.988,91	175.498,87	79.200,00	65.100,91	0,00	894.588,69	0,00	0,00	79.200,00
313320	ITANHOMI	391.076,70	106.098,86	0,00	32.751,56	0,00	529.927,12	0,00	0,00	0,00
313330	ITAOBIM	795.932,30	597.783,14	193.604,93	333.977,48	0,00	1.921.297,85	0,00	0,00	0,00
313340	ITAPAGIPE	366.474,11	1.324,79	0,00	16.679,49	0,00	384.478,39	0,00	0,00	0,00
313350	ITAPECERICA	607.115,89	20.836,76	0,00	27.207,37	0,00	655.160,02	0,00	0,00	0,00
313360	ITAPEVA	39.910,47	0,00	0,00	728,56	0,00	40.639,03	0,00	0,00	0,00
313370	ITATIAIUCU	93.233,20	100,80	0,00	456,66	0,00	93.790,66	0,00	0,00	0,00
313375	ITAU DE MINAS	479.263,26	992,54	0,00	31.697,42	0,00	511.953,22	0,00	0,00	0,00
313380	ITAUNA	4.086.830,59	2.365.464,24	1.524.066,46	875.277,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8.851.639,22
313390	ITAVERAVA	5.184,46	0,00	0,00	405,93	0,00	5.590,39	0,00	0,00	0,00
313400	ITINGA	101.902,47	155,04	0,00	1.574,05	0,00	103.631,56	0,00	0,00	0,00
313410	ITUETA	38.574,19	0,00	0,00	0,00	0,00	38.574,19	0,00	0,00	0,00
313420	ITUIUTABA	4.195.026,48	3.062.122,47	305.088,53	395.266,20	0,00	7.957.503,68	0,00	0,00	0,00
313430	ITUMIRIM	36.610,65	0,00	0,00	0,00	0,00	36.610,65	0,00	0,00	0,00
313440	ITURAMA	1.447.867,74	473.642,43	0,00	124.998,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046.508,44
313450	ITUTINGA	10.413,34	0,00	0,00	40,55	0,00	10.453,89	0,00	0,00	0,00
313460	JABOTICATUBAS	307.801,57	12.674,78	0,00	9.531,42	0,00	330.007,77	0,00	0,00	0,00
313470	JACINTO	516.002,97	453.117,70	0,00	83.356,94	0,00	1.052.477,61	0,00	0,00	0,00
313480	JACUI	194.948,13	347,31	0,00	10.281,77	0,00	205.577,21	0,00	0,00	0,00
313490	JACUTINGA	800.806,01	35.479,17	79.200,00	67.454,04	0,00	903.739,22	0,00	0,00	79.200,00
313500	JAGUARACU	19.533,11	0,00	0,00	67,58	0,00	19.600,69	0,00	0,00	0,00
313505	JAIBA	803.249,10	86.091,48	105.600,00	61.293,19	0,00	950.633,77	0,00	0,00	105.600,00
313507	JAMPRUCA	5.758,43	0,00	0,00	0,00	0,00	5.758,43	0,00	0,00	0,00
313510	JANAUBA	2.710.825,57	4.573.148,94	469.761,49	1.090.179,46	0,00	8.843.915,46	0,00	0,00	0,00
313520	JANUARIA	2.916.530,29	631.758,13	0,00	112.983,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.661.271,73
313530	JAPARAIBA	7.630,13	0,00	0,00	254,60	0,00	7.884,73	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

313535	JAPONVAR	62.787,34	0,00	0,00	1.608,33	0,00	64.395,67	0,00	0,00	0,00
313540	JECEABA	145.328,20	0,00	0,00	7.840,48	0,00	153.168,68	0,00	0,00	0,00
313545	JENIPAPO DE MINAS	76.120,63	0,00	0,00	197,58	0,00	76.318,21	0,00	0,00	0,00
313550	JEQUERI	109.142,28	0,00	0,00	11.464,10	0,00	120.606,38	0,00	0,00	0,00
313560	JEQUITAI	74.569,42	14,06	0,00	1.044,40	0,00	75.627,88	0,00	0,00	0,00
313570	JEQUITIBA	29.856,47	37,80	0,00	64,88	0,00	29.959,15	0,00	0,00	0,00
313580	JEQUITINHONHA	1.076.341,74	102.395,25	105.600,00	349.875,03	0,00	1.528.612,02	0,00	0,00	105.600,00
313590	JESUANIA	51.536,89	0,00	0,00	0,00	0,00	51.536,89	0,00	0,00	0,00
313600	JOAIMA	552.351,19	54.281,68	0,00	44.112,92	0,00	650.745,79	0,00	0,00	0,00
313610	JOANESIA	42.152,36	0,00	0,00	263,61	0,00	42.415,97	0,00	0,00	0,00
313620	JOAO MONLEVADE	3.770.472,68	2.257.873,74	603.022,15	904.205,84	0,00	0,00	0,00	0,00	7.535.574,41
313630	JOAO PINHEIRO	1.670.540,61	560.020,79	0,00	405.371,77	0,00	2.635.933,17	0,00	0,00	0,00
313640	JOAQUIM FELICIO	107.472,84	24.821,69	0,00	8.384,70	0,00	140.679,23	0,00	0,00	0,00
313650	JORDANIA	323.907,25	381,22	0,00	10.142,91	0,00	334.431,38	0,00	0,00	0,00
313652	JOSE GONCALVES DE MINAS	42.655,49	0,00	0,00	239,26	0,00	42.894,75	0,00	0,00	0,00
313655	JOSE RAYDAN	25.400,33	0,00	0,00	1.036,82	0,00	26.437,15	0,00	0,00	0,00
313657	JOSENOPOLIS	25.256,19	0,00	0,00	19,20	0,00	25.275,39	0,00	0,00	0,00
313660	NOVA UNIAO	49.798,60	0,00	0,00	2.011,25	0,00	51.809,85	0,00	0,00	0,00
313665	JUATUBA	176.097,59	994,92	0,00	2.038,20	0,00	179.130,71	0,00	0,00	0,00
313670	JUIZ DE FORA	33.458.744,58	73.160.407,99	15.165.395,94	15.600.855,97	6.977.084,76	0,00	5.441.166,48	0,00	124.967.153,24
313680	JURAMENTO	70.626,77	201,60	0,00	2.167,70	0,00	72.996,07	0,00	0,00	0,00
313690	JURUAIA	329.983,73	70,11	0,00	12.798,15	0,00	342.851,99	0,00	0,00	0,00
313695	JUVENILIA	32.175,17	214,20	0,00	31,20	0,00	32.420,57	0,00	0,00	0,00
313700	LADAINHA	442.201,92	277,20	0,00	15.919,11	0,00	458.398,23	0,00	0,00	0,00
313710	LAGAMAR	118.263,94	25,20	0,00	3.424,98	0,00	121.714,12	0,00	0,00	0,00
313720	LAGOA DA PRATA	1.716.670,07	516.467,62	105.600,00	351.652,33	0,00	2.584.790,02	0,00	0,00	105.600,00
313730	LAGOA DOS PATOS	6.654,42	0,00	0,00	246,72	0,00	6.901,14	0,00	0,00	0,00
313740	LAGOA DOURADA	123.494,32	0,00	0,00	0,00	0,00	123.494,32	0,00	0,00	0,00
313750	LAGOA FORMOSA	433.173,70	159.467,11	0,00	26.374,19	0,00	619.015,00	0,00	0,00	0,00
313753	LAGOA GRANDE	80.759,47	0,00	0,00	642,86	0,00	81.402,33	0,00	0,00	0,00
313760	LAGOA SANTA	1.674.805,84	521.698,90	131.246,53	763.400,66	0,00	3.091.151,93	0,00	0,00	0,00
313770	LAJINHA	411.091,67	72.452,28	0,00	282.974,34	0,00	766.518,29	0,00	0,00	0,00
313780	LAMBARI	637.819,49	360.653,81	0,00	45.639,05	0,00	1.044.112,35	0,00	0,00	0,00
313790	LAMIM	28.722,07	0,00	0,00	1.279,21	0,00	30.001,28	0,00	0,00	0,00
313800	LARANJAL	218.558,53	12,73	0,00	10.248,19	0,00	228.819,45	0,00	0,00	0,00
313810	LASSANCE	55.596,93	12,60	0,00	1.142,55	0,00	56.752,08	0,00	0,00	0,00
313820	LAVRAS	4.760.266,87	10.361.773,67	890.312,86	1.030.103,53	0,00	0,00	0,00	0,00	17.042.456,93
313830	LEANDRO FERREIRA	16.087,65	0,00	0,00	76,91	0,00	16.164,56	0,00	0,00	0,00
313835	LEME DO PRADO	67.510,68	0,00	0,00	1.297,28	0,00	68.807,96	0,00	0,00	0,00
313840	LEOPOLDINA	2.077.737,57	3.392.143,46	523.470,41	394.246,31	0,00	6.308.397,75	0,00	0,00	79.200,00
313850	LIBERDADE	168.352,81	197.516,02	0,00	11.474,99	0,00	377.343,82	0,00	0,00	0,00
313860	LIMA DUARTE	490.994,26	188.005,19	0,00	341.146,00	0,00	1.020.145,45	0,00	0,00	0,00
313862	LIMEIRA DO OESTE	66.842,04	0,00	0,00	0,00	0,00	66.842,04	0,00	0,00	0,00
313865	LONTRA	45.770,66	0,00	0,00	898,43	0,00	46.669,09	0,00	0,00	0,00
313867	LUISBURGO	31.532,83	0,00	0,00	438,05	0,00	31.970,88	0,00	0,00	0,00
313868	LUISLANDIA	31.113,56	0,00	0,00	25.076,70	0,00	56.190,26	0,00	0,00	0,00
313870	LUMINARIAS	34.573,80	0,00	0,00	75,55	0,00	34.649,35	0,00	0,00	0,00
313880	LUZ	616.861,15	100.914,72	0,00	39.663,08	0,00	757.438,95	0,00	0,00	0,00
313890	MACHACALIS	242.198,32	338.625,85	0,00	33.172,67	0,00	613.996,84	0,00	0,00	0,00
313900	MACHADO	1.436.013,17	99.260,99	156.984,64	430.720,71	0,00	2.122.979,51	0,00	0,00	0,00
313910	MADRE DE DEUS DE MINAS	18.842,75	0,00	0,00	0,00	0,00	18.842,75	0,00	0,00	0,00
313920	MALACACHETA	686.392,84	434.617,34	0,00	76.094,99	0,00	1.197.105,17	0,00	0,00	0,00
313925	MAMONAS	66.626,32	0,00	0,00	1.433,89	0,00	68.060,21	0,00	0,00	0,00
313930	MANGA	746.207,02	369.286,53	0,00	86.510,91	0,00	1.202.004,46	0,00	0,00	0,00
313940	MANHUACU	3.862.551,91	5.816.811,86	1.022.834,54	2.174.077,28	0,00	0,00	0,00	0,00	12.876.275,59
313950	MANHUMIRIM	731.602,57	2.403.315,54	329.991,72	380.881,72	0,00	3.845.791,55	0,00	0,00	0,00
313960	MANTENA	1.144.235,10	275.844,19	161.942,43	78.542,10	0,00	1.660.563,82	0,00	0,00	0,00
313970	MARAVILHAS	61.480,63	8.339,62	0,00	3.022,02	0,00	72.842,27	0,00	0,00	0,00
313980	MAR DE ESPANHA	310.394,37	149.418,63	0,00	32.438,59	0,00	492.251,59	0,00	0,00	0,00
313990	MARIA DA FE	293.384,31	32,14	0,00	16.011,14	0,00	309.427,59	0,00	0,00	0,00
314000	MARIANA	1.894.808,39	138.415,18	391.808,84	199.225,39	0,00	2.474.257,80	0,00	0,00	150.000,00
314010	MARILAC	4.743,99	0,00	0,00	0,00	0,00	4.743,99	0,00	0,00	0,00
314015	MARIO CAMPOS	8.092,49	0,00	0,00	34,62	0,00	8.127,11	0,00	0,00	0,00
314020	MARIPA DE MINAS	7.728,46	0,00	0,00	0,00	0,00	7.728,46	0,00	0,00	0,00
314030	MARLIERIA	30.339,88	374,73	0,00	38,07	0,00	30.752,68	0,00	0,00	0,00
314040	MARMELOPOLIS	2.639,72	0,00	0,00	0,00	0,00	2.639,72	0,00	0,00	0,00
314050	MARTINHO CAMPOS	380.430,47	10.682,85	0,00	20.002,02	0,00	411.115,34	0,00	0,00	0,00
314053	MARTINS SOARES	48.445,09	0,00	0,00	148,07	0,00	48.593,16	0,00	0,00	0,00
314055	MATA VERDE	126.931,72	219,31	0,00	1.889,39	0,00	129.040,42	0,00	0,00	0,00
314060	MATERLANDIA	34.677,91	0,00	0,00	712,77	0,00	35.390,68	0,00	0,00	0,00
314070	MATEUS LEME	840.736,48	542.003,82	0,00	86.818,86	0,00	1.469.559,16	0,00	0,00	0,00
314080	MATIAS BARBOSA	123.998,58	17.072,39	0,00	1.253,12	0,00	142.324,09	0,00	0,00	0,00
314085	MATIAS CARDOSO	138.971,43	0,00	0,00	521,42	0,00	139.492,85	0,00	0,00	0,00
314090	MATIPO	592.728,35	70.722,04	79.288,08	36.679,30	0,00	779.417,77	0,00	0,00	0,00
314100	MATO VERDE	222.453,50	33.447,35	0,00	0,00	0,00	255.900,85	0,00	0,00	0,00
314110	MATOZINHOS	1.216.541,89	171.127,50	0,00	348.073,57	0,00	1.735.742,96	0,00	0,00	0,00
314120	MATUTINA	52.987,36	0,00	0,00	2.815,24	0,00	55.802,60	0,00	0,00	0,00
314130	MEDEIROS	13.863,34	0,00	0,00	116,67	0,00	13.980,01	0,00	0,00	0,00
314140	MEDINA	789.697,49	230.139,88	99.211,85	341.003,33	0,00	1.460.052,55	0,00	0,00	0,00
314150	MENDES PIMENTEL	234.284,83	109.139,77	0,00	19.479,97	0,00	362.904,57	0,00	0,00	0,00
314160	MERCES	330.059,61	1.254,22	0,00	23.469,65	0,00	354.783,48	0,00	0,00	0,00
314170	MESQUITA	46.526,90	403,20	0,00	93,77	0,00	47.023,87	0,00	0,00	0,00
314180	MINAS NOVAS	1.250.319,98	310.624,69	240.240,35	483.776,77	0,00	2.179.361,79	0,00	0,00	105.600,00
314190	MINDURI	102.908,46	25.410,24	0,00	4.662,21	0,00	132.980,91	0,00	0,00	0,00
314200	MIRABELA	503.042,26	581.392,49	0,00	399.139,31	0,00	1.483.574,06	0,00	0,00	0,00
314210	MIRADOURO	299.468,38	355.376,47	0,00	30.386,07	0,00	685.230,92	0,00	0,00	0,00
314220	MIRAI	511.519,58	153.344,11	0,00	30.027,23	0,00	694.890,92	0,00	0,00	0,00
314225	MIRAVANIA	9.634,50	0,00	0,00	64,35	0,00	9.698,85	0,00	0,00	0,00
314230	MOEDA	52.068,87	2.272,88	0,00	586,06	0,00	54.927,81	0,00	0,00	0,00
314240	MOEMA	208.199,09	393.810,07	0,00	47.455,48	0,00	649.464,64	0,00	0,00	0,00
314250	MONJOLOS	14.718,66	0,00	0,00	84,61	0,00	14.803,27	0,00	0,00	0,00
314260	MONSENHOR PAULO	164.512,39	158.924,52	0,00	15.648,76	0,00	339.085,67	0,00	0,00	0,00
314270	MONTALVANIA	539.556,52	231.152,83	0,00	69.908,08	0,00	840.617,43	0,00	0,00	0,00
314280	MONTE ALEGRE DE MINAS	417.724,37	127.820,32	0,00	25.382,45	0,00	570.927,14	0,00	0,00	0,00
314290	MONTE AZUL	805.303,15	460.065,40	323.842,78	82.631,18	0,00	1.442.642,51	0,00	0,00	229.200,00
314300	MONTE BELO	317.515,15	45.251,21	0,00	24.013,82	0,00	386.780,18	0,00	0,00	0,00
314310	MONTE CARMELO	2.130.679,78	953.568,46	0,00	460.719,91	0,00	0,00	0,00	0,00	3.544.968,15
314315	MONTE FORMOSO	73.412,70	228,75	0,00	0,00	0,00	73.641,45	0,00	0,00	0,00
314320	MONTE SANTO DE MINAS	791.117,62	29.950,76	0,00	313.243,21	0,00	1.134.311,59	0,00	0,00	0,00
314330	MONTES CLAROS	21.678.347,49	56.847.582,86	9.004.146,00	12.094.728,08	0,00	0,00	0,00	0,00	99.624.804,43
314340	MONTE SIAO	256.069,65	18.828,35	0,00	16.671,50	0,00	291.569,50	0,00	0,00	0,00
314345	MONTEZUMA	83.952,38	13,56	0,00	0,00	0,00	83.965,94	0,00	0,00	0,00
314350	MORADA NOVA DE MINAS	202.596,62	107.365,96	0,00	5.680,85	0,00	315.643,43	0,00	0,00	0,00
314360	MORRO DA GARCA	20.150,41	2.400,00	0,00	0,00	0,00	22.550,41	0,00	0,00	0,00
314370	MORRO DO PILAR	25.853,92	1.215,78	0,00	3.294,36	0,00	30.364,06	0,00	0,00	0,00
314380	MUNHOZ	15.177,66	6,08	0,00	507,02	0,00	15.690,76	0,00	0,00	0,00
314390	MURIAE	5.570.841,28	28.303.277,73	1.513.918,70	2.188.279,92	0,00	37.576.317,63	0,00	0,00	0,00
314400	MUTUM	974.286,51	247.747,20	0,00	318.045,04	0,00	1.540.078,75	0,00	0,00	0,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

314410	MUZAMBINHO	695.069,33	117.068,10	0,00	35.353,09	0,00	847.490,52	0,00	0,00	0,00
314420	NACIP RAYDAN	14.488,68	0,00	0,00	36.633,42	0,00	51.122,10	0,00	0,00	0,00
314430	NANUQUE	1.820.366,68	293.872,59	0,00	132.547,63	0,00	0,00	0,00	0,00	2.246.786,90
314435	NAQUE	12.429,49	7,40	0,00	137,35	0,00	12.574,24	0,00	0,00	0,00
314437	NATALANDIA	23.887,25	0,00	0,00	0,00	0,00	23.887,25	0,00	0,00	0,00
314440	NATERCIA	126.477,24	0,00	0,00	3.180,40	0,00	129.657,64	0,00	0,00	0,00
314450	NAZARENO	155.300,77	7.106,26	0,00	4.315,71	0,00	166.722,74	0,00	0,00	0,00
314460	NEPOMUCENO	729.248,59	179.005,31	0,00	39.878,87	0,00	948.132,77	0,00	0,00	0,00
314465	NINHEIRA	164.705,24	91,00	0,00	1.592,69	0,00	166.388,93	0,00	0,00	0,00
314467	NOVA BELEM	19.963,13	0,00	0,00	52,44	0,00	20.015,57	0,00	0,00	0,00
314470	NOVA ERA	504.867,52	53.945,36	0,00	25.984,59	0,00	584.797,47	0,00	0,00	0,00
314480	NOVA LIMA	2.374.819,87	1.267.179,36	607.711,02	616.280,81	0,00	4.760.391,06	0,00	0,00	105.600,00
314490	NOVA MODICA	7.629,30	0,00	0,00	0,00	0,00	7.629,30	0,00	0,00	0,00
314500	NOVA PONTE	301.848,82	7.834,84	0,00	9.413,26	0,00	319.096,92	0,00	0,00	0,00
314505	NOVA PORTEIRINHA	48.333,16	2.217,60	0,00	0,00	0,00	50.550,76	0,00	0,00	0,00
314510	NOVA RESENDE	444.287,95	500,04	0,00	16.083,84	0,00	460.871,83	0,00	0,00	0,00
314520	NOVA SERRANA	2.481.030,71	132.250,12	105.600,00	347.060,88	0,00	2.960.341,71	0,00	0,00	105.600,00
314530	NOVO CRUZEIRO	878.379,41	13.919,59	85.752,53	55.901,95	0,00	1.033.953,48	0,00	0,00	0,00
314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	34.878,07	151,20	0,00	0,00	0,00	35.029,27	0,00	0,00	0,00
314537	NOVORIZONTE	8.723,15	0,00	0,00	341,79	0,00	9.064,94	0,00	0,00	0,00
314540	OLARIA	3.977,25	0,00	0,00	0,00	0,00	3.977,25	0,00	0,00	0,00
314545	OLHOS-D'AGUA	10.190,80	3,51	0,00	372,93	0,00	10.567,24	0,00	0,00	0,00
314550	OLIMPIO NORONHA	14.768,21	0,00	0,00	393,20	0,00	15.161,41	0,00	0,00	0,00
314560	OLIVEIRA	1.400.503,98	424.952,67	273.992,86	870.089,90	0,00	2.890.339,41	0,00	0,00	79.200,00
314570	OLIVEIRA FORTES	1.838,76	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838,76	0,00	0,00	0,00
314580	ONCA DE PITANGUI	6.160,13	0,00	0,00	0,00	0,00	6.160,13	0,00	0,00	0,00
314585	ORATORIOS	9.991,31	0,00	0,00	36.318,54	0,00	46.309,85	0,00	0,00	0,00
314587	ORIZANIA	7.677,87	0,00	0,00	0,00	0,00	7.677,87	0,00	0,00	0,00
314590	OURO BRANCO	1.410.023,29	10.074,59	105.600,00	417.239,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.942.937,23
314600	OURO FINO	1.097.380,43	937.803,28	164.362,73	94.771,42	0,00	2.294.317,86	0,00	0,00	0,00
314610	OURO PRETO	2.581.536,84	1.448.482,17	1.168.298,83	863.171,22	0,00	5.018.689,06	0,00	0,00	1.042.800,00
314620	OURO VERDE DE MINAS	71.974,08	12,60	0,00	2.979,93	0,00	74.966,61	0,00	0,00	0,00
314625	PADRE CARVALHO	46.850,32	302,40	0,00	195,53	0,00	47.348,25	0,00	0,00	0,00
314630	PADRE PARAISO	730.810,91	181.757,88	0,00	66.396,41	0,00	978.965,20	0,00	0,00	0,00
314640	PAINEIRAS	44.306,44	0,00	0,00	344,67	0,00	44.651,11	0,00	0,00	0,00
314650	PAINS	215.089,09	591,64	0,00	11.444,35	0,00	227.125,08	0,00	0,00	0,00
314655	PAI PEDRO	6.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.849,00	0,00	0,00	0,00
314660	PAIVA	8.823,38	0,00	0,00	158,10	0,00	8.981,48	0,00	0,00	0,00
314670	PALMA	235.340,06	3,04	0,00	15.310,53	0,00	250.653,63	0,00	0,00	0,00
314675	PALMOPOLIS	76.681,19	2.167,39	0,00	6.230,43	0,00	85.079,01	0,00	0,00	0,00
314690	PAPAGAIOS	151.180,38	4.061,58	0,00	2.054,96	0,00	157.296,92	0,00	0,00	0,00
314700	PARACATU	3.688.777,55	1.422.068,31	0,00	463.801,95	0,00	0,00	0,00	0,00	5.574.647,81
314710	PARA DE MINAS	3.977.255,32	2.634.565,19	972.540,38	697.657,80	0,00	8.282.018,69	0,00	0,00	0,00
314720	PARAGUACU	498.064,38	89.106,59	0,00	29.853,56	0,00	617.024,53	0,00	0,00	0,00
314730	PARAISOPOLIS	648.962,75	533.585,87	0,00	50.143,48	0,00	1.232.692,10	0,00	0,00	0,00
314740	PARAOPEBA	562.398,47	85.490,16	0,00	38.192,20	0,00	686.080,83	0,00	0,00	0,00
314750	PASSABEM	37.099,90	19.412,25	0,00	2.522,10	0,00	59.034,25	0,00	0,00	0,00
314760	PASSA QUATRO	715.662,03	134.916,17	0,00	35.171,20	0,00	885.749,40	0,00	0,00	0,00
314770	PASSA TEMPO	234.490,31	1.827,15	0,00	11.360,11	0,00	247.677,57	0,00	0,00	0,00
314780	PASSA VINTE	13.259,73	0,00	0,00	1.321,77	0,00	14.581,50	0,00	0,00	0,00
314790	PASSOS	5.966.474,01	12.980.588,58	5.211.543,89	1.824.156,19	0,00	25.982.762,67	0,00	0,00	0,00
314795	PATIS	8.615,01	0,00	0,00	256,77	0,00	8.871,78	0,00	0,00	0,00
314800	PATOS DE MINAS	7.177.680,82	18.826.297,60	963.600,00	3.416.563,00	7.518.055,68	0,00	0,00	0,00	22.866.085,74
314810	PATROCINIO	4.272.209,81	3.634.627,61	612.555,64	693.636,35	0,00	0,00	0,00	0,00	9.213.029,41
314820	PATROCINIO DO MURIAE	103.028,47	69.306,42	79.200,00	10.271,97	0,00	182.606,86	0,00	0,00	79.200,00
314830	PAULA CANDIDO	86.196,60	0,00	0,00	37.511,43	0,00	123.708,03	0,00	0,00	0,00
314840	PAULISTAS	5.352,94	0,00	0,00	0,00	0,00	5.352,94	0,00	0,00	0,00
314850	PAVAO	290.508,26	148.588,20	0,00	18.807,94	0,00	457.904,40	0,00	0,00	0,00
314860	PECANHA	599.098,21	283.613,76	0,00	49.798,73	0,00	932.510,70	0,00	0,00	0,00
314870	PEDRA AZUL	1.158.458,68	440.178,70	292.677,92	352.775,59	0,00	2.244.090,89	0,00	0,00	0,00
314875	PEDRA BONITA	43.988,32	0,00	0,00	0,00	0,00	43.988,32	0,00	0,00	0,00
314880	PEDRA DO ANTA	15.868,46	0,00	0,00	1,66	0,00	15.870,12	0,00	0,00	0,00
314890	PEDRA DO INDAIA	28.192,23	0,00	0,00	0,00	0,00	28.192,23	0,00	0,00	0,00
314900	PEDRA DOURADA	7.275,38	0,00	0,00	0,00	0,00	7.275,38	0,00	0,00	0,00
314910	PEDRALVA	184.098,71	3,51	0,00	8.036,90	0,00	192.139,12	0,00	0,00	0,00
314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	51.773,37	43,50	0,00	0,00	0,00	51.816,87	0,00	0,00	0,00
314920	PEDRINOPOLIS	92.023,74	0,00	0,00	4.727,18	0,00	96.750,92	0,00	0,00	0,00
314930	PEDRO LEOPOLDO	2.346.862,32	330.323,47	105.600,00	994.217,97	0,00	0,00	0,00	0,00	3.777.003,76
314940	PEDRO TEIXEIRA	3.323,58	0,00	0,00	0,00	0,00	3.323,58	0,00	0,00	0,00
314950	PEQUERI	6.604,11	0,00	0,00	0,00	0,00	6.604,11	0,00	0,00	0,00
314960	PEQUI	33.445,53	3.968,25	0,00	830,33	0,00	38.244,11	0,00	0,00	0,00
314970	PERDIGAO	90.476,30	0,00	0,00	1.269,68	0,00	91.745,98	0,00	0,00	0,00
314980	PERDIZES	505.253,70	1.384,23	0,00	51.100,12	0,00	557.738,05	0,00	0,00	0,00
314990	PERDOES	698.554,07	275.858,23	0,00	421.961,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.373,63
314995	PERIQUITO	7.719,84	176,40	0,00	433,07	0,00	8.329,31	0,00	0,00	0,00
315000	PESCADOR	18.669,90	0,00	0,00	0,00	0,00	18.669,90	0,00	0,00	0,00
315010	PIAU	5.961,69	0,00	0,00	0,00	0,00	5.961,69	0,00	0,00	0,00
315015	PIEDADE DE CARATINGA	16.319,41	0,00	0,00	46,45	0,00	16.365,86	0,00	0,00	0,00
315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	5.514,04	0,00	0,00	0,00	0,00	5.514,04	0,00	0,00	0,00
315030	PIEDADE DO RIO GRANDE	99.695,38	0,00	0,00	4.480,66	0,00	104.176,04	0,00	0,00	0,00
315040	PIEDADE DOS GERAIS	28.334,82	0,00	0,00	281,03	0,00	28.615,85	0,00	0,00	0,00
315050	PIMENTA	192.487,14	56,06	0,00	5.860,02	0,00	198.403,22	0,00	0,00	0,00
315053	PINGO D'AGUA	30.978,22	2,40	0,00	441,39	0,00	31.422,01	0,00	0,00	0,00
315057	PINTOPOLIS	20.047,40	3,51	0,00	414,41	0,00	20.465,32	0,00	0,00	0,00
315060	PIRACEMA	55.853,04	0,00	0,00	36.000,00	0,00	91.853,04	0,00	0,00	0,00
315070	PIRAJUBA	20.371,55	588,70	0,00	148,14	0,00	21.108,39	0,00	0,00	0,00
315080	PIRANGA	721.212,33	49.307,86	0,00	42.677,03	0,00	813.197,22	0,00	0,00	0,00
315090	PIRANGUCU	9.947,19	0,00	0,00	90,06	0,00	10.037,25	0,00	0,00	0,00
315100	PIRANGUINHO	37.398,43	4,05	0,00	186,08	0,00	37.588,56	0,00	0,00	0,00
315110	PIRAPETINGA	444.807,66	24.329,70	0,00	31.038,75	0,00	500.176,11	0,00	0,00	0,00
315120	PIRAPORA	2.011.988,78	2.364.028,05	0,00	820.033,47	0,00	5.196.050,30	0,00	0,00	0,00
315130	PIRAUBA	96.312,87	314.352,35	0,00	2.473,11	0,00	413.138,33	0,00	0,00	0,00
315140	PITANGUI	915.168,12	159.171,63	116.533,28	52.780,42	0,00	1.243.653,45	0,00	0,00	0,00
315150	PIUMHI	1.437.946,21	1.178.029,07	328.818,35	537.532,27	0,00	3.376.725,90	0,00	0,00	105.600,00
315160	PLANURA	121.895,26	0,00	0,00	9.202,56	0,00	131.097,82	0,00	0,00	0,00
315170	POCO FUNDO	546.932,50	8.304,87	79.200,00	27.533,63	0,00	582.771,00	0,00	0,00	79.200,00
315180	POCOS DE CALDAS	8.829.981,28	18.251.719,58	2.027.642,41	1.195.211,40	0,00	0,00	0,00	0,00	30.304.554,67
315190	POCRANE	183.436,73	0,00	0,00	2.162,17	0,00	185.598,90	0,00	0,00	0,00
315200	POMPEU	804.517,83	3.910,81	0,00	41.535,88	0,00	849.964,52	0,00	0,00	0,00
315210	PONTE NOVA	3.198.559,07	12.341.711,96	1.626.003,87	1.298.662,91	0,00	0,00	0,00	0,00	18.464.937,81
315213	PONTO CHIQUE	31.338,18	0,00	0,00	293,30	0,00	31.631,48	0,00	0,00	0,00
315217	PONTO DOS VOLANTES	79.617,18	88,42	0,00	3.054,08	0,00	82.759,68	0,00	0,00	0,00
315220	PORTEIRINHA	1.213.469,75	406.032,28	259.803,85	96.012,21	0,00	1.975.318,09	0,00	0,00	0,00
315230	PORTO FIRME	126.902,02	0,00	0,00	5.945,05	0,00	132.847,07	0,00	0,00	0,00
315240	POTE	442.805,10	40.435,11	0,00	22.908,91	0,00	506.149,12	0,00	0,00	0,00
315250	POUSO ALEGRE	6.627.894,08	20.333.261,17	0,00	2.540.541,47	0,00	29.501.696,72	0,00	0,00	0,00
315260	POUSO ALTO	213.256,76	41.903,79	0,00	13.641,92	0,00	268.802,47	0,00	0,00	0,00
315270	PRADOS	214.343,25	53.481,57	0,00	3.692,78	0,00	271.517,60	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

315280	PRATA	892.811,89	166.481,46	0,00	43.608,87	0,00	1.102.902,22	0,00	0,00	0,00
315290	PRATAPOLIS	170.965,50	313,17	0,00	18.041,21	0,00	189.319,88	0,00	0,00	0,00
315300	PRATINHA	18.292,90	0,00	0,00	1.281,17	0,00	19.574,07	0,00	0,00	0,00
315310	PRESIDENTE BERNARDES	104.760,63	1.087,11	0,00	7.857,27	0,00	113.705,01	0,00	0,00	0,00
315320	PRESIDENTE JUSCELINO	26.197,08	50,40	0,00	42,31	0,00	26.289,79	0,00	0,00	0,00
315330	PRESIDENTE KUBITSCHEK	13.091,33	0,00	0,00	154,82	0,00	13.246,15	0,00	0,00	0,00
315340	PRESIDENTE OLEGARIO	459.217,34	145.858,29	0,00	10.524,19	0,00	615.599,82	0,00	0,00	0,00
315350	ALTO JEQUITIBA	87.896,46	0,00	0,00	484,44	0,00	88.380,90	0,00	0,00	0,00
315360	PRUDENTE DE MORAIS	59.301,55	50,40	0,00	0,00	0,00	59.351,95	0,00	0,00	0,00
315370	QUARTEL GERAL	21.655,29	0,00	0,00	980,02	0,00	22.635,31	0,00	0,00	0,00
315380	QUELUZITA	2.548,43	0,00	0,00	236,90	0,00	2.785,33	0,00	0,00	0,00
315390	RAPOSOS	237.741,21	1.341,54	0,00	14.100,88	0,00	253.183,63	0,00	0,00	0,00
315400	RAUL SOARES	789.769,70	14.811,89	0,00	43.864,04	0,00	848.445,63	0,00	0,00	0,00
315410	RECREIO	401.452,14	122,52	0,00	26.388,89	0,00	427.963,55	0,00	0,00	0,00
315415	REDUTO	20.521,91	0,00	0,00	72,52	0,00	20.594,43	0,00	0,00	0,00
315420	RESENDE COSTA	452.194,57	215.749,35	0,00	46.825,38	0,00	714.769,30	0,00	0,00	0,00
315430	RESPLENDOR	661.924,38	705.687,46	285.453,38	77.899,41	0,00	1.730.964,63	0,00	0,00	0,00
315440	RESSAQUINHA	23.062,68	91,56	0,00	220,82	0,00	23.375,06	0,00	0,00	0,00
315445	RIACHINHO	83.152,58	32,15	0,00	0,00	0,00	83.184,73	0,00	0,00	0,00
315450	RIACHO DOS MACHADOS	78.616,92	0,00	0,00	243,17	0,00	78.860,09	0,00	0,00	0,00
315460	RIBEIRAO DAS NEVES	9.645.380,21	120.490,03	3.079.200,00	1.400.569,86	0,00	0,00	0,00	0,00	14.245.640,10
315470	RIBEIRAO VERMELHO	84.794,34	3.472,10	0,00	5.502,87	0,00	93.769,31	0,00	0,00	0,00
315480	RIO ACIMA	115.211,77	331,62	0,00	901,75	0,00	116.445,14	0,00	0,00	0,00
315490	RIO CASCA	479.967,99	422.676,01	0,00	79.340,60	0,00	981.984,60	0,00	0,00	0,00
315500	RIO DOCE	5.307,09	0,00	0,00	126,74	0,00	5.433,83	0,00	0,00	0,00
315510	RIO DO PRADO	53.783,71	482,10	0,00	464,55	0,00	54.730,36	0,00	0,00	0,00
315520	RIO ESPERA	151.808,74	1.602,30	0,00	7.624,48	0,00	161.035,52	0,00	0,00	0,00
315530	RIO MANSO	56.397,64	5,33	0,00	7.239,63	0,00	63.642,60	0,00	0,00	0,00
315540	RIO NOVO	262.298,28	105.896,43	0,00	20.023,15	0,00	388.217,86	0,00	0,00	0,00
315550	RIO PARANAIBA	211.123,09	5.618,13	0,00	8.214,87	0,00	224.956,09	0,00	0,00	0,00
315560	RIO PARDO DE MINAS	1.058.137,90	136.961,51	0,00	103.830,02	0,00	1.298.929,43	0,00	0,00	0,00
315570	RIO PIRACICABA	405.935,88	17.177,72	0,00	25.626,99	0,00	448.740,59	0,00	0,00	0,00
315580	RIO POMBA	610.332,68	502.946,06	0,00	57.412,99	0,00	1.170.691,73	0,00	0,00	0,00
315590	RIO PRETO	250.507,46	106.633,91	0,00	13.371,42	0,00	370.512,79	0,00	0,00	0,00
315600	RIO VERMELHO	478.969,42	30.015,65	0,00	26.520,10	0,00	535.505,17	0,00	0,00	0,00
315610	RITAPOLIS	42.809,68	350.901,13	0,00	1.056,94	0,00	394.767,75	0,00	0,00	0,00
315620	ROCHEDO DE MINAS	4.591,06	0,00	0,00	879,23	0,00	5.470,29	0,00	0,00	0,00
315630	RODEIRO	26.522,66	0,00	0,00	36.000,00	0,00	62.522,66	0,00	0,00	0,00
315640	ROMARIA	10.296,59	0,00	0,00	6.742,38	0,00	17.038,97	0,00	0,00	0,00
315645	ROSARIO DA LIMEIRA	32.878,44	0,00	0,00	0,00	0,00	32.878,44	0,00	0,00	0,00
315650	RUBELITA	66.084,06	0,00	0,00	0,00	0,00	66.084,06	0,00	0,00	0,00
315660	RUBIM	342.114,17	80.396,89	0,00	23.141,33	0,00	445.652,39	0,00	0,00	0,00
315670	SABARA	3.310.884,09	1.112.333,76	391.229,38	681.629,43	0,00	5.390.476,66	0,00	0,00	105.600,00
315680	SABINOPOLIS	551.296,62	652.749,19	0,00	49.272,78	0,00	1.253.318,59	0,00	0,00	0,00
315690	SACRAMENTO	886.327,65	203.519,17	79.200,00	326.021,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.495.068,49
315700	SALINAS	1.732.441,45	1.401.449,88	105.600,00	565.797,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3.805.288,39
315710	SALTO DA DIVISA	174.105,46	1.394,74	0,00	7.008,22	0,00	182.508,42	0,00	0,00	0,00
315720	SANTA BARBARA	952.544,32	94.267,27	0,00	47.542,36	0,00	1.094.353,95	0,00	0,00	0,00
315725	SANTA BARBARA DO LESTE	26.368,90	12,00	0,00	292,47	0,00	26.673,37	0,00	0,00	0,00
315727	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	2.140,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.140,45	0,00	0,00	0,00
315730	SANTA BARBARA DO TUGURIO	22.530,35	0,00	0,00	579,84	0,00	23.110,19	0,00	0,00	0,00
315733	SANTA CRUZ DE MINAS	52.661,02	37,04	0,00	536,55	0,00	53.234,61	0,00	0,00	0,00
315737	SANTA CRUZ DE SALINAS	38.949,52	0,00	0,00	208,57	0,00	39.158,09	0,00	0,00	0,00
315740	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	16.806,20	0,00	0,00	8,83	0,00	16.815,03	0,00	0,00	0,00
315750	SANTA EFIGENIA DE MINAS	25.185,44	0,00	0,00	0,00	0,00	25.185,44	0,00	0,00	0,00
315760	SANTA FE DE MINAS	31.994,98	252,00	0,00	616,10	0,00	32.863,08	0,00	0,00	0,00
315765	SANTA HELENA DE MINAS	6.857,36	0,00	0,00	0,00	0,00	6.857,36	0,00	0,00	0,00
315770	SANTA JULIANA	315.080,20	447,54	0,00	16.703,54	0,00	332.231,28	0,00	0,00	0,00
315780	SANTA LUZIA	7.382.370,51	456.817,24	863.207,04	476.096,56	0,00	0,00	0,00	0,00	9.178.491,35
315790	SANTA MARGARIDA	527.619,59	157.653,06	0,00	283.517,53	0,00	968.790,18	0,00	0,00	0,00
315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	184.544,49	20.077,41	0,00	7.787,74	0,00	212.409,64	0,00	0,00	0,00
315810	SANTA MARIA DO SALTO	35.978,24	24,68	0,00	219,59	0,00	36.222,51	0,00	0,00	0,00
315820	SANTA MARIA DO SUACUI	566.446,25	468.320,78	0,00	69.888,22	0,00	1.104.655,25	0,00	0,00	0,00
315830	SANTANA DA VARGEM	36.178,40	159.550,34	0,00	2.059,95	0,00	197.788,69	0,00	0,00	0,00
315840	SANTANA DE CATAGUASES	10.825,56	0,00	0,00	0,00	0,00	10.825,56	0,00	0,00	0,00
315850	SANTANA DE PIRAPAMA	44.110,55	0,00	0,00	0,00	0,00	44.110,55	0,00	0,00	0,00
315860	SANTANA DO DESERTO	16.613,03	0,00	0,00	2.311,00	0,00	18.924,03	0,00	0,00	0,00
315870	SANTANA DO GARAMBEU	17.311,20	0,00	0,00	51,55	0,00	17.362,75	0,00	0,00	0,00
315880	SANTANA DO JACARE	31.219,71	0,00	0,00	0,00	0,00	31.219,71	0,00	0,00	0,00
315890	SANTANA DO MANHUACU	37.218,73	0,00	0,00	171,36	0,00	37.390,09	0,00	0,00	0,00
315895	SANTANA DO PARAISO	129.248,00	0,00	79.200,00	3.242,63	0,00	132.490,63	0,00	0,00	79.200,00
315900	SANTANA DO RIACHO	7.658,08	111,18	0,00	172,63	0,00	7.941,89	0,00	0,00	0,00
315910	SANTANA DOS MONTES	8.217,79	0,00	0,00	103,10	0,00	8.320,89	0,00	0,00	0,00
315920	SANTA RITA DE CALDAS	123.361,43	46,63	0,00	7.585,09	0,00	130.993,15	0,00	0,00	0,00
315930	SANTA RITA DE JACUTINGA	139.487,22	3.404,74	0,00	12.045,76	0,00	154.937,72	0,00	0,00	0,00
315935	SANTA RITA DE MINAS	18.919,37	0,00	0,00	34,74	0,00	18.954,11	0,00	0,00	0,00
315940	SANTA RITA DO IBITIPOCA	5.539,20	0,00	0,00	55,38	0,00	5.594,58	0,00	0,00	0,00
315950	SANTA RITA DO ITUETO	21.848,85	0,00	0,00	752,39	0,00	22.601,24	0,00	0,00	0,00
315960	SANTA RITA DO SAPUCAI	1.137.450,41	741.106,54	187.186,09	360.400,37	0,00	2.426.143,41	0,00	0,00	0,00
315970	SANTA ROSA DA SERRA	19.044,80	0,00	0,00	0,00	0,00	19.044,80	0,00	0,00	0,00
315980	SANTA VITORIA	600.766,67	235.021,36	0,00	70.082,40	0,00	905.870,43	0,00	0,00	0,00
315990	SANTO ANTONIO DO AMPARO	760.432,16	2.384.435,37	0,00	265.908,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.410.776,40
316000	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	4.243,92	111,11	0,00	2.957,39	0,00	7.312,42	0,00	0,00	0,00
316010	SANTO ANTONIO DO GRAMA	7.376,82	0,00	0,00	203,29	0,00	7.580,11	0,00	0,00	0,00
316020	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	20.813,31	0,00	0,00	180,39	0,00	20.993,70	0,00	0,00	0,00
316030	SANTO ANTONIO DO JACINTO	158.142,30	3.025,48	0,00	3.038,47	0,00	164.206,25	0,00	0,00	0,00
316040	SANTO ANTONIO DO MONTE	985.974,02	632.137,41	72.318,76	350.852,59	0,00	2.041.282,78	0,00	0,00	0,00
316045	SANTO ANTONIO DO RETIRO	59.524,29	75,00	0,00	223,02	0,00	59.822,31	0,00	0,00	0,00
316050	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	9.610,56	0,00	0,00	136,22	0,00	9.746,78	0,00	0,00	0,00
316060	SANTO HIPOLITO	17.506,89	0,00	0,00	356,07	0,00	17.862,96	0,00	0,00	0,00
316070	SANTOS DUMONT	1.797.557,78	966.981,81	357.118,01	401.749,27	0,00	3.417.806,87	0,00	0,00	105.600,00
316080	SAO BENTO ABADE	25.658,07	7,20	0,00	24,95	0,00	25.690,22	0,00	0,00	0,00
316090	SAO BRAS DO SUACUI	23.033,86	0,00	0,00	446,88	0,00	23.480,74	0,00	0,00	0,00
316095	SAO DOMINGOS DAS DORES	31.612,94	12,60	0,00	1.798,40	0,00	33.423,94	0,00	0,00	0,00
316100	SAO DOMINGOS DO PRATA	580.022,15	116.361,29	0,00	299.579,51	0,00	995.962,95	0,00	0,00	0,00
316105	SAO FELIX DE MINAS	4.068,84	806,60	0,00	261.688,57	0,00	266.564,01	0,00	0,00	0,00
316110	SAO FRANCISCO	1.941.549,16	423.989,38	0,00	455.409,83	0,00	2.820.948,37	0,00	0,00	0,00
316120	SAO FRANCISCO DE PAULA	45.511,33	26,58	0,00	61,62	0,00	45.599,53	0,00	0,00	0,00
316130	SAO FRANCISCO DE SALES	47.063,46	152,64	0,00	533,27	0,00	47.749,37	0,00	0,00	0,00
316140	SAO FRANCISCO DO GLORIA	27.269,13	0,00	0,00	154,17	0,00	27.423,30	0,00	0,00	0,00
316150	SAO GERALDO	46.711,89	0,00	0,00	0,00	0,00	46.711,89	0,00	0,00	0,00
316160	SAO GERALDO DA PIEDADE	5.352,22	0,00	0,00	0,00	0,00	5.352,22	0,00	0,00	0,00
316165	SAO GERALDO DO BAIXIO	3.795,08	0,00	0,00	0,00	0,00	3.795,08	0,00	0,00	0,00
316170	SAO GONCALO DO ABAETE	7.406,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.406,40	0,00	0,00	0,00
316180	SAO GONCALO DO PARA	89.923,92	0,00	0,00	235,70	0,00	90.159,62	0,00	0,00	0,00
316190	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	106.717,68	4,95	0,00	1.055,54	0,00	107.778,17	0,00	0,00	0,00
316200	SAO GONCALO DO SAPUCAI	888.960,70	286.367,39	130.928,05	61.872,79	0,00	1.368.128,93	0,00	0,00	0,00
316210	SAO GOTARDO	1.106.884,93	148.302,72	0,00	50.872,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.306.059,98

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

316220	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	239.483,29	4.283,72	0,00	18.096,62	0,00	261.863,63	0,00	0,00	0,00
316225	SAO JOAO DA LAGOA	15.462,91	0,00	0,00	403,98	0,00	15.866,89	0,00	0,00	0,00
316230	SAO JOAO DA MATA	18.458,82	0,00	0,00	163,18	0,00	18.622,00	0,00	0,00	0,00
316240	SAO JOAO DA PONTE	943.498,85	310.775,30	0,00	333.098,35	0,00	1.587.372,50	0,00	0,00	0,00
316245	SAO JOAO DAS MISSOES	107.921,59	76,72	0,00	75,49	0,00	108.073,80	0,00	0,00	0,00
316250	SAO JOAO DEL REI	4.675.801,24	8.086.136,60	1.450.027,88	550.191,46	0,00	0,00	0,00	0,00	14.762.157,18
316255	SAO JOAO DO MANHUACU	19.015,73	0,00	0,00	0,00	0,00	19.015,73	0,00	0,00	0,00
316257	SAO JOAO DO MANTENINHA	66.370,53	8,03	0,00	5.632,96	0,00	72.011,52	0,00	0,00	0,00
316260	SAO JOAO DO ORIENTE	50.625,66	82,80	0,00	291,61	0,00	51.000,07	0,00	0,00	0,00
316265	SAO JOAO DO PACUI	5.661,83	0,00	0,00	157,61	0,00	5.819,44	0,00	0,00	0,00
316270	SAO JOAO DO PARAISO	663.619,92	147.057,03	174.403,00	32.703,64	0,00	938.583,59	0,00	0,00	79.200,00
316280	SAO JOAO EVANGELISTA	529.333,52	501.172,72	0,00	45.820,74	0,00	1.076.326,98	0,00	0,00	0,00
316290	SAO JOAO NEPOMUCENO	883.260,47	211.193,79	79.200,00	69.311,23	0,00	1.163.765,49	0,00	0,00	79.200,00
316292	SAO JOAQUIM DE BICAS	683.992,15	5.472,93	0,00	267.624,46	0,00	957.089,54	0,00	0,00	0,00
316294	SAO JOSE DA BARRA	126.060,52	54,51	0,00	3.042,93	0,00	129.157,96	0,00	0,00	0,00
316295	SAO JOSE DA LAPA	274.244,15	773,42	0,00	8.023,76	0,00	283.041,33	0,00	0,00	0,00
316300	SAO JOSE DA SAFIRA	4.385,02	0,00	0,00	0,00	0,00	4.385,02	0,00	0,00	0,00
316310	SAO JOSE DA VARGINHA	29.353,75	0,00	0,00	495,97	0,00	29.849,72	0,00	0,00	0,00
316320	SAO JOSE DO ALEGRE	7.469,33	0,00	0,00	142,74	0,00	7.612,07	0,00	0,00	0,00
316330	SAO JOSE DO DIVINO	30.698,72	0,00	0,00	142,20	0,00	30.840,92	0,00	0,00	0,00
316340	SAO JOSE DO GOIABAL	75.262,17	25,54	0,00	404,90	0,00	75.692,61	0,00	0,00	0,00
316350	SAO JOSE DO JACURI	11.861,69	0,00	0,00	4.606,40	0,00	16.468,09	0,00	0,00	0,00
316360	SAO JOSE DO MANTIMENTO	14.203,63	0,00	0,00	124,46	0,00	14.328,09	0,00	0,00	0,00
316370	SAO LOURENCO	1.940.147,77	4.849.228,69	823.726,08	1.124.538,77	0,00	8.632.041,31	0,00	0,00	105.600,00
316380	SAO MIGUEL DO ANTA	40.749,55	0,00	0,00	6,40	0,00	40.755,95	0,00	0,00	0,00
316390	SAO PEDRO DA UNIAO	92.800,97	1,52	0,00	2.454,83	0,00	95.257,32	0,00	0,00	0,00
316400	SAO PEDRO DOS FERROS	272.865,14	64,31	0,00	10.417,16	0,00	283.346,61	0,00	0,00	0,00
316410	SAO PEDRO DO SUACUI	60.235,14	2.075,60	0,00	2.070,97	0,00	64.381,71	0,00	0,00	0,00
316420	SAO ROMAO	215.515,97	23.935,83	0,00	13.665,93	0,00	253.117,73	0,00	0,00	0,00
316430	SAO ROQUE DE MINAS	122.603,51	3.827,86	0,00	685,47	0,00	127.116,84	0,00	0,00	0,00
316440	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	4.883,30	0,00	0,00	0,00	0,00	4.883,30	0,00	0,00	0,00
316443	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALE-GRE	24.704,54	26,51	0,00	0,00	0,00	24.731,05	0,00	0,00	0,00
316447	SAO SEBASTIAO DO ANTA	9.811,28	0,00	0,00	46,80	0,00	9.858,08	0,00	0,00	0,00
316450	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	73.840,68	0,00	0,00	1.899,52	0,00	75.740,20	0,00	0,00	0,00
316460	SAO SEBASTIAO DO OESTE	54.539,88	12,60	0,00	0,00	0,00	54.552,48	0,00	0,00	0,00
316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3.384.331,27	6.922.422,26	105.600,00	1.410.320,29	0,00	0,00	0,00	0,00	11.822.673,82
316480	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	10.713,09	0,00	0,00	636,63	0,00	11.349,72	0,00	0,00	0,00
316490	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	21.152,08	350,13	0,00	436,30	0,00	21.938,51	0,00	0,00	0,00
316500	SAO TIAGO	248.621,98	5.306,59	0,00	12.209,96	0,00	266.138,53	0,00	0,00	0,00
316510	SAO TOMAS DE AQUINO	128.800,68	50,40	0,00	1.989,20	0,00	130.840,28	0,00	0,00	0,00
316520	SAO TOME DAS LETRAS	22.129,99	0,00	0,00	0,00	0,00	22.129,99	0,00	0,00	0,00
316530	SAO VICENTE DE MINAS	207.959,63	351.224,29	0,00	276.101,18	0,00	835.285,10	0,00	0,00	0,00
316540	SAPUCAI-MIRIM	11.247,19	35.017,12	0,00	2.715,84	0,00	48.980,15	0,00	0,00	0,00
316550	SARDOA	7.669,57	0,00	0,00	0,00	0,00	7.669,57	0,00	0,00	0,00
316553	SARZEDO	274.969,11	30.462,82	0,00	4.057,77	0,00	309.489,70	0,00	0,00	0,00
316555	SETUBINHA	55.650,05	100,80	0,00	417,01	0,00	56.167,86	0,00	0,00	0,00
316556	SEM-PEIXE	19.161,49	0,00	0,00	44,44	0,00	19.205,93	0,00	0,00	0,00
316557	SENADOR AMARAL	28.618,92	0,00	0,00	261,89	0,00	28.880,81	0,00	0,00	0,00
316560	SENADOR CORTES	4.240,58	0,00	0,00	0,00	0,00	4.240,58	0,00	0,00	0,00
316570	SENADOR FIRMINO	144.256,68	293.090,10	0,00	13.405,79	0,00	450.752,57	0,00	0,00	0,00
316580	SENADOR JOSE BENTO	10.360,36	0,00	0,00	0,00	0,00	10.360,36	0,00	0,00	0,00
316590	SENADOR MODESTINO GONCALVES	12.763,62	0,00	0,00	0,00	0,00	12.763,62	0,00	0,00	0,00
316600	SENHORA DE OLIVEIRA	24.036,07	0,00	0,00	281,45	0,00	24.317,52	0,00	0,00	0,00
316610	SENHORA DO PORTO	4.194,83	457,80	0,00	141,50	0,00	4.794,13	0,00	0,00	0,00
316620	SENHORA DOS REMEDIOS	32.784,54	0,00	0,00	1.133,01	0,00	33.917,55	0,00	0,00	0,00
316630	SERICITA	63.706,29	0,00	0,00	0,00	0,00	63.706,29	0,00	0,00	0,00
316640	SERITINGA	19.911,49	0,00	0,00	0,00	0,00	19.911,49	0,00	0,00	0,00
316650	SERRA AZUL DE MINAS	37.771,22	0,00	0,00	75,55	0,00	37.846,77	0,00	0,00	0,00
316660	SERRA DA SAUDADE	5.342,11	0,00	0,00	245,07	0,00	5.587,18	0,00	0,00	0,00
316670	SERRA DOS AIMORES	42.682,72	196,70	0,00	103,69	0,00	42.983,11	0,00	0,00	0,00
316680	SERRA DO SALITRE	133.125,97	0,00	0,00	5.745,78	0,00	138.871,75	0,00	0,00	0,00
316690	SERRANIA	143.023,82	0,00	0,00	6.255,23	0,00	149.279,05	0,00	0,00	0,00
316695	SERRANOPOLIS DE MINAS	5.589,40	0,00	0,00	395,06	0,00	5.984,46	0,00	0,00	0,00
316700	SERRANOS	20.909,19	0,00	0,00	0,00	0,00	20.909,19	0,00	0,00	0,00
316710	SERRO	725.800,00	220.681,57	94.342,09	69.308,09	0,00	1.110.131,75	0,00	0,00	0,00
316720	SETE LAGOAS	10.914.416,58	11.328.427,06	1.998.116,48	1.861.013,74	0,00	0,00	0,00	0,00	26.101.973,86
316730	SILVEIRANIA	19.257,15	0,00	0,00	153,23	0,00	19.410,38	0,00	0,00	0,00
316740	SILVIANOPOLIS	200.245,51	134.872,59	0,00	28.868,86	0,00	363.986,96	0,00	0,00	0,00
316750	SIMAO PEREIRA	5.133,19	0,00	0,00	0,00	0,00	5.133,19	0,00	0,00	0,00
316760	SIMONESIA	199.182,91	31.205,84	0,00	263.489,99	0,00	493.878,74	0,00	0,00	0,00
316770	SOBRALIA	5.350,59	0,00	0,00	0,00	0,00	5.350,59	0,00	0,00	0,00
316780	SOLEDADE DE MINAS	48.173,98	217,80	0,00	45,33	0,00	48.437,11	0,00	0,00	0,00
316790	TABULEIRO	6.301,32	0,00	0,00	0,00	0,00	6.301,32	0,00	0,00	0,00
316800	TAIOBEIRAS	1.135.730,25	2.397.453,75	324.933,53	667.040,10	0,00	4.419.557,63	0,00	0,00	105.600,00
316805	TAPARUBA	16.937,90	0,00	0,00	0,00	0,00	16.937,90	0,00	0,00	0,00
316810	TAPIRA	34.986,62	12,97	0,00	51,79	0,00	35.051,38	0,00	0,00	0,00
316820	TAPIRAI	4.470,80	0,00	0,00	92,43	0,00	4.563,23	0,00	0,00	0,00
316830	TAQUARACU DE MINAS	13.121,27	0,00	0,00	539,71	0,00	13.660,98	0,00	0,00	0,00
316840	TARUMIRIM	335.742,99	183.169,91	0,00	56.283,02	0,00	575.195,92	0,00	0,00	0,00
316850	TEIXEIRAS	255.638,62	13.681,68	0,00	13.296,14	0,00	282.616,44	0,00	0,00	0,00
316860	TEOFILO OTONI	7.565.367,09	13.729.066,35	2.430.803,35	2.645.119,99	0,00	0,00	0,00	0,00	26.370.356,78
316870	TIMOTEO	3.319.916,62	2.024.279,10	721.919,98	248.152,11	0,00	6.208.667,81	0,00	0,00	105.600,00
316880	TIRADENTES	50.540,93	10,00	0,00	1.046,18	0,00	51.597,11	0,00	0,00	0,00
316890	TIROS	125.941,62	113,40	0,00	3.093,03	0,00	129.148,05	0,00	0,00	0,00
316900	TOCANTINS	115.309,28	235.327,24	0,00	933,88	0,00	351.570,40	0,00	0,00	0,00
316905	TOCOS DO MOJI	9.803,79	0,00	0,00	0,00	0,00	9.803,79	0,00	0,00	0,00
316910	TOLEDO	33.046,11	47,25	0,00	27,73	0,00	33.121,09	0,00	0,00	0,00
316920	TOMBOS	365.332,82	141.362,02	0,00	283.479,56	0,00	0,00	0,00	0,00	790.174,40
316930	TRES CORACOES	3.714.938,35	5.515.927,01	546.966,58	773.939,56	0,00	10.551.771,50	0,00	0,00	0,00
316935	TRES MARIAS	896.286,79	20.029,83	0,00	56.631,35	0,00	972.947,97	0,00	0,00	0,00
316940	TRES PONTAS	2.669.567,21	3.126.586,46	491.336,81	546.419,21	0,00	0,00	0,00	0,00	6.833.909,69
316950	TUMIRITINGA	33.024,39	0,00	0,00	36.139,42	0,00	69.163,81	0,00	0,00	0,00
316960	TUPACIGUARA	700.321,47	233.346,40	79.200,00	33.830,32	0,00	967.498,19	0,00	0,00	79.200,00
316970	TURMALINA	695.152,28	567.335,90	278.235,37	88.250,39	0,00	1.628.973,94	0,00	0,00	0,00
316980	TURVOLANDIA	28.938,98	0,00	0,00	0,00	0,00	28.938,98	0,00	0,00	0,00
316990	UBA	5.847.754,29	14.408.650,74	1.584.339,76	1.844.234,13	0,00	23.684.978,92	0,00	0,00	0,00
317000	UBAI	31.267,42	4.723,56	0,00	6.723,24	0,00	42.714,22	0,00	0,00	0,00
317005	UBAPORANGA	31.677,21	0,00	0,00	2.153,20	0,00	33.830,41	0,00	0,00	0,00
317010	UBERABA	18.703.162,34	38.701.520,35	16.931.892,48	5.270.050,03	0,00	0,00	21.600.000,00	0,00	58.006.625,20
317020	UBERLANDIA	40.062.350,29	48.330.511,03	25.905.624,66	60.803.508,60	0,00	0,00	41.135.165,76	0,00	133.966.828,82
317030	UMBURATIBA	205,12	0,00	0,00	0,00	0,00	205,12	0,00	0,00	0,00
317040	UNAI	2.854.547,44	1.208.819,25	0,00	286.856,67	0,00	4.350.223,36	0,00	0,00	0,00
317043	UNIAO DE MINAS	175.462,92	180.537,86	0,00	17.978,22	0,00	373.979,00	0,00	0,00	0,00
317047	URUANA DE MINAS	52.962,96	40,38	0,00	2.748,93	0,00	55.752,27	0,00	0,00	0,00
317050	URUCANIA	80.558,91	29,88	0,00	1.038,03	0,00	81.626,82	0,00	0,00	0,00
317052	URUCUIA	449.457,63	55.691,47	0,00	24.447,39	0,00	529.596,49	0,00	0,00	0,00
317057	VARGEM ALEGRE	16.958,94	13,68	0,00	3.183,67	0,00	20.156,29	0,00	0,00	0,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

317060	VARGEM BONITA	23.674,33	262,41	0,00	400,42	0,00	24.337,16	0,00	0,00	0,00
317065	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	34.844,70	91,16	0,00	1.134,08	0,00	36.069,94	0,00	0,00	0,00
317070	VARGINHA	5.815.644,49	26.613.515,43	896.531,66	2.567.858,65	0,00	35.708.750,23	0,00	0,00	184.800,00
317075	VARJAO DE MINAS	27.707,95	0,00	0,00	0,00	0,00	27.707,95	0,00	0,00	0,00
317080	VARZEA DA PALMA	1.309.671,44	110.283,03	79.200,00	936.294,41	0,00	2.356.248,88	0,00	0,00	79.200,00
317090	VARZELANDIA	381.807,25	13.457,23	0,00	41.368,99	0,00	436.633,47	0,00	0,00	0,00
317100	VAZANTE	516.913,92	56.885,02	0,00	39.514,20	0,00	613.313,14	0,00	0,00	0,00
317103	VERDELANDIA	47.423,54	39,32	0,00	653,42	0,00	48.116,28	0,00	0,00	0,00
317107	VEREDINHA	59.646,88	0,00	0,00	189,10	0,00	59.835,98	0,00	0,00	0,00
317110	VERISSIMO	29.114,83	0,00	0,00	108,79	0,00	29.223,62	0,00	0,00	0,00
317115	VERMELHO NOVO	11.586,72	0,00	0,00	0,00	0,00	11.586,72	0,00	0,00	0,00
317120	VESPASIANO	3.230.556,20	314.004,86	105.600,00	738.963,55	0,00	4.283.524,61	0,00	0,00	105.600,00
317130	VICOSA	3.455.995,77	5.807.166,82	884.005,04	653.483,48	0,00	0,00	0,00	0,00	10.800.651,11
317140	VIEIRAS	21.329,81	2,40	0,00	0,00	0,00	21.332,21	0,00	0,00	0,00
317150	MATHIAS LOBATO	6.456,63	1.297,10	0,00	0,00	0,00	7.753,73	0,00	0,00	0,00
317160	VIRGEM DA LAPA	513.666,01	57.308,07	0,00	31.317,02	0,00	602.291,10	0,00	0,00	0,00
317170	VIRGINIA	304.754,22	7.079,27	0,00	14.924,60	0,00	326.758,09	0,00	0,00	0,00
317180	VIRGINOPOLIS	240.808,16	160.208,77	0,00	23.083,13	0,00	424.100,06	0,00	0,00	0,00
317190	VIRGOLANDIA	18.940,93	126,00	0,00	0,00	0,00	19.066,93	0,00	0,00	0,00
317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	1.755.063,94	2.692.655,02	414.004,20	205.000,08	0,00	5.066.723,24	0,00	0,00	0,00
317210	VOLTA GRANDE	126.034,84	58,14	0,00	5.213,17	0,00	131.306,15	0,00	0,00	0,00
317220	WENCESLAU BRAZ	2.046,11	0,00	0,00	0,00	0,00	2.046,11	0,00	0,00	0,00
TOTAL FUNDO MUNICIPAL										1.739.843.114,48

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)

Gestão	Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
Municipal	310620 - BELO HORIZONTE	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFMG	27049	0064	12-01-2005	42.363.842,56
Municipal	313670 - JUIZ DE FORA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFJF	2218798	0024	06-01-2006	5.441.166,48
Municipal	317010 - UBERABA	HOSP. ESC. FAC. MEDICINA DO TRINAGULO MINEIRO	2206595	2698	23-12-2004	21.600.000,00
Municipal	317020 - UBERLANDIA	HOSPITAL DE CLINICAS DE UBERLANDIA	2146355	2696	23-12-2004	41.135.165,76
TOTAL						110.540.174,80

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS - JANEIRO/2011

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (VALORES ANUAIS).

Cód.IBGE - Nome do Município	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do Termo	Fundo para o qualserão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
310560 - BARBACENA	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena	2098946	0603745	10-06-2010	FES	3.092.939,28
310560 - BARBACENA	Hospital Regional de Barbacena	3698548	022010	11-09-2010	FES	3.023.255,52
313670 - JUIZ DE FORA	Hospital Regional João Penido	2111624	01030200194652	10-06-2010	FES	6.977.084,76
314800 - PATOS DE MINAS	Hospital Regional Antonio Dias	2726726	012010	24-04-2010	FES	7.518.055,68
TOTAL						20.611.335,24

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 87, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.030867/2009-75, resolve:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, II da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de suspensão de 30 (trinta) dias, a pessoa jurídica QUALITY ENGENHARIA DE INSPEÇÃO LTDA, CNPJ nº 60.386.406/0001-86, situada no Município do Santos - SP, com sede na Rua Santos Dumont, 58, CEP 11.015-230, em razão da irregularidade prevista no item 05 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de janeiro de 2011

Tendo sido cumprido o Acórdão proferido pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça nos autos do MS 15.036-DF (2010/0024838-0), após análise das razões de defesa apresentadas pela empresa Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. - BETA, acolho o PARECER No 033-2.29/2011/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU como fundamento desta decisão, e aplico a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública às empresas Brazilian Express Transportes Aéreos Ltda. - BETA e Skymaster Airlines Ltda., em face das condutas praticadas pelas mesmas no bojo da Concorrência no 10/2000 da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Em 26 de janeiro de 2011

Processo nº 53000.028140/2010-99. Aprovo o PARECER Nº 0036 - 1.16/2011/RZL/GAB/CONJUR-MC/AGU.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO N° 560, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, e artigos 16, 17 e 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n° 2.338, de 7 de outubro de 1997, e

CONSIDERANDO o disposto nos art. 2° e 214 da Lei n° 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO a análise das contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública n° 23, de 24 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2010;

CONSIDEANDO o constante dos autos do processo n° 53500.012420/2009;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião n° 593, realizada em 20 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1° Aprovar o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, na forma do Anexo a esta Resolução.

§ 1º Para todos os efeitos da prestação do serviço, nos casos de inclusão, alteração ou exclusão de configurações de Áreas Locais constituídas pelo conjunto de municípios, relacionadas no Anexo I do Regulamento, é concedido o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de vigência desta Resolução, para implementação das alterações previstas neste item.

§ 2º Para todos os efeitos da prestação do serviço, nos casos de inclusão, alteração ou exclusão de situações de Tratamento Local, relacionadas no Anexo II do Regulamento é concedido o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de vigência da Resolução, para implementar as alterações previstas neste item.

Art. 2° Ficam revogadas as seguintes Resoluções:

I - Resolução n° 373, de 03 de junho de 2004;
II - Resolução n° 377, de 13 de setembro de 2004;
III - Resolução n° 389, de 9 de dezembro de 2004;
IV - Resolução n° 403, de 5 de maio de 2005;
V - Resolução n° 463, de 26 de abril de 2007;
VI - Resolução n° 475, de 02 de agosto de 2007;
VII - Resolução n° 499, de 28 de março de 2008;
VIII - Resolução n° 534, de 18 de setembro de 2009.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO SOBRE ÁREAS LOCAIS PARA O SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO DESTINADO AO USO DO PÚBLICO EM GERAL - STFC

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DA ABRANGÊNCIA E DOS OBJETIVOS

Art. 1° Este Regulamento tem por objeto estabelecer as diretrizes e critérios aplicáveis à configuração de Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC.

Art. 2° No estabelecimento das diretrizes e critérios acima citados foram observados a Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n° 426, de 09 de dezembro de 2005; o Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n° 6.654, de 20 de novembro de 2008; o Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pelo Decreto n° 4.769, de 27 de junho de 2003, e demais Regulamentos e Normas aplicáveis.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3° Para efeito deste Regulamento, aplicam-se as seguintes definições:

I - Área Local é a área geográfica de prestação de serviços, definida pela Agência segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade Local;

II - Área de Tarifa Básica (ATB) é a parte da Área Local definida pela Agência dentro da qual o serviço é prestado ao Assinante, em contrapartida a tarifas ou preços do Plano de Serviço de sua escolha;

III - Denominação da Área Local é a denominação do Município utilizada como referência da Área Local a qual o Município pertence;

IV - Localidade é toda parcela circunscrita do território nacional que possua um aglomerado de habitantes, caracterizado pela existência de domicílios permanentes e adjacentes, formando uma área continuamente construída, com arruamento reconhecível ou disposta em uma via de comunicação, nos termos do Regulamento do Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU;

V - Área Rural é a que está fora da Área de Tarifação Básica - ATB, conforme regulamentação específica da Anatel;

VI - Área com Continuidade Urbana é o resultado da fusão de duas ou mais Localidades, que constitui um todo continuamente urbanizado, podendo, entretanto, ocorrer descontinuidades de até 1000 (mil) m ou por motivo de acidente aquático, como rio, lago, baía ou braço oceânico;

VII - Tratamento Local é a aplicação a um conjunto de Localidades pertencentes a Áreas Locais distintas das mesmas regras e condições de prestação de serviço aplicáveis a uma Área Local do STFC, inclusive quanto à interconexão de redes;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - Atendimento Rural é a forma de atendimento fora da ATB, estabelecida em regulamentação específica;

IX - Área de Numeração (AN) é a área geográfica do território nacional, na qual os acessos telefônicos são identificados pelo código nacional composto por dois caracteres numéricos representados por séries [$N_{10}N_9$] do Plano de Numeração;

X - Região Metropolitana é o agrupamento de municípios limítrofes, instituída legalmente, que tem como finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum; e

XI - Região Integrada de Desenvolvimento é o complexo geoeconômico e social, instituído legalmente, que tem o objetivo de articular a ação administrativa da União visando seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

CAPÍTULO I

DA CONFIGURAÇÃO DAS ÁREAS LOCAIS

Art. 4° Área Local é definida como a área geográfica:

I - de um Município; ou

II - de um conjunto de Municípios; ou

III - de um conjunto de Municípios de uma Região Metropolitana ou de uma Região Integrada de Desenvolvimento, com continuidade geográfica, e, pertencentes a uma mesma Área de Numeração (AN).

Parágrafo único. As Áreas Locais definidas por um conjunto de Municípios, nas formas previstas neste artigo, são as relacionadas no Anexo I deste Regulamento, observado o disposto no artigo 9º deste Regulamento.

Art. 5° A Área Local que abrange somente um Município tem como denominação aquela referente à sede do Município.

Parágrafo único. A Área Local que abrange um conjunto de Municípios tem como denominação aquela referente à sede do Município com o maior número de acessos individuais instalados pela Concessionária.

CAPÍTULO II

DA CONFIGURAÇÃO DAS ÁREAS DE TARIFA BÁSICA

Art. 6° A ATB é constituída pelo conjunto de Localidades pertencentes à mesma Área Local e atendidas com acessos individuais do STFC na modalidade local.

§1° Para o efeito da prestação do STFC, consideram-se incluídos na ATB os imóveis da Área Local que, não guardando adjacência com o conjunto de domicílios da Localidade, se situam a até 500 (quinhentos) metros dos limites da ATB.

§2° As solicitações de instalação de acesso individual nas situações previstas no parágrafo anterior deverão ser atendidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§3° Os limites geográficos da ATB devem variar conforme a evolução dos limites das Localidades que a definem, sendo o seu acompanhamento de responsabilidade da Concessionária do STFC na modalidade Local.

CAPÍTULO III

DA PRESTAÇÃO DO STFC NAS ÁREAS LOCAIS

Art. 7° Serão observados os seguintes critérios para efeito de prestação do STFC:

I - a criação de Município não altera a configuração de Área Local, que permanece com a mesma área geográfica existente na data da sua criação e a mesma Denominação de Área Local;

II - devem pertencer a uma Área Local constituída por conjunto de municípios, na forma prevista no inciso II do art. 4º deste Regulamento, os Municípios nos quais todas as localidades se enquadrem na definição de Áreas com Continuidade Urbana ou que sejam relacionadas em solicitação fundamentada da Concessionária do STFC na modalidade Local;

III - devem ter Tratamento Local as Localidades de Áreas Locais distintas que se enquadrem na definição de Áreas com Continuidade Urbana ou que sejam relacionadas em solicitação fundamentada pela concessionária do STFC na modalidade Local;

IV - dentro da ATB, a prestação do STFC na modalidade local em regime público se dará, em local indicado pelo assinante, por meio de contrato de prestação de serviço, observado o disposto na regulamentação;

V - fora da ATB, a prestação do STFC na modalidade local em regime público se dará, por opção do assinante, por uma das seguintes formas:

a) por meio de contrato de prestação de serviço específico que estabelecerá, além dos valores regulares de Habilitação, Assinatura e Utilização, o preço justo e razoável para instalação e manutenção de meios adicionais utilizados para o atendimento do assinante pela Concessionária, de forma não discriminatória; ou

b) por meio de Atendimento Rural, nos termos da regulamentação editada pela Anatel.

VI - as chamadas originadas ou destinadas a acesso coletivo pertencente à Concessionária do STFC de longa distância nacional, nos casos previstos no Plano Geral de Metas de Universalização, serão tratadas como chamadas do STFC na modalidade de longa distância nacional; e

VII - aos acessos coletivos instalados fora da ATB devem ser aplicadas as mesmas condições de prestação de serviços pertinentes aos acessos coletivos instalados na respectiva ATB.

§1° Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, considera-se Área com Continuidade Urbana a área geográfica contínua da Localidade que tenha se expandido em nova Localidade ao ocupar espaço geográfico de município limítrofe.

§2° A Concessionária deve registrar, no cadastro de localidades do Sistema Interativo da Anatel - Sistema de Tarifação Área-Área - STAA, o espaço geográfico a que se refere o parágrafo anterior com denominação provisória até sua denominação definitiva.

§3º As localidades distintas que possuem Tratamento Local são as relacionadas no Anexo II deste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DE ÁREA LOCAL E DE TRATAMENTO LOCAL

Art. 8º A revisão dos Anexos I e II, decorrentes do disposto nos incisos II e III do artigo 7º deste Regulamento, deverá ser realizada pela Anatel, periodicamente, a cada 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste Regulamento, sem necessidade de realização de Consulta Pública.

Art. 9º A revisão de configuração de Área Local no Anexo I, decorrentes do disposto no inciso III do artigo 4º deste Regulamento, resultante da criação ou da alteração da Região Metropolitana ou da Região Integrada de Desenvolvimento, ocorrerá em concomitância com as revisões qüinqüenais dos Contratos de Concessão, mediante a realização de Consulta Pública.

CAPÍTULO V

DA GERÊNCIA DA CONFIGURAÇÃO DE ÁREAS LOCAIS

Art. 10. As Áreas Locais serão cadastradas pela Anatel no Sistema de Gerenciamento de Áreas Locais - SGAL, com o objetivo de garantir a todas as prestadoras acesso às informações, tais como Municípios, Localidades, Denominações de Área Local, para cada Área Local.

Art. 11. A existência do SGAL não desobriga as prestadoras da constituição e manutenção de sistema próprio para informações sobre Áreas Locais a seus usuários e à Anatel.

Parágrafo único. As informações referidas no caput deverão ser disponibilizadas pelas prestadoras, nos prazos previstos em Ato próprio.

TÍTULO III

DAS SANÇÕES

Art. 12. A infração, bem como a inobservância dos deveres decorrentes deste Regulamento ou demais atos relativos, sujeitará os infratores às sanções, aplicáveis pela Anatel, definidas no Livro III, Título VI "Das Sanções" da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como aquelas decorrentes de regulamentação expedida pela Anatel.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Para efeito do disposto no inciso III do artigo 4º deste Regulamento, consideram-se as Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento, existentes até 28 de junho de 2010, data de vigência da Consulta Pública nº 23.

Art. 14. Aos assinantes de Concessionária do STFC na modalidade Local, ficam preservadas as condições mais vantajosas de atendimento do STFC, existentes até a data de vigência deste Regulamento, decorrentes do disposto nos parágrafos 1° e 3° do artigo 6° do Anexo I da Resolução n° 373, de 3 de junho de 2004.

Art. 15. Fica vedada, até 31 de dezembro de 2012, a eliminação ou redução dos Pontos de Interconexão ou Pontos de Presença para Interconexão entre redes de prestadoras de STFC e de prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo existentes nas Áreas Locais definidas neste Regulamento, na data de sua vigência.

ANEXO I DO REGULAMENTO SOBRE ÁREAS LOCAIS PARA O STFC

ÁREAS LOCAIS CONSTITUÍDAS PELA ÁREA GEOGRÁFICA DE CONJUNTO DE MUNICÍPIOS(parágrafo único do artigo 4º do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC)

UF: AC

1) Denominação da Área Local: BRASILEIA

Municípios: BRASILEIA e EPITACIOLANDIA (2)

UF: AL

2) Denominação da Área Local: MACEIÓ

Municípios: BARRA DE SANTO ANTÔNIO, BARRA DE SÃO MIGUEL, COQUEIRO SECO, PILAR, MACEIO, MARECHAL DEODORO, MESSIAS, PARIPUEIRA, RIO LARGO, SANTA LUZIA DO NORTE e SATUBA (11)

3) Denominação da Área Local: ARAPIRACA

Municípios: ARAPIRACA, BELÉM, CAMPO GRANDE, COITÉ DO NOIA, CRAÍBAS, ESTRELA DE ALAGOAS, FEIRA GRANDE, GIRAU DO PONCIANO, IGACI, JARAMATAIA, JUNQUEIRO, LAGOA DA CANOA, LIMOEIRO DE ANADIA, PALMEIRA DOS ÍNDIOS, OLHO D'ÁGUA GRANDE, SÃO BRÁS, SÃO SEBASTIÃO, TANQUE D'ARCA, TAQUARANA e TRAIPU (20)

UF: AM

4) Denominação da Área Local: MANAUS

Municípios: AUTAZES, CAREIRO, CAREIRO DA VÁRZEA, IRANDUBA, ITACOATIARA, ITAPIRANGA, MANACAPURU, MANAQUIRI, MANAUS, NOVO AIRÃO, PRESIDENTE FIGUEIREDO, RIO PRETO DA EVA e SILVES (13)

UF: AP

5) Denominação da Área Local: MACAPÁ

Municípios: MACAPÁ e SANTANA (2)

UF: BA

6) Denominação da Área Local: SALVADOR

Municípios: CAMACARI, CANDEIAS, DIAS D'AVILA, ITAPARICA, LAURO DE FREITAS, MADRE DE DEUS, MATA DE SÃO JOÃO, POJUCA, SALVADOR, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ, SIMOES FILHO e VERA CRUZ (13)

7) Denominação da Área Local: JUAZEIRO

Municípios: CASA NOVA, CURAÇÁ, JUAZEIRO e SOBRADINHO (4)

UF: CE

8) Denominação da Área Local: FORTALEZA

Municípios: AQUIRAZ, CASCAVEL, CAUCAIA, CHOROZINHO, EUSEBIO, FORTALEZA, GUAIÚBA, HORIZONTE, ITAITINGA, MARACANAU, MARANGUAPE, PACAJUS, PACATUBA, PINDORETAMA e SÃO GONÇALO DO AMARANTE (15)

9) Denominação da Área Local: JUAZEIRO DO NORTE

Municípios: BARBALHA, CARIRIAÇU, CRATO, FARIAS BRITO, JARDIM, JUAZEIRO DO NORTE, MISSÃO VELHA, NOVA OLINDA e SANTANA DO CARIRI (9)

UF: DF e GO

10) Denominação da Área Local: DISTRITO FEDERAL

Municípios: ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, BRASILIA, CABECEIRAS, CIDADE OCIDENTAL, CRISTALINA, FORMOSA, LUZIANIA, NOVO GAMA, PADRE BERNARDO, PLANALTINA, SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO e VALPARAISO DE GOIAS (12)

UF: ES

11) Denominação da Área Local: VITORIA

Municípios: CARIACICA, FUNDÃO, GUARAPARI, SERRA, VIANA, VILA VELHA e VITORIA (7)

UF: GO

12) Denominação da Área Local: ÁGUA FRIA DE GOIÁS

Municípios: ÁGUA FRIA DE GOIÁS e MIMOSO DE GOIÁS (2)

13) Denominação da Área Local: GOIANIA

Municípios: ABADIA DE GOIAS, APARECIDA DE GOIANIA, ARAGOIANIA, BELA VISTA DE GOIÁS, BONFINÓPOLIS, BRAZABRANTES, CALDAZINHA, CATURAÍ, GOIANÁPOLIS, GOIANIA, GOIANIRA, GUAPÓ, HIDROLÂNDIA, INHUMAS, NEROPÓLIS, NOVA VENEZA, SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS, SENADOR CANEDO, TEREZÓPOLIS DE GOIÁS e TRINDADE (20)

14) Denominação da Área Local: PIRENOPÓLIS

Municípios: ALEXÂNIA, ABADIÂNIA, COCALZINHO DE GOIÁS, CORUMBÁ DE GOIÁS e PIRENOPÓLIS (5)

UF: MA

15) Denominação da Área Local: SAO LUIS

Municípios: ALCANTARA, PACO DO LUMIAR, RAPOSA, ROSARIO, SAO JOSE DE RIBAMAR e SAO LUIS (6)

16) Denominação da Área Local: IMPERATRIZ

Municípios: BURITIRANA, DAVINÓPOLIS, GOVERNADOR EDISON LOBÃO, IMPERATRIZ, JOÃO LISBOA, MONTES ALTOS, RIBAMAR FIQUENE e SENADOR LA ROCQUE (8)

UF: MG

17) Denominação da Área Local: BELO HORIZONTE

Municípios: BALDIM, BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CAETÉ, CAPIM BRANCO, CONFINS, CONTAGEM, ESMERALDAS, FLORESTAL, IBIRITE, IGARAPÉ, ITATIAIAÇU, JABOTICATUBAS, JUATUBA, LAGOA SANTA, MÁRIO CAMPOS, MATEUS LEME, MATOZINHOS, NOVA LIMA, NOVA UNIÃO, PEDRO LEOPOLDO, RAPOSOS, RIBEIRAO DAS NEVES, RIO ACIMA, RIO MANSO, SABARA, SÃO JOAQUIM DE BICAS, SÃO JOSÉ DA LAPA, SANTA LUZIA, SARZEDO, TAQUARAÇU DE MINAS e VESPASIANO (33)

18) Denominação da Área Local: BARBACENA

Municípios: ANTÔNIO CARLOS e BARBACENA (2)

19) Denominação da Área Local: IPATINGA

Municípios: CORONEL FABRICIANO, IPATINGA e TIMÓTEO (3)

20) Denominação da Área Local: UNAÍ

Municípios: BURITIS, CABECEIRA GRANDE e UNAÍ (3)

UF: MS

21) Denominação da Área Local: AQUIDAUANA

Municípios: ANASTACIO e AQUIDAUANA (2)

22) Denominação da Área Local: CORUMBA

Municípios: CORUMBA e LADARIO (2)

23) Denominação da Área Local: JARDIM

Municípios: GUIA LOPES DA LAGUNA e JARDIM (2)

UF: MT

24) Denominação da Área Local: CUIABA

Municípios: CUIABA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER e VARZEA GRANDE (4)

25) Denominação da Área Local: NORTELANDIA

Municípios: ARENAPOLIS e NORTELANDIA (2)

UF: PA

26) Denominação da Área Local: BELEM

Municípios: ANANINDEUA, BELEM, BENEVIDES, MARITUBA, SANTA BÁRBARA DO PARÁ e SANTA ISABEL DO PARÁ (6)

UF: PB

27) Denominação da Área Local: JOAO PESSOA

Municípios: ALHANDRA, BAYEUX, CAAPORÃ, CABEDELO, CONDE, CRUZ DO ESPÍRITO SANTO, JOAO PESSOA, LUCENA, MAMANGUAPE, RIO TINTO, PITIMBU e SANTA RITA (12)

28) Denominação da Área Local: CAMPINA GRANDE

Municípios: ALAGOA NOVA, AREIAL, AROEIRAS, BARRA DE SANTANA, BOA VISTA, BOQUEIRÃO, CAMPINA GRANDE, CATURITÉ, ESPERANÇA, FAGUNDES, GADO BRAVO, INGÁ, ITATUBA, LAGOA SECA, MASSARANDUBA, MATINHAS, MONTADAS, POCINHOS, PUXINANÃ, QUEIMADAS, RIACHÃO DO BACAMARTE, SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA e SERRA REDONDA (23)

UF: PE

29) Denominação da Área Local: RECIFE

Municípios: ABREU E LIMA, ARAÇOIABA, CABO DE SANTO AGOSTINHO, CAMARAGIBE, IGARASSU, ILHA DE ITAMARACA, IPOJUCA, ITAPISSUMA, JABOATAO DOS GUARARAPES, MORENO, OLINDA, PAULISTA, RECIFE e SAO LOURENCO DA MATA (14)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30) Denominação da Área Local: PETROLINA
Municípios: LAGOA GRANDE, OROCÓ, PETROLINA e SANTA MARIA DA BOA VISTA (4)
UF:PI
31) Denominação da Área Local: TERESINA
Municípios: ALTOS, BENEDITINOS, COIVARAS, CURALINHOS, DEMERVAL LOBÃO, JOSÉ DE FREITAS, LAGOA ALEGRE, LAGOA DO PIAUÍ, MIGUEL LEÃO, MONSENHOR GIL, TERESINA e UNIÃO (12)
UF: PR
32) Denominação da Área Local: CURITIBA
Municípios: ADRIANÓPOLIS, AGUDOS DO SUL, ALMIRANTE TAMANDARE, ARAUCARIA, BALSA NOVA, BOCAIÚVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, CERRO AZUL, COLOMBO, CONTENDA, CURITIBA, DOUTOR ULYSSES, FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, LAPA, MANDIRITUBA, PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, QUITANDINHA, RIO BRANCO DO SUL, SAO JOSE DOS PINHAIS, TIJUCAS DO SUL e TUNAS DO PARANÁ (26)
33) Denominação da Área Local: JANDAIA DO SUL
Municípios: BOM SUCESSO, CAMBIRA e JANDAIA DO SUL (3)
34) Denominação da Área Local: LONDRINA
Municípios: BELA VISTA DO PARAÍSO, CAMBÉ, IBIPORÃ, JATAIZINHO, LONDRINA, ROLÂNDIA, SERTANÓPOLIS e TAMARANA (8)
35) Denominação da Área Local: MARINGÁ
Municípios: ÂNGULO, ASTORGA, ATALAIA, DOUTOR CAMARGO, FLORAÍ, FLORESTA, FLÓRIDA, IGUARAÇU, ITAMBÉ, IVATUBA, LOBATO, MANDAGUAÇU, MANDAGUARI, MARIALVA, MARINGÁ, MUNHOZ DE MELO, OURIZONA, PAIÇANDU, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, SANTA FÉ, SÃO JORGE DO IVAÍ e SARANDI (22)
36) Denominação da Área Local: MATINHOS
Municípios: GUARATUBA, MATINHOS e PONTAL DO PARANA (3)
UF: RJ
37) Denominação da Área Local: RIO DE JANEIRO
Municípios: BELFORD ROXO, DUQUE DE CAXIAS, GUAPIMIRIM, ITABORAÍ, ITAGUAÍ, JAPERI, MAGÉ, MARICÁ, MESQUITA, NILÓPOLIS, NITERÓI, NOVA IGUAÇU, PARACAMBI, QUEIMADOS, RIO DE JANEIRO, SÃO GONÇALO, SÃO JOÃO DE MERITI, SEROPÉDICA e TANGUÁ (19)
38) Denominação da Área Local: VOLTA REDONDA
Municípios: BARRA MANSA, PINHEIRAL e VOLTA REDONDA (3)
UF: RN
39) Denominação da Área Local: NATAL
Municípios: CEARÁ-MIRIM, EXTREMOZ, MACAÍBA, MONTE ALEGRE, NATAL, NÍSIA FLORESTA, PARNAMIRIM, SÃO GONÇALO DO AMARANTE, SÃO JOSÉ DE MIPIBU e VERA CRUZ (10)
UF: RR
40) Denominação da Área Local: BOA VISTA
Municípios: BOA VISTA e CANTÁ (2)
41) Denominação da Área Local: SÃO JOÃO DA BALIZA
Municípios: CAROEBE, SÃO JOÃO DA BALIZA e SÃO LUIZ (3)
42) Denominação da Área Local: CARACARAÍ
Municípios: CARACARAÍ e IRACEMA (2)
UF:RS
43) Denominação da Área Local: PELOTAS
Municípios: ARROIO DO PADRE, CAPAO DO LEAO, MORRO REDONDO, PELOTAS e TURUCU (5)
44) Denominação da Área Local: PORTO ALEGRE
Municípios: ALVORADA, ARARICÁ, ARROIO DOS RATOS, BARRA DO RIBEIRO, CACHOEIRINHA, CAMPO BOM, CANOAS, CAPELA DE SANTANA, CHARQUEADAS, DOIS IRMAOS, ELDORADO DO SUL, ESTANCIA VELHA, ESTEIO, GLORINHA, GRAVATAI, GUAIBA, IVOTI, MONTENEGRO, NOVA HARTZ, NOVA SANTA RITA, NOVO HAMBURGO, PAROBÉ, PORTAO, PORTO ALEGRE, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, SÃO JERÔNIMO, SAO LEOPOLDO, SAPIRANGA, SAPUCAIA DO SUL, TAQUARA, TRIUNFO e VIAMAO (32)
UF: SC
45) Denominação da Área Local: CHAPECÓ
Municípios: AGUAS DE CHAPECO, ÁGUAS FRIAS, ARVOREDO, CAXAMBU DO SUL, CHAPECÓ, CORONEL FREITAS, CUNHATAÍ, FAXINAL DOS GUEDES, GUATAMBÚ, ITÁ, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, PAIAL, PALMITOS, PINHALZINHO, PLANALTO ALEGRE, QUILOMBO, SÃO CARLOS, SAUDADES, SEARA, UNIÃO DO OESTE, XANXERÊ, XAVANTINA e XAXIM (25)
46) Denominação da Área Local: BLUMENAU
Municípios: APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BLUMENAU, BOTUVERÁ, BRUSQUE, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, ILHOTA, INDAIAL, LUIZ ALVES, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ (16)
47) Denominação da Área Local: CANOINHAS
Municípios: CANOINHAS e TRES BARRAS (2)
48) Denominação da Área Local: CAPINZAL
Municípios: CAPINZAL e OURO (2)
49) Denominação da Área Local: CRICIUMA
Municípios: ARARANGUÁ, BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, BALNEÁRIO GAIVOTA, COCAL DO SUL, CRICIUMA, ERMO, FORQUILHINHA, IÇARA, JACINTO MACHADO, LAURO MULLER, MARACAJÁ, MELEIRO, MORRO DA FUMACA, MORRO GRANDE, NOVA VENEZA, PASSO DE TORRES, PRAIA GRANDE, SANTA ROSA DO SUL, SÃO JOÃO DO SUL, SIDEROPOLIS, SOMBRIO, TIMBÉ DO SUL, TREVISO, TURVO e URUSSANGA (25)
50) Denominação da Área Local: FLORIANOPOLIS
Municípios: ALFREDO WAGNER, ÁGUAS MORNAS, ANGELINA, ANITÁPOLIS, ANTÔNIO CARLOS, BIGUAÇU, CANELINHA, FLORIANÓPOLIS, GAROPABA, GOVERNADOR CELSO RAMOS, LEOBERTO LEAL, MAJOR GERCINO, NOVA TRENTO, PALHOÇA, PAULO LOPES, RANCHO QUEIMADO, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SÃO BONIFÁCIO, SÃO JOÃO BATISTA, SÃO JOSÉ, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e TIJUCAS (22)
51) Denominação da Área Local: ITAJAI
Municípios: BALNEARIO CAMBORIU, BALNEÁRIO PIÇARRAS, BOMBINHAS, CAMBORIU, ITAJAI, ITAPEMA, NAVEGANTES, PENHA e PORTO BELO (9)
52) Denominação da Área Local: JOACABA
Municípios: HERVAL D'OESTE, JOACABA e LUZERNA (3)
53) Denominação da Área Local: JOINVILLE
Municípios: ARAQUARI, BALNEÁRIO BARRA DO SUL, BARRA VELHA, CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, GARUVA, GUARAMIRIM, ITAIÓPOLIS, ITAPOÁ, JARAGUÁ DO SUL, JOINVILLE, MAFRA, MASSARANDUBA, MONTE CASTELO, PAPANDUVA, RIO NEGRINHO, SÃO BENTO DO SUL, SÃO FRANCISCO DO SUL, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ e SHOROEDER (20)
54) Denominação da Área Local: LAGES
Municípios: ANITA GARIBALDI, BOCAINA DO SUL, BOM JARDIM DA SERRA, BOM RETIRO, CAMPO BELO DO SUL, CAPÃO ALTO, CERRO NEGRO, CORREIA PINTO, CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, LAGES, OTACÍLIO COSTA, PAINEL, PALMEIRA, PONTE ALTA, PONTE ALTA DO NORTE, RIO RUFINO, SANTA CECÍLIA, SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SÃO JOAQUIM, SÃO JOSÉ DO CERRITO, URUBICI e URUPEMA (23)
55) Denominação da Área Local: PIRATUBA
Municípios: IPIRA, PERITIBA e PIRATUBA (3)
56) Denominação da Área Local: RIO DO SUL
Municípios: AGRONOMICA, LAURENTINO, LONTRAS e RIO DO SUL (4)
57) Denominação da Área Local: TUBARAO
Municípios: ARMAZÉM, BRAÇO DO NORTE, CAPIVARI DE BAIXO, GRÃO PARÁ, GRAVATAL, IMARUÍ, IMBITUBA, JAGUARUNA, LAGUNA, ORLEANS, PEDRAS GRANDES, RIO FORTUNA, SANGÃO, SANTA ROSA DE LIMA, SÃO LUDGERO, SÃO MARTINHO, TREZE DE MAIO e TUBARÃO (18)
58) Denominação da Área Local: VIDEIRA
Municípios: IOMERE e VIDEIRA (2)
UF: SE
59) Denominação da Área Local: ARACAJU
Municípios: ARACAJU, BARRA DOS COQUEIROS, NOSSA SENHORA DO SOCORRO e SÃO CRISTOVÃO (4)
UF: SP
60) Denominação da Área Local: ARARAQUARA
Municípios: AMERICO BRASILIENSE e ARARAQUARA (2)
61) Denominação da Área Local: BARRA BONITA
Municípios: BARRA BONITA e IGARACU DO TIETE (2)
62) Denominação da Área Local: CAMPINAS
Municípios: AMERICANA, ARTUR NOGUEIRA, CAMPINAS, COSMÓPOLIS, ENGENHEIRO COELHO, HOLAMBRA, HORTOLANDIA, INDAIATUBA, JAGUARIÚNA, MONTE MOR, NOVA ODESSA, PAULINIA, PEDREIRA, SANTA BARBARA D'OESTE, SANTO ANTÔNIO DE POSSE, SUMARE, VALINHOS e VINHEDO (18)
63) Denominação da Área Local: CAPIVARI
Municípios: CAPIVARI e RAFARD (2)
64) Denominação da Área Local: GUARATINGUETÁ
Municípios: APARECIDA, GUARATINGUETÁ e POTIM (3)
65) Denominação da Área Local: JUNDIAI
Municípios: CAMPO LIMPO PAULISTA, JUNDIAI e VARZEA PAULISTA (3)
66) Denominação da Área Local: MOGI GUACU
Municípios: MOGI GUACU e MOGI-MIRIM (2)
67) Denominação da Área Local: RIBEIRAO PRETO
Municípios: GUATAPARA e RIBEIRAO PRETO (2)
68) Denominação da Área Local: SANTOS
Municípios: BERTIOGA, CUBATAO, GUARUJA, ITANHAEM, MONGAGUA, PERUIBE, PRAIA GRANDE, SANTOS e SAO VICENTE (9)
69) Denominação da Área Local: SAO PAULO
Municípios: ARUJA, BARUERI, BIRITIBA-MIRIM, CAIEIRAS, CAJAMAR, CARAPICUIBA, COTIA, DIADEMA, EMBU, EMBU-GUACU, FERRAZ DE VASCONCELOS, FRANCISCO MORATO, FRANCO DA ROCHA, GUARAREMA, GUARULHOS, ITAPECERICA DA SERRA, ITAPEVI, ITAQUAQUECETUBA, JANDIRA, JUQUITIBA, MAIRIPORA, MAUA, MOJI DAS CRUZES, OSASCO, PIRAPORA DO BOM JESUS, POA, RIBEIRAO PIRES, RIO GRANDE DA SERRA, SALESOPOLIS, SANTA ISABEL, SANTANA DE PARNAIBA, SANTO ANDRE, SAO BERNARDO DO CAMPO, SAO CAETANO DO SUL, SAO LOURENCO DA SERRA, SAO PAULO, SUZANO, TABOAO DA SERRA e VARGEM GRANDE PAULISTA (39)
70) Denominação da Área Local: SAO ROQUE
Municípios: MAIRINQUE e SAO ROQUE (2)
71) Denominação da Área Local: SOROCABA
Municípios: SOROCABA e VOTORANTIM (2)
72) Denominação da Área Local: TAUBATE
Municípios: TAUBATE e TREMEMBE (2)

ANEXO II DO REGULAMENTO SOBRE ÁREAS LOCAIS PARA O STFC

LOCALIDADES DE ÁREAS LOCAIS DISTINTAS COM TRATAMENTO LOCAL (parágrafo 3º do artigo 7º do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC)

UF: AC
1) Áreas Locais: ACRELÂNDIA, PLÁCIDO DE CASTRO
Localidades com Tratamento Local: GRANADA, AÇAILÂNDIA e PLÁCIDO DE CASTRO (3)
2) Áreas Locais: CRUZEIRO DO SUL, MARECHAL THAUMATURGO, PORTO WALTER
Localidades com Tratamento Local: ASSIS BRASIL, CRUZEIRO DO SUL, PAD SANTA LUZIA, PENTECOSTES, SANTA ROSA DO JURUA, VILA LAGOINHA, VILA SÃO PEDRO, ALDEIA INDÍGENA APTWTXA, MARECHAL THAUMATURGO e PORTO WALTER (10)
3) Áreas Locais: PLACIDO DE CASTRO, PORTO ACRE, RIO BRANCO
Localidades com Tratamento Local: SANTA CECILIA, PAD HUMAITA, VILA DO V, BELO JARDIM, RIO BRANCO, VILA ALBERT SAMPAIO e VILA DOM MOACIR (7)
UF: AL
4) Áreas Locais: BOCA DA MATA, MACEIÓ
Localidades com Tratamento Local: BOCA DA MATA e FAZENDA BENTO MOREIRA (2)
5) Áreas Locais: CORURIPE, JEQUIA DA PRAIA
Localidades com Tratamento Local: CORURIPE, FRANCA, LAGOINHA e PATURAS (4)
6) Áreas Locais: JEQUIA DA PRAIA, SAO MIGUEL DOS CAMPOS
Localidades com Tratamento Local: JEQUIÁ DA PRAIA e SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (2)
UF: AM
7) Áreas Locais: ALVARAES, TEFE, UARINI
Localidades com Tratamento Local: MARAJAI, VILA ALENCAR, VILA NOGUEIRA, VILA SIAO, AGROVILA, JUTICA, MISSOES, TEFÉ, INGA e VILA PUNA (10)
8) Áreas Locais: AMATURA, SAO PAULO DE OLIVENCA
Localidades com Tratamento Local: NITEROI, COLONIA SAO SEBASTIAO e SÃO PAULO DE OLIVENÇA (3)
9) Áreas Locais: ANAMA, ANORI, BERURI, MANAUS
Localidades com Tratamento Local: NOSSA SENHORA NAZARE, VILA CUINHA, VILA DO ARIXI, ANORI, BOCA DO ANORI, BOCA DO PURUS, SAO JOSE, VILA DO MAQUIRA, COMUNIDADE FAZENDA BRAGA, DIVINO ESPIRITO SANTO, ILHA DO AJARATUBA e VILA DO IAUARA (12)
10) Áreas Locais: BARREIRINHA, PARINTINS
Localidades com Tratamento Local: ARIAU, BARREIRINHA, CRISTO REDENTOR DO RIO ANDIRA, LAGO PRETO, PONTA ALEGRE, SANTA TEREZA, SAO JOAO DO LAGO MASSAUARI, VILA CANDIDA, VILA DO PIRAI e SAO JOAO DO JACU (10)
11) Áreas Locais: BENJAMIN CONSTANT, SAO PAULO DE OLIVENCA, TABATINGA
Localidades com Tratamento Local: GUANABARA, TUPY, BANANAL e TABATINGA (4)
12) Áreas Locais: BOA VISTA DO RAMOS, MAUES
Localidades com Tratamento Local: SAGRADO CORACAO, SANTO ANTONIO, MAUÉS, NOSSA SENHORA DE LOURDES, OSORIO DA FONSECA, SANTA MARIA DO RIO MAUES ACU, SANTO ANTONIO DO MUCAJA, SAO JOAO, SAO PEDRO DO CASTANHAL, VILA CICANTAR, VILA DO BOM JESUS, VILA DO CANARANA, VILA LIBERDADE e VILA TRINDADE DO PR DA URARIA DE CIMA (14)
13) Áreas Locais: CAAPIRANGA, MANAUS
Localidades com Tratamento Local: MEMBECA, ACAJATUBA, AJARATUBINHA, ANDIROBA, COSTA DO BARROSO, COSTA DO CABALEANA, COSTA DO CANABUOCA, COSTA DO MARRECAO, COSTA DO PARATARI, ILHA DO BARROSO, LAGO DO CASTANHO, LAGO DO PESQUEIRO, MANACAPURU, PARANA DO SUPIA, PARANA DOS PIRIQUITOS, PARANA PARATARIZINHO, SACAMBU e SEMPRE VIVA (18)
14) Áreas Locais: FONTE BOA, JURUA
Localidades com Tratamento Local: FONTE BOA, SAO JOSE, TRIUNFO, TUPE e TAMANIGUA (5)
15) Áreas Locais: HUMAITA, MANICORE
Localidades com Tratamento Local: AUXILIADORA, BARRO ALTO, CACHOEIRINHA, CAPANA GRANDE, CAPANAZINHO, DEMOCRACIA, MANICORÉ e MARMELOS (8)
16) Áreas Locais: MANAUS, NOVA OLINDA DO NORTE, URUCURITUBA
Localidades com Tratamento Local: BAIXA FUNDA, COSTA DA CONCEICAO, CRISTO REDENTOR, CRISTO REI DO AMEBA, ILHA DO SORIANO, INAJA, ITACOATIARA, LAGO DO BATISTA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, PURUZINHO, SAGRADO CORACAO DE MARIA DO MUTUCA, SANTA MARIA, SAO JOAO DO PONTAO, SAO JOAO DO RIO PRETO, SAO JOSE DO AMATARI, SAO PAULO DO ARARI, VILA CENTENARIO e VILA SILVA (18)
17) Áreas Locais: MANICORE, NOVO ARIPUANA
Localidades com Tratamento Local: SAO PEDRO DO URUA e NOVO ARIPUANÃ (2)
18) Áreas Locais: NHAMUNDA, PARINTINS
Localidades com Tratamento Local: AMINARU-ACU, CRISTO REI DO CUTIPANA, NHAMUNDÁ, SANTA MARIA DO MAMURIACA, SANTO ANTONIO DO MAMURIACA, SAO SEBASTIAO DO COROCORO, LAGUINHO e VILA DA ILHA DO VALE (8)

IMPRENSA NACIONAL
VENDA PROIBIDA DE ASSINATURA DA

19) Áreas Locais: NHAMUNDA, PARINTINS
Localidades com Tratamento Local: SAGRADO CORACAO DO ADUCA, URUCURI, BOCA DO BOTO, ITABORAI DO MEIO, JACARE SANTANA, LIMAO DO MEIO, MARAJO, MARANHAO, PARANA DO ESPIRITO SANTO DO MEIO, PARANA PARINTINS DO MEIO, PARINTINS, SANTO ANTONIO DO TRACAJA, SAO BENEDITO, SARACURA, SIMIAO e VALERIA (16)
20) Áreas Locais: NHAMUNDA, URUCARA, URUCURITUBA
Localidades com Tratamento Local: URUCURI, AMANARI, BUCUSAL, CASTANHAL, CUCUIARI, MARAJATUBA, MARAJAZINHO, NOSSA SENHORA DE NAZARE, PAURA, SANTO ANTONIO, SAO JOSE DO OPERARIO, SOL NASCENTE, SORROROCA, PONTA GROSSA e TERRA GRANDE (15)
UF: AP
21) Áreas Locais: ITAUBAL, MACAPA
Localidades com Tratamento Local: CARMO DO MACACOARI, ITAUBAL e SANTA MARIA DO RIO MACACOARI (3)
UF: BA
22) Áreas Locais: AURELINO LEAL, UBAITABA
Localidades com Tratamento Local: AURELINO LEAL e UBAITABA (2)
23) Áreas Locais: BARRO ALTO, IBITITA
Localidades com Tratamento Local: BARRO ALTO e ALTO DA CRUZ (2)
24) Áreas Locais: BARROCAS, SERRINHA
Localidades com Tratamento Local: BARROCAS, MATO GROSSO, MOMBACA NOVA, SUBAE e TANQUE GRANDE (5)
25) Áreas Locais: CACHOEIRA, SAO FELIX
Localidades com Tratamento Local: CACHOEIRA, TORORO e SÃO FÉLIX (3)
26) Áreas Locais: CAPELA DO ALTO ALEGRE, CICERO DANTAS, FATIMA
Localidades com Tratamento Local: LAGOA DAS FLORES, CÍCERO DANTAS e BANDINHA (3)
27) Áreas Locais: CATU, SALVADOR
Localidades com Tratamento Local: PEDRAS e SÃO SEBASTIÃO DO PASSE (2)
28) Áreas Locais: CATU, SALVADOR
Localidades com Tratamento Local: CATU e CATU DE ABRANTES (2)
29) Áreas Locais: FEIRA DE SANTANA, SAO GONCALO DOS CAMPOS
Localidades com Tratamento Local: FEIRA DE SANTANA, BOA HORA e TAPERA (3)
30) Áreas Locais: GOVERNADOR MANGABEIRA, MURITIBA
Localidades com Tratamento Local: GOVERNADOR MANGABEIRA e CAATINGA SECA (2)
31) Áreas Locais: IBIRAPITANGA, UBATA
Localidades com Tratamento Local: CAMAMUZINHO e UBATÃ (2)
32) Áreas Locais: ITAGIBA, IPIAU
Localidades com Tratamento Local: JAPOMIRIM e IPIAU (2)
33) Áreas Locais: ITAPETINGA, ITORORO
Localidades com Tratamento Local: BANDEIRA DO COLONIA e ITORORÓ (2)
34) Áreas Locais: IPIAU, JEQUIÉ
Localidades com Tratamento Local: CÓRREGO DE PEDRAS e ITAIBO (2)
35) Áreas Locais: JEQUIE, JITAUNA
Localidades com Tratamento Local: BARRA AVENIDA e JITAÚNA (2)
36) Áreas Locais: LUIS EDUARDO MAGALHAES, SAO DESIDERIO
Localidades com Tratamento Local: NOVO PARANA e ANGICO (2)
37) Áreas Locais: PORTO SEGURO, SANTA CRUZ DE CABRALIA
Localidades com Tratamento Local: PRAIA DE MUTA e COROA VERMELHA (2)
38) Áreas Locais: SANTA MARIA DA VITORIA , SAO FELIX DO CORIBE
Localidades com Tratamento Local: SANTA MARIA DA VITORIA e SAO FELIX DO CORIBE (2)
39) Áreas Locais: WENCESLAU GUIMARAES e TEOLANDIA
Localidades com Tratamento Local: RIO PRETO e TEOLANDIA (2)
UF: BA e MG
40) Áreas Locais: LAJEDAO, SERRA DOS AIMORES
Localidades com Tratamento Local: LAJEDÃO (BA) e LAJEDAO (MG) (2)
UF: BA e PE
41) Áreas Locais: JUAZEIRO, PETROLINA
Localidades com Tratamento Local: JUAZEIRO (BA) e PETROLINA (PE) (2)
UF: BA e SE
42) Áreas Locais: ITAPICURU, TOBIAS BARRETO
Localidades com Tratamento Local: LAGOA REDONDA (BA) e TOBIAS BARRETO (SE) (2)
UF: CE
43) Áreas Locais: ACOPIARA, DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO
Localidades com Tratamento Local: MONTE BELO, BAIXIO, BETANIA, DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, RIACHO VERDE I, SITIO BOM PRINCIPIO, VELAME e VILA AURORA (9)
44) Áreas Locais: ACOPIARA, JUCAS
Localidades com Tratamento Local: ACOPIARA, BARRA DO INGA, CACIMBAS, EBRON, GUARIBAS, ISIDORO, LUNA, OITIS, PAUS BRANCOS, REINALDO, RIACHO ESCURO, SABIA, SANTA FELICIA, SANTO ANTONIO, SÃO JOÃO, SAO PAULO, SERRA NOVA, SITIO CUTIA, SITIO FORTUNA, SITIO RIACHO VERDE, SITIO TAQUARI, TIPIS, TRUSSU, UNIDADE, VILA TAPERAS e SÃO FRANCISCO (26)
45) Áreas Locais: ALTANEIRA, ASSARE
Localidades com Tratamento Local: ALTANEIRA, PRATA, SAO ROMAO, SITIO CACHIMBO, SITIO SAMAMBAIA, TABULEIRO, ANDREZA e LAGOA DO SÃO JOSÉ (8)
46) Áreas Locais: AMONTADA, ITAREMA
Localidades com Tratamento Local: LAGOA DO CACHIMBO, PATOS, ALMOFALA, BARRO VERMELHO, CARVOEIRO, CORREGO DA VOLTA, FAROL, ITAREMA, PARATI, PORTO DOS BARCOS, PRAIA DA ALMOFALA, PRAIA DA BARRA, RIACHO, SANTO ANTONIO, SÃO VICENTE, SITIO ALEGRE, TORROES e VARJOTA (18)
47) Áreas Locais: ARACATI, RUSSAS
Localidades com Tratamento Local: MATA FRESCA, BENTO PEREIRA, BOA VISTA, BONHU, CAPIM GROSSO, FLORES, ILHOTA, JABURU, JARDIM SAO JOSE, LAGOA GRANDE, LAGOINHA, MALHADINHA, MIGUEL PEREIRA, PARELHAS, PAU DARCO, PEIXE, POCO DA ONCA, POÇO VERDE, RAMAL DE FLORES, RUSSAS, SANTA TEREZINHA, SAO JOAO DE DEUS, SERRA VIEIRA, SITIO BOM SUCESSO, SITIO CANTO I, SITIO PIAUI, TIMBAUBA e TIMBAUBA DOS SIMPLICIOS (27)
48) Áreas Locais: ARACOIABA, OCARA
Localidades com Tratamento Local: LAGOA VERDE, ACAMPAMENTO, ARISCO DOS MARIANOS, BOLAS, CROATA, CURUPIRA, FOVEIRA, LAGOA DO VELHO, NOVO HORIZONTE, OCARA, PLACA DE OCARA, PLACA JOSE PEREIRA, SEIS CARNAUBAS, SERENO DE BAIXO, SERENO DE CIMA, SERRAGEM e VILA SAO MIGUEL (17)
49) Áreas Locais: ARATUBA, CANINDE, GUARAMIRANGA
Localidades com Tratamento Local: FERNANDES, BONITO, CAICARAS, CANINDÉ, CAPITAO PEDRO SAMPAIO, CAXINOA, ESPERANCA, IGUAÇU, IPUEIRAS DOS GOMES, LOGRADOURO 2, MONTE ALEGRE, POÇO DA PEDRA, SALITRE, SANTA ROSA, SANTANA DA CAL, SÃO ROBERTO, SERRA DOS ARAGÕES, TARGINOS, VALE DA CONCEIÇÃO, VAZANTE DO CURU e LINHA DA SERRA (21)
50) Áreas Locais: ARNEIROZ, CATARINA, MOMBACA
Localidades com Tratamento Local: LAGOA DO PESSOA, AÇUDE NOVO, CATARINA, CHAPADA, FIGUEIREDO, SÃO FRANCISCO, SAO GONCALO e SAO VICENTE (7)
51) Áreas Locais: BANABUIU, JAGUARETAMA
Localidades com Tratamento Local: BANABUIÚ, BARRA DO SITIA, LAGOA DA SERRA, LARANJEIRAS, PEDRAS BRANCAS, RIBEIRA LARANJEIRAS e TOCO (7)
52) Áreas Locais: BANABUIU, JAGUARETAMA
Localidades com Tratamento Local: BEIRA RIO, DESTERRO, GUANABARA, JAGUARETAMA, LUIS FERREIRA, PITOMBEIRAS, SERROTE BRANCO e VÁRZEA GRANDE (8)
53) Áreas Locais: BATURITE, ITAPIUNA
Localidades com Tratamento Local: BATURITÉ, BOA VISTA, CHORO BOA VISTA, COIO DE BAIXO, CORRENTES, JORDÃO, RIACHÃO DO PANTA, SAO SEBASTIAO, SERRA DO EVARISTO, SITIO RAPOSA e FAZENDA BOA AGUA (11)
54) Áreas Locais: BELA CRUZ, CRUZ, JIJOCA DE JERICOACOARA
Localidades com Tratamento Local: CAJUEIRINHO, CORREGO DAS PANELAS, BAIXIO, BORGES, CARRO QUEBRADO, CORREGO DA FORQUILHA, CORREGO DO MOURÃO, CORREGO DO URUBU, JERICOACOARA, JIJOCA DE JERICOACOARA e MANGUE SECO (11)
55) Áreas Locais: CAMPOS SALES, SALITRE
Localidades com Tratamento Local: BARAO DE AQUIRAZ, CAMPOS SALES, CARMELOPOLIS, ITAGUA, MONTE CASTELO, POÇO DAS PEDRAS, QUIXARIU, SITIO JORDÃO e LAGOA DOS PAULINOS (9)
56) Áreas Locais: CANINDE, TEJUCUOCA
Localidades com Tratamento Local: INGA DO CARDOSO, AÇUDE, BARRA DO CAXITORE, CAICARA, CAXITORE, JARDIM, LAVRAS MUQUEM, MONTE CARMELO, RIACHO DAS PEDRAS, SAO BENTO, TEJUÇUOCA, VENANCIO e VERTENTES (13)
57) Áreas Locais: CARIDADE, GUARAMIRANGA
Localidades com Tratamento Local: CARAUBAS, CARIDADE, CARNEIRO, INHUPORANGA, NAMBI, PEDRA BRANCA, PEREIRO, RUZILHAS, SANTO ANTONIO, SAO DOMINGOS, UMARIZEIRA e NOVA FORTALEZA (12)
58) Áreas Locais: CARIUS, JUCAS
Localidades com Tratamento Local: SITIO XIXA, BAIXIO DA DONANA, CANAFISTULA, CRUZ, JUCÁS, MEL, MONTE NEGRO, SANTO AGOSTINHO, VENEZA e VILA SAO PEDRO (10)
59) Áreas Locais: CARNAUBAL, SAO BENEDITO
Localidades com Tratamento Local: BAIXO DO CEDRO, BARREIROS, CAMOCIM, CARNAUBAL DOS MEDEIROS, FAZENDINHA, INHUCU, JUSSARA, LAGOA, MUNDO NOVO, MURICITUBA, POTOS, SALGADO, SÃO BENEDITO, SÃO MIGUEL, SITIO ABRIGO, SITIO DO MEIO, SITIO INHARE, SITIO PEDRA DO COCO, SITIO PIMENTEIRAS e XIQUE XIQUE (20)
60) Áreas Locais: CATUNDA, SANTA QUITERIA, TAMBORIL
Localidades com Tratamento Local: ARVOREDO, BARRINHA, CATUANA, CATUNDA, PARAISO, VIDEO, SANTA MARIA e CRUZETA (8)
61) Áreas Locais: CRATEUS, NOVO ORIENTE
Localidades com Tratamento Local: ASSIS, CABACAS, CABECA DE ONCA, CANTO DOS PINTOS, CARRAPATEIRA, CORREDORES, CRATEÚS, CURRAL DO MEIO, ESTAÇÃO, IBIAPABA, IRAPUÃ POCINHOS, IRAPUAN DE CIMA, JERICO, LAGOA DAS PEDRAS, MONTENEBO, PATOS, PAU DO LEO, POTI, QUEIMADAS, REALEJO, SANTA TEREZINHA, SANTANA I, SANTANA II, SANTO ANDRE, SANTO ANTONIO, TUCUNS e LAGOA DAS PEDRAS (27)
62) Áreas Locais: FORQUILHA, SOBRAL
Localidades com Tratamento Local: SABONETE, APRAZIVEL, BARACHO, BILHEIRA, BOA VISTA, BONFIM, BOUQUEIRÃO, CAIOCA, CARACARA, FAZENDA PAU DARCO, IPUEIRINHAS-JAIBARAS, IRRIGADO JAIBARAS, JORDAO, LAGOA QUEIMADA, LAJES, OURO BRANCO, PATOS, PATRIARCA, PUBA, RAFAEL ARRUDA, RECREIO, SALGADO DOS MACHADOS, SANTO ANTONIO DO ARACATIACU, SÃO FRANCISCO JORDÃO, SÃO JOSÉ DO TORTO, SETOR 1, SOBRAL, TAPERUABA e VÁRZEA REDONDA (29)
63) Áreas Locais: FORTALEZA, PALMACIA
Localidades com Tratamento Local: AMANARI, ANTONIO MARQUES, BOA VISTA DOS VIERAS, BRAGANTINO, BURACÃO, CACHOEIRA, FORQUILHA, ITAPEBUSSU, JARDIM, JUBAIA, LAGES, LAGOA DO JUVENAL, MANOEL GUEDES, MARANGUAPE, MASSAPE, MELÃO, PAPARA, PEDRA DAGUA, PENEDO, RECANTO, SAO JOAO DO AMANARI, SAPUPARA, TANQUES, TIJUCA, TRAPIA, UMARIZEIRAS, URUCARA, VASSOURAS, VILA NOVA e QUEIMADAS (30)
64) Áreas Locais: FORTALEZA, PARACURU
Localidades com Tratamento Local: ACENDE CANDEIA, ACENDE CANDEIA DE CIMA, CAUIPE, BOLSO, CAGADO, CARAUBAS, COLONIA DOS PROFESSORES, CROATA, CURRAL GRANDE, ESPINHOS, GUARAIBAS, IPIOCA, PARADA, PECEM, RIO NOVO, RUA CAETANOS, SALGADOS DO MOREIRAS, SÃO GONÇALO DO AMARANTE, SERROTE, SIUPE, TABUBA, TABULEIRO ALEGRE, TAIBA, TAPUIO, UMARITUBA, VARZEA REDONDA e BURITI DOS CATOLES (27)
65) Áreas Locais: GUARAMIRANGA, PACOTI
Localidades com Tratamento Local: PERNAMBUQUINHO, AREIAS, FATIMA, GAMELEIRA, OITICICA, OURO, PACOTI, PARQUE SAO JOSE, ROLADOR, SANTA ANA e TIMBAUBA (11)
66) Áreas Locais: IBARETAMA, ITAPIUNA
Localidades com Tratamento Local: BARREIRAS, CAIO PRADO, CAJUAS, FAZ BARRA NOVA, FAZ JOÃO ROSA, GARROTE, ITANS, ITAPIÚNA, LAGOAS, PALMATORIA e SERROTE PRETO (11)
67) Áreas Locais: ERERE, ICO, PEREIRO
Localidades com Tratamento Local: VARJOTA, LAGOA DOS MILHOMENS, BAIXINHA VELHA, BAIXIO DOS SILVESTRES, CRIOULOS, LAGOA DOS MARINHEIROS, LAGOA NOVA, OLHEIROS - CANTO DOS LAJES, PEREIRO, SERRINHA, SITIO BAIAO, SITIO GROSSO, TEIXEIRA e TRINDADE (14)
68) Áreas Locais: IGUATU, JUCAS, QUIXELO
Localidades com Tratamento Local: AROEIRAS, BARRA, BARRA DO TRUSSU, BARREIRAS, BARRO ALTO, BAU, CAJAS, CANAFISTULA DOS FREITAS, ESTRADA, IGUATU, JOSE DE ALENCAR, LAGOA REDONDA, MORADA NOVA, QUIXOA, RECREIO, RIACHO VERMELHO, SANTA ROSA, SERROTE, SITIO CARDOSO, SITIO CARNAUBA, SITIO ITANS, SITIO RETIRO, SUASSURANA, VARZEA GRANDE, VILA DO BRAVO, VILA GADELHA, ALTO DA AREIA e MATAPASTO (28)
69) Áreas Locais: IPU, IPUEIRAS
Localidades com Tratamento Local: ABILIO MARTINS, BAIXA LARGA, BARRINHA, BOA VISTA, CAJAZEIRAS DOS SOUSAS, ENGENHO DOS BELEM, FLORES, GATOS, GENIPAPO, INGAZEIRAS, IPU, LAGES, MAÇACO, MANUINO, MATO GROSSO, SANTA LUZIA, SANTA ROSA, SAO BENTO, SAO JOAO, SAO JOSE, VARZEA DO GILO e BARRO VERMELHO (22)
70) Áreas Locais: IRACEMA, POTIRETAMA
Localidades com Tratamento Local: BAIXIO DO LEANOR, BARREIROS, BASTIOES, EMA, EMA FAZENDINHA II, IRACEMA, SAO JOSE, ZELADORA ACUDE CANAFUISTULA e SITIO LAPA (9)
71) Áreas Locais: MARTINOPOLE, URUOCA
Localidades com Tratamento Local: JAGUARAPI, JARDIM, MARTINÓPOLE, BATATAO e BOA VISTA (5)
72) Áreas Locais: MASSAPE, MERUOCA
Localidades com Tratamento Local: AIUA, GREGORIO, IPAGUACU, MADEIRO, MASSAPÊ, MUMBABA, PADRE LINHARES, PÉ DE SERRA, SALGADINHO, TANGENTE, TAPERA, TUINA e SAO BENTO PINTOS (13)
73) Áreas Locais: MASSAPE, MERUOCA
Localidades com Tratamento Local: MERUOQUINHA, ALMAS, ANIL, BAIXA GRANDE, CAMILOS, MERUOCA, PALESTINA DO NORTE, PALMEIRA MONTE, SANTO ANTONIO DOS FERNANDES, SAO FRANCISCO, SÃO JOÃO DAS ALMAS, SITIO SÃO VICENTE e STA URSULA CAJUEIRO CROAT (13)
74) Áreas Locais: PACOTI, PALMACIA
Localidades com Tratamento Local: GERMINAL, ARATICUM, BOA VISTA, GADO, GADOS DOS RODRIGUES, JAPAO, PALMÁCIA, PILOES, SACO DO VENTO, SUDENE e VOLTA DO RIO (11)
75) Áreas Locais: CARIDADE, PARAMOTI, PENTECOSTE
Localidades com Tratamento Local: SANTA FÉ, AGUA BOA, CACIMBA DO MEIO, IPUEIRAS DAS PEDRAS, LAGES, MELADO, PARAMOTI, PIEDADE, SABONETE, e MUQUENZINHO (10)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

76) Áreas Locais: TIANGUA, UBAJARA, VICOSA DO CEARA

Localidades com Tratamento Local: ACARAPE, ARAPA, BOM JESUS, CAJUASU, CARNAUBINHA, CARUATAI, CIPO, ITAQUARUNA, LAGOA DOS BITONHOS, PE DO MORRO, PINDOGUABA, SAO JOSE, SITIO ALEGRE, TABAINHA, TABOCA, TIANGUÁ, TUCUNS, SITIO TABOCA e INHARIM (19)

UF: ES

77) Áreas Locais: ALEGRE, JERONIMO MONTEIRO

Localidades com Tratamento Local: RIVE e JERÔNIMO MONTEIRO (2)

78) Áreas Locais: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, CASTELO

Localidades com Tratamento Local: CONDURU e CASTELO (2)

79) Áreas Locais: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ITAPEMIRIM

Localidades com Tratamento Local: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM e SAFRA (2)

80) Áreas Locais: ITAPEMIRIM, MARATAIZES

Localidades com Tratamento Local: ITAPEMIRIM e MARATAÍZES (2)

81) Áreas Locais: MARATAIZES, PRESIDENTE KENNEDY

Localidades com Tratamento Local: BOA VISTA DO SUL e PRAIA DE MAROBA (2)

82) Áreas Locais: MUCURICI, PONTO BELO

Localidades com Tratamento Local: MUCURICI e PONTO BELO (2)

UF: ES e MG

83) Áreas Locais: AGUA DOCE DO NORTE, NOVA BELEM

Localidades com Tratamento Local: VILA NELITA (ES) e SANTO ANTONIO DE NOVA BELEM (MG) (2)

84) Áreas Locais: BAIXO GUANDU e AIMORES

Localidades com Tratamento Local: BAIXO GUANDU (ES), AIMORES (MG) e SANTO ANTONIO DO RIO DOCE (MG) (3)

UF: ES e RJ

85) Áreas Locais: BOM JESUS DO ITABAPOANA, BOM JESUS DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS DO ITABAPOANA(RJ) e BOM JESUS DO NORTE(ES) (2)

UF: GO

86) Áreas Locais: AGUA FRIA DE GOIAS, NIQUELANDIA

Localidades com Tratamento Local: ÁGUA FRIA DE GOIÁS, CHICO DEZ, MATO SECO, ALEXANDRE MILITIQUE e BURITI ALTO (5)

87) Áreas Locais: ALOANDIA, MORRINHOS

Localidades com Tratamento Local: ALOÂNDIA, PATRIMONIO DO NEQUINHA e VERTENTE RICA (3)

88) Áreas Locais: ALVORADA DO NORTE, SIMOLANDIA

Localidades com Tratamento Local: ALVORADA DO NORTE e SIMOLÂNDIA (2)

89) Áreas Locais: ANICUNS, GOIANIA, INHUMAS

Localidades com Tratamento Local: RIBEIRAO DO MEIO, ABADIA DE GOIÁS, APARECIDA DE GOIÂNIA, ARAGOIÂNIA, CEDRO, GOIÂNIA, GOIANIRA, OLOANA, SANTA MARIA, SENADOR CANEDO, TRINDADE, VILA RICA, SANTA AMALIA e SERRA ABAIXO (14)

90) Áreas Locais: APORE, SERRANOPOLIS

Localidades com Tratamento Local: ITUMIRIM e SERRANÓPOLIS (2)

91) Áreas Locais: ARAGUAPAZ, FAINA

Localidades com Tratamento Local: ARAGUAPAZ, SAO JOSE DA FAZENDINHA, TIRIRICA, JEROAQUARA e VERA CRUZ (5)

92) Áreas Locais: BARRO ALTO, SANTA RITA DO NOVO DESTINO

Localidades com Tratamento Local: BARRO ALTO, SANTO ANTONIO DA LAGUNA, SOUZALANDIA e PLACA (4)

93) Áreas Locais: BOM JESUS DE GOIAS, GOIATUBA

Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS DE GOIÁS, BREJO BONITO, POVOADO SANTA BARBARA e VENDA SECA (4)

94) Áreas Locais: GOIÂNIA, LEOPOLDO DE BULHOES

Localidades com Tratamento Local: BONFINÓPOLIS e CAPELINHA (2)

95) Áreas Locais: BONOPOLIS, NOVO PLANALTO, SAO MIGUEL DO ARAGUAIA

Localidades com Tratamento Local: NOVA VILA, INFUSAO, BENVINDA, JK, LUIZ ALVES, PRIVE CLUBE ARAGUAIA, SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA e TATAIRA NOVA LURDES (8)

96) Áreas Locais: CACHOEIRA ALTA, CACU

Localidades com Tratamento Local: RIBEIRAO DOS PAULAS e CAÇU (2)

97) Áreas Locais: CACHOEIRA ALTA, ITAJA, ITARUMA

Localidades com Tratamento Local: CACHOEIRA ALTA, LAGOINHA, OLARIA DA FUMACA e OLARIA DO ANGICO (4)

98) Áreas Locais: CAIAPONIA, IVOLANDIA, PALESTINA DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: BOA VISTA, CAMPOLANDIA e PALESTINA DE GOIÁS (3)

99) Áreas Locais: CAIAPONIA, MONTIVIDIU

Localidades com Tratamento Local: PLANALTO VERDE e MONTIVIDIU (2)

100) Áreas Locais: CALDAS NOVAS, MORRINHOS

Localidades com Tratamento Local: JUNQUERLANDIA, ASSENTAMENTO TIJUQUEIRO, ESCOLA AGROTECNICA, ESPRAIADO, JARDIM DA LUZ, MARCELANIA, MORRINHOS, RANCHO ALEGRE e RIBEIRAO DA SERRA (9)

101) Áreas Locais: CAMPINACU, MONTIVIDIU DO NORTE, PORANGATU

Localidades com Tratamento Local: CAMPO LIMPO, SAO PEDRO, ENTRONCAMENTO SAO MIGUEL, ESTREITO, GRUPELANDIA, LINDA VISTA e PORANGATU (7)

102) Áreas Locais: CAMPINORTE, NIQUELANDIA

Localidades com Tratamento Local: CAMPINORTE, COLINACU, JERUSALEM, HORTO ARANHA e INDAIANOPOLIS (5)

103) Áreas Locais: CAMPINORTE, TROMBAS

Localidades com Tratamento Local: ACACULANDIA e TROMBAS (2)

104) Áreas Locais: CAMPO ALEGRE DE GOIAS, IPAMERI

Localidades com Tratamento Local: CAMPO ALEGRE DE GOIÁS, SESMARIA e PONTE ALTA (3)

105) Áreas Locais: CAMPOS VERDES, SANTA TEREZINHA DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: CAMPOS VERDES e MARTINOPOLIS (2)

106) Áreas Locais: CARMO DO RIO VERDE, RUBIATABA

Localidades com Tratamento Local: CARMO DO CEDRO, CARMO DO RIO VERDE e GOIATABA (3)

107) Áreas Locais: CERES, GUARINOS, HIDROLINA, ITAPACI, PILAR DE GOIAS, SANTA TEREZINHA DE GOIAS, SAO PATRICIO

Localidades com Tratamento Local: CERES, FAZENDA PALMITAL, SAPE, MANDINOPOLIS, DUTRALINA, POSSELANDIA, APARECIDA DE GOIAS, PILAR CRUZ, CEDROLINA e SÃO PATRÍCIO (10)

108) Áreas Locais: CERES, RIALMA

Localidades com Tratamento Local: CERES, FAZENDA PALMITAL, SAPE, CASTRINOPOLIS, RIALCEMA e RIALMA (6)

109) Áreas Locais: CORREGO DO OURO, MOIPORA, SAO LUIS DE MONTES BELOS

Localidades com Tratamento Local: CARMOLANDIA, MESSIANOPOLIS, BRASILANDIA, MORUMBI, PLANURA VERDE, ROSALANDIA, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, SAO PEDRO e SILVOLANDIA (9)

110) Áreas Locais: CORUMBAIBA, CUMARI

Localidades com Tratamento Local: AREAO e CUMARI (2)

111) Áreas Locais: EDEALINA, EDEIA

Localidades com Tratamento Local: EDEALINA, SANTA RITA (BOI VERMELHO) e CERAMICA (3)

112) Áreas Locais: FAINA, ITAPURANGA

Localidades com Tratamento Local: CAICARA, CIBELE, DIOLANDIA, ITAPURANGA, LAJES e SAO JOSE (6)

113) Áreas Locais: FAINA, MATRINCHA

Localidades com Tratamento Local: ARARAS, LUA NOVA e MATRINCHÃ (3)

114) Áreas Locais: FAZENDA NOVA, ISRAELANDIA, JAUPACI, MONTES CLAROS DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: TRES MARCOS, PILOANDIA, JAUPACI e LUCILANDIA (4)

115) Áreas Locais: FAZENDA NOVA, JUSSARA, MONTES CLAROS DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: SAO SEBASTIAO DO INDAIA, SAO SEBASTIAO DO RIO CLARO, APARECIDA DO RIO CLARO, LUCILANDIA, MONTES CLAROS DE GOIÁS, PONTE ALTA DO ARAGUAIA e REGISTRO DO ARAGUAIA (7)

116) Áreas Locais: GOIANESIA, PIRENOPOLIS, SANTA RITA DO NOVO DESTINO, VILA PROPICIO

Localidades com Tratamento Local: BARREIRO, CAFELANDIA, GOIANÉSIA, JUSCELANDIA, MORRO BRANCO, NATINOPOLIS, LAGOLANDIA, SANTA RITA DO NOVO DESTINO, ASSUNCAO DE GOIAS e VILA PROPÍCIO (10)

117) Áreas Locais: IPAMERI, PIRES DO RIO

Localidades com Tratamento Local: CAVALHEIRO, PONTE ALTA, TOMAZINOPOLIS e PIRES DO RIO (4)

118) Áreas Locais: IPORA, IVOLANDIA

Localidades com Tratamento Local: COMUNIDADE BURITI, COMUNIDADE JACINOPOLIS, COMUNIDADE SANTA MARTA, COMUNIDADE TAQUARI, IPORÁ e PEDROLANDIA (6)

119) Áreas Locais: ITAPACI, SAO LUIZ DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: APARECIDA DE GOIAS, ITAPACI, NOVA PONTE, SAO JOSE DO CAIAMAR e LAVRINHAS (5)

120) Áreas Locais: JARAGUA, PIRENOPOLIS

Localidades com Tratamento Local: ALVELANDIA, ARTULANDIA, CRUZEIRINHO, JARAGUÁ, MIRILANDIA, MONTE CASTELO, PALESTINA, SANTA BARBARA, SAO GERALDO, VILA APARECIDA, BOM JESUS, GOIANOPOLIS, PLACA, RIO DO PEIXE e SANTO ANTONIO (15)

121) Áreas Locais: JARAGUA, TAQUARAL DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: PALESTINA e TAQUARAL DE GOIÁS (2)

122) Áreas Locais: JUSSARA, SANTA FE DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: CAMPO ALEGRE, CEZAREIA, NOVA TRINDADE e SANTA FÉ DE GOIÁS (4)

123) Áreas Locais: MARA ROSA, MUTUNOPOLIS

Localidades com Tratamento Local: FIICOLANDIA, MUTUNÓPOLIS e SAO SEBASTIAO (3)

124) Áreas Locais: MINEIROS, PORTELANDIA

Localidades com Tratamento Local: MATRINCHA, SALTO, PORTELÂNDIA e VILA SAO PEDRO (4)

125) Áreas Locais: NIQUELANDIA, URUACU

Localidades com Tratamento Local: BALNEARIO BULCANIA, AGUA BRANCA, FUNIL, GERIACU, URUAÇU e URUALINA (6)

126) Áreas Locais: PETROLINA DE GOIAS, SANTA ROSA DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: VENIAPOLIS e SANTA ROSA DE GOIÁS (2)

127) Áreas Locais: PILAR DE GOIAS, RUBIATABA

Localidades com Tratamento Local: CRUZEIRO, BRAGOLANDIA, CRUZEIRINHO, GOIATABA, RUBIATABA e VALDELANDIA (6)

128) Áreas Locais: PIRENOPOLIS, SAO FRANCISCO DE GOIAS

Localidades com Tratamento Local: RADIOLANDIA e SÃO FRANCISCO DE GOIÁS (2)

129) Áreas Locais: SANCLERLANDIA, SAO LUIS DE MONTES BELOS

Localidades com Tratamento Local: APARECIDA FARTURA, MORRO ALTO, SANCLERLÂNDIA e SAO PEDRO (4)

130) Áreas Locais: SANTA HELENA DE GOIAS, TURVELANDIA

Localidades com Tratamento Local: SANTA HELENA DE GOIÁS e FORMOSINHA (2)

UF: GO e MT

131) Áreas Locais: ALTO ARAGUAIA, SANTA RITA DO ARAGUAIA

Localidades com Tratamento Local: ALTO ARAGUAIA(MT), BURITI (MT) e SANTA RITA DO ARAGUAIA(GO (3)

132) Áreas Locais: ARAGARCAS, BARRA DO GARCAS, PONTAL DO ARAGUAIA

Localidades com Tratamento Local: ARAGARÇAS(GO), ALDEIA INDÍGENA NAMUNKURÁ (MT), BARRA DO GARÇAS(MT), CINDACTA I - (MT), INDIANAPOLIS (MT), ALDEIA INDIGENA SAO MARCOS (MT), VALE DOS SONHOS (MT), VOADEIRA (MT),TORICOEJE (MT) e PONTAL DO ARAGUAIA (MT) (10)

133) Áreas Locais: BALIZA, TORIXOREU

Localidades com Tratamento Local: BALIZA(GO) e TORIXORÉU(MT) (2)

UF: GO e TO

134) Áreas Locais: ARRAIAS, CAMPOS BELOS

Localidades com Tratamento Local: CANA BRAVA (TO), BARREIRAO (GO), CAMPOS BELOS(GO) e POUSO ALTO (GO) (4)

UF: MA

135) Áreas Locais: ALTAMIRA DO MARANHAO, BREJO DE AREIA, VITORINO FREIRE

Localidades com Tratamento Local: ALDEIA, ALTAMIRA DO MARANHÃO, CALDEIRAO, IGARAPE DO MEIO, PALESTINA e JUCARAL MIRIM (6)

136) Áreas Locais: ALTO ALEGRE DO MARANHAO, COROATA, PERITORO

Localidades com Tratamento Local: ALTAMIRA DOS BORBA, VILA SETE DE SETEMBRO, INDEPENDENCIA, LIVRAMENTO, PERITORÓ e SAO JOAO DAS NEVES (6)

137) Áreas Locais: ALTO ALEGRE DO PINDARE, BOM JARDIM

Localidades com Tratamento Local: ALTAMIRA, ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, AUZILANDIA, MINEIRINHO, TRES BOCAS e GALEGO II (6)

138) Áreas Locais: AMARANTE DO MARANHAO, IMPERATRIZ

Localidades com Tratamento Local: ALDEIA CANUDAL, ALDEIA GOVERNADOR, ALDEIA JUCARAL, ALVORADA I, ALVORADA II, AMARANTE DO MARANHÃO, CAMPO FORMOSO, GROTAO, MUNDO NOVO e CENTRO DO ZENEL (10)

139) Áreas Locais: AMARANTE DO MARANHAO, IMPERATRIZ

Localidades com Tratamento Local: PINDAREZINHO, BURITIRANA, CENTRO NOVO, SANTA LUZIA, TANQUE e VARJAO (6)

140) Áreas Locais: ANAJATUBA, ITAPECURU MIRIM

Localidades com Tratamento Local: AFOGA, ANAJATUBA, BACABALZINHO, CUMBI, ENGENHO, OLHO DAGUA, PEDRINHAS, PICADA, QUEBRA e JAIBARA DOS NOGUEIRAS (10)

141) Áreas Locais: ANAPURUS, BREJO, SANTA QUITERIA DO MARANHAO

Localidades com Tratamento Local: AGUA RICA, AREIAS, ARRAIAL, BREJO, CRIOLIS, HERCULANOPOLIS, LAMEIRO, PALESTINA, SAO JOAO DO PILAO, BURITI SECO e ROCA VELHA (11)

142) Áreas Locais: ANAPURUS, BURITI, MATA ROMA

Localidades com Tratamento Local: ANAPURUS, ANGICAL, FORMIGA, MOURA, CONCEICAO DO ANESIO e VILA ANA LUCIA (6)

143) Áreas Locais: APICUM-ACU, BACURI

Localidades com Tratamento Local: APICUM-AÇU, CABECEIRAS, ITERERE, ITERERezinho, TURIRANA e SANTA ROSA (6)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

144) Áreas Locais: APICUM-ACU, BACURI
Localidades com Tratamento Local: CAJUAL, BACURI, CACHOEIRINHA, ESTIVA, MADRAGOA, PORTUGAL, SAO PAULO e TRAJANO MARQUES (8)
145) Áreas Locais: ARAGUANA, ZE DOCA
Localidades com Tratamento Local: BELA VISTA, QUADRA BOA ESPERANCA, CENTRO DO JOSIAS, EBENEZIA, IGARAPE GRANDE, NOVA CONQUISTA, PARAISO SOBRAL, QUADROS, QUINTO BRACO, SANTA LUCIA e ZÉ DOCA (11)
146) Áreas Locais: ARAME, BARRA DO CORDA, GRAJAU, JENIPAPO DOS VIEIRAS
Localidades com Tratamento Local: BARRA GRANDE, LAGOA DO COCAL, LAGOA GRANDE, ALDEIA COLONIA, ALDEIA BACURIZINHO, ALDEIA IPU, ALDEIA MORRO BRANCO, ALDEIA VELHA, ALTO BRASIL, FLORES, GRAJAÚ, MATUSALEM, NOVA TERRA, REMANSO, SABONETE e ALDEIA COQUINHO (16)
147) Áreas Locais: ARAME, ITAIPAVA DO GRAJAU, LAGOA GRANDE DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: MONTEVIDEO, PAU FERRADO, LAGOA DO COCO, LAGOA DO ENCONTRO, LAGOA GRANDE DO MARANHÃO, LAGOA NOVA e SUMAUMA (7)
148) Áreas Locais: BACABAL, BOM LUGAR, LAGO DO JUNCO
Localidades com Tratamento Local: ALDEIA, ALTO ALEGRE I, ALTO DO BOM SOSSEGO, ALTO FOGOSO, BACABAL, BELA VISTA, BOA VISTA DA TABUA, BOM PRINCIPIO, BREJINHO, CENTRO DO AGUIAR, LUZIANA, MANGUEIRA, PEDRA DO RUMO, PIRATININGA, SANTO ANTONIO DOS VIEIRAS, SAO JOSE DAS VERDADES, SAO PAULO APOSTOLO, SINCORAL, VILA NOVA, FAZENDA SAO JOAO, JATOBA e LUDOVICO (22)
149) Áreas Locais: BACABEIRA, ITAPECURU MIRIM, SANTA RITA
Localidades com Tratamento Local: GAMELEIRA, SAO PEDRO, RANCHO PAPOCO, AREIAS, PEDREIRAS, RECURSO e SANTA RITA (7)
150) Áreas Locais: BACABEIRA, SAO LUIS
Localidades com Tratamento Local: VIDEL, ITAIPU, ITAMIRIM DE BAIXO, MIRANDA, NAMBUASSU DE BAIXO, PROVIDENCIA, ROSÁRIO, SAO JOAO DO ROSARIO, SAO MIGUEL e SAO SIMAO (10)
151) Áreas Locais: BACURITUBA, CAJAPIO, SAO BENTO, SAO JOAO BATISTA
Localidades com Tratamento Local: TUCUM, SAO LOURENCO, ALEGRE, BELAS AGUAS, ESTRADA REAL, OLHO DAGUA DOS GOMES, SÃO BENTO e OLINDA DOS ARANHAS (8)
152) Áreas Locais: BARRA DO CORDA, ITAIPAVA DO GRAJAU, JENIPAPO DOS VIEIRAS, TUNTUM
Localidades com Tratamento Local: ALDEIA NOVA, ANAPURUS, BARRA DO CORDA, BARRO BRANCO, BOA SORTE, CACAU, CAJAZEIRAS, CAJAZEIRAS II, CENTRO DO JOSE ANTONIO, CENTRO DO MARCOLINO, CENTRO DO ROQUE, CENTRO DOS RAMOS, CLEMENTE, COPAIBA, ESCONDIDO, IPIRANGA, LAGOA DO CAPIM, MONTE VIDEO, NARU, SANTA MARIA, SANTA VITORIA, SAO JOSE DO MEARIM, SUMAUMA, TRES LAGOAS DO MANDUCA, CALUMBI, GALILEIA, VEADO, ALDEIA CANABRAVA, ALDEIA SAO PEDRO, MARAJA I, SABONETE, VALERIO, PA CHAPADINHA e SAO LOURENCO (34)
153) Áreas Locais: BELA VISTA DO MARANHAO, IGARAPE DO MEIO
Localidades com Tratamento Local: ESTACA ZERO, IGARAPÉ DO MEIO, LAGEM COMPRIDA, SAO BENEDITO e VILA DIAMANTE (5)
154) Áreas Locais: BELAGUA, HUMBERTO DE CAMPOS
Localidades com Tratamento Local: BELÁGUA, COCAL e SAO MIGUEL (3)
155) Áreas Locais: BELAGUA, URBANO SANTOS
Localidades com Tratamento Local: PEQUIZEIRO, CAJAZEIRAS, CAJUEIRO, MANGABEIRA e URBANO SANTOS (5)
156) Áreas Locais: BEQUIMAO, ICATU, SAO LUIS
Localidades com Tratamento Local: JENIPARANA, MAMUNA, RETIRO, SANTA IZABEL, JAPEU, PAÇO DO LUMIAR, RAPOSA, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR e SÃO LUÍS (9)
157) Áreas Locais: BEQUIMAO, PERI MIRIM
Localidades com Tratamento Local: PONTAL, CENTRO DOS CAMARAS, JUCARAL, PERI MIRIM, SANTANA DOS NUNES e TRES MARIAS (6)
158) Áreas Locais: BOM JARDIM, MONCAO, PINDARE-MIRIM, SANTA INES
Localidades com Tratamento Local: ALDEIA JANUARIA, PIQUIZEIRO, TRISIDELA DE PINDARE MIRIM, AREIAS, BAMBU, CALANGO, COLONIA PIMENTEL, LAGES, MORADA NOVA, OLHO DAGUA DOS CARNEIROS, PINDARÉ-MIRIM, SANTA HELENA, BARRO VERMELHO, BELA VISTA, BOM FUTURO, BOM JESUS, JUÇARAL DO CAPISTRANO, SANTA INÊS, SAO JOAO DOS CRENTES, SAO JOSE DOS ATERRADOS e TRES SATUBAS (21)
159) Áreas Locais: BOM JESUS DAS SELVAS, BURITICUPU, SANTA LUZIA
Localidades com Tratamento Local: VILA SAO JOSE, BREJINHO, BURITICUPU, BURITIZINHO, ONZE DE JUNHO, P1 V2, P1 V3, P1 V4, P2V3, PRESA DE PORCO, QUINTO VICINAL, SEGUNDO NUCLEO, TERRA BELA, TRILHA 410, VILA 21 DE MAIO, VILA UNIAO e VILA DO INCRA (17)
160) Áreas Locais: BOM LUGAR, LAGO DO JUNCO
Localidades com Tratamento Local: OLHO DAGUA DOS MIRANDAS, LAGO DO JUNCO, PAU SANTO, RIACHAO e SAO MANUEL (5)
161) Áreas Locais: BOM LUGAR, LAGO VERDE
Localidades com Tratamento Local: ALTO BONITO, ALTO DA FUMACA, ANDIROBAL, CENTRO DOS CONSTANCIOS, FAZENDA NOVA, LAGO LIMPO, LAGO VERDE, MAMORANA e SANTA LUZIA (9)
162) Áreas Locais: BOM LUGAR, OLHO D'AGUA DAS CUNHAS
Localidades com Tratamento Local: SANTA INES DO JOAO RITA, BACURI DA LINHA, BARRAQUINHA DA LINHA, CANELA, CENTRO DO JOSE RODRIGUES, CENTRO DOS TELEMACOS, FORTALEZA DO QUINTAVO, FRANCELINA, OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS, SETUBAL DOS BARREIROS e VELOZIANA (11)
163) Áreas Locais: BOM LUGAR, PAULO RAMOS
Localidades com Tratamento Local: SANTA LUZIA, VERTENTE, BOA VISTA, CASSIANO DE FREITAS, CENTRO DOS CARDOSOS, CENTRO DOS LEITES, CHUPE, JEJUI e PAULO RAMOS (9)
164) Áreas Locais: BOM LUGAR, VITORINO FREIRE
Localidades com Tratamento Local: SALGADINHO, ARIRENAL, CARAMBOLA, CENTRO DO ANTONIO BRANCO, CENTRO DO JOSE RODRIGUES, CENTRO DOS CURICAS, DEUS QUER, JEJU, JUCARAL DO SARAIVA, LAGOINHA, MARAMBAIA, MURURU, OLHO DAGUA DO MANOEL LUIS, PAU VERMELHO, PEDRA DO SALGADO, SAO JOAO DO ARAPAPA, SAO JOAO DO GRAJAU, SERRA BONITA e VITORINO FREIRE (19)
165) Áreas Locais: BREJO DE AREIA, SANTA LUZIA
Localidades com Tratamento Local: BREJO DE AREIA, BREJO NOVO, SAO DOMINGOS e CAMPO GRANDE (4)

166) Áreas Locais: BURITI BRAVO, FORTUNA, LAGOA DO MATO
Localidades com Tratamento Local: BURITI BRAVO, CONCEICAO, PAU FERRADO e ALTO ALEGRE (4)
167) Áreas Locais: BURITI BRAVO, SAO JOAO DOS PATOS
Localidades com Tratamento Local: ALEGRE, JUCARA, JATOBA DOS NOLETOS, JILO e SÃO JOÃO DOS PATOS (5)
168) Áreas Locais: CACHOEIRA GRANDE, MORROS, PALMEIRANDIA, PINHEIRO, PRESIDENTE JUSCELINO, SAO BENTO
Localidades com Tratamento Local: CACHOEIRA GRANDE, SAO JOSE DOS LOPES, FATIMA, SANTA EULALIA, BOM VIVER, CUTINDIBA, FORTALEZA, JUCARAL, MARANHAO NOVO, PARAISO, PINHEIRO, PONTA BRANCA, PONTA DE SANTANA, RIBEIRAO, SANTA SOFIA, SANTANA DOS PRETOS, TIQUIREIRO, PRESIDENTE JUSCELINO, TAQUARIS, CAMPINHO e SORÓROCA (21)
169) Áreas Locais: CAJARI, PENALVA, VIANA
Localidades com Tratamento Local: ENSEADA GRANDE, GOIABAL, JACARE, LIMEIRA I, MARACASSUME, PENALVA, SAO JOAQUIM I, TRISIDELA e CARU (9)
170) Áreas Locais: CAPINZAL DO NORTE, SANTO ANTONIO DOS LOPES
Localidades com Tratamento Local: CAPINZAL DO NORTE, PATROCINIO, SANTA CRUZ, SANTA ROSA, TERREIRAO e OLHO DAGUA DO TOLENTINO (6)
171) Áreas Locais: CAXIAS, CODO
Localidades com Tratamento Local: BARRO VERMELHO, BAU, BREJINHO, BUENOS AIRES, CAXIAS, DESCANSO, ENGENHO D'AGUA, NAZARE DO BRUNO, RODAGEM, SANTO ANTONIO, SAO PEDRO IV e BURITI CORRENTE (12)
172) Áreas Locais: CEDRAL, PORTO RICO DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: CEDRAL, JACAREQUARA, OUTEIRO, PARATI, PERICAUA, SAO BENTO, CATEAUA, RIO GRANDE e SUMAUMA (9)
173) Áreas Locais: CENTRO DO GUILHERME, MARANHAOZINHO, SANTA LUZIA DO PARUA
Localidades com Tratamento Local: CENTRO DO GUILHERME, CENTRO DA MACACA e CENTRO DO PEDRO (3)
174) Áreas Locais: COLINAS, JATOBA, MIRADOR
Localidades com Tratamento Local: COLINAS, SÃO FELIX, CACHIMBO e COCOS (4)
175) Áreas Locais: COLINAS, PARAIBANO, PASTOS BONS
Localidades com Tratamento Local: JAGUARANA, PARAIBANO, POCO VERDE, VARZINHA DOS BARREIROS, ANGICAL e OROZIMBO (6)
176) Áreas Locais: CONCEICAO DO LAGO-ACU, VITORIA DO MEARIM
Localidades com Tratamento Local: CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU, ITANS, OLHO DAGUA DO LAPELA, RÉGO, TERRA DE AREIA e LAPELA (6)
177) Áreas Locais: COROATA, PIRAPEMAS
Localidades com Tratamento Local: MACAUBA e PIRAPEMAS (2)
178) Áreas Locais: CURURUPU, MIRINZAL, PORTO RICO DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: ALIANCA, DESERTO, GRAÇA DE DEUS, GURUTIL, MIRINZAL, PORTO, SANTIAGO e SANTA MARIA (8)
179) Áreas Locais: CURURUPU, SERRANO DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: AQUILES LISBOA, BATE VENTO, CACACOEIRA, COCAL, CURURUPU, GUAJERUTIUA, LENCOIS, MARACUJATIUA, PERU, PRAINHA, QUATIS, RETIRO, RUMO, SANTA FILOMENA, SAO LUCAS, TAPERA DE BAIXO, VALHA-ME DEUS e ARAPIRANGA (18)
180) Áreas Locais: DOM PEDRO, PRESIDENTE DUTRA, SANTO ANTONIO DOS LOPES
Localidades com Tratamento Local: CENTRO DO PRIMO, DOM PEDRO, PACAS, SANTA VITORIA, TABOCA, TRIANGULO, VILA SAO PEDRO, SAO JOAO e MURICOCA (9)
181) Áreas Locais: ESPERANTINOPOLIS, JOSELANDIA, LAGO DA PEDRA
Localidades com Tratamento Local: BOM PRINCIPIO, CENTRO DO PEDRAO, ESPERANTINÓPOLIS, GIQUIRI, PALMEIRAL, PE DA SERRA, VERDUM, SAO JOAQUIM e LAGOA SECA (9)
182) Áreas Locais: FORMOSA DA SERRA NEGRA, FORTALEZA DOS NOGUEIRAS, NOVA COLINAS, SITIO NOVO
Localidades com Tratamento Local: BREJAO DOS ARRUDAS, FORTALEZA DOS NOGUEIRAS, SAO BENTO e BOA LEMBRANCA (4)
183) Áreas Locais: FORTUNA, GOVERNADOR EUGENIO BARROS, GOVERNADOR LUIZ ROCHA
Localidades com Tratamento Local: BOM SOSSEGO, DESCONSOLO, LAGOA DO OURO, CENTRO DO COCO, GOVERNADOR LUIZ ROCHA, PORTO ALEGRE, SANTA MARIA, SAO BENTO e SAO JOAO DA MATA (9)
184) Áreas Locais: GODOFREDO VIANA, LUIS DOMINGUES
Localidades com Tratamento Local: JAPO, BOA VISTA, LUÍS DOMINGUES e MANAUS (4)
185) Áreas Locais: GOVERNADOR EUGENIO BARROS, SENADOR ALEXANDRE COSTA
Localidades com Tratamento Local: MONTEVIDEO, BAIXAO DO COCO, CENTRO DO MEARIM, MORROS, SAO PAULO, SAO RAIMUNDO e SENADOR ALEXANDRE COSTA (8)
186) Áreas Locais: GOVERNADOR NUNES FREIRE, MARACACUME
Localidades com Tratamento Local: CR ALMEIDA, VILA UNIAO, CAJUEIRO e MARACAÇUMÉ (4)
187) Áreas Locais: GUIMARAES, SAO LUIS
Localidades com Tratamento Local: ARUOCA, CARAPIRA, DAMASIO, GUIMARÃES, JENIPAUBA, MACARICO, PRAIA, PUCA, VILA NOVA, ITAUAU, NOVO MARRUDA, PEROBA, PONTA DAREIA e SANTA MARIA (14)
188) Áreas Locais: HUMBERTO DE CAMPOS, PRIMEIRA CRUZ
Localidades com Tratamento Local: AXUI, BOM JESUS DE BAIXO, CARRAPATAL, CEDRO, CURRALINHO, FLEXEIRAS, HUMBERTO DE CAMPOS, PERIA, PORTO DA ROCA, RAMPA, SANTA CLARA, APARECIDA e CAMPO NOVO (13)
189) Áreas Locais: IMPERATRIZ, SITIO NOVO
Localidades com Tratamento Local: CACAUZINHO, CAMACARI, COQUELANDIA, JOÃO LISBOA, IMPERATRIZ, KM 1700, OLHO D'AGUA DOS MARTINS, PETROLINA, SAO FELIX, VILA CONCEICAO I, VILA CONCEICAO II e PACIENCIA (12)
190) Áreas Locais: JATOBA, SANTA FILOMENA DO MARANHAO, TUNTUM
Localidades com Tratamento Local: LAGOA DA SERRA, MARIMBONDO II, ARARAS, ARROZ, BELEM, CIGANA, CRIOLI DO BINA, IPUIRU, SAO BENTO e TUNTUM (10)
191) Áreas Locais: JATOBA, SAO DOMINGOS DO MARANHAO, TUNTUM
Localidades com Tratamento Local: AXIXA, BAIXAO DA LAGOA, BAIXAO GRANDE, BANCOS, CAJUEIRO, CENTRAO, COCAL, COMPRIDA, CONDURU, CONSOLACAO, CRUZ, LAGOA NOVA, LAGOINHA, MARIA DA EVA, PENTEADOS, SABONETE, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, SOMBRA, TRAQUEIRA, VARANDADO, VIOLA e MATO VERDE (22)
192) Áreas Locais: LAGO DA PEDRA, LAGO DO JUNCO, LAGOA GRANDE DO MARANHAO, MARAJA DO SENA, PAULO RAMOS
Localidades com Tratamento Local: ALTO ALEGRE, CENTRO NOVO, COCALINHO, LAGO DA CUTIA, LAGO DA PEDRA, LAGOA DO SINDOR, PIAUS, SANTA TEREZA, SANTO ANTONIO, TRES LAGOS, UNHA DE GATO, OLHO DAGUA DA MARIA CIGANA, VILA JOSELANDIA, AGUA BRANCA e BREJO GRANDE (15)
193) Áreas Locais: LAGOA DO MATO, PASSAGEM FRANCA
Localidades com Tratamento Local: VAO GRANDE e PASSAGEM FRANCA (2)
194) Áreas Locais: MAGALHAES DE ALMEIDA, SANTANA DO MARANHAO, SAO BERNARDO
Localidades com Tratamento Local: VAZANTINHA, SAO JOAO DOS TEIXEIRAS, ABREU, BAIXA GRANDE, COQUEIRO, NOVA ESPERANCA, SÃO BERNARDO e SAO RAIMUNDO (8)
195) Áreas Locais: NOVA OLINDA DO MARANHAO, PRESIDENTE MEDICI, SANTA LUZIA DO PARUA
Localidades com Tratamento Local: SANTA CRUZ, ABAIXADINHO, ALTO DO ABEL, BENEDITO MENDES, PARUA, SANTA LUZIA DO PARUÁ e TRES IRMAOS (7)
196) Áreas Locais: OLINDA NOVA DO MARANHAO, SAO BENTO
Localidades com Tratamento Local: CONCEICAO, GAMELEIRA, OLINDA NOVA DO MARANHÃO, QUELUZ, SANTA RITA, SAO FRANCISCO, TINGAS e SAO JERONIMO (8)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

197) Áreas Locais: PALMEIRANDIA, SAO BENTO
Localidades com Tratamento Local: AGROVILA SAO SEBASTIAO, CRUZEIRO, CURITIBA, PALMEIRÂNDIA e SAO ROQUE (5)
198) Áreas Locais: PASTOS BONS, SUCUPIRA DO NORTE
Localidades com Tratamento Local: ROCADO, LARANJEIRA, SUCUPIRA DO NORTE e VARZEA (4)
199) Áreas Locais: PEDREIRAS, TRIZIDELA DO VALE
Localidades com Tratamento Local: ALTO DE AREIA I, ANGICAL I, BARRIGUDA DO INSONO, CAICARA, MARIANOPOLIS, MARIMBONDO, PACAS, PAU DARCO, PEDREIRAS, SAO RAIMUNDO, SITIO NOVO, TRINDADE, MORRO DOS CABOCLOS e TRIZIDELA DO VALE (14)
200) Áreas Locais: PINDARE-MIRIM, SANTA INES, SANTA LUZIA
Localidades com Tratamento Local: PORCAO DA JUCARA, BOA VISTA, BREJO DOS CABOCLOS, CENTRO DO ANSELMO, CENTRO DO CELESTINO I, CENTRO DO DIOCLESIO, DUAS BARRACAS, ESPERANTINA, FERRO VELHO, FLORESTA, MAGUARI, MARIA FERREIRA, SANTA LUZIA, SANTO ONOFRE, SAO RAIMUNDO DA PIABA e TAMBURIL (16)
201) Áreas Locais: PINHEIRO, PRESIDENTE SARNEY, SANTA HELENA
Localidades com Tratamento Local: PURAO DOS PIORRES, GALIZES, PRESIDENTE SARNEY, TRES FUROS, CURVA GRANDE e SAO PEDRO (6)
202) Áreas Locais: PIO XII, SANTA INES, VITORINO FREIRE
Localidades com Tratamento Local: BACURI DO QUARESMA, BREJINHO, CENTRO DO MEIO II, CIGANA, CORDEIRO, FAZENDA NOVA, JUCARAL DO VITAL, LAGOA DOS CRENTES, PIO XII, SAO JOSE DA MATA, CAMPO NOVO e BREJO DAS FLORES (12)
203) Áreas Locais: PIRAPEMAS, SAO MATEUS DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: NOVA VIDA, BARRO PRETO, JUCAREIRA, SÃO MATEUS DO MARANHÃO e TIMBAUBA (5)
204) Áreas Locais: PRESIDENTE DUTRA, SAO JOSE DOS BASILIOS
Localidades com Tratamento Local: ANGICAL, BOA VISTA, CALUMBI, CANAFISTULA DOS MORAIS, CRIOLI DO JOVIANO, FIRMINO, PALMAS, PRESIDENTE DUTRA, SANTA RITA DO SUL, SAO MIGUEL e DIQUE QUATRO (11)
205) Áreas Locais: PRIMEIRA CRUZ, SANTO AMARO DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: AREINHA, CAETES, MARIZINHO, PRIMEIRA CRUZ e TRAVOSA (5)
206) Áreas Locais: SANTA HELENA, TURILANDIA
Localidades com Tratamento Local: CHAPADINHA, JUNCAL, MANGABEIRA, OLHO DAGUA, QUEIMADAS, ROSARIO, SANTA HELENA, SAO FRANCISCO, SAO ROQUE, BACABEIRA, LAGO BONITO, OLHO DAGUA, OUTEIRO e TURILÂNDIA (14)
207) Áreas Locais: SANTANA DO MARANHAO, TUTOIA
Localidades com Tratamento Local: SANTANA DO MARANHÃO, COCAL DOS ROCHAS e SANTANA DOS CARVALHOS (3)
208) Áreas Locais: SAO JOAO DO PARAISO, SITIO NOVO
Localidades com Tratamento Local: VAO DO MARCO, SANTA MARIA e SÍTIO NOVO (3)
209) Áreas Locais: SAO JOAO DOS PATOS, SUCUPIRA DO RIACHAO
Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS e SUCUPIRA DO RIACHÃO (2)
210) Áreas Locais: SERRANO DO MARANHAO, TURIACU
Localidades com Tratamento Local: PORTINHO, SERRANO DO MARANHÃO e SAO JOSE I (3)
211) Áreas Locais: TURIACU, TURILANDIA
Localidades com Tratamento Local: ALTO DA ALEGRIA, ANTONIO DINO, BANTA, CANARINHO, CAPOEIRA GRANDE, COLONIA SANTA AMELIA, CRISTOVAO, CRUZEIRO, CUNHACUEMA, FORTALEZA, IGARAPE GRANDE I, MUTUOCA, NOVA CAXIAS, NOVA CORREIA, PORTO SANTO, SABABA, SANTA BARBARA, SANTA FE, SAO FRANCISCO, TURIAÇU e VILA DA PAZ (21)
UF: MA e PA
212) Áreas Locais: DOM ELISEU, ITINGA DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: ITINGA DO PARA (PA) e ITINGA DO MARANHÃO (MA) (2)
UF: MA e PI
213) Áreas Locais: ALTO PARNAIBA, SANTA FILOMENA
Localidades com Tratamento Local: ALTO PARNAÍBA(MA) e SANTA FILOMENA(PI) (2)
214) Áreas Locais: AMARANTE, SAO FRANCISCO DO MARANHAO
Localidades com Tratamento Local: AMARANTE(PI) e SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO(MA) (2)
215) Áreas Locais: BARAO DE GRAJAU, FLORIANO
Localidades com Tratamento Local: BARÃO DE GRAJAÚ(MA) e FLORIANO(PI) (2)
216) Áreas Locais: BENEDITO LEITE, URUCUI
Localidades com Tratamento Local: BENEDITO LEITE(MA) e URUÇUÍ(PI) (2)
217) Áreas Locais: TERESINA, TIMON, UNIAO
Localidades com Tratamento Local: ALTAMIRA (PI), ANGOLÁ (PI), ATALAIA (PI), BANANEIRA (PI), BEBEDOURO (PI), BOA HORA (PI), BOM FUTURO (PI), BOM JARDIM (PI), BOQUINHA (PI), CACIMBA VELHA (PI), CAEIRAS (PI), CAITETUS (PI), CAJAÍBAS (PI), CAMPESTRE (PI), CENTRO DOS AFONSINHOS (PI), CERAMICA CIL (PI), COROATA (PI), CRUZES (PI), FAZENDA NOVA (PI), FORMOSA (PI), LAGOA DA CRUZ (PI), LAGOA NOVA (PI), MORRO DOS CALLAND (PI), NAZARIA (PI), NOVA OLINDA (PI), SALOBRO (PI), SANTA LUZ (PI), SANTA TERESA (PI), SÃO FÉLIX (PI), SAO VICENTE (PI), TABOCA DO PAU FERRADO (PI), TERESINA(PI), TIMON(MA) e COMVAP (PI) (34)
UF: MG
218) Áreas Locais: AGUA BOA, CAPELINHA
Localidades com Tratamento Local: RESPLENDOR e VILA NOVA DE RESPLENDOR (2)
219) Áreas Locais: BICAS, GUARARA
Localidades com Tratamento Local: BICAS e GUARARA (2)
220) Áreas Locais: BELA VISTA DE MINAS, JOÃO MONLEVADE
Localidades com Tratamento Local: BELA VISTA DE MINAS e JOÃO MONLEVADE (2)
221) Áreas Locais: CAETANOPOLIS, PARAOPEBA
Localidades com Tratamento Local: CAETANOPOLIS e PARAOPEBA (2)
222) Áreas Locais: CANAPOLIS, CENTRALINA
Localidades com Tratamento Local: CANÁPOLIS e CENTRALINÓPOLIS (2)
223) Áreas Locais: CARAI, CATUJI
Localidades com Tratamento Local: QUEBRA VIOLA e CATUJI (2)
224) Áreas Locais: IPATINGA e SANTANA DO PARAÍSO
Localidades com Tratamento Local: CACHOEIRA DO VALE, CORONEL FABRICIANO, IPATINGA, SENADOR MELO VIANA, TIMÓTEO e SANTANA DO PARAÍSO (6)
225) Áreas Locais: CRUZEIRO DA FORTALEZA, PATOS DE MINAS
Localidades com Tratamento Local: BARREIRA e PATOS DE MINAS (2)
226) Áreas Locais: FREI INOCENCIO, MATHIAS LOBATO
Localidades com Tratamento Local: FREI INOCÊNCIO e MATHIAS LOBATO (2)
227) Áreas Locais: JANAUBA, NOVA PORTEIRINHA
Localidades com Tratamento Local: JANAÚBA e NOVA PORTEIRINHA (2)
228) Áreas Locais: PATOS DE MINAS, PRESIDENTE OLEGARIO
Localidades com Tratamento Local: PATOS DE MINAS e SANTIAGO DE MINAS (2)
229) Áreas Locais: PIRAPORA, BURITIZEIRO
Localidades com Tratamento Local: PIRAPORA e BURITIZEIRO (2)
230) Áreas Locais: POUSO ALTO, SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE
Localidades com Tratamento Local: POUSO ALTO e SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE (2)
231) Áreas Locais: PRESIDENTE OLEGARIO, VAZANTE
Localidades com Tratamento Local: TABOCAS e VAZANTE (2)
232) Áreas Locais: RODEIRO, UBA
Localidades com Tratamento Local: RODEIRO e DIAMANTE DE UBA (2)
233) Áreas Locais: SANTA CRUZ DE MINAS, SAO JOAO DEL REI
Localidades com Tratamento Local: SANTA CRUZ DE MINAS e SÃO JOÃO DEL REI (2)
234) Áreas Locais: SERITINGA, SERRANOS
Localidades com Tratamento Local: SERITINGA e SERRANOS (2)
UF: MG e RJ
235) Áreas Locais: ALÉM PARAÍBA, CARMO, SAPUCAIA
Localidades com Tratamento Local: ALEM PARAIBA(MG), INFLUENCIA (RJ) e JAMAPARA (RJ) (3)
236) Áreas Locais: BELMIRO BRAGA, RIO DAS FLORES
Localidades com Tratamento Local: PORTO DAS FLORES (MG) e MANUEL DUARTE (RJ) (2)
237) Áreas Locais: BOCAINA DE MINAS, ITATIAIA, RESENDE
Localidades com Tratamento Local: MARINGA (MG),MARINGA (RJ), BULHÕES (RJ), CAPELINHA (RJ), ENGENHEIRO PASSOS (RJ), ESTALO (RJ), FAZENDA BABILÔNIA (RJ), FUMAÇA(RJ), NHANGAPI (RJ), PEDRA SELADA (RJ), PONTE DO SOUZA-BAGAGE (RJ), RESENDE (RJ), SERRINHA (RJ) e VISCONDE DE MAUÁ (RJ) (14)
238) Áreas Locais: CHIADOR, SAPUCAIA
Localidades com Tratamento Local: SAPUCAIA DE MINAS (MG) e SAPUCAIA(RJ) (2)
239) Áreas Locais: PIRAPETINGA, SANTO ANTONIO DE PADUA
Localidades com Tratamento Local: PIRAPETINGA(MG) e BAIRRO CHALE (RJ) (2)
240) Áreas Locais: RIO PRETO, VALENCA
Localidades com Tratamento Local: RIO PRETO (MG) e PARAPEUNA (RJ) (2)
UF: MS
241) Áreas Locais: DOURADINA, DOURADOS
Localidades com Tratamento Local: CASA DO SUCO, ALDEIA BORORÓ, COLÔNIA SANTA TEREZINHA, COLÔNIA ZANATA, DOURADOS, ESCOLA AGROTÉCNICA PADRE ANDRE CAPELI, GUANANDY, GUASSUZINHO, PICADINHA, POSTO DA CAPELA E SÃO PEDRO (11)
UF: MT
242) Áreas Locais: AGUA BOA, NOVA NAZARE
Localidades com Tratamento Local: ÁGUA BOA, JARAGUA, SERRINHA e NOVA NAZARÉ (4)
243) Áreas Locais: ALTA FLORESTA, CARLINDA
Localidades com Tratamento Local: ALTA FLORESTA, COMUNIDADE AGUA LIMPA, COMUNIDADE CENTRAL, COMUNIDADE CRISTO REI, COMUNIDADE ESTRELA DO SUL, COMUNIDADE MIRASSOL, COMUNIDADE MUNDO NOVO, COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO, COMUNIDADE NOVA ALIANÇA, COMUNIDADE NOVA ALVORADA, COMUNIDADE OURO VERDE, COMUNIDADE QUINTA D´OESTE, COMUNIDADE RAMAL DOS MOGNOS, COMUNIDADE RIO VERDE, COMUNIDADE SANTA RITA, COMUNIDADE SOL NASCENTE, NOVO CRUZEIRO - (ANTIGA PISTA DO CABEÇA), OUROLÂNDIA, SANTA LUCIA e DEL REY (20)
244) Áreas Locais: ALTO ARAGUAIA, ALTO TAQUARI
Localidades com Tratamento Local: BURITI, ALTO TAQUARI e FERRONORTE-TERMINAL OLACIR DE MORAIS (3)
245) Áreas Locais: ALTO BOA VISTA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, RIBEIRAO CASCALHEIRA, SAO FELIX DO ARAGUAIA, SERRA NOVA DOURADA
Localidades com Tratamento Local: ALTO BOA VISTA, ALO BRASIL, BOM JESUS DO ARAGUAIA, NOVO PARAÍSO, PONTINAPOLIS e SERRA NOVA DOURADA (6)
246) Áreas Locais: ALTO PARAGUAI, BARRA DO BUGRES
Localidades com Tratamento Local: CAPAO VERDE, CURRUPIRA, ALDEIA INDÍGENA UMUTINAS, ASSARI, BARRA DO BUGRES e NOVA FERNANDOPOLIS (6)
247) Áreas Locais: ALTO PARAGUAI, NORTELÂNDIA
Localidades com Tratamento Local: TIRA SENTIDO, ARENÁPOLIS e ZIG ZAG (3)
248) Áreas Locais: APIACAS, NOVA MONTE VERDE
Localidades com Tratamento Local: APIACÁS, ALTO PARAISO e SAO JOSE DO APUI (3)
249) Áreas Locais: ARAPUTANGA, JAURU
Localidades com Tratamento Local: BOTAS, ALTELANDIA, CORREGO DO OURO, JAURU, LUCIALVA e TAQUARUSSU (6)
250) Áreas Locais: ARIPUANA, COLNIZA, RONDOLÂNDIA
Localidades com Tratamento Local: ARIPUANÃ, CONSELVAN, LINHA AR-2, MORENA, PROJETO LONTRA, VALE DO SONHO, COLNIZA, GUARIBA e RONDOLÂNDIA (9)
251) Áreas Locais: ARIPUANA, JURUENA
Localidades com Tratamento Local: LINHA AR-2, VALE DO SONHO, JURUENA e LINHA SÃO ROQUE (4)
252) Áreas Locais: BARAO DE MELGACO, CUIABÁ, POCONE
Localidades com Tratamento Local: ALDEIA INDIGENA PERIGARA, JOSELANDIA, MANDOVI, PIRIZAL, AGUA VERMELHA, CAMPINA DE PEDRA, CANGAS, ESPINHAL, IBAMA - TRANSPANTANEIRA, NOSSA SENHORA APARECIDA DO CHUMBO, PIXAIM, POCONÉ, PORTO CERCADO, PORTO JOFRE , POSTO 120 - (POSTO E RESTAURANTE), PRF- POCONÉ e VILA SAO BENEDITO (17)
253) Áreas Locais: BARAO DE MELGACO, CUIABÁ
Localidades com Tratamento Local: ALDEIA INDÍGENA PERIGARA, BARÃO DE MELGAÇO, CAPOEIRINHA, CONCHAS, CUIABA MIRIM, JOSELANDIA, MOCAMBO, PIMENTEIRA, PIRAIN, PORTO BRANDAO, RIO MUTUM, BAIA DE SAO JOAO, BOCAIUVAL, FAZENDA MIMOSO, GLEBA RESISTENCIA, LAMBARI, MIMOSO, MIMOSO DE CIMA e RIBEIRAO DA ESTIVA (19)
254) Áreas Locais: BARRA DO BUGRES, NOVA OLIMPIA
Localidades com Tratamento Local: ASSARI e DESTILARIA ITAMARATI (2)
255) Áreas Locais: BARRA DO GARCAS, GENERAL CARNEIRO, NOVO SAO JOAQUIM, SANTO ANTONIO DO LESTE
Localidades com Tratamento Local: ALDEIA INDÍGENA SÃO MARCOS, TORICOEJE, VILA PAREDAO, CACHOEIRA DA FUMACA, FAZENDA ITAQUERE, NOVO SÃO JOAQUIM, PROJETO ITAQUERE e FAZENDA INDEPENDENCIA (8)
256) Áreas Locais: BARRA DO GARCAS, NOVA XAVANTINA
Localidades com Tratamento Local: INDIANAPOLIS e NOVA XAVANTINA (2)
257) Áreas Locais: BRASNORTE, NOVA MARINGA
Localidades com Tratamento Local: AGUAS DA PRATA, BOM FUTURO, BRASNORTE, POSTO MUNDO NOVO, POSTO PAINEIRAS, VILA NOVA e BRIANORTE (7)
258) Áreas Locais: CURVELÂNDIA, LAMBARI D'OESTE, SALTO DO CEU
Localidades com Tratamento Local: PONTE DO CABACAL, BOA UNIAO, COOPERB, LAMBARI D'OESTE, OLARIAS, SÃO JOSE DO PINGADOURO e SÃO JORGE (7)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

259) Áreas Locais: CAMPO NOVO DO PARECIS, DIAMANTINO

Localidades com Tratamento Local: CAMPO NOVO DO PARECIS, COPRODIA, FAZENDA ITAMARATI NORTE, MARECHAL RONDON, POSTO MINUANO e MAEDA-AGROINDUSTRIAL SA (6)

260) Áreas Locais: CAMPO VERDE, CUIABÁ, JACIARA

Localidades com Tratamento Local: AGROVILA JOAO PONCE DE ARRUDA, CAMPO VERDE, FAZENDA MARABÁ, POSTO LIMEIRA, PRF - CAMPO VERDE, TREVO DO GARDEZ, MATA-MATA, CELMA e PENSAO SECA -(POSTO E RESTAURANTE) (9)

261) Áreas Locais: CHAPADA DOS GUIMARAES, CUIABA

Localidades com Tratamento Local: USINA HIDRELETRICA DE MANSO, AGUACU, ARRAIAL DOS FREITAS, COMUNIDADE FAZENDINHA, COMUNIDADE PONTE DE FERRO, COXIPO DO OURO, CUIABÁ, DÉCIMA TERCEIRA BRIGADA DO EXÉRCITO, ESCOLA AGRÍCOLA HÉLIO PALMA ARRUDA, ESCOLA DO BETINHO-(CINTURÃO VERDE), JATOBA-POSTO FISC-PRF, LIMPO GRANDE, NOSSA SENHORA DA GUIA, OLHO D´ÁGUA, POSTO CHAPADAO, POSTO DA SERRA, PRAIA GRANDE, RAYZAMA, RIO DOS COUROS, RIO DOS PEIXES-PONTO TURISTICO, RIO MUTUCA-PONTO TURISTICO, SALGADEIRA-PONTO TURISTICO, SAO JERONIMO, SUCURI, TARUMÃ e VARZEA GRANDE (26)

262) Áreas Locais: CLAUDIA, UNIAO DO SUL

Localidades com Tratamento Local: CLÁUDIA, FAZENDA SANTANA e MADEIREIRA MATÃO (3)

263) Áreas Locais: COLIDER, SINOP, TERRA NOVA DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: CAFE NORTE, COLÍDER, MARCO DE CIMENTO, NOVA GALILEIA, SOL NASCENTE, TREVO OURO VERDE, COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES, NONOAI DO NORTE e SETIMA AGROVILA - CHARRUA (9)

264) Áreas Locais: CONFRESA, PORTO ALEGRE DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: NOVO PLANALTO, NOVA FLORESTA e PORTO ALEGRE DO NORTE (3)

265) Áreas Locais: CONQUISTA D'OESTE, JAURU, PONTES E LACERDA, VALE DE SAO DOMINGOS

Localidades com Tratamento Local: CONQUISTA D'OESTE, TAQUARUSSU, AUTO POSTO SAPE, BURITAMA D'OESTE, FAZENDA TRIANGULO, PONTES E LACERDA, ADRIANOPOLIS, MÁQUINA QUEIMADA e VALE DE SÃO DOMINGOS (9)

266) Áreas Locais: DIAMANTINO, NORTELANDIA, ROSARIO OESTE

Localidades com Tratamento Local: DECIOLANDIA, DIAMANTINO, GLEBA BOJUI, MAEDA AGROINDUSTRIAL SA, POSTO GIL, POSTO SAO JOAO, POSTO ZULLI, SUMIDOURO, ASSENTAMENTO SAO FRANCISCO, GLEBA FARIAS, SANTANINHA e MARZAGAO (12)

267) Áreas Locais: FIGUEIROPOLIS D'OESTE, PORTO ESPERIDIAO

Localidades com Tratamento Local: COMUNIDADE SAO JOAO, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, PALMITAL, BOCAIUVAL e VILA CARDOSO (5)

268) Áreas Locais: GUARANTA DO NORTE, NOVO MUNDO

Localidades com Tratamento Local: GUARANTÃ DO NORTE, SERRA DO CACHIMBO, USINA HIDRELETRICA - BRAÇO NORTE III e NOVO MUNDO (4)

269) Áreas Locais: GUIRATINGA, POXOREO, RONDONOPOLIS, SAO JOSE DO POVO

Localidades com Tratamento Local: VALE RICO, APARECIDA DO LESTE, NABOREIRO, AEROPORTO DE RONDONÓPOLIS, BOA VISTA, CABECEIRA DO ALMOÇO, CAMPO LIMPO, GLEBA DOM BOSCO, NOVA GALILEIA, RIO VERMELHO, RONDONÓPOLIS, TRES PONTES, VILA BUENO e NOVA CATANDUVA (14)

270) Áreas Locais: JUSCIMEIRA, RONDONOPOLIS

Localidades com Tratamento Local: AGUAS QUENTES (TREVO DE AGUAS QUENTES), ASSENTAMENTO GERALDO P ANDRADE, IRENOPOLIS, JUSCIMEIRA, PLACA DE SANTO ANTONIO, SANTA ELVIRA, SAO LOURENCO DE FATIMA e BOA VISTA (8)

271) Áreas Locais: LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS

Localidades com Tratamento Local: COOPERB, CACHO, MIRASSOL D'OESTE, SONHO AZUL, VEREDINHA e SANTA FE D'OESTE (6)

272) Áreas Locais: LUCAS DO RIO VERDE, SORRISO

Localidades com Tratamento Local: GROSLANDIA, ITAMBIQUARA, LUCAS DO RIO VERDE, SAO CRISTOVAO -(POSTO E RESTAURANTE) e SANTO ANTONIO DO MOCOCO (5)

273) Áreas Locais: MARCELANDIA, NOVA CANAA DO NORTE, NOVA SANTA HELENA

Localidades com Tratamento Local: VILA ATLANTICA, COLORADO DO NORTE, NOVA CANAÃ DO NORTE, OURO BRANCO, UNIAO FLOR DA SERRA e NOVA SANTA HELENA (6)

274) Áreas Locais: MATUPA, PEIXOTO DE AZEVEDO, TERRA NOVA DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: ALTO ALEGRE, FLOR DA SERRA, PEIXOTO DE AZEVEDO, UNIÃO DO NORTE (ANTIGA LENISLÂNDIA), AGROVILA XANXERÊ, MIRAGUAÍ DO NORTE e NONA AGROVILA - NORBERTO SCHWANTES (7)

275) Áreas Locais: NOBRES, ROSARIO OESTE

Localidades com Tratamento Local: GLEBA COQUEIRAL, BAUXI, CACHOEIRINHA, MARZAGAO, NOVO HORIZONTE, PINDURA e ROSÁRIO OESTE (7)

276) Áreas Locais: NOVA LACERDA, VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE

Localidades com Tratamento Local: NOVA LACERDA, FORTUNA - DESTACAMENTO MILITAR FRONTEIRA, GLEBA FORMOSA, LIBERDADE VILA BELA, PALMARITO - DESTACAMENTO MILITAR FRONTEIRA, PE DE GALINHA, RICARDO FRANCO, SANTA CLARA, SAO SEBASTIAO, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE e VILA SÃO JOSÉ (11)

277) Áreas Locais: NOVA MARILANDIA, SANTO AFONSO

Localidades com Tratamento Local: NOVA MARILÂNDIA e BOA ESPERANCA (2)

278) Áreas Locais: NOVO SAO JOAQUIM, POXOREO, PRIMAVERA DO LESTE, SANTO ANTONIO DO LESTE

Localidades com Tratamento Local: FAZENDA ITAQUERE, AUTO POSTO CRESPANI (MT070-KM 4), PRF PRIMAVERA DO LESTE, PRIMAVERA DO LESTE, VILA UNIAO e FAZENDA INDEPENDENCIA (6)

279) Áreas Locais: RIBEIRAOZINHO, TORIXOREU

Localidades com Tratamento Local: COLÔNIA COUTO MAGALHÃES, RIBEIRÃOZINHO, ALTO DIAMANTINO e POUSO ALTO (4)

280) Áreas Locais: SANTA CRUZ DO XINGU, SAO JOSE DO XINGU

Localidades com Tratamento Local: SANTA CRUZ DO XINGU, GLEBA SANTA CLARA, POSTO BITUCA, SANTO ANTÔNIO FONTOURA e SÃO JOSÉ DO XINGU (5)

281) Áreas Locais: SORRISO, TAPURAH

Localidades com Tratamento Local: BOA ESPERANÇA, COMUNIDADE UNIÃO, PRF-SORRISO, SANTO ANTÔNIO DO MOCOCO, SORRISO, VILA CARAVAGIO, VILA PRIMAVERA e FAZENDA VALE VERDE (8)

UF: MT e TO

282) Áreas Locais: FORMOSO DO ARAGUAIA, LAGOA DA CONFUSAO, NOVO SANTO ANTONIO, SAO FELIX DO ARAGUAIA

Localidades com Tratamento Local: ALDEIA FONTOURA (TO), SANTA IZABEL DO MORRO (TO), NOVO SANTO ANTÔNIO (MT), AGLOMERADO CHAPADINHA (MT), ESPIGAO DO LESTE (MT), NOVA SUIA (MT), PONTINAPOLIS (MT) e SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA(MT) (8)

283) Áreas Locais: LAGOA DA CONFUSAO, SANTA TEREZINHA

Localidades com Tratamento Local: ALDEIA MACAUBA (TO), ANTONIO ROSA (MT), LAGO GRANDE (MT) e SANTA TEREZINHA(MT) (4)

UF: PA

284) Áreas Locais: ACARA, BELÉM

Localidades com Tratamento Local: ILHA DO COMBU, ABACATAL, ANANINDEUA, BAIA DO SOL, BELÉM, COTIJUBA, FAMA, FIDELIS, FURO DAS MARINHAS, ICOARACI, ILHA GRANDE, MARAU, MARITUBA, OUTEIRO, PARAISO, SUCURIJUQUARA e TUCUMAEIRA (17)

285) Áreas Locais: AUGUSTO CORREA, SANTAREM NOVO

Localidades com Tratamento Local: PERI MIRIM, JUTAI, JUTAIZINHO, PEDRINHAS, PERI-MIRI, SANTARÉM NOVO e SANTO ANTONIO (7)

286) Áreas Locais: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, FLORESTA DO ARAGUAIA

Localidades com Tratamento Local: ALACILÂNDIA, CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, GEOVAMIRA, VILA LOTE OITO e BELA VISTA (5)

287) Áreas Locais: CASTANHAL, SANTO ANTONIO DO TAUA

Localidades com Tratamento Local: SANTA TEREZINHA, COCAL DO TAUA, ESPIRITO SANTO DO TAUA, PATAUATEUA, SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ, SÃO JOSÉ DO TAUÁ, SAO RAIMUNDO DE BORRALHOS, SÃO TOMÉ, TRACUATEUA DA PONTA e VILA SANTA MARIA (10)

288) Áreas Locais: ITAITUBA, TRAIRAO

Localidades com Tratamento Local: BELA VISTA DO CARACOL, PIMENTAL e TRAIRÃO (3)

289) Áreas Locais: PRIMAVERA, SAO JOAO DE PIRABAS

Localidades com Tratamento Local: JAPERICA, SANTA LUZIA, AIMORES, NAZARE, PARADA MIRITI, PATAUA e SÃO JOÃO DE PIRABAS (7)

290) Áreas Locais: SAPUCAIA, XINGUARA

Localidades com Tratamento Local: SAPUCAIA, RIO VERMELHO, VILA DE SAO FRANCISCO, VILA SÃO JOSÉ DO ARAGUAIA e XINGUARA (5)

UF: PB

291) Áreas Locais: ÁGUA BRANCA, AREIA DE BARAÚNAS, PATOS

Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS, CABACEIRAS, BANANEIRAS e PATOS (3)

292) Áreas Locais: AGUIAR, BOA VENTURA, PIANCO

Localidades com Tratamento Local: LOGRADOURO, GOMES e PIANCO (3)

293) Áreas Locais: ALAGOA NOVA, ESPERANCA, SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA

Localidades com Tratamento Local: SAO TOME, ESPERANÇA e MANGUAPE (3)

294) Áreas Locais: ALAGOA GRANDE, MASSARANDUBA

Localidades com Tratamento Local: ALAGOA GRANDE e FAZENDA CAFULA

295) Áreas Locais: ALAGOINHA, ARACAGI, CUITEGI, GUARABIRA, MARI, MULUNGU, PILOEZINHOS

Localidades com Tratamento Local: JACARE, SERRINHA, MERCADOR, BARRA, FAZENDA MALHADA, GUARABIRA, TAUMATA DE BAIXO, SITIO TOME, UTINGA e PILOEZINHOS (10)

296) Áreas Locais: ALCANTIL, BARRA DE SANTANA, BARRA DE SAO MIGUEL, BOQUEIRAO, QUEIMADAS

Localidades com Tratamento Local: GAMELEIRA, VEREDA GRANDE, CANUDOS, BOQUEIRAO e BARRACAO (5)

297) Áreas Locais: JOÃO PESSOA, PEDRAS DE FOGO

Localidades com Tratamento Local: MATA REDONDA e CABANA (2)

298) Áreas Locais: APARECIDA, CAJAZEIRAS, NAZAREZINHO, SANTA CRUZ, SANTA HELENA, SAO FRANCISCO, SAO JOAO DO RIO DO PEIXE, SOUSA, VIEIROPOLIS

Localidades com Tratamento Local: ABA DA SERRA, EXTREMAS, ALMAS, CATOLE DOS GONÇALVES, COCHO DE BAIXO, CONTAS DE BAIXO, RIACHO DO MEIO, SERRA DO ARARA, SERRAGEM, CARNAUBAS, RIACHO DO MEIO, TIGRE, RETIRO, RIACHO SECO, TIMBAUBA, UMARI, VILA DO BREJO DAS FREIRAS, CAIÇARA DOS BATISTA, GENIPAPEIRO, PEREIROS, SOUSA, PIÃO e POMPEIA (23)

299) Áreas Locais: APARECIDA, SAO DOMINGOS DE POMBAL, SAO FRANCISCO

Localidades com Tratamento Local: APARECIDA, CARNAUBA, DOIS RIACHOS e DUAS LAGOAS (4)

300) Áreas Locais: ARACAGI, GUARABIRA

Localidades com Tratamento Local: ARAÇAGI e TANANDUBA (2)

301) Áreas Locais: AREIA, CASSERENGUE, LAGOA SECA, MASSARANDUBA

Localidades com Tratamento Local: AREIA, CINCO LAGOAS, AMARAGI e GAMELEIRA (4)

302) Áreas Locais: AROEIRAS, GADO BRAVO, UMBUZEIRO

Localidades com Tratamento Local: CHA DA BARRA, BOA VISTA e UMBUZEIRO (3)

303) Áreas Locais: BAIA DA TRAICAO, MATARACA

Localidades com Tratamento Local: CUMARU e MATARACA (2)

304) Áreas Locais: BAIA DA TRAICAO, MARCACAO

Localidades com Tratamento Local: BAIA DA TRAIÇAO e GRUPIUNA (2)

305) Áreas Locais: BANANEIRAS, BELEM

Localidades com Tratamento Local: CAJAZEIRAS e BELEM (2)

306) Áreas Locais: BANANEIRAS, DONA INES e SOLANEA

Localidades com Tratamento Local: JARACATIA, UMARI, COZINHA e SOLANEA (4)

307) Áreas Locais: BARRA DE SANTA ROSA, CUITE, NOVA PALMEIRA, PEDRA LAVRADA

Localidades com Tratamento Local: IPUEIRAS, CUITE, PAPAFINA, POÇO PEDRA, CANOA DE DENTRO, CUMARU, LAGOA DE DENTRO e TANQUINHOS (8)

308) Áreas Locais: BELEM DO BREJO DO CRUZ, CATOLE DO ROCHA

Localidades com Tratamento Local: BELEM DO BREJO DO CRUZ e CONCEICAO (2)

309) Áreas Locais: BONITO DE SANTA FE, MONTE HOREBE

Localidades com Tratamento Local: BONITO DE SANTA FE e SANTA FE (2)

310) Áreas Locais: BOA VENTURA, CONCEIÇÃO, DIAMANTE, IBIARA, ITAPORANGA, PEDRA BRANCA, SANTANA DE MANGUEIRA e SANTANA DOS GARROTES

Localidades com Tratamento Local: ANGICOS, VÁRZEA DA CRUZ, MONTEVIDEO, BARRA DO OITI, VAZANTE, CACHOEIRINHA, OLHO D'ÁGUA, ITAPORANGA, CAPOEIRA, NEGROS e SERRA BRANCA (11)

311) Áreas Locais: BREJO DO CRUZ, CATOLE DO ROCHA

Localidades com Tratamento Local: BREJO DO CRUZ e SERRA NOVA (2)

312) Áreas Locais: BREJO DOS SANTOS, CATOLE DO ROCHA, JERICO, LAGOA, RIACHO DOS CAVALOS

Localidades com Tratamento Local: BREJINHO, OLHO D'AGUINHA, RAJADA, TIMBAUBINHA, CATOLE DO ROCHA, BOM CONSELHO, MALHADINHA, AÇUDINHO, JATOBA e TIMBAUBA (10)

313) Áreas Locais: CACHOEIRA DOS INDIOS, CAJAZEIRAS e SAO JOSE DE PIRANHAS

Localidades com Tratamento Local: BALANCOS, BOA FE, TAMBOR, CAJAZEIRAS e PIRANHAS VELHAS (5)

314) Áreas Locais: CAIÇARA, LOGRADOURO

Localidades com Tratamento Local: CAIÇARA e LOGRADOURO (2)

315) Áreas Locais: CAMALAU, CONGO

Localidades com Tratamento Local: ROCA VELHA e CONGO (2)

316) Áreas Locais: CAMALAU, MONTEIRO, SAO JOAO DO TIGRE, SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO

Localidades com Tratamento Local: CANGALHA, MONTEIRO, QUATI, MAO BEIJADA e SITIO SANTO ANTONIO (5)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

317) Áreas Locais: CONCEICAO, IBIARA, SANTANA DE MANGUEIRA, SANTA INES
Localidades com Tratamento Local: CONCEICAO, BOA SORTE, SERRA VERMELHA e UMBUZEIRO (4)
318) Áreas Locais: CONGO, SERRA BRANCA, SUME
Localidades com Tratamento Local: SITIO DO CARMO, TAPERA, SUCURU e SUME (4)
319) Áreas Locais: CUBATI, SERIDO
Localidades com Tratamento Local: CUBATI, AÇUDINHO, SANTA CRUZ e SITIO SANTA MARIA (4)
320) Áreas Locais: CURRAL VELHO, IBIARA
Localidades com Tratamento Local: BARREIROS e IBIARA (2)
321) Áreas Locais: CAMPINA GRANDE, LAGOA SECA, MONTADAS, PEDRA LAVRADA, PUXINANA, SALGADINHO, TAPEROA
Localidades com Tratamento Local: SALGADINHO, PAI DOMINGOS, MANGUAPE DE CIMA, FAZENDA PEDRO PAULO, PUXINANA, VARZEA DA LAGOA, OLHO D'AGUA e JATOBA DA SERRA (8)
322) Áreas Locais: CAMPINA GRANDE, LAGOA SECA, PUXINANA
Localidades com Tratamento Local: CAMPINA GRANDE, ALVINHO e GENIPAPO (3)
323) Áreas Locais: CAMPINA GRANDE, POCINHOS, PUXINANA
Localidades com Tratamento Local: BOSQUE, SÃO JOSE DA MATA, COMUNIDADE KM 21 e CAMPO D'ANGOLA (4)
324) Áreas Locais: CARAUBAS, GURJAO, SANTO ANDRE, SAO JOSE DOS CORDEIROS, SERRA BRANCA
Localidades com Tratamento Local: BARREIRAS, ESTREITO, MALHADA ALEGRE, ROCADO DE FORA e SERRA BRANCA (5)
325) Áreas Locais: CARRAPATEIRA, MARI, SAO JOSE DOS RAMOS, SAO MIGUEL DE TAIPU, SAPE, SOBRADO
Localidades com Tratamento Local: BONFIM DOS FRANCA, TIRADENTES, SITIO JENIPAPO, CAFE DO VENTO, SAPE e SITIO AREIA VERMELHA (6)
326) Áreas Locais: CUITE DE MAMANGUAPE, JOÃO PESSOA, MARCACAO
Localidades com Tratamento Local: SITIO ARROZ, MAMANGUAPE, PIABUÇU, SALEMA, BRASILIA, BREJINHO, CAIEIRA, JAÇARE DE SAO DOMINGOS e TRAMATAIA (9)
327) Áreas Locais: FREI MARTINHO, PICUI
Localidades com Tratamento Local: QUIXABA e PICUI (2)
328) Áreas Locais: ITABAIANA, MOGEIRO, SALGADO DE SAO FELIX
Localidades com Tratamento Local: ITABAIANA, AREAL e BOA VISTA (3)
329) Áreas Locais: JACARAU, PEDRO REGIS
Localidades com Tratamento Local: JACARAU e PEDRO REGIS (2)
330) Áreas Locais: JOAO PESSOA, PEDRAS DE FOGO, SALGADO DE SAO FELIX
Localidades com Tratamento Local: JOAO PESSOA, COVOADOS e ALAGAMAR (3)
331) Áreas Locais: JUNCO DO SERIDO, SANTA LUZIA, SAO JOSE DO SABUGI
Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS, CARNEIRO, EXU, POÇO PEDRA, SANTA LUZIA e RIACHO DA SERRA (6)
332) Áreas Locais: JUNCO DO SERIDO, TAPEROA
Localidades com Tratamento Local: SERRA DE SAMAMBAIA e TAPEROA (2)
333) Áreas Locais: JURU, TAVARES
Localidades com Tratamento Local: LAGE GRANDE e TAVARES (2)
334) Áreas Locais: LAGOA SECA, PUXINANA
Localidades com Tratamento Local: PAI DOMINGOS e GENIPAPO (2)
335) Áreas Locais: LAGOA SECA, SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA
Localidades com Tratamento Local: MANGUAPE III e SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROÇA (2)
336) Áreas Locais: NOVA PALMEIRA, PEDRA LAVRADA
Localidades com Tratamento Local: CORUJINHA e PEDRA LAVRADA (2)
337) Áreas Locais: PAULISTA, POMBAL
Localidades com Tratamento Local: LOGRADOURO DE BAIXO e POMBAL (2)
338) Áreas Locais: JOÃO PESSOA, PEDRAS DE FOGO
Localidades com Tratamento Local: ACAU, CAMPO VERDE e UNA SÃO JOSÉ (3)
339) Áreas Locais: PILAR, SAO MIGUEL DE TAIPU
Localidades com Tratamento Local: PILAR e ENGENHO NOVO (2)
340) Áreas Locais: QUEIMADAS, SANTA CECILIA
Localidades com Tratamento Local: QUEIMADAS, BOI SECO e SAMAMBAIA (3)
341) Áreas Locais: RIACHO DOS CAVALOS, SAO BENTO
Localidades com Tratamento Local: CURRALINHO DE BAIXO e SAO BENTO (2)
342) Áreas Locais: SALGADINHO, SAO JOSE DOS CORDEIROS, TAPEROA
Localidades com Tratamento Local: BONFIM DOS FERREIRAS, PEDRA LAVRADA e TAPEROA (3)
343) Áreas Locais: SANTA HELENA, SAO JOAO DO RIO DO PEIXE
Localidades com Tratamento Local: PE BRANCO e SAO JOAO DO RIO DO PEIXE (2)
344) Áreas Locais: TRIUNFO e UIRAUNA
Localidades com Tratamento Local: RIACHAO e UIRAUNA (2)
UF: PB e PE
345) Áreas Locais: CARNAIBA, PRINCESA ISABEL
Localidades com Tratamento Local: LAGOA DA CRUZ (PE) e LAGOA DA CRUZ (PB) (2)
346) Áreas Locais: CARNAIBA, TAVARES
Localidades com Tratamento Local: NOVO PERNAMBUCO (PE) e SILVESTRE (PB) (2)
347) Áreas Locais: ITAMBE, JURIPIRANGA
Localidades com Tratamento Local: IBIRANGA (PE) e JURIPIRANGA(PB) (2)
348) Áreas Locais: ITAMBE, PEDRAS DE FOGO
Localidades com Tratamento Local: ITAMBÉ(PE) e PEDRAS DE FOGO RURAL (PB) (2)
349) Áreas Locais: MACAPARANA, NATUBA
Localidades com Tratamento Local: PIRAUA (PE) e PIRAUA (PB) (2)
350) Áreas Locais: OROBO, UMBUZEIRO
Localidades com Tratamento Local: UMBURETAMA (PE) e UMBUZEIRO(PB) (2)
351) Áreas Locais: UMBUZEIRO, VERTENTE DO LERIO
Localidades com Tratamento Local: MATA VIRGEM (PB) e VERTENTE DO LÉRIO(PE) (2)
UF: PB e RN
352) Áreas Locais: CAMPO REDONDO, PICUI
Localidades com Tratamento Local: SERRINHA DOS BRANDOES (RN) e SERRA DOS BRANDOES (PB) (2)
UF: PE
353) Áreas Locais: BREJO DA MADRE DE DEUS, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Localidades com Tratamento Local: SAO DOMINGOS e SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (2)
354) Áreas Locais: CAMUTANGA, ITAMBE
Localidades com Tratamento Local: CAMUTANGA e CUBINHA (2)
355) Áreas Locais: CARUARU, TORITAMA
Localidades com Tratamento Local: CANAA e TORITAMA (2)
356) Áreas Locais: ESCADA, PRIMAVERA
Localidades com Tratamento Local: UNIÃO E INDUSTRIA e PRIMAVERA (2)
357) Áreas Locais: INAJA, MANARI
Localidades com Tratamento Local: INAJÁ e CERCADINHO (2)
358) Áreas Locais: JATOBA, PETROLANDIA
Localidades com Tratamento Local: ITAPARICA e PETROLÂNDIA (2)
359) Áreas Locais: LAGOA GRANDE, PETROLINA
Localidades com Tratamento Local: LAGOA GRANDE e ISACOLANDIA (2)
360) Áreas Locais: SURUBIM, VERTENTE DO LERIO
Localidades com Tratamento Local: SURUBIM e TAMBOR DE BAIXO (2)
UF: PE e PI
361) Áreas Locais: ARARIPINA, MARCOLANDIA
Localidades com Tratamento Local: MARCOLÂNDIA (PE) e MARCOLÂNDIA(PI) (2)
UF: PI
362) Áreas Locais: AGRICOLANDIA, LAGOINHA DO PIAUI
Localidades com Tratamento Local: ESTACA ZERO, BAIXAO DO COCO e LAGOINHA DO PIAUÍ (3)
363) Áreas Locais: BOCAINA, PICOS
Localidades com Tratamento Local: ASSENTAMENTO LAGOA DO CAJUEIRO, BOCAINA, CURRALINHOS, MALHADA, VARJOTA e LAGOA GRANDE (6)
364) Áreas Locais: ILHA GRANDE, PARNAIBA
Localidades com Tratamento Local: LABINO, BAIXA DA CARNAUBA, PARNAÍBA, PEDRA DO SAL, RANCHARIA e SÃO JOSÉ (6)
UF: PR
365) Áreas Locais: ABATIA, CURITIBA
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO SAO JOSE, PAU D'ALHO, ALMIRANTE TAMANDARÉ, CAPIVARA DOS MANFRON e MARMELEIRO (5)
366) Áreas Locais: CURITIBA, PIEN
Localidades com Tratamento Local: AGUA CLARA DE BAIXO II, AGUDOS DO SUL, AREIA BRANCA DOS NOGUEIRA, AVENCAL, DOCE FINO, FAGUNDES, LAGOA DOS SOUZA, PAPANDUVA, QUEIMADOS, RIO DA VARZEA, TABOÃO, TARUMÃ GUAPIARA, SANTO AMARO II, e CAMPINA DOS MAIAS (15)
367) Áreas Locais: CURITIBA, PIEN, RIO NEGRO
Localidades com Tratamento Local: AGUA CLARA DE CIMA, DOCE GRANDE, PALMITO, BOA VISTA, CAMPINA DOS CRESPINS, CAMPO NOVO, GRAMADOS, MOSQUITOS, PIÊN, POCO FRIO DOS MOREIRAS, PONTE ALTA, QUICE, TRIGOLÂNDIA, AGUA CLARA DE CIMA, DOCE GRANDE e LAJEADO DAS MORTES (14)
368) Áreas Locais: ALTO PARAÍSO, UMUARAMA
Localidades com Tratamento Local: ALTO PARAÍSO, SANTO ANTÔNIO e NOVA JERUSALÉM (3)
369) Áreas Locais: ALTO PARANA, CRUZEIRO DO SUL, PARANACITY
Localidades com Tratamento Local: SANTA MARIA, BAIRRO PIRAPO, FIOROPOLIS, PARANACITY e SILVA JARDIM (5)
370) Áreas Locais: ALTO PIQUIRI, PEROBAL
Localidades com Tratamento Local: SALTINHO DO OESTE e PEROBAL (2)
371) Áreas Locais: AMAPORA, PLANALTINA DO PARANA
Localidades com Tratamento Local: NORDESTINA, COMUR, GAUCHINHA, PLANALTINA DO PARANÁ e SAO SEBASTIAO (5)
372) Áreas Locais: ANDIRA, BANDEIRANTES
Localidades com Tratamento Local: ANDIRÁ, NOSSA SENHORA DA APARECIDA, AGUA DA ONCA e SANTA RITA (4)
373) Áreas Locais: ANDIRA, BANDEIRANTES
Localidades com Tratamento Local: ANDIRA E NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA (2)
374) Áreas Locais: ANTONINA, CURITIBA
Localidades com Tratamento Local: SÃO SEBASTIÃO, BELA VISTA, CAMPINA GRANDE DO SUL, CERNE, JAGUATIRICA, MANDACAIA, PALMITALZINHO e RIBEIRAO GRANDE II (8)
375) Áreas Locais: ANTONINA, GUARAQUECABA
Localidades com Tratamento Local: ANTONINA, BAIRRO ALTO, CACHOEIRA DE CIMA, CEDRO e POTINGA (5)
376) Áreas Locais: ANTONINA, GUARAQUECABA, PARANAGUA
Localidades com Tratamento Local: RIO NUNES, BATUVA, MEDEIROS DE BAIXO, TIBICANGA, COLONIA QUINTILHA, EUROPINHA, ILHA DAS COBRAS, ILHA DO AMPARO, ILHA DO MEL, ILHA DO TEIXEIRA, ILHA EUFRASINA, ILHA SACO DO TAMBARUTACA, PARANAGUÁ e PIASSAGUERA (14)
377) Áreas Locais: ANTONIO OLINTO, FERNANDES PINHEIRO, PALMEIRA, REBOUCAS, SAO JOAO DO TRIUNFO, TEIXEIRA SOARES
Localidades com Tratamento Local: IMBUIAL, BITUVA DOS LUCIOS, CAMPESTRE DE VIEIRAS, GUARAUNINHA, POCO GRANDE, VIEIRAS, BARRO BRANCO, AGUA BRANCA DE CIMA, CACHOEIRA, COXILHAO DO MEIO, FAXINAL DOS ANDRADES, FAXINAL DOS FABRICIOS, GUAIACA, MEIA LUA, PALMIRA, PINHALZINHO, RIO BAIO, SÃO JOÃO DO TRIUNFO, SAO LOURENCO, TAIO, TAQUARUCU, VITORINOPOLIS e FAXINAL DOS MINEIROS (23)
378) Áreas Locais: ANTONIO OLINTO, SAO JOAO DO TRIUNFO
Localidades com Tratamento Local: AGUA AMARELA DE BAIXO, AGUA AMARELA DE CIMA, ANTÔNIO OLINTO, BUTIA, LAGOA DA CRUZ e MATO QUEIMADO (6)
379) Áreas Locais: APUCARANA, CALIFORNIA, IVAIPORA, JARDIM ALEGRE, LUNARDELLI, MANOEL RIBAS, MARINGÁ
Localidades com Tratamento Local: AGUA DO XAXIM, APUCARANA, BAIRRO BILOTTI, BARRA NOVA, BARREIROS, CORREIA DE FREITAS, PINHALZINHO, RIO DO CERNE, SÃO DOMINGOS, SAO PEDRO DA TAQUARA, VILA REIS, FIGUEIRINHA, SABUGUEIRO, PATRIMONIO DOS BAIANOS, MADALENA, LINHA SECA e SETE DE MAIO (17)
380) Áreas Locais: ARAPOTI, MARECHAL CANDIDO RONDON, SAO JOSE DA BOA VISTA, SIQUEIRA CAMPOS, WENCESLAU BRAZ
Localidades com Tratamento Local: CALOGERAS, BAIRRO MONJOLEIRO, MANGUEIRINHA, BAIRRO DOS FREITAS, BARBOSA, JACARE DE CIMA, AGUA GRANDE, BAIRRO TURMA 9, QUATROCENTOS ALQUEIRES, QUILOMETRO 10, SAO MIGUEL e WENCESLAU BRAZ (12)
381) Áreas Locais: ARAPOTI, SAO JOSE DA BOA VISTA
Localidades com Tratamento Local: ARAPOTI, BAIRRO ARROZAL, BAIRRO BOA VISTA, BAIRRO CERRADINHO, BAIRRO CERRADO DAS CINZAS, BAIRRO JOSE DIAS, BAIRRO OLARIA, BAIRRO RONCADOR, BAIRRO SERRINHA, CAPAO BONITO, CARATUVA, CORREGO FUNDO e BAIRRO BARRA MANSA (13)
382) Áreas Locais: ARAPUA, ARIRANHA DO IVAI, IVAIPORA, MANOEL RIBAS, RIO BRANCO DO IVAI
Localidades com Tratamento Local: ALTO LAJEADO, ROMEOPOLIS, ALECRIM, NOVA ALIANCA, SANTA BARBARA, SANTA LUZIA, ALTO PORA, IVAIPORÃ, JACUTINGA, BARRA AZUL e PORTO ESPANHOL (11)
383) Áreas Locais: ARARUNA, BARBOSA FERRAZ, CAMPO MOURAO, PEABIRU, QUINTA DO SOL
Localidades com Tratamento Local: SAO VICENTE, BOURBONIA, PARAISO DO SUL, BARREIRO DAS FRUTAS, CAMPO MOURÃO, QUILOMETRO 128, RIO DA VARZEA, SAO BENEDITO, VILA ROBERTO BREZEZINSKI, SAO ROQUE, SILVIOLANDIA e IRAPUA (12)
384) Áreas Locais: ARARUNA, PEABIRU
Localidades com Tratamento Local: ARARUNA, LIRIAL DE SAO LUIZ, NOVA BRASILIA, SAO GERALDO, TAQUARIMBE e GLEBA NOVE (6)
385) Áreas Locais: ARIRANHA DO IVAI, SANTA MONICA
Localidades com Tratamento Local: ARIRANHA DO IVAÍ, APARECIDA DO IVAI e SANTA MÔNICA (3)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

386) Áreas Locais: MARINGÁ, SABAUDIA
Localidades com Tratamento Local: ASTORGA, ICARA, BOM PROGRESSO e SUSSUI (4)
387) Áreas Locais: BANDEIRANTES, BOM JESUS DO SUL, GUAPIRAMA, JOAQUIM TAVORA, RIBEIRAO CLARO, SANTO ANTONIO DA PLATINA
Localidades com Tratamento Local: BALSA DO CORSINI, JUCA BATISTA, LINHA PLANALTINHO, BAIRRO DOURADOS, BAIRRO JP, TRES VENDAS, BAIRRO AGUA VERDE, TAQUARUÇU, BAIRRO AGUA BRANCA, BAIRRO DOS GLÓRIAS, BAIRRO DOS LEONCIOS, BAIRRO GABIROBA, BAIRRO RIBEIRÃO BONITO, BAIRRO SÃO JOAQUIM DE CIMA, BAIRRO TAQUARAL, CONSELHEIRO ZACARIAS, MONTE REAL, PLATINA, SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, SÃO PEDRO DO APARADO e TAQUARALZINHO (21)
388) Áreas Locais: BARBOSA FERRAZ, CORUMBATAI DO SUL
Localidades com Tratamento Local: TEREZA BREDA e CORUMBATAÍ DO SUL (2)
389) Áreas Locais: BARRA DO JACARE, JACAREZINHO, JOAQUIM TAVORA, RIBEIRAO CLARO, SANTO ANTONIO DA PLATINA
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO COQUEIRAL, AGUA FEIA, BAIRRO OURO GRANDE, DOURADOS, JACAREZINHO, MONJOLINHO, JOA, BAIRRO RIBEIRAO DO MEIO e BAIRRO FRUTAL (9)
390) Áreas Locais: BARRA DO JACARE, SANTO ANTONIO DA PLATINA
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO COQUEIRALZINHO, BARRA DO JACARÉ e BAIRRO IGAPÓ (3)
391) Áreas Locais: BARRACAO, BELA VISTA DA CAROBA, PINHAL DE SAO BENTO, PRANCHITA, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
Localidades com Tratamento Local: ALTO ALEGRE, COQUEIRO, LINHA ALEGRIA, LINHA SAO ROQUE, SÃO JOSÉ, ALTO EVANGELHO, LINHA NOVA BÉLGICA, BOM RETIRO, NOVA ESPERANCA, LINHA ALTO CARVALHO, LINHA ALTO PARAÍSO, LINHA BOA VISTA DO CAPANEMA, LINHA FORMOSA, LINHA JABOTI, LINHA KM 13, LINHA KM 5, MARCIANOPOLIS, QUILOMETRO DEZ, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, SAO FRANCISCO e VALDONEIRA (21)
392) Áreas Locais: BELA VISTA DA CAROBA, PEROLA D'OESTE, PLANALTO
Localidades com Tratamento Local: LINHA PLANALTO, LINHA SAO LUIZ, VILA PROGRESSO, ESQUINA GAUCHA, MUNDO NOVO, PÉROLA D'OESTE, VISTA ALEGRE e KM 43 (8)
393) Áreas Locais: LONDRINA, PRIMEIRO DE MAIO
Localidades com Tratamento Local: BELA VISTA DO PARAÍSO, PRATA, SANTA MARGARIDA e VILA GANDHY (4)
394) Áreas Locais: BITURUNA, CRUZ MACHADO, GENERAL CARNEIRO
Localidades com Tratamento Local: BITURUNA, BOA ESPERANCA, EMPOSSADO, LINHA ENGANO, VICINAL LAPA e FAXINAL DOS SANTOS (6)
395) Áreas Locais: BITURUNA, CRUZ MACHADO, PINHAO, PORTO VITORIA
Localidades com Tratamento Local: CASCATA, CRICIUME, LINHA SANTO AUGUSTO, SALTINHO, SAO VICENTE, COLONIA FARTURA, CRUZ MACHADO, FAZENDA TAGUA, LINHA PALMITAL, LINHA PAPUAN, LINHA PINHAO, LINHA QUINTA VICINAL VITORIA, LINHA VITORIA, RIO DAS ANTAS, PINHALZINHO e COLONIA ANTA GORDA (16)
396) Áreas Locais: BOA ESPERANCA DO IGUACU, DOIS VIZINHOS
Localidades com Tratamento Local: BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, CERRO AZUL, COLONIA RICA, FAZENDA VERONESE, MORRO AZUL, NOSSA SENHORA DO CARMO, SAO LUIZ DO IGUACU, CANOAS e SAO JOSE DO CANOAS (9)
397) Áreas Locais: BOA VENTURA DE SAO ROQUE, FRANCISCO ALVES, GUAIRA, TERRA ROXA
Localidades com Tratamento Local: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, RIO BONITO, BELA VISTA DO OESTE, CAPIVARI, CRUZEIRINHO, GUAÍRA, SALAMANCA, SAO JOAO e VILA GUARANI (9)
398) Áreas Locais: BOA VENTURA DE SAO ROQUE, PITANGA, TURVO
Localidades com Tratamento Local: TERRA SANTA, ALTO IVAI, ARROIO GRANDE, BARRA BONITA, BARRO PRETO, BORBOLETA ABAIXO, BORBOLETINHA, CACHOEIRINHA, CINCO ENCRUZILHADAS, LINHA CANTU, PITANGA, RIO DO MEIO DE BAIXO, RIO QUIETO, RIO QUINZE BAIXO, RIO VORA, SAO JOAO DA COLINA, SITIO BOA VENTURA, VILA NOVA, PASSO GRANDE e SAUDADES (20)
399) Áreas Locais: BOA VISTA DA APARECIDA, NOVA PRATA DO IGUACU
Localidades com Tratamento Local: AGUA FRIA, BOA VISTA DA APARECIDA, FLOR DA SERRA, LINHA PROGRESSO e ESTRELA DO IGUAÇU (5)
400) Áreas Locais: BOM JESUS DO SUL, FLOR DA SERRA DO SUL, MANFRINOPOLIS, RENASCENCA, SALGADO FILHO
Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS DO SUL, XV DE NOVEMBRO, LINHA NOVO HORIZONTE, SANTO ANGELO, SIQUEIRA BELLO, TATETOS, BELA VISTA DO ENCANTILADO, LINHA ALTO SAO JOAO, LINHA SANTO ANTONIO DO DIVISOR, LINHA SAO JORGE, LINHA TRES DE MAIO, SANTA TEREZINHA, TAMANDARE DE BAIXO, LINHA SAO SEBASTIAO, LINHA GUABIJU, LINHA PEROBA, SALGADO FILHO, SAO BRAZ e TIRADENTES (19)
401) Áreas Locais: BOM SUCESSO DO SUL, CHOPINZINHO, CORONEL VIVIDA, HONORIO SERPA, MARIOPOLIS, PATO BRANCO, VITORINO
Localidades com Tratamento Local: ALTO PARAISO, BUGRE, LINHA APARECIDA, MATO BRANCO, RESERVA INDIGENA FAZENDA CAIGANGUE, TRES SALTOS, ALTO JACUTINGA, CACADORZINHO, JACUTINGA, NAVEGANTES, SANTA LUCIA, SANTA TEREZINHA, SANTO ANTONIO DO SALTO GRANDE, SAO LUIZ, BARRA GIGANTE, NOSSA SENHORA CANDEIAS, RIO PINHEIRO, BARRA DO DOURADO, BELA VISTA, BOM RETIRO, FAZENDA DA BARRA, INDEPENDENCIA, NOSSA SENHORA DA SAUDE, NOSSA SENHORA DO CARMO, PASSO DA ILHA, PATO BRANCO, QUEBRA FREIO, SAO CAETANO, SAO JOAO BATISTA, SAO MIGUEL DA CACHOEIRA, SAO PEDRO DE ALCANTARA, SEDE DOM CARLOS, TEOLANDIA, ALTO CACADOR, CARAVAGIO e VISTA ALEGRE (36)
402) Áreas Locais: BOM SUCESSO DO SUL, CORONEL VIVIDA, PATO BRANCO
Localidades com Tratamento Local: BOM SUCESSO DO SUL, LINHA VITORIA, MUNDO NOVO, SAGRADA FAMILIA, SANTO EXPEDITO, SAO SEBASTIAO e SAO SEBASTIAO DO PARAISO (7)
403) Áreas Locais: MARINGÁ, SAO PEDRO DO IVAÍ
Localidades com Tratamento Local: COLUMBIA, DOIS PALMITOS, MARIZA, PRIMEIRO DE MAIO e SÃO PEDRO DO IVAÍ (5)
404) Áreas Locais: BORRAZOPOLIS, CRUZMALTINA, KALORE, NOVO ITACOLOMI
Localidades com Tratamento Local: AGUA DAS POCAS, BORRAZÓPOLIS, ESCOLA BANDEIRANTES, FOGUEIRA, PATINHO, VILA DINIZ, JUSSIARA e BAIRRO PONTE PRETA (8)
405) Áreas Locais: BRAGANEY, CAMPO BONITO, CASCAVEL, CATANDUVAS, CÉU AZUL, CORBÉLIA, OURO VERDE DO OESTE, SANTA TEREZA DO OESTE, SÃO PEDRO DO IGUACU, TOLEDO
Localidades com Tratamento Local: NOSSA SENHORA DA SAÚDE, RIO DAS ANTAS, SAMALIA, AGRINCO, ALTO BOM RETIRO, ALTO PARA, CASCAVEL, COLÔNIA BARREIRO, DIAMANTE QUARENTA E SETE, ESPIGÃO AZUL, GRAMADINHO, JANGADA TABORDA, LINHA SCANAGATTA, MELISSA, RIO DO SALTO, SALTO PORTÃO, SAO JOÃO D'OESTE, SÃO SALVADOR, NOVA VENEZA, CANTINHO DO CÉU, SÃO PEDRO, LINHA JOÃO GOMES, GUAVIRA, SÃO FRANCISCO e SÃO SALVADOR (25)
406) Áreas Locais: CAFELANDIA, NOVA AURORA
Localidades com Tratamento Local: CAFELÂNDIA e ANTA GORDA (2)
407) Áreas Locais: CAFEZAL DO SUL, IPORA
Localidades com Tratamento Local: GUAIPORA, IVERA, JANGADA, CEDRO, IPORÃ, NILZA, NOVA SANTA HELENA e VILA RURAL SANTO TOMAZELLA (8)
408) Áreas Locais: CAFEZAL DO SUL, PEROBAL
Localidades com Tratamento Local: CAFEZAL DO SUL e CEDRO (2)
409) Áreas Locais: KALORE, MARUMBI, NOVO ITACOLOMI
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO URU, BAIRRO GUARACI, BAIRRO 300 ALQUEIRES, BAIRRO MARRECAS, BAIRRO PINHEIROS e NOVO ITACOLOMI (6)
410) Áreas Locais: CAMPINA DA LAGOA, NOVA CANTU
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO CARATUVA, CARATUVA, GEREMIA LUNARDELLI, NOVA CANTU e SANTO REI (5)
411) Áreas Locais: CAMPINA DO SIMAO, CANDOI, CANTAGALO, ESPIGAO ALTO DO IGUACU, LARANJEIRAS DO SUL, NOVA LARANJEIRAS, PORTO BARREIRO, RIO BONITO DO IGUACU
Localidades com Tratamento Local: CERRO VERDE, ALTO CACHOEIRA, CACHOEIRA, MINGAU, RIO NOVO, SANTA LUZIA, FAXINAL DOS CARPINTEIROS, RIO VISITA, BOM PRINCIPIO, ALTO SAO JOAO, CAMPO DOS MENDES, HERVAL GRANDE, KM 127, LARANJEIRAS DO SUL, RIO DO TIGRE, NOVA LARANJEIRAS, AGUA DO BOI, PASSO DAS FLORES, PORTO BARREIRO, VILA SAO JOSE, BARRA MANSA e CAMPO DO BUGRE (22)
412) Áreas Locais: CAMPINA DO SIMAO, GENERAL CARNEIRO
Localidades com Tratamento Local: CAMPINA DO SIMÃO e COLONIA MENDES (2)
413) Áreas Locais: CAMPINA DO SIMAO, GOIOXIM, GUARAPUAVA, SANTA MARIA DO OESTE
Localidades com Tratamento Local: FIBRART, JACUTINGA, PINHALZINHO, GRONGORO, SANTA MARIA DO OESTE e SÃO MANOEL (6)
414) Áreas Locais: CAMPO BONITO, CASCAVEL, DIAMANTE DO SUL, GUARANIACU
Localidades com Tratamento Local: SERTAOZINHO, CACHOEIRA ALTA, PINHALITO, RIO DAS ANTAS, ALTO SANTA LUZIA, BARREIRO, BELA VISTA, BELARMINO, BORMAN, BORMINHA, FAXINAL DE SAO JOAO, GUARANIAÇU, PLANALTINA, RIO CASCUDO, SANTA BARBARA e SAO JUDAS TADEU (16)
415) Áreas Locais: CAMPO BONITO, GUARANIACU, IBEMA, TURVO
Localidades com Tratamento Local: MATO QUEIMADO, ALTO ALEGRE, LINHA LEJANOSKI, MATO QUEIMADO, RIO MEDEIROS, SAO LUIZ, IBEMA e IBEMA (8)
416) Áreas Locais: CAMPO DO TENENTE, CURITIBA, RIO NEGRO
Localidades com Tratamento Local: BURITI, CAMPO DO TENENTE, ESPIRITO SANTO, LAJEADO, PAU DE CASCA, AUTO POSTO MARIENTAL, BOM RETIRO, CAMPINA BONITA, CAMPINA DOS MARTINS, CUNHUPA, FAZENDINHA, LAJEADO DOS VIEIRAS, LARANJAL, MATAO DO CACADOR, ROSEIRA e SÍTIO DOS VALÉRIOS (16)
417) Áreas Locais: CANDIDO DE ABREU, GRANDES RIOS
Localidades com Tratamento Local: LINHA IVAI, FLORIDA DO IVAI, GRANDES RIOS, POSTO DO ADOLFO PINTO e RIBEIRAO BONITO (5)
418) Áreas Locais: CANDIDO DE ABREU, GRANDES RIOS, MANOEL RIBAS
Localidades com Tratamento Local: FAXINAL SANTO ANTONIO, RIO DO TIGRE, VILA FORMOSA, ALTO MUNHOZ, BARRA PRETA, BARRA SANTA SALETE, BELA VISTA, MANOEL RIBAS, PINHALZINHO, SANTA MARIANA DO SUL, SAO PEDRO e SEDE DO POSTO INDÍGENA IVAÍ (12)
419) Áreas Locais: CANDOI, CANTAGALO, GUARAPUAVA, VIRMOND
Localidades com Tratamento Local: DESPRAIADO, FARTURA, FAXINAL SANTO ANTONIO, PASSO GRANDE, RIO DA LAGE, SAMAMBAIAL I, SAO JOAO BATISTA, SAO JUDAS TADEU, TRES PALMEIRAS, CANTAGALO, CAVACO, INVERNADINHA, COLONIA SAO PEDRO, CAMPO DAS CRIANÇAS e LAGOA BONITA (15)
420) Áreas Locais: CANDOI, FOZ DO JORDAO
Localidades com Tratamento Local: JARDIM IGUACU, AGUAS DE SAO FRANCISCO e FOZ DO JORDÃO (3)
421) Áreas Locais: CANDOI, GOIOXIM, GUARAPUAVA, INACIO MARTINS, LARANJEIRAS DO SUL, NOVA LARANJEIRAS, PINHAO, PORTO BARREIRO
Localidades com Tratamento Local: BARRA MANSA, IGREJINHA, LAGOA SECA, GOIOXIM, CACHOEIRA, FAXINAL DOS FIUSAS, GRAMADOS, GUAIRACA, GUARAPUAVA, ILHA DO CAVERNOSO, INVERNADINHA, JORDAOZINHO, MATINHOS, PORUNGOS, RIO DAS PEDRAS, SAMAMBAIA, SOCORRO, COLONIA ALEMANHA, GOIS ARTIGAS, SAO DOMINGOS, GUARANI DO CAVERNOSO, PASSO LISO, QUILOMETRO 130, PAIQUERE, RIO BANANAS, FAXINAL DOS COUTOS, FAXINAL DOS SILVERIOS, PORTO SANTANA e SERTAOZINHO (29)
422) Áreas Locais: CAPANEMA, PLANALTO
Localidades com Tratamento Local: ALTO FARADAY, CAMBUI, CAPANEMA, CRISTO REI, DUAS BARRAS, FLOR DA SERRA, MARECHAL LOTT, PINHEIRO, PORTO LUPION, SANTA ANA, SANTA CLARA, SAO LUIZ, LAGEADO MUNIZ e SAO MARCOS (14)
423) Áreas Locais: CAPITAO LEONIDAS MARQUES, SANTA LUCIA
Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS, CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, LINHA PRINCESA ISABEL e SANTA CATARINA (4)
424) Áreas Locais: CARAMBEI, CASTRO
Localidades com Tratamento Local: CATANDUVA DE FORA, LIMPO GRANDE, ABAPA, CASTRO, CERCADO SANTA CRUZ, GUARAREMA, PAINA, RIO ABAIXO, SAO LUIZ DOS MACHADOS, SERRA DO APON, SOCAVAO, TANQUE GRANDE, TERRA NOVA e TRONCO (14)
425) Áreas Locais: CARAMBEI, CASTRO, IMBITUVA, IPIRANGA, PONTA GROSSA, PRUDENTOPOLIS, TEIXEIRA SOARES, TIBAGI
Localidades com Tratamento Local: BARRA DO PITANGUI, COLONIA SAO SEBASTIAO, LAGO, LONTRAO, RESTINGA, PINHAO, POMBAL, BOCAINA, CERRADINHO, CERRADO GRANDE, COLONIA MOEMA, COLONIA SANTA CRUZ, COLONIA TRINDADE, CONCHAS VELHAS, FAXINAL GRANDE, KALINOSKI, PINHEIRINHO, PONTA GROSSA, ROXO ROIZ, TABULEIRO, UVAIA, QUEIMADAS, COLONIA NOVE e SANTA MARIA (24)
426) Áreas Locais: CARLOPOLIS, JOAQUIM TAVORA, RIBEIRAO CLARO, SIQUEIRA CAMPOS
Localidades com Tratamento Local: AGUA DA PICARRA, CRUZEIRO, JOAQUIM TÁVORA, SAO ROQUE DO PINHAL, PATRIMONIO SAO ROQUE, SAO SEBASTIAO, BAIRRO ESPERANCA e TRES BARRAS (8)
427) Áreas Locais: CARLOPOLIS, SALTO DO ITARARE, SIQUEIRA CAMPOS
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO CACHOEIRA, BAIRRO DOS DIOGOS, NOVA BRASILIA DO ITARARE, BAIRRO DO MACHADO, BAIRRO PALMITAL, BOM JARDIM, SALTO DO ITARARÉ, SAO FRANCISCO DOS CORUJAS, ALEMOA e SANTA CRUZ DO PINHAL (10)
428) Áreas Locais: CASCAVEL, LINDOESTE
Localidades com Tratamento Local: COLONIA PIRES, CERRO AZUL, COLONIA VITORIA, LINDOESTE, SAO GABRIEL, TANGARA e VILA GOES (7)
429) Áreas Locais: CASTRO, PIRAI DO SUL
Localidades com Tratamento Local: PEDRAS, CACHOEIRA, CAPINZAL, CERCADINHO, FUNDAO, JARARACA, PIRAÍ DO SUL, PIRAI MIRIM, RESSACA e TABOR (10)
430) Áreas Locais: CATANDUVAS, QUEDAS DO IGUAÇU, TRES BARRAS DO PARANA
Localidades com Tratamento Local: IBIRACEMA, BARRA DO MATO QUEIMADO, LAJEADO BONITO, LINHA FONTE DA UNIAO, LINHA NOVA ITALIA, LINHA SANTA ROSA, ALTO ALEGRE, BARRA BONITA, BARRA GRANDE, ROSARIO DO OESTE, SANTO IZIDORO e TRÊS BARRAS DO PARANÁ (12)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

431) Áreas Locais: CEU AZUL, MATELANDIA, RAMILANDIA
Localidades com Tratamento Local: BOA ESPERANCA, SANTA LUZIA, SAO ROQUE, VILA ESMERALDA, LINHA FEIJAO VERDE e RAMILÂNDIA (6)
432) Áreas Locais: CEU AZUL, SANTA TEREZA DO OESTE, VERA CRUZ DO OESTE
Localidades com Tratamento Local: NOVA UNIAO, MARCA EVA e VERA CRUZ DO OESTE (3)
433) Áreas Locais: CEU AZUL, SERRANOPOLIS DO IGUACU
Localidades com Tratamento Local: PICADA BENJAMIN, ESQUINA REPRESO, LINHA BAIXO PINHEIRINHO, LINHA BOA VISTA, LINHA BONATTO, LINHA PROGRESSO, PALMITAL e SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU (8)
434) Áreas Locais: CHOPINZINHO, CORONEL DOMINGOS SOARES, MANGUEIRINHA
Localidades com Tratamento Local: LINHA SANTA MARIA, PEDREGULHO, CANHADA FUNDA, MANGUEIRINHA, MORRO VERDE, RESERVA INDIGENA, SANTO ANTONIO e SÃO BENTO (8)
435) Áreas Locais: CIANORTE, CRUZEIRO DO OESTE, TAPEJARA
Localidades com Tratamento Local: CIANORTE, VENDA RODEIO, VIDIGAL, BAIRRO CIONE, BAIRRO SAO JOSE, TRES MARCOS e BRASITALIA (7)
436) Áreas Locais: CIDADE GAUCHA, NOVA OLIMPIA
Localidades com Tratamento Local: CIDADE GAÚCHA e PONTE SECA (2)
437) Áreas Locais: CLEVELANDIA, CORONEL VIVIDA, HONORIO SERPA
Localidades com Tratamento Local: PROJETO SERRANO BAIXO, ABUNDANCIA e HONÓRIO SERPA (3)
438) Áreas Locais: CLEVELANDIA, HONORIO SERPA, TAPIRA
Localidades com Tratamento Local: CLEVELÂNDIA, CORONEL FIRMINO MARTINS, PROJETO BUTIA, SAO JOSE, SAO LUIZ, SAO ROQUE, PINHO FLECK e OURO VERDE (8)
439) Áreas Locais: CLEVELANDIA, MARIOPOLIS
Localidades com Tratamento Local: SAO FRANCISCO DE SALES, COLONIA NOVA, MARIÓPOLIS, NOSSA SENHORA DA APARECIDA e PALMITAL BAU (5)
440) Áreas Locais: CONGONHINHAS, CURIUVA, IBAITI, RIBEIRAO DO PINHAL
Localidades com Tratamento Local: NOSSA SENHORA DO CARMO, PATRIMONIO VITOPOLIS, SAO FRANCISCO DE IMBAU, COLONIA DANTAS, AMORINHA, BAIRRO AREIAO, CAMPINHO, CARVAOZINHO, EUZEBIO DE OLIVEIRA, FIGUEIRA BRANCA, IBAITI, PATRIMONIO DO CAFE, PAULISTINHA, VASSOURAL, VILA GUAI e TRIOLANDIA (16)
441) Áreas Locais: CONSELHEIRO MAIRINCK, JAPIRA
Localidades com Tratamento Local: CONSELHEIRO MAIRINCK, BAIRRO PICO AGUDO e NOVO JARDIM (3)
442) Áreas Locais: CORBELIA, NOVA AURORA
Localidades com Tratamento Local: TREVO, MARAJO, NOVA AURORA, PALMITAL e UNIVERSO (5)
443) Áreas Locais: CORNELIO PROCOPIO, URAI
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO JERUSALEM, BAIRRO PEDREGULHO, CORNÉLIO PROCÓPIO, NOVA IGARAPAVA e CRUZEIRO DO NORTE (5)
444) Áreas Locais: CORONEL DOMINGOS SOARES, PALMAS
Localidades com Tratamento Local: CORONEL DOMINGOS SOARES, PONTE DO RIO IRATIM, UBALDINO TAQUES, FAZENDA HORIZONTE, FRANCISCO FREDERICO TEIXEIRA GUIMARAES, PADRE PONCIANO, PALMAS, SALTO DO CHOPIM e TIA JOANA (9)
445) Áreas Locais: CORONEL VIVIDA, ITAPEJARA D'OESTE
Localidades com Tratamento Local: BARRA VERDE, BARRA GRANDE, GAVIAO, IPIRANGA, ITAPEJARA D'OESTE, LAJEADO BONITO, LUIZ COSTA e VILA PALMEIRINHA (8)
446) Áreas Locais: CORONEL VIVIDA, ITAPEJARA D'OESTE, PATO BRANCO
Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS, RIO QUIETO, VISTA ALEGRE, SALTO GRANDE e SEDE GAVIAO (5)
447) Áreas Locais: CRUZEIRO DO OESTE, NOVA OLIMPIA, TAPIRA
Localidades com Tratamento Local: SAO SILVESTRE, NOVA OLÍMPIA, OLIMPIA VELHA, GLEBA QUATRO e SANTA FELICIDADE (5)
448) Áreas Locais: CRUZEIRO DO SUL, SAO JOAO DO CAIUA
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO SAO FRANCISCO e SÃO JOÃO DO CAIUÁ (2)
449) Áreas Locais: CRUZMALTINA, FAXINAL, ORTIGUEIRA, ROSARIO DO IVAI
Localidades com Tratamento Local: PRIMAVERA, SAO DOMINGOS, FAXINAL, NOVA ALTAMIRA, VISTA ALEGRE e VILA UNIÃO (6)
450) Áreas Locais: DIAMANTE D'OESTE, SANTA HELENA, SAO JOSE DAS PALMEIRAS, VERA CRUZ DO OESTE
Localidades com Tratamento Local: DIAMANTE D'OESTE, LINHA JACARE, LINHA SANTA TEREZINHA, VILA BONITA, VILA PONTE NOVA, SÃO BRAZ, BAIXADAO e SAO SEBASTIAO (8)
451) Áreas Locais: DOIS VIZINHOS, ENEAS MARQUES, FLOR DA SERRA DO SUL, FRANCISCO BELTRAO, MANFRINOPOLIS, MARMELEIRO, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
Localidades com Tratamento Local: SAO FRANCISCO DO BANDEIRA, PINHALZINHO, LINHA SAO JOAO, LINHA SAO JOSE, FAZENDINHA, FRANCISCO BELTRÃO, JACARE, JACUTINGA, LINHA FREIRE, LINHA GAUCHA, LINHA MELO, PLANALTO DO JACUTINGA, PONTE NOVA DO COTEGIPE, RIO TUNA, SAO PIO X, SECCAO PROGRESSO, MANFRINÓPOLIS, SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA, ALTANEIRA, MANDURI, QUILOMETRO QUINZE, RIO VERDE, RIO VERDE e SÃO PEDRO FLORIDO (24)
452) Áreas Locais: DOIS VIZINHOS, NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE, SALTO DO LONTRA
Localidades com Tratamento Local: PIRACEMA, NOVO HORIZONTE, SANTA BARBARA, NOVA UNIÃO, SALTO DO LONTRA, SÃO JORGE, SÃO ROQUE, SAO SEBASTIAO e SEDE DA LUZ (9)
453) Áreas Locais: DOIS VIZINHOS, SALTO DO LONTRA, SAO JOAO
Localidades com Tratamento Local: ALTO BELA VISTA, BOA VISTA DO CHOPIM, COLONIA NOVA, DOIS VIZINHOS, EMPOSSADO, FLOR DA SERRA, IBIACA, JACUTINGA, NOSSA SENHORA DO AMPARO, SANTA CRUZ, SANTA LUCIA, SANTA TEREZINHA, SAO CRISTOVAO, SAO MIGUEL DO CANOAS, SAO PEDRO DOS POLONESES, SAO ROQUE, SAO VALENTIM, PINHAL DA VÁRZEA e NOVA LOURDES (19)
454) Áreas Locais: DOIS VIZINHOS, SAO JOAO, SAO JORGE D'OESTE
Localidades com Tratamento Local: LINHA CONRADO, SAO PEDRO DO SUL, FLOR DA SERRA, OURO VERDE, SANTA TEREZINHA, IOLOPOLIS, SÃO BENTO DOS LAGOS DO IGUAÇU, SÃO JORGE D'OESTE, SAO JUDAS TADEU, SAO PIO X, SEDE NOVA SANT'ANA, TIRADENTES e VILA GUARAIJO (13)
455) Áreas Locais: DOURADINA, MARIA HELENA
Localidades com Tratamento Local: VILA FORMOSA e CARBONEIRA (2)
456) Áreas Locais: ENEAS MARQUES, ITAPEJARA D'OESTE, VERE
Localidades com Tratamento Local: CRISTO REI, SAO MIGUEL, AGUAS DO VERE, ALTO ALEGRE, ALTO VERE, BARRA DO MARRECAS, BARRA DO SANTANA, LAMBEDOR e VERÊ (9)
457) Áreas Locais: ENEAS MARQUES, NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE
Localidades com Tratamento Local: BELA UNIAO, ENÉAS MARQUES, RIO BOCO, RIO GAMELA, RIO VITORIA, VISTA ALEGRE, BARRA BONITA e KM 38 (8)
458) Áreas Locais: ESPIGAO ALTO DO IGUACU, QUEDAS DO IGUACU, SAO JORGE D'OESTE
Localidades com Tratamento Local: AGUA DO MEIO, BOA VISTA DE SAO ROQUE, LINHA CALAMANCIO, LINHA VORA, MATO QUEIMADO, ALTO ALEGRE, FAZENDINHA, LINHA ESTRELA, LINHA FURMANN, LINHA GUARANI, LINHA ISRAEL, LINHA JARDIM ALEGRE, LINHA MIRIM, LINHA NORTE, LINHA NOVO HORIZONTE, LINHA NOVO RUMO, LINHA TAPUI, QUEDAS DO IGUAÇU, VILA PINDORAMA, VILA RURAL NOVO HORIZONTE e SANTA LUZIA (21)
459) Áreas Locais: FAROL, JANIOPOLIS
Localidades com Tratamento Local: MARTINOPOLIS, BRAGAPOLIS e JANIÓPOLIS (2)
460) Áreas Locais: FERNANDES PINHEIRO, IMBITUVA, IRATI, PRUDENTOPOLIS, REBOUCAS
Localidades com Tratamento Local: BITUVA DAS CAMPINAS, FLORESTAL, ALVORADA, APIABA, AGUA CLARA, ARROIO GRANDE, BARRA DO GAVIAO, BARRA MANSA, CACHOEIRA DO PALMITAL, CADEADINHO, CADEADO SANTANA, CARATUVA, CARATUVA II, CERRO DO CANHADAO, FAXINAL DO RIO DO COURO, FAXINAL DOS ANTONIOS, FAXINAL DOS FERREIRAS, FAXINAL DOS NEVES, GONCALVES JUNIOR, IRATI, ITAPARA, LINHA B, MATO QUEIMADO, MONJOLO, PALMITAL, PIRAPO, RIO CORRENTE, RIO DA PRATA, RIO PRETO, ALVORADA, TABOAOZINHO, RIO BONITO e SALTINHO (33)
461) Áreas Locais: FERNANDES PINHEIRO, TEIXEIRA SOARES
Localidades com Tratamento Local: ANGAI, ALTO DA PEDRA, GUABIROBA, GUARAUNA, RIBEIRAO DE CIMA, RIO AREIA DE BAIXO, RIO AREIA DE CIMA e TEIXEIRA SOARES (8)
462) Áreas Locais: FLOR DA SERRA DO SUL, MARMELEIRO
Localidades com Tratamento Local: FLOR DA SERRA DO SUL, LINHA SAO ROQUE, ALTO SÃO MATEUS, GRUTA e PADRE ANCHIETA (5)
463) Áreas Locais: FORMOSA DO OESTE, IRACEMA DO OESTE
Localidades com Tratamento Local: AIMORES, BELA VISTA, FORMOSA DO OESTE, SANTOS ANJOS e SAO PEDRO (5)
464) Áreas Locais: FORMOSA DO OESTE, JESUITAS
Localidades com Tratamento Local: BIRIGUI, ITAGUAJE, JESUÍTAS, MUNDO NOVO, SANTA LUZIA e VILA SAO PAULO (6)
465) Áreas Locais: FOZ DO IGUACU, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
Localidades com Tratamento Local: VILA BENDO, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU e VILA VITORASSI (3)
466) Áreas Locais: FOZ DO IGUACU, SAO MIGUEL DO IGUACU
Localidades com Tratamento Local: FOZ DO IGUAÇU e GUANABARA (2)
467) Áreas Locais: FRANCISCO ALVES, PALOTINA
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO CATARINENSE, PALOTINA, SAO JOAO BATISTA LA SALLE, VILA FLORESTA e VILA PARAISO (5)
468) Áreas Locais: GODOY MOREIRA, NOVA TEBAS
Localidades com Tratamento Local: BAIRRO BANANEIRA, BAIRRO DA FERRADURA, GODOY MOREIRA e MIL ALQUEIRES (4)
469) Áreas Locais: GOIOERE, MARILUZ, MOREIRA SALES, QUARTO CENTENARIO
Localidades com Tratamento Local: AGUA DO LIMOEIRO, FLOR DO OESTE, GOIOERÊ, JARACATIÁ, JOIA, SAO LUIZ, PATRIMONIO GIANELO e BANDEIRANTES DO OESTE (8)
470) Áreas Locais: GUAMIRANGA, IRATI, PRUDENTOPOLIS
Localidades com Tratamento Local: BOA VISTA, CERRO DA PONTE ALTA, RIO DO COURO, BARRA BONITA, BARRA VERMELHA, BRACATINGA, ESPERANCA, JESUINO MARCONDES, LINHA CAPANEMA, LINHA PARANA, PAPANDUVA DE BAIXO, PAPANDUVAS DE CIMA, PATOS VELHOS, PEDRA BRANCA, PONTE ALTA, PRUDENTÓPOLIS, RIO DA AREIA, RIO DOS COXOS, RIO DOS PATOS, RIO PRETO, SÃO PEDRO e TIJUCO PRETO (22)
471) Áreas Locais: GUAPIRAMA, TOMAZINA
Localidades com Tratamento Local: GUAPIRAMA e SAPE (2)
472) Áreas Locais: GUARACI, JAGUAPITA
Localidades com Tratamento Local: BENTOPOLIS, GUARACI e VILA SAO BENEDITO (3)
473) Áreas Locais: GUARAPUAVA, PINHAO
Localidades com Tratamento Local: BANHADO GRANDE, BANHADOS, ENTRE RIOS, SAO SEBASTIAO e BOM RETIRO (5)
474) Áreas Locais: GUARAQUECABA, MATINHOS
Localidades com Tratamento Local: ARARAPIRA, BARRA DO SUPERAGUI, ITAQUI, TAGACABA, PONTAL DO SUL e SHANGRILA (6)
475) Áreas Locais: GUARAQUECABA, PARANAGUA
Localidades com Tratamento Local: GUARAQUEÇABA, ILHA DAS PECAS, ILHA RASA, PEDRA CHATA, SERRA NEGRA, TAGACABA DE CIMA e PRAINHA PONTA DE UBA (7)
476) Áreas Locais: ICARAIMA, IVATE
Localidades com Tratamento Local: VILA RICA DO IVAI, CAPELA SAO PAULO e HERCULANDIA (3)
477) Áreas Locais: ALTO PARAÍSO, ICARAIMA
Localidades com Tratamento Local: PORTO FIGUEIRA, ALTO CAFE, ICARAÍMA e PORTO CAMARGO (4)
478) Áreas Locais: IMBAU, ORTIGUEIRA, RESERVA
Localidades com Tratamento Local: IMBAÚ, BAIRRO DOS BASILIOS, MONJOLINHO, ESPIGAO PRETO, JOSE LACERDA, LEONARDOS e SAO WENCESLAU (7)
479) Áreas Locais: IMBAU, ORTIGUEIRA, RESERVA, TELEMACO BORBA, TIBAGI
Localidades com Tratamento Local: CAMPINA DO JUCA PEDRO, CHARQUEADA DE BAIXO, JACUTINGA, BRIOLANDIA, NATINGUI, BARRA BONITA, RIO NOVO, SERTAOZINHO, HARMONIA, LAGOA, TELÊMACO BORBA, AGUDOS, BARREIRO, CACHOEIRAO, CERRADO, FAXINAL DOS EMPOSSADOS, SAO BENTO e SERRA (18)
480) Áreas Locais: IMBITUVA, IPIRANGA
Localidades com Tratamento Local: ARROIO GRANDE, BARRA BONITA, COLÔNIA BELA VISTA, IMBITUVA, MATO BRANCO DE BAIXO, MATO BRANCO DE CIMA, PALMAR, PINHO DE CIMA, SAO MIGUEL e LUSTOSA ARROIO GRANDE (10)
481) Áreas Locais: INACIO MARTINS, IRATI, PINHAO, PRUDENTOPOLIS
Localidades com Tratamento Local: ASSENTADOS, CACHOEIRA, COLONINHA, FAXINAL DO POSTO, INÁCIO MARTINS, POSTO INDIGENA DE GUARANI, RIO CLARO, RIO DA AREIA, CERRO DO LEAO, BARREIROS e LINHA MATAO (11)
482) Áreas Locais: INDIANOPOLIS, JAPURA
Localidades com Tratamento Local: PALMEIRINHA, BAIRRO SANTA CECILIA e JAPURÁ (3)
483) Áreas Locais: IPIRANGA, IVAI, PRUDENTOPOLIS, TURVO
Localidades com Tratamento Local: CERRO AZUL, LUSTOSA CAPIVARA, LUSTOSA DO DIVINO, BOM JARDIM DO SUL, CACHOEIRINHA, CHAPADA, IVAÍ, SAO ROQUE, BARRA D'AREIA, CACHOEIRINHA, HERVAL GRANDE, JACIABA, LIGACAO, LINHA PIQUIRI, PEROBAS e COLONIA VELHA (16)
484) Áreas Locais: IRATI, RIO AZUL
Localidades com Tratamento Local: GUAMIRIM e TAQUARI (2)
485) Áreas Locais: IRETAMA, LUIZIANA
Localidades com Tratamento Local: AGUA TORTA, AGUAS DE JUREMA, CAMPINA DO AMORAL, LUIZIANA, PONTE BRANCA e VALINHOS (6)
486) Áreas Locais: IRETAMA, RONCADOR
Localidades com Tratamento Local: AGUA DA ANTA, IRETAMA, MARILU, ALTO SAO JOAO e ENCRUZO DAS TRES ESTRELAS (5)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

487) Áreas Locais: IVATÉ, MARIA HELENA, UMUARAMA, VERE

Localidades com Tratamento Local: PLACA ICARAIMA, TRÊS PLACAS, SERRA DOS DOURADOS, MARACAJÁ e SEDE PROGRESSO (5)

488) Áreas Locais: JABOTI, JAPIRA, PINHALAO, TOMAZINA

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO AGUA BRANCA, BAIRRO DO GUAPE, DECOL, LAVRINHA, PINHALÃO, SILVA REIS, TERRA ROXA, ANTA e BAIRRO DO MATAO (9)

489) Áreas Locais: JAGUARIAIVA, PIRAI DO SUL, SENGES

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO CADEADO, BAIRRO FAXINAL DOS LANCAS, BAIRRO PESQUEIRO, EDUARDO XAVIER DA SILVA, JAGUARIAÍVA, JANGAI, MORRO AZUL, BOA VISTA e BAIRRO DOS ALVES (9)

490) Áreas Locais: JANIOPOLIS, MOREIRA SALES

Localidades com Tratamento Local: BREDAPOLIS, BAIRRO 34, BAIRRO JAMAICA e MOREIRA SALES (4)

491) Áreas Locais: JARDIM ALEGRE, KALORE, LUNARDELLI, SAO JOAO DO IVAI

Localidades com Tratamento Local: JARDIM FLORESTAL, AGUA DA MELOCA, PRIMAVERA, LUAR, SÃO JOÃO DO IVAI e UBAUNA (6)

492) Áreas Locais: JARDIM ALEGRE, LUNARDELLI

Localidades com Tratamento Local: POUSO ALEGRE, GUARITA, LUNARDELLI e VILA RURAL ABÍLIO GOMES JARDIM (4)

493) Áreas Locais:LONDRINA, SANTO ANTONIO DO PARAISO, SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA

Localidades com Tratamento Local: AGUA BRANCA, SAO JUDAS TADEU, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA e SECAO ALTO ALEGRE (4)

494) Áreas Locais: JURANDA, UBIRATA

Localidades com Tratamento Local: RIO VERDE, CARAJA, CASCALHO, SAO JOAO, TRES PLACAS e UBIRATÃ (6)

495) Áreas Locais: CURITIBA, RIO NEGRO

Localidades com Tratamento Local: AGUA AZUL, BARRA DOS MELLOS, BONITO, BUTIA, CAMPINA PRESTES, CANOEIRO, CARQUEJA, COLONIA SAO CARLOS, FAXINAL DOS CORREA, FEIXO, JOANESDORFF, LAPA, MARAFIGO, MATO PRETO, NUCLEO LEITEIRO, PALMITAL DE BAIXO, PEDRA LISA, RIO DA AREIA, RIO DA VARZEA, SANTO AMARO, SAO BENTO, VISTA ALEGRE, BARRA GRANDE, CAMPINA DOS ANDRADES, CAMPINA DOS ANJOS e LENÇOL (26)

496) Áreas Locais: LARANJAL, PALMITAL

Localidades com Tratamento Local: AGUA NOVA, ALTO SCHEREINER, LARANJAL, PINHALZINHO, RIO DAS CONCHAS, ZOCA, AGUA QUENTE e PINHAL GRANDE (8)

497) Áreas Locais: LEOPOLIS, SERTANEJA

Localidades com Tratamento Local: JANDINOPOLIS, PRIMAVERA, PARANAGI e SERTANEJA (4)

498) Áreas Locais: LOANDA, NOVA LONDRINA, QUERENCIA DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: LOANDA, CINTRA PIMENTEL e ICATU (3)

499) Áreas Locais: LUIZIANA, MAMBORE

Localidades com Tratamento Local: PRANCHINHAS, AGUA GRANDE, CANJARANA, MAMBORÊ, PATRIMONIO GUARANI e PENSAMENTO (6)

500) Áreas Locais: MARECHAL CANDIDO RONDON, MERCEDES, QUATRO PONTES

Localidades com Tratamento Local: BELA VISTA, MARECHAL CÂNDIDO RONDON, NOVO HORIZONTE, NOVO TRES PASSOS, SAO CRISTOVAO, SAO ROQUE, VILA CURVADO, ARROIO GUACU, TRES IRMAS e FLOR DA SERRA (10)

501) Áreas Locais: MARIA HELENA, UMUARAMA

Localidades com Tratamento Local: SAO JOSE, LOVAT, ROBERTO SILVEIRA e UMUARAMA (4)

502) Áreas Locais: MARILANDIA DO SUL, MAUA DA SERRA

Localidades com Tratamento Local: NOVA AMOREIRA, SAO JOSE, MAUÁ DA SERRA e SERRA DO CADEADO (4)

503) Áreas Locais: MARMELEIRO, RENASCENCA, SANTO ANTONIO DO SUDOESTE

Localidades com Tratamento Local: AGUA VERDE, BARRA BONITA, BAULANDIA, BELA VISTA, CANELA, LINHA SAO PAULO, RENASCENÇA, RIO ELIAS, SANTA ISABEL e LINHA SANTA IZABEL (10)

504) Áreas Locais: MATELANDIA, MEDIANEIRA

Localidades com Tratamento Local: ALTO DOURADO, CABECEIRA DO REPRESO, LINHA DOURADO, LINHA JAVALI, LINHA MINEIRA, LINHA OURO VERDE, LINHA SÃO BRAS, MARALUCIA e MEDIANEIRA (9)

505) Áreas Locais: MATINHOS, PARANAGUA

Localidades com Tratamento Local: COLONIA CAMBARA, ILHA DO MACIEL, IPANEMA, COLONIA MARIA LUIZA e COLONIA PEREIRA (5)

506) Áreas Locais: MISSAL, RAMILANDIA

Localidades com Tratamento Local: ESQUINA GAUCHA, JACUTINGA, LINHA BANDEIRANTES, LINHA CACADOR, MISSAL, PRAIA ARROIO NATAL, SANTA CATARINA, SAO JOAO, SAO JOSE, SAO PEDRO, SAO SEBASTIAO, VISTA ALEGRE, VISTA ALTA, CASA AMARELA, LINHA CAFEZINHO e LINHA SAO VICENTE (16)

507) Áreas Locais: MISSAL, SANTA HELENA

Localidades com Tratamento Local: DOM ARMANDO, SANTA CECILIA e ESQUINA ROSA (3)

508) Áreas Locais: NOSSA SENHORA DAS GRACAS, SANTA FE

Localidades com Tratamento Local: MENDESLANDIA, SANTA FÉ e VILA RURAL (3)

509) Áreas Locais: NOVA PRATA DO IGUACU, SALTO DO LONTRA, SANTA IZABEL DO OESTE

Localidades com Tratamento Local: ALTO BELA VISTA, COLONIA NOVA, GUARANI, LINHA NOVA GAUCHA, LINHA SAO JOAO DO VORA, NOVA PRATA DO IGUAÇU, OURO FINO, STA RITA DE CASSIA, BARRA DO LONTRA, LINHA BOEIRA, NOSSO SENHOR DO BONFIM, NOVA SANANDUVA, PIO X, SANTA LUZIA DO BANDEIRA e NOVA ESTRELA (15)

510) Áreas Locais: NOVA SANTA BARBARA, SAO JERONIMO DA SERRA

Localidades com Tratamento Local: NOVA SANTA BÁRBARA e CARATUVA (2)

511) Áreas Locais: NOVA TEBAS, PITANGA

Localidades com Tratamento Local: BARREIRINHO DE BAIXO, BELA VISTA, CATUPORANGA, NOVA TEBAS, SANTA CLARA, SAO JOSE DO PARAISO, VOLTA GRANDE, BOM RETIRO e RIO SAUDADE (9)

512) Áreas Locais: ORTIGUEIRA, RESERVA

Localidades com Tratamento Local: AGUA DAS PEDRAS, AUGUSTA VITORIA, BANHADAO, BOA VISTA, CAETE, CAMPINA DOS PUPOS, LAGOA SECA, LAJEADO BONITO, ORTIGUEIRA, PALMITAL DO NATINGUI, SAPE, SEDE, SERRA DOS MULATOS e BARRINHA (14)

513) Áreas Locais: OURO VERDE DO OESTE, SAO PEDRO DO IGUACU, TOLEDO

Localidades com Tratamento Local: SAO SEBASTIAO, LUZ MARINA, SAO JUDAS TADEU, BOA VISTA, BOM PRINCIPIO, CERRO DA LOLA, DOIS MARCOS, LINHA SAO PAULO, NOVO SOBRADINHO, OURO PRETO, SAO MIGUEL e TOLEDO (12)

514) Áreas Locais: PALMEIRA, PONTA GROSSA

Localidades com Tratamento Local: CERCADO, COLONIA WITMARSUM, BISCAIA e PASSO DO PUPO (4)

515) Áreas Locais: PALMITAL, SANTA MARIA DO OESTE

Localidades com Tratamento Local: ALTO DA BALSA, PALMITAL e SAO JOSE (3)

516) Áreas Locais: PARAISO DO NORTE, SAO MANOEL DO PARANA

Localidades com Tratamento Local: PARAÍSO DO NORTE e AGUA CLARA (2)

517) Áreas Locais: MATINHOS, PARANAGUA

Localidades com Tratamento Local: PONTAL DO SUL e ILHA DO MEL (2)

518) Áreas Locais: PLANALTO, REALEZA, SANTA IZABEL DO OESTE

Localidades com Tratamento Local: LAJEADO MIRIM, VALERIO, MARAVILHA, ANTA GORDA, ANUNCIAÇÃO, JACUTINGA, QUILOMETRO 47, RIO DA PRATA, SANTA IZABEL DO OESTE, SÃO JUDAS TADEU, SÃO PEDRO, SARANDIZINHO e UNIÃO DO OESTE (13)

519) Áreas Locais: PEROLA, XAMBRE

Localidades com Tratamento Local: CORCOVADO, PÉROLA, TRES VENDAS e PINDORAMA (4)

520) Áreas Locais: CURITIBA, PONTA GROSSA

Localidades com Tratamento Local: AGUA CLARA DE BAIXO, CACHOEIRA DE IPANEMA, LAGOA VERDE, PANGARE, PANGARE VELHO, QUITANDINHA, RIBEIRAO VERMELHO e SAO GABRIEL e TAQUARI DOS POLACOS (9)

521) Áreas Locais: PORTO BARREIRO, RIO BONITO DO IGUACU

Localidades com Tratamento Local: BARRA GRANDE, ASSENTAMENTO IRENO ALVES, LINHA ROSA, PINHALZINHO e RIO BONITO DO IGUAÇU (5)

522) Áreas Locais: QUERENCIA DO NORTE, SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

Localidades com Tratamento Local: CENTRAO, PORTO BRASILIO, PORTO FELICIO, QUERÊNCIA DO NORTE, AGUA DA PRATA e SANTA ESMERALDA (6)

523) Áreas Locais: REBOUCAS, RIO AZUL

Localidades com Tratamento Local: AGUA QUENTE DOS LUZ, FAXINAL DOS MARMELEIROS, POTINGA, REBOUÇAS, RIOZINHO DOS SANTOS, RODEIO, MARUMBI DOS ELIAS e MARUMBI DOS RIBEIRO (8)

524) Áreas Locais: REBOUCAS, RIO AZUL

Localidades com Tratamento Local: BARRA DOS ANDRADES, FAXINAL DOS FRANCOS, SALTO, AGUA QUENTE DOS MEIRA, FAXINAL DO SAO PEDRO, RIO AZUL e SOARES (7)

525) Áreas Locais: RESERVA, ROSARIO DO IVAI, TIBAGI

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO DA ESTACAO, BARREIRO, BUTUCUDOS, CAMPINA BELA, FAXINAL FINO, HERVAL DE CIMA I, IMBUIA, MACACOS, PALMITAL, PINHAL CHATO, RESERVA, SABUGUEIRO, BOA VISTA DA SANTA CRUZ, BARRA MANSA, CACHOEIRA, CAMPINA ALTA e VASTO HORIZONTE (17)

526) Áreas Locais: RIO AZUL, SAO JOAO DO TRIUNFO, SAO MATEUS DO SUL

Localidades com Tratamento Local: INVERNADA, VILA NOVA, COXILHAO DAS AMEIXEIRAS, AGUA BRANCA, CAMBARA DO SUL, DIVISA, ESPIGAOZINHO, ESTIVA, ESTIVA DOS VIDAL, FARTURA DO POTINGA, FAXINAL DOS ELIAS, FAXINAL DOS ILHEUS, LAJEADINHO, LAJEADO, MONJOLOS, PONTILHAO, PORTO RIBEIRO, ROSAS, SÃO MATEUS DO SUL, TURVO BARRACA, TURVO DE CIMA e VARGEM GRANDE (22)

527) Áreas Locais: RONDON, TAPEJARA

Localidades com Tratamento Local: BERNARDELLI, RONDON, TRÊS PLACAS e BELA VISTA DO TAPIRACUI (4)

528) Áreas Locais: RONDON, TAPEJARA, TUNEIRAS DO OESTE

Localidades com Tratamento Local: APARECIDINHA, RICASSOLO, TAPEJARA e MARABA (4)

529) Áreas Locais: SALTO DO ITARARE, SIQUEIRA CAMPOS, TOMAZINA

Localidades com Tratamento Local: ALECRIM, GUABIROBA, SALTINHO, SANTA TEREZINHA, SIQUEIRA CAMPOS e BARRA MANSA (6)

530) Áreas Locais: SANTA CECILIA DO PAVAO, SAO JERONIMO DA SERRA

Localidades com Tratamento Local: SANTA CECÍLIA DO PAVÃO e SAO JOAO DO PINHAL (2)

531) Áreas Locais: SAPOPEMA, FIGUEIRA

Localidades com Tratamento Local: VIDA NOVA e FIGUEIRA (2)

UF: PR e SC

532) Áreas Locais: BARRACAO, DIONISIO CERQUEIRA

Localidades com Tratamento Local: BARRACÃO(PR), VILA RURAL (PR), BARRA DA UNIÃO (SC), BELA VISTA PEPERI (SC), DIONÍSIO CERQUEIRA(SC), IDAMAR (SC), JORGE LACERDA (SC), LINHA SAO JOSE (SC), PA TRACUTINGA (SC), SAO PEDRO TOBIAS (SC), SEDE MARINA (SC) e UNIÃO (SC) (12)

533) Áreas Locais: BITURUNA, CRUZ MACHADO, GENERAL CARNEIRO, MALLET, PAULA FREITAS, PAULO FRONTIN, PORTO UNIAO, UNIAO DA VITORIA

Localidades com Tratamento Local: AUGUSTO LOUREIRO (PR), BITURUNA(PR), LINHA BET (PR), CONCORDIA (PR), CRUZ MACHADO(PR), LAGEADO LISO (PR), LINHA PROCOPIAK (PR), ODESSA (PR), PALMITAL DO MEIO (PR), RIO DO BANHO (PR), ARROIO DO GADO (PR), CAMPINA DO TIGRE (PR), IRATIM (PR), LAJEADO GRANDE (PR), PALMITAL (PR), SANTA LIDIA (PR), SAO BENTO (PR), RIO CLARO DO SUL (PR), SERPASTA (PR), CARAZINHO (PR), COLONIA MACACOS (PR), FAXINAL (PR), RIO DAS ANTAS (PR), VARGEM GRANDE (PR), COLONIA AGUDOS (PR), LINHA IGUACU (PR), SAO ROQUE (PR), ANTA GORDA (SC), LANCA (SC), MARATA (SC), NOVA GALICIA (SC), PORTO UNIÃO(SC), BARREIROS (PR), COLONIA TRABUCO (PR), ENCRUZILHADA DE PORTO ALMEIDA (PR), FAXINAL DOS MARIANOS (PR), GUAIRA (PR), PALMITAL DO MEIO (PR), PINHALAO (PR), RIO DOS BANHADOS (PR), RIO VERMELHO (PR), SAO DOMINGOS (PR), SAO JOSE DO RIO VERMELHO (PR) e UNIÃO DA VITÓRIA(PR) (44)

534) Áreas Locais : JOINVILLE, MATINHOS

Localidades com Tratamento Local: GARUVA (SC) e PEDRA BRANCA DO ARARAQUARA (PR) (2)

535) Áreas Locais: JOINVILLE, RIO NEGRO

Localidades com Tratamento Local: AUGUSTA VITORIA (SC), AVENCAL DE CIMA (SC), AVENCAL DO SALTINHO (SC), BELA VISTA DO SUL (SC), BITUVINHA (SC), LEONEL (SC), MAFRA(SC), RIO AREIA DE CIMA (SC), RIO PRETO DO SUL (SC), SALTINHO DO CANIVETE (SC), SÃO JOÃO DA BOA VISTA (SC), SÃO LOURENÇO (SC), TREVO DE MAFRA (SC), VILA RUTHES (SC) e RIO NEGRO(PR) (15)

UF: RJ

536) Áreas Locais : ANGRA DOS REIS, MANGARATIBA

Localidades com Tratamento Local: GARATUCAIA e CONCEIÇÃO DE JACAREÍ (2)

537) Áreas Locais: ARARUAMA, ARRAIAL DO CABO, CABO FRIO, IGUABA GRANDE, RIO DE JANEIRO, SÃO PEDRO DA ALDEIA, SAQUAREMA

Localidades com Tratamento Local: ARARUAMA, BANANEIRAS, MORRO GRANDE, PRAIA SECA, ARRAIAL DO CABO, FIGUEIRA, MONTE ALTO, CABO FRIO, CAMINHO DE BÚZIOS, IGUABA GRANDE, SAPIATIBA, VILA NOVA, BARRA DE MARICÁ, ESPRAIADO, PONTA NEGRA, BAIXO GRANDE, FLEXEIRAS I, SÃO PEDRO DA ALDEIA, BACAXÁ, JACONÉ e SAQUAREMA (21)

538) Áreas Locais: BARRA DO PIRAI, PIRAI

Localidades com Tratamento Local: BARRA DO PIRAÍ, BOCA DO MATO e SANTANESIA (3)

539) Áreas Locais: BARRA DO PIRAÍ, VOLTA REDONDA

Localidades com Tratamento Local: BARRA DO PIRAÍ, BOCA DO MATO, DORANDIA, FAZENDA SANTA CECÍLIA, IPIABAS, SÃO JOSÉ DO TURVO, VARGEM ALEGRE, ANTÔNIO ROCHA, BARRA MANSA, FLORIANO, NOSSA SENHORA DO AMPARO, PINHEIRAL, POMBAL, RIALTO, ROMA I, ROMA II, SANTA RITA DE CÁSSIA e VOLTA REDONDA (18)

540) Áreas Locais: CACHOEIROS DE MACACU, RIO DE JANEIRO

Localidades com Tratamento Local: AGRO BRASIL (CACHOEIROS DE MACACU), AGRO BRASIL (ITABORAI) e SAMBAETIBA (3)

541) Áreas Locais: CABO FRIO, CASIMIRO DE ABREU, RIO DAS OSTRAS

Localidades com Tratamento Local: CAMPOS NOVOS, TAMOIO, UNAMAR, BARRA DE SÃO JOÃO e RIO DAS OSTRAS (5)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

542) Áreas Locais : ITATIAIA, RESENDE
Localidades com Tratamento Local: JARDIM DAS ROSAS, MARECHAL JARDIM, PENEDO e RESENDE (4)
543) Áreas Locais: ITATIAIA, RESENDE
Localidades com Tratamento Local: VILA FLÓRIDA e NHANGAPI (2)
544) Áreas Locais: MENDES, PIRAÍ
Localidades com Tratamento Local: ENGENHEIRO MORSING e ROSA MACHADO (2)
545) Áreas Locais: MIGUEL PEREIRA, PATY DO ALFERES
Localidades com Tratamento Local: GOVERNADOR PORTELA, MIGUEL PEREIRA e PATY DO ALFERES (3)
546) Áreas Locais: PORTO REAL, QUATIS
Localidades com Tratamento Local: PORTO REAL, FALCAO, JOAQUIM LEITE, QUATIS e RIBEIRAO DE SAO JOAQUIM (5)
547) Áreas Locais: RIO DE JANEIRO, PETROPOLIS
Localidades com Tratamento Local: BARRO BRANCO, CAMPOS ELYSEOS, CAPIVARI, FRAGOSO, IMBARIE, INHOMIRIM, PARADA ANGELICA, PIABETA, RIO DO OURO, SANTA CRUZ DA SERRA, SANTO ALEIXO, SARACURUNA, VILA BEIRA DA SERRA e MEIO DA SERRA (14)
548) Áreas Locais: SAPUCAIA, TERESOPOLIS
Localidades com Tratamento Local: VILA DO PIAO, AGRIÕES DE DENTRO, ÁGUA QUENTE, ALBUQUERQUE, BOM SUCESSO, CAMPANHA, CAMPO LIMPO, CASCATA DO IMBUI, CÓRREGO DAS PEDRAS, CORREGO SUJO, CRUZEIRO, FAZENDA PARQUE BOA UNIÃO, FAZENDA SUIÇA, GRANJA MAFRA, INDEPENDENTE DE MOTTAS, JARDIM SUSPIRO, MOTTAS, PESSEGUEIROS, PIÃO, POÇO DOS PEIXES, PONTE NOVA, POSSE DO IMBUI, PRATA DOS AREDOS, PROVIDÊNCIA, QUEBRA FRASCOS, RETIRO DA SERRA, SANTA RITA, SANTA ROSA, SERRA DO CAPIM, SERRINHA, TERESÓPOLIS, TRÊS CÓRREGOS, VARGEM GRANDE, VARGINHA, VENDA NOVA e VIEIRA (36)
549) Áreas Locais: VALENÇA, VASSOURAS
Localidades com Tratamento Local: BARÃO DE JUPARANÁ e BARÃO DE VASSOURAS (2)
UF: RJ e SP
550) Áreas Locais: BANANAL, RIO CLARO
Localidades com Tratamento Local: RANCHO GRANDE (SP) e POUSO SECO (RJ) (2)
UF: RN
551) Áreas Locais: CAICARA DO NORTE, SAO BENTO DO NORTE
Localidades com Tratamento Local: CAIÇARA DO NORTE e SÃO BENTO DO NORTE (2)
552) Áreas Locais: MAXARANGUAPE, RIO DO FOGO
Localidades com Tratamento Local: MARACAJAÚ e PITITINGA (2)
UF: RO
553) Áreas Locais: ALTA FLORESTA D'OESTE, ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Localidades com Tratamento Local: ALTA FLORESTA D'OESTE, IZIDROLANDIA, NOVA GEASE DO OESTE, ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ, ALTO ALEGRE DOS PARECIS e FLOR DA SERRA (6)
554) Áreas Locais: ARIQUEMES, MACHADINHO DO OESTE
Localidades com Tratamento Local: ARIQUEMES, GARIMPO BOM FUTURO e ORIENTE NOVO (3)
555) Áreas Locais: CASTANHEIRAS, NOVO HORIZONTE DO OESTE, ROLIM DE MOURA
Localidades com Tratamento Local: JARDINÓPOLIS, MIGRANTINÓPOLIS, NOVA ESTRELA e ROLIM DE MOURA (4)
556) Áreas Locais: CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTA BUENO
Localidades com Tratamento Local: BOA ESPERANCA, CHUPINGUAIA, NOVO PLANO, VERDE SERINGAL, RONDOLANDIA, CORUMBIARA, VITORIA DA UNIAO e VALE DO GUAPORE (8)
557) Áreas Locais: CHUPINGUAIA, PARECIS, PIMENTA BUENO, PRIMAVERA DE RONDONIA, SAO FELIPE D'OESTE
Localidades com Tratamento Local: CORGAO, PARECIS, GUAPORE, PIMENTA BUENO, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, QUERENCIA DO NORTE, NOVO PARAISO e SÃO FELIPE D'OESTE (8)
558) Áreas Locais: COLORADO DO OESTE, PIMENTEIRAS DO OESTE
Localidades com Tratamento Local: COLORADO DO OESTE, DISTRITO DE PEROBAL, NOVO COLORADO e PIMENTEIRAS DO OESTE (4)
559) Áreas Locais: CORUMBIARA, VILHENA
Localidades com Tratamento Local: ALTO GUARAJUS, NOVA CONQUISTA, POSTO GAUCHO, SAO LOURENCO e VILHENA (5)
560) Áreas Locais: GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, PORTO VELHO, THEOBROMA
Localidades com Tratamento Local: COLINA VERDE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, SANTA CRUZ DA SERRA, TARILANDIA, BOM JESUS e THEOBROMA (7)
561) Áreas Locais: JI-PARANA, VALE DO PARAISO, PRESIDENTE MEDICI
Localidades com Tratamento Local: JI-PARANÁ, NOVA LONDRINA, SANTA ROSA, VALE DO PARAÍSO e RIACHUELO (5)
562) Áreas Locais: MACHADINHO D'OESTE, VALE DO ANARI
Localidades com Tratamento Local: MACHADINHO D'OESTE, QUINTO BEC, TABAJARA e VALE DO ANARI (4)
563) Áreas Locais: NOVA UNIAO, OURO PRETO DO OESTE, TEIXEIROPOLIS
Localidades com Tratamento Local: NOVA UNIÃO, OURO PRETO DO OESTE, RONDOMINAS e TEIXEIRÓPOLIS (4)
UF: RR
564) Áreas Locais: ALTO ALEGRE, AMAJARI
Localidades com Tratamento Local: TAIANO, AMAJARI, ENTRONCAMENTO EREU, INTERNACIONAL e TRES CORACOES (5)
565) Áreas Locais: ALTO ALEGRE, MUCAJAÍ
Localidades com Tratamento Local: ALTO ALEGRE, BOQUEIRÃO, PAREDÃO e APIAU (4)
566) Áreas Locais: BOA VISTA, BONFIM, MUCAJAI
Localidades com Tratamento Local: BOA VISTA, CONFIANÇA III, MALACACHETA, PASSARAO, SANTA CECÍLIA, SERRA DA MOÇA, SERRA GRANDE, TABA LASCADA, SAO FRANCISCO, TESÃO, VILA NOVA ESPERANCA e TAMANDARE (12)
567) Áreas Locais: BOA VISTA, MUCAJAI
Localidades com Tratamento Local: VILA FELIX PINTO e MUCAJAÍ (2)
UF: RS
568) Áreas Locais: AGUDO, ARROIO DO TIGRE, ESTRELA VELHA, IBARAMA, LAGOA BONITA DO SUL, PASSA SETE, SEGREDO, SOBRADINHO
Localidades com Tratamento Local: LINHA ARAÇÁ, COLONINHA, ESTRELA VELHA, BOA ESPERANCA, LAGOA BONITA DO SUL, LINHA ALTA, CAMPO DE SOBRADINHO, PASSA SETE, PITINGAL, SERRINHA VELHA e SOBRADINHO (11)
569) Áreas Locais: AGUDO, DONA FRANCISCA
Localidades com Tratamento Local: PICADA DO RIO, DONA FRANCISCA, FORMOSO, LINHA DO MOINHO e LINHA GRANDE (5)
570) Áreas Locais: AGUDO, DONA FRANCISCA, NOVA PALMA, RESTINGA SECA
Localidades com Tratamento Local: LINHA BOEMIA,LINHA POMERANOS, LINHA AVILA, TROMBUDO, CAEMBORA, COLONIA BORGES, FAZENDA BORGES, JACUI, RESTINGA SECA, SANTUARIO, VARZEA DO MEIO e VILA PARAISO (12)
571) Áreas Locais: AGUDO, NOVA PALMA
Localidades com Tratamento Local: UZINA FRANCISCANA, COMÉRCIO, GRAMADO, LINHA DOZE, NOVA PALMA, NOVO PARAISO, PINHALZINHO, RINCÃO DOS FREOS, SANTO ANTÔNIO, SAO FRANCISCO e VILA CRUZ (11)
572) Áreas Locais: AGUDO, RESTINGA SECA
Localidades com Tratamento Local: AGUDO, CERRO CHATO, LINHA TEUTÔNIA, RINCAO DESPRAIADO, VARZEA DO AGUDO e PASSO DAS TUNAS (6)
573) Áreas Locais: AJURICABA, NOVA RAMADA
Localidades com Tratamento Local: AJURICABA, ESPINILHO, ESQUINA CAROVI, ESQUINA LAUSMAN, LINHA QUINZE, LINHA TREZE NORTE, LINHA VINTE E NOVE, LINHA VINTE E TRÊS NORTE, MEDIANEIRA, BARRO PRETO, ESQUINA UMBU, FORMIGUEIRO, NOVA RAMADA e PINHAL (14)
574) Áreas Locais: ALEGRETE, ITAQUI, QUARAI
Localidades com Tratamento Local: ALEGRETE, DURASNAL, JACAQUA, PASSO NOVO, ITAO, COXILHA SAO RAFAEL e NOSSA SENHORA DAS GRACAS (7)
575) Áreas Locais: ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL, CARAZINHO, COQUEIROS DO SUL, SANTO ANTONIO DO PLANALTO
Localidades com Tratamento Local: LINHA VITÓRIA, MATA COBRA, RINCAO DO SEGREDO, VILA SECA, CARAZINHO, PINHEIRO MARCADO, SAO BENTO, COQUEIROS DO SUL, IGREJINHA, XADREZ e RINCAO DOCE (11)
576) Áreas Locais: AMARAL FERRADOR, ENCRUZILHADA DO SUL
Localidades com Tratamento Local: COXILHA DO AMARAL FERRADOR, ENCRUZILHADA DO SUL, PINHEIRO e QUERO-QUERO (4)
577) Áreas Locais: ANDRE DA ROCHA, NOVA BASSANO
Localidades com Tratamento Local: CHIMARRAO, CAÇADOR, CAPELA SANTA TEREZINHA, LINHA OITAVA, LINHA ONZE, LINHA SANTA CRUZ, NOVA BASSANO, POVOADO ZANETTI, SANTO IZIDORO, SÃO PELEGRINO e SENADOR RAMIRO (11)
578) Áreas Locais: ANDRE DA ROCHA, NOVA PRATA, SAO JORGE
Localidades com Tratamento Local: ANDRÉ DA ROCHA, CAMPESTRE, CAPELA SANTA CATARINA, CAPELA SÃO ROQUE, CAPELA TRES MARTIRES, GRAMADO, LINHA 15 DE NOVEMBRO, NOVA PRATA, POVOADO COLLA, RIO BRANCO, SANTA TEREZINHA, SANTO IZIDORO e ENTRE RIOS (13)
579) Áreas Locais: ANTA GORDA, ARVOREZINHA, DOUTOR RICARDO
Localidades com Tratamento Local: ANTA GORDA, BORGHETTO, ITAPUCA, LINHA PEDRO ALVARES CABRAL, LINHA QUARTA, LINHA SANTOS FILHO, LINHA QUARTA BAIXA, DOUTOR RICARDO e LINHA TESCHINER (9)
580) Áreas Locais: ANTONIO PRADO, FLORES DA CUNHA
Localidades com Tratamento Local: LINHA SAO PEDRO, FLORES DA CUNHA, LAGOA BELLA, LINHA SAO JOAO, MATO PERSO, PASSO DO ZEFERINO, SAO GOTARDO, SÃO VALENTIN, SETE DE SETEMBRO e TRAVESSAO RONDELLI (10)
581) Áreas Locais: ANTONIO PRADO, IPE, NOVA ROMA DO SUL
Localidades com Tratamento Local: ANTÔNIO PRADO, CAPELA SAO JOAO, LINHA AMARILIO, LINHA CAMARGO, LINHA CÂNDIDA, LINHA DOIS DE JULHO, LINHA TRINTA, LINHA VINTE E UM DE ABRIL ALTO, SANTANA, SAO ROQUE, VILA VINTE E UM DE ABRIL, SEGREDO, CASTRO ALVES e TRAJANO (14)
582) Áreas Locais: ARAMBARE, CAMAQUA, CHUVISCA
Localidades com Tratamento Local: SANTA RITA DO SUL, BANDEIRINHA, BANHADO DO COLÉGIO, BONITO, CAMAQUÃ, CAPELINHA SANTO ANTÔNIO, ILHA SANTO ANTÔNIO, SANTAUTA, SAO CARLOS, VILA AURORA, BOA VISTA, CAPELA SÃO PEDRO, CAPELA VELHA, CHUVISCA, GUARAXIM DA SERRA e SAO BRAZ (16)
583) Áreas Locais: ARATIBA, BARRA DO RIO AZUL, ITATIBA DO SUL
Localidades com Tratamento Local: RIO AZUL, JUBARE, RIO BRASIL, ITATIBA DO SUL, SALTINHO, POVOADO TOZZO e SETE LAGOAS (7)
584) Áreas Locais: ARATIBA, MARIANO MORO
Localidades com Tratamento Local: ARATIBA, SEDE DOURADO, TRES BARRAS, VOLTA FECHADA e LINHA VARZEA (5)
585) Áreas Locais: ARROIO DO MEIO, CAPITAO, ESTRELA, FAZENDA VILANOVA, PAVERAMA, ROCA SALES, TEUTONIA, TRAVESSEIRO
Localidades com Tratamento Local: FORQUETA, SAO LUIZ, ARROIO DO OURO, COSTAO, ESTRELA, GLORIA, LINHA DELFINA, LINHA GERALDA BAIXA, LINHA GERALDO ALTO, LINHA LENZ, LINHA SÃO JOSÉ, LINHA SÃO LUIZ, NOVO PARAISO, PORONGOS, SANTA RITA, FAZENDA VILANOVA, SANTA MANOELA, FAZENDA LOHMANN, LINHA GERMANO, TRES SALTOS ALTOS e TRES SALTOS BAIXOS (21)
586) Áreas Locais: ARROIO DO MEIO, CRUZEIRO DO SUL, ESTRELA, LAJEADO
Localidades com Tratamento Local: ARROIO DO MEIO, BARRA DO FORQUETA, CRUZEIRO DO SUL, ESTRELA e LAJEADO (5)
587) Áreas Locais: ARROIO DO TIGRE, ESTRELA VELHA
Localidades com Tratamento Local: ARROIO DO TIGRE, LINHA PALETA, LINHA SAO JOSE, LINHA SAO PEDRO, PROGRESSO, RINCAO DA ESTRELA, VILA SAO LUIZ e ITAUBA (8)
588) Áreas Locais: ARROIO DO TIGRE, TUNAS
Localidades com Tratamento Local: SITIO, BAIRRO FLORESTA e TUNAS (3)
589) Áreas Locais: ARROIO GRANDE, RIO GRANDE
Localidades com Tratamento Local: MAUA, PEDREIRAS, SANTA IZABEL DO SUL e TAIM (4)
590) Áreas Locais: ARVOREZINHA, ITAPUCA, NOVA ALVORADA
Localidades com Tratamento Local: ARVOREZINHA, LAJEADO FERREIRA, PINHAL QUEIMADO, SAO JOSE, ITAPUCA e GENERAL CADORNA (6)
591) Áreas Locais: AUGUSTO PESTANA, BOA VISTA DO CADEADO, CORONEL BARROS
Localidades com Tratamento Local: AUGUSTO PESTANA, ESQUINA GAÚCHA, ESQUINA RENZ, MARMELEIRO, PARAISO, PONTE BRANCA, PONTE DO IJUIZINHO, PONTE NOVA, RINCAO DOS MULLER, ROSARIO, SAO MIGUEL, FORMIGUEIRO e RINCAO DOS PAMPAS (13)
592) Áreas Locais: AUREA, GAURAMA, VIADUTOS
Localidades com Tratamento Local: LINHA KM 25, ALTO CAÇADOR, BALIZA, GAURAMA, SÃO PEDRO e LAMBARI (6)
593) Áreas Locais: BAGE, CANDIOTA, HULHA NEGRA
Localidades com Tratamento Local: BAGÉ, JOSE OTAVIO, PIRAI, SANTA TEREZA, SAO DOMINGOS, SEIVAL, COLONIA NOVA ESPERANCA e SANTO ANTONIO (8)
594) Áreas Locais: BAGE, DOM PEDRITO, LAVRAS DO SUL
Localidades com Tratamento Local: JOCA TAVARES, PALMAS, TORQUATO SEVERO, IBARE, LAVRAS DO SUL e RINCAO DOS SARAIVAS (6)
595) Áreas Locais: BALNEARIO PINHAL, CIDREIRA
Localidades com Tratamento Local: BALNEÁRIO PINHAL e COSTA DO SOL (2)
596) Áreas Locais: BARAO DE COTEGIPE, CENTENARIO, ERECHIM, PAULO BENTO, QUATRO IRMAOS
Localidades com Tratamento Local: LINHA CERVIA, POVOADO WAWRUCH, CENTENÁRIO, VILA HORTÊNCIA, CAPO-ERE, CASCATA NAZARI, ERECHIM, JAGUARETE, KM 14 DOURADO, CHAPADÃO, GIARITA, GRAMADO, LINHA QUATRO, PAULO BENTO e QUATRO IRMÃOS (15)
597) Áreas Locais: BARAO DO TRIUNFO, TAPES
Localidades com Tratamento Local: SERRA DO ERVAL e TAPES (2)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

598) Áreas Locais: BARRA DO GUARITA, DERRUBADAS, TENENTE PORTELA
Localidades com Tratamento Local: BARRA DO GUARITA, CAPOEIRA GRANDE, CEDRO MARCADO, DERRUBADAS, BRACO FORTE, DALTRO FILHO, PEDRA LISA, SAO PEDRO, SEDE DO POSTO INDIGENA-KM 10, TENENTE PORTELA e TRES SOITAS (11)
599) Áreas Locais: BARRA DO RIO AZUL, BENJAMIN CONSTANT DO SUL, FAXINALZINHO, SAO VALENTIM
Localidades com Tratamento Local: BARRA DO RIO AZUL, BENJAMIN CONSTANT DO SUL, VOTOURO e SÃO VALENTIM (4)
600) Áreas Locais: BARROS CASSAL, GRAMADO XAVIER
Localidades com Tratamento Local: BARRA DO BRAZ, BARROS CASSAL, BOA VISTA, CERRO GRANDE, GOIABAL, LINHA CECCON, LINHA FREI CLEMENTE, LINHA PINHEIROS, LINHA SÃO PEDRO, LINHA SÃO SEBASTIÃO, SÍTIO ALEGRE, TRÊS LÉGUAS e PINHAL NOVO (13)
601) Áreas Locais: BENTO GONCALVES, FARROUPILHA
Localidades com Tratamento Local: SERTORINA e BURATI (2)
602) Áreas Locais: BENTO GONCALVES, GARIBALDI, IMIGRANTE, MONTE BELO DO SUL
Localidades com Tratamento Local: BENTO GONÇALVES, BURATI, LINHA EULALIA, LINHA LEOPOLDINA, NOSSA SENHORA DO CARAVAGIO, PINTO BANDEIRA, SANTO ANTONIO, SAO PEDRO, SAO VALENTIM, TUIUTI, VALE DOS VINHEDOS, TAMANDARE, DALTRO FILHO e CAPELA NOSSA SENHORA CARAVAGIO (14)
603) Áreas Locais: BOA VISTA DO BURICA, NOVA CANDELARIA
Localidades com Tratamento Local: BOA VISTA DO BURICÁ, CACADOR, IVAGACI, LINHA ALMEIDA, LINHA BOM PRINCÍPIO e SANTO ANTONIO (6)
604) Áreas Locais: BOA VISTA DO CADEADO, BOA VISTA DO INCRA, CRUZ ALTA
Localidades com Tratamento Local: BOA VISTA DO CADEADO, BOA VISTA DO INCRA, COLONIA SÃO JOAO e CRUZ ALTA (4)
605) Áreas Locais: BOM JESUS, CAMBARA DO SUL, SAO FRANCISCO DE PAULA, SAO JOSE DOS AUSENTES
Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS, CASA BRANCA, GOVERNADOR, ITAIMBEZINHO, JOAQUIM MARQUES, MATEMATICO, VILA SANTO INACIO, OURO VERDE, CAZUZA FERREIRA e SAO GONCALO (10)
606) Áreas Locais: BOM PRINCIPIO, HARMONIA, PORTO ALEGRE, SAO JOSE DO HORTENCIO, SAO SEBASTIAO DO CAI
Localidades com Tratamento Local: ARROIO PEDRAS, SAO BENEDITO, SERTAO CAPIVARA, ARROIO BONITO, CAPELA, CHAPADAO, PARECI VELHO, RIO BRANCO e SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ (9)
607) Áreas Locais: BOM RETIRO DO SUL, VENANCIO AIRES
Localidades com Tratamento Local: FAXINAL JOAO COSTA, ARROIO GRANDE, CENTRO LINHA BRASIL, CERRO DOS BOIS, DEODORO, ESTANCIA NOVA, GRAN PARA, LINHA CACHOEIRA, LINHA CHAFARIZ, LINHA DEZESSETE DE JUNHO, LINHA ERVAL, LINHA HANSEL, PALANQUE, PICADA MARIANTE, SANTA EMILIA, SANTA TECLA, SANTANA, VENÂNCIO AIRES e VILA ARLINDO (19)
608) Áreas Locais: BOQUEIRAO DO LEAO, ENCANTADO, GRAMADO XAVIER, HERVEIRAS, SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VERA CRUZ
Localidades com Tratamento Local: LINHA ARACA, SERAFIM SCHMIDT, SETE LEGUAS, SANTA CLARA, GRAMADO XAVIER, PINHAL SAO FRANCISCO, HERVEIRAS, ALTO PAREDÃO, ANDRADE NEVES, BOA VISTA, CERRO ALEGRE ALTO, CERRO ALEGRE BAIXO, ERVAL DE SAO JOAO, LINHA ANTÃO, LINHA EUGÊNIA, SANTA CRUZ DO SUL, SAO JOSE DA RESERVA, SAO MARTINHO, SARAIVA, LINHA ALMEIDA, LINHA PINHAL, ENTRE RIOS e LINHA TAPERA (23)
609) Áreas Locais: BOZANO, CONDOR, IJUI, NOVA RAMADA
Localidades com Tratamento Local: SALTO, LINHA BARRA DO BARBOSA, BARREIRO, CHORAO, FLORESTA, IJUÍ, RINCÃO DOS GÓIS, SANTA LUCIA, SANTANA, SANTO ANTONIO e MONTE ALVÃO (11)
610) Áreas Locais: BROCHIER, MARATA
Localidades com Tratamento Local: BROCHIER, LINHA TIGRE, NOVO PARIS, PINHEIRO MACHADO e MARATÁ (5)
611) Áreas Locais: BROCHIER, MARATA, PORTO ALEGRE, SAO JOSE DO SUL
Localidades com Tratamento Local: BATINGA SUL, ESPERANCA, COSTA DA SERRA, FORTALEZA, MONTENEGRO, PESQUEIRO, PORTO GARIBALDI, SANTOS REIS, SERRA VELHA, SÃO JOSÉ DO MARATÁ e SÃO JOSÉ DO SUL (11)
612) Áreas Locais: BUTIA, PORTO ALEGRE
Localidades com Tratamento Local: BALNEARIO PONTE DO ARAME, BUTIÁ, CERRO DO ROQUE, FRANCISQUINHO e QUITERIA (5)
613) Áreas Locais: CACAPAVA DO SUL, SAO SEPE
Localidades com Tratamento Local: BOM JARDIM, CAÇAPAVA DO SUL, CAIEIRAS, CARAJA SEIVAL, CERRO DO MARTINS, COXILHA SÃO JOSÉ, DURASNAL, FORNINHO, MINAS DO CAMAQUA, SANTA BARBARA, VILA PROGRESSO e CERRITO DO OURO (12)
614) Áreas Locais: CACHOEIRA DO SUL, NOVO CABRAIS, RIO PARDO
Localidades com Tratamento Local: BARRO VERMELHO, BOSQUE, CACHOEIRA DO SUL, CAPANE, CORDILHEIRA, FERREIRA, JARDIM TODESMADE, PIQUIRI, TRES VENDAS, CORTADO, NOVO CABRAIS, RINCÃO DOS CABRAIS e BEXIGA (13)
615) Áreas Locais: CAIBATE, MATO QUEIMADO
Localidades com Tratamento Local: CAIBATÉ, RINCAO DA CONCEICAO, VISTA ALEGRE, MATO QUEIMADO e PONTAO DO IJUI (5)
616) Áreas Locais: CAMPESTRE DA SERRA, MONTE ALEGRE DOS CAMPOS, MUITOS CAPOES, VACARIA
Localidades com Tratamento Local: SAO MANOEL, ESTEIRA, MONTE ALEGRE DOS CAMPOS, BOM RETIRO, CAPÃO GRANDE, ITUIM, MUITOS CAPÕES, BORTOLON, CAPAO GRANDE, CAPELA MONTE ALEGRE, CAPELA NOSSA SENHORA DO CARMO, CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, COXILHA GRANDE, ESTRELA, PASSO DO SOCORRO, REFUGIADO e VACARIA (17)
617) Áreas Locais: CAMPINAS DO SUL, CRUZALTENSE
Localidades com Tratamento Local: BELA ESPERANCA, CAMPINAS DO SUL, ENGENHO GRANDE, LAJEADO IPIRANGA, SAO CAETANO, SAO PAULO, SAO PEDRO, CRUZALTENSE, LINHA SAO ROQUE, PROGRESSO, RIO LISO, SANTA CATARINA e SANTA CRUZ (13)
618) Áreas Locais: CANELA, GRAMADO
Localidades com Tratamento Local: LINHA AMOREIRAS, LINHA SAO PAULO, CAMPESTRE DO TIGRE, CARAHA, CARAZAL, FURNA, GRAMADO, LINHA ÁVILA, LINHA BONITA, LINHA MARCONDES, LINHA NOVA, MOREIRA, QUILOMBO, SERRA GRANDE e VARZEA GRANDE (15)
619) Áreas Locais: CANELA, GRAMADO
Localidades com Tratamento Local: CANELA e GRAMADO (2)
620) Áreas Locais: CANUDOS DO VALE, GRAMADO XAVIER, SERIO
Localidades com Tratamento Local: CANUDOS DO VALE, GRAMADO DOS FRANCOS, ALTO ARROIO ALEGRE e SÉRIO (4)
621) Áreas Locais: CAPAO BONITO DO SUL, LAGOA VERMELHA
Localidades com Tratamento Local: CAPÃO BONITO DO SUL, BOQUEIRÃO, CAMPINAS, CAPÃO DO CEDRO, CLEMENTE ARGOLO, LAGOA VERMELHA, LAJEADO IVOS, PESAMIGLIO, SANTA LUZIA, TUPINAMBA e TURVO (11)
622) Áreas Locais: CAPAO DA CANOA, MAQUINE, TERRA DE AREIA, XANGRI-LA
Localidades com Tratamento Local: CAPÃO DA CANOA, BARRA DO OURO, BARRA DOS QUIRINOS e ATLANTIDA (4)
623) Áreas Locais: CAPÃO DA CANOA, OSÓRIO, XANGRI-LA
Localidades com Tratamento Local: ARCO-ÍRIS, ARAÇÁ, CAPÃO DA CANOA, GUARANI, JARDIM BEIRA MAR, PRAIA DO BARCO, ZONA NORTE, ATLÂNTIDA SUL, MIRIÁPOLIS, ARPOADOR, ATLÂNTIDA, COQUEIROS, MARINA, MARISTELA, NOIVA DO MAR, RAINHA DO MAR, REMANSO e XANGRI-LA (18)
624) Áreas Locais: CAPAO DO CIPO, SANTIAGO, UNISTALDA
Localidades com Tratamento Local: CAPÃO DO CIPÓ, CAROVI, FLORIDA, LINHA OITO, MONTE ALEGRE, PASSO DO TIBURCIO, SANTIAGO, TUPANTUBA e UNISTALDA (9)
625) Áreas Locais: CARAA, PORTO ALEGRE
Localidades com Tratamento Local: CARAÁ, RIO DOS SINOS, BARROCADAS, CATANDUVA GRANDE, CATANDUVINHA, CHICOLOMA, ENTREPELADO, EVARISTO, ILHA LAGOA DOS BARROS, IMBIRUÇU, MONJOLO, PINHEIRINHOS, PORTAO e SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (14)
626) Áreas Locais: CARLOS BARBOSA, GARIBALDI
Localidades com Tratamento Local: LINHA VITORIA, GARIBALDI, LINHA QUINZE DE NOVEMBRO, MARCORAMA, SAO GABRIEL, SAO JOSE DA COSTA REAL, SAO LUIZ DO ARARIPE, SAO MIGUEL e SAO ROQUE DA FIGUEIRA DE MELO (9)
627) Áreas Locais: CARLOS BARBOSA, GARIBALDI
Localidades com Tratamento Local: CARLOS BARBOSA e GARIBALDI (2)
628) Áreas Locais: CARLOS GOMES, VIADUTOS
Localidades com Tratamento Local: CARLOS GOMES, LINHA TRES e VIADUTOS (3)
629) Áreas Locais: CASCA, CIRIACO
Localidades com Tratamento Local: CASCA, EVANGELISTA, MIGLIAVACA e SAO SEBASTIAO DO QUARAIM (4)
630) Áreas Locais: CAXIAS DO SUL, FARROUPILHA
Localidades com Tratamento Local: AGUDO, ANA RECH, APANHADOR, BEVILAQUA, BOA VISTA, CAXIAS DO SUL, GALÓPOLIS, ILHÉUS, LINHA QUARENTA, LINHA TRINTA, MONTE BERICO, PARADA CRISTAL, SÃO BRAS, SÃO JOÃO DA QUARTA LÉGUA, SÃO JORGE DA MULADA, SÃO PAULINO, SÃO PEDRO DA TERCEIRA LÉGUA, SÃO VALENTIM DA SEXTA LÉGUA, VILA OLIVA e SÃO ROQUE (20)
631) Áreas Locais: CAXIAS DO SUL, FLORES DA CUNHA
Localidades com Tratamento Local: SANTA JUSTINA e OTAVIO ROCHA (2)
632) Áreas Locais: CERRITO, PEDRO OSORIO
Localidades com Tratamento Local: ALTO ALEGRE, CERRITO, VILA FREIRE, MATARAZZO, PASSO DE SANTANA e PEDRO OSÓRIO (6)
633) Áreas Locais: CHAPADA, COQUEIROS DO SUL, SARANDI
Localidades com Tratamento Local: LINHA WESTPHALEN, VILA RICA, RIO BONITO, ATIACU, BARREIRINHO, BEIRA CAMPOS, LINHA MENDES ALTO e SARANDI (8)
634) Áreas Locais: CHIAPETTA, INHACORA
Localidades com Tratamento Local: CHIAPETTA, SAO JUDAS TADEU e RINCAO DAS BANDEIRAS (3)
635) Áreas Locais: CIDREIRA, OSORIO, TRAMANDAI
Localidades com Tratamento Local: FORTALEZA, SANTA LUZIA, ESTANCIA VELHA e TRAMANDAÍ (4)
636) Áreas Locais: COLINAS, ESTRELA
Localidades com Tratamento Local: LINHA BEIJA-FLOR e COSTAO (2)
637) Áreas Locais: COQUEIRO BAIXO, NOVA BRESCIA
Localidades com Tratamento Local: ARROIO LAGE, COQUEIRO BAIXO, LINHA STEFANIA e NOVA BRÉSCIA (4)
638) Áreas Locais: COXILHA, SERTAO
Localidades com Tratamento Local: ARROIO DE FATIMA, BALNEÁRIO VERDES MARES, COLONIA ARAUJO, ENGENHEIRO LUIZ ENGLERT, PAIOL QUEIMADO e SERTÃO (6)
639) Áreas Locais: CRISTAL DO SUL, FREDERICO WESTPHALEN
Localidades com Tratamento Local: CRISTAL DO SUL, CASTELINHO, FREDERICO WESTPHALEN, OSVALDO CRUZ e PONTE DO PARDO (5)
640) Áreas Locais: DAVID CANABARRO, MULITERNO
Localidades com Tratamento Local: DAVID CANABARRO, NOSSA SENHORA DE FATIMA, SAO JOSE DO CAPINGUI e CAPELA SAO PEDRO (4)
641) Áreas Locais: DEZESSEIS DE NOVEMBRO, ROLADOR, SAO LUIZ GONZAGA
Localidades com Tratamento Local: JOAO DE CASTILHOS, NOVA FLORIDA, PASSO DO FAXINAL, PASSO DO QUARESMA, ROLADOR, SERRINHA, AFONSO RODRIGUES, CAPELA SAO PAULO, RINCAO DE SAO PEDRO, SANTA INES, SAO LOURENCO DAS MISSOES e SÃO LUIZ GONZAGA (12)
642) Áreas Locais: DOIS LAJEADOS, SAO VALENTIM DO SUL
Localidades com Tratamento Local: DOIS LAJEADOS e SANTA BÁRBARA (2)
643) Áreas Locais: DOM FELICIANO, SÃO LOURENÇO DO SUL
Localidades com Tratamento Local: BARRA DO ARROIO GRANDE, DOM FELICIANO, FAXINAL e FAXINAL (4)
644) Áreas Locais: DOUTOR RICARDO, ENCANTADO, MUCUM, ROCA SALES
Localidades com Tratamento Local: LINHA BONITA, BARRA DO GUAPORE, BARRA DAS CONTAS, BRÁS CHARLEO, LINHA ALEGRE, MUÇUM, TREZE DE MAIO, VINTE DE SETEMBRO e LINHA JOÃO ABOTT (9)
645) Áreas Locais: ENCANTADO, ROCA SALES
Localidades com Tratamento Local: BARRA DO JACARE, ENCANTADO, JACAREZINHO, LINHA GARIBALDI, LINHA PALMAS, VALDÁSTICO, ARROIO AUGUSTA e LINHA MARECHAL FLORIANO (8)
646) Áreas Locais: ENTRE-IJUIS, EUGENIO DE CASTRO, SANTO ANGELO, SAO LUIZ GONZAGA, VITORIA DAS MISSOES
Localidades com Tratamento Local: ESQUINA GAUCHA, SETE DE SETEMBRO, ATAFONA, COLONIA MUNICIPAL, COMANDAI, CRISTO REI, LAJEADO CERNE, LAJEADO MUCUIM, PARQUE DAS OLIVEIRAS, RESSACA BURITI, RESTINGA SECA, RINCAO DOS MENDES, RINCAO DOS RORATOS, SANTO ÂNGELO, SAO JOAO BATISTA, SOSSEGO, UNIAO, RESTINGA SECA, BARCA DOS CASTELHANOS, RESSACA DO URUBUCARU, ROLIM DE MOURA e VITÓRIA DAS MISSÕES (22)
647) Áreas Locais: ERVAL GRANDE, GRAMADO DOS LOUREIROS, NONOAI, RIO DOS INDIOS
Localidades com Tratamento Local: GOIO-EN, GRAMADO DOS LOUREIROS, ALDEIA INDÍGENA VISTA ALEGRE, BANANEIRAS, CHALANA, NONOAI, POSTO INDÍGENA DE NONOAI e RIO DOS ÍNDIOS (9)
648) Áreas Locais: ESMERALDA, PINHAL DA SERRA
Localidades com Tratamento Local: ESMERALDA, EXTREMA, SANTA TEREZINHA, SAO SEBASTIÃO, CAPELA SAO CRISTOVAO, NOSSA SENHORA DA SAUDE, PINHAL DA SERRA, PORTEIRA DO PINHAL e SERRA DOS GREGÓRIOS (9)
649) Áreas Locais: ESPERANCA DO SUL, TIRADENTES DO SUL, TRES PASSOS
Localidades com Tratamento Local: ESPERANÇA DO SUL, LARA, LINHA GLÓRIA, LINHA ISMAEL, ALTO URUGUAI, ESQUINA MASSOTI, LAGEADO BONITO, NOVO PLANALTO, PORTO SOBERBO, TIRADENTES DO SUL, BELA VISTA, SANTO ANTONIO e TRÊS PASSOS (13)
650) Áreas Locais: ESTACAO, FLORIANO PEIXOTO, GETULIO VARGAS
Localidades com Tratamento Local: ESTAÇÃO, NAVEGANTES, VISTA ALEGRE, FLORIANO PEIXOTO, RIO TOLDO e SOUZA RAMOS (6)
651) Áreas Locais: ESTRELA, TEUTONIA
Localidades com Tratamento Local: LINHA GERALDO ALTO e TEUTÔNIA (2)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

652) Áreas Locais: FAXINAL DO SOTURNO, IVORA, SAO JOAO DO POLESINE

Localidades com Tratamento Local: FAXINAL DO SOTURNO, LINHA DONA FRANCISCA, NOVO TREVISO, SITIO ALTO, SITIO DOS MELOS, VALE VERONEZA, VILA SANTOS ANJOS, LINHA CINCO e LINHA CEOLIM (9)

653) Áreas Locais: FORQUETINHA, LAJEADO

Localidades com Tratamento Local: FORQUETINHA, VILA STORCK e LAJEADO (3)

654) Áreas Locais: GARRUCHOS, SAO NICOLAU

Localidades com Tratamento Local: GARRUCHOS, RINCÃO DO IVERÁ, SÃO JOSÉ VELHO, MONTE ALEGRE, RINCÃO DO CONDE, RINCÃO DOS POTREIROS, SANTO ISIDRO e SÃO NICOLAU (8)

655) Áreas Locais: GENERAL CAMARA, PAVERAMA, TABAI, TAQUARI

Localidades com Tratamento Local: BOQUEIRAO, VOLTA DOS FREITAS, BOA ESPERANCA, MORRO AZUL, TABAÍ, AMORAS, ARROIO DAS PEDRAS, BEIRA DO RIO, COLÔNIA VINTE DE SETEMBRO, FAZENDA PALAGI, JULIO DE CASTILHOS, RINCÃO DOS COSTAS, RINCAO SAO JOSE e TAQUARI (14)

656) Áreas Locais: GENERAL CAMARA, VALE VERDE

Localidades com Tratamento Local: CACHOEIRINHA, GENERAL CÂMARA e MONTE ALEGRE (3)

657) Áreas Locais: GENTIL, MARAU

Localidades com Tratamento Local: GENTIL, AUXILIADORA e MARAU (3)

658) Áreas Locais: GENTIL, MATO CASTELHANO, NICOLAU VERGUEIRO, PASSO FUNDO, PONTAO

Localidades com Tratamento Local: CAMPO DO MEIO, MATO CASTELHANO, RINCÃO DOS LOPES, TIJUCO PRETO, NICOLAU VERGUEIRO, BELA VISTA, BOM RECREIO, PASSO FUNDO, PULADOR, SAO JOSE, SAO ROQUE, SEDE INDEPENDÊNCIA e PONTÃO (13)

659) Áreas Locais: GIRUA, SENADOR SALGADO FILHO, UBIRETAMA

Localidades com Tratamento Local: BARRA DO REGINALDO, BOCA DA PICADA, CANDIDO FREIRE, GIRUÁ, MATO GRANDE, RINCÃO DOS MELLOS, SÃO PAULO DAS TUNAS, ESQUINA IPIRANGA, SENADOR SALGADO FILHO, VILA OITO DE AGOSTO, LINHA ACRE, LINHA NATAL e UBIRETAMA (13)

660) Áreas Locais: GRAMADO, NOVA PETROPOLIS

Localidades com Tratamento Local: GRAMADO e LINHA ARARIPE (2)

661) Áreas Locais: GUAPORE, SAO VALENTIM DO SUL

Localidades com Tratamento Local: COLOMBO, GUAPORÉ, LINHA SETIMA e FAZENDA FIALHO (4)

662) Áreas Locais: GUARANI DAS MISSOES, SETE DE SETEMBRO

Localidades com Tratamento Local: GUARANI DAS MISSÕES, LINHA ESTEFÂNIA, LINHA HARMONIA, LINHA TAPERA, LINHA TIMBO, SAO MARCOS, LINHA BARREIRA, LINHA STEFANEA e SETE DE SETEMBRO (9)

663) Áreas Locais: HERVAL, PEDRAS ALTAS

Localidades com Tratamento Local: BASILIO, BOTE, CERRO CHATO, COXILHA DO LAGEADO, HERVAL, JAGUARAO CHICO, MINGOTE e SAO DIOGO (8)

664) Áreas Locais: HORIZONTINA, NOVA CANDELARIA

Localidades com Tratamento Local: ESQUINA DREISIG, ESQUINA ELDORADO, ESQUINA TIRADENTES, ESQUINA TUNA, HORIZONTINA, JACUTINGA, LAJEADO PATOS, LAJEADO SECO, VILA CASCATA e NOVA CANDELÁRIA (10)

665) Áreas Locais: HUMAITA, SEDE NOVA

Localidades com Tratamento Local: HUMAITÁ, LAJEADO ALVORADA, PERDIDOS, ZONA FRISO e CACADOR (5)

666) Áreas Locais: IMBÉ, OSÓRIO, TRAMANDAÍ

Localidades com Tratamento Local: ALBATROZ, HARMONIA, IMARA, IMBÉ, IPIRANGA, MARILUZ, MARILUZ NORDESTE, MARILUZ NORTE, MARISUL, MORADA DO SOL, PRESIDENTE, SANTA TEREZINHA, SANTA TEREZINHA NORTE, SANTA LUZIA, JARDIM ATLÂNTICO, JARDIM DO ÉDEN, NOVA TRAMANDAÍ, OÁSIS DO SUL, TIARAJU e TRAMANDAÍ (20)

667) Áreas Locais: ITAARA, JULIO DE CASTILHOS, PINHAL GRANDE, SAO MARTINHO DA SERRA

Localidades com Tratamento Local: FILIPSON, CEU AZUL, JÚLIO DE CASTILHOS, RAMADA, TAQUAREMBO, RINCAO DA VARZEA e RINCAO DA LAGOA (7)

668) Áreas Locais: ITATI, PORTO ALEGRE, TERRA DE AREIA

Localidades com Tratamento Local: TRÊS PINHEIROS, VILA BOA VISTA, BOA VISTA, CORNELIUS, SANGA FUNDA e TERRA DE AREIA (6)

669) Áreas Locais: ITATI, TRES FORQUILHAS

Localidades com Tratamento Local: ITATI, BOA UNIÃO, MORRO DO CHAPÉU e TRÊS FORQUILHAS (4)

670) Áreas Locais: JABOTICABA, LAJEADO DO BUGRE, PALMEIRA DAS MISSOES, SAGRADA FAMILIA, SAO PEDRO DAS MISSOES

Localidades com Tratamento Local: TRENTIN, LAJEADO DO BUGRE, PALMEIRA DAS MISSÕES, QUEBRADO, SANTA TEREZINHA, LEONEL ROCHA, SAGRADA FAMÍLIA e SÃO PEDRO DAS MISSÕES (8)

671) Áreas Locais: JACUIZINHO, SALTO DO JACUI

Localidades com Tratamento Local: BELA VISTA, JACUIZINHO, NOVO HORIZONTE, ORALINA, RINCAO DOS COSTAS, CAPÃO BONITO, JULIO BORGES, RINCAO DO IVAI, SALTO DO JACUÍ e TABAJARA (10)

672) Áreas Locais: JACUTINGA, PONTE PRETA

Localidades com Tratamento Local: JACUTINGA, LINHA QUATRO, LINHA CINCO e LINHA SETE VOLTAS (4)

673) Áreas Locais: JAGUARAO, SANTA VITORIA DO PALMAR

Localidades com Tratamento Local: CERRITO, JAGUARÃO, MEIA AGUA, NÚCLEO GRANJA BRETANHA, SAO LUIZ e CURRAL ALTO (7)

674) Áreas Locais: JAGUARI, JARI, SANTIAGO

Localidades com Tratamento Local: CHAPADAO, IJUCAPIRAMA, JAGUARI, SANTO ANTONIO, SANTO IZIDRO, SAO XAVIER, TAQUARICHIM, RINCAO DA GLORIA e ERNESTO ALVES (9)

675) Áreas Locais: JAQUIRANA, SAO FRANCISCO DE PAULA

Localidades com Tratamento Local: CHAPADA, BOCA DA SERRA, ELETRA, JUA, LAJEADO GRANDE, RECOSTA, RINCAO DOS KROEFF, SÃO FRANCISCO DE PAULA e TAINHAS (9)

676) Áreas Locais: JARI, TUPANCIRETA

Localidades com Tratamento Local: RINCAO DE SANTANA, ESPINILHO GRANDE, INHACAPETUN, LAJEADO DO CELSO, SAO BERNARDO e TUPANCIRETÃ (6)

677) Áreas Locais: LAGOA DOS TRES CANTOS, TAPERA

Localidades com Tratamento Local: LINHA VITORIA, BARRA DO COLORADO, SÃO PEDRO, TAPERA e TEOTONIA (5)

678) Áreas Locais: MACAMBARA, SAO BORJA

Localidades com Tratamento Local: BORORE, ENCRUZILHADA, RINCAO DO MEIO, RINCAO DO SAMBURA, SÃO BORJA, TIMBAÚVA VILA BRITES e VILA NHU-PORA (8)

679) Áreas Locais: MAMPITUBA, MORRINHOS DO SUL, TORRES, TRES CACHOEIRAS

Localidades com Tratamento Local: COSTÃOZINHO, MAMPITUBA, RIO DE DENTRO, ROCA DA ESTANCIA, VILA SÃO JACÓ, VILA PIXIRICA, SÃO BRÁS, TORRES, VILA SAO JOAO e RIO TERRA (10)

680) Áreas Locais: MANOEL VIANA, SAO FRANCISCO DE ASSIS

Localidades com Tratamento Local: BARRAGEM DO ITU, BELUNO, BOA VISTA, ENCRUZILHADA, PASSO DO GOULART, PASSO DOS VEADOS, PINHEIRINHO BONITO, RINCAO DOS FERREIRA, SÃO FRANCISCO DE ASSIS, TOROQUA e VILA KRAMER (11)

681) Áreas Locais: MARIANA PIMENTEL, PORTO ALEGRE

Localidades com Tratamento Local: ESTIVA, PASSO DA ESTANCIA, BARRA DO RIBEIRO, DOURADILHO, PASSO GRANDE, POTREIRO GRANDE e SERRINHA (7)

682) Áreas Locais: MARQUES DE SOUZA, POUSO NOVO

Localidades com Tratamento Local: VASCO BANDEIRA, VILA FAO e POUSO NOVO (3)

683) Áreas Locais: MATO LEITAO, SANTA CLARA DO SUL

Localidades com Tratamento Local: ARROIO BONITO, BOA ESPERANÇA, LINHA SAMPAIO, MATO LEITÃO, SANTO ANTÔNIO e SAMPAIO (6)

684) Áreas Locais: MORRO REUTER, PORTO ALEGRE

Localidades com Tratamento Local: WALACHAI, DOIS IRMÃOS, PICADA SCHNEIDER, PICADA VERÃO, TRAVESSAO e UNIÃO (6)

685) Áreas Locais: MORRO REUTER, SANTA MARIA DO HERVAL

Localidades com Tratamento Local: SAO JOSE DO HERVAL, BOA VISTA, SANTA MARIA DO HERVAL e VILA AMIZADE (4)

686) Áreas Locais: NOVO MACHADO, TUCUNDUVA

Localidades com Tratamento Local: BARRA FUNDA, LAJEADO CORREDEIRA, LIMOEIRA, NOVA ESPERANCA, ESQUINA BATISTA, ESQUINA BELA HARMONIA, ESQUINA CAVALHEIRO, ESQUINA TUCUNDUVA, SAO BRAS e TUCUNDUVA (10)

687) Áreas Locais: PIRATINI, SANTANA DA BOA VISTA

Localidades com Tratamento Local: CAPELA, PASSO DAS CARRETAS, SANTANA DA BOA VISTA e SERRA DOS VARGAS (4)

688) Áreas Locais: PORTO ALEGRE, PRESIDENTE LUCENA

Localidades com Tratamento Local: IVOTI e PRESIDENTE LUCENA (2)

689) Áreas Locais: PORTO MAUA, TUPARENDI

Localidades com Tratamento Local: RESERVA DO MAUA, CAMPININHA, CERRO ALTO, ESQUINA BURITI, LAJEADO BARRACAO, LAJEADO RAMOS, NOVA ALEMANHA, SAO MARCOS, SAO ROQUE, TRES FAZENDAS e TUPARENDI (11)

690) Áreas Locais: RIO GRANDE, SAO JOSE DO NORTE

Localidades com Tratamento Local: RIO GRANDE e SÃO JOSÉ DO NORTE (2)

691) Áreas Locais: SALDANHA MARINHO, SANTA BARBARA DO SUL

Localidades com Tratamento Local: NOSSA SENHORA APARECIDA, CAPAO ALTO, CRISTO REI, ITAIBA e SANTA BÁRBARA DO SUL (5)

692) Áreas Locais: SALVADOR DO SUL, SAO PEDRO DA SERRA

Localidades com Tratamento Local: CAMPESTRE BAIXO, LINHA COMPRIDA, LINHA SAO JOAO, SALVADOR DO SUL e SÃO PEDRO DA SERRA (5)

693) Áreas Locais: SANTA CECILIA DO SUL, TAPEJARA, VILA LANGARO

Localidades com Tratamento Local: SANTA CECÍLIA DO SUL, TAPEJARA, VILA CAMPOS, COLONIA NOVA e VILA LÂNGARO (5)

694) Áreas Locais: SANTA CRUZ DO SUL, VERA CRUZ

Localidades com Tratamento Local: SANTA CRUZ DO SUL e VERA CRUZ (2)

695) Áreas Locais: SANTA MARGARIDA DO SUL, SAO GABRIEL

Localidades com Tratamento Local: SANTA MARGARIDA DO SUL, AZEVEDO SODRE, CANTAGALO, CATUGABA, FAZENDA SANTA MARTA, FAZENDA SANTO ANDRE, MUDADOR, PALMAS, SANTA BRIGIDA, SANTO ANTONIO, SÃO GABRIEL, SUSPIRO, VACACAI, VILA RUFINO FARIAS e VILA SANTA CLARA (15)

696) Áreas Locais: SANTA MARIA, SAO SEPE

Localidades com Tratamento Local: ARROIO DO VEADO, COLÔNIA PINHEIRO, MARAVILHA DO SUL, PAINS, PASSO DA FERREIRA, PASSO DO VERDE, SANTA FLORA, SANTA MARIA, SAO JOSE DA PORTEIRINHA, VILA VIDEIRA E ABRANTES e TUPANCI (11)

697) Áreas Locais: SANTO AUGUSTO, SAO VALERIO DO SUL

Localidades com Tratamento Local: PEDRO PAIVA, SANTO ANTONIO, SANTO AUGUSTO, TURBOS, COROADOS, SÃO VALÉRIO DO SUL e TOLDO INDÍGENA DO INHACORÁ (7)

698) Áreas Locais: SANTO EXPEDITO DO SUL, SAO JOSE DO OURO, TUPANCI DO SUL

Localidades com Tratamento Local: FARRAPOS, BRUGNAROTTO, JARDIM ALEGRE, MARMELEIRO, SÃO JOSÉ DO OURO, SAO MIGUEL, SAO PEDRO DO IRAXIM, VILA SOUZA e TUPANCI DO SUL (9)

699) Áreas Locais: GENERAL CÂMARA, PORTO ALEGRE

Localidades com Tratamento Local: SANTO AMARO DO SUL, COLÔNIA DALTRO FILHO, COSTA DO CADEIA, LAGO PARQUE CLUBE, LINDOS AIRES, MORRINHOS, PASSO RASO, SÃO JERÔNIMO, TIA EVA e VILA PORTO DO CONDE (10)

700) Áreas Locais: SAO JOSE DO INHACORA, TRES DE MAIO

Localidades com Tratamento Local: SANTO ANTÔNIO, SÃO JOSÉ DO INHACORÁ, BELA VISTA, CONSOLATA, FLOR DE MAIO, MANCHINHA, MEDIANEIRA, PROGRESSO, QUARAIM, SANTA LÚCIA e TRÊS DE MAIO (11)

701) Áreas Locais: SAO JOSE DO NORTE, SAO LOURENCO DO SUL

Localidades com Tratamento Local: BOJURU, CAPAO DE AREIA, CAPAO DO MEIO, BOA VISTA, CANTA GALO, ESPERANÇA, HARMONIA, HARMONIA II, PASSO DOS BAIOS, PICADA DAS ANTAS, PICADA EVARISTO, PINHEIRO, PRADO NOVO, RINCAO DOS AZEVEDOS, SANTA IZABEL, SAO JOAO DA RESERVA, SÃO LOURENÇO DO SUL, TAQUARAL e VILA SANTA TEREZA (19)

702) Áreas Locais: SELBACH, TAPERA

Localidades com Tratamento Local: ARROIO GRANDE, LINHA SANTA ISABEL, SANTA TEREZINHA, SAO PASCOAL, SELBACH, VILA BELA VISTA, VILA FLORESTA e VILA RASPA (8)

703) Áreas Locais: SENTINELA DO SUL, TAPES

Localidades com Tratamento Local: ARAÇA, BOM RECREIO, CERRO CHATO, FAZENDA BELA VISTA, POTREIRO GRANDE, SENTINELA DO SUL e NOVA TAPES (7)

704) Áreas Locais: PORTO ALEGRE, TABAÍ

Localidades com Tratamento Local: COXILHA VELHA e TABAÍ (2)

705) Áreas Locais: TEUTONIA, WESTFALIA

Localidades com Tratamento Local: CANABARRO, LANGUIRU, LINHA CATARINA, LINHA CLARA, PAISSANDU, SÃO JACÓ, TEUTÔNIA e WESTFALIA (8)

706) Áreas Locais: VALE DO SOL, VERA CRUZ

Localidades com Tratamento Local: FORMOSA e FERRAZ (2)

707) Áreas Locais: VERANOPOLIS, VILA FLORES

Localidades com Tratamento Local: CAPELA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, LAJEADINHO, LINHA ERNESTO ALVES, MONTE BERICO, NOSSA SENHORA DA PAZ, SAO GOTARDO, VERANÓPOLIS, VILA AZUL e BARRO PRETO (9)

708) UF: SC

Áreas Locais: CHAPECÓ, CORDILHEIRA ALTA

Localidades com Tratamento Local: ANTINHAS, CAIRU, CORONEL FREITAS, LINHA FAVARETTO, LINHA RUI BARBOSA, LINHA ZENAIDE BERTASO, RONCADOR, SANTA FE, SÃO MIGUEL, SEDE QUERENCIA, SIMOES LOPES, TRES CASAS, CORDILHEIRA ALTA, DISTRITO DE FERNANDO MACHADO, LINHA BENTO GONÇALVES, LINHA CAMPINA DO GREGORIO, LINHA DIAMISTA, LINHA GENERAL OSORIO e LINHA IPIRANGUINHA (19)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

709) Áreas Locais: ITAJAÍ, JOINVILLE

Localidades com Tratamento Local: BALNEÁRIO CAMBORIÚ, ESTALEIRINHO, ESTALEIRO e TAQUARAS (BALNEÁRIO CAMBORIÚ), BALNEÁRIO PIÇARRAS, LAGOA ALTA, LAGOA BAIXA, MORRETES e MORRO ALTO (BALNEÁRIO PIÇARRAS), BARRA VELHA, ESCALVADOS, ITINGA II, MEDEIROS, PRAIA DO GRANT, QUINTA AÇORIANOS, RIO DO PEIXE, RIO NOVO, SERTÃOZINHO e VILA NOVA (BARRA VELHA), BOMBINHAS (BOMBINHAS), BRACO, CAETÉS, CAMBORIÚ, CERRO, JOÃO DA COSTA, MACACOS, MORRETES, RIO CANOAS, RIO DO MEIO, SANTA LUZIA, VILA CONCEIÇÃO e VILA DA PEDRA (CAMBORIÚ), ARRAIAL DOS CUNHAS, BAIA, BRILHANTE 1, BRILHANTE 2, CAMPECHE, CANHANDUBA, ITAJAÍ, LIMOEIRO, PACIÊNCIA, RIO DO MEIO, SÃO ROQUE, SÃO ROQUE II e VOLTA DE CIMA (ITAJAÍ), ITAPEMA e SERTÃO DO TROMBUDO (ITAPEMA), ESCALVADO, HUGO DE ALMEIDA, NAVEGANTES e PORTO ESCALVADO (NAVEGANTES), BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, BAIRRO SÃO NICOLAU e PENHA (PENHA), ALTO PEREQUE, ARAÇA, PEREQUE, PORTO BELO e SERTÃO DE SANTA LUZIA (PORTO BELO), (59)

UF: SP

710) Áreas Locais: ARAÇOIABA DA SERRA, SOROCABA

Localidades com Tratamento Local: APARECIDINHA, ARAÇOIABA DA SERRA, BAIRRO JUNDIACANGA, CAMPO DO MEIO, CAPANEMA DE CIMA - NUCLEO B, CERCADO, JUNDIQUARA, PORTAL ARAÇOIABA, RETIRO, BOM JESUS, BRIGADEIRO TOBIAS, CAJURU DO SUL, HABITETO ITAVUVU, ITINGA - 2 e SOROCABA (15)

711) Áreas Locais: CAÇAPAVA, JACAREÍ, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO BOA VISTA, BAIRRO MARAMBAIA, BOM JESUS, CAÇAPAVA, GERMANA, GUADALUPE, GUAMIRIM, JARDIM ALVORADA, PORTAL VILA RICA, SANTA LUZIA FUJI, VILA MEDEIROS, CHACARAS REUNIDAS IGARAPES, CONJUNTO 22 DE ABRIL, DISTRITO PARQUE MEIA LUA, JACAREI, JARDIM COLONIA, JARDIM YOLANDA, PAGADOR ANDRADE, PARATEI DO MEIO, RECANTO DOS PÁSSAROS, RIO COMPRIDO, SÃO SILVESTRE, AGUAS DE CANINDU, BAIRRO CAMPOS DE SÃO JOSÉ, BAIRRO DOS FERREIRAS, BAIRRO DOS REMÉDIOS, BOM SUCESSO, BUQUIRINHA I, CAJURU, CHÁCARA FLORINDO, CONDOMÍNIO CAMPO FLORESTA, EUGENIO DE MELO, JAGUARI, JARDIM MESQUITA, JARDIM REPÚBLICA, JARDIM TORRÃO DE OURO, LAVRAS, MIRANDA, MIRANTE DO BUQUIRINHA, PAU DE SAIA, RECANTOS DOS EUCALIPTOS, RECREIO DA BOA VISTA, SÃO FRANCISCO XAVIER, SÃO JOSE DOS CAMPOS, TURVO-NÚCLEO 1, VILA IRACEMA e VILLAGE ALPINO (47)

712) Áreas Locais: CACHOEIRA PAULISTA, CRUZEIRO

Localidades com Tratamento Local: EMBAUZINHO e VARGEM ALEGRE (2)

713) Áreas Locais: CACHOEIRA PAULISTA, PIQUETE

Localidades com Tratamento Local: QUILOMBO e SÃO JOSÉ (2)

714) Áreas Locais: CAMPINAS, LOUVEIRA

Localidades com Tratamento Local: VINHEDO e LOUVEIRA (2)

715) Áreas Locais: CARAGUATATUBA, SAO SEBASTIAO

Localidades com Tratamento Local: CARAGUATATUBA, GETUBA, MASSAGUACU, MOCOCA, PORTO NOVO e JARAGUA (6)

716) Áreas Locais: CRUZEIRO, LAVRINHAS

Localidades com Tratamento Local: BATEDOR, CRUZEIRO, EMBAU MIRIM, VARGEM ALEGRE e MAVISOU (5)

717) Áreas Locais: ESTIVA GERBI, MOGI GUAÇU

Localidades com Tratamento Local: CHÁCARAS CALIFÓRNIA, CHÁCARAS PARAÍSO DO ORICANGE, ESTIVA GERBI e PARAÍSO DO PESCADOR (4)

718) Áreas Locais: IPERÓ, SOROCABA

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO DE GEORGE OETTERER e BOM JESUS (2)

719) Áreas Locais: IGUAPE, ILHA COMPRIDA

Localidades com Tratamento Local: 7 BELO, BARRA DO RIBEIRA, CANTO DO MORRO, ENGENHOS, ICAPARA, IGUAPE, ITIMIRIM, JAIRE, MOMUNA, MORRO SECO, PÉ DA SERRA, PEROUPAVA, PRAIA DO LESTE, PRAINHA, SABAUNA, TERRAS DE SANTA BÁRBARA, TRÊS BARRAS, VILA NOVA, BALNEÁRIO UBATUBA, BOQUEIRÃO SUL, ILHA COMPRIDA, PEDRINHAS, PRAIA DE VIAREGIO, PRAIA DO CASTELO e PRAIA MARATAYMA (25)

720) Áreas Locais: ILHABELA, SÃO SEBASTIÃO

Localidades com Tratamento Local: BONETE, CAMBAQUARA, ILHA DE BUZIOS/PORTO DO MEIO, ILHABELA, PARANABI, PRAIA DOS CASTELHANOS, REINO, ABRAS DO UMA, BAIRRO DE BOIÇUCANGA, BARAQUECABA, BARRA DO SAHY, BORACEIA, CAMBURI, ENGENHO, JARAGUÁ, MARESIAS, PAUBA, PONTAL, PRAIA DA BALEIA, PRAIA DE JUQUEI, SÃO FRANCISCO DA PRAIA, SÃO SEBASTIÃO e VILA BAIANA (23)

721) Áreas Locais: ITARIRI, SANTOS

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO NOVA ITARIRI, JARDIM QUILES, BAIRRO AGUAPEU, BALNEÁRIO MARAMBA I, BARRA DO UNA, CACHOEIRA, CARUARA, CONDOMÍNIO IPORANGA, ESTÂNCIA SANTA CRUZ, GUARAU, GUARUJÁ, ILHA DIANA, ITANHAÉM, JARDIM ARPOADOR, JARDIM NOVA JERUSALÉM, MONGAGUÁ, MONTE CABRÃO, PARQUE EVELYN, PARQUE VERGARA, PEDREIRA, PERUÍBE, PRAIA GRANDE, PRAINHA BRANCA, SANTOS,SÃO VICENTE, VALE DA SERRA e VALE NOVO (27)

722) Áreas Locais: CAÇAPAVA, TAUBATÉ

Localidades com Tratamento Local: VILA MEDEIROS e BAIRRO VILA VELHA II (2)

723) Áreas Locais: SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, SÃO BENTO DO SAPUCAÍ

Localidades com Tratamento Local: JOSÉ DA ROSA, JOSÉ ROSA VILA NOVA e PAIOL VELHO (3)

724) Áreas Locais: SAO PEDRO, AGUAS DE SAO PEDRO

Localidades com Tratamento Local: BAIRRO CAMARGO I, BAIRRO CAMARGO II, FLORESTA ESCURA e AGUAS DE SAO PEDRO (4)

UF: TO

725) Áreas Locais: AGUIARNOPOLIS, BABACULANDIA

Localidades com Tratamento Local: AGUIARNÓPOLIS e ILHA DE SAO JOSE (2)

726) Áreas Locais: ALIANCA DO TOCANTINS, GURUPI

Localidades com Tratamento Local: ALIANÇA DO TOCANTINS e TREVO DA PRAIA (2)

727) Áreas Locais: ALMAS, CHAPADA DA NATIVIDADE, NATIVIDADE, SAO VALERIO DA NATIVIDADE

Localidades com Tratamento Local: BARRA, CHAPADA DA NATIVIDADE, BONFIM, NATIVIDADE, PRINCIPE e APINAJE (6)

728) Áreas Locais: ALVORADA, TALISMA

Localidades com Tratamento Local: ALVORADA e VILA UNIAO/PANTA (2)

729) Áreas Locais: ANANAS, ANGICO, RIACHINHO

Localidades com Tratamento Local: ANANÁS, SAO JOAO DO ARAGUAIA, SAO RAIMUNDO, MATO REDONDO, TAMBORIL, CENTRO DOS BORGES, GARIMPINHO e SORONOCA (8)

730) Áreas Locais: ANGICO, NAZARE, SITIO NOVO DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: ANGICO, TAMBORIL, BREJINHO, SANTA HELENA (TUCUM) e GROTAO (5)

731) Áreas Locais: APARECIDA DO RIO NEGRO, RIO SONO

Localidades com Tratamento Local: APARECIDA DO RIO NEGRO e BONFINOPOLIS (2)

732) Áreas Locais: ARAGUAINA, ARAPOEMA, BANDEIRANTES DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: GARIMPINHO, ARAPOEMA, DEZENOVE, RUI BARBOSA e BRASILENE (5)

733) Áreas Locais: AUGUSTINOPOLIS, NAZARE, PRAIA NORTE

Localidades com Tratamento Local: AUGUSTINÓPOLIS, COLONIA DEZESSEIS, ITAUBA, GROTAO e SAO FELIX (5)

734) Áreas Locais: AURORA DO TOCANTINS, LAVANDEIRA

Localidades com Tratamento Local: AURORA DO TOCANTINS, AZUIS e LAVANDEIRA (3)

735) Áreas Locais: AXIXA DO TOCANTINS, ITAGUATINS, SITIO NOVO DO TOCANTINS, PRAIA NORTE

Localidades com Tratamento Local: ALTO DO ZUMBI, AXIXÁ DO TOCANTINS, CENTRO DO MAMEDIO, LAGOA DE SAO SALVADOR, PEQUIZEIRO, ASSENTAMENTO REIS, SAO LUIS PALMEIRA, ALTO DA CRUZ, MORADA NOVA, SÃO PEDRO DO SUCAVÃO e JOVERLÂNDIA (11)

736) Áreas Locais: BANDEIRANTES DO TOCANTINS, BRASILANDIA DO TOCANTINS, COLINAS DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: MARTINOPOLIS, TUPIRATA e COLINAS DO TOCANTINS (3)

737) Áreas Locais: BARRA DO OURO, CAMPOS LINDOS, GOIATINS

Localidades com Tratamento Local: MORRO GRANDE, CAMPOS LINDOS, RANCHARIA, CAMPOS, CARTUCHO, CRAOLANDIA e GOIATINS (7)

738) Áreas Locais: BARRA DO OURO, FILADELFIA

Localidades com Tratamento Local: BARRA DO OURO, BIELANDIA, CANA BRAVA e FILADÉLFIA (4)

739) Áreas Locais: BARROLANDIA, LAJEADO

Localidades com Tratamento Local: BARROLÂNDIA e DISTRITO SERRA (2)

740) Áreas Locais: BERNARDO SAYAO, JUARINA

Localidades com Tratamento Local: TANCREDO NEVES, VILA AROEIRA e JUARINA (3)

741) Áreas Locais: BERNARDO SAYAO, PEQUIZEIRO

Localidades com Tratamento Local: BERNARDO SAYÃO, FORMIGA, TANCREDO NEVES, VILA AROEIRA e VALE DO JUARI (5)

742) Áreas Locais: BOM JESUS DO TOCANTINS, PEDRO AFONSO, SANTA MARIA DO TOCANTINS, TUPIRAMA

Localidades com Tratamento Local: BOM JESUS DO TOCANTINS, PEDRO AFONSO, PORTO REAL - ANAJANOPOLIS, PROJETO ALUMINIO e TUPIRAMA (5)

743) Áreas Locais: BURITI DO TOCANTINS, CARRASCO BONITO, ESPERANTINA, SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: BURITI DO TOCANTINS, CENTRO DOS FERREIRAS, VILA UNIAO, FIRMINOPOLIS, SAO FRANCISCO e ASSENTAMENTO NOVA ESTRELA (6)

744) Áreas Locais: CHAPADA DE AREIA, MONTE SANTO DO TOCANTINS, PARAISO DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: CHAPADA DE AREIA, MONTE SANTO DO TOCANTINS, PARAÍSO DO TOCANTINS, SANTA ROSA e SANTANA (5)

745) Áreas Locais: COLMEIA, GOIANORTE

Localidades com Tratamento Local: COLMÉIA, GOIANY DOS CAMPOS, MATINHA e ESPERANCA BENDITA (4)

746) Áreas Locais: COUTO DE MAGALHAES, PEQUIZEIRO

Localidades com Tratamento Local: TRES BODES, PEQUIZEIRO e VALE DO JUARI (3)

747) Áreas Locais: CRISTALANDIA, PIUM

Localidades com Tratamento Local: CRISTALÂNDIA e ASSENTAMENTO PERICATU (2)

748) Áreas Locais: DARCINOPOLIS, PALMEIRAS DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA, ASSENTAMENTO PRIMEIRO DE JANEIRO e PALMEIRAS DO TOCANTINS (3)

749) Áreas Locais: ESPERANTINA, SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: SÃO FRANCISCO, TOBASA, VILA TOCANTINS ASSENTAMENTO NOVA ESTRELA, ASSENTAMENTO PINGO D'AGUA e SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS (6)

750) Áreas Locais: FATIMA, OLIVEIRA DE FATIMA, SANTA RITA DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: FÁTIMA, OLIVEIRA DE FÁTIMA e SANTA RITA DO TOCANTINS (3)

751) Áreas Locais: FIGUEIROPOLIS, TALISMA

Localidades com Tratamento Local: FIGUEIRÓPOLIS e VILA CANABRAVA (2)

752) Áreas Locais: FORMOSO DO ARAGUAIA, GURUPI, PEIXE

Localidades com Tratamento Local: FAZENDA GAMELEIRA, GURUPI, TREVO DA PRAIA e VILA QUIXABA (4)

753) Áreas Locais: GOIATINS, ITACAJA

Localidades com Tratamento Local: ALTO LINDO, CARTUCHO, CANTINHO, ITACAJÁ e MARAJA (5)

754) Áreas Locais: GUARAI, PRESIDENTE KENNEDY

Localidades com Tratamento Local: CANTO DA VAZANTE e PRESIDENTE KENNEDY (2)

755) Áreas Locais: IPUEIRAS, MONTE DO CARMO, SILVANOPOLIS

Localidades com Tratamento Local: IPUEIRAS, PROJETO AMARRIOS, GAMELEIRA, RODA PURGA, SAO MARTINS e SILVANÓPOLIS (6)

756) Áreas Locais: JAU DO TOCANTINS, PALMEIROPOLIS, PARANA

Localidades com Tratamento Local: BARROLANDIA, BOA VENTURA, NOVO HORIZONTE, PALMEIRÓPOLIS e ROSARIO (5)

757) Áreas Locais: LAJEADO, MIRACEMA DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: LAJEADO, ASSENTAMENTO IRMA ADELAIDE e MIRACEMA DO TOCANTINS (3)

758) Áreas Locais: MARIANOPOLIS DO TOCANTINS, PIUM

Localidades com Tratamento Local: ASSENTAMENTO MANCHETE, MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS, PRATA e CAFE DA ROCA (4)

759) Áreas Locais: MATEIROS, PONTE ALTA DO TOCANTINS, SAO FELIX DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: MATEIROS, PONTE ALTA DO TOCANTINS e SÃO FÉLIX DO TOCANTINS (3)

760) Áreas Locais: MIRACEMA DO TOCANTINS, MONTE DO CARMO, PALMAS, PORTO NACIONAL

Localidades com Tratamento Local: ASSENTAMENTO IRMA ADELAIDE, POVOADO USINA ISAMU IKEDA, VILA DAS BALSAS, BURITIRANA, PALMAS, TAQUARUSSU DO PORTO, ASSENTAMENTO DO PRATA e SERRANOPOLIS (8)

761) Áreas Locais: MIRACEMA DO TOCANTINS, TOCANTINIA

Localidades com Tratamento Local: MIRACEMA DO TOCANTINS e TOCANTINIA (2)

762) Áreas Locais: NOVA OLINDA, PALMEIRANTE

Localidades com Tratamento Local: NOVA OLINDA, POVOADO MARAJO e PALMEIRANTE (3)

763) Áreas Locais: NOVA ROSALANDIA, PUGMIL

Localidades com Tratamento Local: CAMPO MAIOR e PUGMIL (2)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

764) Áreas Locais: NOVO ACORDO, RIO SONO, TOCANTINIA

Localidades com Tratamento Local: ASSENTAMENTO PRIMOGENITO, NOVO ACORDO, MANSINHA, NOVO HORIZONTE e PALMINHA (5)

765) Áreas Locais: NOVO ACORDO, SANTA TEREZA DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: ASSENTAMENTO PRIMOGENITO, BARRA DE AROEIRA e SANTA TEREZA DO TOCANTINS (3)

766) Áreas Locais: PARANA, PEIXE, SAO VALERIO DA NATIVIDADE

Localidades com Tratamento Local: TIGRE, LAGOA DO ROMAO, APINAJE, SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE e SERRANOPOLIS (5)

767) Áreas Locais: PINDORAMA DO TOCANTINS, SILVANOPOLIS

Localidades com Tratamento Local: PINDORAMA DO TOCANTINS e GAMELEIRA (2)

768) Áreas Locais: PRAIA NORTE, SAO MIGUEL DO TOCANTINS, SITIO NOVO DO TOCANTINS

Localidades com Tratamento Local: BOA ESPERANÇA, JOVERLÂNDIA, BURITI, SUMAUMA, ALTO DA CRUZ, GROTÃO, OLHOS D'AGUA DE COCO, SANTA INEZ, SAO PEDRO DO SUCAVAO e SÍTIO NOVO DO TOCANTINS (10)

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 580, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Autorizar a(o) Embaixada da República do Paraguai a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Foz do Iguaçu/PR, , no período de 27/01/2011 a 10/02/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica à entidade, abaixo relacionada, sanção de ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, inciso I, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53572.000904/2010	M. Tontini Telecomunicações.	Balsas/MA	06.172.039/0001-72	Item 7.1 da Norma 13/97 do Regulamento do Serviço Limitado Privado e o artigo 53 do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73/98.	29/10/2010

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53572000724/2010	Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Balsas	Balsas/MA	05.144.979/0001-95	2.850,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	30/09/2010
53572000738/2010	Alexsandro Aroucha Ferreira	Centro Novo do Maranhão/MA	929.329.243-20	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	30/09/2010
53572000730/2010	Associação Comunitária Cultural e Comunicação de Zé Doca	Zé Doca/MA	05.620.856.0001-83	2.907,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	22/10/2010
53572000736/2010	Associação de Comunicação e Cultura Luciano Tenório	Matões/MA	06.141.867/0001-43	2.850,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	30/09/2010
53572000727/2010	Karine Neves Coelho	Balsas/MA	05.875.227/0001-02	2.709,07	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	10/11/2010
53572000903/2010	Sistema Planalto de Comunicação LTDA	Lago da Pedra/MA	08.694.105/0001-08	2.175,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	23/11/2010
53572000907/2010	Hernane Veras Rios	Timon/MA	938.082.083-68	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	13/12/2010
53572001033/2010	Gigabyte Informática e Consultoria LTDA	Timon/MA	12.104.077/0001-90	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	14/12/2010
53572001035/2010	Agenor Batista dos Santos	Araioses/MA	138.736.793-53	2.850,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	14/12/2010

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHOS DO GERENTE

Em 14 de maio de 2010

Processo n.° 535450003822010. Despacho n.º 4538/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a LUIZ CARLOS DE SILVA SANTOS, CPF n.º 219.968.571-34, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.990,00 (três mil, novecentos e noventa reais), por infringir o art. 163 da Lei 9.472/97.

Em 18 de maio de 2010

Processo n.° 535450004112010. Despacho n.º 4338/2010-UO071/ER07/Anatel, aplica a NILDO PEREIRA CARVALHO, CPF n.º 723.405.251-87, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infringência ao artigo 163 da LGT.

Em 3 de setembro de 2010

Processo n.° 535510002622008. Despacho n.º 7900/2010-ER07SP/Anatel, aplica a D-LINK BRASIL LTDA, CNPJ n.º 04.677.565/0001-69, a sanção de MULTA no valor R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), por infringência ao artigo 55, IV, "b" da Res. nº 242/2000.

Em 8 de setembro de 2010

Processo n.° 535420032512010. Despacho n.º 8011/2010-ER07SP/Anatel, aplica a LUCAS OTACÍLIO DE OLIVEIRA, CPF n.º 002.403.851-28, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.310,08 (três mil, trezentos e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Em 29 de setembro de 2010

Processo n.° 535450010012009. Despacho n.º 8886/2010-ER07SP/Anatel, aplica a PEDRO PENHA BERNARDI, CPF n.º 671.171.129-72, a sanção de MULTA no valor de R$ 881,01 (oitocentos e oitenta e um reais e um centavo), por infringência ao artigo 163 da LGT.

Em 19 de outubro de 2010

Processo n.° 535510006022008. Despacho n.º 9696/2010-ER07SP/Anatel, aplica a EDIO JAIR TRETER, CPF n.º 021.153.159-60, a sanção de MULTA no valor de R$ 75,25 (setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), por infringir o art. 163 da LGT e o art. 55, V, "b", da Res. 242/2000.

Em 21 de outubro de 2010

Processo n.° 535450009622009. Despacho n.º 9779/2010-ER07SP/Anatel, aplica a LEANDRO RUI DA SILVA MARTINS, CPF n.º 034.649.601-29, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da LGT.

Em 22 de outubro de 2010

Processo n.° 535450006512009. Despacho n.º 9828/2010-ER07SP/Anatel, aplica a GILMAR LINO FERREIRA, CPF n.º 026.797.481-74, a sanção de MULTA no valor R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinqüenta reais), por infringência ao artigo 163 da LGT.

Processo n.° 535510001522009. Despacho n.º 9812/2010-ER07SP/Anatel, aplica a TRANSCCOM ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA, CNPJ n.º 07.847.229/0001-05, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.150,00 (três mil, cento e cinqüenta reais), por infringência ao artigo 27, caput, do Regulamento aprovado pela Resolução da Anatel nº 272/2001.

Em 26 de outubro de 2010

Processo n.° 535420021022009. Despacho n.º 9944/2010-ER07SP/Anatel, aplica a MOACI TAVARES, CPF n.º 023.965.641-53, a sanção de MULTA no valor de R$ 20,00 (vinte reais), por infringência ao disposto no artigo 14 do Regulamento do Serviço de Radioamador, aprovado pela Resolução 449/2006.

Em 16 de novembro de 2010

Processo n.° 535450014212009. Despacho n.º 10505/2010-ER07SP/Anatel, aplica a JOSÉ CARLOS NOVELLI, CPF n.º 079.569.241-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), por infringir o item 9.4 da Norma nº 13/97 c/c item 13.5, II, "c" da mesma Norma, e o art. 18 da Resolução nº 303/2002.

Em 17 de novembro de 2010

Processo n.° 535420037412009. Despacho n.º 10566/2010-ER07, aplica a RENAN PRADOS DE OLIVEIRA-ME, CNPJ n.º 08.449.227/0001-20, a sanção de MULTA no valor R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Processo n.° 535420013212009. Despacho n.º 10556/2010-ER07SP/Anatel, aplica a ISAÍAS CARDOSO DOS SANTOS, CPF n.º 466.819.901-00, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Em 19 de novembro de 2010

Processo n.° 535510005922008. Despacho n.º 10660/2010-ER07SP/Anatel, aplica a CELSO DALLOCA MALDONADO, CPF n.º 488.656.139-04, a sanção de MULTA no valor R$ 275,25 (duzentos e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), por infringir o art. 163 da LGT e o art. 55, V, "b", da Res. 242/2000.

Em 23 de novembro de 2010

Processo n.° 535450013412010. Despacho n.º 10786/2010-ER07, aplica a FERNANDO TRINDADE, CPF n.º 023.287.381-09, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.992,50 (três mil, novecentos e noventa e dois reais e cinqüenta centavos), por infringir o art. 163 da LGT e o art. 55, V, "b", da Res. 242/2000.

Processo n.° 535420043222010. Despacho n.º 10793/2010-ER07, aplica a WEBERTE NASCIMENTO DA SILVA, CPF n.º 017.760.661-46, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.310,08 (três mil, trezentos e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Em 29 de novembro de 2010

Processo n.° 535420011722008. Despacho n.º 10952/2010-ER07, aplica a GINONET.COM.BR PROVEDORES DE ACESSO A REDES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ n.º 09.032.588/0001-30, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), por infringência ao artigo 27, caput, do Regulamento aprovado pela Resolução da Anatel nº 272/2001.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 3 de dezembro de 2010

Processo n.° 535420013222009. Despacho n.º 11202/2010-ER07, aplica a CHARLES VINICIUS GIELOW, CPF n.º 012.618.121-74, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

Processo n.° 535450003922008. Despacho n.º 11197/2010-ER07, aplica a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES, CNPJ n.º 33.530.486/0001-29, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), por infringir o artigo 37, II c/c artigo 39, §3º da Res. 73/98.

Em 7 de dezembro de 2010

Processo n.° 535420029322007. Despacho n.º 11293/2010-ER07, aplica a AGROVETSMART PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ n.º 07.075.640/0001-00, a sanção de MULTA no valor R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS

Em 13 de agosto de 2010

Processo n.° 535420003222008. Despacho n.º 7051/2010-ER07SP/Anatel, aplica a VITORIA EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n.º 04.732.837/0001-86, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais), por infringir o art. 55, IV, "c", do Regulamento aprovado pela Res. 242/2000.

Em 27 de outubro de 2010

Processo n.° 535420040712010. Despacho n.º 10004/2010-ER07SP/Anatel, aplica a EMERSON MENDONÇA GARDES, CPF n.º 102.506.381-34, a sanção de MULTA no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), por infringir o item 9.8 da Norma nº 13/97 c/c item 13.5, II, "a" da mesma Norma.

Processo n.° 535450010112009. Despacho n.º 9997/2010-ER07SP/Anatel, aplica a ASSOCIAÇÃO DOS LOCUTORES, COMUNICADORES E ANIMADORES DE VÁRZEA GRANDE - MT, CNPJ n.º 10.656.066/0001-98, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da LGT.

Em 28 de outubro de 2010

Processo n.° 535450012412009. Despacho n.º 10048/2010-ER07, aplica a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMIGOS DE BAIRROS, CNPJ n.º 09.308.340/0001-59, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da LGT.

Processo n.° 535420050522009. Despacho n.º 10038/2010-ER07SP/Anatel, aplica a DIRCEU MANOEL ALVES, CPF n.º 874.314.401-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 1.081,01 (um mil e oitenta e um reais e um centavo), por infringir o art. 163 da LGT e o art. 55, inciso V, alínea "b" da Res. 242/2000.

Processo n.° 535450008622008. Despacho n.º 10063/2010-ER07, aplica a VSW VIRTUAL SOLUTION WIRELESS LTDA-ME, CNPJ n.º 05.396.044/0001-04, a sanção de MULTA no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), por infringir o artigo 37, II da Res. 73/98 c/c artigo 30 da Res. 272/2001; o artigo 1º, VII, do Anexo III da Res. 272/2001; e o artigo 18 da Res. 303/2002.

Em 5 de novembro de 2010

Processo n.° 535510006122009. Despacho n.º 10220/2010-ER07SP/Anatel, aplica a CARVALHO COSTA & COSTA LTDA (Nome Fantasia FOTO SOUZA), CNPJ n.º 05.499.212/0001-89, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.150,00 (três mil, cento e cinqüenta reais), por infringência ao art. 55, IV, "c" da Res. 242/2000.

Processo n.° 535420040722010. Despacho n.º 10223/2010-ER07SP/Anatel, aplica a LOCTEC ENGENHARIA LTDA, CNPJ n.º 01.734.214/0001-54, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), por infringir o item 9.8 da Norma nº 13/97 c/c item 13.5, II, "a" da mesma Norma.

Em 9 de novembro de 2010

Processo n.° 535420001222010. Despacho n.º 10300/2010-ER07SP/Anatel, aplica a EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ n.º 33.530.486/0001-29, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.622,50 (três mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinqüenta centavos), por infringência ao artigo 27, caput, do Regulamento aprovado pela Resolução da Anatel nº 272/2001.

Em 10 de novembro de 2010

Processo n.° 535450014412009. Despacho n.º 10392/2010-ER07SP/Anatel, aplica a ROBERTO RUIZ MARTINS, CPF n.º 045.153.158-20, a sanção de MULTA no valor de R$ 881,01 (oitocentos e oitenta e um reais e um centavo), por infringir o art. 163 da LGT.

Em 1º de dezembro de 2010

Processo n.° 535450014922009. Despacho n.º 11110/2010-ER07, aplica a ALUÍZIO MARTINS DE AGUIAR, CPF n.º 008.849.851-48, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinqüenta reais), por infringir o art. 163 da LGT.

Processo n.° 535510004422009. Despacho n.º 11109/2010-ER07, aplica a EVANDRO TEIXEIRA CAMPOS, CPF n.º 247.398.471-91, a sanção de MULTA no valor de R$ 2.043,02 (dois mil e quarenta e três reais e dois centavos), por infringir o art. 163 da LGT e o art. 55, V, "b" da Res. 242/2000.

Em 2 de dezembro de 2010

Processo n.° 535420003922010. Despacho n.º 11157/2010-ER07, aplica a MUNIR ASSAAD EL MAROUNI, CPF n.º 332.963.081-72, a sanção de MULTA no valor de R$ 50,50 (cinqüenta reais e cinqüenta centavos), por infringir o art. 162 da Lei nº 9.472/97 - LGT c/c art. 26 da Resolução 449/2006.

Em 8 de dezembro de 2010

Processo n.° 535450014322009. Despacho n.º 11427/2010-ER07, aplica a CEZAR FRANCISCO MENEGUZZI ME, CNPJ n.º 10.785.792/0001-00, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.510,08 (três mil, quinhentos e dez reais e oito centavos), por infringência ao disposto no artigo 10 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 c/c artigo 131 da LGT, e ao disposto no artigo 55, inciso V, alínea "b" da Res. 242/2000.

Em 10 de dezembro de 2010

Processo n.° 535450011112008. Despacho n.º 11607/2010-ER07, aplica a ULISSES COSTA DE ALMEIDA ME, CNPJ n.º 08.830.352/0001-86, a sanção de MULTA no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), por infringência ao artigo 27, caput, do Regulamento aprovado pela Resolução da Anatel nº 272/2001.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

CONSULTA PÚBLICA Nº 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD no Estado do Maranhão.

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 198 do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007, decidiu submeter a comentários públicos a proposta de alteração de Planos Básicos constante dos Anexos I, II e III, nos termos do art. 211 da Lei n.º 9.472, de 1997, e do art. 17 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997.

As alterações ora propostas são referentes ao Estado do Maranhão, e têm por objetivo principal minimizar a possível ocorrência de interferências quando do atendimento ao disposto no Artigo 7º do Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, publicado no Diário Oficial da União - DOU no dia 30 subseqüente, que dispõe sobre a consignação de canais com largura de banda de seis megahertz às concessionárias, autorizadas e permissionárias dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens - TV e de Retransmissão de Televisão - RTV, para uso na transmissão terrestre de televisão digital. A inclusão, no PBTVD, dos canais mencionados no Art. 12 do Decreto n.º 5.820 será oportunamente submetida a Consulta Pública.

Observa-se que, atualmente, a utilização de canais para transmissão terrestre digital de televisão na faixa alta de VHF é considerada inadequada para uso por concessionárias de Serviço de Televisão nos grandes centros urbanos, devido a possíveis dificuldades de sua recepção, em conjunto com a faixa de UHF, por terminais portáteis e por receptores domésticos que utilizam antena interna, situações cuja realizabilidade ainda não foi comprovada em âmbito mundial. Assim, está sendo proposta a exclusão dos canais da faixa alta de VHF (canais 7 ao 13) constantes do PBTVD. Registra-se que a Anatel pretende submeter o assunto ao Fórum do SBTVD para avaliação da conveniência e das condições em que poderá ser realizada a re-inclusão desses canais no PBTVD após o período de simulcast.

Pretende-se obter contribuições fundamentadas sobre a proposta contida na presente Consulta Pública, que contemplem, entre outros aspectos:

a) atendimento ao disposto no Decreto n.º 5.820/2006;
b) atendimento ao disposto na Portaria MC n.º 652/2006;
c) uso racional e econômico do espectro de freqüências;
d) impacto econômico da alteração proposta.

O texto completo da proposta de alteração do PBTV, PBRTV e PBTVD estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 25 de fevereiro de 2011.

As manifestações encaminhadas por carta devem ser dirigidas à Anatel no endereço a seguir indicado, até às 18h do dia 18 de fevereiro de 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70313-900 - BRASÍLIA - DF
INTERNET: http://www.anatel.gov.br

CONSULTA PÚBLICA N.º 6, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.

Proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD no Estado do Maranhão.

ARA APKAR MINASSIAN

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 6.412, DE 4 DE OUTUBRO DE 2010

PADO n.º 53508.004245/2010 - Aplica à TIM CELULAR S.A, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.206.050/0001-80, advertência, em virtude da vulneração a dispositivos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 07 de agosto de 2007; da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 441, de 12 de julho de 2006.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 442, DE 13 DE OUTUBRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no Processo nº 53000.037667/2010, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Cuité, Estado da Paraíba, utilizando o canal 206, classe B1.

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS

PORTARIA Nº 567, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 187, inciso XIX do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.031234/2009, resolve:

Art. 1º Autorizar, na forma do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a RÁDIO CULTURA FLUMINENSE LTDA., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a nomear o Sr. Luiz Cláudio Gonçalves de Oliveira como procurador, com poderes de administração e gerência.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 71, de 18 de junho de 2004, publicada no D.O.U. de 18 de junho de 2004, pagina 50, Seção e, no que se refere à nomeação do Sr. Gildomar dos Santos Barbosa como procurador da entidade.

Art. 3º Determinar que a entidade encaminhe ao Ministério das Comunicações o documento correspondente ao ato ora autorizado, devidamente formalizado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS

PORTARIA Nº 593, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 187, inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000440/2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Autorizar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a AGRESTE RADIODIFUSÃO LTDA., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, na localidade de Limoeiro, Estado de Pernambuco, a efetuar modificação do seus quadros societário e diretivo, conforme consta nesta portaria.

Art. 2º Determinar que a entidade apresente o documento devidamente registrado no órgão competente, para a aprovação deste Ministério.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS

PORTARIA Nº 15, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.067360/2006, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da WEB COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Picos, Estado do Piauí, utilizando o canal 2- (dois decalado para menos), classe A.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XXVI, e cumprindo o que estabelece o Parágrafo Único do mesmo artigo, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401 de 22/08/2006, alterada pela Portaria nº 591, de 18/09/2006, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2006, resolve homologar a transferência do local do estúdio.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF	Novo Local de Instalação	Novas Coordenadas Geográficas
16	53720.000448/98	Associação Comunitária Jesus, Maria e José	Viseu/PA	Travessa Coronel Antônio Pedro, s/nº - Centro	01S1227 de latitude e 46W0815 de longitude

GENILDO LINS ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.022004/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Piracicaba, Estado de São Paulo, utilizando o canal 31+ (trinta e um decalado para mais), classe C.

ROBERT BRAQUEHAIS JUNIOR

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 22, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Resoluções nº 5, de 3 de outubro de 2007, e nº 6, de 16 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, resolve:

Art. 1º Definir as seguintes diretrizes específicas para a realização do Leilão de Compra de Biodiesel, a ser promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, para suprimento do mercado consumidor durante o segundo trimestre de 2011:

I - objeto: aquisição de biodiesel para atendimento ao percentual mínimo obrigatório de cinco por cento de adição ao óleo diesel derivado de petróleo;

II - mês de realização do Leilão: fevereiro de 2011;

III - período de entrega do biodiesel: 1º de abril a 30 de junho de 2011;

IV - Lote 1:

a) quantidade a ser leiloada: 528.000 m^3 (quinhentos e vinte e oito mil metros cúbicos);

b) fornecedores: produtores de biodiesel que atendam aos requisitos definidos no art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 284, de 4 de outubro de 2007;

V - Lote 2:

a) quantidade a ser leiloada: 132.000 m^3 (cento e trinta e dois mil metros cúbicos); e

b) fornecedores: produtores de biodiesel que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 284, de 2007.

§ 1º O início do período de entrega do biodiesel poderá ser antecipado mediante acordo entre fornecedor e adquirente.

§ 2º O Leilão deverá ser realizado aplicando-se as disposições estabelecidas no art. 1º da Portaria MME nº 50, de 2 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Encerrado o período de entrega do biodiesel negociado no Leilão, a ANP divulgará, em seu endereço eletrônico na rede mundial de computadores, os seguintes dados:

I - os volumes totais de biodiesel entregues efetivamente por fornecedor no Leilão; e

II - os volumes totais de biodiesel adquiridos por distribuidor no mesmo período.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 25 de janeiro de 2011

Processo DNPM nº 48403.830427/2006-40. Interessada: Vale S.A. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 19, § 1º, do Código de Mineração, em face de Decisão que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento de Requerimento de Autorização de Pesquisa. Despacho: Nos termos do Parecer nº 868/2010/CONJUR/MME, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço do Recurso para dar-lhe provimento.

Processos DNPM nºs 960.942/2007-49 e apensos 861.422/2007-33, 861.423/2007 e 861.424/2007. Interessados: Emanuel Campos Guimarães e José Roberto Alves Nascimento. Assunto: Conflito entre atividades de exploração de recursos minerais e de atividades de pecuária. Decisão quanto à prevalência de uma atividade sobre a outra. Despacho: Nos termos do Parecer nº 015/2011/CONJUR/MME, que adoto como fundamento desta Decisão, e na forma do art. 42 do Código de Mineração, reconheço a preponderância do interesse envolvido na atividade pecuária praticada na área da Fazenda Onda Verde, já devidamente bloqueada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, devendo ser recusados quaisquer requerimentos para o aproveitamento mineral na área. Restituam-se os autos à Autarquia para as providências decorrentes.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 213 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43 da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.005378/2010-75, resolve não conhecer, por intempestivo, o pedido de reconsideração interposto pela Cotesa Geradora de Energia - PCH Aguti Ltda., em face do Auto de Infração nº 002/2010-GECEN, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, mantendo a multa fixada no valor de R$ 8.281,72 (oito mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), valor este que deverá ser atualizado nos termos da legislação vigente.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 3.329, de 03 de novembro de 2010, constante do Processo nº 48500.002213/2004-41, publicado no Diário Oficial nº 211, de 04 de novembro de 2010, seção 1, página 93, onde se lê "ficam mantidos os prazos constantes do cronograma físico de implantação da usina constante da Resolução Autorizativa nº. 1.857, de 2009" leia-se "ficam mantidos os prazos constantes do cronograma físico de implantação da usina constante da Resolução Autorizativa nº. 2.512, de 10 de agosto de 2010".

No Despacho nº 3.330, de 03 de novembro de 2010, constante do Processo nº 48500.002209/2004-73, publicado no Diário Oficial nº 211, de 04 de novembro de 2010, seção 1, página 93, onde se lê "ficam mantidos os prazos constantes do cronograma físico de implantação da usina constante da Resolução Autorizativa nº. 1.856, de 2009" leia-se "ficam mantidos os prazos constantes do cronograma físico de implantação da usina constante da Resolução Autorizativa nº. 2.513, de 10 de agosto de 2010".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 211 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta no Processo 48500.000951/2010-54, e considerando o recurso interposto pela Companhia Sul Sergipana de Eletricidade - SULGIPE, resolve: - reconsiderar parcialmente a decisão constante no Auto de Infração nº 109/2010-SFE, qual seja, a aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 28.745,65 (vinte e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), alterando-a para o valor de R$ 1.085,58 (um mil, oitenta e cinco reais e cinqüenta e oito centavos), adotando como fundamento, aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração, com fulcro no disposto no art. 34 da Resolução Normativa nº 63/2004. Para efeitos de recolhimento da multa devem ser observadas as disposições do art. 24, parágrafo único, e art. 25 da Resolução Normativa nº 63/2004.

JOSÉ AUGUSTO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 212 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.007179/2010-00, considerando o recurso interposto pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em face do Auto de Infração nº 045/2010-SFG, de 22 de dezembro de 2010, resolve: (i) conhecer por tempestivo o recurso contra o Auto de Infração nº 045/2010-SFG; (ii) não acatar as alegações apresentadas pela autuada; (iii) manter na integralidade a decisão constante no Auto de Infração nº 045/2010-SFG, qual seja, a aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 16.933.625,90 (dezesseis milhões e novecentos e trinta e três mil e seiscentos e vinte e cinco reais e noventa centavos); e (iv) indeferir a solicitação de conversão da pena de multa aplicada em advertência, nos termos do art. 8º da Resolução Normativa ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004, adotando como fundamento aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração, com fulcro no disposto no art. 34 da Resolução Normativa nº 63/2004. Para efeitos de atualização e recolhimento da multa devem ser observadas as disposições legais em vigor.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 199 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, diante do disposto no art. 2º da Resolução Autorizativa nº 2.501/2010, considerando a correspondência protocolada sob o nº 48513.041493/2010-00, e o constante do Processo nº 48500.001111/2010-17, resolve: I - considerar atendida, pela Usina Vertente Ltda., a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de participação no controle autorizada; e II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 208 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, tendo em vista o que consta do inciso XIII do art. 3° da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de1996; no art. 27 da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 423, de 14 de dezembro de 2010, no parágrafo 19 do Anexo I da Resolução Normativa n° 338, de 25 de novembro de 2008 e no Processo nº 48500.002761/2006-88, resolve: I -anuir à prorrogação do Acordo de Cooperação para Gestão, disposta no documento nº 48512.039759/2008-00, entre partes relacionadas do Grupo CPFL até 07 de dezembro de 2011, com exceção do compartilhamento dos gestores operacionais por ir de encontro ao princípio da individua-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

lidade da concessão e trazer prejuízos a atuação fiscalizadora do Poder Concedente, em face da diminuição da transparência da atuação dos agentes envolvidos e do aumento da possibilidade da alocação dos riscos e dos custos em atividades reguladas; II - estabelecer que a cópia do Termo Aditivo devidamente corrigido e assinado seja disponibilizado em arquivo para fiscalização a posteriori; e III - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 209 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 1.047, de 9 de setembro de 2008, com fundamento no Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1.957, na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Resolução nº 20, de 03 de fevereiro de 2009, no Contrato de Concessão nº 20/2001 e no que consta do Processo nº 48500.000018/2010-87, resolve: I - anuir com a desvinculação, pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., de três áreas descontínuas da Subestação Manaus I, nos pontos: Lado Norte do Terreno pela Rua Abelardo Barbosa, com área de 1.622,756 m², Lado Sul do Terreno pela Rua Abelardo Barbosa, com área de 1.393,394 m² e Lado Sul do Terreno pela Faixa de Servidão LT Manaus/Flores, com área de 200,211 m², destinadas à ampliação do eixo viário, as quais serão permutadas com o Governo do Estado do Amazonas, por área de 22.000 m², localizada no bairro de Santa Etelvina, na cidade de Manaus, para instalação futura de subestação; II - ressaltar que a segurança da área da subestação é obrigação da Concessionária, sendo passível de sansão caso não sejam cumpridos os requisitos estabelecidos no respectivo Contrato de Concessão; III - Cabem, porém, as seguintes ressalvas: (i) é de exclusiva responsabilidade da concessionária a avaliação da oportunidade e conveniência inerentes à desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão; (ii) os custos envolvidos na desvinculação pretendida, não poderão recair sobre a concessão devendo ficar a cargo do Governo do Estado do Amazonas; (iii) registrar que os valores gastos com a desvinculação, em momento algum, servirão de alegação para qualquer pleito, visando a reposição de equilíbrio econômico e financeiro da concessionária IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 200 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002661/2009-10, resolve: I - Revogar o Despacho nº 3.216, de 25 de agosto de 2009, que efetivou como ativo o registro para desenvolver o Projeto Básico da PCH Ampere, com potência estimada de 8 MW, situada no rio Capanema, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, tendo em vista a manifestação da empresa HP Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.245.902/0001-62, da desistência em continuar elaborando o aludido projeto, conforme artigo 9° da Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998. II - Informar que a mencionada empresa poderá retirar as informações porventura apresentadas, concernentes ao referido projeto.

Nº 201 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006268/2008-14, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 4.207, de 13 de novembro de 2008, para entrega do Projeto Básico da PCH da Barra, com potência estimada de 8,6 MW, situada no rio Mourão, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, solicitado pela empresa LAP Engenharia Ltda. II - O projeto básico em tela deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 27/4/2011.

Nº 202 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000738/2009-17, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 2.911, de 6 de agosto de 2009, para entrega do Projeto Básico da PCH da Barra, com potência estimada de 8,6 MW, situada no rio Mourão, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, solicitado pela empresa Incomex - Indústria, Comércio e Exportação Ltda. II - O projeto básico em tela deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 27/4/2011.

Nº 203 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.008722/2008-63, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 844, de 9 de março de 2009, para entrega do Projeto Básico da PCH Barra do Ariranha, com potência estimada de 13 MW, situada no rio Taquari, sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A. II - O projeto básico em tela deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 10/6/2011.

Nº 204 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004316/2001-10, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 1.658, de 5 de maio de 2010, para entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE Maranhão, com potência estimada de 125 MW, situada no rio Maranhão, sub-bacia 20, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado de Goiás, solicitado pelas empresas Furnas Centrais Elétricas S.A., Energética-TECH Engenharia Ltda., RIALMA S/A - Centrais Elétricas Rio das Almas S.A., PCE - Projetos e Consultorias de Engenharia Ltda. e Construtora Queiroz Galvão S.A.. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 31/12/2012.

Nº 205 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004724/2007-01, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 681, de 17 de março de 2010, para entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE Resplendor com potência estimada de 144 MW, localizada no rio Doce, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 12/9/2011.

Nº 206 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004723/2007-58, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 680, de 17 de março de 2010, para entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE Crenaque, com potência estimada de 81 MW, situada no rio Doce, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 12/9/2011.

Nº 207 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005570/2007-66, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho nº 254, de 3 de fevereiro de 2010, para entrega dos Estudos de Viabilidade da UHE Choro, com potência estimada de 57,4 MW, localizada no rio Paraopeba, sub-bacia 40, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, solicitado pelas empresas EDP - Energias do Brasil S.A., Concremat Engenharia e Tecnologia S.A, Construtora Andrade Gutierrez S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A.. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 31/7/2012.

ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos nº 3.808 e nº 3.809, ambos de 13/12/2010, publicados no DO de 14/12/2010, seção 1, página n° 85, onde se lê: "CNEC Engenharia S.A., inscrita no CNPJ nº 61.546.639/0001-94", leia-se: "CNEC Worleyparsons Engenharia S.A., inscrita no CNPJ nº 11.050.205/0001-06"

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 210 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria ANEEL no 798, de 20 de novembro de 2007, e considerando o que consta no processo 48500.000575/2010-06, resolve não aprovar o uso das versões 16.1.3_bengnl do programa computacional NEWAVE e 16.6.4 do programa computacional DECOMP, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Homologatória nº 1.101, de 17 de dezembro de 2010, publicada no D.O. nº 244, de 22 de dezembro, Seção 1, página 131, constante do Processo no 48500.005885/2010-17, nos valores publicados no Parágrafo único do art. 1º; onde se lê: "R$ 5,03/MWh"; "R$ 5,54/MWh"; "R$ 5,22/MWh"; leia-se: "R$ 4,83/MWh"; "R$ 5,32/MWh"; "R$ 5,01/MWh", respectivamente.

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 151, de 21 de janeiro de 2011, publicado no D.O. nº 16, de 24 de janeiro de 2011, nos valores publicados na coluna "TOTAL"; onde se lê:

TOTAL
6.866.700,33
1.419.725,21
8.569.002,36
711.415,67
183.164,15
3.791.731,07
13.066.281,48
25.743.846,10
1.664.782,38
234.376,18
1.184,82
62.252.209,75

Leia-se:

TOTAL
5.798.568,96
627.779,12
8.068.176,62
716.069,88
179.398,32
3.879.699,60
11.173.110,29
24.820.860,07
1.491.762,70
239.993,01
5.499,38
57.000.917,95

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 48 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 37/2007, que aprovou o Regulamento ANP nº 07/2007, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 94, de 25 de janeiro de 2011, torna público o seguinte ato:

1. ESTENDER O CREDENCIAMENTO da empresa OPENSEAS ENGENHARIA NAVAL LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 01.015.659/0001-84, para executar atividades de Certificação de Conteúdo Local, ampliando seu escopo de credenciamento, incluindo-se a área de atividade descrita a seguir:

Credenciamento/ANP Nº.	013
Empresa Credenciada	OPENSEAS ENGENHARIA NAVAL LTDA

Código	Descrição da Área de Atividade
Pe002	Apoio Logístico e Operacional

2. O objeto da presente extensão de credenciamento deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

3. A Empresa Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que atende aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Regulamento Nº 7/2007 e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento.

4. A extensão de credenciamento para o exercício da atividade de certificação na área objeto deste despacho entra em vigor na data de sua publicação, expirando com o prazo de validade do credenciamento da empresa.

HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de janeiro de 2011

Nº 49 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto na alínea C, do inciso I, do art. 23, da Resolução ANP nº 20, de 19 de Junho de 2009, torna público o cancelamento, a pedido, do Registro nº 113 da empresa Sebastião Ferreira de Oliveira, inscrita no CNPJ sob o nº 03.278.612/0001-39, para o exercício da atividade de coletor de óleo lubrificante usado e/ou contaminado. Fica revogado o Despacho nº 609 publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 11/07/2001.

Nº 50 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0204898	ADALBERTO WASTOWSKI CLERICI	12.162.741/0001-58	ITAJAI	SC	48610.016948/2010-13
GLP/ES0204899	ADRIANO ALVES DOS SANTOS ME	02.236.584/0003-96	PONTO BELO	ES	48610.001010/2011-71
GLP/SC0204900	ANDRAGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA. ME	05.636.351/0001-07	SANTA CECILIA	SC	48610.000970/2011-14
GLP/SC0204901	AUTO POSTO IPICENTRO LTDA	04.029.346/0001-73	SAO CARLOS	SC	48610.000855/2011-40
GLP/RS0204902	CARLOS ANDRE DA SILVA DA ROSA	11.302.446/0001-97	ALVORADA	RS	48610.000910/2011-00
GLP/MG0204903	CARLOS CEDRO TEIXEIRA	12.482.321/0001-59	MONTE SIAO	MG	48610.000925/2011-60
GLP/RS0204904	CARLOSMAN PARANHOS DE CAMPOS	92.471.903/0001-79	IJUI	RS	48610.000907/2011-88
GLP/PR0204905	CHEGAZ COMÉRCIO DE GAZ LTDA	03.469.482/0009-79	FOZ DO IGUACU	PR	48610.001008/2011-01
GLP/GO0204906	CLEVERSON PAULO DE OLIVEIRA	12.668.587/0001-90	ANAPOLIS	GO	48610.000974/2011-01
GLP/SC0204907	COMERCIAL AGRICOLA SANTA CRUZ LTDA ME	85.193.969/0001-89	POUSO REDONDO	SC	48610.000921/2011-81
GLP/PE0204908	COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS PADRE CÍCERO LTDA	10.615.719/0001-90	PANELAS	PE	48610.000889/2011-34
GLP/SP0204909	COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO SANTA ETELVINA LTDA - ME	12.526.569/0001-74	SAO PAULO	SP	48610.000972/2011-11
GLP/BA0204910	COMERCIO DE GAS OLIVEIRA SOUZA LTDA.	12.833.875/0001-53	ESPLANADA	BA	48610.000904/2011-44
GLP/RJ0204911	COMÉRCIO GÁS ITALVENSE LTDA - ME	02.845.804/0012-70	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.001157/2011-61
GLP/RJ0204912	COMÉRCIO GÁS ITALVENSE LTDA - ME	02.845.804/0016-01	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.001156/2011-17
GLP/RN0204913	CONFIANÇA GÁS LTDA.	05.744.791/0004-20	NATAL	RN	48610.000911/2011-46
GLP/SC0204914	DEJALMO FRANCISCO GIACOMINI	12.643.056/0001-43	JARAGUA DO SUL	SC	48610.000444/2011-54
GLP/MG0204915	DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS E BEBIDAS LADEIA LTDA - ME	04.794.642/0001-60	BELO HORIZONTE	MG	48610.000890/2011-69
GLP/MG0204916	DISTRIBUIDORA DE GÁS RÁPIDA SANTANENSE LTDA	11.917.674/0001-71	SANTANA DE CATAGUASES	MG	48610.000996/2011-62
GLP/SP0204917	DISTRIBUIDORA GAS SANTOS & SANTOS LTDA	00.005.817/0002-33	CAMPO LIMPO PAULISTA	SP	48610.001006/2011-11
GLP/MG0204918	DIVONE FERRAZ COSTA	19.872.167/0002-51	SALTO DA DIVISA	MG	48610.013702/2010-81
GLP/RS0204919	DM DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS LTDA.	08.252.590/0002-32	JAGUARI	RS	48610.001099/2011-76
GLP/AL0204920	EDNALDO JOSE DA SILVA GAS	05.341.545/0001-85	MACEIO	AL	48610.000922/2011-26
GLP/MG0204921	EDNEI MARCOS MOREIRA	11.290.253/0001-63	LUMINARIAS	MG	48610.000978/2011-81
GLP/RS0204922	ELHO MULLER & CIA LTDA	92.279.736/0001-69	SANTA VITORIA DO PALMAR	RS	48610.000987/2011-71
GLP/SC0204923	EUGENIO STEIDEL	83.193.433/0001-38	CANOINHAS	SC	48610.000983/2011-93
GLP/RS0204924	EVERALDO TOMAZELI - ME	97.320.790/0001-24	PONTE PRETA	RS	48610.000849/2011-92
GLP/SC0204925	EZI DE CAMPOS DRABZINSKI - ME	80.722.341/0001-00	LEOBERTO LEAL	SC	48610.000986/2011-27
GLP/SP0204926	FELIPE XAVIER OLIVEIRA - ME	12.566.514/0001-98	SUZANO	SP	48610.001004/2011-14
GLP/AM0204927	FIRMINO M. DE MENDONÇA	12.578.099/0001-92	MANAUS	AM	48610.001005/2011-69
GLP/SP0204928	G P DA SILVA LOJA DE VARIEDADES - ME	09.015.535/0001-00	MIRACATU	SP	48610.000979/2011-25
GLP/MS0204929	G R GÁS LTDA - ME	11.337.539/0001-57	DOURADOS	MS	48610.013961/2010-11
GLP/MG0204930	GERALDO DANIEL DE ASSIS SOUZA & CIA LTDA	12.563.438/0001-67	RAUL SOARES	MG	48610.000826/2011-88
GLP/SP0204931	GILBERTO BORJA PINTO ITAQUERA ME	03.690.975/0001-87	SAO PAULO	SP	48610.000989/2011-61
GLP/MG0204932	HELIO ALVES SAMPAIO - ME	04.450.630/0001-19	CONGONHAS	MG	48610.000985/2011-82
GLP/MG0204933	HELVES AGNALDO REIS - ME	71.490.718/0002-32	LAMIM	MG	48610.000854/2011-03
GLP/MG0204934	IRIS DE MATOS DA SILVA LUNA	11.728.320/0001-89	LAMIM	MG	48610.001003/2011-70
GLP/PR0204935	IRMÃOS GONÇALVES LTDA	11.858.071/0001-46	SAO PEDRO DO IVAI	PR	48610.001100/2011-62
GLP/RS0204936	ISRAEL MARQUES CARRIR	12.271.456/0001-75	RIO GRANDE	RS	48610.000984/2011-38
GLP/PR0204937	IVETE DE FATIMA DE SOUZA POLUNHA	06.122.067/0001-85	PONTA GROSSA	PR	48610.000825/2011-33
GLP/PA0204938	J. R. DOS S. OLIVEIRA	07.462.954/0001-65	BELEM	PA	48610.000966/2011-56
GLP/AP0204939	J. A. Y. MOURA EPP.	04.236.655/0002-03	TARTARUGALZINHO	AP	48610.000848/2011-48
GLP/AP0204940	J. A. Y. MOURA EPP.	04.236.655/0003-86	MACAPA	AP	48610.000973/2011-58
GLP/AP0204941	J. A. Y. MOURA EPP.	04.236.655/0007-00	AMAPA	AP	48610.000832/2011-35
GLP/AP0204942	J. A. Y. MOURA EPP.	04.236.655/0008-90	MACAPA	AP	48610.000976/2011-91
GLP/MT0204943	J. C. B. V. B. SAMPAIO	08.039.196/0001-30	CUIABA	MT	48610.000839/2011-57
GLP/MG0204944	J I GÁS LTDA - ME	02.522.802/0001-97	CONTAGEM	MG	48610.000891/2011-11
GLP/MG0204945	J P DE OLIVEIRA MARTINS	12.416.926/0001-41	MANTENA	MG	48610.000969/2011-90
GLP/MG0204946	JOÃO BOSCO ALVES	12.293.865/0001-72	SANTO HIPOLITO	MG	48610.001127/2011-55
GLP/ES0204947	JOÃO RANGEL DE SOUZA - ME	12.118.445/0001-50	LINHARES	ES	48610.001094/2011-43
GLP/SP0204948	JORDELINO DA COSTA ME	47.768.361/0001-46	ESTRELA D'OESTE	SP	48610.000998/2011-51
GLP/PE0204949	JOSE RODRIGUES DA SILVA ME	04.269.671/0001-03	PETROLINA	PE	48610.000841/2011-26
GLP/MG0204950	KATIUSCIA BAZERRA FIGUEIREDO	11.770.680/0001-49	JANUARIA	MG	48610.000999/2011-04
GLP/RJ0204951	L F C UNÇÃO COMÉRCIO DE ÁGUA E GÁS LTDA	10.985.493/0001-10	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.001097/2011-87
GLP/MG0204952	L M SALES BASTOS - ME	07.344.733/0002-73	ITABIRINHA	MG	48610.000977/2011-36
GLP/PA0204953	LUCÍLIO DA SILVA CARNEIRO JUNIOR - ME	10.499.947/0001-42	ANANINDEUA	PA	48610.001112/2011-97
GLP/BA0204954	M DA S REIS	03.798.053/0001-98	COARACI	BA	48610.000912/2011-91
GLP/AL0204955	MANOEL LUIZ DA SILVA EMPREENDIMENTOS - ME	09.612.344/0001-26	SAO LUIS DO QUITUNDE	AL	48610.000893/2011-01
GLP/AM0204956	MANUEL CARVALHO DA SILVA COML LIBRIAN	02.182.543/0001-00	MANAUS	AM	48610.000928/2011-01
GLP/RN0204957	MARCOS ARTUR DE FRANCA VARELA	08.552.325/0001-99	CEARA-MIRIM	RN	48610.000836/2011-13
GLP/SP0204958	MARIA APARECIDSA SANGALLI - ME	12.406.739/0001-87	SANTA ADELIA	SP	48610.000975/2011-47
GLP/BA0204959	MARIVALDO FERREIRA DANTAS	04.995.522/0001-21	BUERAREMA	BA	48610.000901/2011-19
GLP/MA0204960	MARTA SIMONE PACHECO	11.636.018/0001-09	BARREIRINHAS	MA	48610.000220/2011-42
GLP/MG0204961	MERCADO BALDONI LTDA.	70.928.916/0001-91	GUAPE	MG	48610.000916/2011-79
GLP/SC0204962	MERCADO BOGO LTDA	03.122.270/0001-63	MASSARANDUBA	SC	48610.001009/2011-47
GLP/SC0204964	MERCADO TUCANO LTDA	12.257.916/0001-00	RIO DO SUL	SC	48610.001072/2011-83
GLP/SP0204965	MINI BOX L. A. COMERCIAL LTDA - ME	05.786.794/0001-84	FRANCA	SP	48610.000960/2011-89
GLP/RJ0204966	MONSUABA DE ANGRA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	11.229.527/0001-09	ANGRA DOS REIS	RJ	48610.001007/2011-58

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/MA0204967	NABHAN & LOGRADO LTDA	11.165.312/0002-52	IMPERATRIZ	MA	48610.000845/2011-12
GLP/SC0204968	NABOR FRANCISCO DE CAMARGO - ME	10.702.394/0001-83	JOINVILLE	SC	48610.014878/2010-51
GLP/PE0204969	NEIDE MARIA DE LIRA ANDRADE - ME	02.731.646/0001-74	RECIFE	PE	48610.000899/2011-70
GLP/RS0204970	POSTO DE GAS TAKI LTDA.	12.435.580/0001-29	ALVORADA	RS	48610.000902/2011-55
GLP/SC0204971	POSTO MILLENIUM LTDA	02.354.988/0001-12	ITAJAI	SC	48610.000142/2011-86
GLP/RN0204972	POSTO PASAUTO LTDA	08.285.546/0001-48	NATAL	RN	48610.000981/2011-02
GLP/SP0204973	R. T. COMÉRCIO DE ÁGUA E GÁS LTDA - ME	12.331.308/0001-07	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.000964/2011-67
GLP/PR0204974	RAFAEL ANGELO GONÇALVES PINTO E CIA LTDA	11.924.604/0001-40	PONTA GROSSA	PR	48610.000122/2011-13
GLP/SP0204975	REGINALDO MARQUES DE PAULA COMÉRCIO DE GLP - ME	07.844.207/0001-91	SAO PAULO	SP	48610.000997/2011-15
GLP/BA0204976	ROMARIO FERREIRA DO AMARAL	11.514.572/0001-05	CARAIBAS	BA	48610.000903/2011-08
GLP/RJ0204977	S. M. L. SOUZA REVENDA DE GÁS - MER	09.565.502/0001-34	RIO DAS FLORES	RJ	48610.001001/2011-81
GLP/GO0204978	SIDNEY RODRIGUES DA SILVA	12.090.845/0001-02	ANAPOLIS	GO	48610.000980/2011-50
GLP/MG0204979	SUPERMERCADO R E R FREITAS LTDA.	05.404.370/0001-08	UBERLANDIA	MG	48610.000831/2011-91
GLP/SP0204980	SUPERMERCADO SERTANIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	10.740.947/0001-92	JUQUIA	SP	48610.001000/2011-36
GLP/GO0204981	SUZETE PEREIRA DOS SANTOS	12.336.655/0001-14	GOIANIA	GO	48610.000959/2011-54
GLP/ES0204982	TADEU PARTELLI - ME	12.370.701/0001-00	MARILANDIA	ES	48610.001110/2011-06
GLP/PR0204983	THIAGO GUARNIERI PRADO	12.922.396/0001-03	MARINGA	PR	48610.000992/2011-84
GLP/SC0204984	TRANSPORTES E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL BULGARELLI LTDA	81.620.122/0001-82	VARGEM BONITA	SC	48610.000900/2011-66
GLP/RJ0204985	TUBOGAS COM. E TRANS. DE GAS LTDA ME	11.307.861/0001-33	CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	48610.018003/2010-28
GLP/MG0204986	VALERIA G MAGALHÃES DE OLIVEIRA- ME	11.750.406/0001-08	RIBEIRAO DAS NEVES	MG	48610.018411/2010-80
GLP/SP0204987	VANDERSON ALVES DA SILVA & CIA LTDA - ME	06.698.343/0001-58	ARARAQUARA	SP	48610.001070/2011-94
GLP/GO0204988	WELLINGTON RICARDO COSTA RIBEIRO E CIA LTDA	10.673.004/0001-94	SANTA TEREZA DE GOIAS	GO	48610.000961/2011-23
GLP/GO0204989	ZILDA FERNANDES DOS SANTOS	02.064.048/0001-99	CAMPINORTE	GO	48610.000840/2011-81
GLP/SP0204990	ZULMA ESTEVO FRANCO PINHEIRO - ME	12.941.433/0001-20	BOM JESUS DOS PERDOES	SP	48610.001109/2011-73

Nº 51 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0183926	CITY GÁS LTDA	03.421.828/0001-01	BELO HORIZONTE	MG	48610.002564/2010-13
GLP/ES0176473	DIEGO SESANA MESQUITA ME	09.472.166/0001-85	LINHARES	ES	48610.000499/2009-40
001/GLP/MS0007898	D.P.H. VICTOL	07.499.966/0002-45	DOURADOS	MS	48610.006520/2006-78
001/GLP/MG0018028	FRANCISCO SIMPLICIO CELESTINO	08.257.573/0001-07	BETIM	MG	48610.012216/2007-41
001/GLP/SP0009783	M. S. COMERCIO DE GAS LTDA - ME	02.811.483/0001-30	RIBEIRAO PRETO	SP	48610.011428/2006-21
GLP/MG0174996	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0111-17	GOVERNADOR VALADARES	MG	48610.012681/2008-62
GLP/PE0171729	SERGIO DOS SANTOS COSTA	09.344.277/0001-06	PANELAS	PE	48610.008798/2008-41

Nº 52 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MA0204991	A F NUNES BARBOSA	00.849.004/0002-20	BARRA DO CORDA	MA	48610.016293/2010-75
GLP/MA0204992	A F NUNES BARBOSA	00.849.004/0003-00	BARRA DO CORDA	MA	48610.016302/2010-28
GLP/ES0204993	ADRIANO ALVES DOS SANTOS ME	02.236.584/0002-05	PONTO BELO	ES	48610.001050/2011-13
GLP/GO0204994	ALMEIDA & BONTEMPO LTDA	02.073.084/0001-19	ISRAELANDIA	GO	48610.001017/2011-93
GLP/PA0204995	ALVES & JESUS LTDA ME	11.279.246/0001-60	FLORESTA DO ARAGUAIA	PA	48610.014898/2010-21
GLP/GO0204996	ANDRIELI QUEIROZ DA SILVA	11.790.935/0001-35	GOIANIA	GO	48610.017123/2010-16
GLP/MG0204997	C A DE ARAUJO	12.501.630/0001-29	SAO FELIX DE MINAS	MG	48610.001186/2011-23
GLP/PR0204998	CHEGAZ COMÉRCIO DE GAZ LTDA	03.469.482/0008-98	FOZ DO IGUACU	PR	48610.001047/2011-08
GLP/PR0204999	CHEGAZ COMÉRCIO DE GAZ LTDA	03.469.482/0011-93	FOZ DO IGUACU	PR	48610.001055/2011-46
GLP/BA0205000	CLAUDEMILSON SANTOS DE JESUS	05.640.141/0001-92	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.001040/2011-88
GLP/BA0205001	COMERCIAL DE GÁS GEP LTDA	12.418.897/0001-57	BARRA DA ESTIVA	BA	48610.001037/2011-64
GLP/SP0205002	COMERCIAL DE GAS CEASA LTDA.	68.420.439/0001-07	SAO PAULO	SP	48610.001179/2011-21
GLP/BA0205003	COMERCIAL DE GÁS VALE DO SOL LTDA	05.850.690/0003-53	TEIXEIRA DE FREITAS	BA	48610.001033/2011-86
GLP/MG0205004	COMERCIAL ELCIONE LTDA - ME	68.511.823/0001-15	SETE LAGOAS	MG	48610.001044/2011-66
GLP/RJ0205005	COMERCIO DE GAS BARCELONA LTDA - ME	68.616.879/0001-34	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.001049/2011-99
GLP/ES0205006	COMÉRCIO DE GÁS ITAÚNAS LTDA - ME	12.279.111/0001-68	MUCURICI	ES	48610.001168/2011-41
GLP/RS0205007	COOPERATIVA TRITICOLA SARANDI LTDA	97.320.451/0019-77	RONDA ALTA	RS	48610.008047/2006-63
GLP/RS0205008	COOPERATIVA TRITICOLA SARANDI LTDA	97.320.451/0032-44	SARANDI	RS	48610.008049/2006-52
GLP/RJ0205009	DEPOSITO DE GAS E AGUA DOS IRMAOS LTDA	10.989.893/0001-01	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.001042/2011-77
GLP/MG0205010	DISTRIBUIDORA DE GAS LUNA DE MERCES LTDA.-ME	07.258.047/0001-07	MERCES	MG	48610.001041/2011-22
GLP/MG0205011	DISTRIBUIDORA MOREIRA SALES E CIA LTDA ME	11.321.453/0001-36	CAETANOPOLIS	MG	48610.001025/2011-30
GLP/AM0205012	E O DOS SANTOS - ME.	10.809.286/0001-04	MANAUS	AM	48610.017185/2010-10
GLP/MG0205013	EDINALDO CARDOSO CUSTODIO	05.741.631/0001-85	POUSO ALEGRE	MG	48610.001013/2011-13
GLP/AC0205014	FRANCISCO R. DE SOUZA	10.748.728/0001-50	RIO BRANCO	AC	48610.001043/2011-11
GLP/PA0205015	H BATISTA GALVÃO - ME.	11.444.652/0001-31	SANTA MARIA DO PARA	PA	48610.016109/2010-97
GLP/PA0205016	HAGAS COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS - GLP LTDA - ME	12.128.160/0001-08	BELEM	PA	48610.001022/2011-04
GLP/MG0205017	HELIO AMARAL DOS SANTOS	07.931.982/0001-84	PINTOPOLIS	MG	48610.001069/2011-60
GLP/MG0205018	ISABEL CRISTINA RODRIGUES FONSECA 00455103690	11.537.088/0001-00	ARCOS	MG	48610.015790/2010-56
GLP/AM0205019	IZAILDA DA SILVA LIMA	04.255.061/0001-50	MANAUS	AM	48610.001166/2011-52
GLP/MG0205020	J AURICCHIO & CIA LTDA	18.151.092/0005-08	CAMPINA VERDE	MG	48610.001108/2011-29
GLP/AP0205021	J. C. DISTRIBUIDORA LTDA	04.420.885/0004-81	MACAPA	AP	48610.001035/2011-75
GLP/AP0205022	J. C. DISTRIBUIDORA LTDA	04.420.885/0006-43	MACAPA	AP	48610.001164/2011-63
GLP/AM0205023	J. F. COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA.	07.797.056/0003-20	BERURI	AM	48610.001024/2011-95
GLP/AM0205024	J. P. PACHECO JÚNIOR-ME	34.573.162/0002-11	MANAUS	AM	48610.001169/2011-96
GLP/AM0205025	JOSE ALVES NETO	22.813.430/0001-65	MANAUS	AM	48610.001053/2011-57
GLP/RO0205026	KELER E SILVA LTDA. ME	11.751.592/0001-08	CACOAL	RO	48610.001193/2011-25
GLP/RN0205027	KELLY MARIA REGINA SOARES MACENA ME	07.592.266/0001-10	RAFAEL FERNANDES	RN	48610.001184/2011-34
GLP/MA0205028	L DA SILVA DIAS	00.055.578/0021-99	SAO LUIS	MA	48610.018235/2010-86
GLP/MT0205029	LIGUE GÁS DISTRIBUIDORA LTDA	04.386.696/0002-78	VARZEA GRANDE	MT	48610.001171/2011-65
GLP/SP0205030	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A.	60.886.413/0066-92	PAULINIA	SP	48610.018009/2010-03
GLP/BA0205031	LO SANTOS BATISTA COMERCIO DE GAS	12.031.536/0001-53	ITABUNA	BA	48610.001192/2011-81
GLP/ES0205032	LURDES DE FATIMA CALDONHO FIOROT ME	11.446.964/0001-84	GOVERNADOR LINDENBERG	ES	48610.001038/2011-17
GLP/RO0205033	M F DA SILVA MERCEARIA - ME	08.699.247/0001-50	PORTO VELHO	RO	48610.001178/2011-87
GLP/AM0205034	MANOEL CARDOSO DE ARAÚJO - ME.	04.489.688/0001-76	MANAUS	AM	48610.000161/2011-11
GLP/SP0205035	MANOEL MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	10.835.341/0001-30	BARUERI	SP	48610.011272/2010-63
GLP/SP0205036	MARCELO CORREIA MACHADO ME	04.491.067/0001-27	PARAGUACU PAULISTA	SP	48610.018481/2010-38
GLP/AM0205037	MARCOS ANTONIO PINTO PEREIRA - ME	03.122.528/0001-21	MANAUS	AM	48610.001052/2011-11
GLP/PA0205038	MARIA DO SOCORRO SILVA MODESTO ME	12.644.083/0001-30	ANANINDEUA	PA	48610.001194/2011-70
GLP/SP0205039	MARIA JEANE DE MORAIS GAS ME	12.843.295/0001-47	SAO PAULO	SP	48610.001048/2011-44
GLP/SC0205040	MARLENE GIRARDI NICOLLETTI	12.334.507/0001-60	GASPAR	SC	48610.001162/2011-74
GLP/AL0205041	MAURICIO N DA SILVA - ME	12.576.201/0001-10	MACEIO	AL	48610.017191/2010-77
GLP/SC0205042	MERCADO COPER AGUA LTDA.	06.105.141/0001-55	AGUA DOCE	SC	48610.001031/2011-97
GLP/SC0205043	MERCADO SCMITZ LTDA EPP	03.966.797/0001-74	MASSARANDUBA	SC	48610.001051/2011-68
GLP/DF0204963	MERCADO SOARES & PAIVA LTDA. - ME.	72.574.908/0001-10	PLANALTINA	DF	48610.000895/2011-91
GLP/MG0205044	MIRIAM ALVES DOS SANTOS	11.486.097/0001-00	BELO HORIZONTE	MG	48610.000965/2011-10
GLP/SP0205045	MIRIAM PATRICIA DE LIMA GLP ME	12.422.730/0001-60	SOROCABA	SP	48610.001045/2011-19
GLP/TO0205046	MOACIR C PIAS	00.822.952/0003-52	CRISTALANDIA	TO	48610.001019/2011-82
GLP/SC0205047	MOACIR NICOLETTI	12.611.076/0001-32	LAGES	SC	48610.001034/2011-21
GLP/MA0205048	NABHAN & LOGRADO LTDA	11.165.312/0003-33	IMPERATRIZ	MA	48610.001015/2011-02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/PA0205049	NORT COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA. ME	12.910.208/0001-27	ANANINDEUA	PA	48610.001180/2011-56
GLP/SP0205050	REGENTE FEIJO COMERCIAL DE GÁS LTDA.	00.315.724/0003-96	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	48610.001068/2011-15
GLP/SC0205051	RENALDO AMARO VENTURA ME.	10.590.563/0001-30	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SC	48610.017276/2010-55
GLP/SP0205052	RUBENS FRANCO JUNIOR GAS ME	08.756.614/0001-00	ARARAS	SP	48610.001057/2011-35
GLP/SP0205053	RUVIERI & MARTINS LTDA	09.123.416/0002-52	ORINDIUVA	SP	48610.017483/2010-18
GLP/MG0205054	SAMONTE GÁS LTDA	01.606.291/0001-29	SANTO ANTONIO DO MONTE	MG	48610.001170/2011-11
GLP/SP0205055	SAMPAIO COMERCIO DE GAS LTDA ME	05.823.438/0001-93	SAO PAULO	SP	48610.001062/2011-48
GLP/DF0205056	SENEGAS DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	12.374.095/0001-92	BRASILIA	DF	48610.016910/2010-32
GLP/GO0205057	SERGIO BARBOSA DA SILVA O GOIANO	33.268.897/0001-98	ITABERAI	GO	48610.016850/2010-58
GLP/PE0205058	SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS GÁS	12.284.140/0001-18	SIRINHAEM	PE	48610.016101/2010-21
GLP/ES0205059	SILVATON MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. ME	06.116.175/0001-45	PANCAS	ES	48610.001056/2011-91
GLP/RS0205060	SILVIO RODRIGO FRITZEN	12.524.599/0001-41	TRIUNFO	RS	48610.001182/2011-45
GLP/PE0205061	T GÁS LTDA.	24.552.820/0001-54	RECIFE	PE	48610.001098/2011-21
GLP/PE0205062	T GÁS LTDA.	24.552.820/0006-69	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.001101/2011-15
GLP/RO0205063	TEM TEM COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA	12.553.670/0001-14	MACHADINHO D'OESTE	RO	48610.017965/2010-60
GLP/MS0205064	TRADIÇÃO GÁS LTDA - ME	11.813.959/0001-62	CAMPO GRANDE	MS	48610.001014/2011-50
GLP/BA0205065	WAGNER RAMOS DE OLIVEIRA	10.145.642/0002-13	ANGICAL	BA	48610.017104/2010-81

Nº 53 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PI0089623	ANTONIO PEDRO DA SILVA TRANSPORTES - ME	05.051.769/0002-33	GILBUES	PI	48610.018316/2010-86
PR/PI0087964	AUTO POSTO GASOCEL LTDA.	10.282.494/0001-06	ALTOS	PI	48610.014242/2010-17
PR/SP0091183	AUTO POSTO INOVA LTDA.	12.837.762/0001-26	SAO PAULO	SP	48610.001190/2011-91
PR/RS0091082	AUTO POSTO QUARTA COLONIA LTDA.	12.663.640/0001-60	FAXINAL DO SOTURNO	RS	48610.001124/2011-11
PR/ES0091223	AUTO POSTO 3D SF1 LTDA.	12.668.863/0001-10	BARRA DE SAO FRANCISCO	ES	48610.001074/2011-72
PR/PA0089044	C & C COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.716.780/0001-50	JACUNDA	PA	48610.017637/2010-63
PR/SP0091365	CENTRO AUTOMOTIVO SÃO MANUEL I LTDA.	08.253.119/0001-88	SAO PAULO	SP	48610.001145/2011-37
PR/CE0091124	COMERCIAL DE PETROLEO ESTRELA DO VALE LTDA.	12.355.003/0001-27	RUSSAS	CE	48610.000933/2011-14
PR/RS0089188	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS NEVOEIRO LTDA.	95.425.369/0020-15	ENCRUZILHADA DO SUL	RS	48610.000707/2011-25
PR/SC0091123	CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA.	80.709.876/0009-06	MAFRA	SC	48610.000944/2011-96
PR/RS0091128	DITRENTO POSTOS E LOGÍSTICA LTDA.	07.473.735/0043-30	VACARIA	RS	48610.001086/2011-05
PR/MG0091222	FSA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS	12.841.517/0001-92	CARMO DE MINAS	MG	48610.000935/2011-03
PR/SP0088204	GERSON NOGUEROL BARROS JUNIOR	11.704.298/0001-37	PEREIRA BARRETO	SP	48610.016551/2010-13
PR/MA0091122	GOMES & FERRAZ LTDA.	03.186.873/0001-29	AMARANTE DO MARANHAO	MA	48610.000943/2011-41
PR/RR0091102	J. PEREIRA DE JESUS & CIA LTDA.	03.980.102/0004-51	CANTA	RR	48610.000949/2011-19
PR/RR0091142	J. PEREIRA DE JESUS & CIA LTDA.	03.980.102/0005-32	CANTA	RR	48610.000942/2011-05
PR/MG0089004	MARIO ROCHA SOARES - ME.	04.258.348/0001-34	CHAPADA DO NORTE	MG	48610.017658/2010-89
PR/CE0091127	OLIVEIRA & COSTA COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	12.536.117/0001-73	FORTALEZA	CE	48610.001113/2011-31
PR/SP0090402	POSTO COWBOY FOREVER LTDA.	12.437.857/0001-52	JABOTICABAL	SP	48610.000251/2011-01
PR/SP0088682	POSTO DE MARECHAL MERCADO SHOPPING LTDA.	05.520.575/0002-30	TAUBATE	SP	48610.016798/2010-30
PR/MG0091163	POSTO PETROBOC LTDA.	12.556.492/0001-85	BOCAIUVA	MG	48610.000937/2011-94
PR/RS0058289	POSTO SHOPPING CAR COMBUSTÍVEIS LTDA	00.121.811/0003-02	SANTA CRUZ DO SUL	RS	48610.014269/2007-04
PR/PE0088642	POSTO SILVA E ARAUJO LTDA.	10.956.293/0001-39	RECIFE	PE	48610.016809/2010-81

Nº 54 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
TO0191370	ANA MARIA IANSEN	07.629.656/0001-17	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.009242/2005-21
SP0177267	AUTO POSTO CHARLES SCHNNEIDER LTDA.	06.314.187/0001-84	TAUBATE	SP	48620.000240/2004-75
SP0030164	AUTO POSTO IRAPURU LTDA	05.010.912/0001-68	IRAPURU	SP	48610.016165/2002-11
DF0014864	AUTO POSTO MILLENNIUM 2000 LTDA.	03.261.491/0001-12	BRASILIA	DF	48610.015295/2001-56
RS0024104	AUTO POSTO VALE DO SOTURNO LTDA	04.756.684/0001-07	FAXINAL DO SOTURNO	RS	48610.003971/2002-21
PR/SP0073426	BORSSATO GRANDE PARADA PURUNA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	50.780.980/0008-37	ASSIS	SP	48610.008961/2009-57
TO0188065	CERRADÃO COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	02.974.206/0001-48	ARAGUAINA	TO	48610.004937/2005-15
PR0006491	ELZA T. TEIXEIRA E CIA LTDA.	81.060.337/0001-96	GUARANIACU	PR	48610.005573/2001-67
TO0009821	ENTRONCAMENTO COM. E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	02.845.588/0001-00	ARAGUAINA	TO	48610.007796/2001-69
TO0172872	FELICIANO & CARDOSO LTDA.	06.316.286/0001-03	ARAGUAINA	TO	48600.002082/2004-26
RS0021466	FERNANDO BOCCHESE & CIA LTDA	03.170.754/0001-88	VACARIA	RS	48610.002301/2002-96
CE0210761	FILGUEIRA & FREITAS COMERCIAL DE PETRÓLEO LTDA.	07.924.556/0001-13	FORTALEZA	CE	48610.005180/2007-49
PA0167270	IRMÃOS PORTO CHAGAS LTDA	05.833.554/0001-93	MARABA	PA	48610.000696/2004-54
PR/BA0069641	J. HELLEN DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	07.535.695/0002-36	PARAMIRIM	BA	48610.005563/2009-89
PR0207785	J. V. AUTO POSTO LTDA.	08.267.900/0001-01	UMUARAMA	PR	48610.002527/2007-18
TO0210888	LINCOLN REPRESENTAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA- ME.	08.435.707/0001-32	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.005230/2007-98
MG0168800	MAURÍCIO APARECIDO DUTRA	05.984.332/0001-71	ITAPECERICA	MG	48610.002156/2004-13
PR0230269	NILTON DE ARAÚJO BUENO - COMBUSTÍVEIS ME.	09.343.445/0001-49	IBAITI	PR	48610.006288/2008-30
SP0015673	O POSTASSO SERV. AUTOM. LTDA	02.881.469/0001-02	SAO PAULO	SP	48610.017028/2001-13
PR0022800	O. V. DOS SANTOS & FERRARI LTDA	75.948.158/0002-78	ABATIA	PR	48610.003453/2002-14
MT0209831	PETRONIO A PEDROSA	06.372.704/0001-71	CAMPINAPOLIS	MT	48610.004646/2007-99
SC0211577	POSTO BEM VINDO LTDA.	72.166.861/0002-36	ITUPORANGA	SC	48610.005881/2007-88
TO0000001	POSTO DE COMBUSTÍVEIS NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA	37.316.445/0001-95	ARAGUAINA	TO	48610.003748/2001-18
SC0008550	POSTO PETROCAMPO LTDA	03.430.101/0001-90	CAMPO BELO DO SUL	SC	48610.011314/2000-94
PE0003323	POSTO SANTA RITA DE CASSIA LTDA	04.027.778/0001-45	RECIFE	PE	48610.001788/2001-17
RJ0194221	PRAÇA POSTO SANTOS DUMONT 52 - COM. DE COMBUSTÍVEL LTDA	07.528.593/0001-02	RIO DE JANEIRO	RJ	48610.002293/2006-11
RS0207623	RHRISS COMBUSTÍVEIS LTDA.	04.144.661/0011-13	CHAPADA	RS	48610.002120/2007-74
CE0030980	RUSSAS PETRÓLEO LTDA.	07.535.123/0002-57	RUSSAS	CE	48610.001659/2003-82
SP0022020	SIND TAX AUT TRANSP AUT PASS SANTOS S. VICEN GUARUJA CUB	58.255.845/0002-99	SANTOS	SP	48610.002722/2002-17

Nº 55 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/RN0205066	A.C.F DE OLIVEIRA	03.979.932/0001-16	CANGUARETAMA	RN	48610.001296/2011-95
GLP/SP0205067	ADILSON DE BARROS LOPES	12.559.344/0001-14	IPIGUA	SP	48610.001290/2011-18
GLP/SC0205068	ANA VALTRAZ E CIA LTDA.	10.947.071/0001-50	PAPANDUVA	SC	48610.001198/2011-58
GLP/MG0205069	ARIOVALDO HENRIQUES	12.329.229/0001-53	ITAMARATI DE MINAS	MG	48610.001311/2011-03
GLP/SP0205070	AUTO POSTO PLANALTO LTDA.	59.119.370/0001-95	SAO BERNARDO DO CAMPO	SP	48610.017286/2010-91
GLP/RN0205071	AYRES & PEREIRA LTDA.	08.385.213/0004-33	CAICO	RN	48610.018844/2010-35
GLP/PE0205072	AZEVEDO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA	07.138.532/0001-39	CARUARU	PE	48610.001327/2011-16
GLP/SC0205073	BAR E MERCADO WEBER LTDA ME	05.414.600/0001-10	PETROLANDIA	SC	48610.001060/2011-59
GLP/SP0205074	BBSC COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA	12.973.879/0001-37	SAO PAULO	SP	48610.001284/2011-61
GLP/SP0205075	C. M. MIRANDA	12.847.696/0001-75	OURINHOS	SP	48610.001300/2011-15
GLP/SP0205076	CENTRO DISTRIBUIDORA DE GAS E ÁGUA LTDA	09.575.716/0002-72	JACAREI	SP	48610.001196/2011-69
GLP/MG0205077	CHAMA REVENDA DE GÁS LTDA	12.863.311/0001-63	CATAGUASES	MG	48610.001312/2011-40
GLP/ES0205078	CLEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA - ME	12.652.502/0001-86	SOORETAMA	ES	48610.001297/2011-30

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/GO0205079	COMERCIAL ALVES E FREITAS LTDA.	11.879.680/0001-81	PONTALINA	GO	48610.001224/2011-48
GLP/RS0205080	COMERCIAL DE GAS GANHE MAIS LTDA	12.491.893/0001-02	VIAMAO	RS	48610.001221/2011-12
GLP/RJ0205081	COMERCIO DE GÁS 5 ESTRELAS LTDA	11.983.743/0001-45	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.016872/2010-18
GLP/TO0205082	CONRAD PIAS & CIA LTDA.	03.966.240/0005-67	CASEARA	TO	48610.001283/2011-16
GLP/SC0205083	DANILO DESON RIBEIRO ME	12.874.067/0001-34	LAGES	SC	48610.001067/2011-71
GLP/GO0205084	DELAIDE LUIZA DOS REIS DE DEUS	12.112.197/0001-30	GOIANIA	GO	48610.001220/2011-60
GLP/RS0205085	DELICIA DOS SANTOS	88.177.027/0001-03	SANTA MARIA	RS	48610.016961/2010-64
GLP/GO0205086	DEPÓSITO DE GÁS UNIVERSITÁRIO LTDA	11.099.874/0001-64	GOIANIA	GO	48610.001286/2011-50
GLP/PR0205087	DO VALE FILHO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.	08.355.527/0003-02	CURITIBA	PR	48610.015099/2010-72
GLP/PE0205088	ELIHIMAS COMÉRCIO DE GLP LTDA ME	12.640.953/0001-01	GRAVATA	PE	48610.018110/2010-56
GLP/SP0205089	EMPÓRIO BOM VIVANT COM. E IMP. LTDA - ME	62.095.013/0001-49	JABOTICABAL	SP	48610.001315/2011-83
GLP/MG0205090	EUDES PEREIRA DA COSTA	12.723.762/0001-03	BETIM	MG	48610.001328/2011-52
GLP/PE0205091	FEIRA NOVA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	12.500.056/0001-94	FEIRA NOVA	PE	48610.001229/2011-71
GLP/MG0205092	FERNANDO E BASTOS LTDA.	16.527.400/0002-70	ABRE CAMPO	MG	48610.001176/2011-98
GLP/RS0205093	FONTANA DISTRIBUIDORA DE GLP E ÁGUA MINERAL LTDA	12.888.437/0001-92	SÃO LEOPOLDO	RS	48610.001316/2011-28
GLP/SC0205094	FRAYGAS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. EPP	02.678.102/0002-77	VIDEIRA	SC	48610.001322/2011-85
GLP/SP0205095	GAL E GAS COMERCIAL LTDA ME	04.385.044/0001-38	SAO PAULO	SP	48610.001066/2011-26
GLP/PI0205096	GERACI DE OLIVEIRA SOUSA COMPERCIO DE GÁS - ME	12.395.515/0001-17	TERESINA	PI	48610.001314/2011-39
GLP/MG0205097	GILBERT DOS SANTOS ME	41.906.355/0001-21	SANTO ANTONIO DO MONTE	MG	48610.001287/2011-02
GLP/BA0205098	GILCIMAR MANOEL DE OLIVEIRA SOUZA - ME	11.404.329/0001-34	JUAZEIRO	BA	48610.001289/2011-93
GLP/GO0205099	HELI GOMES XAVIER - ME	02.643.013/0001-04	ANAPOLIS	GO	48610.001219/2011-35
GLP/BA0205100	IODALIO TELES DE ARAÚJO ME	05.949.405/0001-94	MACAJUBA	BA	48610.015127/2010-51
GLP/RS0205101	ISABEL C S DOS SANTOS DISTRIBUIDORA	09.383.116/0001-21	CAPAO DA CANOA	RS	48610.001223/2011-01
GLP/RR0205102	J FRAN SANTOS VERAS ME	00.415.559/0001-82	BOA VISTA	RR	48610.012247/2010-05
GLP/RJ0205103	J M SANTOS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	11.415.856/0001-44	BELFORD ROXO	RJ	48610.014844/2010-66
GLP/SC0205104	J. ZOELLNER & CIA. LTDA. - ME.	01.423.762/0001-63	CAMPO ALEGRE	SC	48610.017960/2010-37
GLP/MG0205105	JESULENE NADIA DE SOUZA	11.686.337/0001-10	CAMBUI	MG	48610.001226/2011-37
GLP/PI0205106	JOÃO BOSCO DIAS DA ROCHA	12.838.337/0001-51	JAICOS	PI	48610.001222/2011-59
GLP/AM0205107	JOAO GOMES DE MORAES	04.262.390/0001-29	MANAUS	AM	48610.001326/2011-63
GLP/AM0205108	JOAO LUCIO DA SILVA BARBOSA - ME	04.729.796/0001-79	MANAUS	AM	48610.001309/2011-26
GLP/AM0205109	JOÃO VASCONCELOS DE BRITO - ME	01.466.906/0001-69	RIO PRETO DA EVA	AM	48610.001197/2011-11
GLP/PB0205110	JOSE BARBOSA DE CARVALHO ME	12.808.201/0001-07	JOAO PESSOA	PB	48610.001227/2011-81
GLP/SP0205111	JOSÉ CLAUDIO BARBOSA FILHO GÁS	12.032.675/0001-00	CRUZEIRO	SP	48610.001215/2011-57
GLP/PE0205112	JOSÉ GILVAN LEITE DA SILVA	12.556.812/0001-05	JATOBA	PE	48610.001228/2011-26
GLP/MG0205113	JOSÉ RAIMUNDO DE ALMEIDA	00.714.269/0001-30	PEDRO TEIXEIRA	MG	48610.013847/2010-82
GLP/MG0205114	JOSÉ VICTOR	12.626.579/0001-81	GUIDOVAL	MG	48610.001285/2011-13
GLP/MG0205115	LAGOA GAS LTDA - ME	04.631.886/0001-22	LAGOA DA PRATA	MG	48610.001294/2011-04
GLP/SC0205116	LEANDRO DE ANDRADE TRANSPORTE ME	12.308.117/0001-16	GUARAMIRIM	SC	48610.001046/2011-55
GLP/SC0205117	LEONIR SOSTER - ME	05.615.226/0001-10	JABORA	SC	48610.014110/2010-87
GLP/GO0205118	LIDIANE ALVES DE OLIVEIRA ME	08.648.097/0001-55	ITUMBIARA	GO	48610.001174/2011-07
GLP/RN0205119	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A.	60.886.413/0146-01	NATAL	RN	48610.001291/2011-62
GLP/RJ0205120	LIQUI-TERE COMERCIO DE GAS LTDA ME.	11.867.478/0001-30	TERESOPOLIS	RJ	48610.018035/2010-23
GLP/MG0205121	LUCAS ZARANTONELLI DE OLIVEIRA	07.198.028/0002-05	PIAU	MG	48610.001218/2011-91
GLP/RR0205122	LUCIA DA SILVA SIMÃO - ME	11.023.574/0001-00	BOA VISTA	RR	48610.001304/2011-01
GLP/SP0205123	LUCIENE SILVA DO NASCIMENTO ME	12.569.764/0001-81	SAO PAULO	SP	48610.001161/2011-20
GLP/TO0205124	M & M COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA	02.141.324/0001-75	ARAGUAINA	TO	48610.017070/2010-25
GLP/RR0205125	M L MEDEIROS ME	02.427.098/0001-93	BOA VISTA	RR	48610.018439/2010-17
GLP/MA0205126	M V S OLIVEIRA	11.208.554/0001-03	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	48610.011577/2010-75
GLP/RN0205127	MARIA KELIANI DANTAS DE MEDEIROS SOBRINHO - ME	08.078.469/0007-40	BODO	RN	48610.001317/2011-72
GLP/MS0205128	MASKOTY COMÉRCIO DE GÁS LTDA	12.374.536/0001-56	CAMPO GRANDE	MS	48610.001199/2011-01
GLP/TO0205129	MAURICIO MARTINS MACHADO ME.	38.148.839/0001-44	ARAGUACU	TO	48610.000577/2011-21
GLP/MS0205130	MAYCON MARCOLINO MELO - ME	09.146.773/0001-55	RIO VERDE DE MATO GROSSO	MS	48610.001282/2011-71
GLP/TO0205131	MC DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA MINERAL	10.506.122/0001-08	PALMAS	TO	48610.001288/2011-49
GLP/SP0205132	MURILO DE SOUZA BASTOS ALIMENTOS - ME	11.366.944/0001-01	TACIBA	SP	48610.001324/2011-74
GLP/PR0205133	ONIVALDO JOSÉ DO NASCIMENTO	05.960.269/0001-33	CURITIBA	PR	48610.001323/2011-20
GLP/MT0205134	P. M. COM. REPRESENTACOES LTDA.	03.401.790/0001-05	RONDONOPOLIS	MT	48610.001313/2011-94
GLP/GO0205135	PATRICIA SOARES TEIXEIRA	04.924.359/0001-06	GOIANIA	GO	48610.001211/2011-79
GLP/PR0205136	PEDROSO & SIQUEIRA LTDA	10.382.274/0001-46	CHOPINZINHO	PR	48610.001303/2011-59
GLP/AL0205137	PONTO DO GÁS LTDA - ME	11.411.304/0001-68	MACEIO	AL	48610.014068/2010-02
GLP/MG0205138	POSTO CARINHOSO LTDA	19.335.488/0001-36	PIEDADE DOS GERAIS	MG	48610.001016/2011-49
GLP/SP0205139	QUARTA DIVISÃO COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	11.244.962/0001-02	RIBEIRAO PIRES	SP	48610.001293/2011-51
GLP/SP0205140	RENATA GUARNIERI SCARANO AGROPECUARIA - ME	06.296.928/0001-41	PIQUEROBI	SP	48610.001302/2011-12
GLP/SC0205141	RKU COMERCIO DE GAS LTDA ME	03.747.696/0001-02	BLUMENAU	SC	48610.001165/2011-16
GLP/RS0205142	SANDRA STRIBE LOPES - ME	11.373.192/0001-06	SAO PEDRO DO SUL	RS	48610.001310/2011-51
GLP/PR0205143	SERVINA MARIA DOS SANTOS	12.159.625/0001-80	SAO JOSE DOS PINHAIS	PR	48610.001320/2011-96
GLP/SC0205144	SIDINEI CAETANO DE SOUZA ME	12.351.834/0001-20	VARGEAO	SC	48610.015469/2010-71
GLP/MG0205145	SIMONE LOPES DE SOUZA BENTO	11.936.288/0001-27	RIBEIRAO DAS NEVES	MG	48610.001018/2011-38
GLP/MT0205146	SUPERMERCADO BIRIGUI LTDA ME	05.064.467/0001-19	SAO JOSE DO RIO CLARO	MT	48610.001058/2011-80
GLP/SC0205147	SUPERMERCADO BRANKAMANIA LTDA ME	08.889.447/0001-75	AURORA	SC	48610.001065/2011-81
GLP/MS0205148	TATYANE COMERCIO DE GAS LTDA-ME	12.627.657/0001-62	CAMPO GRANDE	MS	48610.001525/2011-71
GLP/AM0205149	T.I.N. DE OLIVEIRA	04.571.274/0001-91	MANAUS	AM	48610.001213/2011-68
GLP/BA0205150	UNI COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA -ME	10.535.353/0001-40	UBAITABA	BA	48610.001318/2011-17
GLP/MT0205151	V. GONÇALVES DE SOUZA & CIA. LTDA - ME.	04.241.449/0001-00	JUSCIMEIRA	MT	48610.009889/2005-51
GLP/SP0205152	VANEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA MEDEIROS	08.608.509/0001-23	SANDOVALINA	SP	48610.001301/2011-60
GLP/RS0205153	VARGAS E FAGUNDES COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	10.948.033/0002-00	PORTO ALEGRE	RS	48610.018805/2010-38
GLP/SP0205154	WALDIR PIANOSI - ME	03.292.462/0001-18	BAURU	SP	48610.001059/2011-24

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO DO DIRETOR

REF: DNPM Nº 48400-902.546/1983-11 - VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S\A - Comunico que esta Empresa dispõe de 60(sessenta) dias, a partir da publicação no DOU, a juntar aos autos em referência, a documentação explicitada no Ofício nº 01-GSIPR/SAEI-AP, de 09/01/2011.

ROBERTO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Ref.Processo DNPM nº 000.315/1936

Na Relação nº 11/2011, publicada no DOU de 26/1/2011, Seção I, Página nº 49, onde se lê: "...Cessionário:820.516/02...", leia-se: "...Cessionário:820.561/02..."

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito exigência(137)

834.933/2007-INGO GUSTAV WENDER-OF. N°655/10-DGTM e 1686/10-DGTM-DOU de 30/06/10 e 24/11/10

Fase de Disponibilidade

Torna sem efeito declaração de prioridade a disponibilidade ART 26(537)

832.067/2003-Omega Gama Mineração Ltda.-DOU de 01/08/2005

Fase de Autorização de Pesquisa

Retificação de despacho(1387)

830.265/2007-JSNN COM. IND. E EXPORT. DE MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 21/12/10, Relação n° 507/10, Seção 1, pág. 99- Onde se lê:"RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - ME - CNPJ:11.963.968/0001-67" Leia se:"RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - ME - CNPJ:11.963.698/0001-67"

830.266/2007-JSNN COM. IND. E EXPORT. DE MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 21/12/10, Relação n° 507/10, Seção 1, pág. 99- Onde se lê:"RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - ME - CNPJ:11.963.968/0001-67" Leia se:"RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - ME - CNPJ:11.963.698/0001-67"

831.199/2007-JSNN COM. IND. E EXPORT. DE MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 21/12/10, Relação n° 507/10, Seção 1, pág. 99- Onde se lê:"RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - ME - CNPJ:11.963.968/0001-67" Leia se:"RETS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - ME - CNPJ:11.963.698/0001-67"

Fase de Requerimento de Licenciamento

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)

834.861/2007-AREIÃO SÃO LUIZ LTDA.- DOU de 22/01/2009

RELAÇÃO Nº 52/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

833.452/1993-JOSÉ MARIA LINO

833.639/1994-BALBINA LINO DE SOUZA

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

831.930/2008-MINERAÇÃO PONTES LTDA

Fase de Licenciamento

Indefere pedido de renovação do Registro de Licença(744)

831.036/2006-MINERAÇÃO ALVES COSTA LTDA

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

831.282/1984-COMERCIAL SÃO PEDRO MIENRAÇÃO E TRANSPORTES LTDA.- Alvará n°1965/88 - Cessionário: NACAN MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 08.180.412/0001-62

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

831.554/1983-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO SA-OF. N°2119/10-DGTM

RELAÇÃO Nº 53/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)

833.452/1993-JOSÉ MARIA LINO- DOU de 19/08/98

833.639/1994-BALBINA LINO DE SOUZA- DOU de 19/08/98

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 12/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.017/2006-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Araguaia- CPF ou CNPJ 11.953.412/0001-62- Alvará n°778/2006
860.018/2006-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Araguaia- CPF ou CNPJ 11.953.412/0001-62- Alvará n°1.577/2006
860.019/2006-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Araguaia- CPF ou CNPJ 11.953.412/0001-62- Alvará n°779/2006
860.020/2006-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Araguaia- CPF ou CNPJ 11.953.412/0001-62- Alvará n°780/2006
860.319/2006-ROBERTO CARLOS MENDONÇA- Cessionário:Areião Jaraguá Ltda- CPF ou CNPJ 08.799.164/0001-32- Alvará n°3.070/2006
860.633/2006-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Araguaia- CPF ou CNPJ 11.953.412/0001-62- Alvará n°6.189/2006
860.634/2006-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA- Cessionário:Cooperativa dos Garimpeiros do Araguaia- CPF ou CNPJ 11.953.412/0001-62- Alvará n°7.252/2006
862.097/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°17.206/2008
862.098/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°17.205/2008
862.099/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°6.903/2009
862.899/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°1.734/2009
862.900/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°1.735/2009
861.491/2009-MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA- Cessionário:Antonio Lucio de Mattos & Cia. Ltda- CPF ou CNPJ 11.825.238/0001-72- Alvará n°2.153/2010
860.438/2010-MINERAÇÃO RIO CLARO LTDA- Cessionário:Antonio Lucio de Mattos & Cia. Ltda- CPF ou CNPJ 11.825.238/0001-72- Alvará n°4.836/2010
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
860.110/2007-EXTRATOR DE AREIA E TRANSPORTE LTDA- Cessionário:Cira Ferreira Monteiro- CNPJ 01.818.473/0001-63- Registro de Licença n°009/2008- Vencimento da Licença: 15/01/2017

RELAÇÃO Nº 13/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
862.901/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.645/2009
862.902/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°1.736/2009
862.903/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.646/2009
862.904/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°1.737/2009
862.905/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°1.738/2009
862.906/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.619/2009
862.907/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°2.781/2009
862.908/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°2.782/2009
862.909/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.620/2009
862.910/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°2.784/2009
862.911/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.621/2009
862.912/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.622/2009
862.913/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.623/2009
862.914/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°2.783/2009
862.915/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.624/2009
862.916/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.625/2009
862.917/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°2.785/2009
862.918/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°2.786/2009
862.919/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.626/2009
862.920/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A- Cessionário:GALE SP Participações S.A.- CPF ou CNPJ 12.056.600/0001-50- Alvará n°3.627/2009

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
873.436/2007-COOPERATIVA MISTA DE EXTRAÇÃO DE MINERIOS E GARIMPEIROS DE JACOBINA E REGIÃO LTD
873.226/2009-WM PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
870.634/2007-MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA
870.935/2007-JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO
872.120/2007-PIERROUT COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
873.042/2008-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
870.825/2001-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Cessionário:873.436/2007-COOPERATIVA MISTA DE EXTRAÇÃO DE MINERIOS E GARIMPEIROS DE JACOBINA E REGIÃO LTDA
873.121/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A- Cessionário:873.226/2009-WM PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
873.412/2005-EMERSON MACHADO SCANTAMBURLO- Cessionário:GRANSALES MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.867.125/0001-25- Alvará n°4.214/2006
872.547/2006-JEFFERSON MENDES SCHNEIDER- Cessionário:BRASILMAG MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.624.479/0001-49- Alvará n°1.773/2007
870.697/2010-MINERAÇÃO CASTELO LTDA- Cessionário:QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 01.161.547/0001-31- Alvará n°8.050/2010

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2011

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.563/2002-PEDRA BRANCA LTDA.- Nome da Fonte: Pedra Branca 1, Nome da Marca: Água Mineral Natural Pedra Branca. Embalagem descartáveis: 200 ml sem gás, 330 ml sem gás, 330 ml com gás, 500 ml sem gás, 500 ml com gás, 1 l sem gás, 1 l com gás, 1.5 l sem gás, 1,5 l com gás, 6 l sem gás, 10 l sem gás. Embalagem retornáveis: 20 l sem gás.- PALHOÇA/SC

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(182)
803.447/2010-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.367/2007-MARIA JOSÉ PRADO VAZ OLIVEIRA-OF. N°048/2011
803.789/2008-ANTONIO DE BRITO FILHO-OF. N°043/2011
803.795/2008-EVANDRO JOSE BARBOSA MELO-OF. N°047/2011
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
803.166/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°271/2010
803.167/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°272/2010
803.168/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°273/2010
803.169/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°274/2010
803.170/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°275/2010
803.171/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°276/2010
803.172/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°277/2010
803.173/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°278/2010
803.174/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°279/2010
803.175/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°280/2010
803.176/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°281/2010
803.178/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°282/2010
803.179/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°283/2010
803.181/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°284/2010
803.182/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°285/2010
803.183/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°286/2010
803.184/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°287/2010
803.185/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°288/2010
803.186/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°289/2010
803.187/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°290/2010
803.414/2009-COHISO CONSTRUÇÃO HIDROGEOLOGIA E SONDAGEM -Alvará N°255/2010
803.417/2009-COHISO CONSTRUÇÃO HIDROGEOLOGIA E SONDAGEM -Alvará N°256/2010
803.418/2009-COHISO CONSTRUÇÃO HIDROGEOLOGIA E SONDAGEM -Alvará N°257/2010
803.420/2009-COHISO CONSTRUÇÃO HIDROGEOLOGIA E SONDAGEM -Alvará N°259/2010
803.443/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1107/2010
803.444/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°263/2010
803.445/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1108/2010
803.446/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1109/2010
803.448/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°2712/2010
803.449/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°264/2010
803.450/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°265/2010
803.451/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°266/2010
803.452/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1110/2010
803.453/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1111/2010
803.454/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°267/2010
803.456/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1112/2010
803.457/2009-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°1113/2010
803.027/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°2725/2010
803.028/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°4333/2010
803.063/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°4359/2010
803.064/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°4360/2010
803.065/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°4361/2010
803.093/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°5742/2010
803.094/2010-EDUARDO ROLIM VILLA VERDE -Alvará N°5743/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
803.032/2006-ADRIANA PAULA VISGUEIRA MOTA ME-OF. N°1.876/2010
803.175/2006-C. C. B. ALMENDRA-OF. N°0001/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.071/2010-AUDEIDES AGUIAR DA SILVA-Registro de Licença n°05/2010 de 03/02/2010-Vencimento em 03/02/2012
803.255/2010-AVE LTDA (CERAMICA BURITI)-Registro de Licença n°03/2011 de 18/01/2011-Vencimento em 25/05/2018
803.468/2010-PLINIO ALMEIDA BOSON-Registro de Licença n°001/2011 de 10/11/2010-Vencimento em 03/09/2020
803.542/2010-COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE GRANITOS, MÁRMORES E PEDRA LTDA-Registro de Licença n°02/2011 de 18/01/2011-Vencimento em 03/01/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
803.087/2010-MANOEL RIBEIRO & CARVALHO LTDA-OF. N°1.331/2010

CARLOS EUGÊNIO LEAL BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
884.031/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.032/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.033/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.034/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.035/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.036/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.038/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.039/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.040/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.041/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.042/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.043/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.044/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.045/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.046/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.047/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.048/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.053/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.055/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.060/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.063/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.067/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.069/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.071/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.072/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.073/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.074/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.075/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.076/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.077/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.078/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.079/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.080/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
884.081/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
884.103/2010-MJM DA SILVA ME-Registro de Licença n°095/2011 de 12/08/2010-Vencimento em 12/08/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
884.002/2011-FERNANDO DOS SANTOS CHAVES-OF. N°001/2011
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
884.006/2009-L KOTINSCKI ME- Registro de Licença No.:073/2009 - Vencimento em 03/11/2014

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 2/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
844.068/2010-ALEXANDRE COURI SADI- Cessionário:CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.- CPF ou CNPJ 17.185.786/0001-61- Alvará n°9097/2010
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
844.150/2007-MINERAÇÃO TATUASSU LTDA-Granito
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.224/2010-SVC - CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença n°003/2011 de 20/01/2011-Vencimento em 02/12/2012
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
844.183/2010-MUCIO JOSÉ COSTA AMORIM
844.184/2010-MUCIO JOSÉ COSTA AMORIM
844.201/2010-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
844.213/2010-EDNILSON FLORIANO DA SILVA
844.215/2010-R DE CASSIA DA COSTA CERAMICA ME
844.216/2010-J C P DE ALMEIDA OLARIA
844.220/2010-MANDACARU MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licença(742)
844.140/2008-FLAVIO RODRIGUES TEIXEIRA- Registro de Licença No.:001/2009 - Vencimento em 02/12/2012
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1709)
844.213/2001-SAULO QUINTELLA CAVALCANTI- AI N°062/2009

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

RETIFICAÇÃO

No extrato de Resolução publicado no Diário Oficial da União no dia 13 de janeiro de 2011, Seção 1, página 46, onde se lê: "RESOLUÇÃO Nº 42 DE 13 DE JANEIRO DE 2010", leia-se: "RESOLUÇÃO Nº 42 DE 13 DE JANEIRO DE 2011".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 36, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,
De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, tipo mecânico, a que se refere a Portaria Inmetro N.º 246/2000, resolve:
Aprovar o modelo TU V, de medidores de volume de água, tipo mecânico, marca ITRON, e condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.
A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 37, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,
De acordo como o Regulamento Técnico Metrológico para pesos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 233/1994; e,
Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.039259/2009, apresentados por KN WAAGEN Balanças Ltda, resolve:
Alterar o subitem 5.1 e substituir o desenho constante da Portaria Inmetro/Dimel nº 104/2006, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.
A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 38, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 e no artigo 19 da Estrutura Regimental do Inmetro aprovada pelo Decreto 6.275, de 28 de novembro de 2007, considerando as informações e documentos submetidos à análise, constantes do Processo Inmetro n.º 52600.007456/2010, resolve revogar a Portaria Inmetro/Dimel n.º 004, de 08 de Janeiro de 2009, de autorização para Posto de Ensaio Autorizado, concedida à CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, sob o código nº PMA-067, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.
A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 39, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12/11/1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,
De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 115/1998, e considerando o constante do Processo Inmetro n.º 52600.042460/2010 e da Portaria Inmetro/Dimel n.° 036, de 09 de fevereiro de 2010 que aprova o modelo CIRANO 500, de medidor de velocidade de veículos automotores, marca INDRA, resolve:
Autorizar que o modelo realize a medição de velocidade em ambos os sentidos da via, bem como o uso, em caráter opcional, de dispositivo indicador constituído de 3 (três) dígitos, de acordo com o especificado na íntegra da portaria
A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 40, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Portaria MDIC nº 558, de 04 de junho de 2007 e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 15 e no artigo 19 da Estrutura Regimental do Inmetro aprovada pelo Decreto 6.275, de 28 de novembro de 2007, considerando as informações e documentos submetidos à análise, constantes do Processo Inmetro n.º 52600.007363/2010, resolve revogar a Portaria Inmetro/Dimel n.º 155, de 18 de Junho de 2007, de autorização para Posto de Ensaio Autorizado, concedida à Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT, sob o código nº PMT41, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.
A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pea.

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 41, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,
De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros eletrônicos digitais de medição não-invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 096/2008, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Aprovar o modelo BP3BK1-3 de esfigmomanômetro eletrônico digital destinado à medição não-invasiva da pressão arterial humana, marcas G-TECH e PREMIUM, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 42, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros eletrônicos digitais de medição não-invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 096/2008, resolve:

Aprovar o modelo BC 20 de esfigmomanômetro eletrônico digital destinado à medição não-invasiva da pressão arterial humana, marca BEURER, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 43, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros eletrônicos digitais de medição não-invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n.° 096/2008, resolve:

Alterar o subitem 8.1.1 da Portaria Inmetro/Dimel nº 106, de 21 de maio de 2010, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 44, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo como o Regulamento Técnico Metrológico para pesos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 233/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.053329/2008, apresentados por WKS do Brasil Comércio e Representações Ltda, resolve:

Alterar a Portaria/Dimel nº 057/2005, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 23, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no § 5º, do artigo 1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, que estabeleceu o processo produtivo básico para turbinas hidráulicas e hidrogeradores com potência superior a 30MW, industrializados na Zona Franca de Manaus, resolve:

Art. 1º Dispensar, por um prazo de 24 meses, os componentes, partes e peças abaixo listados, nas quantidades determinadas, destinados à Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Ferreira Gomes, localizada no Estado do Amapá, para realizar em outras regiões do País, as etapas de industrialização dispostas nos incisos II a XII do art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, devendo as demais quantidades ser industrializadas obrigatoriamente na Zona Franca de Manaus:

Tabela 1: Componentes, partes e peças da turbina

Componente	Quantidade Necessária	Quantidade Dispensada
Pré-distribuidor	3	1
Blindagem do poço da turbina	3	0
Tampa interna	3	2
Revestimento do pilar	3	0
Tubo de sucção	3	0

Tabela 2: Componentes, partes e peças do Gerador

Componente	Quantidade Necessária	Quantidade Dispensada
Cobertura superior	3	0
Placa de fundação da carcaça	3	0
Carcaça do estator	3	3
Cone do mancal	3	3
Cubo aranha	3	3
Nariz do bulbo	3	3

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32, da Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006 e os termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização n.º 11/2011 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR, com base no Art. 32 da Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006, o remanejamento de cota de importação de insumos no valor de US$ 1,100,000.00 (um milhão e cem mil dólares norte-americanos), do produto placa de circuito impresso montada (de uso em informática) - Código Suframa nº 0361, constante do projeto de diversificação aprovado mediante Resolução nº 0302/2007, de 11/12/2007, para o produto controlador digital de temperatura - Código Suframa nº 1401, com projeto de diversificação aprovado por meio da Resolução nº 0390/2002, de 17/12/2002, em nome da empresa COELMATIC LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei n.º 8.666/93 e considerando o contido na Proposição n.º 147, de 16/12/2010, Resolução do CAS n.º 315, de 16/12/2010, Parecer e Adendo ao Parecer n.º 205/2010-SPR/CGPRI/COPEA e Despacho n.º 219/2010 - PF/SUFRAMA, além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para alienação do lote n° 3.113, com área total de 67.048,34 m², localizado na Avenida Abiurana, n° 1616 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, à empresa VIDEOLAR S.A., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único do Decreto-lei n.º 288/67, referente à implantação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo n.º 52710.000869/1989-00.

Manaus - AM, 24 de janeiro de 2011.
JOSÉ LOPO DE FIGUEIREDO FILHO
Superintendente Adjunto de Projetos
Em exercício

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

Manaus - AM, 24 de janeiro de 2011.
OLDEMAR IANCK
Superintendente
Em exercício

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 184, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados em reunião ordinária realizada em 07/12/2010, e em reuniões extraordinárias realizadas em 23/11/2010 e 21/12/2010.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a)aprovação dos projetos desportivos aprovados em reunião ordinária realizada em 07/12/2010 e em reuniões extraordinárias realizada em 23/11/2010 e 21/12/2010;

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.005068/2010-48
Proponente: Federação Paranaense de Taekwondo
Título: Taekwondo para Todos
Registro/ ME: 02PR013072007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 80.064.116/0001-23
Cidade: Londrina - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 296.925,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0108 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65386-1
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.

ANEXO II

1 - Processo: 58000.001614/2009-35
Proponente: Prefeitura de Coronel Fabriciano
Título: Circulando
Valor aprovado para captação: R$ 432.092,66
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0365DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30873-0
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
2 - Processo: 58701.001606/2009-91
Proponente: Prefeitura de Periquito
Título: Periquito no Esporte
Valor aprovado para captação: R$ 435.412,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1009 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 77257-7
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
3 - Processo: 58701.002288/2009-83
Proponente: Instituto Sócio Cultural e Ecológico do Brasil ISCEBRA
Título: Hipismo - Ana Carolina Cançado de Andrade
Valor aprovado para captação: R$ 459.240,10
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1229 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 35641-7
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
4 - Processo: 58701.000608/2010-05
Proponente: Federação Mineira de Automobilismo
Título: Alberto Valério Decolando na GP2
Valor aprovado para captação: R$ 5.228.621,17
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 1229 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36130-5
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
5 - Processo: 58000.004445/2008-12
Proponente: São Paulo Futebol Clube
Título: Projeto Kiatleta - Arte da Vida Equipamentos e Custeio
Valor aprovado para captação: R$ 3.076.877,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4285 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 7962-6
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011.
6 - Processo: 58000.004052/2008-09
Proponente: São Paulo Futebol Clube
Título: Formação de Alta Performance e Aprimoramento de Jovens Atletas, na faixa etária de 10 a 15 anos, pelo período De 1 ano, no CFA Presidente Laudo Natel
Valor aprovado para captação: R$ 8.027.659,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 4285 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 7944-8
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011
7 - Processo: 58701.001585/2009-12
Proponente: Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt FUNCAB
Título: Tênis Popular
Valor aprovado para captação: R$ 963.614,12
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 2907 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45625-x
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2011
8 - Processo: 58701.001679/2009-83
Proponente: Instituto Amigos do Vôlei - Leila e Ricarda
Título: Projeto Amigos do Vôlei - Ensino Fundamental
Valor aprovado para captação: R$ 1.161.216,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº: 0826 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40810-7
Período de Captação: da data de publicação até 30/12/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 031, de 04 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2010, seção 1, página 129, no parágrafo único do artigo 2°, onde se lê "O prazo para a implantação do projeto será de vinte e quatro meses" leia-se "O prazo para consecução dos objetivos da cessão será de três anos"; fica revogado o art. 5°.

Ministério do Trabalho e Emprego

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 7, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46263.002976/2010-15, RESOLVE conceder autorização à empresa: BARTIRA GRÁFICA E EDITORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 59.169.144/0001-19 situada à Estrada Samuel Aizemberg, nº 1140, Bairro: Cooperativa, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta na cláusula terceira do acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 04 de novembro de 2011, a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O horário a ser observado é o que consta as fls. 18 e 19 do referido processo. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 202, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Altera a Norma Regulamentadora n.º 22.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 14, inciso II, do Decreto n.º 5.063, de 3 de maio de 2004 e em face do disposto no inciso I do art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e no art. 2º da Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, resolve:

Art. 1º A Norma Regulamentadora n.º 22, sobre Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração, aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 8 de junho de 1978, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"22.8.1 No dimensionamento, projeto, instalação, montagem e operação de transportadores contínuos, devem ser observados, sem prejuízo das demais exigências desta Norma, os controles especificados nas análises de riscos constantes do Programa de Gerenciamento de Riscos previsto no subitem 22.3.7 e as especificações das normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente as NBR 6.177, NBR 13.742 e NBR 13.862."

"22.8.1.1 Os transportadores contínuos de correia já em uso e que foram construídos antes da vigência do estabelecido no subitem 22.8.1 devem possuir medidas de controle para mitigar os riscos identificados na fase de avaliação do Programa de Gerenciamento de Riscos."

"22.36.7 .....
.....

g) realizar reuniões mensais em local apropriado e durante o expediente normal da empresa, em obediência ao calendário anual, com lavratura das respectivas atas e nos termos da Norma Regulamentadora n.º 5."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, exceto quanto ao disposto no subitem 22.8.1.1, que entrará em vigor no prazo de sessenta meses contados da publicação deste ato.

VERA LÚCIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 21 de janeiro de 2011

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela(s) entidade(s) abaixo mencionada(s), ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46201.003259/2010-27
Entidade	Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Palmeira dos Índios.
CNPJ	11.536.525/0001-62
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Palmeira dos Índios- AL
Categoria Econômica	dos Transportadores Autônomos de Cargas.

Processo	46226.001991/2010-84
Entidade	SINTEST-TO - Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado do Tocantins.
CNPJ	12.057.197/0001-84
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Tocantins
Categoria Profissional	Técnico de Segurança do Trabalho

Em 24 de janeiro de 2011

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46305.000387/2009-17
Entidade	Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana do Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina - SC
CNPJ	83.089.383/0001-43
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 55 /2011

Processo	46215.014635/2010-50
Entidade	Sindicato das Agências de Navegação e das Empresas de Logísticas Marítima dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais - SindaRio/RJ
CNPJ	32.363.772/0001-84
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 56 /2011

Processo	46287.000207/2010-04
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Colatina, Marilândia, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Águia Branca, Pancas, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Alto Rio Novo e Vila Valério - SINTVEST
CNPJ	31.797.624/0001-05
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 57 /2011

Processo	46291.000494/2010-85
Entidade	Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil em Geral, Leve, Pesada, e do Mobiliário e Afins de Mossoró e Região Oeste do Rio Grande do Norte
CNPJ	08.279.283/0001-64
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 58 /2011

Processo	46000.013031/2001-11
Entidade	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Montes Claros e Região - MG
CNPJ	21.347.919/0001-26
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 59 /2011

Processo	46220.003464/2010-64
Entidade	Sindicato das Indústrias do vestuário de Brusque, Botuverá, Guabiruba e Nova Trento.
CNPJ	76.852.789/0001-70
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 60 /2011

Processo	46255.002707/2009-14
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Eletrônico, Siderúrgicas, Fundição, Reparação de Veículos, Montadoras de Veículos e de Auto Peças de Bragança Paulista e Região.
CNPJ	45.628.500/0001-00
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 61 /2011

Processo	46218.005710/2010-61
Entidade	Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul - SINDITEST/RS.
CNPJ	92.758.267/0001-60
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 62/2011

Processo	46218.007448/2009-56
Entidade	Sindicato das Empresas de Representação Comercial e dos Representantes comerciais Autônomos da Região Nordeste do Rio Grande do Sul - SIRECOM NORDESTE/RS.
CNPJ	90.772.484/0001-80
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 63 /2011

Processo	46208.002989/2010-41
Entidade	Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás - SIFAEG
CNPJ	00.971.929/0001-68
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 64 /2011

Processo	46222.005178/2010-13
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Produtos Farmacêuticos do Estado do Pará
CNPJ	83.268.847/0001-89
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 65/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46211.007755/2010-31
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Município de Uberaba - SINTE-MED
CNPJ	01.023.584/0001-83
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 40 /2011

Processo	46219.023737/2009-92
Entidade	Sindicato das Empresas de Entrega e Coleta de Encomendas, Documentos e Mensagens por Veículos de ate Três Rodas do Estado de São Paulo
CNPJ	10.771.894/0001-77
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 41 /2011

Processo	46211.006436/2010-16
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Água Boa - SINSERAB
CNPJ	11.122.136/0001-90
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 42 /2011

Processo	47998.009114/2008-69
Entidade	STEIC - Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal e Formal de Estabelecimentos em Solo Público com Ponto Fixo ou Removível da Macro Região de Campinas
CNPJ	68.007.921/0001-10
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 43 /2011

Processo	46216.003089/2009-88
Entidade	Sindicato dos Guias de Turismo de Rondônia - SINGTUR-RO
CNPJ	08.932.757/0001-25
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 44 /2011

Processo	46211.007279/2009-14
Entidade	SINDIPUBLICOS - OLIVEIRA - Sindicato dos trabalhadores e servidores públicos da prefeitura municipal de Oliveira/MG.
CNPJ	10.971.008/0001-59
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 45 /2011

Processo	46219.041347/2008-13
Entidade	Sindicato dos Síndicos de Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos de Shopping Centers, Incorporações, Loteamentos e Flats de São Paulo - SINDSIN
CNPJ	09.556.279/0001-69
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 46 /2011

Processo	46212.006393/2007-55
Entidade	SINDTERRARICA - Sindicato único da categoria profissional diferenciada dos empregados e trabalhadores avulsos não portuários marítimos da movimentação de mercadorias em geral e transbordo de cargas e descargas de Terra Rica e região.
CNPJ	08.770.506/0001-91
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 47 /2011

Processo	46000.016953/2010-71
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Transporte Escolar em Veículos de pequeno, médio e grande porte de Conchas, Bauru e Região.
CNPJ	11.552.750/0001-92
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 48 /2011

Processo	46226.001425/2010-72
Entidade	Sindicato dos Moto-Taxistas de Araguaina Tocantins SINDMOTO
CNPJ	02.177.412/0001-27
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 49 /2011

Processo	46221.002784/2010-97
Entidade	Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de Sergipe
CNPJ	12.185.445/0001-72
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 50 /2011

Processo	46206.009177/2010-46
Entidade	Sindicato dos Músicos Profissionais e Práticos do Distrito Federal
CNPJ	12.348.599/0001-38
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 51 /2011

Processo	46221.002121/2010-72
Entidade	SINPROIPESAJU - Sindicato dos Professores das Instituições Privadas de Ensino Superior do Município de Aracaju/SE
CNPJ	11.737.237/0001-76
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 52 /2011

Processo	46222.005376/2010-87
Entidade	Sindicato dos Taxistas Autônomos do Município de Ananindeua - PA- STA-MA
CNPJ	07.140.566/0001-68
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 53 /2011

Processo	46212.012778/2010-57
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Umuarama e Região - SINTRACOMPET
CNPJ	12.239.529/0001-41
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 54 /2011

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 1.947, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Autoriza a COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO a celebrar contrato emergencial com a empresa arrendatária, VOPAK BRASIL S/A.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001367/2009-81, ad referendum da Diretoria, resolve:

Art. 1º Autorizar, visando não interromper a operação portuária, a Companhia Docas do Estado de São Paulo a celebrar contrato emergencial com a empresa arrendatária, VOPAK BRASIL S/A, sendo o instrumento válido por 180 (cento e oitenta) dias, constituindo-se em seu objeto, apenas os bens e serviços necessários ao atendimento da situação emergencial, ficando vedada a sua prorrogação, e ainda, que o mesmo poderá ser rescindido antes de expirado o seu prazo, caso cesse a situação de emergência, isto é, quando não mais vigorarem as determinações tanto da Justiça Federal (1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Santos), quanto do Tribunal de Contas da União, respectivamente, na Ação Cautelar nº 0009105-51.2010.4.03.6104, e no TC nº 004.467/2010-8 (v. Ofício 610/2010-TCU/SEFID, de 20/12/2010).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 14, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no que consta no Processo nº 50500.021646/2009-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a obra de implantação de Travessia de um emissário de efluentes da estação de esgoto sanitário doméstico no bairro de Paciência, município de Sabará-MG no Km 581+ 855 metros da Ferrovia Centro Atlântica S.A - FCA.

Parágrafo Único: A autorização da obra citada no caput fica condicionada à apresentação, por parte da Concessionária, da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela fiscalização da obra.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 7.886,35 (sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos), por travessia, conforme prevê o § 3º da Cláusula Primeira do Contrato de Concessão celebrado com a Ferrovia Centro-Atlântica S.A - FCA, a título de permissão onerosa pela utilização de parte da faixa de domínio.

Parágrafo Único: Os valores deverão ser reajustados anualmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que o venha a substituir.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 24 DE JANEIRO DE 2011

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO Nº 0.00.000.001917/2010-10
PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001917/2010-10
RELATOR: Conselheiro Cláudio Barros Silva
REQUERENTE: Promotor de Justiça Daniel Leite Brito
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Amazonas

DECISÃO MONOCRÁTICA

"(...) Por tais fundamentos, com fulcro no artigo 46, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional, julgo extinto o presente procedimento de reclamação para preservação da competência e da autoridade do Conselho Nacional, pela perda de seu objeto.

Determino, após as providências de estilo, o seu arquivamento pela Coordenadoria Processual.

Efetuar as devidas comunicações pela Secretaria-Geral.

CLÁUDIO BARROS SILVA
Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2011

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0.00.000.001591/2009-89
PROCESSO CNMP Nº 0.00.000.001591/2009-89
RELATORA: TAÍS FERRAZ
EMBARGANTE: Maurício Vicente Silvério

" (…) Diante do exposto, e já tendo sido a matéria reiteradamente levada ao colegiado, determino o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 46, inciso X, alínea "a", c/c art. 39, parágrafos 2º e 3º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA

1ª Sessão Ordinária de 2011
Data : 1º.2.2011 (terça-feira)
Hora : 9 horas
Local : Plenário do Conselho Superior do MPF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Processo nº : 1.00.001.000141/2005-80
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Convocação de Procurador Regional para substituição de Subprocurador-Geral da República.
Origem : Distrito Federal

2) Processo nº : 1.00.001.000008/2008-76
CGMPF nº : 1.00.002.000056/2007-73
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

3) Processo nº : 1.00.001.000143/2009-01
Interessado(a) : Dr. Ricardo Kling Donini
Assunto : Afastamento do País. Relatório de atividades.
Origem : Santa Catarina
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

4) Processo nº : 1.00.001.000025/2010-28
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto : Indicação. Comitê Estadual para a Prevenção e o Combate à Tortura no Estado de Alagoas.
Origem : Alagoas
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

5) Processo nº : 1.00.001.000094/2010-31
Interessado(a) : Dra. Marylucy Santiago Barra
Assunto : Afastamento. Relatório de atividades.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

6) Processo nº : 1.00.001.000095/2010-86
Interessado(a) : Corregedoria Geral da Polícia Federal
Assunto : Poder de representação dos Delegados de Polícia Federal em medidas constritivas ou acautelatórias. Controle externo da atividade policial.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

7) Processo nº : 1.00.001.000127/2010-43
CGMPF nº : 1.00.002.000056/2010-79
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

8) Processo nº : 1.00.001.000144/2010-81
Interessado(a) : 3ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Proposta de Regimento Interno.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

9) Processo nº : 1.00.001.000146/2010-70
Interessado(a) : Sr. Ruyter Dourado
Assunto : Recurso. Sindicância CGMPF nº 1.00.002.000043/2010-08.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot

10) Processo nº : 1.00.001.000147/2010-14
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público Federal. Programa. Redação final.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

11) Processo nº : 1.00.001.000154/2010-16
Interessado(a) : 4ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Informatização do Inquérito Civil e do Procedimento Administrativo. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

12) Processo nº : 1.00.001.000158/2010-02
CGMPF nº : 1.00.002.000053/2010-35
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

13) Processo nº : 1.00.001.000160/2010-73
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Assunto : Indicação. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH/AL.
Origem : Alagoas
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

14) Processo nº : 1.00.001.000161/2010-18
CGMPF nº : 1.00.002.000070/2010-72
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

15) Processo nº : 1.00.001.000162/2010-62
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Paraná
Assunto : Autorização para permanecer atuando em 1ª instância pelo prazo de 1 (um) ano (PR/PR). Promoção ao cargo de Procuradora Regional da República.
Origem : Paraná
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot

PROCESSOS QUE PERMANECEM EM PAUTA

Incluído na pauta do dia 1º.6.2010

16) Processo nº : 1.00.001.000062/2010-36
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Assunto : Redistribuição de feitos nos casos de afastamento por período superior a 3 meses por motivo de licença médica.
Origem : Rio de Janeiro
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

Incluídos na pauta do dia 14.9.2010

17) Processo nº : 1.00.001.000129/2009-07
Interessado(a) : Dr. Sidney Pessoa Madruga
Assunto : Recurso. Procedimento preliminar CGMPF nº 1.00.002.000058/2009-24.
Origem : Bahia
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

18) Processo nº : 1.00.001.000075/2010-13
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina
Assunto : Proposta de organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/SC. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Santa Catarina
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

19) Processo nº : 1.00.001.000076/2010-50
Interessado(a) : Procuradoria da República no Distrito Federal
Assunto : Proposta de organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/DF. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

20) Processo nº : 1.00.001.000077/2010-02
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado da Bahia
Assunto : Proposta de organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/BA. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Bahia
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

21) Processo nº : 1.00.001.000079/2010-93
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Edição de Resolução. Vedação a todos os membros do MPF de advogar, em causa própria, contra a União, inclusive para os que optaram pelo regime jurídico anterior ao da Constituição de 1988, exercendo a faculdade deferida no art. 29, § 3º, do ADCT.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

22) Processo nº : 1.00.001.000098/2010-10
Interessado(a) : Dr. Ademar Viana Filho
Assunto : Elaboração de parecer com ementa para o imediato conhecimento do seu conteúdo. Padronização. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

23) Processo nº : 1.00.001.000103/2010-94
Interessado(a) : Sr. Luís Cláudio da Silva Arcanjo
Assunto : Recurso em face da Decisão nº 53/2010-EWC/CGMPF.
Origem : Bahia
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

Incluídos na pauta do dia 5.10.2010

24) Processo nº : 1.00.001.000107/2010-72
Interessado(a) : Procurador Regional da República João Sérgio Leal Pereira
Assunto : Revisão da Deliberação do CSMPF na 2ª Sessão Extraordinária de 2009. Processo Administrativo CSMPF nº 1.00.001.000014/2006-61 (CGMPF nº 1.00.002.000091/2005-21). HC 90094/STF.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Deborah Duprat

25) Processo nº : 1.00.001.000113/2010-20
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Pernambuco
Assunto : Proposta de organização da repartição de atribuições entre os membros da PR/PE. Resolução CSMPF nº 104.
Origem : Pernambuco
Relator(a) : Cons. Eugênio Aragão

Incluídos na pauta do dia 9.11.2010

26) Processo nº : 1.00.001.000081/2009-29
Interessado(a) : Coordenadoria de Registro de Informações Processuais - CRIP/PGR
Assunto : Cadastro de Subprocuradores-Gerais da República em processos digitalizados do STJ. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

27) Processo nº : 1.00.001.000131/2010-10
Interessado(a) : Corregedoria Geral do Ministério Público Federal
Assunto : Relatório Geral de Correição Ordinária realizada na Procuradoria Regional da República da 5ª Região.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Maria Caetana

28) Processo nº : 1.00.001.000132/2010-56
Interessado(a) : 4ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Relatório de Atividades. Exercício de 2009.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

Incluídos na pauta do dia 7.12.2010

29) Processo nº : 1.00.001.000008/2004-42
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Instauração e tramitação do Inquérito Civil Público. Resolução CSMPF nº 87. Consulta.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios

30) Processo nº : 1.00.001.000111/2010-31
Interessado(a) : Francisco de Assis Paiva Filho
Assunto : Recurso. Procedimento preliminar CGMPF nº 1.00.002.000072/2009-29.
Origem : Rio Grande do Norte
Relator(a) : Cons. Sandra Cureau

Incluído na pauta do dia 13.12.2010

31) Processo nº : 1.00.001.000105/2010-83
Interessado(a) : Dra. Raffaela Alberici
Assunto : 21º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República. Impugnação à lista de antiguidade publicada no Diário da Justiça de 6.4.2010. Requerimento administrativo. Reclassificação.
Origem : Santa Catarina
Relator(a) : Cons. João Francisco Sobrinho

PROCESSOS COM VISTA

Pedido de vista no dia 21.2.2006

32) Processo nº : 1.00.001.000177/2004-82
Interessado(a) : Drs. Mário Luiz Bonsaglia e Mônica Nicida Garcia
Assunto : Competência do Membro do MPF em situação ressalvada pelo artigo 29, § 3º, do ADCT. Exercício da advocacia em processo eleitoral. Elaboração de peças em colidência com a manifestação do MPF.
Origem : São Paulo
Relator(a) : Cons. Maria Caetana
Vista : Cons. Roberto Gurgel

Pedido de vista no dia 6.3.2007

33) Processo nº : 1.00.001.000106/2002-18
Interessado(a) : Dr. Moacir Guimarães Morais Filho
Assunto : Resolução CSMPF nº 50. Alteração do art. 2º.
Origem : Brasília
Relator(a) : Cons. Delza Curvello
Vista : Cons. Deborah Duprat

Pedido de vista no dia 4.8.2009

34) Processo nº : 1.00.001.000009/2004-97
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Procedimento Investigatório Criminal. Art. 129, I e IV, CF. Resolução CSMPF nº 77. Alteração.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Moacir Morais Filho
Vista : Cons. Aurélio Rios

Pedidos de vista no dia 21.10.2009

35) Processo nº : 1.00.001.000048/2008-18
Interessado(a) : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 17. Criação de Núcleos Operacionais do Patrimônio Público e Social no âmbito das Procuradorias Regionais da República, em apoio às atribuições da 5ª CCR. Regulamentação.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Rodrigo Janot
Vista : Cons. Maria Caetana

36) Processo nº : 1.00.001.000062/2008-11
Interessado(a) : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Assunto : Anteprojeto de Resolução nº 18. Regulamenta a criação de Força-Tarefa.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Gilda Carvalho
Vista : Cons. Eugênio Aragão

Pedido de vista no dia 6.4.2010

37) Processo nº : 1.00.001.000135/2009-56
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado do Sergipe
Assunto : Critério de antiguidade para ocupação de ofício, lotação em gabinetes e destinação de recursos materiais.
Origem : Sergipe
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Vista : Cons. Eugênio Aragão

Pedido de vista no dia 4.5.2010

38) Processo nº : 1.00.001.000142/2009-58
CGMPF nº : 1.00.002.000015/2009-49
Relator(a) : Cons. Alcides Martins
Vista : Cons. Eugênio Aragão

Pedido de vista no dia 3.8.2010

39) Processo nº : 1.00.001.000124/2009-76
Interessado(a) : Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Assunto : Indicação. Conselho Penitenciário do Estado de Rondônia.
Origem : Rondônia
Relator(a) : Cons. Gilda Carvalho
Vista : Cons. Eugênio Aragão

Pedidos de vista no dia 25.10.2010

40) Processo nº : 1.00.001.000052/2010-09
Interessado(a) : Ministério Público Federal
Assunto : Alteração da Resolução CSMPF nº 92. Critérios para a distribuição de processos oriundos do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Anteprojeto de Resolução nº 22.
Origem : Distrito Federal
Relator(a) : Cons. Aurélio Rios
Vista : Cons. Alcides Martins

41) Processo nº : 1.00.001.000104/2007-33
Interessado(a) : Dr. Rodrigo Janot e Dra. Deborah Duprat

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Assunto	: Alteração da Resolução CSMPF nº 92. Art. 3º. Núcleos de acompanhamento da tutela coletiva e criminal no âmbito do STJ
	Origem	: Distrito Federal
	Relator(a)	: Cons. Aurélio Rios
	Vista	: Cons. Alcides Martins
	Pedido de vista no dia 9.11.2010	
42)	Processo nº	: 1.00.001.000090/2010-53
	CGMPF nº	: 1.00.002.000080/2009-74
	Relator(a)	: Cons. José Flaubert Machado Araújo
	Vista	: Cons. Aurélio Rios
	Pedido de vista no dia 7.12.2010	
43)	Processo nº	: 1.00.001.000071/2010-27
	Interessado(a)	: Corregedoria Geral do MPF
	Assunto	: Estágio probatório
	Origem	: Distrito Federal
	Relator(a)	: Cons. Alcides Martins
	Vista	: Cons. Eugênio Aragão

Brasília, 25 de janeiro de 2010.
SANDRA CUREAU
Procuradora-Geral da República
Em exercício
Presidente do CSMPF
Em exercício

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 84, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2010

Instauração de Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO:

1. o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

2. que ao Ministério Público, nos termos do art. 127, caput da Constituição Federal, incumbe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais indisponíveis;

3. que, nos termos do artigo 6º, VII, da Lei Complementar n° 75/93, compete ao Ministério Público da União a promoção do inquérito civil da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos;

4. também que o artigo 6º, XIV, da Lei Complementar nº 75/93 dispõe que compete o Ministério Público da União promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais indisponíveis, especialmente à ordem social;

5. ainda o disposto no caput do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

6. a notícia dada pelo médico Dr. Sérgio Ferreira (CRM 2232) nos autos do Procedimento Administrativo nº 1.33.005.000240/2009-12 de que existe uma demora exagerada e perigosa no tratamento para o câncer papilífero e câncer folicular, decorrente da necessidade de se agendar esse tratamento fora do município (Florianópolis);

7. a necessidade de intervenção do Ministério Público Federal visando a garantir aos cidadãos usuários do SUS atendimento adequado, eficiente e razoável para tratamento de doenças, haja vista a gravidade e a notícia de insuficiência das ações e serviços de saúde proporcionados à população joinvilense, resolve:

converter o presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL com o fim de investigar os fatos.

Para tanto, determino à Secretaria desta PRM que:

1. proceda à instauração, ao registro e à autuação do Inquérito Civil;

2. comunique a instauração deste Inquérito Civil à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando sua publicação nos termos do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do MPF;

3. oficie à Secretaria de Estado da Saúde para que informe, no prazo de 10 (dez) dias:

a) qual a clínica em Joinville que possui internação para Radioterapia;

b) qual a estrutura fornecida por essa clínica para o atendimento de internação para Radioterapia;

c) é possível que se firme Convênio entre o SUS e a clínica de Joinville que possui internação para Radioterapia, a fim de que o Município possa realizar Tratamento de Iodoterapia com dosagem acima de 30mci;

d) considerando que o Serviço de Medicina Nuclear do Instituto de Cardiologia desconhece o custo para implantação de Tratamento de Iodoterapia com dosagem acima de 30mci em Joinville, mas é possível encontrar esse valor mediante levantamento do setor financeiro e planejamento de obras da SES, que esta Secretaria informe o custo para implantação de Tratamento de Iodoterapia com dosagem acima de 30 mci em Joinville;

e) quais as razões de não se ter no Estado de Santa Catarina nenhum serviço público que ofereça Tratamento de Iodoterapia com dosagem acima de 30mci.

Após, conclusos.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que este subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000342/2010-36, determina:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: DIRETOS DO CIDADÃO - SAÚDE-Possível mau atendimento no Hospital Municipal Moacyr do Carmo - Duque de Caxias.

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

PORTARIA Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pela Procuradora da República no Município de Resende - RJ, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República, pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, § 1º, ambos da Lei 7.347/85 e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da Constituição da República, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República no Município de Resende o Procedimento Administrativo n. 1.30.008.000106/2006-42, instaurado de ofício, com o objetivo de verificar e acompanhar o cumprimento do Decreto 5.296/04, no que se refere à acessibilidade dos órgãos públicos a pessoas com deficiências, nos municípios abrangidos na esfera de atribuições desta unidade do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que a proteção às pessoas com deficiência encontra fundamento nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, bem como em diversos dispositivos constitucionais, dentre os quais o art. 227, §2º, ("a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência");

CONSIDERANDO que em observância ao texto constitucional foi aprovada a "Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência" pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, na forma do art. 5º, §3º, da CF/88, bem como foram editadas as Leis nº 7.853/89, nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/04, que em seu art. 11 estabelece que "a construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida";

CONSIDERANDO que as edificações de uso público devem "garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade", sendo estabelecido o prazo de trinta meses, a contar de 03.12.2004, data da publicação do Decreto, para que as aludidas edificações já existentes garantam acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 19, caput e parágrafo primeiro);

CONSIDERANDO a necessidade de se obter informações atualizadas acerca do cumprimento do Decreto n. 5296/2004 pelo CREA-RJ e pelo órgãos públicos federais localizados nos municípios abrangidos na esfera de atribuições desta unidade do Ministério Público Federal, resolve:

transformar o Procedimento Administrativo n. 1.30.008.000106/2006-42 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a fim de verificar e acompanhar o cumprimento do Decreto 5.296/04, no que se refere à acessibilidade dos órgãos públicos a pessoas com deficiências, nos municípios abrangidos na esfera de atribuições da Procuradoria da República no Município de Resende;

Desde já, adotem-se as seguintes providências:

a) registre-se e autue-se, com a seguinte ementa: "DIREITOS DO CIDADÃO - APURAR AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DOS PRÉDIOS PÚBLICOS FEDERAIS DA ÁREA DE ATRIBUIÇÃO DESTA PROCURADORIA DA REPÚBLICA".

b) comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

c) publique-se esta Portaria no átrio desta Procuradoria;

d) remeta-se extrato desta Portaria à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, solicitando que providencie a publicação no Diário Oficial da União;

e) oficie-se aos órgãos públicos federais localizados nos municípios abrangidos na esfera de atribuições desta unidade do Ministério Público Federal, solicitando informações relativas ao atendimento da NBR 9050 e à garantia de acessibilidade a pessoas com deficiências físicas, conforme questionário anexo;

f) junte-se aos autos cópia do ofício circular nº 13/2010/PFDC/MPF - GPC, da resposta fornecida por esta Procuradoria, e do ofício que deu origem ao procedimento 1.30.001.001225/2010-69;

g) agende-se reunião com representante da unidade regional do CREA/RJ.

IZABELLA MARINHO BRANT

PORTARIA Nº 14, DE 15 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção de interesses difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo aqueles tutelados pelo Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo;

Considerando que, acordo com dados do Ministério do Trabalho, o Estado do Mato Grosso ocupa o 4º lugar no ranking nacional do número de trabalhadores resgatados em situação de escravidão;

Considerando que, no ano de 2007, foi criada a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso (COETRAE/MT) - formada por 23 (vinte e três) instituições públicas e associações civis (MPF, MPT, MPE, MTE, TRT, TJ, AMATRA, PF, MTE, SEJUSP/MT, CUT, CPT, Defensoria Pública, Pastoral do Imigrante, PF, PRF, PM, PC, dentre outros) - objetivando planejar medidas preventivas e repressivas contra o trabalho degradante (Decreto Estadual nº985/2007);

Considerando, ainda, o dever do Ministério Público Federal e, mais especialmente, da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de contribuir para que a efetiva erradicação do trabalho escravo;

Considerando a designação do PRDC/MT pelo Exmo. Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público Federal, como membro titular da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso (Ofício PGR/GAB/nº488, de 20/04/2009) e do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Ofício PGR/GAB/nº156, de 05/03/2010);

Considerando a necessidade de acompanhamento das atividades da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso, permitindo uma célere e eficaz atuação ministerial contra o trabalho escravo, defendendo adequadamente os interesses indisponíveis dignidade humana e liberdade;

Por derradeiro, considerando o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, resolve:

converter o procedimento administrativo nº1.20.000.000692/2009 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar as atividades da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso, mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto grifado constante deste parágrafo.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, nos termos do artigo 129 da Lei Maior;

Considerando que, nos termos da alínea c do inciso II do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93, é função institucional do Ministério Público Federal zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos a políticas fundiárias e a reforma agrária;

Considerando que, de acordo com o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº4.504/64, compete ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária promover e coordenar a execução da mencionada regularização fundiária;

Considerando que constitui atribuição da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão fiscalizar a escorreita implementação da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando, nesta linha, que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso se revela extremamente problemática, sobretudo em virtude dos conflitos decorrentes do arrostamento de interesses, gerando insegurança permanente;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca da efetiva implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Raizama, localizado no município de Rosário Oeste/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, resolve:

converter o procedimento administrativo nº1.20.000.000663/2007-61 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para fiscalizar a devida implementação da reforma agrária no projeto de assentamento Raizama, localizado no município de Rosário Oeste/MT, sobretudo a implementação da infra-estrutura necessária, mantendo-se o número de autuação e o Ofício para o qual foi distribuído, indicando na ementa o texto grifado constante deste parágrafo.

Comunique-se à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 21, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando o quanto descrito no Relatório de Auditoria nº 7954, realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão/MA;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas no referenciado Relatório de Auditoria, bem como o cumprimento das recomendações expedidas em seu bojo.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e o Relatório em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. expeça-se ofício à Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão - SES/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 110229, 110225, 109122, 109131, 109147, 108890, 110212, 110705, 110709, 110730, 110740, 110803, 110818, 110820, 110821, 110927, 110824 e 110932 do Relatório de Auditoria n° 7954 (cuja cópia deve seguir em anexo), devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações. Esclareça-se, no expediente, que o presente ICP se destina a verificar as condições dos serviços do SUS, restando eventuais atos de improbidade administrativa a cargo do Ofício Cível desta PR/MA vinculado à defesa do patrimônio público;

iii. extraia-se cópia do Relatório em referência, encaminhando-a a COORJU para distribuição a um dos ofícios cíveis vinculados ao patrimônio público, considerando a notícia de não conformidades quanto à comprovação de despesas por parte da SES/MA;

iv. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República/Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 24, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando o quanto descrito no Relatório de Auditoria nº 10536, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Bom Lugar/MA;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas no referenciado Relatório de Auditoria, bem como o cumprimento das recomendações expedidas em seu bojo.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e o Relatório em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. expeça-se ofício ao Município de Bom Lugar/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 114699, 114700, 119892, 114707, 114702, 114705, 114709, 114704, 114761, 114789, 114711, 114730 e 114767 do Relatório de Auditoria n° 10536 (cuja cópia deve seguir em anexo), devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República/Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando o quanto descrito no Relatório de Auditoria nº 10531, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Anajatuba/MA;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas no referenciado Relatório de Auditoria, bem como o cumprimento das recomendações expedidas em seu bojo.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e o Relatório em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. expeça-se ofício ao Município de Anajatuba/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 115919, 115923, 115924, 115925, 115930, 115932, 115931, 115934, 116361, 115941, 115945 e 115948 do Relatório de Auditoria n° 10531 (cuja cópia deve seguir em anexo), devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República/Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 26, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

Considerando o quanto descrito no Relatório de Auditoria nº 10429, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Serrano do Maranhão/MA;

Considerando que o Ministério Público, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, tem por função institucional a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, entre os quais se inclui o direito fundamental à saúde, consagrado nos artigos 6º e 196 da Carta Magna;

Considerando que, a teor dos artigos 11 a 16 da Lei Complementar nº 75/1993, incumbe à Procuradoria dos Direitos do Cidadão garantir o efetivo respeito dos direitos constitucionais do cidadão por parte do Poder Público e dos serviços de relevância pública;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar as irregularidades apontadas no referenciado Relatório de Auditoria, bem como o cumprimento das recomendações expedidas em seu bojo.

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e o Relatório em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - PRDC;

ii. expeça-se ofício ao Município de Serrano do Maranhão/MA, requisitando manifestação circunstanciada a respeito das constatações 113060, 113114, 113124, 117021, 117023, 113270, 113336, 113330, 113325, 113326, 113350, 113346, 113383, 113391, 113407 e 113415 do Relatório de Auditoria n° 10429 (cuja cópia deve seguir em anexo), devendo relatar as providências tomadas pela administração para cumprir as recomendações expedidas em seu bojo, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como encaminhar toda a documentação pertinente ao caso, no afã de corroborar suas alegações;

iii. cientifique-se a PFDC, por e-mail, anexando-se arquivo digital desta Portaria, requerendo a sua publicação no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF.

Designo o servidor VITOR GABRIEL ALCIDES VASCONCELOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA
Procuradora da República/Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 686, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

Autos nº 1.34.001.006031/2010-19

O Ministério Público Federal, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o art. 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que o art. 2º, §6º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.006031/2010-19 tem por objeto apurar a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva em programação das emissoras de televisão, por meio de legenda oculta, audiodescrição e dublagem;

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas, resolve:

com base no art. 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva em programação das emissoras de televisão, por meio de legenda oculta, audiodescrição e dublagem;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema ARP nos autos registrado sob o nº 1.34.001.006031/2010-19, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores José Rubens Plates, Analista Processual, como Secretário, e Marcos Antônio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP;

d) atenda-se ao despacho de fl. 88, aguardando-se o decurso do prazo ali estabelecido.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 199, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

Interessados: Universidade Católica de Petrópolis; Universidade Estácio de Sá; Faculdade Arthur Sá Earp Neto; Faculdade de Medicina de Petrópolis; Universidade Norte do Paraná-UNOPAR. Ementa: "INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO - Consumidor - Notícia de possível cobrança irregular de taxa para fornecimento de documentos aos estudantes por parte da Universidade Católica de Petrópolis - Necessidade de averiguar eventual cobrança de taxa irregular por parte das demais faculdades de Petrópolis."

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "g", da Lei Complementar 75/93, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO o teor das representações encaminhadas ao serviço de denúncia pública da PRRJ, versando sobre notícia de possível cobrança para fornecimento de documentos aos estudantes por parte da Universidade Católica de Petrópolis, bem como a necessidade de averiguar eventual cobrança de taxa irregular por parte das demais faculdades de Petrópolis, resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para acompanhar os fatos noticiados, determinando, desde logo, a adoção das providências seguintes:

1 - autue-se a presente Portaria;

2 - comunique-se à 3ª CCR;

3 - expeça-se ofício às faculdades Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Estácio de Sá, Faculdade Arthur Sá Earp Neto, Faculdade de Medicina de Petrópolis, Universidade Norte do Paraná-UNOPAR, requisitando que seja informado se as referidas faculdades adotam a prática de cobrança de taxa para fornecimento de documentos aos estudantes lá matriculados.

Após cumpridas as determinações, venham os autos em conclusão para deliberação.

CARLOS ALBERTO AGUIAR

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 6, DE 20 DE JANEIRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar a suposta prática de irregularidades na realização de processos licitatórios (Carta Convite 06/2009 e 013/2009) para contratação de empresa especializada em serviços de desinsetização e controle de agentes biológicos nas Secretarias Municipais de Saúde e Educação de Ibititá, exercício 2009.

Autos n.º 1.14.004.000262/2010-73.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 13/05/2010, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em Representação encaminhada pelo vereador do Município de Ibititá, Sr. Paulo Cezar Dourado Bastos.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis, resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº6, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000060/2005-16 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1)Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa, concernentes na aplicação irregular de recursos do PNATE, no ano de 2004, no município de Amarante/MA.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): José Ribamar de Azevedo, ex-prefeito municipal de Amarante/MA.

3) Autor(es) da representação: Prefeitura Municipal de Amarante.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se à Procuradoria do FNDE para que preste informações a respeito das providências adotadas para o ressarcimento ao erário.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora

PORTARIA Nº 7, DE 20 DE JANEIRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar irregularidades na realização das obras de restauração da rodovia BR 242/BA, objeto do contrato nº PG-13/93-00 e seus aditivos, conforme acórdão 337/2006 do Tribunal de Contas da União.

Autos n.º 1.14.004.000439/2010-31.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 03/11/2010, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base em decisão nº 397/95/TCU-Plenário e acordão 337/2006/TCU-Plenário, objetivando identificar os responsáveis e quantificar danos em virtude de paralisação das obras de restauração da rodovia BR-242/BA, objeto do contrato nº PG-13/93-00 e seus aditivos.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis, resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 9, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades detectadas pelo programa de fiscalização - sorteios públicos - 11ª etapa, município de Teofilândia/Ba, relacionado a aplicação de recursos federais repassados pelo Ministério da Educação, nos exercícios de 2003 e 2004 .

Autos n.º 1.14.004.000502/2010-30.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei n.º 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 03/12/2010, nesta procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, com base no relatório de fiscalização nº 167 do 11º sorteio do Projeto de Fiscalização da Controladoria Geral da União no Estado da Bahia, o qual verificou supostas irregularidades na aplicação de verbas do Ministério da Educação no Município de Teofilândia/Ba, exercícios 2003 e 2004.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis, resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 15, DE 14 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000038/2005-68 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o fim de coibir a concessão de serviços de radiodifusão de som e imagem, para fins educativos, sem prévio procedimento licitatório.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): A apurar.

3) Autor(es) da representação: Ministério Público do Distrito Federal.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 16, DE 14 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000328/2005-11 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos da educação, no município de Riachão, entre 2001 e 2004.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues e Lindbergh Moraes Rodrigues.

3) Autor(es) da representação: Controladoria Geral da União.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 17, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000032/2005-91 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na prestação de contas dos convênios Siafi nº 494340, 503234 e 490593, firmados entre o FNDE e a prefeitura municipal de Imperatriz/MA.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Jomar Fernandes Pereira Filho.

3) Autor(es) da representação: Município de Imperatriz/MA.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se à Secretaria de Controle Externo do TCU no Maranhão para que preste informações atualizadas sobre as tomadas de contas especiais instauradas para apurar irregularidades nos convênios em questão.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 18, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000010/2007-92 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do convênio nº 93.784/98, firmado entre o município de São Francisco do Brejão/MA e o FNDE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Francisca Sônia Araújo dos Santos, ex-prefeita municipal de São Francisco do Brejão/MA.

3) Autor(es) da representação: Município de São Francisco do Brejão/MA.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 20, DE 19 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000058/2005-39 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar irregularidades na prestação de contas de recursos recebidos do FNDE, pelo município de São Pedro da Água Branca, referente aos programas PDDE 2003; PNAE 2003/2004; PNAC 2004; PEJA/EJA 2004; EJA 2003.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Nerias Teixeira de Sousa.

3) Autor(es) da representação: Município de São Pedro da Água Branca.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 21, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000159/2007-71 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado após representação de Esmeraldo Praça Rodrigues, noticiando dificuldades em resolver problemas no INCRA em Imperatriz, referentes à crédito de instalação em assentamento.2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): A apurar.

3) Autor(es) da representação: Esmeraldo Praça Rodrigues.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 23, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.000.000107/2007-03 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar possíveis irregularidades na execução do contrato nº 41/2004/SES.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): A apurar.

3) Autor(es) da representação: Representação anônima.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se à Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz para que informe se há IPL instaurado para apurar os presentes fatos. Oficie-se, ainda, à Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão para que informe se houve irregularidade relacionada ao cumprimento do contrato nº 41/2004/SES (processo nº 3016/2004/SES).

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000099/2007-97 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar as irregularidades constatadas no relatório de fiscalização nº 817/CGU no município de Feira Nova do Maranhão.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Hitlher do Brasil Coelho.

3) Autor(es) da representação: Controladoria Geral da União.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete para análise.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 78, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea b, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.000.002017/2010-21, que tem por objeto o relatório de Fiscalização nº 01574, que trata dos resultados dos exames realizados sobre as 24 Ações de Governo, executados na base municipal de INHANGAPI/PA, em decorrência do 31º Evento do Projeto de Fiscalização a partir de Sorteios Púbicos, período de 01/04/10 a 09/07/10, em especial do Programa Brasil Escolarizado, Ação: Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica.

Considerando a necessidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF.

Considerando o permissivo contido no artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2006 do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos constantes das referidas peças de informação, pelo que:

Determina-se

1 - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, juntamente com o presente procedimento administrativo, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

2 - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF;

3- Proceda-se, como diligências investigatórias iniciais:

a) Requisite-se à CGU cópia da documentação que embasou os itens 1.1.26, 1.1.27 e 1.1.33 do Relatório.

JOSÉ AUGUSTO TORRES POTIGUAR

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Assunto: Acompanhamento do cumprimento das atribuições precípuas dos órgãos públicos relacionadas ao apoio aos projetos de autosustentabilidade apresentados pelo Povo Suruí

O Excelentíssimo Senhor Daniel Fontenele Sampaio Cunha, Procurador da República no Estado de Rondônia, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida de índios e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigos 5o, III, "e" e 6ª VII, "c"da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, também, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que, dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e" da LC 75/93);

CONSIDERANDO as históricas deficiências da autossustentabilidade econômica dos povos indígenas neste Estado;

CONSIDERANDO que a necessidade de respeito à dignidade dos povos indígenas, além de derivar de específico imperativo constitucional, encontra fundamento também na manutenção da ordem social e na conformação ambiental do Estado Brasileiro, na medida em que as deficiências da sustentabilidade econômica daquelas comunidades é a matriz da reiteração dos crimes ambientais nas Terras Indígenas deste Estado (extração de madeira);

CONSIDERANDO que a tibieza das ações estatais dirigidas aos Suruí redundaram na busca daquele Povo por meios próprios de autodesenvolvimento;

CONSIDERANDO o alentado material que foi remetido ao Ministério Público Federal, consistente, por síntese, em criteriosa e abrangente abordagem acerca de segurança alimentar, saúde integral, educação, cultura, sustentabilidade ambiental, habitação e construções indígenas sustentadas, meios e vias de transporte e matriz energética, que embasou "Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro";

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que referido Plano de Gestão, por sua vez, redundou na elaboração de "Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da terra indígena sete de setembro" em que restam descritas minudentemente diversas alternativas para implantação e/ou resgate de modos de produção autônomos e ambientalmente sustentáveis;

CONSIDERANDO que em tais documentos o Povo Suruí reconhece necessidade de substituição das formas ilegais e predatórias de economia, atualmente praticadas por algumas famílias, por outras atividades que atendam as demandas da comunidade e preservem o meio ambiente;

CONSIDERANDO que o Plano de ação participativo apresenta como alternativas, dentre outras: produção e comercialização de castanha do Brasil; implantação de projetos de avicultura e de manejo de babaçu, copaíba, açaí e pupunha; ampliação da a produção e do comércio de banana; produção e comercialização de café orgânico; implantação de consórcios agroflorestais; manejo de roças anuais de arroz, milho e feijão; implantação de projetos de piscicultura e meliponicultura e manejar gado leiteiro para suplementação alimentar;

CONSIDERANDO que, além de tais alternativas, é apresentado projeto de exploração econômica fundada em mecanismos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação - REDD;

CONSIDERANDO que o nível de detalhamento veiculado nos trabalhos e propostas apresentadas pelo Povo Suruí é suficiente à tomada de posição dos órgãos públicos no que diz com assistência técnica a ser prestada, abertura de linhas de financiamento, acompanhamento e fomento do quanto necessário, resolve:

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando o acompanhamento da atuação do Poder Público quanto às respostas cobradas pelo Povo Suruí no que diz com a busca de sua dignidade coletiva, e a coleta de informações viabilizadoras das ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

NOMEAR os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como Inquérito Civil Público, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria.

2. Junte-se aos autos a Carta nº 52/2010 e seus anexos;

3. Oficie-se à Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, dando-lhe ciência da instauração do ICP, com remessa desta Portaria e solicitando-lhe:

informações acerca de quais Órgãos Públicos foram provocados a se manifestarem sobre os temas aqui tratados, bem como quais foram as eventuais repostas já recebidas;

outras informações que aquela Associação entender pertinentes e/ou relevantes ao presente apuratório;

envio a esta PRM de cópia do "Projeto Carbono Suruí (REDD); passos 2,3,4,5,6 e 9 da metodologia de fronteira REDD/NM0002 v.1 - VERSÃO 3.0 - FEVEREIRO DE 2010" que restou entRegue à FUNAI

3. Oficie-se à Presidência da FUNAI requisitando-lhe informações acerca da conclusão por parte daquele órgão acerca do Projeto de exploração de carbono que lhe foi apresentado pela Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí no mês de junho/2010, assinalando-lhe prazo de 10 dias para resposta;

DAR CIÊNCIA à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, remetendo-lhe, em dez dias (Resolução nº 87, de 03/08/06 - CSMPF, art. 6º), cópia da presente e solicitando a publicação desta portaria.

DANIEL FONTENELE SAMPAIO CUNHA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 150, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0309.2010.01.006/4-603, instaurado com a finalidade de apurar irregularidades atinentes à contratação de empregados sem registro em CTPS.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0309.2010.01.006/4-603 em face de INFORMAR CDP ON LINE ESCOLA DE CURSOS LIVRES LTDA EPP, com sede na Rua Dr. Borman nº 43, salas 301/304, Centro, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO
CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 151, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0348.2010.01.006/7-603, instaurado com a finalidade de apurar denúncia de jornada de trabalho excessiva, não pagamento de adicional de horas extras e não concessão dos intervalos intra e interjornadas.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0348.2010.01.006/7-603 em face de COFEOS FERRAGENS LTDA, com sede na Rua Capitão Juvenal Figueiredo, nº 1485, Colubandê, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO
CARVALHO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 152, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 0256.2010.01.006/3-603, instaurado com a finalidade de apurar denúncia de jornada de trabalho excessiva.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 0256.2010.01.006/3-603 em face de FAST ALWAYS RECUPERADORA DE ATIVOS FINANCEIROS LTDA, com sede na Av. Ernani do Amaral Peixoto, nº 455, sala 1002, 1303 e 1305, Centro, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO CARVALHO DE ARAUJO, que poderá ser secretariado pelo servidor MARCIO B. R. DE SENA, Analista Processual.

SANDRO HENRIQUE FIGUEIREDO
CARVALHO DE ARAUJO

3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 20, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n.° 000168.2009.03.001/5, instaurado em face de representação formulada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região - Município de Caldas Novas - GO, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja Fraude na Relação de Emprego, Registro de Emrpegados, Jornada de Trabalho, Horas Extras e, Prorrogação de Jornada, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL N.º 000168.2009.03.001/5, contra: CÉLIO FARIA, CPF/CNPJ - 806.616.494/87, fazenda localizada no Bálsamos, Distrito de Tupaciguara/MG.

Determina-se, de início, a instauração do Inquérito Civil e em seguida, notificar a empresa, na pessoa de seu representante legal.

Designa-se, como secretários do Inquérito Civil os Analistas Processuais Cláudia Aparecida Montes Ferreira e Fernando Pinheiro Diegues.

KAROL TEIXEIRA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n° 00177.2010.03.010/5, instaurado em face de representação formulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e em face da necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal (NR 31) resolve, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85:

Instaurar o Inquérito Civil nº 00177.2010.03.010/5 em face de : Doniste Geraldo Leite (Fazenda Saburá) , inscrita no CNPJ sob o nº 726.298.436-53, localizado na Av. Presidente Tancredo Neves, 54, apto.201- Centro - São Roque de Minas/MG - CEP 37928-000.

Determina-se, de início, conclusão dos autos para designar audiência administrativa.

ALESANDRO BATISTA BERALDO

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 434, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa CONVICON, foi objeto de investigação, em razão de Trabalho Portuário; Escalação; Preterição.

Determina, em 09.12.2010, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000100.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; para tanto, solicita, desde logo informação à SRTE/PA-PORTOS, acerca de possível fiscalização já realizada na empresa investigada; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 435, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o SINDCONT - SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO PARÁ. foi objeto de Representação Sindicato; Irregularidade na ou recusa de homologação de TRCT;

Determina, em 09.12.2010, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000582.2009.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados, e, para tanto, solicita, desde logo, que seja notificado o inquirido, a fim de comparecer na sede da PRT/8ª Região, no dia 19/01/2011, ás 17:30 horas, para tratar a respeito da irregularidade constatada na cobrança de contribuições; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) a REMESSA de cópia para publicação.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 471, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa ESSA SERVIÇOS GERAIS LTDA. foi objeto de Representação pelas seguintes razões: CTPS e registro de empregados; Fiscalização; Deixar de apresentar documentos sujeitos à fiscalização; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; RAIS, não apresentação; outros temas: deixar de apresentar o CAGED

Determina, em 29.12.2010, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 001367.2010.08.000/4, para apuração do fato acima narrado, e, para tanto, solicita, desde logo, que seja notificada a empresa inquirida, através de seu representante legal ou preposto, para comparecer na sede da PRT/8ª Região, no dia 31/01/2011, ás 16:00 horas, para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades constatadas e para apresentar documentos, se quiser além de poderes específicos para firmar Termo de Ajuste de Conduta; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) a REMESSA de cópia para publicação.

JOSÉ CARLOS SOUZA AZEVEDO

PORTARIA Nº 472, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o BANCO DA AMAZÔNIA S/A foi objeto de Representação por Jornada de Trabalho; Horas excedentes; Registro e Salários;

Determina, em 29.12.2010, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000119.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados, e, para tanto, solicita, desde logo, que seja notificado o inquirido, para no prazo de 20 dias, apresentar a documentação relacionada no despacho de fls. 34 v.; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) a REMESSA de cópia para publicação.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 473, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que as empresas do Grupo CENTAURO e FRIPAGO (ANTONIO MARCOS MONTEIRO DA SILVA, OZIEL DA SILVA RODRIGUES, BENEDITO DOS SANTOS COSTA, RAIMUNDO NONATO DA SILVA, CARMELITO FERREIRA FARO, BRUNO SILVA DE PAULA, ODINELSON DOS SANTOS SILVA ALVES, FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES, ADIEL DOS SANTOS DE ASSIS, MARIA DO SOCORRO DA SILVA RAIOL E NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA. EPP) foi objeto de Representação por Fraude na Relação de Emprego; Lide Simulada; Extinção do contrato individual de trabalho; não pagamento das verbas; jornada de trabalho; horas excedentes; Jornada de Trabalho; Períodos de repouso; Férias e Salário;

Determina, em 29.12.2010, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000878.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) a REMESSA de cópia para publicação.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 474, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa UNI ENGENHARIA LTDA. foi objeto de Representação pelas seguintes razões: Extinção do contrato individual de trabalho; não pagamento das verbas;

Determina, em 30.12.2010, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000228.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; e, para tanto, solicita, desde logo, que seja expedido ofício ao Chefe as SEINT/SRTE/PA, para nova fiscalização na empresa inquirida, conforme o procedimento regular do órgão e dentro de sua disponibilidade; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

FAUSTINO BARTOLOMEU ALVES PIMENTA

PORTARIA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho abaixo assinado, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ, foi objeto de investigação, em razão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

Determina, em 07.01.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000521.2009.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; para tanto, solicita, desde logo que seja oficiado ao Município conferindo-lhe o prazo de 30 dias úteis para apresentar a regularização das pendências relativas à ausência de recolhimento do FGTS, conforme último extrato enviado pela CEF, com cópia que deverá seguir em anexo; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) REMESSA de cópia para publicação.

MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA

PORTARIA Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa BIG SERVIÇOS S/C LTDA. foi objeto de Representação por Abuso do poder diretivo do empregador; Desvio de função; Extinção do contrato individual de trabalho

Determina, em 10.01.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000193.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados, e, para tanto, solicita, desde logo, que sejam notificados os 04 trabalhadores cujos nomes e endereços estão destacados na fl. 32 do anexo I, para serem ouvidos no dia 17/02/2011 à partir das 15:30 horas; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) a REMESSA de cópia para publicação.

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 15, DE 13 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa CTE - SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, foi objeto de Representação por Acidente de Trabalho com morte (para fins estatísticos);

DETERMINA, em 13.01.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL nº 000740.2010.08.000/9, para apuração dos fatos acima narrados, e, para tanto, solicita, desde logo, que seja notificado o representante legal da inquirida, para comparecer na sede da PRT/8ª Região, no dia 16/02/2011, às 16:00 horas, com poderes especiais para firmar TAC; 2) a DESIGNAÇÃO do Servidor Carlos Rogério Lobato de Araújo para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; e 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público; e 4) a REMESSA de cópia para publicação.

ROBERTO RUY RUTOWITCZ NETTO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº12, DE 26 DEJANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000444.2010.20.000/6, instaurado por iniciativa do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (proteção à intimidade do empregado; jornada de trabalho e horas excedentes; salário), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da MT COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA (VIA UNO).

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 13, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000392.2010.20.000/1 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (CIPA, PCMSO, PPRA), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de CCP Serviços Ltda.

MAURÍCIO COENTRO PAIS DE MELO

PORTARIA Nº 14, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a denúncia apresentada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - 4ª Vara do Trabalho de Aracaju que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000355.2010.20.000/1 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (irregularidades na jornada de trabalho e no pagamento de salários), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa SALES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 16, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a denúncia apresentada pelo Sindicato dos Empregados na Indústria Têxtil do Estado de Sergipe - SINDITÊXTIL/SE que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000834.2009.20.000/2 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Abuso do Poder Diretivo do Empregador), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa INTERGRIFFES NORDESTE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA, CNPJ: 03.813.485/0001-20.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 17, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que do conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000457.2010.20.000/2, instaurado a partir de representação anônima, constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Irregularidades no pagamento de salários e no fornecimento de vale-transporte), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa ATNE - AGÊNCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE.

ADSON SOUZA NASCIMENTO

PORTARIA Nº 18 , DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n.º 000665.2010.20.000/3 constam relatos de possível lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (jornada de trabalho, horas excedentes, horas extras, jornada de trabalho, hora noturna, etc.), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da FÁBIO FREIRE DANTAS ME (ARMAZÉM BACCO).

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

PORTARIA Nº19, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000417.2010.20.000/3, instaurado a partir de representação encaminhada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - 4ª Vara do Trabalho de Aracaju constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Remuneração não formalizada), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da empresa SALES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA .

ADSON SOUZA NASCIMENTO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 21 DE JANEIRO DE 2011

NOTÍCIA-CRIME
PROTOCOLO N. 1680/10/DDJ

Trata-se de mensagem eletrônica formulada por suposta servidora federal que relata suposto assédio moral e abuso de poder por parte do General-de-Brigada Emilio Carlos Acoccela, Comandante do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEX), situado no Setor Militar Urbano, em Brasília/DF.

Segundo a noticiante anônima, "trata-de de um comandante esquizofrênico que aterroriza a todos os oficiais e sargentos diariamente, com palavrões, humilhações e ameaças de punição recorrentes" (fl. 2).

É o relatório.

Malgrado a indignação da denunciante com os supostos assédio moral e abudo de poder noticiados, não se revela razoável, com base no que consta dos autos, a abertura das investigações.

Em primeiro lugar, a notícia-crime limita-se em fornecer dados genéricos e imprecisos, não trazendo qualquer elemento concreto a respeito da suposta prática delituosa. Destarte, diante da ausência de lastro probatório mínimo, mostra-se inviável, ao Parquet, a assunção de uma linha séria de investigação sobre o caso.

Em segundo lugar, ressaltamos a ponderada preocupação da comunidade jurídica com relação às denúncias anônimas, principalmente quando completamente desprovidas de subsídios sobre o fato que abordam.

Nessa esteira, merece destaque a decisão da Primeira Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal nos autos do Habeas Corpus n. 84.827/TO, assim ementada:

ANONIMATO - NOTÍCIA DE PRÁTICA CRIMINOSA - PERSECUÇÃO CRIMINAL - IMPROPRIEDADE. Não serve à persecução criminal notícia de prática criminosa sem identificação da autoria, consideradas a vedação constitucional do anonimato e a necessidade de haver parâmetros próprios à responsabilidade, nos campos cível e penal, de quem a implemente. (grifo nosso)

(STF, HC 84.827/TO, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento 7/8/2007, DJ 23/11/2007 p. 79)

Diante dessas considerações, não há outra conclusão senão a ausência de justa causa para a deflagração da persecutio criminis.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Publique-se.

Brasília/DF, 17 de janeiro de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NOTÍCIA-CRIME
PROTOCOLO N. 10/2011/DDJ

Trata-se de mensagem eletrônica formulada por pessoa identificada apenas como MARCELO JUNIOR, que relata supostas irregularidades ocorridas no âmbito do II COMAR.

Segundo o noticiante, "o ex-comandante da base chegou a oferecer uma viagem também para Fernando de Noronha para um soldado para esse soldado não processá-lo" e, logo após, o referido Comandante teria sido transferido para outro país. Narra, ainda, que "aviões do Comando da Aeronáutica chegam aos finais de semana pilotados por oficiais como se fossem carros particulares para oficiais passarem finais de semana na cidade" (fl. 3).

O denunciante acrescenta que são realizadas festas as quais são pagas com o "dinheiro do povo brasileiro" e que, na última delas, "o comandante saiu bêbado já pela manhã e humilhou na frente de taxistas e transeuntes os guardas da própria aeronáutica que estavam lá a noite toda para assegurar a bebedeira dos oficiais da base aérea e seus convidados" (fl. 3).

Por fim, registra que "jovens que entram no serviço militar obrigatório são emprestados para a prefeitura para limpar a sujeira nas praias do Ceará" (fl. 4).

É o relatório.

Malgrado a indignação do denunciante com as supostas irregularidades noticiadas, não se revela razoável, com base no que consta dos autos, a abertura das investigações.

Em primeiro lugar, a notícia-crime limita-se em fornecer dados genéricos e imprecisos, não trazendo qualquer elemento concreto a respeito das alegadas condutas irregulares. Destarte, diante da ausência de lastro probatório mínimo, mostra-se inviável, ao Parquet, a assunção de uma linha séria de investigação sobre o caso.

Em segundo lugar, ressaltamos a ponderada preocupação da comunidade jurídica com relação às denúncias anônimas, principalmente quando completamente desprovidas de subsídios sobre o fato que abordam. Tal posicionamento enquadra-se ao caso em questão, uma vez que o noticiante identifica-se apenas como Marcelo Junior.

Nessa esteira, merece destaque a decisão da Primeira Turma do Egrégio Supremo Tribunal Federal nos autos do Habeas Corpus n. 84.827/TO, assim ementada:

ANONIMATO - NOTÍCIA DE PRÁTICA CRIMINOSA - PERSECUÇÃO CRIMINAL - IMPROPRIEDADE. Não serve à persecução criminal notícia de prática criminosa sem identificação da autoria, consideradas a vedação constitucional do anonimato e a necessidade de haver parâmetros próprios à responsabilidade, nos campos cível e penal, de quem a implemente. (grifo nosso)

(STF, HC 84.827/TO, Primeira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento 7/8/2007, DJ 23/11/2007 p. 79)

Diante dessas considerações, não há outra conclusão senão a ausência de justa causa para a deflagração da persecutio criminis.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Publique-se.

Brasília/DF, 17 de janeiro de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 811/07/DDJ

PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA INVESTIGATÓRIA CRIMINAL N. 63/2007

PJM RIO DE JANEIRO - 5º OFÍCIO

No dia 26 de junho de 2007, o Comando do 21º Grupo de Artilharia de Campanha encaminhou ao Ministério Público Militar cópia dos autos de sindicância instaurada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por meio da qual se apurou a suposta prática de desacato e vias de fato pelo Soldado do Exército GLEIDSON DOS REIS contra policiais daquela Força.

Segundo a investigação, a praça do Exército, ao ser flagrada pela PMRJ enquanto conduzia uma motocicleta sem habilitação e com a documentação vencida, teria passado a proferir palavras de baixo calão e a agredir fisicamente os policiais.

A ilustre representante ministerial, contudo, decidiu, de plano, arquivar o procedimento, apontando que o fato noticiado não se enquadrava em qualquer das hipóteses do art. 9º do CPM e que a conduta do militar das Forças Armadas já era objeto de processo no 1º Juizado Especial Criminal de Niterói/RJ (fls. 103/105).

Submetido à apreciação da Câmara de Coordenação e Revisão, o órgão revisor, por unanimidade, deliberou pela homologação do arquivamento (fls. 125/128).

Relatados, decido.

Correta a decisão de arquivamento, uma vez que o fato noticiado ao Ministério Público Militar, como bem destacado na origem, não configura crime militar, haja vista que o Soldado não se encontrava em serviço nem em área sob administração militar.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se ao Comando do 21º Grupo de Artilharia de Campanha (fl. 2), com cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 879/10/DDJ
REPRESENTAÇÃO N. 0000018-28.2010.1201
PJM SÃO PAULO/SP - 1º OFÍCIO

Em 1º de junho de 2010, o Ministério Público Federal encaminhou à Procuradoria da Justiça Militar em São Paulo/SP cópia de peças informativas que apuram notícia de malversação de recursos públicos por Oficiais da Aeronáutica.

A fim de instruir o feito, o ilustre representante ministerial requisitou informações ao Comando do IV COMAR, oportunidade em que também enviou cópia das peças à PGJM para a investigação de atos imputados a Oficial-General, supostamente envolvido nas fraudes em procedimentos licitatórios no âmbito da Subdiretoria de Abastecimento do Comando da Aeronáutica (fls. 39/40).

Ao final, determinou o arquivamento dos autos, destacando que uma parcela dos fatos noticiados já foi objeto de investigação pelo MPM, por meio de procedimento já arquivado, e que "os supostos desvios de recursos públicos, perpetrados através dos alegados procedimentos licitatórios fraudulentos, estão sob investigação no Ministério Público Federal" (fl. 283).

A Câmara de Coordenação e Revisão, a seu turno, deliberou, por unanimidade, pela homologação da decisão proferida na instância a quo (fls. 294/296).

Relatados, decido.

Como salientado, grande parte das condutas noticiadas, relativas a transferências arbitrárias de militares, punições indevidas, discriminação racial, manifestações homofóbicas e assédio sexual, já foram objeto de solução no âmbito do Parquet Castrense (fls. 269/271).

Já as supostas fraudes em certames licitatórios estão sendo investigadas pela Procuradoria da República no Estado de São Paulo (fls. 241/243) e também pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar (Peça de Informação de Protocolo n. 720/2010/DDJ).

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com referência ao Ofício de fl. 2.

Publique-se.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 481/10/DDJ
REPRESENTAÇÃO N. 0000013-79.2010.1201
PJM SÃO PAULO/SP - 1º OFÍCIO

Apurada por meio de processo administrativo uma série de fraudes na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), consistentes no lançamento inverídico de proficiência liguística em inglês para favorecer pilotos da aviação civil, por meio do pagamento de propina, com o envolvimento de militares da Aeronáutica que prestavam serviços na Gerência Regional de São Paulo (GER-4), a Corregedoria da autarquia encaminhou cópia dos autos ao Ministério Público Militar.

De plano, contudo, a ilustre representante ministerial decidiu arquivar o feito, apontando que "as hipóteses não se amoldam aos parâmetros estabelecidos no art. 9º do Código Penal Militar para a configuração de crime militar" (fl. 1.481).

Submetido à apreciação da Câmara de Coordenação e Revisão, o órgão colegiado, por unanimidade, manifestou-se pela homologação do arquivamento. Destacou que a possível prática dos crimes de falsidade ideológica e corrupção passiva teria ofendido a fé pública e o patrimônio da ANAC (fls. 1.496/1.500).

Relatados, decido.

Concordo com a promoção de arquivamento levada a efeito na origem.

Embora supostamente praticados por militares da ativa, os delitos foram cometidos no âmbito de entidade autárquica da União, em detrimento de seus serviços e interesses, o que atrai a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, IV, da Constituição da República.

E, como ao Ministério Público Federal já foram noticiadas as condutas em tese delituosas (fls. 1.474), a remessa do feito àquele órgão não se mostra necessária.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Oficie-se à Corregedoria da ANAC (fl. 2), com cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
em exercício

PROTOCOLO N. 875/10/DDJ

PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL N. 0000007-67.2010.1303

PJM SANTA MARIA/RS

Atendendo a pedido do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Sul encaminhou, à Procuradoria da Justiça Militar em Santa Maria, cópia dos autos do processo a que responde o militar do Exército ISMAEL POLETA MAIA pela prática de roubo qualificado.

De plano, porém, o ilustre representante do Parquet Castrense decidiu arquivar as peças enviadas.

Destacou que, muito embora houvesse o envolvimento de militar das Forças Armadas no cometimento do delito, não verificou qualquer conduta que pudesse, ainda que em tese, configurar crime militar, apontando, também, que a arma utilizada no crime pertencia ao denunciado, e não ao Exército, e estava regularmente documentada (fls. 228/231).

A Câmara de Coordenação e Revisão, a seu turno, deliberou, por unanimidade, pela homologação da decisão proferida na instância a quo (fls. 240/244).

Relatados, decido.

Concordo com a decisão de arquivamento lavrada pelo douto Promotor da Justiça Militar, uma vez que dos autos não se extrai qualquer notícia ou indício de cometimento de crime militar, mas somente da prática do delito de roubo qualificado já levado ao conhecimento da Justiça competente.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos.

Oficie-se ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Sul/RS, com cópia desta decisão.

Publique-se.

Brasília/DF, 21 de janeiro de 2011.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça Militar
em exercício

REPRESENTAÇÃO
PROTOCOLO N. 977/10/DDJ

Retornam os autos à apreciação da Chefia do Parquet Castrense, após o cumprimento do despacho de fls. 229/230, que requisitou a realização de diligências a fim de que fosse elucidada a situação trazida pelo Representante, o então 2º Sargento da Aeronáutica JOSÉ FERNANDO COELHO FERREIRA.

De acordo com o ex-militar, no dia 17 de junho de 2010, o Diretor do PAMA/SP, o Brigadeiro-do-Ar JORGE LUIZ ALVES DE BARROS SANTOS, na presença de outros militares da OM, teria proferido palavras e expressões ofensivas contra ele, tais como "você não passa de um vagabundo, bandido, safado, moleque sem moral sem vergonha" (fl. 13).

O Noticiante alega, ainda, que teria sofrido ameaças e perseguições, além de ter sido submetido a "situações humilhantes", como por exemplo ficar cerca de 8 minutos em posição de sentido (fl. 15), bem como a determinação para que se retirasse da sala e voltasse com divisas de 3º Sgt (fl. 14).

Ao prestar informações sobre o caso, o Oficial-General registrou, inicialmente, que o Representante foi licenciado ex-officio do serviço ativo, por determinação da Diretoria de Administração de Pessoal da Aeronáutica (DIRAP), a contar do dia 28 de novembro de 2008, e foi desligado do efetivo do PAMA/SP, conforme Boletim Interno Reservado do dia 21 de junho de 2010 (fl. 233).

Esclareceu que esteve com o Representante apenas em duas oportunidades. Na primeira delas, o ex-militar teria comparecido a sua sala e alegado "que estaria sendo injustiçado pela Diretoria de Administração de Pessoal - DIRAP, que indeferiu seu requerimento de reengajamento", pedindo intervenção em seu favor. Ao saber que o ex-Sargento respondia a dois processos pela prática de estelionato, os quais tramitavam em Varas da Comarca de Cratéus/CE, além de ter aceitado proposta de suspensão do processo, o Representado apenas encaminhou o recurso administrativo do Noticiante, sem manifestar-se sobre o mérito (fl. 235).

Em um outro momento, o Oficial-General mandou chamar o ex-militar com o objetivo de repreendê-lo, adotando todas as cautelas para que "qualquer repreensão não ocorresse na frente de militares mais modernos que o ex-sargento F. COELHO" (fl. 236), uma vez que teria tomado "ciência de que o Autor realmente estava envolvido em fraude e estelionato para percepção de auxílio transporte, no âmbito desta organização militar" (fl. 235).

Afirmou que, ao se referir ao Representante, realmente utilizou expressões em tese ofensivas, mas entende que a adjetivação "qualifica os exatos limites dos atos por ele praticados" (fl. 236). Explicou que apenas determinou a substituição das divisas que eram utilizadas indevidamente e consignou, por fim, que o fato de o ex-militar não ter buscado administrativamente uma possível reparação das supostas injustiças "reforça o descaso do Autor pela instituição militar" (fl. 237).

Procedeu-se à oitiva do Coronel Leonardo Canzi, Chefe da Subdivisão de Recursos Humanos; da Dra. Andrea Regina, assessora jurídica do Diretor do PAMA/SP; da Sargento Corina, secretária do Diretor; do Tenente Joi José; do Capitão FERRAREZI, o qual se encontrava em missão na data do fato; e do Coronel Vanderlei Couto Filho, assessor do Diretor (fls. 280/285).

É o relatório. Decido.

Extrai-se dos elementos de prova trazidos aos autos da presente Representação a inexistência de conduta delituosa por parte do Diretor do PAMA/SP, o Brigadeiro-do-Ar JORGE LUIZ ALVES DE BARROS SANTOS. Vejamos.

Segundo o Noticiante, nas duas oportunidades em que compareceu à sala do citado Oficial-General, este o teria destratado, proferindo palavras e expressões ofensivas a sua honra (fl. 13).

Com efeito, o Representado, nas informações de fls. 234/237, não nega que tenha proferido tais palavras.

Contudo, diferentemente do que tenta fazer crer o ex-Sargento, não se verifica, na conduta do Diretor do PAMA/SP, o elemento subjetivo necessário para a configuração de eventual delito de injúria ou difamação, consistente na vontade de denegrir, de ofender ou de causar dano à honra do indivíduo.

Isso porque o Oficial-General esclarece que proferiu expressões inapropriadas na oportunidade em que chamou o Representante em sua sala, com o intuito de repreendê-lo. Explica que assim agiu após saber que o ex-militar respondeu a Sindicância e a IPM, cuja solução concluiu pela presença de indícios da prática dos delitos de estelionato e de falsidade ideológica, em virtude de percepção irregular de auxílio transporte. Declarou o seguinte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Quando, então, ao faltar com a verdade sobre sua conduta castrense, e não cumprir os mais elementares preceitos sobre os quais se erguem as Forças Armadas, à época em que esteve em minha sala para que interviesse em seu favor, falaram-me alto os valores de conduta ética que todo militar deve ostentar. Entendo que como Comandante tenho por dever de ofício ceifar pela raiz o mau-caratismo, a desonestidade, a conduta que viole os preceitos éticos e legais pugnados pelo estatuto castrense no âmbito da Organização Militar. O segundo momento em que tive contato com o Autor foi quando mandei chamá-lo para repreendê-lo (fls. 235/236)

Nesse caso, haja vista a intenção apenas de corrigir e de disciplinar um subordinado, revela-se presente o animus corrigendi vel disciplinandi, o qual exclui o dolo necessário para a configuração de delito contra a honra. Nesse sentido, merece destaque a lição do ilustre Professor Fernando Capez:

Hipóteses em que o animus injuriandi vel diffamandi ficará excluído nos crimes contra a honra: (…)

d) "Animus corrigendi vel disciplinandi": é a intenção de corrigir. O agente, na realidade, não quer ofender, mas apenas corrigir os erros daquele que se encontra sob a sua autoridade, guarda ou vigilância e, para tanto, exaspera-se no emprego dos termos; contudo tal fato não constitui crime de difamação ou injúria, desde que exercido dentro dos limites toleráveis.

De fato, os depoimentos da Sargento Corina Silveira Gomes e do Coronel Vanderlei Couto Filho aclaram o contexto em que foram proferidas as expressões e afastam o dolo de ofender.

Ademais, os citados militares afirmaram que a postura do Representante não foi condizente com as normas da caserna. Vale conferir:

Que o Exmo. Sr. Brig exprimiu sua indignação e frustração por ter recebido pedido de ajuda de um militar que se dizia ser vítima e que na realidade havia faltado com a verdade e era uma pessoa falsa, de má-índole, com problemas na justiça civil e agindo de má fé dentro do quartel. Que o referido militar desrespeitou o Exmo. Sr.Brig ao responder para ele e não o deixar terminar de falar.

(depoimento de Corina Silveira Gomes - fl. 282)

Que por várias vezes o ex-sargento interrompia o Exmo. Sr. Brigadeiro, em atitude de total desrespeito a hierarquia e a autoridade ali presente(...) Que em momento algum o Exmo. Sr. Diretor ofendeu a pessoa do ex-sargento F COELHO, que as palavras usadas estavam relacionadas ao comportamento do então militar e atitude como militar.

(depoimento de Vanderlei Couto Filho - fl. 285. Grifo nosso)

Por derradeiro, tampouco se verificam as alegadas "humilhações e perseguições".

Cumpre esclarecer que o Representante utilizava as divisas de 2º Sargento de forma indevida, uma vez que a Portaria que o promoveu foi anulada (fl. 238).

Além disso, a alegação do ex-militar de que teria ficado "cerca de 8 minutos na posição de sentido com os braços colados ao corpo" (fl. 15) vai de encontro ao que afirma a Sargento Corina, no sentido de que "o ex-sargento F. COELHO ficou em posição de descansar, enquanto o Exmo. Sr. Brig conversava com o ex-sargento F. COELHO" (fl. 282).

Por fim, merece registro a informação de que no dia dos fatos, 17 de junho de 2010 (fl. 12), o Representante sequer fazia parte do efetivo do PAMA/SP, conforme demonstram os documentos de fls. 43, 52 e 233.

Como se observa, não há o mínimo lastro indiciário de prática delituosa por parte do Oficial-General.

Pelo exposto, determino o arquivamento dos autos em relação ao Brigadeiro-do-Ar JORGE LUIZ ALVES DE BARROS SANTOS.

Providências pelo Departamento de Documentação Jurídica.

Comuniquem-se o Representante e o Diretor do PAMA/SP (referência ao Ofício n. R-03/DDIR - fl. 233), com cópia desta decisão.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Procurador-Geral
Em exercício

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por seu Promotor de Justiça em ofício na 2ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 129, III, da Constituição Federal, 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/1993, 66 do Código Civil e 19 da Resolução Normativa- PGJ n.º 90/2009; CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover a proteção do patrimônio social (Constituição Federal, artigo 129, III, e Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, artigo 6º, VII, b), em cujo âmbito se inserem as fundações; CONSIDERANDO que o Ministério Público tem atribuição de velar as fundações, nos termos do art. 66 do Código Civil; CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público a prática de supostas irregularidades no âmbito da F.A.S.M.F, no que se refere à ausência de implantação de software de modernização da auditoria interna, existência de passivo tributário, resultado financeiro deficitário e irregularidade na contratação de funcionários; CONSIDERANDO que esgotou o prazo de tramitação do presente procedimento de investigação preliminar e existem outras diligências complementares a serem realizadas, resolve CONVOLAR o Procedimento de Investigação Preliminar n.º 08190.035959/09-16 em INQUÉRITO CIVIL relativamente à F.A.S.M.F, com o fito de continuar a apuração das possíveis irregularidades denunciadas, para tanto, determinando, de início: 1. Autuar, registrar e publicar esta Portaria, mantendo-se os autos sob sigilo, nos termos do despacho inaugural; 2. Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público. Após o cumprimento das diligências supra, retornar os autos conclusos para manifestação.

MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA
Promotor de Justiça Adjunto

MUSEU DA IMPRENSA NACIONAL

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CGC N º 26.994.574/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de dezembro de 2010. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITAS CORRENTES	9.703.484,39	DESPESAS CORRENTES	3.359.336,87
Receita Patrimonial	928.582,76	Outras Despesas Correntes	3.342.276,65
Receita de Serviços	20.060,11	Outras Despesas	3.342.276,65
Outras Receitas Correntes	8.754.841,52	Despesa entre Órgãos do Orçamento	17.060,22
RECEITAS DE CAPITAL	65.410,48	Outras Despesas Correntes	17.060,22
Alienação de Bens	64.749,83	DESPESAS DE CAPITAL	226.064,82
Amortizações de Empréstimo/Financiamento	660,65	Investimentos	226.064,82
DEDUÇÕES DA RECEITA	(994.962,29)	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	11.398,72
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	22.019,71	Transferências Extra-Orçamentárias	11.398,72
Transferências Extra-Orçamentárias	22.019,71	Transferências Diversas Concedidas	11.398,72
Transferências Diversas Recebidas	22.019,71	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	16.755.631,66
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	11.556.479,78	Valores em Circulação	15.216.689,48
Valores em Circulação	11.028.450,92	Recursos Especiais a Receber	15.216.689,48
Recursos Especiais a Receber	11.028.450,91	Depósitos	439,00
Outros Valores em Circulação	0,01	Depósitos de Diversas Origens	439,00
Obrigações em Circulação	528.028,86	Obrigações em Circulação	1.527.882,18
Restos a Pagar	528.028,86	RP's Não Processados - Inscrição	1.527.882,18
Não Processados a Liquidar	441.625,43	Ajustes de Direitos e Obrigações	10.621,00
Cancelado	86.403,43	Baixa de Direitos	0,01
		Outras Baixas de Direitos	0,01
		Incorporação de Obrigações	10.620,99
		Outras Incorporações de Obrigações	10.620,99
TOTAL DE INGRESSOS	20.352.432,07	TOTAL DE DISPÊNDIOS	20.352.432,07

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO FINANCEIRO	15.216.689,48	PASSIVO FINANCEIRO	441.625,43
Créditos em Circulação	15.216.689,48	Obrigações em Circulação	441.625,43
Limite de Saque c/ Vinc. Pagamento	15.216.689,48	Restos a Pagar Não Processados	441.625,43
ATIVO NÃO FINANCEIRO	276.342.801,87	A Liquidar	441.625,43
Realizável a Curto Prazo	274.058.750,78	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(441.625,43)
Créditos em Circulação	274.058.750,78	Obrigações em Circulação	(441.625,43)
Outros Créditos em Circulação	274.058.750,78	Retificação de RP Não Processados a Liquidar	(441.625,43)
Realizável a Longo Prazo	2.284.051,09	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	291.559.491,35
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	2.284.051,09	Patrimônio/Capital	261.618.339,85
Créditos da União, Estados e Municípios	2.284.051,09	Patrimônio	261.618.339,85
ATIVO REAL	291.559.491,35	Resultado do Período	29.941.151,50
ATIVO COMPENSADO	587.112,42	Situação Patrimonial Ativa	291.559.491,35
Compensações Ativas Diversas	587.112,42	Situação Patrimonial Passiva	(261.618.339,85)
Direitos e Obrigações Contratuais	587.112,42	PASSIVO COMPENSADO	587.112,42
		Compensações Passivas Diversas	587.112,42
		Direitos e Obrigações Contratadas	587.112,42
ATIVO TOTAL	292.146.603,77	PASSIVO TOTAL	292.146.603,77

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ORÇAMENTÁRIAS	9.682.695,13	ORÇAMENTÁRIAS	3.585.401,69
Receitas Correntes	9.703.484,39	Despesas Correntes	3.359.336,87
Receita Patrimonial	928.582,76	Outras Despesas Correntes	3.342.276,65
Receita de Serviços	20.060,11	Despesa entre Órgãos do Orçamento	17.060,22
Outras Receitas Correntes	8.754.841,52	Outras Despesas Correntes	17.060,22
Receitas de Capital	65.410,48	Despesas de Capital	226.064,82
Alienação de Bens	64.749,83	Investimentos	226.064,82
Amortizações de Empréstimo/Financiamento	660,65	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.290.666,57
Deduções da Receita	(994.962,29)	Interferências Passivas	646.875,65
Mutações Ativas	908.762,55	Transferências de Bens e Valores Concedidos	523.465,83
Incorporações de Ativos	494.159,98	Movimento de Fundos a Crédito	123.409,82
Aquisições de Bens	494.159,98	Decréscimos Patrimoniais	1.643.790,92
Desincorporação de Passivos	414.602,57	Desincorporações de Ativos	132.310,61
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	26.134.524,63	Baixa de Bens Móveis	14.071,74
Interferências Ativas	22.019,71	Baixa de Direitos	118.238,87
Movimento de Fundos a Débito	22.019,71	Incorporação de Passivos	1.511.480,31
Acréscimos Patrimoniais	26.112.504,92	RESULTADO PATRIMONIAL	29.941.151,50
Incorporações de Ativos	25.981.226,08	Superávit	29.941.151,50
Incorporação de Bens Móveis	155.388,69		
Incorporação de Direitos	25.825.837,39		
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	44.875,41		
Ajustes de Créditos	44.875,41		
Desincorporação de Passivos	86.403,43		
VARIAÇÕES ATIVAS	35.817.219,76	VARIAÇÕES PASSIVAS	35.817.219,76

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1- Contexto Operacional - O objetivo do Fundo Rotativo é prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, programas de assistência social, melhoria das condições de trabalho de deputados e funcionários e realizações outras que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

NOTA 2- Elaboração das Demonstrações - As demonstrações contábeis foram preparadas com base nos critérios estabelecidos pela Lei n.º 4.320, de 1964, consubstanciados no Plano de Contas da Administração Pública Federal.

NOTA 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis - a) Disponibilidades - representadas, exclusivamente, pelo saldo da conta limite de saque com vinculação de pagamento conforme orientação da Mensagem n.º 2001/688.650 da COFIN/CCONT. b) Receitas e Despesas Orçamentárias- registradas obedecendo o disposto no art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA 4- Resultado Patrimonial - Apresenta no mês de dezembro de 2010 um superávit de R$29.941.151,50.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

HUMBERTO SAMPAIO NETTO
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Substituto

ALMIR APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Substituto
Contador - CRC/DF 12.100

RÓGERES DA SILVA MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/DF 20.067

SENADO FEDERAL

ATO Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

"Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Terceiro Quadrimestre de 2010."

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único, e, 55, Inciso I, Alínea "a", e III, Alíneas "a" e "b", e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao terceiro quadrimestre de 2010, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro de 2010, na forma dos anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sen. JOSÉ SARNEY

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (janeiro/2010 a dezembro/2010)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.608.584.532,32	8.270.700,40
Pessoal Ativo	1.607.827.381,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	937.543.199,98	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	63.213.950,84	8.270.700,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	540.078.466,02	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.604.279,33	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	152.490.335,69	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	384.983.851,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.068.506.066,30	8.270.700,40
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		2.076.776.766,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	499.866.613.000,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,42
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,86%	4.298.852.871,80
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,82%	4.098.906.226,60
FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 45 de 19 de janeiro de 2011.	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Foram computados no cálculo da despesa bruta com pessoal ativo os gastos com auxílio-creche registrados na conta 3.3.3.90.08.55, no valor de R$ 3.587.116,81, segundo o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 462/2009. O total de "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização" é composto pelos registros nas contas 3.3.1.90.34.01 e 3.3.3.90.34.01.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

ANTÔNIO ARIUTON BATISTA NETO
Diretor em Exercício da Secretaria de Controle Interno

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor-Geral

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte 56 - Contrib. Ao Plano de Seguridade Social do Servidor	17.633.021,73	0,00	17.633.021,73
Fonte 69 - Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social do Servidor	18.217.976,43	0,00	18.217.976,43
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	35.850.998,16	0,00	35.850.998,16
Fonte 00 - Recursos Ordinários	354.422.645,70	165.173.358,85	189.249.286,85
Fonte 43 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal	177.761,59	177.761,59	0,00
Fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	45.446,03	41.002,95	4.443,08
Fonte 48 - Operações de Crédito Externas - Em moeda	3.260.931,76	1.382.045,60	1.878.886,16
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	53.553.961,02	0,00	53.553.961,02
Fonte 51 - Contrib. Social s/ Lucro das Pessoas Jurídicas	32.283.774,30	1.271.478,47	31.012.295,83
Fonte 53 - Contrib. p/ Refinanciamento da Seguridade Social	78.637,57	2.520,58	76.116,99
Fonte 77 - Fonte a Classificar	337.719,85	0,00	337.719,85
Fonte 90 - Recursos Diversos	1.432,80	1.432,80	0,00
Fonte Não Cadastrada (Garantias Contratuais - Cauções)	1.455.848,34	1.455.848,34	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	445.618.158,96	169.505.449,18	276.112.709,78
TOTAL (III) = (I + II)	481.469.157,12	169.505.449,18	311.963.707,94
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]			

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF

Nota: O valor registrado na fonte 77 foi reclassificado em 19 de janeiro de 2011 para as seguintes fontes: "00 - Recursos Ordinários" - R$ 36.513,62 e "50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados" - R$ 301.206,23.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

ANTÔNIO ARIUTON BATISTA NETO
Diretor em Exercício da Secretaria de Controle Interno

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor-Geral

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ 1,00

	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)		EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte 56 - Contrib. Ao Plano de Seguridade Social do Servidor					17.633.021,73	
Fonte 69 - Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social do Servidor					18.217.976,43	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)					35.850.998,16	
Fonte 00 - Recursos Ordinários		63.118.144,86	16.690.209,54	66.151.043,19	189.249.286,85	
Fonte 44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional					4.443,08	
Fonte 48 - Operações de Crédito Externas - Em moeda				1.878.886,16	1.878.886,16	
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados					53.553.961,02	
Fonte 51 - Contrib. Social s/ Lucro das Pessoas Jurídicas					31.012.295,83	
Fonte 53 - Contrib. p/ Refinanciamento da Seguridade Social					76.116,99	
Fonte 77 - Fonte a Classificar					337.719,85	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		63.118.144,86	16.690.209,54	68.029.929,35	276.112.709,78	
TOTAL (III) = (I + II)		63.118.144,86	16.690.209,54	68.029.929,35	311.963.707,94	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES1						

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF

O total registrado na fonte 77 foi reclassificado em 19 de janeiro de 2011 para as seguintes fontes: "00 - Recursos Ordinários" - R$ 36.513,62 e "50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados" - R$ 301.206,23.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

ANTÔNIO ARIUTON BATISTA NETO
Diretor em Exercício da Secretaria de Controle Interno

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor-Geral

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.076.776.766,70	0,42
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,86%	4.298.852.871,80	0,86
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,82%	4.098.906.226,60	0,82

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	68.029.929,35	311.963.707,94

FONTE: SIAFI e SSCONT/SF e Portaria STN nº 45 de 19 de janeiro de 2011.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

ANTÔNIO ARIUTON BATISTA NETO
Diretor em Exercício da Secretaria de Controle Interno

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor-Geral

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 7, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2010, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro CEZAR PELUSO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	309.855.842	5.788.719
Pessoal Ativo	199.258.606	5.756.110
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	199.258.606	5.756.110
Pessoal Inativo e Pensionistas	110.597.236	32.609
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	110.597.236	32.609
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	121.273.625	2.298.719
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	29.888.872	2.298.719
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	91.384.753	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	188.582.217	3.490.000
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		192.072.217
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		499.866.613.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V)*100		0,038425%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,073726%		368.531.659
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,070040%		350.106.576

Fonte: SIAFI e Port. 82/2005 - STF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

EDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI
Secretária de Controle Interno

ALCIDES DINIZ DA SILVA
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS [3] (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR (156)	1.050.643	-	1.050.643
CONTRIB. PATRONAL P/ PLANO SEGURID. SOC. SERV. (169)	2.637.566	-	2.637.566
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.688.209	-	3.688.209
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS - DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS [1]	52.680	52.680	-
RECURSOS ORDINÁRIOS (100)	138.594.599	34.547.960	104.046.639
CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO (127)	4.945.657	2.451.435	2.494.222
RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS (150)	209.647	-	209.647
TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS (175)	3.631.264	938.082	2.693.182
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	147.433.848	37.990.157	109.443.690
TOTAL (III) = (I + II)	151.122.057	37.990.157	113.131.900
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [2]	-	-	-

FONTE: SIAFI - DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES.

Nota: [1] Valores referentes a cauções recebidas em decorrência de garantias contratuais (Lei 8.666/93).

[2] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

[3] Nas obrigações financeiras está incluída a cota diferida recebida.

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

EDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI
Secretária de Controle Interno

ALCIDES DINIZ DA SILVA
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b") R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILI DADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERC.)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELA DOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINAN.)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR (156)	-	-	-	-	1.050.643	-
CONTRIB. PATRONAL P/ PLANO SEGURID. SOC. SERV. (169)	-	-	-	-	2.637.566	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	3.688.209	-
RECURSOS ORDINÁRIOS (100)		203	699.124	46.476.009	104.046.639	-
CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO (127)	-	-	-	1.837.939	2.494.222	-
RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS (150)	-	-	-	1.007	209.647	-
TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS (175)	-	-	-	1.655.089	2.693.182	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	203	699.124	49.970.043	109.443.690	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	203	699.124	49.970.043	113.131.900	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

EDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI
Secretária de Controle Interno

ALCIDES DINIZ DA SILVA
Diretor-Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

LRF - art. 48 - ANEXO VII R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	192.072.217	0,038425 %
Limite Máximo (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - <0,073726%>	368.531.659	0,073726 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,070040%>	350.106.576	0,070040 %
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	49.970.043	113.131.900

FONTE: SIAFI

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

EDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI
Secretária de Controle Interno

ALCIDES DINIZ DA SILVA
Diretor-Geral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no § 2º do artigo 167 da Constituição Federal, no artigo 64 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, na Portaria SOF/MP nº 176, de 7 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.370, de 29 de dezembro de 2010 e conforme Procedimento Administrativo nº 367/2011, resolve:

Art. 1º Ficam reabertos os créditos especiais em favor da Justiça Eleitoral, pelos saldos apurados em 31 de dezembro de 2010, no valor global de R$ 1.953.060,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e três mil e sessenta reais), para atender à programação indicada no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Em exercício

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral
Unidade: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO I *Reabertura de Crédito Especial*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) *RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**83.060**
		PROJETOS							
02 122	**0570 5451**	**Ampliação de Cartórios Eleitorais**							**23.060**
02 122	0570 5451 1333	No Município de Porangatu - GO							23.060
			F	4	2	90	0	300	23.060
02 122	**0570 7217**	**Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais**							**60.000**
02 122	0570 7217 1471	No Município de Itajá - GO							60.000
			F	5	2	90	0	300	60.000
TOTAL - FISCAL									**83.060**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**83.060**

Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral
Unidade: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ANEXO I *Reabertura de Crédito Especial*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) *RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**790.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 12OP**	**Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**							**790.000**
02 122	0570 12OP 0101	No Município de Campo Grande - MS							790.000
			F	4	2	90	0	300	790.000
TOTAL - FISCAL									**790.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**790.000**

Órgão: 14000 - Justiça Eleitoral
Unidade: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I *Reabertura de Crédito Especial*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) *RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0570	**Gestão do Processo Eleitoral**							**1.080.000**
		PROJETOS							
02 122	**0570 12OQ**	**Construção do Anexo II ao Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**							**1.080.000**
02 122	0570 12OQ 0101	No Município de Porto Velho - RO							1.080.000
			F	4	2	90	0	300	1.080.000
TOTAL - FISCAL									**1.080.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.080.000**

SIOP Formalização nº 201

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

AUTOS VIRTUAIS

PROCESSO Nº 2004.71.50.005986-8
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE : UNIÃO
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : ILKA ALBANDES FERREIRA
PROC/ADV. : FERNANDA OLIVEIRA PONTES E MARCELO LIPERT

DECISÃO

A UNIÃO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a qual julgou procedente ação em que se pleiteava o pagamento da diferença de 3,17% aos servidores civis, reconhecida pela MP nº 2.225-45/2001, ressaltando-se, quanto à prescrição que nenhuma parcela a que faz jus a parte autora foi atingida pela prescrição.

Alega divergência com julgado de Turma Recursal de outra Região, defendendo que a renúncia à prescrição operada pela MP nº 2.225-45/2001 somente poderia dar-se em relação aos prazos já atingidos pela prescrição e que, a partir da edição de tal regramento, em observância ao ditame do art. 9º do Decreto nº 20.910/32, o prazo prescricional recomeça a correr pela metade, de sorte que demandas como a presente somente poderiam ser ajuizadas até 04/03/2004.

O incidente foi inadmitido na origem.

A suscitante apresentou requerimento nos moldes do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento da Pet nº 7.558/MG, em que apreciado Pedido de Uniformização de Jurisprudência dirigido àquela Corte Superior, o qual restou assim ementado, verbis:

DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3, 17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE.

1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu.

2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32.

3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ.

4. Pedido julgado improcedente (Pet nº 7.558/MG, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 07/06/2010).

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2005.63.02.0122552-2
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
REQUERIDO: ANTONIO LUIZ COLSERA
PROCURADORA: MARIA APARECIDA DIAS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a qual impõe ao ora recorrente a elaboração dos cálculos da execução, para o fim de expedição de precatório.

O requerente alega divergência com jurisprudência do STJ, onde fica consignado não ser sua a obrigação de elaborar os referidos cálculos.

O incidente não foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Há requerimento de reexame da admissibilidade, na forma do art. 15, § 4.º do RITNU.

Relatados, decido.

O incidente é incabível.

Conforme observou a Presidência da Turma Recursal, a divergência apontada refere-se a tema de direito processual, que, por vedação legal, não dá ensejo a questionamento perante a Turma Nacional de Uniformização, já que o incidente previsto no art. 14, § 2º da Lei 10.259/2001, destina-se à arguição de dissídio entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

Nesse sentido, ver:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO.

I. O pedido de uniformização de jurisprudência somente tem cabimento quando se tratar de questão de direito material (art. 14, caput, da Lei 10.259/2001, c/c art. 2º da Resolução n. 330/2003, do Conselho da Justiça Federal).

II. Incidente não conhecido, por versar a hipótese dos autos sobre matéria de direito processual. (PU nº 2007.72.95.001663-0, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ de 22/04/2009).

PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL QUE CONFIRMA SENTENÇA. DESNECESSIDADE. ART. 46 DA LEI 9099/95. JUNTADA DOCUMENTOS NOVOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO PROCESSUAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. REEXAME DA PROVA. NÃO CONHECIMENTO.

(...)

II - Se o incidente suscita questões de direito processual, que serviram para fundamentar o acórdão da turma recursal, a Turma Nacional de Uniformização não tem competência para apreciá-las, razão pela qual o recurso não merece ser conhecido.

III - Incidente não conhecido (PU nº 2005.72.95.000728-0, Relator Juiz Federal Guilherme Bollorini Pereira, DJ de 2/8/2006).

Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, não admito o incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.502333-4
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO (A) : EVERARDO PAZ DE SOUSA
PROC/ADV. : CARLOS AUGUSTO BELCHIOR BITENCOURT

DECISÃO

O INSS interpõe agravo regimental, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Insiste o agravante que a decisão não merece prosperar, eis que o INSS não pretende nova análise das provas levadas a efeito pelas instâncias ordinárias, eis que incompletas, pois ausente nos autos o laudo sócio-econômico, documento necessário e imparcial sobre o qual poderá o Juiz decidir de forma independente, segundo seu convencimento.

Relatados. Decido.

Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.

Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.503970-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : TEREZA MARIA TÁVORA XIMENES
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO (A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

TEREZA MARIA TÁVORA XIMENES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que entendeu que, sendo a contribuição ao FUSEX caso de lançamento de ofício, o prazo para a repetição dos valores indevidamente recolhidos é de cinco anos contados da extinção do crédito.

A suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.504102-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : KENNEDY NUNES DA SILVA
PROC./ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

KENNEDY NUNES DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no artigo 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001, contra decisão colegiada proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará - 5ª Região, que, em ação de repetição dos valores recolhidos a título de contribuição para os Fundos de Saúde dos Servidores Militares (FUSEX/FUNSA/FUSMA), reformou sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial, pois entendeu tratar-se de tributo sujeito a lançamento de ofício, cujo prazo prescricional é de cinco anos, vindo a reconhecer a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, uma vez que busca receber valores anteriores à edição da Medida Provisória n.º 2.131, de 28/12/2000, ao passo que seu pleito data de época posterior a dezembro de 2005.

Afirma o postulante haver divergência com julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina - 4ª Região, do Distrito Federal - 1ª Região, do Ceará - 5ª Região e do c. Superior Tribunal de Justiça, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal, como restou estabelecido no decisum combatido.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados. Decido.

Primeiramente, cumpre consignar que os arestos oriundos do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Turma Recursal do Ceará não servem como paradigma para o presente incidente, uma vez que o artigo 14, § 2°, da Lei n.° 10.259/2001 somente admite o pedido de uniformização de jurisprudência quando houver divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, estando os TRFs e as TRs que integram a mesma região excluídos de seu rol.

No mais, verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Sodalício Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp n.º 1.086.382/RS, sob o regime do artigo 543-C, do Estatuto Processual Civil, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, litteris:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis:

'Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados.' (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326).

'A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados.' (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460).

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 3 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 2006.81.00.504128-2
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : JOSÉ MURILO DE OLIVEIRA
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOSÉ MURILO DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual apreciando recurso inominado em sede de ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, exarou entendimento no sentido de que, Em se tratando de exação com lançamento de ofício, o prazo prescricional é de cinco anos, contados do efetivo pagamento (...) Em conseqüência, reconhece-se a prescrição de todas as parcelas pleiteadas.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.505740-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ NIVARDO NETO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por JOSÉ NIVARDO NETO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, declarou prescritas as parcelas pleiteadas a título de repetição de valores relativos à contribuição ao FUSEX, sob o entendimento de tratar-se de tributo cujo lançamento se aperfeiçoa de oficio, contando-se o prazo prescricional de cinco anos a partir do efetivo pagamento.

O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal, como restou estabelecido na decisão atacada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados. Decido.

Verifica-se que o entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460).

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Em razão do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.505789-7
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO EUGÊNIO ARAÚJO MAIA
PROC/ADV.: GUSTAVO PITA PINHEIRO TORRES
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

FRANCISCO EUGÊNIO ARAÚJO MAIA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que entendeu que a contribuição ao FUSEX se sujeita a lançamento de ofício, assim o prazo para a repetição dos valores indevidamente recolhidos é de cinco anos.

O suscitante alega divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça, da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.505933-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO PEIXOTO SOBRINHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por RAIMUNDO PEIXOTO SOBRINHO, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que manteve a sentença que julgou extinta, com resolução de mérito, a ação de repetição de valores relativos à contribuição ao FUSEX, sob o entendimento de tratar-se de tributo cujo lançamento se aperfeiçoa de oficio, contando-se o prazo prescricional de cinco anos a partir do efetivo pagamento.

O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal, como restou estabelecido na decisão atacada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados. Decido.

Verifica-se que o entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460).

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Em razão do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.506108-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : FRANCISCO FERNANDES FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : JORGE CARDOSO DOS SANTOS E JOSÉ LEÔNIDAS DE FREITAS
REQUERIDA : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado por FRANCISCO FERNANDES FILHO E OUTROS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Ceará, segundo a qual a contribuição para o fundo de saúde da aeronáutica, FUNSA, está sujeita a lançamento de ofício e, portanto, a extinção do crédito tributário a ela correspondente ocorre quando efetuado o pagamento, a teor do art. 156, I, do CTN.

Os suscitantes alegam que o acórdão da Turma Recursal pôs-se em divergência com a jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4.ª Região e do STJ, nas quais deduz que há afirmação no sentido de que a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa por homologação, de modo que o prazo da prescrição é decenal, pois aplica-se a chamada regra dos cinco mais cinco.

O incidente foi admitido na origem e sobrestado pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização, para aguardar o julgamento do REsp 1.086.382/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Relatados. Decido.

Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C, do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 14/04/2010, firmou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX - que guarda a mesma natureza da contribuição aqui examinada - constitui tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se realiza mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. Eis a íntegra da ementa:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido (REsp 1.086.382/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.506896-2
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AROLDO DE SOUSA PAULO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

AROLDO DE SOUSA PAULO suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, segundo a qual a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

O suscitante alega divergência com julgados da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, Turma Recursal do Distrito Federal e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que a maioria das decisões das turmas recursais é no sentido de dar provimento ao pedido do autor reconhecendo a prescrição decenal.

O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Relatados, decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

(omissis)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.00.508629-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HERON JESUS LEITE
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado por HERON JESUS LEITE, dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, declarou prescritas as parcelas pleiteadas a título de repetição de valores relativos à contribuição ao FUSEX, sob o entendimento de tratar-se de tributo cujo lançamento se aperfeiçoa de ofício, contando-se o prazo prescricional de cinco anos a partir do efetivo pagamento.

O suscitante alega que a decisão combatida diverge de julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal, como restou estabelecido na decisão atacada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O incidente foi admitido na origem.

Relatados. Decido.

Verifica-se que o entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460).

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009).

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Em razão do exposto, com fundamento no artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2006.81.02.503160-9
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE: INSS
PROC/ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO (A): JOANISA GOMES DE SOUSA
PROC/ADV.: CÍCERA EGUINALDA GOMES LINS

DECISÃO

O INSS interpõe agravo regimental, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Insiste o agravante que a r. decisão ora agravada diverge frontalmente da jurisprudência no eg. STJ.

Relatados. Decido.

Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.

Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N°: 2007.81.00.500872-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: WALTER MEIRELES DE REZENDE
ADVOGADOS: JORGE CARDOSO DOS SANTOS E JOSÉ LEÔNIDAS DE FREITAS
REQUERIDA : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado por WALTER MEIRELES DE REZENDE, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Ceará, segundo a qual a contribuição para o fundo de saúde da aeronáutica, FUNSA, está sujeita a lançamento de ofício e, portanto, a extinção do crédito tributário a ela correspondente ocorre quando efetuado o pagamento, a teor do art. 156, I, do CTN.

O suscitante alega que o acórdão da Turma Recursal pôs-se em divergência com a jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4.ª Região e do STJ, nas quais deduz que há afirmação no sentido de que a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa por homologação, de modo que o prazo da prescrição é decenal, pois aplica-se a chamada regra dos cinco mais cinco.

O incidente foi admitido na origem e sobrestado pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização, para aguardar o julgamento do REsp 1.086.382/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Relatados. Decido.

Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C, do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 14/04/2010, firmou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX - que guarda a mesma natureza da contribuição aqui examinada - constitui tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se realiza mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. Eis a íntegra da ementa:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido (REsp 1.086.382/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.503036-7
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : RAIMUNDO ERNESTO BORJA
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

RAIMUNDO ERNESTO BORJA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que entendeu que, sendo a contribuição ao FUSEX caso de lançamento de ofício, o prazo para a repetição de valores indevidamente recolhidos é de cinco anos contados da extinção do crédito.

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.503659-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : ALEXANDRE ASSUNÇÃO DE FREITAS
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

ALEXANDRE ASSUNÇÃO DE FREITAS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que entendeu que, sendo a contribuição ao FUSEX caso de lançamento de ofício, o prazo para a repetição dos valores indevidamente recolhidos é de cinco anos contados da extinção do crédito.

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.503678-3
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROGÉRIO NUNES DE CARVALHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

ROGÉRIO NUNES DE CARVALHO suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, segundo a qual a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

O suscitante alega divergência com julgados da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, Turma Recursal do Distrito Federal e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que "a maioria das decisões das turmas recursais é no sentido de dar provimento ao pedido do autor reconhecendo a prescrição decenal".

O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Relatados, decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

(omissis)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.503693-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : WALDIR RODRIGUES RAMOS
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

WALDIR RODRIGUES RAMOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que restou assim ementada, litteris:

Tributário. Contribuição para financiamento do sistema de saúde dos militares. Lançamento de ofício. Manutenção da sentença recorrida.

A contribuição dos militares para o financiamento do seu próprio sistema de assistência à saúde é de natureza compulsória, evidenciando o caráter o seu caráter tributário, nos termos do art. 3º do Código Tributário Nacional.

A referida contribuição é calculada e descontada dos soldos dos militares pela própria União, destinatária final de seus recursos, sem qualquer participação do sujeito passivo da obrigação tributária para a viabilização de seu pagamento, o que desnatura o conceito de lançamento por homologação, sendo o caso de lançamento de ofício.

Em se tratando de exação com lançamento de ofício, o prazo prescricional é de cinco anos, contados do efetivo pagamento. Em conseqüência, reconhece-se a prescrição de todas as parcelas pleiteadas, negando-se provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida em todos os seus termos.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou declarado na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados. Decido.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

lação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.503895-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: QUILINO JOAQUIM SOARES BESSA
PROC./ADV.: STÊNIO GONÇALVES SILVA E CAMILA MONTEIRO LUCENA
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

QUILINO JOAQUIM SOARES BESSA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, cujo entendimento foi no sentido de que a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, bem como do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o lançamento da contribuição ao FUSEX é por homologação, o que enseja a aplicação da tese dos "cinco mais cinco" do Superior Tribunal de Justiça às ações de repetição do indébito tributário.

O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Relatados, decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

(omissis)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2007.81.00.503898-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NASION FEIJÓ FERREIRA
PROC./ADV.: STÊNIO GONÇALVES SILVA E CAMILA MONTEIRO LUCENA
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

NASION FEIJÓ FERREIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, cujo entendimento foi no sentido de que a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, bem como do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o lançamento da contribuição ao FUSEX é por homologação, o que enseja a aplicação da tese dos "cinco mais cinco" do Superior Tribunal de Justiça às ações de repetição do indébito tributário.

O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Relatados, decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

(omissis)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.503923-1
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ FELINTO CAVALCANTE
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

LUIZ FELINTO CAVALCANTE suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, segundo a qual a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

O suscitante alega divergência com julgados da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, Turma Recursal do Distrito Federal e do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que a maioria das decisões das turmas recursais é no sentido de dar provimento ao pedido do autor reconhecendo a prescrição decenal.

O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Relatados, decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

(omissis)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de novembro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 2007.81.00.504214-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EDMAR ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: STÊNIO GONÇALVES SILVA E CAMILA MONTEIRO LUCENA
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

EDMAR ALVES DE OLIVEIRA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, cujo entendimento foi no sentido de que a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, bem como do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o lançamento da contribuição ao FUSEX é por homologação, o que enseja a aplicação da tese dos "cinco mais cinco" do Superior Tribunal de Justiça às ações de repetição do indébito tributário.
O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.
Relatados, decido.
A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:
TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.
1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).
(omissis)
3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)
4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.
5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.
6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº : 2007.81.00.504233-3
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROBERTO NOGUEIRA DA COSTA
PROC./ADV.: STÊNIO GONÇALVES SILVA E CAMILA MONTEIRO LUCENA
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

ROBERTO NOGUEIRA DA COSTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão de Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, segundo a qual a contribuição ao FUSEX se sujeita ao lançamento de ofício e, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas a essa contribuição é o quinquenal.

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, bem como do Superior Tribunal de Justiça, aduzindo, em síntese, que o lançamento da contribuição ao FUSEX é por homologação, o que enseja a aplicação da tese dos "cinco mais cinco" do Superior Tribunal de Justiça às ações de repetição do indébito tributário.

O incidente foi admitido pela Presidência da Turma Recursal.

Relatados, decido.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp nº 1.086.382/RS, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, firmou a orientação de que o prazo prescricional a ser aplicado nas ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN, conforme demonstrado a seguir, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

(omissis)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido. (REsp nº 1.086.382/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, como a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça se alinha ao decidido pela Turma Recursal, NEGO SEGUIMENTO ao presente incidente de uniformização de jurisprudência, com base no art. 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 2007.81.00.504241-2
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : GERARDO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : STÊNIO GONÇALVES SILVA E CAMILA MONTEIRO LUCENA
REQUERIDA : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado por GERARDO ALVES DE OLIVEIRA, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Ceará, segundo a qual a contribuição para o fundo de saúde da aeronáutica, FUNSA, está sujeita a lançamento de ofício e, portanto, a extinção do crédito tributário a ela correspondente ocorre quando efetuado o pagamento, a teor do art. 156, I, do CTN.

O suscitante alega que o acórdão da Turma Recursal pôs-se em divergência com a jurisprudência das Turmas Regionais de Uniformização das 1.ª, 2.ª e 4.ª Regiões e do STJ, nas quais deduz que há afirmação no sentido de que a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa por homologação, de modo que o prazo da prescrição é decenal, pois aplica-se a chamada regra dos cinco mais cinco.

O incidente foi admitido na origem e sobrestado pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização, para aguardar o julgamento do REsp 1.086.382/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Relatados. Decido.

Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C, do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 14/04/2010, firmou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX - que guarda a mesma natureza da contribuição aqui examinada - constitui tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se realiza mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. Eis a íntegra da ementa:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido (REsp 1.086.382/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 2007.81.00.506431-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : MARCO ANTONIO SILVA NOGUEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : JORGE CARDOSO DOS SANTOS E JOSÉ LEÔNIDAS DE FREITAS
REQUERIDA : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado por MARCO ANTONIO SILVA NOGUEIRA E OUTROS, dirigido à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, com fundamento no artigo 14, § 2.º, da Lei n.º 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Ceará, segundo a qual a contribuição para o fundo de saúde da aeronáutica, FUNSA, está sujeita a lançamento de ofício e, portanto, a extinção do crédito tributário a ela correspondente ocorre quando efetuado o pagamento, a teor do art. 156, I, do CTN.

Os suscitantes alegam que o acórdão da Turma Recursal pôs-se em divergência com a jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4.ª Região e do STJ, nas quais deduz que há afirmação no sentido de que a contribuição em tela é tributo cujo lançamento se aperfeiçoa por homologação, de modo que o prazo da prescrição é decenal, pois aplica-se a chamada regra dos cinco mais cinco.

O incidente foi admitido na origem e sobrestado pela Presidência da Turma Nacional de Uniformização, para aguardar o julgamento do REsp 1.086.382/RS, pelo Superior Tribunal de Justiça.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relatados. Decido.

Ao julgar o REsp 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C, do CPC, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 14/04/2010, firmou o entendimento de que a contribuição ao FUSEX - que guarda a mesma natureza da contribuição aqui examinada - constitui tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se realiza mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal, e que, portanto, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX é o quinquenal, nos termos do art. 168, I, do CTN. Eis a íntegra da ementa:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460)

3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. In casu, as parcelas pleiteadas referem-se a recolhimentos indevidos efetuados de 30/9/1991 a 29/03/2001, tendo sido a ação ajuizada em 04/06/2007, por isso que ressoa inequívoca a ocorrência da prescrição.

6. Recurso especial desprovido (REsp 1.086.382/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe de 26/04/2010).

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 2007.81.00.506701-9
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : HOMERO FONSECA BASTOS FILHO
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

HOMERO FONSECA BASTOS FILHO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que entendeu que, sendo a contribuição ao FUSEX caso de lançamento de ofício, o prazo para a repetição dos valores indevidamente recolhidos é de cinco anos contados da extinção do crédito.

O suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 2007.81.00.507145-0
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : MARIA EVANIR ALBUQUERQUE DE MATOS
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

MARIA EVANIR ALBUQUERQUE DE MATOS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, que entendeu que, sendo a contribuição ao FUSEX caso de lançamento de ofício, o prazo para a repetição dos valores indevidamente recolhidos é de cinco anos contados da extinção do crédito.

A suscitante alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras Regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional seria decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento espelhado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, nego seguimento ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO N° : 2007.81.02.504348-3
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO (A) : LUÍZA SOCORRO DE CARVALHO
PROC/ADV. : CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA

DECISÃO

O INSS interpõe agravo regimental, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Insiste o agravante que a decisão não merece prosperar, eis que o INSS não pretende nova análise das provas levadas a efeito pelas instâncias ordinárias, eis que incompletas, pois ausente nos autos o laudo sócio-econômico, documento necessário e imparcial sobre o qual poderá o Juiz decidir de forma independente, segundo seu convencimento.

Relatados. Decido.

Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.

Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2007.82.00.506555-4
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GENY GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MARTA REJANE NÓBREGA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela UNIÃO, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando sentença, julgou procedente o pedido de pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes do reajuste concedido aos servidores públicos civis, sob o fundamento de que deve ser aplicado o índice residual de 3,17% no reajustamento dos vencimentos da parte demandante, a partir de janeiro de 1995 até dezembro de 2001.

Sustenta a suscitante divergência com a Súmula n.º 25 da Turma Recursal do Espírito Santo e com julgados do STJ, aduzindo, em síntese, que a edição da Medida Provisória n.º 2.225-45/2001 fez com que ocorresse a interrupção da prescrição, sendo que dito prazo recomeçou a fluir pela metade, conforme dispõe o artigo 9º do Decreto n.º 20.910/32.

O incidente foi inadmitido e a parte apresentou requerimento, na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados. Decido.

A decisão combatida afastou totalmente a prescrição, determinando o pagamento do reajuste de 3,17% dos vencimentos da parte autora, desde janeiro de 1995 até dezembro de 2001.

Ocorre que, em consonância com o entendimento da Turma Nacional acerca da matéria, ao julgar incidente de uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, que fora classificado como Pet nº 7.558/MG, esta Corte Superior pacificou o entendimento no sentido de que, caso a ação tenha sido proposta até 04.09.2006, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; caso ajuizada após essa data, aplica-se a Súmula 85/STJ.

Como a presente ação foi ajuizada em 06.08.2007, entendo que, a princípio, resta configurada divergência interpretativa a ensejar a admissão do incidente, o que faço com fulcro no art. 7º, inciso VI, do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2008.51.51.033091-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSÉ SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por JOSÉ SOUZA DA SILVA, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão que negou admissão ao incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU, tendo em conta que os paradigmas trazidos aos autos pelo requerente não configuraram o necessário dissídio jurisprudencial alegado.

Insiste o agravante que restou configurado o dissídio, juntando, inclusive, novas decisões do STJ e da Turma Nacional de Uniformização.

Relatados. Decido.

A decisão atacada merece ser mantida por seus próprios fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº: 2008.51.51.037022-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROGÉRIO ALMEIDA ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por ROGÉRIO ALMEIDA ALVES, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão que negou admissão ao incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à TNU, tendo em conta que os paradigmas trazidos aos autos pelo requerente não configuraram o necessário dissídio jurisprudencial alegado.

Insiste o agravante que restou configurado o dissídio, juntando, inclusive, novas decisões do STJ e da Turma Nacional de Uniformização.

Relatados. Decido.

A decisão atacada merece ser mantida por seus próprios fundamentos, motivo pelo qual determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2º do art. 34 do RI/TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 2008.81.02.500290-4
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO (A) : SEBASTIÃO GALDINO DA SILVA
PROC/ADV. : DJACI DO NASCIMENTO SILVA

DECISÃO

O INSS interpõe agravo regimental, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Insiste o agravante que a decisão não merece prosperar, eia que o INSS não pretende nova análise das provas levadas a efeito pelas instâncias ordinárias, eis que incompletas, pois ausente nos autos o laudo sócio-econômico, documento necessário e imparcial sobre o qual poderá o Juiz decidir de forma independente, segundo seu convencimento.

Relatados. Decido.

Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.

Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N.º : 2008.81.02.501280-6
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
AGRAVANTE : INSS
PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL FEDERAL
AGRAVADO : JANEIDE ALVES DA SILVA
ADVOGADO : PEDRO MOREIRA SAMPAIO JÚNIOR

DECISÃO

O INSS interpõe agravo regimental, com fulcro no art. 34, inciso I, do RI/TNU, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que não admitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado.

Insiste o agravante que a decisão não merece prosperar, eis que o INSS não pretende nova análise das provas levadas a efeito pelas instâncias ordinárias, eis que incompletas, pois ausente nos autos o laudo sócio-econômico, documento necessário e imparcial sobre o qual poderá o Juiz decidir de forma independente, segundo seu convencimento.

Relatados. Decido.

Entendo que os argumentos apresentados pelo agravante não tiveram o condão de infirmar as razões de inadmissão do incidente.

Portanto, mantenho a decisão agravada por seus próprios e jurídicos fundamentos e determino a distribuição do presente agravo regimental, nos termos do § 2.º do art. 34 do RI/TNU, com redação dada pela Resolução nº 62/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0500008-77.2008.4.05.8401
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE : EUFLAUZINA DANTAS DE OLIVEIRA
PROC/ADV. : MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA
REQUERIDO(A) : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência proposto por EUFLAUZINA DANTAS DE OLIVEIRA, com fundamento no artigo 14, caput e parágrafo 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício de auxílio-doença ou a conversão em aposentadoria por invalidez à autora, ao entendimento de que, litteris:

No caso em espécie, conforme se extrai dos termos do laudo pericial acostado aos autos, não restou constatada a alegada incapacidade para o trabalho da parte autora. Ressalte-se que a impugnação do laudo pelo Autor não merece acolhimento, uma vez que não trouxe questão nova ao processo capaz de inquinar o laudo realizado pelo médico de confiança deste juízo.

Inexistindo a incapacidade laboral, tal como atestado pelo expert, deixa o(a) demandante de preencher um dos requisitos indispensáveis para fazer jus à percepção do benefício de auxílio-doença ou, a depender da situação, sua conversão para aposentadoria por invalidez.

Alega a suscitante que houve violação do devido processo legal por cerceamento de defesa, em virtude da não realização de audiência de instrução e julgamento, bem como que não foi apreciada a sua situação sócio-econômica. Aponta divergência com julgado da Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária de Mato Grosso.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados. Decido.

Consoante se pode inferir da transcrição, a Turma entendeu inexistir a incapacidade laborativa, bem como não haver provas capazes de infirmar a conclusão pericial.

Já no aresto paradigma restou comprovada a incapacidade laborativa assim como a econômica, mostrando-se diversas as bases fáticas dos julgados confrontados, inviabilizando a demonstração de dissidência interpretativa, autorizadora do pedido de uniformização jurisprudencial.

Nesse sentido, já decidiu a Turma Nacional de Uniformização, litteris:

ACÓRDÃO PARADIGMA ENVOLVE MATÉRIA DE FATO DISTINTA.

1. É inadmissível considerar elementos de fato diversos daqueles em que se assentou o acórdão recorrido, vez que o Pedido de Uniformização visa velar pela exata aplicação do direito já pacificado a pressupostos fáticos idênticos. Envolvendo os paradigmas matérias de fato de que não cuidou o acórdão impugnado, não merece ser conhecido o pedido.

2. Pedido não conhecido (PU nº 2002.70.00.007470-5/PR, Relatora Juíza Federal Liliane Roriz, DJ de 24/12/2003).

Ressalte-se ainda, por pertinente, que nas razões de pedido de uniformização, em momento algum houve refutação àquele fundamento do julgado ora hostilizado relativo à inexistência de prova capaz de infirmar a conclusão pericial, alicerce este que, por si só, é capaz de manter o decidido.

Nesse panorama, aplica-se à hipótese a Questão de Ordem nº 18, da Turma Nacional de Uniformização, que assim reza:

É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.

Convém, ainda, salientar que a Lei nº 10.259/2001, em seu artigo 14, caput, ao especificar as hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, dispõe expressamente que a divergência na interpretação deve envolver questões de direito material.

No caso, o incidente suscitado se fundou também em questão processual, qual seja, um pretenso cerceamento de defesa em razão da não realização da audiência de instrução e julgamento, argumento que, nos termos do acima exposto, não se presta a viabilizar o manejo do incidente de uniformização de jurisprudência.

Ademais, ainda que assim não fosse, observo que o pleito da recorrente está fundado na irresignação com a apreciação das provas levada a cabo pela Turma Recursal, de modo que a análise do seu recurso demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto probatório carreado aos autos, o que se mostra inviável em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 7.º, inciso VII, alínea "b", do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, NEGO SEGUIMENTO ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N.º : 0501041-62.2009.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE : INSS
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A) : GRACIANO JOSÉ DO NASCIMENTO
ADVOGADO : JOSÉ EVERALDO DE LIMA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 14, § 2.º da Lei n.º 10.259/2001, suscitado pelo INSS, em face de decisão proferida por Turma Recursal da Seção Judiciária de Sergipe, na qual restou asseverado ser inaplicável o art. 1-F da Lei 9.494/97, em decorrência das verbas em questão serem de natureza alimentar.

O suscitante alega que a decisão encimada diverge do entendimento de Turma Recursal da Seção do Rio Grande do Sul, segundo a qual o art. 1-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09, é aplicável às verbas de natureza previdenciária, desde sua entrada em vigor.

O incidente foi inadmitido pela Presidência da Turma Recursal.

Há requerimento de reexame da admissibilidade, fundado no art. 15, § 4.º do RI/TNU.

Em contrarrazões e petição incidental, o requerido aponta ausência de interesse recursal. Afirma que, mesmo que o presente incidente seja provido, o valor da condenação será o mesmo, qual seja, o teto de 60 salários dos Juizados Especiais Federais. Pede o deferimento de tutela antecipada com o intuito de iniciar execução provisória.

Relatados, decido.

Observo que a divergência jurisprudencial alegada está devidamente configurada, visto que a Turma Recursal da Seção do Rio Grande do Sul, ao julgar matéria previdenciária, entendeu aplicável o art. 1-F da Lei 9.494/97. Já a decisão vergastada asseverou que o citado dispositivo não é aplicável às ações previdenciárias, uma vez que se trataria de verbas alimentares.

Quanto ao pedido de deferimento da execução provisória, sem razão a parte autora.

Segundo a jurisprudência da Turma Nacional, a renúncia para fins de fixação de competência dos Juizados Especiais Federais é cabível apenas sobre as parcelas vencidas até a data da propositura da ação, não havendo que se falar em renúncia tácita das parcelas vincendas, bem como da correção monetária e dos juros legais.

É que a definição do valor da causa, para efeito de alçada, não guarda correlação com o quantum da condenação, visto que as relações jurídicas estabelecidas entre os segurados e a autarquia previdenciária são de trato sucessivo, o que, geralmente, ocasiona o vencimento de obrigações no curso da lide, gerando a agregação delas aos atrasados, ultrapassando, assim, o valor de 60 salários mínimos.

Na execução, a parte autora terá direito a receber não apenas os valores vencidos, no momento da propositura da ação, limitados a 60 salários mínimos, como também os valores vencidos durante o trâmite do processo, além de juros e correção monetária sobre ambos.

Ora, conforme cediço, não há renúncia tácita no Juizado Especial Federal, como já deixou assentado esta Turma Nacional de Uniformização, ao editar, com base no precedente firmado quando do julgamento do PU nº 2002.85.10.000594/0, a Súmula nº 17.

A renúncia de tais verbas poderá ser feita, na fase de execução da sentença, quando da escolha entre pagamento via precatório ou Requisição de Pequeno Valor - RPV.

Ante o exposto, com esteio no art. 7.º, inc. VI, do RI/TNU, admito o incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0501479-61.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : WALDIR FERREIRA DE CARVALHO FILHO
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

WALDIR FERREIRA DE CARVALHO FILHO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual, em sede de recurso inominado em ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, entendeu prescrita a pretensão, visto que, não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0503466-35.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : AQUILLES BRUNO
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

AQUILLES BRUNO suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual, em sede de recurso inominado em ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, entendeu que está prescrita a pretensão, visto que, não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0503518-31.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : HELY GOMES DA COSTA
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

HELY GOMES DA COSTA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que prescrita a pretensão, visto que, não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento eadotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0503530-11.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : JOÃO BATISTA DA SILVA
PROC/ADV. : MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA E MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA
REQUERIDO (A) : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
,

DECISÃO

JOÃO BATISTA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural, ao entendimento de que: ante a ausência de qualquer início de prova material, a teor da Súmula 149, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a comprovação de atividade rural não pode ser feita através de prova exclusivamente testemunhal.

Alega divergência com julgados do STJ e da TNU, bem como com as Súmulas nºs 6 e 14 da TNU, defendendo que o rol de documentos trazidos na lei é meramente explicativo, de sorte que a documentação por ele trazida constitui início de prova material de labor rurícola capaz de lastrear a concessão da aposentadoria pleiteada.

Incidente inadmitido na origem.

O suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Relatados, decido.

Verifica-se que o suscitante não demonstrou o dissenso jurisprudencial invocado, visto que se limitou a mencionar as ementas dos julgados do STJ e da TNU que apontou, sem, porém, realizar o necessário cotejo analítico entre o julgado hostilizado e os paradigmas citados, no sentido de trazer as circunstâncias fáticas e jurídicas que os identificam ou assemelham, conforme determina o artigo 13 do RI/TNU.

Ademais, ainda que se pudesse entender superado o empeço antes anotado, tem-se que o requerente sustenta a tese de se ter configurado início de prova material na espécie, alegando haver trazido aos autos documentos aptos a tal desiderato, conforme antes relatado.

Ocorre que a decisão colegiada, ora hostilizada, manteve sentença exarada nos seguintes termos:

Relativamente à condição de trabalhador rural, acostou aos autos como única prova aceita pela legislação e jurisprudência pátria, cópias dos comprovantes de recebimentos de Seguro-Safra relativos aos anos de 2006/2007 e 2007/2008. Esses documentos por si sós, mesmo aliados à prova testemunhal colhida, não foram suficientes para firmar nesse Magistrado a convicção de que o promovente é trabalhador rural, na qualidade de segurado especial.

Os demais documentos juntados são imprestáveis como início de prova material da atividade alegada. A declaração da Associação dos Pequenos Produtores de Barra do Curu, bem como a declaração do proprietário, não contemporâneas ao exercício da atividade, correspondem a meros testemunhos escritos, não podendo ser consideradas.

Ademais, os outros documentos anexados estão consignados em nome de terceiros estranhos ao feito, não aproveitando ao promovente. Não há, nos autos, repita-se, qualquer outro documento aceitável como início de prova material da atividade rural da promovente.

Nesse sentido, sou pela impossibilidade do reconhecimento da condição de segurado especial, quando não há prova do exercício de atividade rural, tornando patente o descumprimento da Legislação Previdenciária.

Assim, ante a ausência de qualquer início de prova material, a teor da Súmula 149, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a comprovação de atividade rural não pode ser feita através de prova exclusivamente testemunhal.

Do excerto supratranscrito, extrai-se que a decisão vergastada, preservando a sentença, decidiu, com base nos elementos de prova juntados ao processo, que não há prova do exercício de atividade rural, de modo que a inversão da conclusão a que chegou o decisum impugnado, na dimensão do conjunto probatório dos autos, como requer o suscitante, mostra-se manifestamente incabível em sede de incidente de uniformização de jurisprudência.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VI, do RI/TNU, não admito o incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0503647-36.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : JOECI BEZERRA DA SILVA
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

JOECI BEZERRA DA SILVA suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que prescrita a pretensão, visto que, não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0504441-57.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : VALDEMAR DE CARVALHO VERAS
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

VALDEMAR DE CARVALHO VERAS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual manteve sentença que julgou extinta com resolução de mérito a ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, ao entendimento de que está prescrita a pretensão, visto que, não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0505710-34.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : RAIMUNDO NONATO MOREIRA ALVES
PROC/ADV. : GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
REQUERIDO(A) : FAZENDA NACIONAL
PROC/ADV. : PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

RAIMUNDO NONATO MOREIRA ALVES suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com esteio no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual, em sede de recurso inominado em ação de repetição de valores recolhidos a título de contribuição ao FUSEX, entendeu que prescrita a pretensão, visto que, não sendo caso de lançamento por homologação, mas de lançamento de ofício pela autoridade administrativa, o prazo para repetição dos valores é de cinco anos, contados da extinção do crédito, (...) conforme preceitua o art. 168 do Código Tributário Nacional.

Alega divergência com julgados de Turmas Recursais de outras regiões e do STJ, defendendo que o prazo prescricional é decenal, e não quinquenal como restou entendido na decisão vergastada.

O incidente foi admitido na origem.

Relatados, decido.

Verifica-se que o entendimento adotado pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará encontra-se em consonância com a jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do REsp nº 1.086.382/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Seção, DJe de 26/04/2010, o qual restou assim ementado, verbis:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO AO FUSEX. TRIBUTO SUJEITO AO LANÇAMENTO DE OFÍCIO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL.

1. O Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) é custeado pelos próprios militares que gozam, juntamente com seus dependentes, de assistência médico-hospitalar, cuja contribuição é cobrada compulsoriamente dos servidores. A contribuição de custeio, por inserir-se no conceito de tributo previsto no art. 3º, do CTN, ostenta natureza jurídica tributária, sujeitando-se ao princípio da legalidade. (Precedentes: REsp 764.526/PR, DJ 07.05.2008; REsp 761.421/PR, DJ 01.03.2007 ; REsp 692.277/SC, DJ 27.06.2007 ; REsp 789260/PR, DJ 19.06.2006).

2. Consoante doutrina abalizada definindo o critério diferenciador das modalidades de lançamento, in verbis: "Ao estudar as modalidades de lançamento (...), a doutrina antecedente ou a superveniente ao Código Tributário Nacional as classificam adotando como critério de classificação o maior ou menor concurso dos obrigados na atividade do lançamento, ou seja, o grau de colaboração entre Fisco e sujeito passivo. O critério tricotômico consagrado no Código Tributário Nacional decorreria do grau de colaboração do sujeito passivo na preparação do lançamento. No lançamento direto ou de ofício (CTN, art. 149) não haveria participação do sujeito passivo. No lançamento por declaração ou misto (CTN, art. 147) ocorreria uma colaboração entre Fisco e sujeito passivo. No lançamento por homologação (CTN, art. 150) maior seria a intensidade da colaboração, vale dizer, da participação do sujeito passivo, porquanto o Fisco se limitaria a homologar os atos por ele praticados." (José Souto Maior Borges, in Lançamento Tributário, Editora Malheiros, 2ª edição, p. 325/326) "A fonte inspiradora da tricotomia reside no índice de colaboração do administrado, com vistas à celebração do ato. Na primeira hipótese (lançamento de ofício), a participação seria inexistente, uma vez que todas as providências preparatórias são feitas nos cancelos da Administração. Na segunda (lançamento por declaração), colaboram ambas as partes, visando os resultados finais do lançamento. Na última (lançamento por homologação), quase todo o trabalho é cometido pelo súdito, limitando-se o fisco a homologar os atos por ele praticados." (Paulo de Barros Carvalho, in Curso de Direito Tributário, Ed. saraiva, 20ª edição, p. 460) 3. A contribuição social ao FUSEX configura tributo sujeito ao lançamento de ofício, que se processa mediante o desconto em folha do servidor militar pelo órgão pagador, o qual é mero retentor do tributo, não havendo qualquer participação do sujeito passivo da relação jurídico-tributária na constituição do crédito fiscal. (Precedentes: AgRg no AgRg no REsp 1091390/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/02/2010, DJe 24/02/2010; EDcl no AgRg no Ag 1071228/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 27/11/2009; AgRg no AgRg no REsp 1092064/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 21/10/2009; REsp 1094735/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 11/03/2009)

4. Destarte, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de repetição de indébito relativas à contribuição ao FUSEX, que consubstancia tributo sujeito ao lançamento de ofício, é o qüinqüenal, nos termos do art. 168, I, do CTN.

5. (...)

6. Recurso especial desprovido.

Pelo exposto, nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "b", do RI/TNU, NEGO SEGUIMENTO ao incidente de uniformização de jurisprudência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO N° : 0509546-83.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE : MARIA DAS GRAÇAS MATIAS
PROC/ADV. : MÁRCIO MILITÃO SABINO E FRANCISCO RONALDO VIEIRA MARTINS
REQUERIDO(A) : INSS
PROC/ADV. : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

MARIA DAS GRAÇAS MATIAS suscita incidente de uniformização de jurisprudência dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, a qual entendeu não se haver demonstrado a condição de rurícola para fins de aposentadoria por idade.

Alega divergência com julgado da TNU, defendendo que Implementada a idade mínima necessária à concessão do benefício reclamado, e demonstrado nos autos período mais que suficiente para a carência exigida, mormente por autorização legal constante do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 10.666/2003, se preserva a qualidade de segurado quando asseguradas as contribuições mínimas exigidas, ou a sua equivalência de carência na qualidade de segurado especial, para a concessão de benefício previdenciário por idade, deverá ser reconhecido o direito ao benefício previdenciário correspondente.

Incidente inadmitido na origem.

A suscitante apresentou requerimento na forma do art. 15, § 4º, do RI/TNU.

Em 13 de setembro de 2010, foi protocolizada petição de nº 000967, dirigida à Turma Nacional de Uniformização, em que a ora requerente alega existência de error in procedendo a gerar nulidade dos atos processuais a partir do julgamento da Primeira Turma Recursal do Ceará, haja vista a ocorrência de acordo judicial firmado entre ela e a autarquia requerida, homologado na sentença, contra a qual nenhuma das partes aviara recurso inominado.

Relatados, decido.

Considerando os fatos antes relatados e analisando o andamento processual, em que se constatam, de fato, o acordo judicial homologado em sentença e a inexistência de recurso inominado em face de tal decisum, com espeque no art. 7º, inc. VI, do RI/TNU, ADMITO o presente incidente de uniformização e determino a distribuição do feito a Juiz Relator, a fim de que examine a possível ocorrência de error in procedendo na hipótese.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO Nº 0526218-80.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE : UNIÃO
PROC./ADV. : PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A) : JACQUELINE JARDIM FERRAZ
PROC./ADV. : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela UNIÃO e dirigido à Turma Nacional de Uniformização, com fundamento no artigo 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, em face da decisão da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, que restou assim ementada, verbis:

ADMINISTRATIVO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS A SERVIDORES. PRESCRIÇÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO.

- Em se tratando de dívidas passivas da União para com seus servidores, aplica-se a regra de prescrição do Decreto nº. 20.910/32.

- No presente caso, o principal das diferenças foi incorporado à remuneração dos servidores por meio do ato nº. 711 do TST, expedido em 12 de dezembro de 2000, ocasião em que as diferenças referentes a juros de mora destituíram-se do caráter de trato sucessivo, passando a correr o prazo pela metade, cujo transcurso ocorreria em junho de 2003.

- Todavia, em 2004 foi autorizado especificamente o pagamento dos atrasados, condicionados à disponibilidade orçamentária, que somente veio a surgir em dezembro de 2006.

- Hipótese em que, diante da sistemática de prescrição do Decreto nº. 20.910/32, somente a partir da disponibilidade orçamentária, dada a condição suspensiva fixada, é que se pode entender iniciado o curso de prescrição referente ao reconhecimento efetuado em 2004, permanecendo suspenso durante esse insterstício.

- Recurso provido para afastar a ocorrência de prescrição e reconhecer o direito subjetivo da parte autora ao pagamento das diferenças salariais em atraso decorrentes da transformação do respectivo vencimento/provento pela URV.

- Sem honorários .

Alega a suscitante que a decisão encimada diverge de acórdãos da Turma Regional de Uniformização da Primeira Região e da Turma Recursal da Seção Judiciária do Acre. Sustenta, em síntese, que a pretensão recursal da autora está fulminada pela prescrição.

O incidente de uniformização foi inadmitido.

Contra tal decisum, houve requerimento (art. 15, §4º, do RI/TNU).

Relatados. Decido.

Estando configurada a alegada divergência, com fundamento no artigo 7º, inciso VI, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, admito o incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2010.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUTOS COM VISTAS AOS INTERESSADOS

AUTOS VIRTUAIS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas aos suscitados para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

PROCESSO Nº 2007.82.02.500062-0
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
SUSCITANTE: CÍCERO JUSTINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA CLAUDINO
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO Nº 2007.83.00.531818-5
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
SUSCITANTE: JOSÉ ISMAR DA SILVA
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCESSO Nº 2008.81.00.514671-4
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
SUSCITANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SUSCITADO(A): JOSÉ HELVESLEY ALVES
PROC./ADV.: EDVALDO ASSUNÇÃO E SILVA

PROCESSO Nº 0504799-58.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE: ANGELINA MARGARIDA DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
SUSCITADO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO ARAUJO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao terceiro quadrimestre de 2010, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	1.020	74	946
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	320	-	320
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**1.341**	**74**	**1.267**
TOTAL (III) = (I + II)	**1.341**	**74**	**1.267**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota[1]: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**26.418**	**20**	**26.438**
Pessoal Ativo	25.642	20	**25.663**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Ativo	25.642	20	**25.663**
Pessoal Inativo e Pensionistas	776	-	**776**
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	776	-	**776**
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**1.418**	**-**	**1.418**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	695	-	695
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	722	-	722
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**25.000**	**20**	25.021

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		**0,005001%**	**0,000004%**	**0,005005%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	**0,007835%**			**39.165**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	**0,007443%**			**37.206**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO) INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	21	39	14	946	946	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	320	320	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**21**	**39**	**14**	**1.267**	**1.267**	-
TOTAL (III) = (I + II)	**21**	**39**	**14**	**1.267**	**1.267**	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota[1]: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Amapá, em 24 de Janeiro de 2011.
Des. LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal

JOSÉ DIAS FAÇANHA
Diretor-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Gestor Financeiro

MOISÉS SILVA CAMPOS
Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, RESOLVE:

Art. 1° TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alíneas "a" e § 2°, referente ao período de janeiro a dezembro de 2010.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Des. NEY TELES DE PAULA

ANEXOs

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.970	171
Pessoal Ativo	90.369	141
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	90.396	141
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.600	30
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	14.600	30
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1° do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.528	158
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.122	128
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.406	30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	85.442	13
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		85.455

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	499.866.613
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,017095
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,023401	116.974
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,022231	111.125

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
[1]Valor referente à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011012700133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRATIVO DA DISPONBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO V (LRF, art.55, Inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)= (a -b)
0151-Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153-Contribuição para Funcionamento da Seguridade Social	-	-	-
0156-Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	30	-	30
0169-Contribuição Patronal p/Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	30	-	30
0100-Recursos Ordinários	3.274	106	3.168
0127-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	308	4	304
0150-Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac.	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	-	0
0350-Recursos Não-fin. Diret. Arrec.- Exercício Anteriores Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.582	110	3.472
TOTAL (III)=(I + II)	3.612	110	3.502
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	30	-	30

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial.
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
LRF, Art. 48 - Anexo VII
R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com Pessoal - DTP	85.455	0,017095
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	116.974	0,023401
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	111.125	0,022231
RESTOS A PAGAR	Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Exercício)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.502	3.502

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010
RGF, - Anexo VI (LRF, art. 55,. Inciso III, alínea "b")
R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Restos a Pagar				Disp. de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar não processados do exercício)	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151- Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156-Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	30	30	-
0169-Contribuição Patronal p/Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	30	30	-
0100-Recursos Ordinários	7	87	12	3.168	3.168	-
0127-Custas e Emolumentos - P. Judiciário	-	-	-	304	304	-
0150-Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac.	-	-	-	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	0	-
0350-Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7	87	12	3.472	3.472	-
TOTAL (III)=(I + II)	7	87	12	3.502	3.502	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	30	30	

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota:¹A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDE
Coordenadora de Orçamento e Finanças

LEONARDO ALEX DE SIQUEIRA
Coordenador de Controle Interno

FLÁVIA DE CASTRO DAYRELL
Diretora-Geral em Substituição

Des. NEY TELES DE PAULA
Presidente do Tribunal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 4, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 3º quadrimestre de 2010, constante dos Anexos desta Portaria.

Des. KILDARE CARVALHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**314.467**	**8.295**
Pessoal Ativo	260.465	7.931
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	260.465	7.931
Pessoal Inativo e Pensionistas	54.002	364
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	130	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	53.872	364
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**56.534**	**820**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.617	520
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	53.917	300
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**257.933**	**7.475**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**265.409**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	**499.866.613**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,053096
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,076116%	380.478
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,072310%	361.454

FONTE: SIAFI - Mês de dezembro/2010(fechado) e COFIC/SOF/TSE.

[1] Valor divulgado pela Portaria STN nº 45 de 19/1/2011.

Nota:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Na Despesa Bruta com Pessoal estão computados R$ 35.583 mil concernentes à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias). Desse valor, R$ 35.307 mil referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB.0031 (Contribuição Previdenciária da União).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA[2] (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	1	12	(11)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1	1	-
0156 - Contribuição para Plano Seguridade Social Servidor	310	22	289
0169 - Contribuição Patronal para Plano Seguridade Social do Servidor	-	7	(7)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	312	41	271
0100 - Recursos Ordinários	20.359	241	20.118
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.881	911	970
0150 - Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados	1.019	-	1.019
0190 - Recursos Diversos	24	24	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	54	54	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	23.336	1.229	22.107
TOTAL (III) = (I + II)	23.648	1.270	22.378
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	310	29	282

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
[2]As fontes de recursos que representam Disponibilidade de Caixa Líquida com saldos invertidos, correspondem a obrigações com pessoal de anos anteriores, cujos acertos serão realizados no exercício de 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[2]	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social Sobre o Lucro das P. Jurídicas	12	-	-	-	(11)	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição para Plano Seguridade Social Servidor	22	-	-	300	289	-
0169 - Contribuição Patronal para Plano Seguridade Social	7	-	-	-	(7)	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	42	-	-	300	271	-
0100 - Recursos Ordinários	36	165	37	20.089	20.118	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	911	970	970	-
0150 - Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	1.019	-
0190 - Recursos Diversos	24	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	60	165	947	21.059	22.107	-
TOTAL (III) = (I + II)	102	165	947	21.359	22.378	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	29	-	-	300	282	-

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
[2]As fontes de recursos que representam Disponibilidade de Caixa Líquida com saldos invertidos, correspondem a obrigações com pessoal de anos anteriores, cujos acertos serão realizados no exercício de 2011.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	265.409	0,053096
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,076116%	380.478	0,076116
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,072310%	361.454	0,072310

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	21.359	22.378

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

MARIA LEONOR ALMEIDA BARBOSA
Secretária de Orçamento e Finanças

MARIA HELENA LOBÃO
Secretária de Controle Interno e Auditoria
Substituta

FELIPE ALEXANDRE SANTA ANNA MUCCI DANIEL
Diretor-Geral Substituto

Des. KILDARE CARVALHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 47, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e § 2° do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, resolve:
Art. 1° - Publicar o Relatório do Terceiro Quadrimestre de Gestão Fiscal do exercício de 2010, desta Corte, constituído de quatro anexos.
Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. GENÉSIO GOMES PEREIRA FILHO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	89.716	-
Pessoal Ativo	79.225	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	79.225	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.491	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	10.491	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.092	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	10.149	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.943	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	69.624	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		69.624

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,013929
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,022319	111.565
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,021203	105.987

FONTE: SIAFI2010, COFIC/SOF/TSE E SECON/COF/TRE-PB

[1]Valor referente à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do artigo 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	4.750	114	4.635
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	1	-	1
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publi. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	55	-	55
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.805	114	4.691
TOTAL (III) = (I + II)	4.805	114	4.691
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI2010, COFIC/SOF/TSE E SECON/COF/TRE-PB

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	7	-	107	4.606	4.635	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	1	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publi. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	55	55	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7	-	107	4.660	4.691	-
TOTAL (III) = (I + II)	7	-	107	4.660	4.691	-

FONTE: SIAFI2010, COFIC/SOF/TSE E SECON/COF/TRE-PB

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	69.624	0,013929
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	111.565	0,022319
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	105.987	0,021203
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	4.660	4.691

FONTE: SIAFI2010, COFIC/SOF/TSE E SECON/COF/TRE-PB

Des. GENÉSIO GOMES PEREIRA FILHO
Presidente do Tribunal

RANULFO LACET VIÉGAS DE ARAÚJO
Secretário de Administração e Orçamento

GILSON DE OLIVEIRA SILVA
Coordenador do Controle Interno

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 12, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 594/2011, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o relatório de gestão fiscal desta Corte, em anexo.

Desa. REGINA AFONSO PORTES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55 - Inciso I, alínea "a")
R$ MILHARES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	163.284	0
Pessoal Ativo	138.773	0
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	138.773	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.511	0
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	24.511	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, DA LRF) (II)	33.432	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrente de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	9.242	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.190	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	129.852	0

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	129.852

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,025977
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) = 0,042004%	209.964
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) = 0,039904%	199.467

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

1 - Valor referente à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.

NOTAS

I)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")
R$ MILHARES

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA c = (a-b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	0	0	0
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	0	0	0
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	0	0	0
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0
0100 - Recursos Ordinários	20.491	1.311	19.181
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	0	0	0
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0
0190 - Recursos Diversos	0	0	0
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac.	0	0	0
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	300	0	300
0350 - Recursos Não-fin Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	0	0	0
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	75	75	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	20.867	1.386	19.481
TOTAL (III) = (I+II)	20.867	1.386	19.481
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]			

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")
R$ MILHARES

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBI-LIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXER-CÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FI-NANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exer-cício	De Exercicios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	0	0	0	0	0	0
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	0	0	0	0	0	0
0156 - contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	0	0	0
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	0	0	0
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0	0	0	0
0374 - Taxas pelo Exercíico do Poder de Polícia	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0	0	0
0100 - Recursos Ordinários	729	110	471	19.181	19.181	0
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	0	0	0	0	0	0
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0	0	0	0
0190 - Recursos Diversos	0	0	0	0	0	0
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	0	0	0	0	0	0
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	0	0	300	300	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	729	110	471	19.481	19.481	0
TOTAL (III) = (I + II)	729	110	471	19.481	19.481	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	0	0	0	0	0	0

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
NOTA: [1] A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
LRF, art. 48 Anexo VII R$ MILHARES

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal	129.852	0,025977
Limite Máximo (Incisos I, II, III, art. 20 da LRF)	209.964	0,042004
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	199.467	0,039904
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	19.481	19.481

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Desa. REGINA AFONSO PONTES
Presidente do Tribunal

IVAN GRADOWSKI
Diretor - Geral

REGINA MARIA FONTOURA DE OLIVEIRA
Gestor Financeiro

SÔNIA MARIA DOS SANTOS PRESTES
Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 50, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROBERTO FERREIRA LINS

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)**	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**143.627**	**4.443**
Pessoal Ativo	117.565	4.443
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.733	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	115.832	4.443
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.062	0
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Administração Direta)	0	0

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	26.062	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1.º do art.18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1.º do art.19 da LRF) (II)	**27.813**	**0**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	1.733	0
Despesas de Exercícios Anteriores	51	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.029	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**115.814**	**4.443**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP (IV) = (IIIa+IIIb)		**120.257**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	**499.866.613**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	**0,024058**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - % 0,043852	**219.202**
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único do art.22 da LRF) - % 0,041659	**208.239**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] Valores referentes à Portaria STN n.º 45, de 19/01/2011.

NOTA:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63, da Lei n.º 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei n.º 4.320/64.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

SEBASTIÃO RUFINO RIBEIRO FILHO
Secretário de Controle Interno em Exercício

Des. ROBERTO FERREIRA LINS
Presidente

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art.55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
0156- Contribuição do Servidor p/ Plano Seguridade Social Servidor Público	0	0	0
0169-Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor Público	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**0**	**0**	**0**
0100-Recursos Ordinários	12.828	1.088	11.740
0127-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	583	0	583
0150-Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	1.282	963	320
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	838	78	760
Recursos não Submetidos à classificação por Fonte de Recurso	139	139	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**15.670**	**2.268**	**13.402**
TOTAL (III) = (I + II)	**15.670**	**2.268**	**13.402**
REGIME PRÓRPIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	0	0	0

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

SEBASTIÃO RUFINO RIBEIRO FILHO
Secretário de Controle Interno em Exercício

Des. ROBERTO FERREIRA LINS
Presidente do Tribunal

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art.55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBI-LIDADE DE CAIXA LÍQUI-DA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0156- Contribuição do Servidor p/ Plano Seguridade Social Servidor Público	0	0	0	0	0	0
0169-Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor Público	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
0100-Recursos Ordinários	63	554	452	11740	11.740	0
0127-Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	0	0	0	583	583	0
0150-Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	963	0	320	0
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	0	78	760	760	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	63	554	1.493	13082	13.402	0
TOTAL (III) = (I + II)	**63**	**554**	**1.493**	**13082**	**13.402**	**0**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

SEBASTIÃO RUFINO RIBEIRO FILHO
Secretário de Controle Interno em Exercício

Des. ROBERTO FERREIRA LINS
Presidente

ANEXO
GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

LRF, art.48 - ANEXO VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**%SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal - DTP	120.257	0,024058
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) <%>	219.202	0,043852
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) <%>	208.239	0,041659
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRI- ÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	13.082	13.402

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

ROBSON COSTA RODRIGUES
Secretário de Orçamento e Finanças

SEBASTIÃO RUFINO RIBEIRO FILHO
Secretário de Controle Interno em Exercício

Des. ROBERTO FERREIRA LINS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 63, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O DESEMBARGADOR RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2° do art. 55, da Lei Complementar n° 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1° - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 3º quadrimestre de 2010, constituído dos seguintes Demonstrativos: Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa, Restos a Pagar e Simplificado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃOFISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (JAN A DEZ/2010)	
	LIQ. (a)	INSCRITAS EM RESTOS PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	94.790	190
Pessoal Ativo	81.220	190
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	-	-
	81.220	190
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.570	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
	13.570	-
Outras Desp. de Pessoal decorrente de cont. de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1° da LRF) (II)	21.898	4
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	9.214	4
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.684	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	72.892	186
DESPESA TOTOAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		73.078
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		499.866.613
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,014620
LIMITE MÁXIMO (Inciso I, II e III do art. 20 da LRF) - % 0,026622		133.074
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - % 0,025291		126.421

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei n/ 4.320/64.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃOFISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a") Em Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a- b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	4.133	58	4.075
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	574	302	271
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac.	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. – Exercícios Anteriores.	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.706	360	4.347
TOTAL (III) = (I+ II)	4.706	360	4.347
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃOFISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inc. III, alínea "b") Em Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIB. DE CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROC. DO EXERC).	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSC. POR INSUFIC. FINANC).
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados. (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151-Contrib. Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contrib. para Financ. da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156- Contrib. Plano Seguridade Social do Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 -Contrib. Patronal p/ Plano Seg. Social do Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia.	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia.	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100-Recursos Ordinários	-	-	58	4.075	4.075	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	302	271	271	-
0150- Rec. Não- Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 -Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac.	-	-	-	-	-	-
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Rec. Não fin. Diret.Arrec.-Exerc.Ant.	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	360	4.347	4.347	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	360	4.347	4.347	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

Fonte: FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃOFISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010
LRF, art. 48 - Anexo VII Em Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	73.078	0,014620
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	133.074	0,026622
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	126.421	0,025291

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	4.347	4.347

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

JOAQUIM FRANCISCO DE ALMEIDA FILHO
Gestor Financeiro Substituto

DAVID RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria em Exercício

VERIVAL FERREIRA DIAS DOS SANTOS
Diretor Geral
Substituto

Des. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 7, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

Des. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	161.793	26
Pessoal Ativo	132.538	26
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	132.538	26
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.255	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	29.255	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.372	26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	8.378	26
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.994	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	124.421	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	124.421	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,024891
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,044719	223.535
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,042483	212.358

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício , as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISP0NIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-		-
0100 - Recursos Ordinários	4.541	172	4.369
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	632	-	632
0150 - Recursos Não-finanaceiros Diretamente Arrecadados	1.144		1.144
0190 - Recursos Diversos			
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac			
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores			
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores			
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.317	172	6.145
TOTAL (III) = (I + II)	6.317	172	6.145
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota: [1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não- Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	-	170	-	4.369	4.369	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	632	632	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	118	1.144	
0190 - Recursos Diversos	-	-	-			
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-			
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-			
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	170	-	5.119	6.145	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	170	-	5.119	6.145	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

NOTA: [1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, Art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	124.421	0,024891
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	223.535	0,044719
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	212.358	0,042483

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIAÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.119	6.145

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Des. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI
Presidente do Tribunal

MARIA LÚCIA MARTINS DOS SANTOS
Diretora-Geral
Substituta

HERMES ROSSONI
Gestor Financeiro
Substituto

HERBERT DIAS MIRANDA
Controle Interno
Substituto

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 35, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, § 2º e do artigo 55 da Lei Complementar n.º 101, de 19 de maio de 2000 e em virtude do Valor da Receita Corrente Líquida, conforme divulgação da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, por meio da Portaria nº 45, de 19 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os Demonstrativos da Despesa com Pessoal, da Disponibilidade de Caixa, dos Restos a Pagar e Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, tendo como referência o período de JANEIRO a DEZEMBRO/2010.

Art. 2º O presente Relatório estará afixado no átrio deste Tribunal Regional Eleitoral situado à Avenida Presidente Dutra, n.º 1889, Bairro Areal, nesta Capital, bem como na página eletrônica da Internet: www.tre-ro.jus.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Des. ROWILSON TEIXEIRA

ANEXO

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") e portaria STN nº 462/2009 - Anexo I R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.813	330
Pessoal Ativo	43.350	330
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio órgão)	523	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.827	330
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.463	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do próprio órgão)	117	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do próprio órgão e de outras da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	1.346	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	4.062	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	523	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	2.077	-
	1.463	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III) = (I - II)	40.750	330
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		41.080
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	499.866.613	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100	0,008218	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do Art. 20 da LRF) - <%> 0,012502	62.493	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22, da LRF) - <%> 0,011877	59.369	

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e COFC/SAOFC/TRE-RO

[1]Valores referentes à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") e Portaria STN nº 462/2009 - Anexo V — R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	2.368	54	2.314
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	226	117	109
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.594	171	2.423
TOTAL (III) = (I + II)	2.594	171	2.423
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE e COFC/SAOFC/TRE-RO
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") e Portaria STN nº 462/2009 - Anexo VI — R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍICO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	33	7	14	2.314	2.314	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	117	-	-	109	109	
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	
0196 - Doações de Pessoas Fisicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	149	7	14	2.423	2.423	-
TOTAL (III) = (I+II)	149	7	14	2.423	2.423	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE e COFC/SAOFC/TRE-RO
NOTA: [1]A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 e Portaria STN nº 462/2009 - Anexo VII — R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal - DTP	41.080	0,008218
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	62.493	0,012502
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	59.369	0,011877
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	2.423	2.423

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e COFC/SAOFC/TRE-RO

RAMON CUJUI FREITAS
Gestor Financeiro
Substituto

PAULO ANDRÉ VIANA COTA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

De acordo. Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício.

ELIZETH AFONSO DE MESQUITA
Diretora-Geral da Secretaria

De acordo.
Nos termos do art. 54, § 2º e do art. 55 da Lei Complementar nº.101, de 04 de maio de 2000.

Des. ROWILSON TEIXEIRA
Presidente do Tribunal
Em exercício

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O Desembargador RICARDO OLIVEIRA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, aprova o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2010, anexo a esta Portaria.

Des. RICARDO OLIVEIRA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, I, alínea"a")		R$ Milhares
	DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA COM PESSOAL	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.490	-
Pessoal Ativo	29.653	-
Sentenças Judic. com Precatório(do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	-	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	29.653	
Pessoal Inativo e Pensionistas	836	-
Sentenças judic. sem Precatório(do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judic. com Precatório(do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	-	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	836	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1° do art 18 da LRF)	-	-
		-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art 19 da LRF) (II)	1.735	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.352	-
Inativos com Recursos Vinculados	384	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	28.754	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)= (III a + III b)	28.754	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) [1]	499.866.613	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V)*100	0,005752	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - < % > 0,007401	36.995	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - < % > 0,007401	35.146	

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
[1]Valor Referente à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas aquelas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - Anexo V (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)= (a-b)
0151 - Contribuição Social Sobre O Lucro Das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição Para Financiamento Da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano De Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronalp/Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas Pelo Exercício do Poder De Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	1.403	8	1.395
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	61		61
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados			
0190 - Recursos Diversos	0		0
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac.			
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores			
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec.	7	7	
Exercícios Anteriores. Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso			
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.472	15	1.456
TOTAL (III) = (I+II)	1.472	15	1.456
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, "b")						R$ Milhares
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS/CANCELADOS
	Liquidados e não Pagos (Processados)		Empenhados e não Liquidados (Não Processados)		(ANTES DA INSCR. EM RP Ñ PROCESSADOS DO EXERC.)	(NÃO INSCRITOS POR INSUFICFINANCEIRA)
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercíc. Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social Sobre O Lucro Das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição Para Financiamento Da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano De Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronalp/Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas Pelo Exercício do Poder De Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Rec. Ordinários	-	-	8	1.395	1.395	-
0127 - Custas e Emolum do Poder Judiciário	-	-	-	61	61	-
0150 - Rec. Não Financ. Diretamente Arrec.	-	-	-	-		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	0	-
0196 - Doa ção de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ord. Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec. Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	8	1.456	1.456	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	8	1.456	1.456	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE
Nota: [1] A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, Art. 48 Anexo VII		R$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.754	0,005752
Limite Máximo (Inc. I, II, III, Art. 20, LRF)	36.995	0,007401
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22, LRF)	35.146	0,007031
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESADOS DO EXERCÍCIO
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.456	1.456

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.

ANDRÉA FERNANDES DA CRUZ
Gestora Financeira

LÍGIA SIMONE ARAÚJO DE FARIAS
Controle Interno

ALEX CAON FIN
Diretor-Geral

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 19, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O Desembargador Newton Trisotto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. NEWTON TRISOTTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
LRF, art. 48 - Anexo VII R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	79.964	0,015997
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	174.423	0,034894
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	165.701	0,033149
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.595	10.480

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento e Finanças

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. NEWTON TRISOTTO
Presidente do Tribunal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	105.233	3.992
Pessoal Ativo	82.146	3.894
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	82.146	3.894
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.087	99
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	23.087	99
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 DA LRF) (II)	25.268	3.992
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.864	3.992
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.405	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	79.964	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		79.964
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]		499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100		0,015997
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,034894		174.423
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,033149		165.701

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

[1] Valor referente à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei n. 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei n. 4.320/64.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento e Finanças

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. NEWTON TRISOTTO
Presidente do Tribunal

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2010 A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	9.500	1.245	8.255
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	340	-	340
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	1.886	-	1.866
0190 - Recursos Diversos	-	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	11.726	1.245	10.480
TOTAL (III) = (I + II)	11.726	1.245	10.480
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento e Finanças

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. NEWTON TRISOTTO
Presidente do Tribunal

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	82	664	495	8.255	8.255	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	340	340	-
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	1.886	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. E Priv. Nac.	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	82	664	495	8.595	10.480	-
TOTAL (III) = (I+II)	82	664	495	8.595	10.480	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
NOTA: ¹A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o PassivoAtuarial.

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento e Finanças

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

SAMIR CLAUDINO BEBER
Diretor-Geral

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. NEWTON TRISOTTO
Presidente do Tribunal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 34, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O DESEMBARGADOR WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 3º quadrimestre de 2010, na forma dos Anexos.

WALTER DE ALMEIDA GUILHERME

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**422.758**	**19.150**
Pessoal Ativo	**319.966**	**17.273**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	319.966	17.273
Pessoal Inativo e Pensionistas	**102.793**	**1.877**
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	102.793	1.877
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	**114.915**	**12.751**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	24.117	11.112
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	90.798	1.638
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**307.843**	**6.400**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**314.243**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	**499.866.613**
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)=(IV/V)*100	**0,062865**
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) - <%> 0,109462	**547.164**
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,103989	**519.806**

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

[1] Valor referente à Portaria STN nº 45, de 19 de janeiro de 2011.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a -b)
0151- Contrib. Soc. s/Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153-Contr.p/Financ. da Seg. Social	-	-	-
0156- Contr. Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0169-Contrib.Patronal p/Plano Seguridade. Social Servidor	1.638	-	1.638
0174-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
0374-Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**1.638**	-	**1.638**
0100 - Recursos Ordinários	25.690	1.106	24.584
0127- Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	259	259	-
0150-Rec. Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Inst. Publ. e Priv. Nac.	662	-	662
0300- Rec. Ordinários -Ex.Ant.	-	-	-
0350-Rec. Não-Fin. Diret. Arrec. -Exerc. Ant.	-	-	-
Recursos não submetidos à classif. por Fonte de Recursos	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**26.610**	**1.364**	**25.246**
TOTAL (III)=(I+II)	**28.249**	**1.364**	**26.884**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**1.638**	**-**	**1.638**

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota[1]: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISP. DE CAIXA LÍQ. (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQ. CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUF. FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-Processados)			
	De Exerc. Anteriores	Do Exercício	De Exerc. Anteriores	Do Exercício		
0151- Contr. Soc. s/ o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153- Contr. p/ Fin. Seg. Social	-	-	-	-	-	-
0156 -Contr. Plano Seg. Soc. Serv.	-	-	-	-	-	-
0169 - Contr. Patr. p/Plano Seg. Soc. Servidor	-	-	-	1.638	1.638	-
0174- Taxas p/Ex. do Poder Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas p/Ex. do Poder Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	**1.638**	**1.638**	-
0100-Recursos. Ordinários	16	388	701	24.584	24.584	-
0127-Custas e Emolumentos -Poder Judiciário	-	-	259	-	-	-
0150-Rec. Não-Fin. Diret. Arrec.	-	-	-	-	-	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196-Doações de Pessoas Físicas Inst. Publ. e Priv. Nac.	-	-	-	658	662	-
0300-Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350-Recursos . Não-Fin. Diret. Arrec. Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	16	388	960	25.242	25.246	-
TOTAL (III)=(I+II)	**16**	**388**	**960**	**26.881**	**26.884**	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	**1.638**	**1.638**	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Nota[1]: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	314.243	0,062865
Limite Máximo (inciso I do art. 20 da LRF)	547.164	0,109462
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	519.806	0,103989
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIB. DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	26.881	26.884

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

São Paulo, em 26 de janeiro de 2011.

WALTER DE ALMEIDA GUILHERME
Presidente do Tribunal

MAURO MARQUES BATISTA
Secretário de Orçamento e Finanças

MAGALY SILICANI CARDOSO
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 42, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Des. Luiz Antônio Araujo Mendonça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, XXXIV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00 e o teor da Portaria 462, de 05/08/09, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicada no D.O.U., Seção 1, de 10/08/09, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente aos Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo dos Restos a Pagar e Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 2010, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Des. LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.327	3.195
Pessoal Ativo	42.718	3.195
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.718	3.195
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.609	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	7.609	
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	7.631	3.195
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	61	3.195
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.570	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I- II)	42.696	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		42.696

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,008542
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) 0,014168	70.821
LIMITE PRUDENCIAL(parágrafo único do art. 22 da LRF) 0,013459	67.277

Fonte: SIAFI e COFIN/TRE-SE

Nota:

[1]Valores referente à Portaria STN nº 45, de 19/01/2011.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
0151- Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	0	0	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	
0100- Recursos Ordinários	5.884	105	5.779
0127- Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	236	77	159
0300- Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	5	5	-
Recursos não Submetidos à Classificação por Fonte de Recursos	10	10	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.135	197	5.938
TOTAL (III) = (I + II)	6.135	198	5.938
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-

FONTE: SIAFI e COFIN/TRE-SE
Nota [1] A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO VI - (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151- Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	0	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)				0		-
0100 - Recursos Ordinários	74	5	26	5.779	5.779	-
0127 - Custos e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	77	159	159	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	5	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	79	5	104	5.938	5.938	-
TOTAL (III) = (I) + (II)	79	5	104	5.938	5.938	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e COFIN/TRE-SE
Nota [1] A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
LRF, art 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	42.696	0,008542
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,014168	70.821	0,014168
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,013459	67.277	0,013459
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	5.938	5.938

Fonte: SIAFI E COFIN/TRE-SE

Aracaju, 26 de janeiro de 2011

ARQUIBALDO EVANGELISTA DOS SANTOS
Secretário de Administração e Orçamento Substituto

JOSÉ CARVALHO PEIXOTO
Diretor-Geral Substituto

RUBENS LISBOA MACIEL FILHO
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

DES. LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 30, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e, tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de janeiro/2010 a dezembro de 2010, constante nos demonstrativos anexos a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ DE MOURA FILHO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**45.340**	**217**
Pessoal Ativo	42.817	217
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.817	217
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.523	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	2.523	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	**4.376**	**217**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.317	217
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.059	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**40.964**	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		**40.964**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)[1]	499.866.613
% da DESEPSA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	**0,008195**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> 0,012419	62.078
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,011798	58.974

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

[1]Valores referentes à Portaria STN nº. 45 de 19 de janeiro de 2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
LRF, Art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	40.964	0,008195
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	62.078	0,012419
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	58.974	0,011798
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	5.669	5.669

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	Empenhos Cancelados e Não Inscritos Por Insuficiência Financeira
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal - Plano de Seguridade do Servidor	-	4	-	-	-	-
0174 - Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**-**	**4**	-	-	-	**-**
0100 - Recursos Ordinários	93	1.413	-	4.117	4.093	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	86	86	-
0150 - Recursos Não-Financeiros - Diretamente Arrecadados	-	-	-	509	509	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nacionais	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	957	981	-
0350 - Recursos Não-Financeiros Diret. Arrec. - Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**93**	**1.413**	-	**5.669**	**5.669**	**-**
TOTAL (III) = (I) + (II)	**93**	**1.417**	-	**5.669**	**5.669**	**-**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**-**	**4**	-	-	-	**-**

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a"- Anexo V ..... R$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social do Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal - Plano de Seguridade do Servidor	13	13	-
0174 - Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	-	-	-
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**13**	**13**	**-**
0100 - Recursos Ordinários	6.368	2.276	4.093
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	86	-	86
0150 - Recursos Não-Financeiros - Diretamente Arrecadados	509	-	509
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0196 - Doações de Pess. Físicas Instituições Publ. e Priv. Nacionais	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	981	-	981

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

0350 - Recursos Não-Financ. - Diret. Arrecadados - Exerc. Anteriores	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**7.944**	**2.276**	**5.669**
TOTAL (III) = (I) + (II)	**7.957**	**2.288**	**5.669**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]	**13**	**13**	**-**

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

DESEMBARGADOR JOSÉ DE MOURA FILHO
Presidente

LUCIANO DE MORAES RODRIGUES
Diretor-Geral

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento

MARIA HELENA SOBRINHO AMORIM
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria
Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 10, DE 21 DE JANEIRO DE 2011

O DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO - PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 25 do Regimento Interno, e do contido no Memorando nº 004/2011, do Serviço de Contabilidade e Orçamento, RESOLVE determinar a publicação do anexo relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro/2010 a dezembro/2010, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Des. NEY JOSÉ DE FREITAS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")			R$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	573.045	4.501	577.546
Pessoal Ativo	478.547	2.390	480.937
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	19.530	0	19.530
Demais Despesas com Pessoal Ativo	459.017	2.390	461.407
Pessoal Inativo e Pensionistas	94.498	2.111	96.609
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	94.498	2.111	96.609
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	142.355	4.501	146.856
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	510	0	510
Decorrentes de Decisão Judicial	19.530	0	19.530
Despesas de Exercícios Anteriores	35.037	4.501	39.538
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	87.278	0	87.278
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	430.690	0	430.690
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V)=(IIIc/IV)x100	0,086161%	0,000000%	0,086161%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,115872%			579.205
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,110078%			550.245

FONTE: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª REGIÃO
Notas:
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
2) Valores referente a Sentenças Judiciais com Precatórios:
a) Precatórios da Administração Direta: R$ 10.318.649,48;
b) Precatórios referente a Sentenças de Pequeno Valor (SPV): R$ 9.211.248,81;
c) Precatórios da Administração Indireta pagos através de destaque e não inseridos no RGF: R$ 1.486.565,86, conforme determinação no Acórdão 346/2006-TCU-Plenário.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b")						R$ Mil
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0156000000	0	0	0	0	0	0
0169000000	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	0	0	0
0100000000	313	64	901	15.183	16.084	0
0127000000	0	0	0	10	10	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	313	64	901	15.193	16.094	0
TOTAL (III) = (I + II)	313	64	901	15.193	16.094	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SER-VIDORES	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª Região

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0156000000	0	0	0
0169000000	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0
0100000000	16.461	377	16.084
0127000000	10	0	10
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	16.471	377	16.094
TOTAL (III) = (I + II)	16.471	377	16.094
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0	0	0

Fonte: Siafi e Sercont/Secof/TRT 9ª Região

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	430.690	0,086161%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	579.205	0,115872%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	550.245	0,110078%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	16.094	16.094

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Restos a Pagar

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III e § único da LRF):

Des. NEY JOSÉ DE FREITAS
Presidente do Tribunal

HILMA MARIA WIELEWSKI
Ordenadora da Despesa

MARHUSKA SANTOS POLLI
Diretora da Secretaria de Controle Interno

LUIZ CARLOS SANCHES
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças
Substituto

23ª REGIÃO

PORTARIA Nº 123, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Publica Relatório de Gestão Fiscal.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, observado o disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o constante da Portaria n. 462, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 05/08/2009, que aprovou a 2ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, resolve:

Publicar o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao período de janeiro a dezembro/2010, na forma dos Anexos:

Anexo I- Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
Anexo V- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;
Anexo VI- Demonstrativo dos Restos a Pagar; e
Anexo VII- Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

OSMAIR COUTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	132.373	-	132.373
Pessoal Ativo	120.704	-	120.704
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	465	-	465
Demais despesas com Pessoal Ativo	120.239		120.239
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.669	-	11.669
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	11.669		11.669
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.148	-	14.148
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	465	-	465
Despesas de Exercícios Anteriores	3.609		3.609
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.074	-	10.074
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	118.225	-	118.225

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				499.866.613
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,023651%	0,000000%	0,023651%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,034312%			171.514
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,032596%			162.939

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FONTE: SIAFI - DICONT/SEAOF/TST
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
1. O valor de R$ 464.544,24 que compõe o RGF refere-se a Sentença de Pequeno Valor - R$ 323.214,91 e Precatório Adm. Direta R$ 141.329,33

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
			-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
FONTE 100	2.407	146	2.261
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.407	146	2.261
TOTAL (III) = (I + II)	2.407	146	2.261
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹			-

FONTE:

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
FONTE 0100	2	139	45	2.215	2.407	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2	139	45	2.215	2.407	-
TOTAL (III) = (I + II)	2	139	45	2.215	2.407	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						
FONTE: Siafi						
Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.						

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

LRF, art. 48 - Anexo VII R$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	118.225	0,023651
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,xxxxxx%	171.514	0,034312
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,xxxxxx%	162.939	0,032596

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.260	2.407

FONTE:

NEY MUSSA DE MORAES
Analista Judiciário - Contador - CRC/MT001227/0-2

ROBERTO ANACLETO DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

MARCO ANTONIO DE ALMEIDA BARROS
Secretário de Auditoria e Controle Interno

ÉRCIO DE ARRUDA LINS
Ordenador de Despesas

OSMAIR COUTO
Desembargador-Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

DECISÃO Nº 1, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

Processo Administrativo CFMV nº 6208/2010.
Requerente: Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE.
Assunto: Reconhecimento do Programa de Residência em Medicina Veterinária.

Prazo do reconhecimento: até 17/03/2015.
Fundamentação: Art. 14, VIII, Resolução CFMV nº 824 de 31 de março 2006.

Aprovado o reconhecimento do Programa de Residência em Medicina Veterinária da Universidade do Oeste Paulista na área de Clínicas Médica e Cirúrgica Veterinárias na seguinte subárea:

01 (uma) vaga em Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais - R1;
01 (uma) vaga em Clínica Cirúrgica de Pequenos Animais - R2.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA
Presidente do Conselho
Em Exercício

Envio Eletrônico de Matérias

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus*. *Sua matéria pode ser rejeitada* caso seja constatado algum tipo de contaminação. Atualize, com freqüência, seu antivírus.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011012700160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.